REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 175

1940

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos Et possint sera posteritate frui.



INSTITUTUM
HISTORICO GEOGRAPHICUM
IN URBE FLUMINENSI
CONDITUM
DIE XXI OCTOBRIS
A-D-MDCCCXXXVIII

1941

RIO DE JANEIRO - IMPRENSA NACIONAL

REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1858

VOLUME 175

1940

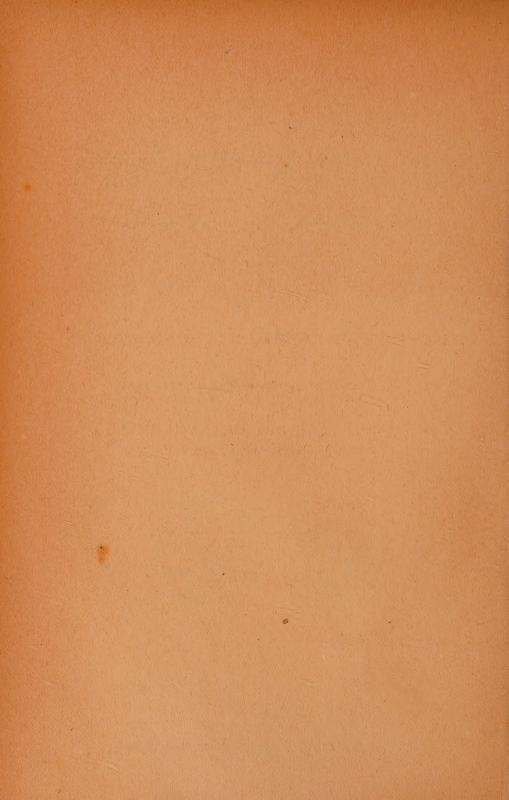
Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos Et possint sera posteritate frui.





1941

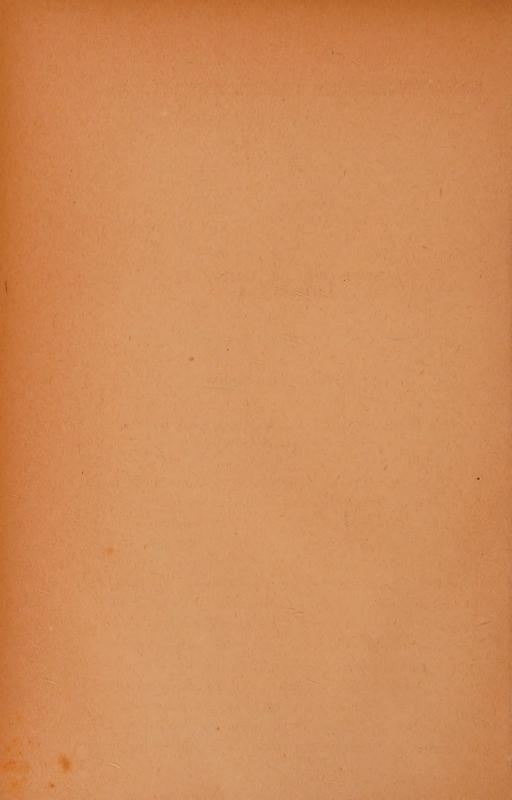
RIO DE JANEIRO - IMPRENSA NACIONAL



ALEXANDRE DE GUSMÃO E O MONROISMO

PELO SÓCIO BENEMÉRITO

MINISTRO RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENEZES





ALEXANDRE DE GUSMÃO E O MONROISMO

I

Um precursor de Monröe

A DESCOBERTA DA AMÉRICA E O DIREITO INTERNACIONAL

E' do domínio da História que, mesmo antes de descoberta a América, a propriedade das suas terras eventuais já era motivo de graves e ameaçadoras complicações internacionais. Aberto, na segunda metade do século 15, o período dos descobrimentos, esforçavam-se portugueses e castelhanos, em uma emulação épica, na conquista de novas terras e de caminhos novos para as terras já conquistadas.

E os reis de Castela, fervorosos propagadores da fé católica, obtiveram do papa espanhol Alexandre VI bulas e títulos que contrabalançassem os direitos já reconhecidos em favor de Portugal pelas bulas de Nicolau V, de 18 de junho de 1452 e de 8 de janeiro de 1454, de Sixto IV, de 21 de junho de

1481 e de Innocencio VIII, de 12 de setembro de 1484, que haviam entregue à jurisdição da sua Coroa e da Ordem de Cristo, de que seus principes eram grão mestres, todas as terras conquistadas e por conquistar ao sul do Cabo Bojador ultra illam meridionalem plagam usque ad Indos adquisitis et adquirendis.

A autoridade dos papas para essa função soberana de distribuir pelas coroas reinantes as terras ainda desconhecidas do globo, a esse tempo, antes que a reforma houvesse cindido a unidade espiritual da cristandade, era tida como indisputavel, quer porque representavam os Pontífices, como vigários de Cristo, a própria vontade divina, quer por extensão do edito de Constantino, que havia conferido ao Papa Silvestre a soberania sobre todas as ilhas do Globo, e geralmente se acreditava que eram ilhas todas essas terras novas que se iam descobrindo (1). Aliás, esse direito foi contestado à Santa Sé, no mesmo século dos descobrimentos, abrindo-se, em Espanha mesmo, larga e violenta polêmica na qual interveio Frei Francisco de Vitória, o famoso teólogo de Salamanca, que não reconhecia no Papado a autoridade a que ele se arrogava.

Argumentava o sábio dominicano, cuja personalidade, como jurisconsulto e um dos fundadores do direito internacional moderno, de modo tão considera-

⁽¹⁾ Oliveira Lima, O descobrimento da América, vol. 3.º do Livro do Centenário, página V; Henry Harrisse, The Diplomatic History to America (London, 1897).

vel se tem procurado engrandecer em nossos dias (2), com a consideração de que não tendo o Cristo poder temporal não podia tê-los delegado ao Papa que era o seu Vigário. Como quer que fosse, porem, a verdade é que praticamente os Papas tinham voz nessa tão importante matéria e o que eles determinavam era o que se respeitava.

Foi assim que, por força da bula pontificia de 3 de maio de 1493, foi assegurada à autoridade dos reis de Castela a soberania das terras que Colombo descobrira já e continuasse a descobrir, baixando o mesmo Papa, desde logo, a nova Bula, do dia sequinte, com o intuito de dirimir os provaveis conflitos que, por motivo dessas descobertas, se viessem a suscitar entre as duas coroas. Nessa nova bula se estabelecia uma linha divisória, atribuindo à Coroa de Espanha as terras a Oeste de um meridiano traçado 100 leguas a Oeste dos Açores e Cabo Verde, sem determinar, aliás, qual das ilhas de qualquer destes dois arquipélagos devia servir de ponto de referência. Esses atos pontificios, que punham manifesta confusão em assunto que Portugal tinha como líquido, trouxeram perplexidades e irritação ao ânimo do rei português, que pensou um momento em resolver pela violência as incertezas da situação.

TORDESILHAS

Prevaleceu, porem, o conselho da moderação e D. João II resolveu negociar diplomaticamente com

⁽²⁾ James Brown Scott, El origen espanhol del Derecho Internacional, Valladolid, 1928; Barcia Trelles, Francisco de Victoria, Fundador del Derecho Internacional Moderno, Valladolid, 1928.

Fernando e Isabela um tratado que pusesse fim àquele dúbio estado de coisas. Dessas negociações nasceu o tratado de 7 de julho de 1494, assinado no pequeno povoado de Tordesilhas, que lhe deu o nome. Esse tratado, cujo efeito foi mais moral do que prático, e que, na imperfeição científica de seus termos e pelo fato de ter sido celebrado antes da descoberta da América, "ficára, por assim dizer, derrogado desde os primeiros passos dos progressos geográficos", esse tratado, todavia, representa indubitavelmente um triunfo para os portugueses, pois a diretriz da nova linha combinada ampliava consideravelmente a zona lusitana para o lado onde a existência de terras já não podia ser puramente problemática.

Historiadores ilustres teem procurado buscar a explicação da facilidade com que os reis da Castela concordaram nos termos do convênio, que um tão manifesto benefício traduzia em favor da Coroa portuguesa, na perspectiva da próxima realização da unidade ibérica, debaixo de uma só coroa pelo casamento de príncipes de uma e outra casa reinante.

Como quer que fosse, porem, a verdade é que o tratado se celebrou; e, se é certo que ele jamais serviu para delimitar territórios de Espanha e Portugal, ao menos na América é incontestavel que a largueza de seus termos, dilatando para 370 as 100 léguas que concedera a Bula de Alexandre VI, deu grande desafogo a Portugal para o prosseguimento de suas façanhas marítimas.

A deficiência dos conhecimentos técnicos e as divergências sobre o que então se acreditava ser o mundo, não asseguravam o rigor científico das esti-

pulações do Tratado. E' assim que, escreveu Oliveira Lima, "a fixação do Meridiano de Tordesilhas era sobremodo dificil, visto discordarem os cosmógrafos do tempo em todos os pontos: discordavam no tocante ao número de léguas que contem um grau (pois não podendo fazer-se a marcação por léguas, reduziram-se naturalmente as léguas e graus de longitude), no tocante à extensão da própria légua comum, a qual variava de Portugal para a Espanha. O meridiano foi, portanto, muito diversamente localizado, o que deu origem a um bom número de problemas de geografia política" (3).

Acresce que o tratado, não cometendo a anomalia de dar para ponto de partida para a demarcação dois arquipélagos que ficavam, um em relação ao outro, em longitude mais ocidental, como fizera o tratado anterior, referiu-se, todavia, ao arquipélago de Cabo Verde sem designar a ilha que devia servir de ponto de partida, deixando, assim, elementos de discórdia para as oportunidades ocasionais de sua aplicação.

E o mais importante era que, enquanto tais negociações se entretinham e tais dificuldades se procuravam resolver, ignorava-se ainda a existência do continente americano, sob cujo amplo território seriam mais radicais e positivas as consequências do tratado. No ano anterior, em 1493, Colombo descobrira diversas ilhas; e apenas de ilhas, como tantas já haviam sido descobertas, se acreditava que fossem povoadas aquelas infinitas planuras de mar, que se

⁽³⁾ O descobrimento da América, cit. página X.

extendiam da ocidental praia lusitana. E quando, em 1500, veiu a Lisboa, sob o comando de Gaspar de Lemos, uma nau da frota com que, meses antes, dalí partira Pedro Alvares Cabral, a dar notícia do descobrimento da terra que se chamou de Ilha de Vera Cruz, e que depois se verificou ser um continente e tomou o nome de Brasil, já muitas negociações diplomáticas e complicações internacionais haviam sido ocasionadas pela eventualidade de sua existência.

Dúvida alguma ocorria, entretanto, quanto à soberania sobre a costa a que aportara Cabral, evidentemente compreendida no limite da linha de Tordesilhas; e, assim, o capitão descobridor desde logo considerou portuguesa a nova região a que aportara, levantando nela o padrão do domínio de seus reis e senhores; do mesmo modo nenhuma objeção interpôs a Coroa Espanhola quando teve a notificação oficial da descoberta das novas terras e da atribuição que delas se fazia à Coroa lusitana.

As dificuldades e controvérsias deviam surgir mais tarde na fixação do meridiano para determinar, no maciço do continente, o limite oriental do domínio português, dificuldades que foram crescendo à proporção que se foi verificando que, longe de ser uma ilha, a terra de Cabral era o limiar, a se prolongar indefinido para o norte e para o sul, de terras a se estenderem, indefinidas, por um território de serranias e de florestas.

Para resolver tais dificuldades e controvérsias um primeiro acordo, pactuado em 1595, aceitava a linha de Ferrer, entre 45 e 40 graus. Houve, porem, outras linhas fixadas mais ao ocidente ou mais ao

oriente e oscilando entre 42 graus e meio (Linha do mapa português de Cantino, de 1502, a mais prejudicial a Portugal) e 60 graus (linha de Diego Ribeiro, de 1524), tendo havido, entre esses pontos extremos. outras linhas como a do Enciso (1518), a dos peritos de Badajós (1524), a dos cartógrafos de Sevilha (até 1550) e a de Aviedo (1545). (4).

A variação que se observava entre essas linhas era, por certo, determinada pela insuficiência dos conhecimentos cosmográficos naquele tempo, e pela diversidade das opiniões individuais, quanto às proporções da circunferência da terra e às dimensões da légua marítima; é indubitavel, porem, que a prevalência de qualquer dessas linhas, ou de outra qualquer sobre cuja direção se acordasse, teria comprometido consideravelmente a extensão territorial do Brasil e que, a mais favoravel, não teria atribuido mais que a sua parte saliente sobre o Atlântico, seccionada por uma linha a começar, ao norte, a meio da Ilha de Marajó, na foz do Amazonas, e a terminar, no sul, em uma nesga de terra, na costa de Santa Catarina. O Brasil teria ficado reduzido, na significativa expressão de Artur Orlando, a um pals de fachada. do que o livraram a tenacidade e a bravura dos filhos de S. Paulo.

Interesses espanhóis e lusitanos, em outras partes do mundo, entretanto, pois que, se o meridiano avançava de um lado, recuava do outro, foram impedindo que a respeito se tomasse uma resolução definitiva.

^{• &#}x27;(4) No livro citado de Harrisse se encontra uma demonstração gráfica dessas diversas linhas, que veem reproduzidas no 1.° volume da 3.º edição da *História Geral do Brasil*, de Varnhagem, ilustrando uma nota de Rodolfo Garcia, pág. 122.

Foi assim que esse famoso meridiano, sobre cuja direção, para cobrir os direitos portugueses sobre as Molucas e espanhóis sobre as Filipinas, ainda em 1761 e em 1794, entendiam-se e desentendiam-se cosmógrafos e diplomatas, foi, em 1750, pelo tratado de Madrid, ideado e redigido por Alexandre de Gusmão, posto de lado, considerado não existente e substituido por um outro critério.

Informa, entretanto, Varnhagem (5), que, por uma espécie de Convenção tácita, anterior ao tratado de 1750, já havia ficado entendido que não só as Filipinas como as Molucas, que pela linha de Tordesilhas, em qualquer hipótese, estavam dentro da zona portuguesa, se considerassem espanholas em troca da extensão que o Brasil tinha adquirido pela terra a dentro. Esse entendimento favoreceu sobremaneira a grandeza territorial do Brasil.

a situação em 1750

Tal era a situação quando se assinou, em Madrid, o tratado de 1750. E não era pacífica tal situação, como da exposição feita parece depreender-se. A Espanha, na parte meridional da América, ocupava o lado do Pacífico, e nele se desenvolvia; e no extremo sul do continente ocupava tambem, de mar a mar, todo o território, que aí muito se adelgaçava. Quanto à ocupação do lado do Pacífico, tendo portugueses e espanhóis a separá-los o formidavel maciço do hinterland sul-americano e as muralhas ciclópi-

⁽⁵⁾ História Geral do Brasil, 1.º edição, 1.º vol. Notas e Provas, pág. 437.

cas dos Andes, não eram possiveis atritos e competições. No extremo sul, porem, do lado do Atlântico, os dois povos se confinavam em seus estabelecimentos. O Rio da Prata e territórios ribeirinhos haviam sido descobertos e ocupados por espanhóis. Região manifestamente espanhola, de acordo com a linha de Tordesilhas, Portugal não se preocupou com o estabelecimento de Castelhanos aí. A continuidade territorial de seus domínios, porem, indicava o Rio da Prata como o seu limite natural, e em relação a domínios onde sobrava tanta terra de um e de outro lado, era perfeitamente legítima a pretensão de Portugal de chegar à margem esquerda do grande estuário, como positivamente o reconheceu, em 1713, o Tratado de Utrecht.

Nem essa pretensão representava uma novidade de última hora. Desde 1531, Martim Affonso de Sousa, o heróico donatário da Capitania de S. Vicente, que correspondia à parte sul dos domínios portugueses na América, plantara nesse litoral os padrões de posse em nome da Coroa de Portugal, e, subordinando-o à Prelasia do Rio de Janeiro, o Papa Innocencio II, por Bula de 16 de novembro de 1675, criara um Bispado, cujo território se estendia até o Rio da Prata (6).

Não era, pois, de admirar que os portugueses pensassem em alí estabelecer um centro de população. E, de tal jeito, fundou-se, em 1679, a Colônia portuguesa do Sacramento, na margem esquerda

⁽⁶⁾ Araujo Jorge, Alexandre de Gusmão, o Avô dos diplomatas brasileiros (1695-1753), Ensaios de História e Critica, pág. 24, Rio de Janeiro, 1916.

do Prata, quase em frente a Buenos Aires, em local cujos territórios circunvizinhos constituiram mais tarde, e a Província de Montevidéu, hoje espanhola, República do Uruguai.

Os espanhóis não se conformaram com esse estabelecimento; e pouco tempo depois, após que se verificou a inutilidade de negociações amistosas, um exército de espanhóis e de índios guaranís tomou de assalto o povoado e massacrou seus habitantes.

Esse sucesso, insignificante no conjunto da vida política de Portugal e Espanha, senhores dos maiores domínios coloniais que já possuiram Estados, esse sucesso foi o rastilho de uma explosão cujas consequências se fizeram sentir por quase dois séculos.

Romperam-se as relações diplomáticas entre as duas Cortes metropolitanas. Os portugueses fizeram restabelecer a colônia, que foi, mais tarde, de novo assaltada e destruida pelos espanhóis. A façanha da reconquista e da destruição do estabelecimento se repetiu por seis vezes, e essas lutas inglórias, por uma nesga de terra onde a terra tanto abundava, deu ensejo à realização de feitos de tão grande heroismo, que, como observam historiadores brasileiros (7); a defesa da posição pelo Comandante português da Colônia, Antonio Pedro de Vasconcelos, lembra alguma das mais belas páginas da famosa história portuguesa da Índia.

Tornou-se, pois, de extrema gravidade a situação; e a história desse pequeno povoado e da zona de sua natural expansão, foi, podemos dizer, até

⁽⁷⁾ Capistrano de Abreu. Sobre a Colônia do Sacramento, pág. 16 e Calogeras, A política exterior do Império, vol. 1.6, pág. 200.

1828, em que se constituiu definitivamente a República do Uruguai, após o tratado de paz entre o Brasil e Argentina, e, mesmo depois, por causas reflexas e consequentes, uma longa enumeração de lutas, de vicissitudes e de desgraças, que criaram, entretiveram e mantiveram o espírito de desharmonia, de desconfiança, e de hostilidade agressiva que se manifestou nas relações das metrópoles européias, quanto às suas possessões na América, e que se projetou, natural e automaticamente, nas relações entre o Brasil e os Estados que se formaram no Prata. Recolheram, assim, as nações independentes que se foram estabelecendo nesta parte do continente americano essa maléfica herança, de uma velha e ensanguentada rivalidade histórica, legada pelas velhas metrópoles, e que constituiu o germe de todas as perturbações e desinteligências que, até depois de metade do século passado, não permitiram a perfeita harmonia, que hoje existe e sempre deveria ter existido, entre o Brasil e seus vizinhos, que são todos os paises da América do Sul menos o Chile e o Equador.

E não foram só essas lutas que ensanguentaram as relações entre portugueses e espanhóis na história colonial da América do Sul.

A EXPANSÃO PORTUGUESA NO CONTINENTE

A expansão portuguesa para o interior do continente se desenvolvia em dois sentidos: ao norte, no sentido dos rios que formam a bacia do Amazonas, até os contrafortes das montanhas que defendem o Pacífico; e ao sul, pelas bandeiras paulistas, na pro-

cura de riquezas e na caça ao selvagem, estendendo, "através do deserto hostil e indomavel", sua ação épica, em que o principal título de glória foi a luta contra a natureza, "de que fazia parte o índio indefeso, mas fugidio", até o coração do domínio espanhol, nas proximidades de Santa Cruz de la Sierra, no caminho de Cuzco, e de Nova Granada, ou procurando o Pacífico, como foi o caso desse famoso Antonio Raposo, de quem Afonso Taunay, que está pacientemente retirando dos arquivos públicos a história de toda essa época heroica e multiforme, disse parecer demasiado o que fez para caber dentro da vida de um homem (8).

No começo, essas incursões que desrespeitavam de modo flagrante a linha de Tordesilhas, ainda vigente, em princípio, se fizeram na ignorância dos espanhóis que ocupavam regiões afastadas.

Ocorreu, porem, por esse tempo, a subordinação de toda a América Meridional ao trono castelhano, quando os reis de Castella cingiam as coroas dos dois Estados.

Unificadas assim, politicamente, as vastas regiões da América Meridional, ficou tudo pertencendo ao mesmo dono; e, de 1580 a 1640, que tanto durou a ocupação espanhola, a expansão portuguesa pelo interior brasileiro, sem peias de qualquer natureza, tomou proporções formidaveis. Dada a separação das duas coroas, quis a Espanha reagir contra esse estado de coisas. Houve protestos e mais do que isso, na Amazonia, como em Mato-Grosso, se pre-

⁽⁸⁾ Paulo Prado, O Retrato do Brasil (Ensaio sobre a tristeza brasileira) Duprat-Moyença — Reunion, S. Paulo, 1928, págs. 81 a 84.

tendeu, pelas armas, impedir o avanço dos pioneiros brasileiros.

No Sul, essas lutas tomaram proporções maiores, não só pela maior proximidade dos estabelecimentos de uma e outra parte, como tambem, e muito, pelo fato de haverem missões jesuíticas espanholas conseguido prender ao solo milhares de indígenas domesticados que obedeciam à voz de Espanha. Tais circunstâncias é que explicam que o corpo do Brasil, havendo-se alargado ao Centro e ao Norte, ocupando a maior parte do hinterland sul americano, se estreitou ao Sul, comprimido entre o mar e os territórios que o estabelecimento efetivo de espanhóis preservou da ação avassaladora das bandeiras. E essas lutas encheram um século.

ALEXANDRE DE GUSMÃO

Retomando o fio de minha narração, repito que, como acaba de ser visto, não era pacífica a situação quando, aos 13 de janeiro de 1750, se assinou o tratado de Madrid.

Digamo-lo desde logo que esse notavel diploma internacional, que teve, aliás, vida efêmera, pois foi revogado onze anos depois, em 1761, pode ser considerado como a carta política da América independente.

Ele foi obra de um brasileiro, Alexandre de Gusmão, cujo nome, deixado no olvido por mais de um século, foi levantado, para a mais legítima consagração, pelo Barão do Rio Branco, que a ele se referiu em diversos tópicos de sua *Memória* monu-

mental, na defesa de nossos direitos na questão do contestado franco-brasileiro, ao Norte do país, entregue à arbitragem da Suiça; e que, depois, Ministro de Estado, fez ornar de seu busto o salão principal do Palácio do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro.

Alexandre de Gusmão nasceu no ano de 1695, em Santos, na então Capitania de São Vicente, hoje Estado de S. Paulo, dois anos antes de se apagar, na Baía, o luminoso espírito do Padre Antonio Vieira, o primeiro dos grandes marcos da formação do sentimento jurídico e social no Brasil, na defesa dos direitos do índio.

Nascido de uma família extremamente religiosa, os cinco irmãos varões de Alexandre professaram em diversas ordens, bem como duas de suas seis irmãs. Como era natural, foram os Jesuitas os encarregados da educação do jovem brasileiro. Do seu mestre tomou, bem como o seu irmão Bartolomeu, o nome de Gusmão, em vez do de Lourenço, que era o de sua família. O convívio e o ensinamento dos padres da Companhia não lhe modificaram, porem, a nativa altivez e a manifesta sinceridade de seu espírito, qualidades que o guiaram, até seus extremos passos, numa vida de util e continuado esforço. Essa vida, aliás, não foi longa, pois terminou em 1753, aos 31 de dezembro, tendo Gusmão 58 anos de idade.

De seus irmãos, um mais velho que ele, o Padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, mais conhecido por *Padre Voador*, já havia adquirido notoriedade, pela descoberta dos balões aerostáticos, por ele feita mesmo antes das experiências dos irmãos Montgol-

fier, que, muito mais afortunados, passaram à história como o seu descobridor (9).

A circunstância do prestígio de Bartolomeu no Reino facilitou, sem dúvida, a vida de Alexandre, quando ele, com 15 anos de idade, chegou a Lisboa. Caindo nas boas graças do Rei D. João V e da Corte, poude ele prosseguir em Portugal os seus estudos; e, antes de haver completado 20 anos, foi mandado servir como secretário na Embaixada junto ao Rei de França, que não era menos que Luiz XIV. Proporcionava-se assim ao jovem brasileiro o melhor ensinamento que poderia ter tido seu espírito curioso e arguto.

Infelizmente, quanto ao Rei Sol, a Embaixada chegou a París apenas para participar do fausto de seus funerais, pois a morte pouco antes o havia colhido. Poude, entretanto, o jovem diplomata permanecer por cinco anos em França e não perdeu seu tempo. Frequentou faculdades e se fez doutor em Direito; frequentou bibliotecas e arquivos e se fez conhecedor de todos os segredos da história da política e da diplomacia; frequentou os salões e se fez homem de sociedade e de Corte. E, assim, enriquecido de inestimaveis predicados, volveu a Lisboa, tendo sido mandado servir na Secretaria de Estado do Reino, onde entrou desde logo, cercado de extraordinário apreço.

⁽⁹⁾ Bartholomeu nasceu em Santos. Terminados seus estudos iniciais com os jesuitas na Baía, passou-se para Coimbra, onde se formou em Cânones; mas foi ao estudo das ciências exatas que dedicou sua vida. Pensou descobrir o segredo da navegação aérea e construiu uma aeronave em forma de pássaro, a que deu o nome de Passarola e na qual, em abril de 1709, fez um vôo em Lisboa, partindo do Castelo de São

A MISSÃÓ EM ROMA

Por esse tempo, havendo determinadas circunstâncias, apesar do espírito sumamente religioso do soberano português, enredado certas complicações com a Cúria Romana, mandou El-Rei como Embaixador a Roma o Padre Bartolomeu de Gusmão, possivelmente por influência de Alexandre. E como o Padre Voador, mais familiarizado com problemas

Jorge e descendo no Terreiro do Paço. Assinalando esse acontecimento foi, por iniciativa do Aero Clube de Lisboa, inaugurada, em 1912, uma placa de bronze nos muros externos do Castelo de São Jorge.

Prosseguindo em seus estudos e experiências, o Padre Voador, como o chamavam, descobriu os balões aeróstatos impulsionados pelo calor do fogo. Francisco Leitão Ferreira, contemporâneo de Bartholomeu e que assistiu às experiências de seu invento, realizadas na presença da família real, descreveu o aparelho como "um globo que se elevava, impelido por certo material a que o inventor aplicava fogo". Tudo isso mais de meio século antes que houvessem, em 1783, em França, feito experiências semelhantes, os irmãos Montgolfier que gozam da fama de haver inventado o aeróstato. O próprio Larousse, entretanto (Grand Dicionaire Universel — in verbis — Gusman ou Gusmão, Bartholomeu Lorenço de —) assinala que "au commencement du XVIII siècle il inventa une machine pour se transporter par les airs dun endroit à l'autre" e, transcrevendo Ferdinand Denis, reproduz a narração do vôo realizado em Lisboa, em presença do rei, no dia 8 de agosto de 1709. Aliás, o vôo foi em abril desse ano e não em agosto.

Teve, Bartholomeu, depois desses fatos, notoriedade e prestígio na corte, desempenhando funções públicas de importância, como adiante se verá.

Mais tarde, porem, havido, pela crendice supersticiosa do tempo, como feiticeiro e de ter entendimentos com o diabo, foi perseguido e fugiu para Espanha, abrigando-se ao Convento de São Romão, em Toledo, onde faleceu em 1724.

Ainda em fins de 1927 o Congresso Íbero Americano, que se reuniu em Madrid, colocou solenemente na velha igreja desse Convento, no lugar onde repousam os ossos desse brasileiro ilustre, uma placa de bronze glorificando o gênio inventivo do "primeiro inventor dos aeróstatos". Em uma das principais praças da Cidade de Santos foi elevado um formoso monumento, representando os dois irmãos Alexandre e Bartholomeu de Gusmão, filhos de que a cidade tanto se ufana.

positivos de ciências exatas do que com sutilezas de negociações diplomáticas, não conseguia desvencilhar-se, sozinho, da tarefa, foi-lhe mandado o irmão para que o ajudasse. A atuação de Alexandre de Gusmão em Roma, durante os sete anos que teve de durar sua missão, é uma página admiravel de perspicácia, de tenacidade e de espírito persuasivo. E seu êxito foi completo. Liquidou todos os casos que se haviam emaranhado, clareou completamente os horizontes políticos e conquistou para Portugal elementos de prestígio internacional. Foi ele que conseguiu alcançar para os reis de Portugal o qualificativo, assás nobilitante, no seu tempo, de Majestade Fidelíssima, que os monarcas lusitanos conservaram enquanto durou a Monarquia em Portugal.

Não poude ser, todavia, rápido o sucesso de sua missão porque a meio das negociações os papas morriam e era mister recomeçar... Assim foi que, logo em 1721, ano de sua chegada, morreu Clemente XI; em 1725, se finou Innocencio XIII; e em 1730 desapareceu Benedito XIII, a quem sucedeu Clemente XII.

Sete anos teve ele de permancer em Roma; e concluidas que foram as negociações e resolvidas as pendências, tal foi o modo por que se soube haver o habil negociador, que deixou a cidade eterna cercado de grande prestígio e tendo conquistado valiosas amizades, distinguindo-o o Pontífice com a dignidade de Príncipe, que não aceitou por oposição da Corte Portuguesa.

Em Portugal, até onde havia chegado o eco do seu sucesso, e que beneficiou dos resultados ótimos

de sua missão, designou-lhe o rei um alto posto na administração dos negócios internacionais e do qual, na maturidade plena e profundamente experimentada do seu espírito, ele poude prestar os mais assinalados serviços. Dizem os historiadores do tempo e seus biógrafos que "a ele pertence de direito toda a glória das negociações dessa época, pois que, se não foi o executor de todas as medidas, foi contudo a inteligência que dirigiu as mais importantes, não tendo havido negociação naqueles tempos em que não houvesse ele tomado parte" (10).

A OBRA DE GUSMÃO

Ao lado disso, não descurou Gusmão das letras. Membro da Academia, fazia discursos, redigia memórias e dava aprimorada forma às suas cartas, não tendo jamais deixado de cultivar a literatura clássica e as letras contemporâneas da Europa; e isso de tal modo que Camilo Castelo Branco, grande escritor português do século passado, que de si deixou a fama de atrabiliário e violento na crítica das obras e na observação dos homens, poude fazer de Gusmão, em dois livros em que lhe coube ocupar-se dele, como homem público e como homem de letras, os mais incondicionais elogios. De suas cartas, abundantes de considerações e conceitos, e que o autor da prudência e reserva do Sr. Araujo Jorge "considera como definitivamente incorporadas à história de Portugal", de suas cartas disse Camilo, "que na esper-

⁽¹⁰⁾ Pereira da Silva, *Plutarco Brasileiro*, vol., pág. 216, **Rio** de Janeiro Edit.

teza da observação, na solércia da crítica e, para quem antepõe estudos sociológicos à prolixidade linguística, o secretário de D. João V excede Antonio Vieira e D. Francisco Manuel de Melo": e Antonio Vieira e D. Francisco Manuel de Mello foram dos mais fúlgidos espíritos e notaveis escritores que tem tido a língua portuguesa. De sua ação como estadista, de suas iniciativas como homem público, mais eloquentes e significativos são ainda os elogios de Camilo. No famoso livro do Perfil do Marquês de Pombal, que, como se sabe, morto Dom João V. foi o sucessor de Alexandre de Gusmão na confiança da coroa, se lê: - "Todas as encomiadas providências de Sebastião de Carvalho (o Marquès de Pombal) acerca da moeda, das companhias na América, das colônias, das indústrias nacionais, das abnoxias distinções entre cristãos novos e velhos, das minas do Brasil, encontram-se nos escritos de Gusmão'', escritos que esse autor, linhas adiante, classifica de geniais.

Assim foi ; mas a obra máxima de Gusmão, é, sem dúvida, o tratado de 1750, obra sua como inspiração e como forma, e tão sua que, atacada, ele se julgou no dever de vir a público responder às injustificadas censuras.

A força política de Gusmão não sobreviveu muito, entretanto, à celebração desse grande ato internacional. Nesse mesmo ano do tratado, 1750, o Rei D. João V deixou de viver. Substituiu-o Dom José que chamou para seu Ministro Sebastião Joseph

de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, figura extraordinária, sem dúvida, na administração portuguesa, mas das que mandavam sós, sem aceitar inspiradores e que, desde logo, afastou inteiramente o brasileiro dos conselhos da Coroa.

Como membro titular do Conselho Ultramarino, ousou ainda Gusmão impugnar certas resoluções do Ministro, referentes ao Brasil, a cujos negócios ligava o maior interesse. Mas Pombal era daqueles que não admitiam contraditas. Alexandre de Gusmão teve de abandonar o serviço público e retirar-se para a calma feliz de seu lar "que a fortuna não deixou durar muito".

Pouco tempo depois, em 1752, um incêndio lhe destruiu a casa e os livros e lhe matou a esposa, com quem tarde se casara, e lhe seria o consolo da velhice. Ferido assim pela fatalidade, ele ficou reduzido à extrema penúria e se deixou sucumbir. No último dia do ano de 1753, faleceu, ignorado e só, aquele que, no conceito de Camilo, "foi estadista que nas ciências políticas foi mais arguto que D. Luiz da Cunha e na sagacidade e lucidez de fino sentir, foi o mais avançado espírito de seu tempo". E ainda bem foi que houvesse morrido nessa altura da vida, pois poupou-lhe o destino ver, poucos anos mais tarde, destruida sua obra e revogado o seu trabalho.

O TRATADO DE MADRID

O tratado de Madrid, a obra máxima de Gusmão, foi subscrito em 13 de janeiro de 1750. Indiquei que dele se podia dizer que era a carta polí-

tica da América independente, e ides ver que assim é, pois de seu estudo se apura que foi elaborado sob a inspiração de um sentimento genuinamente americano que pela primeira vez se insinuava na política internacional.

Como já se fez ver, palavras atrás, muitos e complexos problemas haviam posto na tela das relações de Portugal e Espanha as suas respectivas possessões coloniais. Azedadas as relações entre as duas Coroas pelos sangrentos encontros do sertão americano e pela irritação das contrariedades políticas da Europa, o ambiente em que se desenrolavam as negociações diplomáticas era normalmente pesado e pouco propício a acomodações.

Certas circunstâncias, porem, se apresentavam nesse momento favoraveis a um entendimento entre as duas cortes, por isso que o Rei de Espanha, Fernando VI, era genro do Rei de Portugal pelo casamento com sua filha D. Maria Barbara, e a inteligente princesa portuguesa exercia decisiva influência no ânimo debil de seu marido.

Alexandre de Gusmão, em cujo alto e previdente espírito se desenhavam nitidamente, numa projeção fecunda pelos séculos futuros, todas as necessidades e conveniências da situação, inteirado dos sentimentos e impulsos em que se agitavam as duas cortes, entrou em ação e, com rara habilidade, levou os dois reis a aceitarem o acordo de 1750.

Esse tratado, em cujas prescrições se resolviam, de modo claro, racional e positivo, todos os problemas referentes acs domínios coloniais dos dois paises, sem exagerada atenção dos interesses de cada um, no momento, mas com o intuito principal de resguardar o futuro de novas complicações e preparar o advento de um longo período de tranquilidade, propício ao grande desenvolvimento econômico e cultural dos dois Estados, e de seus domínios coloniais, esse tratado é precedido de uma exposição, justificativa que é, sem dúvida, um dos mais notaveis documentos que a história diplomática regista e onde a razão de Estado é, confessadamente, posta de lado pelas imposições da conveniência geral.

A principal causa das desinteligências entre Portugal e Espanha provinha da delimitação de seus domínios ultramarinos, não só, de um modo geral, no saber a qual das duas coroas se deveria atribuir o território descoberto, como na fixação da parte de cada um nos territórios já ocupados. Esses problemas haviam sido objeto de Bulas Pontificias, do tratado de Tordesilhas, do Tratado de Utrecht. Todos esses atos, entretanto, não haviam servido, até então, senão para gerar confusões e aumentar as desinteligências.

O Tratado de 1750 afrontou decisivamente a situação; e considerando "que o meio mais conducente para conseguir o saudavel intento de consolidar e estreitar uma sincera e cordial amizade entre Estados, é tirar todos os pretextos e alhanar os embaraços que possam ao diante alterá-la", encarou, de modo direto, cada um dos pontos de contestação e os resolveu, anulando e desfazendo os anteriores convênios e seus efeitos, notadamente o de Tordesilhas, e, a certos respeitos, o de Utrecht. E essa notavel exposição preliminar, em que são expostos, com sin-

cera clareza, os pontos de vista de cada Estado e as razões com que cada um os defendia, conclue tornando patente que o tratado a que servia de introdução, visava, pondo de lado linhas imaginárias a se fixar e, notadamente, o meridiano de Tordesilhas, na parte relativa à confinação dos domínios, dois objetivos: "1." — que se assinalassem os limites dos dois Estados, tomando por balisas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundissem, nem dessem ocasião a disputas, como são a origem e cursos dos rios e dos montes mais notaveis; que cada parte contratante ficasse com o território que no momento possuisse, à exceção das mútuas concessões que nesse pacto se iam fazer e que em seu lugar se diriam".

o "uti possidetis"

Estava, assim, proclamada, com notavel despreendimento recíproco, a prática de buscar para marcação de fronteiras limites assinalados por acidentes da natureza, permanentes, indestrutiveis e facilmente reconheciveis e a aplicação para as soluções de disputas territoriais entre Estados, da Instituição do *Uti possidetis* que, no Direito Romano, no domínio do direito privado, correspondia a uma situação de fato cuja defesa justificava a concessão de um interdito possessório. Essa notavel inovação do Direito Público, depois da revogação desse tratado, em 1761, veiu a ser reproduzida no de Santo Ildefonso, de 1777 e teve sua aplicação prática, primeiro em 1810, para a discriminação das fronteiras entre os

Estados em que se fragmentou o domínio colonial espanhol da América, e mais tarde, para a discriminação do território do Brasil dos de cada um desses diversos Estados.

Conseguindo introduzir essas bases para fixação recíproca dos limites dos domínios portugueses e espanhóis, na América, alcançava Gusmão da coroa espanhola o reconhecimento da obra dos bandeirantes que, nas suas ousadas e aventurosas entradas pelo interior do país, haviam alargado em todas as direções a ocupação portuguesa no Continente, em territórios que, segundo a linha de Tordesilhas, não podiam deixar de ser castelhanos.

Assim agindo Alexandre de Gusmão, lembrando-se que era de S. Paulo, quis participar do esforço dos seus patrícios em benefício da pátria comum, e, conhecendo as heróicas façanhas dos bandeirantes, quis, mesmo de longe e num diverso campo de ação, fazer-se bandeirante tambem.

Só isso bastava para lhe sagrar a memória. Sua visão, pòrem, foi muito mais larga; o alcance de sua obra é muito mais vasto, e de repercussão muito mais extensa.

Alem do estabelecimento desses princípios, que determinaram normas gerais e largas de orientação na fixação das fronteiras, o tratado resolveu diretamente os diversos casos concretos que vinham sendo, desde o descobrimento, a causa dos desentendimentos e guerras, e com marcado desprendimento e larga visão política.

Foi assim que o famoso caso da Colônia do Sacramento, a despeito de anteriores reconhecimen-

tos em favor do domínio português, foi resolvido pela cessão à Espanha, por puras considerações de bom senso.

E o fato é que, revogado o tratado de Alexandre de Gusmão, voltando aos termos anteriores a situação da Colônia do Sacramento, o período de lutas sanguinolentas se reabriu, e essa pequena nesga de terra continuou sendo, como já havia sido anteriormente, o motivo das discórdias que perturbaram a harmonia da América do Sul, até que os Estados independentes, que se constituiram de um e de outro lado do Prata, Brasil e Argentina, com o tratado de paz de 28 de agosto de 1828, restabelecessem o que Gusmão fizera em 1750.

E dessa data se abriu entre os dois Estados uma indefinida éra de paz que poderia ter começado em 1750.

A PAZ NA AMÉRICA

De tudo o que se introduziu no tratado de 1750, entretanto, coisa alguma é mais transcendente e sugestiva e mais digna de se fazer notória do que o disposto em seu art. 21, e tanto que seus termos devem ser aquí reproduzidos em sua integridade.

Tais são os termos dessa cláusula notavel: — "sendo a guerra ocasião principal de abusos e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem suas majestades Fidelíssima e Católica que se (o que Deus não permita!) chegasse a romper entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassalos de ambas, estabelecidos em toda a América Meri-

dional, vivendo, uns e outros, como se não houvesse tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem junto com seus aliados.

E os promotores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte, irremessivelmente; e qualquer presa que fizerem será restituida de boa fé e inteiramente.

E, assim mesmo, nenhuma das duas nações permitirá o cômodo de seus portos e menos o trânsito pelos seus territórios da América Meridional, aos inimigos de outra, quando intentem aproveitar-se deles para hostilizá-la; ainda que fosse em tempo que as duas Nações tivessem entre si em guerra em outra região.

A dita continuação de perpétua paz e boa vizinhança, não terá só lugar nas terras e ilhas de América Meridional, entre os súditos confiantes das duas monarquias, senão tambem nos rios, portos e costas, e no mar oceano, desde a altura da extremidade Austral da Ilha de São Antão, uma das do Cabo Verde, para a parte sul; e desde o Meridiano, que passa pela sua extremidade ocidental para a parte do Poente, de sorte que de nenhum navio de guerra, corsário, ou outra embarcação de uma das duas coroas seja lícito, dentro dos ditos termos e em nenhum tempo, atacar, insultar, fazer o mínimo prejuizo aos navios e súditos da outra; e de qualquer atentado, que em contrário se cometa, se dará pronta satisfação, restituindo-se inteiramente, o que acaso se tivesse apresado e castigando-se severamente os transgressores.

Outrossim, nenhuma das duas Nações admitirá nos seus portos e terras da dita América Meridional, navios ou comerciantes, amigos ou neutrais sabendo que levam intento de introduzir seu comércio nas terras de outro, de quebrantar as leis com que os dois monarcas governam aqueles domínios.

E, para pontual observância de tudo, o expressado neste artigo se fará por ambas as cortes os mais eficazes encargos aos seus respectivos governadores, comandantes e justiças, bem entendido que ainda em caso (que não se espera) que haja algum incidente ou descuido, contra o prometido e estipulado neste artigo, não servirá isso de prejuizo a observância perpétua e inviolavel de tudo mais que pelo presente tratado fica regulado."

E eu vos pergunto: — não é evidente que neste velho texto desconhecido, se encontram definidos generosos princípios de alta política internacional que ultrapassaram o sentimento do seu tempo? Não está nele fixado o sentimento de fraternidade americana sob os princípios de uma paz perpétua? Não se vê neles o mesmo espírito que meio século mais tarde inspirou Washington e os gloriosos formadores da grande nação norte-americana e se cristalizaram na palavra nítida e precisa de Monroe?

O PRECURSOR DE MONROE

De fato, como num famoso discurso, observa Elihu Root, durante um longo período, "toute guerre faite en Europe entre les Puissances européennes et issue de querelles européennes était également faite dans le Nouveau Monde. Les Anglais, les Français, les Espagnols et les Hollandais se sont tués et harcelés les uns les autres en Amérique, non point tant en raison de querelles entre les colons en Amérique, mais en raison de querelles entre les Puissances européennes exerçant la souveraineté sur les colonies. La séparation des influences aussi absolute et aussi complete que possible, tel fut le remède que les plus avisés dentre les Americains ont adopté. Ce fut l'un des principaux objects de la declaration de Monroe, d'insister sur cette separation et ce faisant Monroe a tracé la frontière en suivant l'Ocean' (11).

Tais são as palavras de Root. Pois bem; três quartos de século antes de Monroe não foi outra coisa que fez Gusmão. Não se pode desconhecer, assim, que do dispositivo do tratado de 1750 se desprendem os princípios fundamentais da doutrina da mensagem americana de 1823: — a solidariedade continental pela concórdia e o alheiamento da América das consequências das intrigas da política européia, princípios fundamentais de onde decorreu o lema — A América para os Americanos.

⁽¹¹⁾ Elihu Root, La veritable Doctrine de Monroe (pág. 245), discurso de abertura dos trabalhos, pronunciado como presidente da Sociedade Americana de Direito Internacional, em sua 8.ª reunião anual, em Washington, aos 22 de abril de 1914. E' uma notavel, proficiente e elucidativa exposição da famosa doutrina, em seus antecedentes, significação e consequências, cuja leitura é muito recomendavel para quem se queira inteirar dessas matérias. Encontra-se publicada a págs. 230 e seguintes no livro Politique Exterieur des États Unis et le Droit International (Discours et Extraits), traduction française de Jean Teyssaire, Paris, A. Pedone, 1927, e em cujas páginas ao leitor francês é dado apreciar a brilhante e múltipla ação do grande jurista e estadista americano.

Certamente, com a intenção desses princípios num tratado, dando-lhes assim relevo universal e eficácia real, Alexandre de Gusmão traçou, no que entende com os mais legítimos e naturais interesses da América a diretriz segura e vitoriosa de sua política internacional.

E registe-se ainda que para mais caracterizar o sentimento de fraternidade que o espírito do tratado visava implantar e perpetuar entre os povos da América Meridional, nas instruções que foram expedidas para a demarcação das fronteiras, nos termos harmoniosos estipulados no tratado de 1750, se determinou que nos marcos principais se inscrevesse o dístico do Eclesiastes — Justitia et Pax osculatae sunt! — A Justiça e a Paz se beijam! — E assim se fez; esse dístico foi esculpido nos primeiros assinalamentos da demarcação empreendida no extremo norte do Brasil, como atesta o velho cronista e geógrafo Ayres do Casal, em sua acreditada Geografia Brasílica (12) e ainda hoje lá existem.

A REVOGAÇÃO DO TRATADO

Por desgraça, o tratado em que esses magníficos princípios foram inscritos, foi logo revogado e, como consequência dessa revogação, muitos anos, ainda, por mais de um século a discórdia ensanguentou a América do Sul. Não foram questões novas, divergências surgidas pelo estabelecimento do novo estado de coisas criado pela independência

⁽¹²⁾ Vol. I, págs. 290 e 291 da edição de 1917 e referido em Raja Gabaglia, As fronteiras do Brasil, Rio de Janeiro, 1916, págs. 57, e Fernando Nobre, As fronteiras do Sul, S. Paulo, 19, pág. 53.

dos povos sul americanos, as causas determinantes dessa discórdia. Nada existe entre os novos Estados da América, desde o momento de sua criação, que justificasse a discórdia. De povos irmãos, como eram, não se podiam criar e formar senão Estados irmãos. O germe dessa discórdia deve ser buscado, pois, no passado colonial da América, nas sementes de dissídio que a vida colonial deixou embebido no solo ou volatilizado nos ares; ele veio imperceptivel e não arrolado, no conjunto do espólio que das velhas metrópoles européias recolheram os Estados que de suas colônias se formaram.

Alexandre de Gusmão, em cujas veias, por sua mãe, corria o sangue americano, e cujos primeiros anos se passaram na liberdade da terra infinita da América, ante a perspectiva do mar infinito, não adaptado às tortuosidades da política européia de seu tempo, ferido e maltratado pelas intrigas da Corte, comprimido pela estreiteza do espírito clerical, tão absorvente no seu tempo que tornava irrespiravel o ar fora das igrejas ou dos conventos. amando essa terra sua natal, que os azares das competições políticas e da pequenez de destino não lhe permitiu que volvesse a ver, e desejando preservála da desgraça das guerras, das competições políticas, e da pequenez de sentimentos que não se explicavam na liberdade e na vastidão dos seus horizontes, procurou, com o tratado de 1750, pondo termo às discórdias presentes, pela solução mais conveniente dos casos concretos que as haviam criado e mantido, preservar o futuro de suas consequências, imprimindo ao desenrolar da vida desses povos, o sentimento de fraternidade e de independência que cria e mantem o respeito recíproco e o espírito de solidariedade.

A diversidade dos pontos de vista, entretanto, fez predominar a opinião dos que não viam no tratado senão a perda do território da colônia do Sacramento. Gusmão bateu-se contra a estreiteza deste entendimento, e, defendendo sua obra, era, como disse Calogeras (14), um visionário genial a bater-se contra as realidades do sentimento dominante, incapaz de descortinar a altura do alvo e dos moveis que procurou atingir. O embate em torno da manutenção do tratado de 1750 traduzia o conflito de duas mentalidades, uma, retrógrada e estreita, voltada para o passado, outra entrevendo e cooperando para as soluções harmoniosas do porvir.

E não foi um sonho vão o que animou o espírito de Gusmão; a acentuação salutar e definitiva desse sentimento veio, afinal, implantar-se na vida da América, animar-lhe os movimentos, dirigir-lhe os passos, criar-lhe a unidade espiritual, e chama-se o panamericanismo, que, segundo o conceito ainda recentemente enunciado em Buenos-Aires pelo Professor de Heildelbert, Sr. Von Rauchhaupt significa de fato a união entre todos os paises de Hispano América e os Estados Unidos, na colaboração mútua para mútuo proveito" (15).

⁽¹⁴⁾ Política Exterior do Império, volume 1, pág. 222.

⁽¹⁵⁾ Von Rauchhaupt, Correlaciones en el Desarrollo de los Derechos de Europa y de America, Buenos Aires, Imprensa de la Universidad, 1928, pág. 139.



ΙI

Monroismo e Panamericanismo

A DOUTRINA DE MONROE

O primeiro momento da vida ostensiva do Panamericanismo, a ata, assim podemos dizer, da verificação de sua existência, é marcado pela famosa mensagem do Presidente Monroe, ao Congresso dos Estados Unidos, em 1823. E, no domínio da política internacional, tema algum tem dado motivo a maiores discussões, a maiores divagações, a mais extravagantes comentários do que a doutrina exposta nessa mensagem; se se verificar, porem, desapaixonadamente, como nasceu ela, em que consiste, quais teem sido os seus efeitos, chegar-se-á à conclusão de que os que nela teem visto uma ameaça, um perigo ou uma diminuição da independência ou do prestígio para as nações latinas da América, teem sido vítimas de um sensivel desvio de visão e de julgamento. Para bem compreendê-la, é mister, antes de tudo, relembrar, sem de qualquer forma diminuir o nome e a glória do Presidente James Monroe, que as famosas palavras de sua Mensagem, não

constituiram uma novidade, uma iniciativa própria, mas representavam a expressão positiva de um sentimento que se vinha formando na conciência política dos estadistas americanos, conjugado, aliás, com o sentimento político da Inglaterra.

Foi assim que, já em 1808, Thomas Jefferson, extraordinária figura que Nicholas Murray Butler, em seu livro Building the American Nation, considera como the Spoksman of the Democratic Spirit, o Porta voz do Espírito da Democracia, em carta a Clairiborne, Governador da Luisiânia, referindo-se aos rumores de cessão do México e de Cuba a potências européias, afirmou: "consideramos os interesses dessas terras e os nossos como os mesmos e julgamos que está nesses interesses excluir toda a influência européia deste hemisfério".

E anos depois, quando as nações da América já estavam constituidas em Estado ou se achavam prestes a ultimar a sua integração política, separando-se das metrópoles, esse pensamento de Jefferson tomou sua fórma definitiva. O estadista americano assinalou então a grande vantagem da "cordial fraternização de todas as nações americanas e a importância da coligação delas em um sistema de política americana, inteiramente independente e desligado da política européia". Os princípios sobre os quais repousa a sociedade e se desenvolve a vida politica pareciam-lhe radicalmente diferentes no antigo e no novo mundo, e ele esperava que "nenhum patriota americano jamais perdesse de vista que a política essencial da América era impedir, nos mares e no solo das duas Américas, as lutas ferozes e sanguinárias da ambição européia". No mesmo sentido em que se expressava Jefferson, tambem se manifestavam Madison e Adams, que, com aquele, nesse momento decisivo da formação do espírito americano, eram os mentores espirituais de seu povo, inspirados todos nos claros e previdentes versículos do Farewell Address de George Washington.

Com esses pioneiros da formação do espírito americano formava James Monroe. E para que bem se aquilate da comunhão de idéias e de intenções desses grandes homens, em sua fecunda participação nos negócios do Estado, basta lembrar, como fez Charles Evans Hughes, então Secretário de Estado da grande União em notavel discurso, pronunciado por ocasião da celebração do centenário da famosa mensagem de Monroe, basta lembrar, repito, que Jefferson fora quatro anos Secretário de Estado da Presidência de Washington: que durante os oito anos das presidências de Jefferson, foi Madison seu Secretário de Estado de Madienn; e que durante os dois períodos da presidência de Monroe. Adams, que o substituiu no governo, foi Secretário de Estado.

Lembremos ainda que Monroe, ao escrever sua Mensagem, consultou Jefferson sobre os famosos tópicos e a resposta de Jefferson continha os seguintes períodos: "Tal questão é realmente a mais grave que se nos tem apresentado, depois da declaração de nossa independência. Essa nos constituiu em Nação, ao passo que os princípios de que agora se trata fixarão o caminho que deveremos seguir através do Oceano do tempo, e realmente seria impos-

sivel achar para os proclamar mais favoraveis auspícios que os atuais" (16).

Em tais termos, concluindo com o ilustre Sr. Hughes, digno êmulo daquelas grandes figuras históricas que estamos invocando, registremos que a chamada doutrina de Monroe teve com Monroe sua apresentação dramática em uma declaração sensacional, nitida e cuidadosamente formulada, mas, em sentido algum, essa declaração constitue uma variante ou nela se enunciou qualquer cousa de novo ou estranho ao sentimento da política americana. As afirmações de Monroe foram apenas a definição solene dessa política, a fórmula de um sentimento que se havia cristalizado no ânimo dos fundadores da grande democracia e cuja manifestação, expressa e clara, num documento público de alta relevância, teve de ser feita por se haver apresentado a situação internacional que tornava necessária a sua afirmação, situação criada não só pela anexação, pela Rússia, do território americano do Alaska, como, pela constituição, depois da queda de Napoleão, da Santa Aliança, trazendo no seu bojo a pretensão, concertada no Congresso de Verona, de restaurar o império colonial da Espanha.

O veículo de que se serviu Monroe para a publicidade desses princípios da política americana deulhe, desde logo, a feição iniludivel de afirmação solene de carater internacional.

⁽¹⁶⁾ F. Capella y Pons (Secrétaire Honoraire de la Legation de l'Uruguay, à Berlin) *Monroisme* (Notes — Études sur la politique continentale americaine à l'égard de l'Europe), pág. 14, Paris, Emile Larose, edit. 1913.

E que princípios extraordinários afirmou a Mensagem de Monroe, que ainda hoje são tidos como perturbadores da vida normal dos povos? Monroe apenas declarou que julgava propícia a ocasião para proclamar "como princípio, cuja violação afetaria os direitos e interesses dos Estados Unidos. que os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente por eles adquirida e mantida, não poderiam ser considerados, de então por diante, suscetiveis de colonização futura por qualquer potência européia". E, mais adiante, referindose à Santa Aliança, aduz ainda "que o sistema político das potências aliadas é essencialmente diferente do da América; deve, pois, à lealdade e às amistosas relações que existem entre os Estados Unidos e aquelas potências, declarar que quaisquer propósitos da parte dessas potências para extender seu sistema a qualquer porção do hemisfério americano, serão considerados como perigosos para sua paz e segurança. Não tem intervindo nas colônias ou dependências de qualquer potência européia, e nelas não intervirão. Quanto aos governos que tenham declarado e mantido sua independência, independência por eles reconhecida por considerações relevantes e sob justos princípios, não poderão ver interposição alguma, por parte de qualquer potência européia, com o propósito de os oprimir ou de dominar por outro modo seus destinos, como outro aspecto senão de uma manifestação de disposições inamistosas para com os Estados Unidos. No que se refere à Europa, sua política continuaria sendo

a mesma, consistente em não intervir nos seus respectivos assuntos internos".

Bem se compreende a fundamental importância de tais palavras, proferidas, nesse momento, por um Estado jovem, mas que já se fizera forte para poder falar por essa forma, e o beneficio que delas resultou para a tranquilidade e segurança dos novos Estados Americanos, que, havia pouco, tinham se libertado do jugo metropolitano.

O APOIO DE CANNING

E relembre-se tambem que Monroe tinha atrás de si a Inglaterra. A política do gabinete de Saint James era abertamente hostil aos sentimentos que inspiraram a Santa Aliança. O fato de ser saxônia a principal parte da América Septentrional e a conveniência de não perturbar as boas relações entretidas com os novos estados latinos formados na América, e que tão risonhas perspectivas davam ao seu comércio, levaram a Inglaterra a repudiar as relações do Congresso de Verona, que consagrou os princípios da Santa Aliança.

Alem disso era a Inglaterra, a despeito de seu regime monárquico, um país de organização constitucional e de um notavel espírito liberal em todas suas manifestações. Animado por tais idéias, o governo inglês não podia tolerar passivamente a ação conjunta convencionada entre aqueles que se apresentavam como inimigos jurados de toda emancipação.

De acordo com estes princípios de ordem pûblica e de seu interesse particular e sob as mãos vigorosas de Canning, a Inglaterra, em outubro de 1823, e, pois, anteriormente à leitura da mensagem de Monroe, que é de 2 de dezembro desse mesmo ano, havia feito às potências européias as positivas declarações de que "consideraria qualquer intervenção estrangeira, quer pela força, quer por simples ameaça, no conflito entre Espanha e suas colônias, como uma razão suficiente para que ela reconhecesse, sem mais demora, a situação dessas colônias" (17).

E é sabido que Canning, por esse tempo, havia proposto ao Governo de Washington fazerem uma declaração conjunta naquele sentido, proposta que não foi aceita porque isso implicava, na maneira de ver dos Estados Unidos, numa intervenção, muito embora favoravel, na vida dos estados americanos ameaçados em sua independência, como em sua resposta declarou John Quincy Adams: "les pays de l'Amerique du Sud étant considérés comme de nations indépendentes, ce sont ces pays et nuls autres qui ont le droit de régler leur situation. Nous n'avons aucun droit à disposer d'eux; pas plus que les autres nations n'ont le droit de disposer d'eux sans leur consentement" (18).

Essa declaração que os Estados Unidos não quizeram fazer, conjuntamente com a Inglaterra, tomando a posição das repúblicas americanas ameaçadas, Monroe, entretanto, o fez por si só, de um modo geral, mas colocando-se no ponto de vista do interesse de seu país. Não é outro o espírito das pala-

⁽¹⁷⁾ State Papers, vol. II, págs. 49-53.

⁽¹⁸⁾ Citado em Root, cit. pág. 238.

vras da mensagem de 2 de dezembro, e talvez fosse a conformidade de vistas da Inglaterra com essas idéias a razão pela qual a Europa não retorquiu à ousada atitude do novo Estado, que de tal modo falava às velhas e autoritárias potências do Velho Mundo. "Les puissances européennes, observa F. Capella y Pons, savaient parfaitement que, derrière la doctrine de Monroe se trouvait l'escadre anglaise pour leur barrer le chemin de l'Amérique" (19).

Todas estas circunstâncias criaram desde logo o prestígio dos princípios enunciados pelo Presidente dos Estados Unidos e sob cuja influência se formou e desenvolveu o sentimento da solidariedade americana.

E ainda aquí é oportuno recordar que o princípio de que as combinações e interesses das Cortes de Europa não podiam afetar a vida política dos estados americanos, já havia sido, três quartos de século antes, por inspiração de um sulamericano, a serviço dos reis de Portugal, introduzido no texto de um tratado solene.

O BRASIL RECONHECE A DOUTRINA DE MONROE

O Brasil, honrando a memória do seu filho ilustre, cedo manifestou sua plena adesão aos princípios da mensagem de Monroe; foi mesmo o primeiro Estado a reconhecer e aprovar a famosa doutrina; teve confiança na boa fé da grande Nação, fez-se dela amiga e seguiu, através dos anos, fortalecendo essa

⁽¹⁹⁾ Capella y Pons, cit. pag. 21.

amisade de tal modo que o eminente Secretário do Estado, James C. Blaine, em expressiva nota de 1 de dezembro de 1881, ao Ministro americano no Rio de Janeiro, poude escrever que "a grande amisade entre o Brasil e os Estados Unidos é singularmente forte. Os laços que a ambos ligam são íntimos e permanentes" (20).

De fato; nas instruções do governo do Brasil ao agente confidencial que aos Estados Unidos mandou em 1824, no carater de encarregado de negócios, para conseguir o reconhecimento de nossa independência e do Império, instruções datadas de 31 de janeiro de 1824, isto é, de apenas 59 dias depois da data da mensagem de Monroe, o que é realmente extraordinário, dadas as distâncias entre os dois paises e os poucos e demorados meios de comunicação, existentes então entre eles, nessas instruções encontra-se já, a afirmação positiva de que "os interesses do Brasil se acham em inteira concordância com os próprios princípios do Governo dos Estados Unidos e de sua política". E esse documento, depois de fazer a indicação sucinta desses princípios, conclue com as seguintes palavras: "Tais são os princípios da política desses Estados, que por si eram sobejos para apressar o nosso reconhecimento, princípios esses que tiveram agora, na Mensagem do presidente a ambas as Câmaras, em dezembro passado, uma aplicação mais genérica para todos os Estados deste continente, visto que na Mensagem claramente se anuncia a necessidade de nos ligarmos

⁽²⁰⁾ John Basset Moore, International Law Digest, vol. VI, pág. 438.

e propugnarmos pela defensão de nossos direitos e territórios".

A nós, brasileiros, é particularmente grato assinalar que assim foi. As relações de todo o gênero que, então e depois, se entabolaram sob as inspirações desse espírito fraternal, jamais perderam o sentimento de seu carater inicial; e tanto que, quase um século depois, o preclaro Presidente Rodrigues Alves, em sua mensagem inaugural de 1906, ao Congresso Nacional, poude dizer, com inteira verdade que "concorrendo para que cada vez mais se estreitem as relações de cordeal amisade entre o Brasil e os Estados Unidos da América, não havia feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa independência e invariavelmente observada por todos os governos que o Brasil tem tido".

O Barão do Rio Branco, na era contemporânea, fator preponderante para a continuação de nossa tradicional política americana, fez a defesa dessas palavras em notavel estudo em que enumerou os laços que, desde o início da vida independente do Brasil, o prendem, fraternal e livremente, aos Estados Unidos (21).

Essa mesma cordialidade fraternal de sentimentos, o Brasil procurou, desde a primeira hora de sua vida independente, introduzir tambem nas suas relações com os demais Estados americanos.

⁽²¹⁾ Esse artigo foi publicado, sob o pseudônimo J. Penn, em A Pedidos, do Jornal do Comércio, de 1908 e depois várias vezes reproduzido em Revistas e ainda em 1928 nas Pandectas Brasileiras, vol. 3, parte 1.ª, pág. 293.

Aliás, o espírito americano, que em 1750 orientou a ação de Gusmão, pode se dizer que andava no ar e era ele que fazia pulsar todos os corações brasileiros.

E' fato notório que nos últimos anos do século 18, quando começavam a se fazer sentir as primeiras manifestações de anelo de separação da metrópole que, em 1789, se traduziu no grande movimento da Inconfidência Mineira, um moço brasileiro, que é tradição ter sido um estudante da Universidade de Coimbra, fora a França buscar, junto do mesmo lefferson, então representante diplomático dos Estados Unidos em Franca, alento, conselhos e auxílio. Dessas diligências ficou a prova na correspondência trocada por esse moço exaltado, sob o pseudônimo de Vendeck, com Jefferson, com quem teve uma entrevista em Nimes, em princípios de 1787, e das informações que a John Jay, então presidente do Congresso Norte Americano, prestou Jefferson em longa carta datada de Paris, aos 4 de maio desse mesmo ano, correspondência que, em original, se acha guardada no arquivo desse estadista, na Biblioteca do Congresso, em Washington (22).

Nessas cartas, em que seu jovem autor diz ter ido a França especialmente para se encontrar com Jefferson, explica ele que se o espírito independente do Brasil, se volta para os Estados Unidos é porque

⁽²²⁾ Na Revista do Instituto Histórico Brasileiro, tomos XLVII, parte 1.ª, pág. 123, e LVI, parte 1.ª, pág. 117, se encontra o inteiro teor dessas cartas em português e no original francês, possuindo o arquivo desse Instituto reproduções fotográficas desses interessantes documentos.

"a natureza, fazendo-os habitantes do mesmo continente, como que a todos ligou pelas relações de uma pátria comum".

A AÇÃO DE SILVESTRE PINHEIRO

Esse era o sentimento geral; e, inexplicavel circunstância, mesmo os estadistas portugueses que serviram ao governo português com sede no Brasil, não se podiam libertar da influência desse espírito. Ocorreu que, proclamando a Argentina e o Chile sua independência, o primeiro ato de seu reconhecimento partiu do Brasil, onde tinha ainda sede o governo do Reino de Portugal. Era Ministro de D. João VI a figura singular de Silvestre Pinheiro Ferreira, e o seu ato, alem de altamente significativo do espírito de confraternidade continental é da mais transcendente relevância política, se se considerar que o Brasil era ainda, a esse tempo, parte componente do império lusitano. E' evidente que nesse momento histórico o sentimento americano da nascente nação brasileira prevaleceu no espírito do Ministro português sobre os interesses mais vitais do velho Portugal. E registe-se ainda que Silvestre Pinheiro Ferreira quis, intencionalmente, que esse reconhecimento da independência política, de antigas partes do império espanhol na América, partisse do Brasil mesmo: as instruções que ele deu a João Manuel de Figueiredo, o primeiro representante estrangeiro acreditado perante o governo de Buenos Aires, tem a data de 16 de abril de 1821, isto é. de apenas cinco dias antes da partida do rei, da Corte e do governo de Portugal para a Europa. Aliás, o sentimento americano, fortemente adquirido na permanência sob o céu brasileiro, não deixou de continuar influindo na ação do ilustre ministro de João VI. Mesmo depois de sua retirada do Rio de Janeiro, prosseguiu ele num grande esforço diplomático em prol das novas repúblicas americanas e tanto que o General Francisco de Paula Santander, vice-presidente da Colômbia e dos mais ilustres próceres de sua independência e organização nacional, na mensagem de 17 de abril de 1823, com que se dirigiu ao Primeiro Congresso Constitucional da República, poude dizer que "havia sido S. M. Fidelíssima quem abrira as portas da Europa para o reconhecimento dos governos americanos".

Acrece ainda que o mesmo Silvestre Pinheiro visou criar, um ano antes das declarações de Monroe, uma verdadeira Liga das Nações americanas, sob a base de um tratado de confederação e mútua garantia da independência dos Estados, justamente para, como Monroe, procurar contrarrestar a ação da Santa Aliança, que então se apresentava formidavel e ameaçadora. E para a realização desse intento, apresentou ele, em notas aos governos dos Estados sul-americanos, o desenvolvimento de suas idéias, entre as quais a de que aos Estados Unidos da América devia caber a presidência dessa confederação. Isso em 1822.

A grande figura de estadista de Silvestre Pinheiro Ferreira, bem conhecido do mundo civilizado por suas notaveis obras de direito público e interna-

cional, ainda está por ser condignamente apresentada; e sua notavel ação em relação à América tem sido injustamente deixada no olvido. Há sobre ela, de meu conhecimento, apenas um pequeno livro de Simon Planas Suarez, antigo ministro da Venezuela em Lisboa, sob o título Notas Historicas y Diplomaticas — Portugal y la independencia Americana (23), que é quase apenas uma colheita de documentos feita nos arquivos da capital portuguesa, mas, assim mesmo, preciosa.

O SENTIMENTO AMERICANO DO BRASIL

O Brasil, consumada a independência, e proclamado o império, em 1822, apesar da diversidade de formas de governo, único país monárquico da América Republicana, iniciou, desde logo, sua política de aproximação e solidariedade continental. Mantendo as melhores relações com os Estados europeus e procurando estreitá-las cada vez mais, a orientação da sua política internacional sempre foi e é essencialmente americana. O Barão Wenzel de Mareschal, que ao tempo da independência era o representante austríaco junto ao governo do Brasil, em sua correspondência, tão importante para a fixação dos detalhes da história desse acontecimento, salienta o entusiasmo americano que animava o espírito de José Bonifácio, o patriarca de nossa independência (24).

(23) Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1918.

⁽²⁴⁾ Segundo correspondência, ainda inédita, de que o Instituto Histórico do Brasil, tem cópia autenticada. V. minha conferência

Em 1824, sob a ação imediata da Mensagem de Monroe, o Brasil havia proposto aos Estados Unidos uma aliança com o intuito de assegurar que "para o futuro não prevalecesse na América a política européia sobre a americana".

E esse foi sempre o sentido da política brasileira no continente. Ao seu representante no Prata, determinava o Ministro de Estrangeiros, Carvalho e Mello, em data de 30 de julho de 1824: - "Vossa Mercê observará que não só a política do gabinete brasileiro é propriamente americana e tem por essencial objeto a sua independência de qualquer tutela Européia, mas que este governo não desaprova nem maquina contra as Instituições Políticas que esses governos (os governos de outros Estados sulamericanos) adotarem por melhores ou por inevitaveis, bem persuadido de que todas as instituições são realmente boas, segundo o carater e as circunstâncias dos Povos respectivos; sendo certo que se podem unir diferentes governos e marcharem a um ponto unido, isto é, a sua prosperidade e comum segurança, sem embargo de discordarem de forma de Governo".

E foi sob a inspiração desse sentimento que o Brasil desenvolveu sua atividade internacional para com as demais nações latinas.

A mensagem de Monroe foi a palavra que deu consistência a esse espírito latente e geral. Dessa

sobre o Manifesto de 6 de agosto — Revista do Instituto Histórico Brasileiro, volume especial sobre o ano da independência, pág. 273. Rio de Janeiro, 1922.

palavra, na sua letra como no seu espírito, nada havia de recear. Incisiva e precisa, mas medida e discreta, ela se fez ouvir no justo momento e, sem dúvida, chamou à razão o tresloucamento das pretensões absolutistas da Europa sobre a América Latina. Ela foi, na hora imediata à da declaração da independência, a salvaguarda dos Estados aí criados, e o nome de Monroe não deve senão suscitar sentimento de estima e de veneração por parte de todos os Estados que constituem a América Latina.

CONCEITO DO MONROISMO

A primeira das questões para cuja discussão foi convocado o Congresso do Panamá, inaugurado em 22 de junho de 1826, e a qual deu o próprio Bolivar, que o convocara, o prestígio de seu apoio pessoal, foi justamente "adoção de medidas para tornar eficaz a declaração do presidente dos Estados Unidos (Monroe) para frustrar, no futuro, qualquer tentativa de recolonização do Novo Mundo" (25).

E assim, se é certo que, a seu tempo, de um modo ou de outro, com maior ou menor solenidade, cada Estado latino da América encontrou meio de manifestar sua conformação com as solenes e categóricas enunciações de Monroe, é tambem certo que jamais essas enunciações, que passaram a ser chamadas de Doutrina de Monroe, se constituiram num pacto ou se traduziram num tratado. Os princípios que tais enunciações consubstanciaram, definiam,

⁽²⁵⁾ Argeu Guimarães, O Congresso de Bolivar.

conforme o entendimento que, desde 1808, vinha sendo acentuado (como já vimos aquí), uma orientação política dos Estados Unidos e foram manifestados ao mundo como uma declaração individual do governo norte-americano.

E' certo que nesse notavel diploma internacional, que é o Tratado de Versalhes, aparece referência a essa doutrina, e, justamente, para a considerar como um compromisso internacional traduzido num entendimento regional. E' o que se lê no art. 21 do pacto da Sociedade das Nações, com que abre aquele referido Tratado.

E' tambem de conhecimento notório que, em diversas ocasiões, diversos presidentes e secretários de Estado da União Norte-Americana fizeram declarações interpretativas e extensivas da doutrina. Nada disso, porem, é de molde a causar a menor inquietude. Orientação da política americana, declaração unilateral do Governo americano, aos Estados Unidos cabe exclusivamente definir, interpretar e aplicar a doutrina de Monroe, como, aliás, de modo nítido e categórico proclamou o Secretário de Estado, Hughes, no famoso discurso de Minneapolis de 30 de agosto de 1923.

E a verdade é certamente que não houve, nem pode haver, modificação essencial nos princípios fundamentais dessa doutrina. Root, o bem conhecido homem de Estado americano, que deixou de sua longa existência de trabalhos em bem da humanidade um rastro de luz, de ponderação e de beleza moral, disse num notavel discurso: "Nous

entendons dire ou nous lisons frequement que la doctrine a éte modifiée ou elargée; qu'il y a une doctrine nouvelle ou differente depuis l'époque de Monroe; c'est là un erreur; il n'y a pas eu de modification... En dépit de toutes les affirmations contraires, il n'y a eu ni modification, ni extension de la doctrine de Monroe, depuis qu'elle a été proclamée pour la première fois. On doit se rappeller que tout ce que disent ou écrivent les secrétaires d'État ou même les Presidents ne constitue pas une politique nationale. C'est à l'essence même du principe que la nation reste fidèle, à savoir que la securité des États Unis exige que le territoire américain reste americain'' (26).

La doctrine de Monroe n'empiète pas sur le droit; elle affirme ce droit. D'après la déclaration de Monroe, les droits et les intérêts des E'tats Unis les ont obligés à sauvegarder l'indépendance de tous les pays américains. C'est "cette indépendance qu'ils ont su se donner et maintenir" qui, declare-t-on, les exclut de toute colonisation à l'avenir. Il ne faut pas s'occuper des affaires", des gouvernements qui ont proclamé leur indépendance et sont maintenue et dont nous avons reconnu l'indépendance en vertu de hautes considérations et de justes principes".

⁽²⁶⁾ La véritable doctrine de Monroe (ditado, pág. 23). São ainda deste notavel estudo, cuja leitura integral será muito conveniente, as seguintes considerações: "La doctrine de Monroe n'affirme ni n'implique aucun droit pour les E'tats Unis de diminuer ou de controler la souveraineté indépendante d'un E'tat americain quelconque. Dans la vie des nations comme dans celle des individus il y a de nombreux droits incontestés et universellement reconnus. Le fait qu'un droit particulier est reconnu ne signifie point que ce droit exclut tous les autres. mais qu'il converge avec tous ceux qui ne lui sont pas incompatibles. Le principe fondamental du droit international est le principe de l'indépendance de la souveraineté: c'est sur ce principe que toutes les autres régles du droit international sont basées. C'est le principe général et nécessaire de la protection du faible contre le fort. Sa observation est la condition nécessaire de la paix et de l'ordre du monde civilisé. Grâce à ce principe le jugement général de la civilisation accorde à l'État le plus petit et le plus faible la liberté de traiter, lui même, ses affaires, sans interventions d'aucune autre Puissance, si grande qu'elle soit.

A INTERPRETAÇÃO DE WILSON

Não me cabe aquí entrar na apreciação do sentido do texto da mensagem, estudo que tem despertado controvérsias e suscitado correntes diversas de opinião. Apenas registrarei que Wilson, o próprio presidente Norte Americano, sob cuja influência apareceu essa referência à doutrina de Monroe no Pacto da Sociedade das Nações deu, a propósito mesmo desse dispositivo do Pacto, a interpretação da doutrina, como ela a entendia ao fazer com que o Pacto a ela se referisse. É, pois uma interpretação que se pode, absolutamente, ter como autêntica.

E' sabido que, em 1920, o governo da República do Salvador para aderir ao Pacto da Sociedade das Nações com pleno conhecimento de causa solicitou do governo americano, e isso porque o art. 21 do Pacto, referindo-se à doutrina de Monroe "não assinalava nem precisava seu alcance", que lhe desse uma explicação sobre o seu conceito autêntico tal como ele o entendia no momento histórico atual e em suas futuras projeções. E o governo americano, a cuja frente estava, então o mesmo Wilson, em nota do Secretário de Estado. Frank L. Polk. de 26 de fevereiro de 1920, comunicou ao governo da República do Salvador que "a opinião com referência à doutrina de Monroe era a que havia sido exposta no discurso do presidente dos Estados Unidos perante o Segundo Congresso Científico Pan Americano", e do qual cópias dos trechos correspondentes acompanhavam a nota. Essa resposta oficial

do governo americano se reportava assim ao discurso do Presidente Wilson proferido em Washington, em 8 de janeiro de 1916, perante os delegados reunidos de todos os Estados da América, discurso que, aquí registo como nota de pessoal satisfação, tive o privilégio de ouvir.

Nos tópicos desse discurso, cuja cópia acompanhava a nota do Secretário de Estado lê-se as seguintes afirmações: "A doutrina de Monroe foi proclamada pelos Estados Unidos por sua própria autoridade. Assentada na responsabilidade deste país até hoje se manteve e continuará mantendo-se; a doutrina de Monroe, entretanto, apenas exigia que os governos europeus não pretendessem estender o seu sistema político a este lado do Atlântico e não expôs o uso que se propõe os Estados Unidos fazer de seu poder neste lado do oceano. Essa doutrina constituiu uma advertência; não conteve, porem, promessa alguma quanto ao que os Estados Unidos se propunham fazer com o protetorado implícito e parcial que, em aparência, tratavam de estabelecer neste continente; e eu creio que todos os presentes me apoiarão ao afirmar que teem sido os receios e temores sobre este ponto que até hoje impediram que existisse maior confiança e intimidade mútua entre as duas Américas. Os Estados de América não tiveram a certeza do uso que os Estados Unidos fariam do seu poder. Essa incerteza deve desaparecer; e recentemente tem havido um intercâmbio de idéias muito franco entre as autoridades de Washington e as que representam os outros Estados deste hemisfério, intercâmbio de ideais confortador e cheio de esperança, por que se funda na apreciação crescente do espírito no qual ele se realizou: e aqueles que naquele intercâmbio tomaram parte viram que se a América deve ser dona dela mesma, em um mundo de paz e de ordem, deve antes estabelecer os fundamentos de amisade, de modo que coisa alguma pelo futuro faça duvidar deles. Eu abrigo a esperança e creio que isso se pode realizar, e estes congressos me teem permitido prever como a obra se realizará, e se realizará, em primeiro lugar, unindose os estados da América para garantia mútua da absoluta independência política e da absoluta integridade territorial.

Em segundo lugar, como corolário indispensavel a esta garantia, mediante convênios para regulação imediata das questões pendentes relativas a fronteiras por meios amistosos, ajustando-se ao mesmo tempo que as questões, que, por desgraça, surjam entre aqueles Estados, sejam objeto de investigação paciente e imparcial e resolvidas pela arbitragem: e por último mediante convênio, tão necessário para a paz das Américas, de que nenhum Estado de um ou outro continente permitirá que dele saiam expedições revolucionárias contra outros Estados, proibindo-se a exportação de material de guerra, quando se destinem estes a revolucionários em armas contra os governos vizinhos.

Vede, pois, senhores, qual é nossa idéia: ela compreende não só a paz internacional da América como tambem a sua paz interna. Se os Estados americanos se encontram em contínua agitação, em con-

tínuo fermento, haverá uma ameaça sempre presente para as suas relações entre si. E' de nosso interesse ajudarmo-nos mutuamente nas atividades normais dentro de nossas próprias fronteiras, do mesmo modo que nos interessa auxiliarmo-nos uns aos outros nos processos normais das controvérsias entre nós. Estas são idéias muito práticas que teem surgido na mente de homens pensadores e eu, por minha parte, creio que elas abrirão o caminho para alguma coisa que a América vem pedindo desde muitas gerações, baseadas em primeiro lugar e no que concerne aos Estados mais fortes, no grandioso princípio de abnegação e respeito aos direitos de todos; baseadas nos princípios da absoluta igualdade política entre os Estados, igualdade de direitos, não igualdade de indulgência; em uma palavra baseada nos alicerces sólidos e eternos da justiça e da humanidade. Nenhum homem pode desprezar estas coisas sem apartar-se da esperança do mundo. São coisas estas por cujo advento o mundo tem esperado e aguardado com o coração ardente. Queira Deus que fique à América a missão de elevar esta luz tão alto que ela ilumine o universo inteiro" (27).

Tranquilizado com os termos dessa exposição interpretativa da doutrina de Monroe, provinda do próprio autorizado orgão sob cuja inspiração e influência foi, no Pacto da Sociedade das Nações, introduzida uma referência à mesma doutrina, a República do Salvador aderiu ao Pacto e se constituiu

⁽²⁷⁾ Estes documentos se encontram no Livro Rosado publicado pela República do Salvador, relativo a seu ingresso na Liga das Nações.

parte da Sociedade das Nações, por decreto presidencial de 5 de março de 1920, e em um de cujos considerandos, alem de outro, em que faz positiva referência à correspondência a respeito trocada com o governo da Casa Branca. se lê o seguinte: "Considerando que el Gobierno de los Estados Unidos de America, a excitativa del Gobierno de el Salvador, ha dado interpretación a la Doctrina de Monroe, definiendola como el mas alto exponente en pro de la libertad, independencia, soberania, igualdad e integridad territorial de los Estados del Continente Americano; y que dicha interpretación satisface el sentimiento nacional salvadoreño en cuanto al alcance de aquella doctrina, que ha sido incorporada en el Pacto Internacional de referencia".

E' evidente que tal circunstância põe os Estados Unidos na obrigação moral de respeitar os termos da interpretação Wilsoneana.

Discorrendo sobre essas interessantes questões, com proficiência e clareza, o Sr. Juan Stefanish distinto professor de Direito Internacional Privado da Universidade do Paraguai, em Conferência realizada em Assunção, no correr do ano de 1928, sobre La Sociedad de las Naciones y la Doctrina de Monroe, diz com manifesta procedência que "com justiça se poderia proclamar que, cem anos decorridos, o Presidente Monroe poderia reconhecer sua obra através das palavras do Presidente Wilson (28).

⁽²⁸⁾ Publicaciones del Centro de Estudiantes de Derecho. Talleres Gráfica "La Nación", Asunción, 1928.

OS EFEITOS DA DOUTRINA

E. assim sendo, essa doutrina não afeta, não ameaça, não diminue as demais nações do continente que, constituidas de modo independente e livre, devem bastar-se a si mesmas. Alguns casos, de aparecência agravada pela exploração partidária e tendenciosa desenrolada em torno deles e, digamos claramente a verdade, alguns erros cometidos em diversas épocas, pela ação internacional do grande Estado, teem criado em redor da doutrina de Monroe uma atmosfera de suspeita, de reprovação, de repulsa, que a verdade histórica, de um modo geral, não justifica. Está claro que os casos indicados, alguns dos quais teem tido similares na História de todos os tempos, teem sido criados pela anarquia e desordem ferindo interesses e direitos estranhos, e não podem eles ser tidos como bastantes para determinar a excomunhão de uma doutrina. mesmo quando tais casos se houvessem dado sob sua inspiração, o que, às mais das vezes, não foi, pois que, e ainda aquí nos valemos da grande autoridade de Root "le champ d'application de la doctrine est strictement limité; elle ne concerne que d'occupation de territoires dans le Nouveau Monde après renversement ou exclusion d'un gouvernement americain preexistant. Pour le surplus, la doctrine n'a rien à voir. Les États-Unis ne trouvent aucune base d'intervention dans la doctrine de Monroe, qu'il s'agisse d'une conduite bonne ou mauvaise, de l'observation ou de la violation de droits. d'un accord ou d'un different, de dommage ou de reparation d'une contrainte ou d'une guerre'' (29).

E é fato digno de registo a circunstância de que na opinião européia, em comentários de sua imprensa, mesmo a mais autorizada, e, certamente devido ao desconhecimento do verdadeiro sentido da doutrina de Monroe, é que se manifesta de modo mais frequente e acrimonioso o receio e a condenação da doutrina de Monroe. Ainda recentemente. a propósito de não haver o governo do Brasil aderido ao Pacto Kellog, por toda a parte na Europa (ao menos foi esse o sentido dos ecos da imprensa européia que para o Brasil transmitiu o telégrafo), se deu a essa atitude a significação de um protesto contra a doutrina de Monroe: quando a verdade. tão facil de ser compreendida e tão claramente enunciada na nota da Chancelaria brasileira, entreque à Embaixada Americana no mesmo dia em que foi recebida a comunicação sobre a assinatura do Pacto, em Paris, é que era desnecessário declarar o Brasil adesão a princípios e aspirações que já figuravam, de modo expresso, em sua Constituição, desde 1891. E, mesmo sobre o caso nada tinha que ver a doutrina de Monroe que geralmente se confunde com prestigio americano, supremacia americana, hegemonia americana.

A DOUTRINA NÃO MORREU

E' um fato, pois, a existência da doutrina de Monroe, sem prejuizo dos Estados da América La-

⁽²⁹⁾ Root, cit., pág. 241.

tina; existe e continua existindo. A propósito convem lembrar as notaveis considerações de Theodoro Roosevelt, no memoravel discurso proferido em Santiago do Chile, em 1914, com referência ao conceito do publicista chileno Marcial Martinez, de que "a declaração de Monroe tinha vivido, isto é, deixara de existir".

"Há cem anos, disse Roosevelt, a única nação americana que havia alcançado sua independência era a União do Norte. Há noventa que as demais começavam a luta pela independência e não tinham capacidade para falar ao estrangeiro. Por esse tempo, e ainda por muitos anos depois, aos mesmos Estados Unidos, não prestavam ouvido as nações do velho mundo, que ainda assim começaram a ouví-lo quando nenhuma outra nação americana merecia essa atenção. Foi então que Monroe enunciou as linhas simples de sua doutrina. "Ela proclama que o solo do hemisfério ocidental não poderia ser, de então em diante, objeto de conquista ou aquisição territorial por parte da Europa. Desejo formular com precisão, prosseguiu o eminente estadista, que deixou em sua passagem na vida política da América um traco tão assinalado de sua forte individualidade. "desejo formular com precisão o que constitue a doutrina de Monroe. Se alguem disse que ela morreu, eu lhe perguntarei se isso quer significar que de agora em diante as potências do Velho Mundo podem adquirir, neste continente, territórios por conquista ou colonização. Só quem assim pensar pode pretender que a doutrina de Monroe tenha morrido. Para mim, diz ainda Roosevelt, longe de consistir princípio morto, creio que é uma grande tese que está mais viva do que nunca. Hoje, mais do que nunca, as nações americanas não podem admitir nem a conquista nem a colonização que a mascare. Muito ao contrário, penso que a doutrina de Monroe é hoje uma garantia não só dos Estados Unidos, como tambem de vossa pátria, e, em uma palavra, que o respeito a ela deve constituir um dever para todas as nações americanas, que teem alcançado suficiente bem estar econômico e um Governo estavel; para todas as nações, enfim, que possuam uma força armada eficiente para lhes permitir agir com garantia dessa doutrina".

E' sob este ponto de vista, como a acentuação resoluta da intangibilidade dos territórios do continente, como a afirmação solene da efetividade da independência proclamada pelas antigas colônias saxônias e latinas da América, que a doutrina de Monroe nasceu, exercendo, desde logo, no desenrolar da vida política americana, uma influência decisiva e protetora, e que, ainda hoje, quando as antigas colônias completaram sua organização política, constituindo-se em Estados, livres e fortes bastante para prover a própria vida e independência, vive e persiste na solidariedade continental, que encontrou sua fórmula fecunda na concepção do Pan-Americanismo e que impõe ao resto do mundo evidente respeito.

E' indiscutivel, como em famoso discurso já aquí proferido disse Mr. Root, que "les circonstances spéciales qui ont donné lieu à la déclaration de

Monroe n'existent plus. La Sainte-Alliance a disparu depuis longtemps; les nations de l'Europe n'envisagent plus l'établissement de principes monarchiques sur le territoire du Noveau Monde; la France, la plus active des Puissances alliées, est elle même une République. Aucune nation n'affirme plus le droit de colonisation en Amérique. L'établissement général de relations diplomatiques entre les Puissances de l'Europe et les Républiques américaines, qui n'était pas alors universel, l'est devenu, lorsque, suivant l'assentiment formel des Puissances, tout les Republiques américaines ont été reçues à la Seconde Conférence de La Haye, ont adheré aux Conventions qui y ont été conclues, sur un pied d'égale souveraineté et ont été admises au respect de leur territoire et de leur independance, sous la sauvegarde de ce droit de gens qui, auparavant, n'existait que pour l'Europe.

Mais la déclaration a une portée qui dépasse les évènements qui l'ont provoqué. Elle était destinée à proclamer un principe général pour l'avenir, ainsi qu'il ressort nettement, non seulement de la généralité des termes employés, mais des discussions qui lui ont donné naissance et de l'interpretation des hommes qui y ont pris part, comme de leurs successeurs' (30).

O PANAMERICANISMO

E, se a doutrina de Monroe foi a palavra que gerou o Panamericanismo, é bem certo, como disse,

⁽³⁰⁾ Root, cit., pág. 232.

que jamais ela foi consubstanciada num pacto ou convênio. Formulada como direção de uma política dos Estados Unidos, expressa num momento dado, por uma necessidade de sua própria segurança, ela se generalizou e hoje pode se dizer que corresponde à expressão da política de cada um dos paises da América. E mesmo ainda agora, em nossos dias, o próprio Sr. Kellog, prestando, como Secretário de Estado, informações à Comissão de Relações Exteriores do Senado Americano, por motivo da Aprovação do Pacto assinado em Paris, disse textualmente "que a doutrina de Monroe é simplesmente uma doutrina de defesa própria. Não constitue qualquer acordo entre os Estados Unidos e qualquer país do hemisfério Ocidental ou de qualquer outro ponto do globo (31), e o antigo Secretário de Estado, Sr. Henry L. Stimson, em seu livro American Policy in Nicaragua, escrito depois do desempenho nesse país de importante missão diplomática, escreveu as seguintes categóricas palavras: "a doutrina de Monroe não é uma derrogação dos direitos das outras Repúblicas da América, mas a solene declaração dos deveres dos Estados Unidos para com elas".

E considerando ainda, em elogio da plasticidade dos princípios que lhe constituem a essência, que a doutrina de Monroe encontrou no mais notavel dos diplomas internacionais que a civilização

⁽³¹⁾ Telegrama da *United Press*, de Washington, 29 de dezembro de 1928, publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, no dia seguinte. Depois destas declarações, o Senado dos Estados Unidos ratificou unanimemente o Pacto Kellog.

tem elaborado, o Tratado de Versalhes, uma verdadeira significativa ampliação.

Em sua Mensagem, Monroe enunciara o conceito de que os Estados Unidos "considerariam como ato de hostilidade qualquer intervenção estrangeira que tenha por objeto a opressão dos Estados que declararam sua independência e a tenham mantido". E, realmente, o princípio inspirador do art. 11 do Pacto da Liga das Nações, e por virtude do qual "toda a guerra ou ameaça de guerra que afete, diretamente ou não, uma das nações aderentes à Liga, interessa a toda a Sociedade" pode ser considerado como um transbordamento da doutrina de Monroe do terreno americano para o domínio, muito mais vasto, do universalismo. Isso mesmo precisou o Presidente Wilson, em sua alocução no Senado americano, em 22 de Janeiro de 1917, quando, expondo aqueles princípios, que depois acharam seu lugar no Pacto de Versalhes, concitou os Estados do mundo a que adotassem como doutrina mundial a doutrina de Monroe.

Foi à vista destas considerações que eu, em outra oportunidade, já tive o ensejo de acentuar que, em nossos dias, o problema do monroismo havia mudado de aspecto; depois da grande guerra, o que conviria assinalar era que os tempos haviam mudado e que a América precisava ser do seu tempo. Monroe foi o Wilson de 1823, disse eu, então; à ameaça da Santa Aliança, o famoso Presidente da União do Norte cobriu a debilidade das nascentes nações da América latina com o manto da solidariedade continental.

GLORIFICAÇÃO DE GUSMÃO

Por certo, o conceito da América para os americanos, lema que, como acabamos de ver, pode buscar sua origem em remoto artigo de Tratado inspirado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, pode resquardar a América de muitos contratempos e perigos. Por alheamento das consequências das intrigas da política européia não se deve, entretanto, entender o abandono sistemático de qualquer participação americana nos negócios e interesses da Europa. Não há dúvida que existem interesses especiais da Europa, que a ela só cabe deslindar e solver; em relação a estes a América nada tem que ver e neles não se deve imiscuir (32); mas há tambem os interesses mundiais que se apresentam na Europa, sede das mais avançadas nações, de onde se refletem e expandem a civilização e a cultura. O mundo é um todo, integral e dispar. Suas diversas partes não podem, como diversos mundos, completos e bastantes existir isoladas e bastar-se a si mesmas; essas partes se completam, se integram, se equilibram, constituindo um sistema. A civilização é uma só: concorre para seu aperfeiçoamento e es-

⁽³²⁾ Em seu Farwell adress, Washington escreveu estas palavras: "L'Europe a tout un ensemble d'intérêts primordiaux qui n'ont avec nous que très peu ou point de rapports; par suite, elle s'engagera dans de fréquentes discussions dont les causes seront essentiellement étrangères à nos intérêts; il serait donc peu sage de notre part de nous engager, par de liens artificiels, dans les vicissitudes ordinaires de sa politique ou dans les combinaisons et les collisions ordinaires de ses amitiés ou inimitiés. Notre situation séparée et lointaine nous commande et nous permet de suivre une voie différente".

forço coletivo, soma dos esforços individuais manipestados nas quatro partes do mundo.

Alem disso, com o desenvolvimento da navegação, com a descoberta do telégrafo e, em nossos dias, com a maravilha das transmissões que dispensam o fio, a penetração recíproca dos povos, traduzida nos fenômenos da imigração e do comércio internacional, pode se dizer que a terra se universalizou. E um Estado, no momento atual da civilização, côncio de sua situação de mera parte do globo terráqueo, de simples unidade da Civitas maxima, de puro elemento do sistema do Mundo, não tem direito de se isolar no comodismo de uma exclusiva preocupação de seus interesses restritos, e nem, sob muitíssimos pontos de vista, o poderia fazer.

A política internacional é uma; os interesses gerais da civilização são uns; um, o progresso da ciência; um, o apuro do sentimento artístico; um, o aperfeiçoamento das afividades industriais; e, assim, não é possivel ao Estado deixar de participar da vida internacional universal, muito embora conservando-se dentro dos limites de uma legítima defesa de seus próprios interesses, e pondo-se em guarda contra tudo aquilo que não corresponda a um legítimo interesse da comunidade.

Nós, americanos, aplaudimos, estimamos e prestigiamos o panamericanismo, em que se traduz o sentimento da fraternidade no trato conjunto dos Estados americanos, muito para o bem estar e progresso da América, sem deixar de nele ver, entre-

tanto, e não será este verdadeiramente um dos seus aspectos menos louvaveis, um caminho para a fraternidade geral dos homens e dos Estados, e para a formação de um bloco ou de uma frente unida, para construção da concórdia universal.

Acentuando o verdadeiro e benéfico significado do Panamericanismo, exaltando-lhe os fecundos resultados, não esqueçamos, entretanto, de proclamar bem alto o nome do seu mais remoto propugnador, Alexandre de Gusmão, filho do Brasil.





A VIDA DOMÉSTICA DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA

PELO

DR. ALCIDES BEZERRA



A VIDA DOMÉSTICA DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA

BENERAL BENERA BENERAL BENERAL BENERAL BENERAL BENERAL BENERAL BENERAL BENERAL

1797-1826

CONFERÊNCIA REALIZADA NO CENTRO DE CULTURA BRASILEIRA A 28 DE JULHO, PELO SR. ALCIDES BE-ZERRA, DIRETOR DO ARQUIVO NACIONAL

Quereis conhecer o carater e a vida de alguem? Lede, se puderdes, a sua correspondência particular. Foi o que fiz para julgar a Arquiduquesa Leopoldina, depois Princesa real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, e por fim primeira Imperatriz do Brasil.

Há dessa interessante figura de mulher — a mulher pode não ser bela e ser interessante — três coleções de cartas íntimas : uma existente na Riblioteca Nacional, outra no arquivo particular do historiador Alberto Lamego, a terceira no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As cartas da primeira coleção são dirigidas a uma sua tia, cujo nome não aparece, mas eu presumo ter descoberto e ser Maria Amelia, esposa do Duque de Orleans, mais tarde imperador dos franceses de 1830 a 1848: Luíz

Felippe. São cartas muito íntimas, dirigidas a uma tia, irmã predileta de sua mãe, datadas de 1814 a 1823, abrangendo o longo período de um decênio. As cartas do arquivo Lamego foram destinadas ao Marquês de Marialva, o elegante embaixador português em París, que, como se sabe, foi o embaixador extraordinário em Viena do pedido da mão da Arquiduquesa Leopoldina para o seu infeliz enlace com o nosso estouvado Pedro I.

Marialva era um desses homens encantadores que reunia a beleza varonil, a inteligência e o fino trato ao prestígio de uma família aristocrática, rica e brava. Homem raro, capaz de brilhar nos salões entre o eterno feminino, domar no picadeiro fogoso corsel e, como o avô, de matar touros em Salvaterra.

A Princesa Leopoldina tornou-se amiga intima do Marquês de Marialva, escrevia-lhe constantemente, fazia-lhe encomendas de livros, dava-lhe impressões do Brasil, notícias de sua vida no paço, e, à proporção que os filhos vieram vindo povoar de encantos o Palácio da Boa Vista, informava-o das travessuras dos pimpolhos de sangue azul. A primeira palavra que ensinou à filha Maria da Gloria a pronunciar foi Marialva. Isto diz tudo. Pois bem. tive a ventura de ler e reler, decifrar, copiar, anotar, reduzir a fichas essas cartas a Marialva. Não foi pequeno o trabalho. O Dr. Jorge Schaffer, outro amigo da Imperatriz, louva-lhe a caligrafia. Puro chaleirismo. A letra é miudinha e dificil de se ler. Algumas palavras adivinha-se-lhe o sentido pelo contexto. Tambem estudei carinhosamente as cartas a Maria Amelia. As cartas do Instituto formam duas séries: uma já publicada, das destinadas a Schaffer, outra ainda inédita, das dirigidas ao Imperador Francisco I, pai de Leopoldina, as quais foram mandadas copiar no Arquivo de Viena pelo benemérito Dr. Max Fleiuss. Acham-se traduzidas e não oferecem dificuldades.

Confrontando-se as cartas à tia com as enviadas a Marialva e ao pai — algumas teem até a mesma data — verifica-se que a Princesa Leopoldina não gostava de mentir. Era absolutamente sincera, mesmo quando tratava o marido por "mon chéri époux". Veremos depois que, apesar de tudo, teve D. Pedro a mais louca paixão amorosa. Juntai a essas feições de carater que deixei entrever a sinceridade, o talento da amizade, a capacidade de amar até o sacrifício apesar das feridas do amor próprio e já tereis uma pessoa invulgar que mesmo que não tivesse cingido a coroa de imperatriz merecia as bençãos da posteridade.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Maria Leopoldina Josefa Carolina era filha de Francisco I, Imperador da Áustria e Rei da Hungria e da Boêmia e de sua segunda mulher, Maria Teresa Carolina de Bourbon-Nápoles. A segunda filha do chefe da Santa Aliança nasceu em Viena a 22 de janeiro de 1797. Foi irmã de Fernando I, depois Imperador da Áustria e de Maria Luiza, a primogênita, esposa de Napoleão e sobrinha de Maria Antonieta, essa nobre figura de rainha que ex-

perimentou quanto a vida mundana pode oferecer de mais sedutor e interessante e o que as revoluções de mais cruel, horrivel e trágico.

Quando Maria Luiza casou, em 1810, com o sargentão corso divorciado de Josefina, ela era uma menina de 13 anos: não partilhou da vergonha recalcada da casa d\u00e1ustria, obrigada, em virtude das circunstâncias políticas da Europa, a enxertar na sua arvore genealógica um "parvenu" da glória. Sentiu tão somente a ausência da companheira de brinquedos e passeios que deixava o castelo de Schonbrunn. Maria Luiza tinha então 18 anos. Era alta, loura, de olhos azues, e, na opinião dos franceses, "gauche et sans grace". Todavia, imolada por Metternich, serviu para salvar a Áustria. Se não levou para a França a finura e os encantos de Maria Antonieta, deu ao seu imperador improvisado o direito de chamar Luiz XVI, "Meu tio" e à grande martir "Minha tia"

Os anos da meninice de Leopoldina correm em Schonbrunn docemente. Não há fatos extraordinários que se lhe gravem na memória a não ser a visita que fez a sua tia Maria Amelia, com quem passou dois meses, ao tempo em que tinha cinco anos. Dessa visita ela guardará lembrança indelevel. Nunca mais verá a tia querida, mas nunca se recordará daqueles dias felizes sem chorar. Escreve-lhe constantemente. Manifesta-lhe o desejo ardente de revê-la. Tocante amizade esta que resistiu ao tempo e às longas distâncias, tendo nascido de um contato passageiro quando Leopoldina era pecorrucha de cinco anos. Aos oito anos de idade perdeu a mãe,

mas logo teve por madrasta uma princesa de elevada formação moral.

Em 1814 contava ela 17 anos, estava moça, começava a interessar-se pela sociedade. Esse ano foi de rigoroso inverno na Europa, mas em compensação foi magnífico o carnaval em Viena. Leopoldina alude, em suas cartas, a uma e outra coisa, bem como aos seus estudos que eram então geometria, física e numismática. Alem dessas matérias começou a estudar diversas línguas. Mais tarde chegou a falar 10, e lamentava não ter iniciado os estudos filológicos mais cedo.

Em casa a sua situação era invejavel. Maria, Carolina e Francisco, seus irmãos, a adoravam. Maria casou cedo. Pena era que Carolina, posto que fosse apenas dois anos mais jovem, não tivesse grande desenvolvimento físico e espiritual. Com a madrasta fazia boa camaradagem. Francisco I era pai afavel e amante das filhas. Quando a madrasta morreu, em 7 de abril de 1816, Leopoldina desabafou com a tia Maria Amelia o seu pezar — "Devo-lhe tudo o que sou, ela me testemunhou em todas as ocasiões uma ternura e bondade verdadeiramente bem tocantes..."

Meses depois, escrevendo à mesma tia, recordava as temporadas que passara em companhia da mãe em Carlsbad e em Tôplitz, na Boêmia, frizando que gostava muito das estações dágua. On y est absolument sans gêne... acrescentava.

O ano de 1816 foi o grande ano da sua vida de solteira. Noivou. O noivado foi pretexto para grandes festas na corte austríaca. A entrada de Marialva em Viena para pedir a mão de Leopoldina fez-se com deslumbrante pompa nunca vista alí. Dom João VI, o sovina, havia recomendado ao embaixador que não poupasse despesas, contanto que desse impressão da grandeza e opulência da casa de Bragança, senhora de vastos domínios daquem e dalem mar.

A primeira vista parecerá que esse casamento não era lá grande coisa. A princesa havia nada menos do que abandonar a família, deixar o velho mundo, atravessar o Atlântico, temeridade para a época. Murmurava-se isto em todos os círculos sociais de Viena, cidade culta, e, como todas as cidades cultas, maledicente... Leopoldina, porem, encarou esta situação que surgia para sua vida de princesa como o fato mais natural. A América não a assombrava: pelo contrário desde pequena desejava conhecer a América. Dí-lo numa das suas cartas à tia. Havia o sacrificio de deixar a família, mas o pai tinha grande prazer nessa aliança, corrialhe, pois, o dever de fazer a vontade paterna, que ela considerava a sua lei suprema.

"Confesso que o sacrifício, que devo fazer, de deixar minha família, talvez para sempre, me será muito penoso; mas essa aliança dá grande prazer a meu pai. Separando-me dele, terei o consolo de dizer que me conformei com os seus desejos, persuadida que a Providência dirige de modo particular a sorte de nós, princesas, e constitue obediência à sua vontade submetermo-nos à dos nossos pais".

Nobres palavras, dignas de uma filha e neta de reis!

Porque aquela predileção de Leopoldina pela América? Imagina um dos nossos mais eruditos

historiadores, em livro que acaba de fazer sucesso refiro-me ao Sr. Tobias Monteiro e à sua obra História do Império — que foi a paixão da natureza, a predileção das ciências naturais que lhe acendeu nalma a chama da aventura. Se é difícil penetrar o pensamento alheio, até das pessoas com quem convivemos, porque, antes de Freud, o pensamento era terra em que ninguem pisava, dificílimo é descobrir os motivos de agir de pessoas que viveram muitos anos longe de nós. A própria Leopoldina não sabia bem explicar esse seu pendor pela América: "Não me faz medo a viagem. Creio até que é predestinação, pois sempre tive singular pendor pela América e até quando criança dizia eu sempre que queria ir lá". Tenho para mim que Leopoldina foi levada a desejar conhecer a América pelo seu temperamento romântico, e todos sabem que o romantismo se caracterizava pelo desejo do alem, do desconhecido, do exótico. O romantismo impregnava o ar. Ela leria Gœthe, Schiller, os românticos em voga. Mesmo antes das leituras românticas, haveria de vibrar com o seu tempo. Cada criatura humana é célula obscura do organismo cultural, partícula integrante da morfologia da civilização, e respira instintivamente as correntes espirituais de sua época. Leopoldina aspirou a América por seu romantismo inato e cá vindo trouxe a semente do ideal. Foi no Brasil a primeira mulher que chorou de emoção em vendo as matas da Tijuca.

Outro traço do carater de D. Leopoldina: a discreção. Logo que foi noiva, recebeu a arquiduquesa o retrato de D. Pedro. Esse retrato foi-lhe entregue com a mais rica moldura que se pode ima-

ginar. Marialva achou meio de mandar dizer que o retrato lhe fizera ótima impressão, não tendo tambem deixado de gabar a riquíssima moldura de ouro e pedras preciosas. Leopoldina, porem, na sua carta à tia guarda silêncio sobre a moldura discretamente. A discreção era-lhe inata. Só uma vez a quebrou e por motivo grave.

Por brevidade sou obrigado a passar de longe sobre o casamento, a viagem, a chegada ao Rio, as festas imponentes da entrada triunfal, matérias estas que o padre Luiz Gonçalves dos Santos esgotou nas suas "Memórias para servir à História do Reino do Brasil". Prefiro vulgarizar as notas pouco conhecidas do Dr. Ritter von Schaffer sobre a vida doméstica do imperador e da imperatriz Leopoldina, ampliando-as com o testemunho de outros contemporâneos.

Dentre os amigos íntimos da imperatriz, destacava-se o major Dr. Jorge Ritter von Schaffer, alemão de nascimento, oficial do exército russo, mais tarde da guarda de honra de D. Pedro I.

Os nossos historiadores implicaram com o Dr. Jorge Ritter von Schaffer. "Aventureiro", eis o epiteto mais brando com que o mimoseam sem mais exame. Repetem apenas as objurgatórias da oposição daquele tempo, os conceitos da imprensa vermelha. Injustiça, grande injustiça com o Doutor Schaffer.

Schaffer foi homem bom, leal, dedicado ao seu soberano, estudioso, empreendedor. Se gostava um pouco de cerveja, não vem ao caso: era homem de seu tempo e de sua raça. O maior dos seus con-

temporâneos — Gœthe — dava o exemplo. Admirava o Brasil com verdadeira paixão. Prestou-lhe serviços diplomáticos valiosos. Fez propaganda brasileira, publicando um livro de geografia e de história que deve ter sido muito lido em toda a Germânia. Nobre de origem, pertencia à família notavel da Alemanha, que ainda em 1914 dava muitos oficiais para a grande guerra, como se pode ver na "Rangliste der Koniglich Preussiechen Armee fur 1914", (páginas 1.533 e 1.542).

A Imperatriz Leopoldina o honrava com a sua amizade pessoal, o que se explica por ser ele, alem de nobre, homem de certa cultura. Em seus apertos econômicos — a Imperatriz era de fato gastadora, dava mais esmolas do que podia — recorria à bolsa de Schaffer, que muitas vezes a tirou de sérias dificuldades.

O boníssimo livro de Schaffer intitula-se Brasilien als unabhângiges Reich (Altona 1824). Schaffer é deselegante e minucioso. Em lugar de crônica alada, faz pesado relatório. Essa ingênua minuciosidade nos servirá, todavia, para apanhar ao vivo o dia de D. Pedro e Dona Leopoldina, ao mesmo tempo que a vida social no Rio de Janeiro de há um século.

A cidade, que viu a formação da Independência e os primeiros tempos do império, era muito diferente da atual em área, população e costumes. No centro ruas estreitas, à moda árabe; nos arrabaldes longínquos de então, como Botafogo, chácaras à moda inglesa. Parecia uma cidade africana: uma popu-

lação negra mais numerosa do que a branca fervilhava em todos os recantos.

Depois da Independência começou a tomar feição cosmopolita: aumentou o número de ingleses, franceses e espanhóis. As velhas modas de trajar foram sendo banidas, a princípio sob a influência inglesa, depois sob o influxo definitivo da moda francesa.

O Largo do Paço, hoje Praça 15 de Novembro, era o centro diurno mais frequentado pela burguesia ociosa, que vivia do ganho de escravos negros; o Passeio Público, o centro mundano e noturno, ponto de reunião das famílias em noites de luar. Na Rua do Ouvidor já predominavam as lojas de moda. O principal teatro da cidade ficava no local onde hoje existe o teatro João Caetano, na Praça Tiradentes.

O naturalista francês Victor Jacquemont, que visitou o Rio em 1828, assim nos descreve alguns aspectos da vida teatral, e, provavelmente, acontecia o mesmo nos anos anteriores:

"Mostra-se o Imperador muito assíduo ao teatro, porque às dansarinas e coristas muito aprecia, sem detrimento das damas de alto coturno.

Durante a representação fica a praça do Teatro apinhada de seges, em que de suas chácaras vieram os espectadores dos camarotes. Desatrelam-se as mulas, que pastam um pouco de capim poeirento, aquí e alí a crescer sobre a praça. Os cocheiros, estes dormem pelas boléias, jogam ou embebedam-se. Daí cenas de desordem, quando, pelas onze horas, os patrões, saindo do teatro, não encontram os carros prontos ou quando a criadagem está por demais embriagada para os conduzir, à noite, pela escuridão,

às suas residências geralmente afastadas de uma a duas léguas. O largo, durante a representação, toma o aspecto de um acampamento. Não há alí menos de trezentos ou quatrocentos veículos e um milheiro de cavalos e bestas, alem de algumas centenas de fâmulos negros. Tudo isto é necessário para o prazer de duas ou três centenas de famílias. Se ao menos elas se divertissem!

A platéia da Ópera, no Rio de Janeiro, pareceume composta dessa classe burguesa de tez indubitavelmente branca, que aquí exerce as profissões de médico, advogado ou ocupa os cargos secundários e subalternos da administração.

Debalde entre estes espectadores procurei pessoas de cor; elas teriam o direito de alí se achar, mas é provavel fossem mal acolhidas, pois vale bem pouco, no Rio, ter alguem por si o direito legal quando pela frente encontra a opinião geral". (Vide Rev. Inst. Hist. e Geog. Brasileiro — volume 144, página 575).

Havia no Rio de Janeiro do primeiro reinado dois palácios imperiais : o Palácio da Aclamação, o atual edifício da Repartição Geral dos Telégrafos, e o Palácio de São Cristovão, nos limites da cidade, na Quinta da Boa Vista.

O imperador e a imperatriz residiam habitualmente em São Cristovão, e passavam ao Palácio da Aclamação somente nas solenidades oficiais.

A vida no Paço de São Cristovão era simples e talvez monótona. As cinco horas estava o imperador de pé a ocupar-se dos seus negócios privados. A primeira refeição que toma é o almoço às sete horas da manhã, a segunda, o jantar, à uma hora da tarde.

Esses hábitos frugais de almoço cedo e jantar à uma hora da tarde não desapareceram inteiramente com os bons tempos de antanho. Ainda perduram, pelo menos no norte, nas famílias antigas do interior e obedecem ao ritmo dos trabalhos agrícolas. O fazendeiro ou o senhor de engenho precisa almoçar cedo, afim de percorrer os campos antes de meio dia, hora em que largam o serviço os trabalhadores, para o descanso até as duas horas, quando, tendo quebrado o sol, recomeçam os trabalhos rurais. O imperador de uma oligarquia agrária devia mesmo comer a horas tais.

O intervalo entre o almoço e o jantar consagrava-o D. Pedro aos negócios públicos, estudando minuciosamente os papéis dependentes de despacho imperial.

Todas as sextas-feiras pelas 9 horas da manhã havia audiência pública no palácio da residência. Os audientes se reuniam na ante-sala, sem distinção de classe. Até pobres e pessoas descalças podiam comparecer a essas audiências. O imperador os recebia na sala contígua a cada um de per si, dando aos pedidos logo uma resposta provisória.

Aos domingos ao meio dia havia recepção a que podiam comparecer os estrangeiros.

Pelas grandes festas religiosas vinha o imperador do Palácio da Boa Vista para o da Aclamação em companhia da imperatriz, de carro, em majestosa equipagem. A capela imperial ficava contígua ao palácio, tinha categoria de catedral e nela havia tribuna especial do imperador. As cerimônias religiosas eram presididas por um bispo.

Depois do serviço divino, missa ou *Te-Deum*, havia sempre recepção.

O imperador aparecia nessas ocasiões em uniforme azul de marechal, ostentando ao peito todas as suas ordens honoríficas: a de Cristo, a do Cruzeiro, a de Aviz, a de Torre e Espada, a de Santo Estevão, a de Leopoldo...

No diário, trajava D. Pedro com a maior simplicidade.

Todos os anos ia em companhia da imperatriz passar uma temporada na imperial fazenda de Santa Cruz, situada ao sul do Rio de Janeiro.

Esses passeios a Santa Cruz e passeios a cavalo pela cidade e arredores eram os seus divertimentos prediletos. Tambem gostava de caçar porcos selvagens nas vizinhanças do Rio. Em casa, às vezes, divertia-se trabalhando ao torno.

Quando passeava a cavalo ou de carro, sempre descoberto, mostrava-se muito amavel para com todos. Em vendo algum conhecido, parava, convidando-o para sua companhia.

Tambem podem ser enumeradas, entre os divertimentos do imperador, as visitas que costumava fazer à noite aos postos de segurança, mesmo os distantes da cidade. Isso não estava nas suas atribuições. Era sport.

O DIA DA IMPERATRIZ

A primeira imperatriz não era tão madrugadora quanto D. Pedro, mas às 6 horas já estava de pé e pronta para o seu passeio a cavalo ou de carro nos

arredores da Quinta, para gozar o fresco da manhã, como informa Schaffer. O calor carioca muito a martirizava. Queixava-se dele ao pai amargamente.

Os pássaros que a saudavam, com os seus gorgeios matinais dentro do arvoredo, estavam fritos: uma bala certeira os abatia. Às vezes, Leopoldina, que tambem tinha a mania atávica e nobre de pescar, demorava-se de cana em punho nas margens do ribeiro que alí corre ou na praia da baía.

O almoço tomava-o às 9 horas, ao ar livre, exceto nos dias de grande calor, em que lhe era servido nos aposentos particulares. Comia com apetite costelinhas, assados de aves domésticas e frutas, bebendo tambem um pouco de vinho.

Até o jantar — naturalmente um pouco mais tarde do que o do imperador — ocupava-se em ler, escrever e pintar.

Depois do meio dia a imperatriz fazia a sesta, passando em seguida à sua escolhida biblioteca, conforme ainda as preciosas informações de Schaffer. Que a biblioteca era de primeira ordem — sem dúvida, a mais importante do Brasil daquele tempo, posso-vos assegurar, porque examinei o catálogo existente ainda no Arquivo Nacional. A literatura greco-latina, as literaturas modernas da Europa, livros de filosofia, história, geografia, psicologia, antropologia, livros de viagens, de botânica, de mineralogia, livros antigos sobre o Brasil, livros sobre o Egito, a Índia, a Palestina, obras de política desde Aristóteles e Malthus e Rousseau, obras de história política até Sismondi, em suma, obras de todos os ramos do saber humano a enriqueciam.

Essa rica biblioteca não foi organizada para a imperatriz, e sim pela imperatriz. Das listas de encomendas de livros de seu próprio punho, verifica-se como Leopoldina lhe imprimiu o carater enciclopédico. Examinemos, para matar a curiosidade, pelo menos uma destas listas. Seja a que ela enviou ao Marquês de Marialva em 4 de maio de 1820:

Documents historiques et réflexions sur le gouvernement de la Hollande par Louis Bonaparte, 3 v. in-8.°.

Tableaux, Statues. Bas-reliefs et camées de la Galerie de Florence et du Palais Pitti.

Koch — Histoire de la Campagne de 1814, in-8.°, 3.° vol. et Atlas.

Galerie du Musée de France par Filhol.

M. de Ségur - Les femmes, in-12, 3 vol.

Warden — Description des Stats Unis de l'Amérique, in 8.°, 5 vol. avec cartes et figures. P. 1820.

Dodwells'news in Grece.

Cassas — Voyage pittoresque de la Syrie, Palestine, Phénicie et Basse Egypte. In-fol.

Norden - Voyage en Egypte, et en Nubie. 2 vol. in-fol.

Redouté - Les liliacées.

Saint Nom — Voyage pittoresque de Naples et Sicile, in-fol. 5 vol.

Solvyns — Les Hindous... in-fol.

Vetenat — Le jardin de la Malmaison, 2 vol. in-fol.

(Vide página 110 das "Publicações" do Arquivo Nacional. A imperatriz Leopoldina). Alí está prova cabal da curiosidade universal da então princesa. Ela que quer saber o que fez o tolo Luiz Bonaparte pela Holanda; como correu a campanha de 1814; o que o Oriente tem de notavel através de Cassas e Norden. Interessa-se pelos Estados-Unidos e ao tempo pelas liliáceas. E, porque é mulher, inclue no rol um livro sobre as mulheres e a obra de Vetenat sobre o jardim de Malmaison, onde as rosas talvez fossem mais belas, orvalhadas do pranto de Josefina, a quem sua irmã Maria Luiza sucedeu no leito de Napoleão.

O Marquês de Marialva, em París, era o encarregado das compras de livros conforme as listas enviadas, tendo ordem tambem de remeter, alem do pedido, tudo que fosse interessante em matéria de "história, geografia, história natural, política, filosofia, belas letras, botânica, viagens e jornais" (1).

Na sua correspondência com Marialva há, às vezes, referências a certos autores, por exemplo, ao abade Hauy, o célebre mineralogista, a quem chama de amigo e mestre, achando melhor do que todos os outros o seu sistema de classificação dos minerais; a Lucas, cujo tratado de mineralogia acha excelente. Numa carta a sua tia e confidente Maria Amélia, datada de 20 de julho de 1821, diz ela: "Minhas horas livres ocupo-as em ler muito, acabei há pouco a história das repúblicas italianas da idade média por Simondi, obra que achei cheia de espírito e raciocínio" (2).

⁽¹⁾ Carta ao Marquês de Marialva. Vide "Publicações", cit. pág. 120.

⁽²⁾ Vide "Publicações" cit. pág. 97.

Esse Simondi, cujo nome por inteiro era Leonardo Sismonde de Simondi, era nada menos do que o célebre historiador suiço amigo de Benjamim Constant e Madame de Staël, a fada de olhos negros de encanto irresistivel, e devia ser interessante mesmo, do contrário Madame de Staël não o suportaria no seu salão de Coppet, onde muitas vezes o viu o não menos célebre poeta danês Oehlenschlæger.

Apreciando Simondi, apreciava Leopoldina o escritor romântico, liberal, do círculo modernista de então, porque a imperatriz era de temperamento romântico e mesmo de ideias políticas românticas. Posto que considerasse o movimento constitucional um terrivel turbilhão, confessava-se culpada de sentimentos liberais (3).

Gœthe era o seu poeta predileto, que antepunha a Schiller, o que prova a finura de seu gosto. Amava a literatura alemã mais do que todas as outras, talvez por ser o alemão a sua língua materna. Podia expremir-se em latim, italiano, espanhol, inglês, boêmio e húngaro. Falava e escrevia português e francês com muita naturalidade, tendo chegado mesmo a esquecer um pouco o alemão por causa da nossa língua.

Deixemos agora a biblioteca, onde a imperatriz todos os dias se punha em contato com o "mundo antigo e adorado", na sua própria expressão.

* * *

Depois de seu dia de intensa aplicação intelectual, saía à tarde, a cavalo, vestida de amazona, acompanhada de Imperador. D. Pedro, garboso e

⁽³⁾ Vide "Publicações", cit. pág. 115.

esbelto cavaleiro, com sua tez morena muito queimada de sol, fazia contraste com a esposa alva, loira e rosada. Às vezes o casal preferia passear a carro, para levar as crianças Maria da Glória, Januária e Paula Mariana.

Depois das 6 horas, se havia espetáculo, D. Pedro e D. Leopoldina iam ao teatro, ou recebiam amigos íntimos no palácio de S. Cristovão. Fazia-se um pouco de música. O Imperador, que tinha seus pendores musicais, acompanhava a esposa ao piano tocando flauta. Uma ligeira refeição, a ceia, era servida à noite.

Esses serões musicais prolongavam-se até às 11 horas, quando as majestades se recolhiam a um mesmo quarto.

Aos domingos, ao meio-dia havia uma variante: recepção em que os estrangeiros podiam ser apresentados.

Às sextas-feiras a imperatriz vinha infalivelmente à cidade ouvir missa na Glória, acompanhada de um pequeno séquito de damas do paço e donzelas de honor, e de três criados.

AS FINANÇAS DO CASAL

D. Pedro tinha em alto grau o senso financeiro. Quando D. João VI partiu, todos o sabem, raspou os cofres públicos, deixando o filho nas maiores dificuldades, agravadas com o declínio da exportação, a paralisação do comércio, e a desconfiança do futuro, que abalava o crédito público e privado.

Urgia um programa de economias públicas e privadas que o príncipe logo encetou com louvavel energia.

"Inaugurando sua política de economias (diz Oliveira Lima, na sua erudita monografia sobre o "Movimento da Independência") em que o ajudava Louzã, D. Pedro começou por sua casa, os cortes. Na ucharia, de famigerada memória, de que vivia um horror de gente, a economia orçada foi de 400 contos. Só os animais das cavalaricas foram reduzidos de 1.200 a 156. No paco da cidade instalaram-se os ministérios, tribunais, repartições públicas de maior monta, poupando-se os aluguéis das casas que ocupavam. "Todas estas mudanças - escrevia ele para Lisboa — custaram-me pouco porque nelas empreguei os pretos de Santa Cruz e de São Cristovão, todos os quais teem ofícios". E como não há economia que não mereça a pena, citava que "toda a minha roupa branca, da capela e a de mesa são lavadas pelas minhas pretas" e que para os cavalos a despesa era só de milho, porquanto o capim provinha de São Cristovão (4).

D. Leopoldina, acostumada às larguezas do tempo de D. João VI, custou a adaptar-se a esse programa de economias.

As encomendas de livros a Marialva nem sempre eram acompanhadas da respectiva importância. Em setembro de 1821 ela lhe comunicava que saldaria as suas contas quando "as nossas tristes finanças estiverem no seu estado de convalescença". No mês se-

⁽⁴⁾ Obr. cit., pág. 142.

guinte enviou três contos, pedindo-lhe informasse quanto ainda ficava a dever. Em março de 1822 enviou mais quatro contos. Leopoldina, para essas despesas de livros e esmolas, andou fazendo dívidas. O dia 4 de agosto de 1822 foi de grande aflição para ela, pois recebeu de um credor o seguinte bilhete:

"Com toda a humildade e respeito lembra Antônio José da Costa Ferreira a V. A. Real que em 30 de julho próximo passado se findou o prazo do empréstimo que fez a V. A. Real em 30 de janeiro do corrente ano. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1822."

Ela recorreu imediatamente a Schaffer, num bilhete, aflita :

"Meu caro Schaffer.

Estou sensivelmente embaraçada. Leia a carta inclusa; e o homem diz que quer fazer bulha; por amor de Deus veja se o pode satisfazer".

Com o tempo as dívidas se foram acumulando. Em março de 1825, pedia ainda a Schaffer, que estava na Europa, para lhe arranjar pelo amor de Deus, e por intermédio de uma casa de confiança "120.000 Gulden ou 40 contos em moeda daquí", câmbio daquele tempo, senão, dizia ela, "fico numa posição desesperada, visto que os egoistas e hipócritas portugueses não ficarão calados". Em maio aquela importância já não era bastante para o pagamento das dívidas e a imperatriz recorria ao mesmo amigo Schaffer para arranjar 140.000 Gulden "para ver-me livre de todos aqueles pequenos assaltos o que não será pequena felicidade".

A essas aperturas de D. Leopoldina, que no seu leito de morte confessou que há quase quatro anos

estava totalmente esquecida do seu adorado Pedro, correspondiam os esbanjamentos da Marquesa de Santos.

Imaginem-se as profundas dores morais dessa excelente princesa vendo-se desprezada do marido, cheia de dívidas, enquanto que à concubina nada lhe faltava.

As dívidas preocuparam a imperatriz até os seus últimos momentos. Da lancinante carta que dirigiu à irmã Maria Luiza, do seu leito de morte, ditada à Marquesa de Aguiar, quero extrair o seguinte trecho:

"Faltaria ao meu dever se, alem de ter declarado ao Marechal e ao Cadolino que tendo dívidas contratadas para sustentar os pobres, que de mim reclamavam socorro, e para as minhas despesas particulares, não vos dissesse que o Flak de quem vos tenho muitas vezes escrito é digno de toda a consideração vossa e de meu Augusto Pai, a quem vos peço remeter a inclusa. Este virtuoso amigo, alem de se ter sacrificado e comprometido a si mesmo e seus negócios para me servir, não desprezou meio algum para me procurar socorros". (Alberto Rangel. "Textos e Pretextos", pág. 208).

D. LEOPOLDINA E OS FILHOS

Do seu consórcio com o Príncipe D. Pedro de Alcântara teve D. Leopoldina os seguintes filhos:

- I. D. Maria da Glória, nascida a 4 de abril de 1819.
- II. D. João Carlos, nascido a 6 de março de 1821.

- III. D. Januária, nascida a 11 de maio de 1822.
- IV. D. Paula Mariana, nascida a 17 de fevereiro de 1823.
- V. D. Francisca Carolina, nascida a 2 de agosto de 1824.
- VI. D. Pedro de Alcântara, nascido a 2 de dezembro de 1825.

Em janeiro de 1818 D. Leopoldina andou sofrendo "quelques petites incommodités de l'estomac". Meteram-lhe na cabeça que era um bom sinal... Ela pressurosa comunicou à tia e confidente Maria Amélia. Foi, porem, um rebate falso, pois só ficaria grávida lá para começos de julho. A 22 de outubro escreveu à mesma tia:

"Quanto a mim, posso dar, graças a Deus, novas bem satisfatórias. Estou no quinto mês de gravidez, o que me enche de prazer assim como ao meu caro esposo. Conto dar à luz no fim de março e me parece, como tambem aos médicos, que será um rapaz, o que aumentará ainda mais o meu prazer de ser mãe, felicidade que tenho apreciado sem a conhecer".

Não em fim de março, mas em 4 de abril de 1819 nasceu, com a maior felicidade, em vez do pimpolho esperado, a menina Maria da Glória "forte e encantadora", parecida com D. Pedro.

A princesa Leopoldina passava o dia inteiro com a pequena ao colo a espreitar-lhe os menores movimentos e desejos".

E quando saía do colo materno era para passar aos braços do príncipe. "Estando em casa, não temos outra ocupação que a conduzir reciprocamente em nossos braços".

Em setembro, Maria da Glória já estava vacinada, começava a falar e quando fez um ano já tinha quatro dentinhos. Antes de dois anos, pelo menos aos olhos da mãe, era gentil, forte, espirituosa, e tagarela. Repetia tudo o que ouvia.

Em julho de 1821, a princesa Leopoldina falando dela e do príncipe João Carlos, nascido em março, notava: "Meus filhos são bem fortes, gentís e vivos; minha pequena Maria tem muita graça, bons ditos que me causam alegria. A educação deles é presentemente minha ocupação favorita e o mais doce dos meus deveres".

Em fins de 1821 Maria da Glória começou a botar as manguinhas de fora. Já se mostrava, às vezes, colérica e opiniosa, e passou a receber os primeiros castigos.

João Carlos, na opinião da princesa, era um verdadeiro filósofo. Infelizmente as arruaças da divisão auxiliadora, em 1821, determinando a fuga apressada para a fazenda de Santa Cruz, privaram a filosofia brasileira desse gênio filosófico, que morreu aos onze meses de idade, em consequência da viagem num dia de temperatura escaldante.

Leopoldina, mãe carinhosa, chorou muito como as pobres mães comuns, a perda do filho. Encontrou consolo no pensamento profundamente cristão da Santa Rainha Isabel: "Deus nô-los dá, Deus nô-los leva; conformo-me com a sua divina vontade".

A 11 de maio de 1822 nasceu Januária. A 17 de fevereiro de 1823, Paula Mariana, nove meses depois. Como se vê a fecundidade de D. Leopoldina

era verdadeiramente germânica e hoje ela mereceria, por direito de conquista, o título, que vai ficando raro, de mãe cristã.

Maria da Glória, Januária e Paula enchem de alacridade o palácio de S. Cristovão. Leopoldina vai julgá-las com a benevolência proverbial das mães que, como as corujas de folclore, acham sempre, lindos e espirituosos os próprios filhos. Em junho de 1823 — ah! já estamos na época em que a diabólica e encantadora Domitila começou a perturbar a paz nesse lar abençoado pelo amor — escrevendo Leopoldina à sua tia predileta, depois de dizer enigmaticamente que tinha muitas coisas a contar, precisando dos conselhos de uma segunda mãe, mas por conveniência era obrigada a guardar o mais completo silêncio, fala das filhas nestes termos:

"Minhas três filhas são encantadoras e se desenvolvem com rapidez extraordinária, tanto fisicamente como em qualidades morais: Maria é uma verdadeira alemã, franca e folgazã e amante de todos os prazeres vivos e violentos, fala assaz bem francês e lê o português; Januária é mais portuguesa, menos alegre e, se ouso falar com franqueza, — preguiçosa; Paulina é ainda muito pequena para que a possa julgar, mas me parece que se assemelhará a Maria."

O Sr. Alberto Rangel, que escreveu sobre "D. Pedro I e a Marquesa de Santos" monografia notabilissima, de exhaustiva erudição, não poude precisar a chegada da Domitila ao Rio, averiguando apenas que em novembro de 1822 ela ainda estava em São Paulo e que em julho de 1823 já estava aquí. Por aquela carta de Leopoldina podemos recuar a junho,

à chegada perturbadora da estonteante paulista que, pela sua beleza, passou à imortalidade da história.

A partir de junho ou julho de 1823 a vida conjugal de D. Pedro com Leopoldina vai sofrer profunda transformação. Não mais reinarão a paz e a alegria no palácio de S. Cristovão. D. Pedro tornase positivamente um mau marido, com a cabeça de todo virada, conforme a singela e expressiva observação popular. Todos os seus pensamentos se voltam para Domitila, no esplendor de seus 26 anos seivosos e exuberantes. Pintam-na os contemporâneos opulenta de formas, bela estatura, rosto oval, emoldurado de uns cabelos ondulados e negros contrastando com a tez extraordinariamente clara. Os olhos, de brilho penetrante.

D. Leopoldina, para lutar com esta fascinante mulher, não tinha as armas brancas da beleza, tendo dotes de espírito que não se impõem à primeira vista e não teem por si a força obscura e poderosa do gênio da espécie.

Depois da chegada de Domitila ainda dará filhos ao Imperador. Nasce Francisca Carolina a 2 de agosto de 1824; D. Pedro de Alcântara a 2 de dezembro de 1825. Em 1826, Leopoldina morre em consequência do parto.

O nascimento dos príncipes e princesas dava lugar a grandes festas no Paço, que obedeciam à rígida pragmática. Para o nascimento do príncipe imperial organizou-se um programa minuciosíssimo que se acha publicado no opúsculo do Arquivo Nacional Infância e adolescência de D. Pedro II, dado a lume por ocasião do centenário do nascimento deste. O

batizado era uma coisa complicadissima. O de D. Pedro ainda o foi mais por ser ele o príncipe imperial, herdeiro do trono. Mais complicado do que o batizado só o nome ridículo que lhe puseram em obediência à tradição: Dom Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga. Foi-lhe madrinha de batismo a princesa Maria da Glória e protetor celestial São Pedro de Alcântara.

Maria da Glória era então uma interessante menina de seis anos. Richard Grand-sire, viajante francês que passou pelo Rio em 1824, faz referências muito lisonjeiras a Maria da Glória e à Imperatriz Leopoldina. Assim descreve ele uma audiência que lhe foi concedida:

"Sendo apresentado diante de S.M. à Imperatriz, eu fui recebido com aquela doçura e afabilidade que é tão particular aos príncipes da Casa d'Áustria. S. M. I. fez grandes elogios a Mr. d'Humboldt, cujos escritos lhe são conhecidos, assim como à pessoa de Mr. Bonpland, por cuja liberdade mostrou um igual interesse; S.M.I. conhece perfeitamente as ciências e as artes; o estudo da Mineralogia, merece uma particular atenção de S. M. I., e o seu gabinete particular de minerais é um dos mais completos que existem. Durante o tempo desta augusta e lisonjeira audiência minha atenção, sem perder coisa alguma do que S. M. I. me dizia, se ocupava da augusta princesa imperial. Que ar de nobreza! Que majestade em uma princesa de cinco anos! Ela parece nascida para sustentar a coroa do Universo; feliz o príncipe

que for digno de sua mão; mil vezes felizes os povos que tiverem tal herança" (5).

D. Leopoldina não amamentava os filhos. Quando se aproximava o nascimento de um príncipe, havia o problema do arranjamento da ama de leite. Há traços nos arquivos dessa procura. Eis um Aviso nesse sentido, encontrado casualmente pelo Dr. Djalma Forjaz, quando estudou os documentos referentes à colonização, no Arquivo Nacional, para o seu monumental trabalho sobre Vergueiro:

"Manda Sua Majestade o Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, participar a Monsenhor Miranda, Inspetor da colonização estrangeira nesta Província, que se faz necessário que das mulheres dos colonos, suiças ou alemãs, se apartem três das que estiverem em circunstâncias de serem boas amas de leite, para que delas se possa escolher uma que mereça a honra de criar o Príncipe ou Princesa, de que se espera em breve tempo o feliz nascimento.

Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1825. — Barão de Valença".

Conforme outro Aviso ministerial se evidencia que foi escolhida a colona suiça Ana Maria Teuler para amamentar o príncipe herdeiro.

Divulgado há dois anos esses documentos pela "Gazeta de Notícias", perguntou-se: "Moram no Brasil descendentes de Ana Maria Teuler? Quem foi o irmão ou irmã de leite do Imperador?".

⁽⁵⁾ Revista do I. H. e G. B., vol. 144, pág. 550.

Pouco tempo depois o ilustre cirurgião dentista Dr. Frederico Eyer me fazia chegar às mãos o retrato de um descendente da senhora Teuler.

Max Fleiuss fala-nos de uma outra nutriz das crianças bragantinas.

Referindo-se a D. Pedro diz ele: "Serviu-lhe de nutriz uma jovem e robusta colona suiça, Maria Catarina Equey, a quem dona Leopoldina confiara dois anos antes a aleitação da princesa D. Paula Mariana e a quem D. Pedro I fez vir expressamente para esse fim, da antiga vila do Morro Queimado, hoje Nova Friburgo, um mês antes do nascimento do filho tão ansiosamente apetecido, como sucessor da coroa do Brasil, após a malograda esperança, que se desvaneceu em 4 de fevereiro de 1821, com a morte quase repentina do seu primogênito varão D. João Carlos Borromeu, príncipe da Beira". — (Max Fleiuss — Revista do Inst. Tomo especial — Trasladação dos restos mortais de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina, pág. VI).

Quando estava para nascer o príncipe da Beira, em 1821, havia grande efervescência política. D. João VI debatia-se indeciso se devia partir ou fazer seguir para a Europa D. Pedro, só, afim de acalmar os povos da metrópole. D. Leopoldina não se conformava com essa partida do marido, queria acompanhá-lo à-fina-força. Chegou mesmo a planejar fuga, caso o príncipe partisse sem levá-la. Alem dessa complicação política que muito a atormentou, surgiu-lhe o problema da ama de leite. Aflita, escreveu ao prestativo Schaffer:

"Queira procurar-me uma boa ama de leite, saudavel e jeitosa para meu filhinho que nascerá no mar e que, dessa forma, não será nem brasileiro nem português.

Tudo isto debaixo do maior segredo, ninguem deve sequer suspeitar.

Entrego minha sorte, minha felicidade nas mãos de um alemão, de um patrício, espero que ele não me enganará".

Donde se pode concluir que uma boa ama de leite pode prestar grandes serviços à máquina do Estado, à república e tirar de sérias dificuldades as mães infelizes que não teem leite para alimentar os frutos de seu ventre.

MORTE E GLORIFICAÇÃO

Gœthe, o poeta que D. Leopoldina tanto admirava, tem uns versos magníficos sobre a fatalidade da morte, que assim podem ser mal traduzidos: "Nós todos devemos terminar os círculos de nossa vida segundo eternas leis de bronze".

Realmente, a morte faz parte das leis gerais do mundo e no momento oportuno deve ser bela.

Para Leopoldina chegou cedo demais. Contava apenas vinte e nove anos. Surpreendeu-a mesmo antes "del mezzo del cammin" do poeta florentino. Vitimou-a uma infecção puerperal, cuja marcha o Barão de Inhomerim, médico do Paço, descreveu minuciosamente, à Zola, em 17 boletins ainda hoje guardados no Arquivo Nacional. O último é concebido nestes termos:

"17 e último Boletim.

Pela maior das Desgraças se faz público que a enfermidade de Sua Majestade a Imperatriz resistiu

a todas as deligências médicas empregadas com todo o cuidado por todos os Médicos da Imperial Câmara. Foi Deus Servido chamá-la a Si pelas dez horas e um quarto. — Barão de Inhomerim."

O Imperador achava-se ausente, em Santa Catarina, onde fora em virtude da campanha da Cisplatina.

Ocorrido o óbito, deram-se pressa os cortesãos em comunicar ao Imperador a triste nova. Frei Antonio d'Arrábida começou a sua carta de pêsames, destarte, fazendo grande gasto de pontos de admiração:

"Meu Imperador e Meu Senhor:

Até a pena se recusa a escrever!!

A virtuosa Imperatriz já não existe!!! — Perdeu V. Majestade uma cara Esposa: seus Augustos filhos uma carinhosa mãe e nós e o Brasil uma terna e adoravel Senhora!!!"

O Bispo capelão-mor, alem dos pêsames, mandou um prudente conselho:

"Permita-me tambem V. Majestade, que lhe diga, que um golpe tão cruel pela sua natureza, e ainda pelas consequências só poderá ser reparado pela presença de V. Majestade nesta Corte. Tais são os sentimentos e os desejos do humilde brasileiro, que ama sinceramente o povo e o Soberano".

O intendente geral da polícia, Francisco Alberto Teixeira de Aragão, tomou as providências para que a tranquilidade pública não fosse perturbada. E' que o povo murmurava sobre as causas morais da moléstia...

O Marquês de Caravelas, em nome do Imperador, determinou no mesmo dia 11 o luto oficial "por tempo de seis meses, três rigoroso e três aliviado, cobrindo-se também de luto as mesas na forma do costume".

Os funerais da Imperatriz fizeram-se com toda a imponência. Fora impossivel descrevê-los em breves palavras. Grande o aparato de tropas, o comparecimento do povo, todas as irmandades, a nobreza, o cabido em cavalgada presidido pelo cônego mais antigo, o ilustríssimo Manuel Antônio Neto, "com estola preta", frisa o "Diário Fluminense" que, apesar do seu tamanho minúsculo, pois cabia dentro de uma folha de papel almaço, requintou na reportagem.

Referindo-se à consternação geral o jornalista findou a sua notícia de sensação: "Mas o que não ousaremos jamais descrever é o sentimento profundo, que se divisava em os rostos de todos, as sinceras lágrimas tributadas ao merecimento quando finda a dependência, e quando a lisonja servil não abre a porta ao interesse. Este o prêmio que resta na terra, à virtude, enquanto na eternidade Sua Majestade goza tranquila de paz inalteravel, e de uma glória perenal".

Dois poetas, cujos nomes hoje todos ignoram, mas que eram os maiores daquele tempo, em versos altissonantes, prantearam a morte da imperatriz, e porisso merecem ser tirados da poeira da sua obscuridade. Foram eles Antônio José Pereira, Secretário da Academia Médico-Cirúrgica, da Corte, que

fez uma ode, e José Teodomiro dos Santos, uma longa poesia que finda assim:

O' tu. Posteridade, quando abrires Os Anais do Brasil quando estudares Seus memorandos gloriosos feitos. Para aprenderes a quebrar os ferros: Sotopor teus rivais, ter liberdade; Entre os prodígios, entre as maravilhas Verás sobressair, qual Délio, o nome Da Grande Imperatriz, Sublime, e Justa; Verás melhor Ester crescendo em anos. E em virtudes crescendo juntamente. Verás que ela corrige Mães, Consortes Exercendo o dever de Mãe, de Esposa; Bem digna de a cantar no mundo inteiro Musa fecunda. Lira altissonante: E pasmando de méritos tão claros Mil benções lançarás d'amor profundo À Heroina Imortal do novo Mundo.

Não quero ser injusto com o poeta médico; transcreverei tambem duas estrofes de sua ode, em que figuram ninfas desgrenhando as tranças, a Parca empunhando a tesoura, Jove e todo o arsenal do classicismo moribundo:

Porem, que horrivel estridor medronho
Da terra o bojo ressoando abala!
Que raio estronda!... Que clamor! que gritos...
Carolina é morta!!!
O' Sol esconde para sempre os raios...
Carolina é morta!... Carolina!... Aquela...
A voz expira nos trementes lábios...

A dor me anseia!

O corpo da Imperatriz Leopoldina, dentro de um tríplice caixão, passou entre alas de soldados, pelas ruas do Rio de Janeiro, num carro fúnebre, estilo Luiz XIV, pesadíssimo, arrastado por quatro parelhas de mulas ajaezadas, mas sem penachos, tudo de acordo com as tradições da casa real portuguesa observadas fielmente na solene e lúgubre cerimônia do funeral.

Foi depositada no coro claustral do Convento da Ajuda num túmulo de ébano com incrustações de cobre dourado, e aí permaneceu até 1911, quando foi transferido com grande solenidade para o Convento de Santo Antônio, onde ainda hoje jaz insepulto e empoeirado.

Em 25 de janeiro de 1827, houve na Capela Imperial as exéquias de D. Leopoldina, fazendo-lhe o elogio fúnebre o verboso Monte Alverne. D. Domitila, colocada em primeiro lugar na tribuna das damas do paço, assistiu-as com o pesado luto da pragmática que lhe realçava a brancura da pele fresca e macia. O imperador, consoante informação do consul da Suécia, coligida por Alberto Rangel, ausentou-se de sua tribuna uma hora durante a missa, e passou esse tempo num almoço, arranjado, na tribuna que era reservada à Marquesa de Santos, a seus parentes e amigos (6).

Decerto o seu pensamento errava, entre as lúgubres preces, alado e sutil, muito distante da morta e bem perto da viva, cada vez mais bela, pois que "l'amour conserve la beauté"...

⁽⁶⁾ Alberto Rangel D. Pedro I e a Marquesa de Santos, p. 163.

Aqui cabe, à guisa de irreverente comentário, a quadrinha carnavalesca que, embora filha da musa da ironia e da galhofa, encerra uma profunda filosofia:

Triste de quem morre Que para o céu não vai, Quem fica, fica espanando, Quem morre, não espana mais.

Merecia outra sorte a Imperatriz Leopoldina, cuja formação moral e intelectual estava muito acima da do Príncipe D. Pedro. Precisamos fazer-lhe a justiça a que ela fez jus pela sua bontade ilimitada, pelos seus dotes de espírito, pela beleza de sua breve vida toda votada ao estudo, à família, à pátria, ao culto do dever.

Não esqueçamos nunca o testemunho de Vasconcelos de Drummond:

"Fui testemunha ocular e posso asseverar aos contemporâneos que a Princesa Leopoldina cooperou vivamente dentro e fora do país para a Independência do Brasil. Debaixo deste ponto de vista o Brasil deve à sua memória gratidão eterna".

DOM PEDRO E DONA TERESA

PELO SÓCIO EFETIVO DESEMBARGADOR

FERNANDO LUIZ VIEIRA FERREIRA



DOM PEDRO E DONA TERESA

Vi algumas vezes o Imperador, nas ruas e nos estabelecimentos de ensino entre os professores.

Em uma conferência que fiz no Acre em 1913 descreví a sua passagem pelas ruas da cidade.

"Ouvia-se como que o estrépito de uma pequena tempestade que se aproximava célere; deparavam-se prestes, a todo o galope, os batedores do 1.º de Cavalaria e pouco depois o carro imperial tirado por suas parelhas impetuosas, arrancando à desfilada, com o boleeiro na sela da guia, quadrupedantes, velocípedes...

Pelo vão da portinhola divisava-se um instante o busto de sua majestade, que desaparecia logo seguido por um tropel de soldados de luvas brancas e espadões desembainhados, às vezes, com um ouriçamento de lanceiros na retaguarda.

Passara o Imperador.

Passara como um meteoro e o piquete do 1.º Regimento, com suas lâminas refulgentes, dava nas ruas do Rio de Janeiro o espetáculo de uma aurora boreal em miniatu.a, que rastreasse a passagem, não de uma divindade escandinava, mas a do último

representante de uma dinastia que não se fiava mais no direito divino de seus títulos, sem reforçá-lo com a ficção democrática da unânime aclamação dos povos.

Dir-se-ia que aquelas unidades equestres derramadas pela rua eram as contas vivas de um colar desenfiado e que, atada apenas a algumas delas, a carruagem era a medalha em que se estampasse a efígie veneranda de D. Pedro II.

Às vezes no camafeu daquela iconografia transeunte riscavam-se dois perfís em relevo paralelo, D. Pedro e D. Teresa".

"A última vez que ví o Imperador com sua digna consorte foi nas Paineiras, quando se inaugurou aquele trecho da Estrada de Ferro do Corcovado.

Saimos da linha, toda embandeirada, passamos rente ao jardim que alí existe e fomos com suas majestades contemplar o despenhadeiro que descamba para os lados da Gávea.

O Imperador abeirou-se do precipício, para o ver de perto, e a Imperatriz ficou aflita com essa quase travessura do seu querido Pedro, já sexagenário.

Não corria, entretanto, o menor perigo, o trono sim é que não estava longe do abismo em que ia afundar-se para sempre.

Era uma tarde triste, plúmbea, sem arrebóis, e os dois velhos, já nos últimos momentos do seu abençoado consórcio, alí estavam. D. Pedro enlevado na contemplação daquele admiravel sítio alpestre, a que seus cabelos brancos emprestavam um

pouco de neve, e D. Teresa em cuidados com D. Pedro, inefavelmente amorosa e maternal, como todas as madonas de sua terra.

A impressão que me ficou dessa pintura icônica, perdida no chumbo das ave-marias, sobre aquele degrau da montanha ensombrado pela floresta, é muito mais forte do que a deixada em minha imaginação pela poesia grandiosa dos bardos escandinavos, quando com seus poemas resplandecentes doiram as brumas da Noruega e pintam ao vivo o momento solene e angustioso que só eles se atreveram a cantar, entoando o Crepúsculo dos deuses".

* * *

O Imperador aparecia constantemente nas escolas do ensino secundário e superior, prezando as relações com os mestres e com a mocidade estudiosa.

Ouvi contar com escárnio que sua majestade dormitava presidindo a um concurso. Mas quando se considera que ele podia nesse momento achar-se comodamente alhures, em um leito ou em uma espreguiçadeira, a censura, contraproducente, deve converter-se em louvores.

A mofa se repete no modo por que um grande escritor nosso encara a correspondência de D. Pedro com Pasteur; mas o fato que ressalta nessas cartas do monarca ao sábio francês é antes o patriotismo, palpitante no empenho com que D. Pedro procura atrair Pasteur para o Rio de Janeiro, querendo resolver o problema da febre amarela.

Extraí da minha conferência de 1913 os conceitos que então emití sobre D. Pedro II.

"Não creio que fosse um sábio, um filólogo ou poeta de valor consideravel. Nenhum progresso fez a linguística, ou a história, com seus estudos de sânscrito.

Protegendo as ciências e as letras, cultivavaas carinhosamente como um condiscípulo aplicado que a seus concidadãos desse o primeiro exemplo. Nem mais se podia exigir de um chefe de Estado".

"Certo caricaturista, que tomou como pseudônimo, para assinar a sua história anedótica, o nome do autor dos *Doze Césares*, ridiculariza a penúria das cadeiras em que os ministros aguardavam no paço a hora de entrarem para a sala de despachos.

Essa aparência modesta em uma corte sem fausto correspondia felizmente a uma certa quantia que ficava no bolso do contribuinte.

Isso não impedia que a bolsa de sua majestade se desatasse para socorrer os necessitados e que as dependências da quinta imperial se povoassem de famílias pobres. Não obstava que a muito estudante sem fortuna chegasse pontualmente a mesada bastante para lhe assegurar com o pão da carne o pão do espírito.

Suetônio, porem, escrevia para os jacobinos de seu tempo e estes, por melhores que fossem, não podiam deixar de comprazer-se nessa judiaria póstuma.

Tarja sempre o jacobinismo um pouco da fuligem deixada nos corações por onde uma vez passou, como fumaça negra, o espírito de Marat.

Com efeito, não é generoso escarnecer do velho monarca destronado, muito menos quando ele era

antes de tudo um grande servidor de seu país, onde sem ostentar as lentejoulas que deslumbram nas insígnias majestáticas, queria unicamente o prestígio alcançado pelo seu patriotismo sem impostura.

O infortúnio dos reis Lears desabrigados nas tempestades da história comoverá sempre o coração humano, pois abalou o gênio de Shakespeare.

Essa mesma é a sorte da humanidade. Às vezes, porem, mais do que as coroas de loiro glorificam as coroas de espinhos. E se aplicaram àquela fronte augusta os acúleos da chacota irreverente, não o estranhou por certo a sombra do velho monarca.

Tambem naquelas montanhas em que ele cismava contemplativo brilha, com a joalheria das construções elegantes, o coroamento mural de sua cidade serrana; mas, cingindo toda a cordilheira, medra na mesma altitude a coroa de espinhos das rosáceas e no verdor de suas ramas brotam bagas de sangue vivo na frutificação purpúrea das framboesas".

* * *

"Era o Imperador uma das duas peças de um maquinismo simples que ainda falta à República para realizar as garantias prometidas ao povo por sua Constituição política.

A outra era o juiz de direito: o Imperador no vértice e o juiz na base da pirâmide.

O Imperador na Corte escolhia o juiz e, se preciso fosse, lhe tornava a autoridade efetiva com a força de toda a nação brasileira.

O juiz na comarca mais remota operava com uma jurisdição forte bastante para conter os assomos do mando absoluto a que sempre aspiraram os régulos de campanário.

O escrúpulo que presidia à nomeação para a judicatura em direto contato com o povo prestigiava no espírito público o próprio princípio de autoridade. Originava-se daí a ordem legal com suas precisas garantias.

O patriotismo do Chefe de Estado recomendava a idoneidade do juiz".

"O Chefe de Estado honrava as nomeações que ele mesmo fizera no interesse público, sem a necessidade imposta pelos compromissos políticos de solver com qualquer moeda os débitos contraidos em pactos recentes".

Quando na relojoaria de nossa Constituição política foram substituidas essas molas essenciais pelos governadores irresponsaveis e pelos juizes da nossa dualidade judiciária, foi a autoridade dos juizes suplantada pela dos cesaretes nas comarcas dos Estados.

* * *

Aos depositários do poder falta nas repúblicas alguma coisa que lhes santifique o prestígio no sentimento geral.

Sua legitimidade põe-se em dúvida a miude, por vícios originários.

Mas D. Pedro e D. Teresa veneram-se naturalmente como símbolos sacrossantos.

Valem como bandeiras vivas.

MENTIRAS HISTÓRICAS

PELO SÓCIO HONORÁRIO

DR. ALBERTO LAMEGO



MENTIRAS HISTÓRICAS

A invasão holandesa no Brasil e o papel dos Jesuitas

De todos os nossos historiadores que estudaram a invasão dos holandeses na Baía e Pernambuco, só o P. Galanti, S. J. dedica estas poucas linhas aos jesuitas, na sua "História do Brasil": "Não se pouparam o trabalho de animar e assistir os soldados; quatro deles vieram como capelães na esquadra portuguesa, dois na espanhola, sucumbindo na viagem de regresso um destes ao cansaço, um em acudir os doentes".

De passagem, apenas se referem ao P. Manuel de Morais, de quem adiante falaremos. E só!

Foram tão grandes os serviços por eles prestados durante a invasão, que não podem ficar no esquecimento, sob o pó dos arquivos.

Possuindo documentos oficiais e inéditos que descrevem os atos de heroismo dos beneméritos inacianos, não podemos deixar de publicá-los (1).

⁽¹⁾ Não comportando as estreitas colunas d'"O Jornal" a publicação dos importantes originais, breve gozarão do benefício da ins-

Os nomes dos abnegados compatriotas que foram mortos e presos, ao lado dos soldados e índios que combatiam os invasores, vão ser agora revelados.

E' preciso que assim o seja, mormente nesta hora em que a atual geração de brasileiros está empenhada em estudar a história do Brasil, sob todos os aspectos, restabelecendo a verdade histórica, tão deturpada, acabando, como muito bem diz o erudito sr. Taunay, no seu V volume da "História das Bandeiras Paulistas", com os abusões e lendas, falsidades as mais grosseiras que o desvirtuamento das fontes destruiram e que se asilam nos nossos fastos. Assim se porá termo "à nefasta tendência geral dos nossos escritores de se repetirem uns aos outros, livros e livros, sem a menor nota original".

E', por isso, que abusamos, copiosamente, dos documentos, que muitas vezes submergem o texto ou narrativa, já notado pelo saudoso José Veríssimo, mas preferimos esse método de trabalho, porque a história só pode ser feita esteada neles.

* * *

A cidade do Salvador, capital da Baía, que não estava preparada para repelir qualquer invasão estrangeira, foi tomada pelos holandeses em 10 de maio de 1624, já de véspera abandonada, tendo sido

pressão na Revista do Instituto Histórico. São os atestados do próprio punho de Hieronimo Cavalcanti de Albuquerque, Gomes de Abreu Soares, Luiz Barbalho Bezerra, Jorge de Barros Pessoa, Heitor de la Calce, Matias de Albuquerque, D. Pedro Silva, bispo do Brasil, Duarte de Albuquerque Coelho, Francisco Peres de Soto, Francisco de Moura e Manuel Ribeiro Botelho, datados de 1633 a 1641.

aprisionados o governador, ouvidor geral. Alguns oficiais que se conservaram fiéis e vários jesuitas.

Só em 1 de maio do ano seguinte foram obrigados a capitular, com a chegada de D. Fradique de Toledo, com a maior frota que até então passara a linha, composta de navios portugueses e espanhóis.

Dois meses antes, por ordem do governador Matias de Albuquerque, tinha partido de Pernambuco Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque, em uma nau com 200 soldados, de reforço à Armada queria recuperar a Baía e em sua companhia embarcaram dois jesuitas, os quais, dizia Jerônimo, em documento oficial: "na peleja que houve no mar com os holandeses, exortaram e animaram, com grande zelo os que pelejavam, e confessavam o que sempre fizeram no sítio da Baía, acompanhando-me com todo o risco e assistindo com muita caridade, os enfermos, até tornarem comigo a Pernambuco".

Em 26 de maio do mesmo ano, chegou à Baía a esquadra holandesa de 34 naus, para socorro dos seus, mas encontrando alí a de D. Fradique, retirou-se para Paraiba, desembarcando a sua gente em Mamanguape, por ordem do almirante Hendrikzoon, que a comandava (2).

⁽²⁾ Varnhagen diz que a esquadra holandesa, ao deixar a Baía, em 1625, passou por Pernambuco e seguiu até a Paraiba, onde o temporal e pouca franquia do porto lhe impediram de aportar e velejando para o norte entrou na baía da Traição (vol. II, pág. 39).

Galanti escreve que dita esquadra seguiu para o norte, passando por Olinda, indo lançar ferro na baía da Traição, onde desembarcou muitos doentes. (tomo II, pág. 34).

Outros historiadores repetem o mesmo e pelos documentos agora conhecidos, se prova que o primeiro porto em que entrou a esquadra holandesa, comandada pelo almirante Hendrikzoon, foi o de Mamanguape.

Acudiram logo, com os índios das suas aldeias, os jesuitas padres Antonio Caminha, Manuel de Oliveira, Diogo Calvo e Francisco Fonseca, e, depois de grande combate, foi o inimigo derrotado retirando-se para a baía da Traição, onde desembarcou em 20 de junho.

Para alí se dirigiram os mesmos padres com os seus índios e com grande risco de suas vidas, não deram tréguas aos invasores, até 5 de agosto, quando se viram obrigados a deixar o porto, tendo desde o dia 1 desocupado a terra e tomado os seus barcos.

Nessa ocasião se revoltaram os índios da "Capahoba", que não eram administrados pelos padres da Companhia e aqueles religiosos conseguiram aquietá-los e "bem assim os de Una que se haviam dispersado e que regressaram às suas aldeias.

* * *

Em 1630, os holandeses invadiram novamente o Brasil e desta vez se dirigiram a Pernambuco. O governador foi prevenido da sua vinda e tratou de fortificar a praça com o pouco material que possuia, prestando-lhe grande auxílio os inacianos "com suas pessoas, escravos e índios das suas doutrinas".

Foi aos 15 de fevereiro que a esquadra inimiga, de 70 naus e 13.000 homens, deu entrada em Olinda. Uma parte comandada por Weerdenburch, desembarcou em "Paus Amarelos", marchando sobre aquela cidade, enquanto a outra parte a bombardeava por mar (3).

⁽³⁾ Segundo descoberta que fizemos nos arquivos portugueses, foi o padre Francisco da Costa Abreu, vigário da Várzea de Capiba-

Apresentaram-se, logo, os padres do Colégio, animando, confessando e exortando a todos que cumprissem o seu dever na defesa da praça.

O padre Francisco de Vilhena, com particular valor e exemplo, se houve nas ocasiões de perigo, acompanhando sempre a pessoa do general; o padre Manuel de Morais assumiu o seu posto de combate, em Santo Amaro, com os índios (4); o padre Leonardo Mercúrio, reitor do Colégio, seguiu para Itamaracá, em companhia dos padres Francisco de Morais e Francisco Ribeiro, para onde o inimigo tinha rumado "com poder de naus e lanchas" e, deixando alí os dois companheiros, foi correr todas as aldeias "para segurar os índios e exortar o povo a ajudar a repelir o inimigo".

Provada, como está, a atuação dos jesuitas na guerra holandesa, em Pernambuco, não pode ser verdadeira a afirmação de terem os superiores do padre Morais, desaprovado "o seu procedimento belicoso".

ribe, o primeiro que levou a notícia a Matias de Albuquerque, de desembarque dos invasores em "Paus Amarelos".

Esse sacerdote foi preso pelo inimigo e deportado para as Indias e só mais tarde conseguiu fugir para Lisboa. No livro 41 de Gonsultas de Partes, dos anos de 1635 e 1636 a fls. 102, por nós examinado (Arqu. de Mar. e Ultr. de Lisboa), se encontra o seu requerimento em que, alegando esse serviço e descrevendo todos os tormentos por que passara, pede ser socorrido, até poder embarcar para Pernambuco.

⁽⁴⁾ A comissão de Redação do Instituto ao dar o seu parecer sobre o processo do padre Manuel de Morais, publicado na sua Revista, tomo LXX, parte I, diz: "Por ocasião da invasão holandesa em Pernambuco, armou os índios da sua aldeia e foi juntar a Matias de Albuquerque no primitivo arraial. Os superiores não levaram a bem esse procedimento belicoso e Morais teve de levantar acampamento, indo estabelecer-se, a princípio, em outra aldeia da Companhia e depois na ilha de Itamaracá, onde permaneceu até que ela foi tomada pelos holandeses em 1633".

Tomada Olinda de assalto, no dia seguinte, se encaminharam os holandeses para o Recife. Os padres Francisco de Vilhena, Manuel de Morais, Antonio Camilo e outros, "andavam sempre na dianteira para poder socorrer os feridos".

Ocupado Recife, depois da queda dos fortes de S. Jorge e S. Francisco, o governador reuniu as tropas e se fortificou no Arraial de Bom Jesús (Parnamerim).

O padre Leonardo Mercúrio aí levantou uma ermida "em que estava sempre gente de mais, do que assistiam nas estâncias".

Por esse tempo, foram instituidas as terriveis companhias de emboscada, que tanto dano causaram aos invasores.

Os jesuitas estavam sempre à testa delas e em toda a parte, não só em Itamaracá, como na Paraiba, no Rio Grande, no quartel de Santo Agostinho, nas estâncias de Iguarassú, onde durante meses sustentaram os soldados, "no assalto do dia de Santo Antônio, no forte defronte à barra, no de Asseca, na praia do buraco de Santiago, quando foi desbaratado o almirante Henrique Longue (Hendrik Locq), nos cajuais em 7 de janeiro de 1631, na investida da vila, no dia de N. S. da Conceição, no assalto do arraial em quinta-feira maior, quando foi destroçado e quando o sitiou em 4 de agosto de 1633 e perdeu os comboios e postos que tinham ocupado".

Nesse dia teve a Companhia de Jesús mais um martir — o padre Antonio Bellavia.

Chegara a Pernambuco em 1620, em plena mocidade, pois tinha apenas 28 anos e depois de apren-

der a falar com perfeição a língua brasílica, se internou nos sertões à cata do gentio para trazê-lo ao grêmio da cristandade. Palmilhando terras desertas jamais pisadas por ser civilizado, sofrendo todas as agruras de missionário, com grande fruto, reuniu grande número em sua aldeia. Prosseguia a sua missão e já a sua fama de santo se espalhava por toda a capitania, quando foi ela invadida pelos holandeses. Em sua defesa acorreu com os seus índios.

No combate de 4 de agosto acima referido, se achava em companhia do mestre de campo Luiz Barbalho Bezerra, quando, arrostando todos os perigos, foi socorrer um soldado ferido que não queria morrer sem confissão. Nessa ocasião foi atravessado por uma bala e depois morto a cutiladas "nas casas do Figueiredo" à vista do mesmo mestre de campo e dos capitães Jorge de Barros Pessôa, Gomes de Abreu Soares e Manuel Ribeiro Botelho. O seu corpo ficou insepulto e incorrupto durante três dias, sempre guardado por seus índios e companheiros. "As suas vestes e objetos que lhe pertenciam foram arrecadados como relíquias, pois morrera com cheiro de santidade" (5). Tambem o padre José da Costa foi preso quando socorria um ferido.

Voltando o inimigo a sitiar o arraial de Bom Jesús em 30 de março de 1634, se acharam os jesuitas

⁽⁵⁾ Na rara obra do padre Matias Tanner, sobre os mártires da Companhia de Jesús, impressa em Praga em 1675, se encontra a vida do padre *Bellavia* e uma estampa, onde se vê o bravo religioso estendido sobre o solo, tendo junto outro jesuita debruçado e por trás um cavalo arreado e canhões fumegantes.

na sua defesa, um ano contínuo, com grande perda para ele.

"No Cabo de Santo Agostinho assistiram eles muitas ocasiões, de maior e melhor consideração e nos socorros que de ordinário se enviaram a várias partes, andando a pé, descalços, com a infantaria, sem repararem em risco de trabalho, padecendo muitas vezes grandes fomes, necessidades e doenças que lhes sobrevinham".

Sitiado pelo última vez o arraial de Bom Jesús, em 3 de março de 1635, "se meteu dentro o padre Leonardo Mercúrio, o padre Gaspar Samperes (superior) e o irmão Manuel Ferreira" e enquanto os dois últimos auxiliavam os que combatiam, o primeiro os socorria com vacas e farinha, que pessoalmente levava. Não havendo mais mantimentos, foram mortos todos os cavalos, cachorros e gatos "que com ervas agrestes" serviam de alimento aos sitiados.

Depois da haróica resistência, o arrial capitulou em 8 de junho de 1635 e os três jesuitas aprisionados foram transportados para as Índias espanholas (6).

Pondo o inimigo cerco à fortaleza de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, "se foi meter nela voluntariamente, o padre Francisco de Vilhena e o seu

⁽⁶⁾ Varnhagen (e mais historiadores), descrevendo o sítio do arraial de Bom Jesus, dirigido por Arcizewki diz que este primeiro se apoderara do engenho (do Monteiro) e mais dois postos, calando o nome de quem os comandava. Pelos papéis de serviço de Cosme do Crasto Passos que possuimos e que serão objeto de escrito especial, fica o nome de S. Pantaleão e os ditos postos eram dirigidos por Francisco Andrade. (Vide Hist. das Lutas com os Hol. no Brasil, pág. 124).

companheiro padre Francisco Ribeiro", com cuja assistência se animaram e dispuseram os capitães e soldados a defender aquela praça, quatro meses, sendo afinal, depois da rendição, em 2 de julho seguinte, igualmente presos e levados às Índias.

Prosseguindo os invasores a sua entrada para o interior, o padre visitador *Manuel Fernandes* "em roda viva, andava pelas aldeias dos índios, para que estes não ficassem em poder daqueles".

Começou então a retirada, triste odisséia silenciada pelos nossos historiadores. Os missionários das aldeias de Mensui, P. de Asseca e do Una, padres Antonio Caminha, Diogo Calvo, Manuel de Oliveira e Francisco Fonseca, reuniram todos os indios, cerca de 5.000, e por florestas e montanhas desertas, com grande constância e imenso trabalho, suportando fome e doenças os levaram a Alagoas.

Investindo Matias de Albuquerque o inimigo que estava fora das suas fortificações em Porto Calvo, os ditos padres foram com os índios de guerra ajudá-lo, sendo desbaratada e tomada a principal fortificação que tinha e as três restantes tambem foram recuperadas, com o mesmo auxílio, depois de oito dias de sítio, sendo aprisionados 547 holandeses que as defendiam. Na ação, em que ficou célebre o capitão Sebastião do Souto, foi aprisionado o traidor Calabar.

Em Alagoas o padre Manuel Fernandes e outros assistiram sempre nas estâncias, quartéis e trincheiras, sustentaram os soldados, asseguraram a fidelidade dos índios, confessavam, pregavam, exortando os combatentes, sendo deles companheiros

nos maiores riscos, de dia e de noite, com grandes trabalhos e finalmente depois de seis anos de lutas contínuas, ocupada a terra pelo inimigo, perderam tudo que possuiam, sendo 17 transportados para a Holanda, onde muitos acabaram os seus dias com os maus tratos.

Tudo isso se prova com o atestado inédito do própric punho do governador Matias de Albuquerque e com outros assinados pelos chefes das forças armadas que combateram os holandeses.

* * *

Lembrados os nomes dos beneméritos inacianos de Pernambuco, que o tempo fez esquecer, é mister que fiquem aquí gravados os da Baïa, que, igualmente, são merecedores da nossa gratidão.

Em 16 de abril de 1638 tentaram os holandeses recuperar a cidade do Salvador, que tinham perdido em 1625. Com uma poderosa armada de 40 velas, entre grandes e pequenas e 6.000 homens (segundo declararam alguns prisioneiros) comandados por Maurício de Nassau, sitiaram a cidade, por mar e por terra.

Os padres da Companhia que residiam no Colégio, que era o principal da sua Província, acudiram logo em sua defesa; de modo especial, o padre Manuel Fernandes (provincial em 1639) de muitas letras e virtudes e que tantos serviços já havia prestado, anos antes, em Pernambuco, como vimos; o padre Domingos Coelho, provincial, lente mui letrado e virtuoso; o padre João de Oliva, reitor do mesmo Colégio e pregador afamado; o padre Francisco Gonçalves, mestre de noviços; o padre Francisco Pires, letrado e pregador; o padre Simão de Soto-Maior, religioso de grande consideração; o padre Manuel Nunes, mestre de filosofia e os padres Baltazar de Siqueira, Matias Dias, Francisco de Avelar, Fulgêncio Lemos e Antônio Vieira, pregadores todos.

A cargo desses religiosos ficara uma grande parte das trincheiras, junto à cerca do Colégio, por onde o inimigo podia entrar e que foi feita com auxílio dos seus serventes e escravos à sua custa.

O cerco da Baía foi iniciado em 16 de abril e durou 40 dias.

O conde de Nassau tinha assestado três baterias e feito muitas trincheiras, mas não consequiu o seu intento. Nas grandes batalhas travadas em 21 de abril e 18 de maio, os holandeses perderam mais de 2.000 homens, dos melhores da sua gente; foram obrigados a levantar o sítio e retirar para Pernambuco, deixando a artilharia e munições. Grande parte da vitória coube aos inacianos, "pela sua assistência, trabalho e particular exemplo". Carregavam às costas, no meio do crepitar das balas. quartas d'áqua às trincheiras, para refresco dos soldados e principalmente, com notavel exemplo para todos, o padre Francisco Gonçalves, que ainda se incumbia de angariar ovos e panos para os feridos. Concorreram tambem para o pagamento do soldo dos soldados e com tudo que eles necessitavam.

Na batalha da noite de 18 de maio foi varado por uma bala o esforçado capitão Sebastião do Sou-

to, célebre na campanha de Pernambuco (7). Recolhido à enfermaria do Colégio "foi tratado pelos padres como irmão de cada um" e no seu leito de morte, compareceu naquela noite, de 11 para meia noite, o bispo d. Pedro Silva, chamado por ele para ouví-lo em confissão, tendo expirado no dia seguinte e escolhido a sua sepultura na Sé.

Este bispo, testemunha de todos esses acontecimentos, atestando os grandes serviços, então prestados pelos jesuitas, escrevia: "... é o que posso declarar aquí e por mais que diga, me parece que é menos do que vi..."

Depois da retirada do inimigo, fizeram os filhos de Santo Inácio grandes festas "com sermões e ofícios aos mortos, em que todos ficaram mui satisfeitos e animados para outras maiores coisas", como declarou de seu punho, o general espanhol Francisco Peres de Soto.

Em 1639, chegou de Portugal o conde da Torre com a maior expedição que então demandara o Brasil. O general Francisco de Moura, que partiu da Baía em 30 de novembro para libertar a capitania de Pernambuco, sob as ordens do dito conde, levou em sua companhia os padres Francisco de Avelar, Bartolomeu Gonçalves e Francisco Pais, desembarcando os dois primeiros com o mesmo general em Caravelas, prestando sempre grandes serviços, quer confessando, quer curando os enfermos.

⁽⁷⁾ Varnhagen, (obra citada, pág. 188) diz que o valente capitão Sebastião do Souto fora ferido no combate de 21 de abril; a data certa do seu ferimento é 18 de maio.

Já no ano antecedente aqueles dois primeiros religiosos tinham acompanhado, espontaneamente, o Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra, que partira do interior de Pernambuco, para socorrer a Baía, com 1.400 homens, fazendo a jornada de 400 léguas a pé, com exemplar sofrimento.

Em julho de 1640, tendo o marquês de Montalvão mandado o general Francisco de Moura desalojar o inimigo que, sob o comando do coronel Kein estava fortificando os campos do Rio Real, levou aquele em sua companhia os padres Francisco Pais e João Luiz, teólogos e pregadores que padeceram grandes incômodos na campanha.

* * *

Como se vê é longa a lista dos jesuitas que tanto se esforcaram até 1640, quando alcançam os nossos documentos a eles referentes, para recuperar o Brasil do domínio holandês. No entanto, na nossa história só aparece o nome do padre Manuel Morais, preso na Paraiba e mandado para Holanda, onde casou-se com Margarida Vanderhalt, de quem cedo enviuvou; contraindo depois matrimônio com Adriana Smetz. Morais voltou a Pernambuco em 1643 e quando, no ano seguinte, rebentou a revolução contra os holandeses, juntou-se às hostes de João Fernandes Vieira, mas pouco depois foi preso pelo seu inimigo Mestre de Campo Martim Soares Moreno e mandado para Lisboa. Entregue aos cárceres da Inquisição, foi afinal, depois de muitos empenhos, apenas suspenso de ordens, confiscados os seus bens e obrigado a se instruir novamente nas

verdades da fé. Mais tarde ainda lhe foi permitido ausentar-se para qualquer parte do reino, ignoran-do-se o seu fim (8).

Depois da restauração de Portugal, em 1640. aparece o nome de outro jesuita o padre Francisco de Vilhena, enviado à Baía, com ordens secretas de D. João IV contra o marquês de Montalvão. Foi frei Manuel Calado o primeiro historiador que nos deu notícia desse religioso no seu "Valeroso Lucideno", impresso em 1648.

Esse frade era inimigo dos padres da Companhia e fora a testemunha mais desfavoravel ao padre Manuel de Morais no seu processo perante o tribunal da Inquisição. Ele presenciara os grandes serviços dos jesuitas na guerra holandesa, inclusive os do padre Vilhena e não menciona um só. Nem mesmo diz que o emissário de D. João IV era o mesmo jesuita preso e enviado para as Índias, quando foi rendido o forte de Nazaré. Faz-lhe grande carga e assevera que acabará os seus dias na mais dura escravidão depois de ter sido preso por piratas argelinos, quando regressara a Portugal carregado de ouro.

Galanti, jesuita como ele, bebendo informações no "Valeroso Lucideno", escreve: "este padre, infelizmente, não primava pela virtude da prudência, modéstia e humildade religiosa". Esta afirmação não está de acordo com os atestados acima referidos,

⁽⁸⁾ O atestado dos serviços prestados pelo padre **Manuel de Morais** e outros jesuitas, passado por Matias de Albuquerque, é datado de Alagoas em 25 de novembro de 1635, e no entanto Varnhagen assevera que ele se bandeara com os holandeses em 1634.

que descrevem os atos de heroismo, abnegação e caridade do benemérito religioso, cuja memória merece ser rehabilitada. Tambem o Sr. Paulo Setubal aproveitou-se do escrito do frade para romantizar um conto inverossimil que publicou "Nos Bastidores da História".





UMA OBRA POUCO CONHECIDA DE D. PEDRO II

PELO SÓCIO BENEMÉRITO

DR. AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY



UMA OBRA POUCO CONHECIDA DE D. PEDRO II

Não é volumosa a obra literária de Pedro II. Nem poderia sê-lo, absorto como vivia o Imperador com o trabalho estafante e os problemas múltiplos e complexos da administração de sua monarquia imensa e desconexa dificuldade das comunicações.

E isto sem levarmos em linha de conta as terriveis preocupações da política internacional que prematuramente o encarceravam e lhe roubaram anos e anos de vida como a guerra do Paraguai, para só lembrarmos a principal causa dessas aflições.

"Inexcedivel paradigma do funcionário apaixonado do serviço público, último dos procuradores do
conselho, defensores de suas repúblicas" como tão
pitoresca e expressivamente dele disse Martim Francisco III, dia a dia se desvendam novas provas do que
chegava a ser a meticulosidade da dedicação desse
soberano singular, absorto integralmente no age quod
agis de suas funções majestáticas e governamentais.

Ainda nestes últimos meses de tal trouxe a mais eloquente comprobação o magnifico volume publicado por Wanderley de Pinho, ao desvendar a correspondência trocada entre o monarca e um dos seus maiores ministros, o Barão de Cotegipe.

Numa série de Notas próprias e alheias para uma biografia que não chegou a ser escrita, coletânea tão variada quanto valiosa e interessante, reuniu Matoso Maia Forte muitos e magníficos subsídios para o estudo da vida do monarca.

A leitura destas páginas nos faz lastimar sinceramente que o douto escritor não haja ainda desenvolvido, sob largas proporções, uma obra encetada em moldes dignos de grande apreço.

Fazendo a resenha destes trabalhos literários do monarca, lembra Matoso Maia Forte que a maior parte desse acervo lhe demonstra a forte poliglotia.

Entre outras arrola: a tradução para português de trechos de Isaías, Job, dos Psalmos, do Cântico dos Cânticos, do Livro de Ruth, do Prometheu acorrentado, de poesias de Longfellow e de Manzoni, etc. E menciona ainda as suas Impressões de viagem ao Egito e à Palestina, Algumas notas sobre a língua Tupí, Anotações à obra de Pressensi, Les origines e o Cancioneiro hebraico-provençal, estas últimas escritas em francês.

Ledor prodigioso deixou Pedro II mil e uma provas de quanto aproveitava os descansos de suas funções soberanas para satisfazer as extraordinárias instigações intelectuais.

Milhares são os volumes que na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na do Instituto Histórico Brasileiro, e em mãos de particulares, existem apinhados de notas de sua lavra, alem de uma infinidade

de chamadas à margem. Muitas destas notas já foram divulgadas pela imprensa.

A mais extensa de tais contribuições é talvez a que se deve à iniciativa de Max Fleiuss ao publicar as "Notas do Imperador ao livro do Conselheiro Tito Franco de Almeida, sobre o Conselheiro Francisco José Furtado', livro existente na Biblioteca do Instituto Brasileiro.

Concatenando as Notas do Imperador a obra que mais colimou talvez demonstrar o poder pessoal de D. Pedro II, tornou-as Max Fleiuss acompanhadas de preciosos comentários a este depoimento da mais alta valia.

Poder-se-á objetar que as notas profusas do monarca ao volumoso libelo que tão duramente o agredira envolve uma questão legítima de Cicero pro domo.

Mas é que abundam, vultosamente, os livros nas condições do volume da biografia do Conselheiro Furtado. E livros de toda a espécie, sobre mil e um assuntos.

Ainda ultimamente, veio-me às mãos preciosa dádiva da Exma. Sra. D. Isabel de Azevedo Castro, a dedicadíssima esposa do Conselheiro Dr. José Antonio de Azevedo Castro, o integérrimo diretor da Delegacia Fiscal do nosso Tesouro em Londres, de 1885 e 1911, e íntimo amigo de meu pai. Constou este presente de um exemplar da obra do Barão de Guilhermes sobre a Sainte Chapelle de Paris, a famosa igreja medieval construida por S. Luiz e uma das maiores jóias arquitetônicas do Universo.

E' um livrinho de 80 páginas in-16, que em 1890 no exílio já, portanto, o Imperador leu com a mais acurada atenção, como se depreende de uma infinidade de traços de chamada à margem onde se inscrevem umas tantas notas demonstrativas do cuidado com que o soberano percorreu esta memória, aliás interessante.

Para ser autor muito pouco tempo sobrava a D. Pedro II. Os lazeres ele os empregava, cansado, enfarado, como se devia sentir das ocupações diárias, distraindo-se com a leitura.

Era fundamentalmente sedentário e não herdara a quase mania ambulatória do irrequietíssimo pai, E nele revivia a imensa, inacreditavel capacidade de trabalho de seu avô longínquo o construtor e prisioneiro voluntário do Escurial.

Os estudos filológicos constituiam a grande paixão literária de D. Pedro II, dominado por intenso pendor humanístico; passara do grego e do latim, aprendidos do modo mais conciencioso para o hebraico, sânscrito e árabe.

Para o português, a título de exercício, verteu literalmente o *Prometheu acorrentado*, prosa de que o Barão de Paranapiacaba fez a trasladação poética, a seu pedido, conforme ele próprio o depôs.

Relatou o tradutor de La Fontaine que o texto, da lavra do soberano, havia figurado na biblioteca de S. Cristovão entre centenas de outros que registavam escritos, originais e traduzidos do monarca".

"Deles guardo, declarou Cardoso de Meneses, alem do *Prometheu acorrentado*, o *Livro de Ruth* vertido do hebraico para o latim e do qual o Imperador me fez presente. Que fim teve aquela coleção?

indagava Paranapiacaba sem saber o que pensar do destino de tão valioso acervo".

Dedicou a sua tradução "à memória nunca olvidada de D. Pedro II, a render homenagem ao lúcido espírito, ao coração magnânimo e ao nobilíssimo carater do primeiro cidadão brasileiro, cuja longa vida fora empregada em engrandecer a Pátria que deixara próspera e respeitada pelo estrangeiro".

Exilado, retomou o Imperador e com redobrada persistência o fio dos estudos linguísticos.

Ocupou-se com o grego, o hebraico e o árabe como documenta a sua carta de 15 de setembro de 1891 ao Visconde de Taunay. Distraía-se então a traduzir trechos da Bíblia e das Mil e Uma Noites. E ao mesmo tempo relia a Odisséia, o que lhe permitia descobrir falhas na tradução de Odorico Mendes. "Como é belo o grego!" exclamava entusiasmado. Destes idiomas foi o hebraico o que mais o seduziu nos últimos meses de vida. Tanto tal estudo lhe empolgou o espírito que o conduziu a publicar a tradução de uma coletânea de poesias hebraico-provençais do ritual israelita "comtadin" (avignonez).

Suponho que seja esta a única obra impressa sob o seu nome, a cuja publicação haja pessoalmente acompanhado.

Assim se inscrevem os dizeres de sua folha de rosto "Poésies/ hebraico-provençales/ du/ rituel israélite comtadin/ traduites et transcrites par/ S. M. Dom Pedro II d'Alcantara/ Empereur du Brésil/ Avignon Seguin Frères, Imprimeurs-éditeurs/ 13 rue Bouquerie 13/ 1891".

O exemplar de minha propriedade devo-o a outro e valioso presente da boa amiga a Exma. Sra. D. Isabel de Azevedo Castro, nova demonstração de apreço que me é sobremaneira grato. Traz ao alto um autógrafo do imperial autor, três linhas apenas de uma letra muito legivel, embora assaz irregular. "Conselheiro Azevedo Castro, D. Pedro d'Alcântara, Versailles, 24 de Setembro de 1891".

Consta o volume de 76 páginas de pequeno formato (in-16). No prefácio, datado de Vichy, e de 1.º de agosto de 1891, explica o Imperador as origens de seus estudos hebraicos e as causas que o levaram a publicar o seu livrinho.

"Quanto ao histórico dos meus estudos do hebraico empreendidos com o fito de melhor conhecer a história e a literatura dos Judeus, sobretudo a poesia e os profetas, como tambem as origens do cristianismo, devo dizer que eles remontam aos anos da paz, anteriores à guerra do Paraguai, em 1865.

Encetei tais estudos, durante uma de minhas permanências em Petrópolis, com o Sr. Akerblom, judeu sueco. Mais tarde recomecei-os com o Sr. Koch, pastor protestante alemão, preceptor do filho da Sra. Condessa de Barral, governante de minhas Filhas.

Após a morte súbita deste, continuei-os com o Dr. Henning (falecido em Darmstadt no ano de 1888) e, após 1886, com o meu sábio, colaborador e professor de línguas orientais, Dr. Christiano Frederico Seybold, com quem tambem continuei os estudos do árabe (outrora iniciados com o Barão de Schreiner, Ministro da Áustria no Brasil e meu co-

nhecido do Egito) a princípio, como indispensaveis para um conhecimento aprofundado do hebraico, depois tambem por causa de sua literatura, muito rica e muito interessante.

Empreendi tambem a primeira tradução portuguesa (à vista do original) — das *Mil e uma Noites*, a qual, no entanto, não se acha ainda adiantada.

Durante a minha última permanência em Cannes o Grande Rabino B. Mossé, de Avignon, me proporcionou a leitura de interessante *Ritual Comtadin* que contem muitos curiosos textos mistos. E muito gentilmente quis associar-se a esta impressão".

"E' como amador, concluiu o monarca, e amador de longa data, do *félibrige*, que me interesso pela publicação destes trechos hebraico-provençais que ofereço à *Société félibriste* por ocasião das grandes festas centenárias deste outono".

A rememoração deste nome B. Mossé leva-me a um parêntese.

Gostava D. Pedro II, muito, de permanecer em Cannes. Daí irradiava em excursões por onde sabia que haveria de encontrar belas paisagens ou recordações históricas. Alí, certo dia, recebeu a visita, espontânea, de um dos maiores homens de seu século, Gladstone, com quem passou uma tarde inteira na mais animada conversa, encontro este que, mais tarde e em público, lhe valeria a mais honrosa demonstração do apreço do great old man.

Ao deixar, em 1888, aquela linda cidade da Côte d'Azur, dizia um dos principais orgãos da imprensa local: Les Échos de Cannes:

"Não houve entre nós quem não pudesse verificar quanto, durante sua permanência em Cannes, o Imperador e a Imperatriz do Brasil abriram mão, por completo, desse fausto, dessas grandezas de que os potentados tanto estimam rodear-se.

Viveram, por assim dizer, uma vida inteiramente burguesa, felizes em tomar parte nas nossas festas a que quiseram honrar com o seu benévolo patrocínio".

Já em 1873, após a sua primeira viagem à França, fora D. Pedro II eleito soci (membro) do félibrige provençal, depois de uma entrevista com Mistral, encontro este que o grande poeta relatou, gratíssimo ao acolhimento do Soberano.

No Armana Provençau de 1873, há interessante página a tal respeito (Vd. B. Mossé: D. Pedro II, 4 e 5).

"O Imperador D. Pedro II que viera visitar a Europa para estudar a civilização e as artes, não quisera deixar a França sem conhecer a Provença. Em princípios de fevereiro de 1872, apenas chegado a Marselha, chamou Mistral por telegrama.

"O Félibre" apressou-se em corresponder a este apelo e teve com sua majestade um encontro dos mais encantadores.

Começou o Imperador por cumprimentá-lo, lembrando-lhe Calendas e Mireio. Declarou-lhe, perante o seu séquito, que viajara de Nimes a Nice, com os seus dois poemas em punho. Quisera ver, na Crau, Cassis e a Esterel, tendo identificado diversas paisagens descritas e ilustradas pela musa da Provença.

Sua majestade, depois disto, interrogou o capoulie (chefe dos Félibres) sobre as idéias do Félibrige, e a importância do movimento, as obras e o número de poetas provençais e sobretudo os vates da nova geração.

Declarou D. Pedro II que as nações estrangeiras, até mesmo na América, acompanhavam, com interesse, a renascença provençal, primeiro, porque a Provença, pelo brilho de sua poesia, era simpática a todos os povos, e segundo, porque o despertar e o perpetuamento das pequeninas nacionalidades eram necessários à vida e à liberdade do Mundo.

Indagou depois o Imperador se tínhamos pensadores. Insistiu muito neste ponto. Aconselhou que empregássemos nossa língua, de todos os modos, principalmente para trabalhos históricos se é que nos preocupávamos com o futuro de nossa causa.

Tomou depois a palavra sua majestade, a Imperatriz. A Mistral graciosamente lembrou que Magali fora cantada no paço imperial do Rio de Janeiro e, quanto à serenata provençal, frequentemente deleitara as estrelas do Brasil.

Fixou-se a conversa depois sobre Camões, de quem falou D. Pedro II com verdadeiro entusiasmo. Pediu a opinião do autor ilustre de *Mireio* sobre os mais belos trechos do Homero português.

Despedindo-se do poeta provençal rogou-lhe o soberano que lhe mandasse, sempre, tudo quanto publicasse e a coleção completa do *Armana provençau*.

Gratos à simpatia permanente do seu majestático consócio, fizeram-lhe os *Félibres* de Cannes grande recepção, quando, a 14 de janeiro de 1888, voltou àquela cidade.

Foi uma serenata magnifica de tamborins e violões e grande massa coral, organizada pelo Sr. Mouton cabiscol de Lerins e dirigida pelo Dr. Geoffroy. Dirigindo-se à Imperatriz, dizia-lhe arroubadamente o Sr. Mouton (a quem ousamos traduzir muito receosos contudo de incidir no famoso dietário italiano verberador dos tradutores):

Majestade,

Sois a digna esposa daquele que tudo quer saber, E que por toda a parte pesquisa, em busca da fe-[licidade

Que a seu povo, dedicado, procura assegurar Com a paz, o progresso e o bem estar Assim vos seja dado e por muito tempo Secundar o exemplo de virtude Que ministra um Pai tão bom Ao Universo comovido! E' ele, para nós, o *Rei dos Imperadores*.

Ouviu o casal de soberanos com a mais suave comoção, esta homenagem singela e espontânea.

Ao mesmo tempo que se entretinha, D. Pedro II das coisas do Félibrige tinha o ensejo de se ocupar com as de orientalismo que, como vimos, lhe causava vivo interesse igualmente.

Ainda em Cannes recebeu a tradução literal e literária dos *Psalmos* da lavra do grande rabino de Avignon o Sr. Benjamim Mossé.

Disse-lhe este sacerdote da antiga lei que desejava muito obter-lhe uma audiência especial. Prontamente D. Pedro II lha marcou e o Sr. Mossé se apressou em ir ao encontro do monarca em Marselha. "Tive a felicidade, declara, de conversar durante duas horas com o mais afavel e o mais instruido dos monarcas". Imenso impressionou ao rabino o seu imperial interlocutor. Quando o Imperador, vários meses mais tarde, se achava em Aix-les-Bains, a convalescer da gravíssima moléstia de Milão, foi novamente visitá-lo "sendo ainda desta vez acolhido pelo monarca com a bondade habitual".

Na nossa bibliografia era bem conhecido o nome desse Grande Rabino B. Mossé, autor de uma Vida de sua majestade D. Pedro II, Imperador do Brasil, em que se revelou um dos mais arroubados admiradores de nosso monarca.

A princípio houve entre nós quem dissesse que estes nomes eram um pseudônimo do Barão do Rio Branco! Jamais existira B. Mossé! O livro é realmente inspirado, ao que parece, por quem devia ser grande sabedor das coisas do Brasil. Nunca o li, aliás, mas dele muitas vazes ouví gabos, assim como tambem que nele realmente colaborou, e bastante, o nosso grande chanceler de 1902-1912.

Não sei de todo o que haja de verdadeiro em tal asserção. Um dos primeiros exemplares desta biografia, chegada ao Brasil, veio endereçada a meu pai pelo Barão do Rio Branco. Nele se insere a seguinte amistosa e brincalhona dedicatória rescendente à preocupação histórica, e todos os momentos, tão intensa, no triunfador de Missões e do Amapá: Ao selvagem unitário Alfredo d'Escragnolle Taunay, o selvagem unitário Juca.

No livrinho do Imperador aquí analisado encontro uma nota biográfica sobre B. Mossé que foi sábio hebraizante, "oficial da Instrução Pública, fundador e redator-cnefe da Famille de Jacob, membro

das Academias de Marselha e de Madrid, autor de grande número de obras de exegese, literatura, educação e história, entre outras : a Tradução literal e literária dos Psalmos e a História das Mulheres da Antiguidade Judaica.

Nos dicionários enciclopédicos franceses modernos é que não vejo verbete algum com a biografia do Grande Rabino de Avignon; o único Mossé de mais destaque, parece ser, certo João Maria, nascido em Carpentras em 1780 e falecido em París, em 1825.

Dele diz Larousse ter sido o autor de grande número de obras extremamente mediocres de que ao mesmo tempo era o editor e o livreiro, oferecendo-as ao público em sua casa de belchior de moveis.

Não lhe sorrindo a aura literária desanimou o pobre homem que, um belo dia, suicidou-se pelo processo clássico da asfixia oxicarbônica. O fato de ser judeu, Mosse, de seu verdadeiro nome afrancesado para Mossé e natural de Carpentras, a dois passos de Avignon (24 quilômetros apenas), fazem supor que B. Mossé seja descendente ou pelo menos colateral do infeliz e desiludido João Maria.

Referindo-se ao seu imperial biografado arroubadamente exclama B. Mossé no prefácio de sua obra: E' mais do que um Imperador, é um filósofo, é um sábio!"

Foi este entusiasmo o inspirador do aliás excelente estudo sobre o tão admirado amigo imperial, livro a que se epigrafam quatro juizos subscritos por assinaturas formidaveis: as de Vitor Hugo, Gladstone, Darwin e Lamartine! Excusez du peu...

- "Senhor, sois o neto de Marco Aurélio! escreve o poeta imortal da Lendas dos Séculos!"
- "E' isto o que chamo ser um grande e bom soberano, e um Homem, este que só se prevalece da altíssima posição para servir de padrão e de benfeitor de sua gente, profere essa incarnação da dignidade humana que se chamou William Ewart Gladstone.
- "Tanto tem feito este Imperador pela ciência que não há cientista que lhe não deva o máximo respeito", proclama o autor genial da Origem das espécies.

"Este príncipe filósofo excede o poeta coroado de Potsdam", expende o grande cantor de Jocelyn, das Meditações e das Harmonias.

Desta conjugação de gostos e preferências literárias: a simpatia pelos estudos *félibres* e o pendor pelo orientalismo nasceu em D. Pedro II a idéia de realizar a tradução dos cânticos hebraico-provençais.

Explicando os motivos de sua preferência pelo texto do *Ritual*, dizia o Imperador que julgava o seu trabalho grato aos espíritos que se interessavam à língua dos *félibres*, "língua pitoresca, tão querida, tão estudada modernamente. Haviam o grande Mistral e seus dignos colaboradores (de que mencionava 26 nomes numa lista encetada por Aubanel e encerrada por Joseph Roux, o "grande épico", do Limousin) feito com que fosse novamente honrada". Provavam tais poesias que o idioma não era estranho aos modestos rabinos contemporâneos de Saboly e de Bellaud de Belleudière, este *félibre* encantador, este Marot provençal quinhentista".

Constituiam cantos ingênuos, compostos para festas familiares e recordavam os nöels da Igreja Católica. "Ainda eram nos dias de hoje (1891) divulgados nas quatro comunidades do antigo Contat Venaissin; Avignon, Carpentras, L'Isle, Cavaillon e em todas as comunidades que dalí derivavam, quer na Provença, quer no Languedoc".

"Todos estes diversos cânticos hebraico-provençais quando muito remontavam aos séculos XVI e XVII. Antes desta época deles não se encontravam vestígios. Alem disto a composição destes piouts era atribuida a um certo Mardocheu. Seria acaso Mardocheu Venture? Admitida tal hipótese, tais poesias, não proviriam nem do XVI, nem do XVII "século", pois Venture nascera em Avignon, no século XVIII.

Não havia dúvida possivel, porem, de que o autor *piouts* se chamava Mordechai (Mardocheu), pois em todas as estrofes surgia tal nome em acróstico.

Explicava o Imperador que as obrosveilles (vigílias) eram cantadas, em casa, em vésperas de circuncisão e no quarto da recem-aliviada, junto ao seu leito, ornado de fitas, e flores e onde brilhavam os ricos presentes feitos ao recem-nascido.

"Estes cânticos em que transparece a fé ancestral fazem rejubilar a numerosa assistência de parentes e amigos e são como os votos de boa vinda ao filho que acaba de nascer e sobre o qual a raça israelita funda uma esperança de consolo e felicidade".

Os obros próprios da festa do *Purim* ou de *Esther* cantam-se de preferência no período que liga esta solenidade comemorativa da libertação da per-

seguição de Haman, à que recorda o término da dos Faraós.

"Triunfo de Mardocheu, triunfo de Moisés! Duas inolvidaveis recordações para Israel!"

O cântico "um cordeiro ou um cabritinho ou *Hadgaia*, então, surge à mesa familiar, por ocasião das duas noitadas da Páscoa e exprime o papel do poderio providencial nos acontecimentos da vida dos indivíduos como na dos povos".

"No ápice de todas as ações humanas, comentava o magnânimo tradutor imperial, como a falar tambem de si para si, alcandora-se a Justiça Divina que a cada qual se reparte, segundo as próprias obras".

"Idéia consoladora para as vítimas da violência e da iniquidade! fonte de força e coragem para a raça sempre opressa e que só deveu, afinal, a independência aos benefícios da civilização moderna".

Analisando literariamente o original traduzido, fez o Imperador ver, quanto a versificação destas poesias é assaz irregular e de dificil definição. Variam notavelmente os diversos *piouts*.

So o *Hadgaia*, ou o cântico "um cabrito" é mais regular.

Terminando as suas considerações, dizia Dom Pedro II que julgava mereceria boa acolhida do público a sua pequena coletânea poética hebraico-provençal.

Aparecia em momento oportuno, quando solenemente se celebrava o centenário da anexação, à França, do Comtat Venaissin, o antigo condado avignonês, que em 1271 (data da doação de Filipe III)

a 1791, pertencera aos Papas. A estes a Revolução confiscara a velha doação capetíngia para com o seu território formar o departamento de Vaucluse.

"Não eram destituidas de interesse, alegava o Imperador, aquelas produções, umas das mais curiosas e originais da língua dos habitantes do antigo Comtat Venaissin!"

E a justificar o seu tentame acrescentava:

"A nossa obra, bem modesta, não invocará este único título as simpatias dos descendentes dos antigos *Comtadins*, hoje figurantes entre os melhores cidadãos franceses".

Concluiu D. Pedro II o trabalho da versão em Vichy, a 30 de julho de 1891, quatro meses portanto antes de falecer.

Consta de três *piouts* poesias sinagógicas, destinadas à festa da vigília da Circuncisão e da *Lenda do anho*, poesia destinada especialmente a ser cantada à mesa familiar nas noites pascoais.

A tradução do primeiro *piout* está datada de Cannes, e de 9 de abril de 1891, a do segundo do mesmo lugar e de 1.º de maio, a do terceiro de Vichy e de 5 de junho, o *Hadgaia*, tambem de Vichy, e a 30 de julho.

Acham-se estes quatro poemetos escritos metade em hebraico e metade em provençal, traçados em caracteres hebraicos. A impressão traz o texto original em confronto.

O Imperador traduziu o hebraico para o francês e transcreveu exatamente os versos provençais.

Assim o primeiro piout começa deste modo:

J'ouvre mes lèvres en jubilation
Cantaren deman à dina
La crainte de l'Éternel (nous soit) en partage
Ca co è lou gran mestré
Je louerai donc (le) Dieu Suprême
Desur tambourin e viouloun
Abram é esta commanda, etc.

O Hadgaia é todo em provençal, por assim dizer.

Limitou-se D. Pedro II em transcrever os caracteres hebraicos para os latinos :

Un cabri, un cabri Que avié aciéta moun paire Un escu, donz escu Hadgaia! Hadgaia!

Só uma ou outra palavra hebraica intercalada ao texto é que o monarca verte.

Não sei qual haja sido a razão que levou o monarca a não traduzir para o francês os trechos provençais por ele transcritos dos caracteres hebraicos.

Para o leitor francês do Norte parece-me que muitos destes versos meridionais devem ser quase incompreensiveis. Apesar da enorme afinidade entre o provençal e o português a muitos não conseguí verter valendo-me aliás da melhor bibliografia amavelmente fornecida pelo bom e eminente amigo Dr. Joaquim Marra, apaixonado admirador de Mistral cuja imortal *Mireio* traduz para o nosso vernáculo.

Assim pode recorrer ao Lon tresor don félibrige, do grande vate de Maillane, verdadeiro monumento filológico e dos mais notaveis ao bom glossário, relativamente moderno, do P. Xavier de Fourvières, assim como a um velho léxico do idioma de Languedoc, datado em segunda edição de 1785 e cujo autor se oculta sob as iniciais L. D. F.

Recorrendo ao prodigioso Larousse deduzo da leitura do verbete *Dictionnaire languedocien français* que o léxico do Dr. Marra deve ser o ótimo trabalho do *abbé* de Sauvages, publicado em primeira tiragem no ano de 1753, reeditado e ampliado por seu sobrinho L. Dhombre Firmas.

Submetido o texto imperial ao exame do Dr. Marra opinou o meu douto amigo cuja larga cultura vernacular e filológica é tão justamente reputada, que os versos do *Ritual* encerram vários arcaismos ausentes dos modernos dicionários *félibres*.

Daí, talvez, a prudente determinação do Imperador de os não verter, receoso da pecha de infidelidade entre todas a mais desagradavel à sua retidão absoluta e horror à mentira.

Passamos várias horas, o Dr. Marra e eu, procurando nos léxicos provençais a tradução francesa das palavras a nós intraduziveis dos carmes do *Ritual*, muitos deles vocábulos de aspecto substancial.

Verificamos então a existência dessas falhas nas colunas da obra positivamente monumental que é o dicionário Mistral.

E' que com certeza se referem a termos obsoletos ou a variantes dialetais, de âmbito muito restritos, do velho *patois* judaico-provençal de Avignon.

Algumas notas, mas poucas, acompanham a versão imperial. Referem-se a variantes do texto, a alusões bíblicas e talmúdicas (?) Uma apenas é erudita, envolvendo uma questão de filologia comparada. Ao falar de Bigthan (um eunuco da corte de Assuero) lembra o tradutor a semelhança de tal nome com o "bagadana do persa antigo — Deodato de baga (em slavo bog, Deus) e dâna — domun".

A propósito da tradução de D. Pedro II publicou o sábio linguista Dr. Seybold uma nota. "Ouvira do grande rabino de Nimes, o Sr. Kahn, que um hebraizante desta cidade, o Sr. Sebastier, publicara alí em 1874, um ensaio no gênero do que tentara o Imperador do Brasil.

Chanson hebraico-provençales des juip comtadins réunies et transcrites por E. Sebastier (Nimes A. Catelan, libraire, 1874). Era obra esgotada e rara, e não trazia o texto hebraico em confronto.

Declarou então solenemente o ilustre filólogo, que tanto se ocupou com a língua brasílica, que Dom Pedro II jamais tivera em mãos o trabalho do Sr. Sebastier, cuja existência de todo ignorava, assim como sucedia a ele próprio Seybold, testemunha ocular do trabalho pessoal do monarca.

Em suma, do valor do volumezinho das Poésies hebraico-provençales du rituel Israélite comtadin só poderão dizer, com conhecimento de causa, os hebraizantes, a quem tal trabalho é facil, pois o tradutor, com aquela retidão inflexivel que era a sua, lhes proporcionou o confronto dos textos.

Para nós outros representa, porem, notavel indice cultural. E' mais um documento corroborador de superioridade mental do grande Bragança.

Quantos não se desvendarão ainda? o acaso levou às mãos de meu Pai uma parte do Diário da Viagem ao Alto Nilo, escrito em francês como relatório destinado a um amigo egiptólogo, Brugsch talvez.

Copiou-o com o maior afã e eu tive o prazer de o traduzir e publicar na Revista do Instituto Histórico Brasileiro.

Segundo o depoimento do Barão de Paranapiacaba acima transcrito havia em S. Cristovão avultado acervo de trabalhos literários e eruditos do Imperador.

Estarão no Arquivo do Castelo d'Eu ou ter-se-ão disperso no Brasil, ou alhures, como sucedeu ao Diário de Viagem ao Alto Nilo. E' o que de todo nada sei.



O DESCOBRIMENTO DO BRASIL POR VICENTE YANEZ PINZON

PELO SÓCIO CORRESPONDENTE

DR. CLEMENTE BRANDENBURGER



O DESCOBRIMENTO DO BRASIL POR VICENTE YANEZ PINZON

No "Jornal do Comércio" dos domingos, 12 e 19 de maio, publicou o ilustre engenheiro Dr. Artur de Lima Campos (pai), da Inspetoria Federal dos Portos, sob a epígrafe acima, uma crítica ao artigo do erudito Professor Dr. Duarte Leite, digno Embaixador de Portugal, sobre "A imaginária descoberta do Brasil por Vicente Pinzon", publicado no mesmo lugar a 17 de março findo.

Tinha o eminente ex-catedrático de matemática português, em exhaustiva memória inserta no 1.º volume da monumental História da Colonização Portuguesa no Brasil, por ocasião do centenário da nossa independência, defendido a tese de que nenhum dos navegadores espanhóis tinha ultrapassado, nos anos de 1499 e 1500, a linha equinoxial e tocado no Amazonas antecedendo aos portugueses no descobrimento do Brasil.

Trata-se, como se vê, de uma tese oposta à tradição geralmente aceita, e que, por se referir aos primórdios da nossa história, nos deveria interessar imensamente. Mas o fato é que poucos brasileiros se teem ocupado do trabalho do distinto pesquisador lusitano. Nem o próprio Instituto Histórico Brasileiro tem dado andamento a uma proposta, apresentada na sua sessão de 17 de julho de 1922 pelo meu querido amigo e sábio consócio Dr. Rodolfo Garcia, modelar continuador da obra de Varnhagen e de Capistrano, para que "seja incumbida a Comissão de História de examinar e emitir oportunamente parecer" sobre a tese em questão. Distribuiu o benemérito Presidente perpétuo da nossa tradicional instituição, Professor Dr. Conde de Afonso Celso, a proposta à referida Comissão, nomeando relator o saudoso Ministro Dr. Viveiros de Castro; mas não me consta que a Comissão tenha dado parecer a respeito.

Foi devido a essa inexplicavel e indesculpavel indiferença geral que o autor da tese resolveu publicar um resumo do seu trabalho nas colunas do "Jornal do Comércio", sempre tão solícito em dar agasalho a tudo que se refere à História do Brasil.

Não deixa o Dr. Duarte Leite a menor dúvida sobre o carater do seu artigo de 17 de março; tratase de simples resumo da sua contribuição para a "História da Colonização do Brasil". Portanto, quem pretendesse mostrar a inexatidão das conclusões a que o autor chega, deveria primeiro ler o trabalho original e não apenas o resumo. Não procedeu assim o Dr. Artur de Lima Campos (pai), de modo que, na sua resposta, fala sem conhecimento exato da causa. E não só isso: louva-se em fontes secundárias, ou antes terciárias — se "fontes podem ser chamadas! — sem o menor valor comprobativo

em discussões científicas desta ordem, como o são o compêndio ginasial (aliás excelente) do Dr. João Ribeiro, o livro de edificação positivo-patriótica do Sr. Reis Carvalho e outros semelhantes. Fontes terciárias são ainda outros livros, cuja leitura o Dr. Lima Campos recomenda (!) ao Dr. Duarte Leite. como a "Corografia" de Moreira Pinto, o trabalho de Cointe sobre a Amazônia, as obras de viagem de Koster e Mawe (muito importantes para o conhecimento do Brasil no fim, mas nunca no começo da época colonial), as conferências sobre a nossa história diplomática, proferidas no Instituto pelo Professor Dr. Pinto da Rocha, e até a própria "História" de Varnhagen. Contra documentos contemporâneos e autores coevos, que servem de base à demonstração do Dr. Duarte Leite, só outros documentos e autores coetâneos—de modo nenhum, porem, a opinião de historiadores posteriores, de escritores didáticos e muito menos de leigos no assunto. cujos trabalhos datam, quase todos, de anos anteriores ao da publicação da monografia do Dr. Duarte Leite.

Do mesmo modo carece de todo valor comprobativo a circunstância de se encontrar no mapa dedicado aos descobrimentos, do atlas de Delamarche de 1904, a indicação de "Pinzon" junto ao cabo de Santo Agostinho, e, na relação cronológica à margem, ainda: "1500 — Pinzon — Brasil". De resto, aí as própria "fontes" do Dr. Lima Campos se contradizem, tendo Varnhagen mostrado de maneira convincente que Pinzon não pode ter estado no cabo de Santo Agostinho, embora concorde que tenha

aproado na costa do Ceará, provavelmente na ponta de Mucuripe. Ora, a quem acreditar mais, ao cartógrafo compilador francês ou ao historiógrafo pesquisador brasileiro? E se preferirmos a autoridade do nosso historiador, não devemos, então, admitir a possibilidade de que o resto da tradição pinzoniana mereça tanta fé quanto o pretenso descobrimento do cabo de Santo Agostinho? E, sendo assim. não é antes para estranhar a demora no inevitavel processo de revisão da narrativa tradicional, revisão que se impunha desde que ficavam facilmente acessiveis os documentos da época, isto é desde o quarto centenário do descobrimento da América por Colombo?

Se quiséssemos examinar todos os argumentos apresentados pelo Dr. Duarte Leite, na "História da Colonização Portuguesa" e corroborá-los com outros que o estudo do assunto nos forneceu, teríamos que escrever todo um livro, e não apenas um artigo de jornal. Aquela publicação monumental é acessivel a qualquer interessado nas bibliotecas cariocas, de modo que o exame próprio da tese do Dr. Duarte Leite não é dificil, para ninguem, dispensando-nos da necessidade de a reproduzir neste lugar.

Há, de resto, um argumento tão decisivo e irreplicavel que a gente pode precindir todos os demais, (aliás bastante valiosos). Referimo-nos às capitulações, celebradas entre a Coroa de Castella e Vicente Pinzon, aos 5 de setembro de 1501, onze meses e cinco dias após o regresso do navegador da viagem em questão. Dizem os Reis Católicos neste documento: "Descobristes ciertas islas y tierra firme que

posistes los nombres siguientes: Santa Maria de la Consolacion e Rostro Hermoso, e desde alli seguistes la costa que se corra al norueste hasta el rio grande que llamastes Santa Maria de la mar dulce, é por el mismo norueste, toda la tierra de luengo hasta el cabo de S. Vicente". Em recompensa nomeiam Pinzon Capitão e Governador "de las dichas tierras de suso nombradas desde la dicha punta de Santa Maria de la Consolacion siguiendo la costa hasta Rostro Hermoso, é de alli toda la costa que se corre al norueste hasta e dicho rio que vos posistes nombre Santa Maria de la mar dulce con las islas questan a la bocca del dicho rio que se nombra Marina tubaro". (Em documento anterior, uma provisão régia de 5 de dezembro de 1500, referente a um processo contra Pinzon, diz-se apenas que este e seus sobrinhos Arias Perez e Diogo Fernandez, "descubrieron seiscentas leguas de tierra firme allende muchas islas".

Pelas capitulações de 5 de setembro de 1501, não se pode determinar qual a "punta de Santa Maria de la Consolacion" e qual o "Rostro Hermoso". Mas torna-se evidente que o rio "Santa Maria de la mar dulce" não pode ser o Amazonas. Pois a "punta de Santa Maria de la Consolacion" é o limite oriental e o rio "Santa Maria de la mar dulce" o ocidental da capitania concedida a Pinzon. Informam as capitulações que Pinzon tinha feito descobertas ainda muito alem deste rio, até ao cabo de S. Vicente. Por que será que não lhe foi concedido o governo das mesmas? Por um motivo muito imperioso: no golfo de Pária começavam as descober-

tas de Colombo, e a Coroa quis precaver-se contra demandas possiveis. Por isso, ela não poude estender a concessão outorgada a Pinzon para alem daquele golfo, mas somente até este ponto. Em outras palavras: o "Santa Maria de la mar dulce" das capitulações é a Boca Grande do Orinoco como, aliás, opinara Humboldt, que tem visitado e navegado o Orinoco até a fronteira com o Brasil. E a "punta de Santa Maria de la Consolacion" só pode ser procurada na costa das Guianas. E por um motivo muito simples. Mesmo se a distância entre o cabo de Santo Agostinho e o golfo de Pária não fosse realmente de 750 léguas (em lugar das 644, que o Dr. Lima Campos computa), e portanto maior do que as 600 léguas que o próprio Pinzon afirma ter navegado, (mas navegado não somente até ao rio Orinoco de Santa Maria, e sim até ao cabo de São Vicente), a Coroa de Castella não poderia ter pensado em lhe conceder as terras até aquele cabo; porque, apesar de todas as incertezas e todas as inexatidões a respeito da verdadeira situação da linha divisória do tratado de Tordesillas, não podia haver - e não havia - controvérsias a respeito do cabimento da costa pernambucana dentro da esfera portuguesa.

E' de resto, óbvio que, não sendo o rio Santa Maria de la mar dulce idêntico com o Amazonas, — e a este respeito as Capitulações de 5 de setembro de 1501 não deixam a menor dúvida! — o cabo de Santa Maria de la Consolacion tambem não pode ser identificado com o cabo de Santo Agostinho.

Originou-se a confusão da resposta de Vicente Pinzon ao sétimo quesito das "probanzas" do fiscal da Coroa de Castella, no célebre processo que lhe moveram os herdeiros de Colombo. Só então em 1513, treze anos após a sua viagem, doze após a celebração das capitulações referidas, tambem doze após a versão italiana do Manuscrito das Décadas de Petrus Martyr por Trevisan, e dois anos após a publicação da primeira, Pinzon afirma ser o seu cabo de Santa Maria de la Consolacion o mesmo cabo a que os Portugueses davam o nome de Santo Agostinho. Por que essa afirmação? Será que ele precisava de uma desculpa para explicar por que motivo não se tinha desobrigado dos compromissos assumidos naquelas capitulações, achando viavel a explicação de ter feito descobertas, em 1500, dentro da esfera portuguesa? Ou será que ele queria vangloriar-se? Ou, finalmente, será por simples ignorância? Não o sabemos.

Da mesma forma, o nome de Maranhão, para o grande rio de água doce, aparece pela primeira vez nas "probanzas", de onde passa a segunda edição das obras de Petrus Martyr, de 1516, aliás ambas as vezes em termos que absolutamente não nos obrigam a identificá-lo com o Amazonas.

O nome Marañon (Maragnonum apud Martyr) dado ao rio em questão, não prova nada, porque não é monopólio do Amazonas. Repete-se, pelo contrário, em diversos lugares. No Brasil, por exemplo, temos: o pequeno rio Maranhão na ilha do mesmo nome; dois rios no Estado de Minas Gerais, sendo um afluente do Paraopeba e o outro do Ca-

rangola; ilhas no Estado de Alagoas (na lagoa de Manguaba) e do Pará (no rio Tocantins, comarca de Baião); um grupo de ilhas, sob o nome de Maranhãozinho, no rio Tapajós, perto da cachoeira do mesmo nome; e finalmente o importante rio Maranhão no Goiaz, que com um dos inúmeros rios Paraná da America do Sul forma o Tocantins.

Para a serra, em que nasce este Paraná, aceitase geralmente a grafia Peranan ou (Paranã), que o Barão Homem de Melo no seu "Atlas do Brasil", Milliet no seu "Dicionário Geográfico", Teodoro Sampaio no seu estudo hidrográfico, no 1.º volume do "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico" do Instituto Histórico Brasileiro, preferem tambem para o rio em questão. Salientamos este fato, porque o Dr. Lima Campos, em sua crítica ao Dr. Duarte Leite, sustenta que a palavra tupi-guarani seja só "paraná" e nunca "paranã", quando o ilustre embaixador, seguindo Charles Fr. Hartt, aventura a conjetura de que Marañon seja talvez uma corruptela espanhola de Paranã. Não nos parece que assim seja, mas ainda muito menos podemos, naturalmente, aceitar a etimologia popular do "mare? não!" ou "mare an non", adotada pelo Dr. Lima Campos. Seria mais aceitavel a derivação de "maraña", em português "maranha", o que significa "fios enredados" e se poderia dizer de um delta de inúmeros canais, como o do Amazonas e do Orinoco, se não existisse o mesmo nome para rios como o Maranhão de Goiaz, que não se divide em muitos bracos, formando enredo, maranha; explicado realmente e sem contestação ao primeiro testemunhado exatamente

para o curso superior do rio, andino e sub-andino, onde ainda não forma canais laterais; e, se, finalmente, os nomes indígenas, em cuja composição entra "mará", não fossem tão numerosos. Tudo isto nos leva à conclusão de que Maranhão seja um nome indígena.

A maioria dos nomes geográficos em cuja composição entre "mará", significa rios, alem dos já mencionados (Maraá ou Maraã, (!) afluente esquerdo do Japurá, Maranacoã, afluente direito do rio Negro, etc.), ilhas (alem das já mencionadas ainda: Mará, Maracá, Maracujá, Marajó, etc.); lagos e lagoas (Maracá no Pará, Maracajá e Marati na margem do Juruá, Maracaibo em Venezuela cujo nome lembra o do rio brasileiro Maracaiabo. afluente direito do Uraricoera, etc., baías (Maracanã no Pará). Temos ainda os nomes de tribus ribeirinhas, como Maracanã, Maracá, Maranacoacena. Maranha, Marauá, temos finalmente na Amazônia a designação de "maracatif" para canoas. Por isso a nossa convicção de que o nome de Maranhão seja tambem indígena e que corresponda de fato ao Paraná, não por corruptela espanhola, mas por uma questão de variação dialetal, talvez entre o tupi do Norte e o do Sul, pois observamos que no Norte predominam os nomes compostos com "mará", no Centro e Sul os com "pará", até ao completo desaparecimento do "mará" na região do dialeto quarani.

Narra o Dr. Lima Campos, no seu primeiro artigo, que: "Quando no desempenho do cargo de engenheiro-chefe de 1.ª classe, da Inspetoria Fe-

deral de Portos. Rios e Canais, assumí a chefia da Fiscalização do Porto do Pará, contornei, numa inspeção marítima, a ilha de Marajó, na embocadura do rio Pará, e, no transcurso, dessa inspeção, verifiguei, de visu, em vários trechos de contorno sinais inapagaveis deixados por Pinzon, constantes de três letras VIP e a data 1500, cravadas em várias ilhotas rochosas e nos barrancos pedregosos próximo da cidade de Gurupá, pouco abaixo do Porto de Moz. Estes sinais emergidos por ocasião da vazante, poderão ser avistados, na fase da estiagem tão somente, de bordo dos vapores fluviais denominados gaiolas; porque os transatlânticos e os paquetes do Lloyd Brasileiro, quando navegam o Amazonas, percorrem os trechos de maior profundidade do rio, afastando-se assim dos roteiros de vapores fluviais.

No seu segundo artigo, extrai o Dr. Lima Campos trecho duma monografia sua, publicada em anexo ao relatório da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais para 1925, em que se lê: "Em diversas ilhotas esparsas na embocadura do rio Amazonas, encontram-se, gravadas nas pedras, as três letras V I P e a data 1500, o que denota ter sido Pinzon que primeiro penetrou no rio Amazonas, pelo menos na embocadura".

Nota-se certa contradição entre os dois trechos citados, porque no primeiro as inscrições são localizadas em ilhotas entre Porto de Moz e Gurupá, no segundo em ilhotas na embocadura. A não ser que se queira considerar já na embocadura do Amazonas a larga foz do Xingú e o curso de lá até Gurupá.

Mas não insistimos em tal ponto. O principal é que tais inscrições não deveriam ser atribuidas a Pinzon, mesmo se as capitulações de 1501 não provassem não ser o Amazonas o Santa Maria de la Mar Dulce dele. Porque ilhotas e barrancos pedregosos, umas e outros emergidos somente por ocasião da estiagem e portanto expostos durante o resto do ano à ação da forte correnteza do rio, e sempre a das marés, não poderiam conservar inapagadas, durante quatro séculos, inscrições gravadas naturalmente às pressas. Mais, tanto Petrus Martyr (que, de resto, fala apenas em Inscrições gravadas no primeiro desembarque) quanto as "probanzas" dizem claramente que os navegantes gravaram os nomes do rei e os próprios, o que era natural em se tratando de ceremônia de posse (como se deduz das "probanzas"), em que o essencial é exatamente o nome do rei. Deve, pois, tratar-se de uma brincadeira de mau gosto de qualquer desocupado, ou de dizeres diferentes, ou mais provavelmente de erosões que com um pouco de fantasia possam ser tomadas por inscrições. Não seria o primeiro caso desta ordem!

Vassouras, 22 de maio de 1929.



A ARTE MILITAR ENTRE OS BOROROS DE OUTRORA

PELO

DR. MANUEL CRUZ



A ARTE MILITAR ENTRE OS BOROROS DE OUTRORA

Desde que o bororo era admitido a conviver no "baíto", ou morada dos homens, estava habilitado para operar em todos os misteres da vida.

Dos setores de sua atividade havia, entretanto, um, sempre cultivado de antanho, e era o que dizia respeito à preparação para a vida militar, por forma a adestrá-lo na luta ou na guerra, fosse contra as tribus adversas, fosse mesmo contra os "bráedes", ou civilizados.

Dentre os moços que se distinguiam no manejo rápido do arco e da flecha, se mostravam resistentes nos contínuos exercícios físicos e revelavam afoiteza e coragem na peleja, assim contra os felinos, como contra as tribus inimigas, recrutava-se a hoste de guerreiros, ou exército selvagem.

Estes gendarmes das selvas não só marchavam para a luta destemidamente, como montavam guarda às aldeias e tinham, envolto ao crânio, um turbante enorme, tecido de cabelo humano e denominado "áe".

Este adereço não só os fazia distintos, como servia de armadura para a luta com o adversário, e tanto podia ser utilizado para revestir o braço, como o peito e a perna, contra possivel agressão das flechas, ou instrumentos perfurantes. Não temos certeza se o usavam recobrindo o peito. De outros modos, porem, podemos afirmar.

As armas adotadas nos combates eram: o arco de vários tipos, com flechas fortes e agudas; e a "baragara" (punhal feito de osso do ante-pé da ema).

Na luta corporal, serviam-se da serrilha da cauda da arraia, ("meru"), a qual atavam ao dedo e com o que anavalhavam o adversário.

A flecha usada na guerra, e denominada "tu-guêru", era feita do cerne de uma palmácea (seriva).

Cessada que foi a luta, não só contra os civilizados, como contra as "tabas" contrárias, aplicamna hoje, apenas, à caçada de onça.

A legião selvagem era comandada por um "valente", o "tugo-boigareu".

Este pugilo de lutadores nunca recuava ante os perigos, salvo por circunstâncias bem justificadas.

Era um desdouro à sua dignidade serem forçados a arripiar a batida, por isso que se educavam na renúncia ao medo, nunca deixando adormecida a noção da boa tática e da prudência.

Na sua organização militar, nunca entrava a opinião do "bóimegéra", ou capitão, para a escolha do comandante da tropa. Consultavam-se, sim, as qualidades morais e o heroismo do chefe, que podia

ser eleito dentro de qualquer das secções ("xerá" ou "tugarégue") ou mesmo dos clãs.

Nele se depositavam toda a confiança e toda a esperança.

Uma vez que lhe fosse confiado o comando dos guerreiros, nunca se lhe censurava o insucesso porventura havido na luta, porque se o houvesse, não seria por sua responsabilidade, mas por circunstância alheia à sua vontade. E bem merecia essa demonstração de confiança e valor, pois que um "tugo-boigareu" jamais traía seu povo.

Seu espírito era formado no culto austero das tradições da raça.

No ponto de vista da cultura física, extremavam-se não só o chefe, como o subalterno, na prática da resistência.

Eram sempre fortes e habituavam-se à sobriedade, podendo, por isto, passar quatro e mais dias, sem receberem alimento de qualquer espécie.

Até no uso da água se mostravam parcimoniosos. Alguns deles, quando se achavam empenhados na luta, apenas molhavam a boca, atirando em seguida a água fora.

Para dominarem a si mesmos, tinham uma dieta regular.

Alimentavam-se durante o dia, mas, ao escurecer, lançavam fora do estômago tudo que restava à digestão, provocando o vômito.

Só se entregavam ao sono, quando estivessem com o estômago completamente vazio.

Dormiam cedo e levantavam-se muito antes do despontar da alva.

Treinados nas corridas a pé, podiam emparelhar-se com a ema, a qual venciam sem maior custo.

Quando marchavam, nunca levavam para si nenhuma provisão. Comiam o que encontravam pela estrada.

Apartavam de si tudo quanto constituia empeço à jornada.

Antes de marcharem para a guerra, aprovisiovam-se de flechas, levando-as quanto era possivel conduzir, e sabiam poupá-las convenientemente.

Antes da partida, era dado o toque de reunir. Vibrava-o o "tugo-boigareu", que era o primeiro a ocupar a fila dianteira. Em seguida, vinham os putros.

Acompanhava-os o "bári", ou feiticeiro, que era o oráculo consultado previamente sobre o destino da expedição.

A ele cumpria encorajar os moços, torná-los indiferentes à morte, incutindo-lhes no espírito que um inimigo jamais podería ver, com os próprios olhos, um grupo de bororos.

Partindo cedinho do aldeamento, paravam a cerca de meia légua de distância. Este pouso provisório tinha por fim reunirem-se em conselho, para deliberar sobre as instruções a serem adotadas durante a luta.

Todos tinham, nesta assembléia, o direito de explanar o pensamento.

Quando levantavam acampamento estava tudo acertado e concertado da melhor maneira.

Ao retirar-se, cada um tocava seu "poári", reanimando-se mutuamente. Era a música índio-marcial.

Seguiam em fila indiana, ocupando o chefe a frente da coluna e tomando a responsabilidade de efetuar a vigilância de frente e de lado.

Atrás, um outro ocupava-se de igual serviço de espionagem.

Na marcha, nunca conversavam, e, quando o faziam, era por assobio e em tom baixo, perceptivel às ouças bem sensiveis, que todos as tinham.

No pouso, só o grupo do centro poderia acender fogo até à meia-noite.

À vanguarda e retaguarda, era vedado fumar.

O serviço de espionagem obrigava o guerreiro à mais meticulosa vigilância, e nunca poderia ser traido pela surpresa.

Atentavam todos eles cuidadosamente às "batidas" da horda oposta e rastreavam-lhe os passos nos menores detalhes.

Subiam às árvores, mergulhavam na água, escalavam o topo das serras, utilizando-se de todos os meios para proceder à mais cuidadosa observação.

Quando sentiam a aproximação do inimigo, davam o alarme com um assobio, imitando o do macaco. Os companheiros correspondiam-se um com o outro na mesma linguagem.

Só após certificarem-se de que os camaradas receberam bem a sua comunicação passavam a nar-rar, ainda em assobio, o que lhes fora dado observar, apresentando sugestões sobre o modo por que se devia proceder em frente ao adversário.

Desde tenra idade, habituaram-se esses selvagens a comunicar-se tanto pela palavra falada, como por assobio, podendo, por este meio, travar qualquer conversação.

A tropa aguerrida evitava sempre atacar o adversário sem fazer-lhe prévio reconhecimento.

Se se emparelhava com o inimigo antes do por do sol, ocultava-se no seio da mata, ou se agachava no macegal, para sondá-lo durante a noite.

Para esse serviço, enviava quase sempre duas pessoas, que contornavam o inimigo: uma saía da direita e outra partia da esquerda, para se encontrarem ambas no centro, dando aí, uma à outra, a senha, que era o pio da coruja: "tó-tó-tó-tó".

Os espiões descreviam um meio-círculo, cujo diâmetro era ocupado pelos companheiros, e entre eles estava o adversário.

Depois de ouvidos os "bombeiros", determinava o comandante a disposição da tropa, promovendo o cerco do inimigo, e, no caso de fracasso do ataque, já tinha combinada a retirada, cada qual procurando fugir de modo razoavel, e reunindo-se todos em lugar prefixado (rio, grota, cabeceira, vargem, vau, pé de árvore, etc.).

Se o inimigo era em maior número e, por isso, "tugo-boigareu" se julgava com força insuficiente, ordenava que se fizesse a retirada, evitando quanto possivel serem os guerreiros percebidos pelo movimento, pelos rastros e pela "batida", e assim, na retirada, procuravam vingar de preferência as serras, os pedregais e outros lugares onde a trilha não pudesse ser facilmente observada.

Se determinava o assedio, eram os guerreiros espaçados de 20 metros um do outro, e, tendo muita gente, sobre o primeiro cerco eram feitos o segundo e o terceiro, com o fim de revezar a tropa, substituirem-se os feridos e mortos e guardarem-se contra possivel investida de fora para dentro, ou contrataque.

Se a resistência do inimigo se mostrava fraca, tomavam de assalto o aldeamento, choupana ou quer que fosse, tocando o "poári" e promovendo uma gritaria infernal, acendendo-se de entusiasmo com certas palavras pronunciadas pelo chefe, que as ritmava com o "tum-tum-tum" dos seus passos, tendo em uma das mãos o arco e na outra um molho de flechas.

Enquanto o "tugo-boigareu" assim procedia, os guerreiros marchavam destemidamente sobre o inimigo.

A gritaria animava-os sobremodo, ao mesmo tempo que punha o adversário perplexo.

Se porventura a resistência do antagonista era forte, deliberavam, se tinham força bastante, incendiar-lhe os ranchos, o que faziam, colocando na ponta das flechas, que dardejavam, um pedaço de bráctea de bacurí (palmácea brasiliense), bem amassado, e sobre essa ponta tocavam fogo, que, com o deslocamento do ar, se fazia em chamas e na falta, uma fibra extraida do pau-jangada, que conduz o fogo tão bem quanto o bacurí.

Nunca poupavam o inimigo. Não faziam prisioneiros, salve os chefes, aos quais amarravam de mãos postas à frente com uma cordoalha de cabelo humano ("áe"), conduzindo-os até ao aldeamento, onde, depois de interpelados sobre o que entendiam, eram massacrados.

Não deixavam armas sobre as vitimas.

Aos inimigos de outras tribus arrecadavam arcos, flechas, enfeites e demais objetos de sua cultura material. Aos civilizados, porem, cortavam a cabeça.

Ambas essas coisas eram conduzidas cuidadosa e caprichosamente para serem expostas num varal, no "baíto", onde permaneciam por muito tempo e constituiam assunto de risos e facécias.

Eram os troféus da vitória.

Em torno dos crânios dos civilizados, entoavam cânticos triunfais.

Quando entraxam no aldeamento, havia um que entoava um cântico e outros o cadenciavam com gritos, até se abeirarem do "baíto".

Durante a primeira noite, festejavam a vitória com crânios, excluindo qualquer dansa.

Apresentavam-se a essa cerimônia todo pintados de urucum, e colocavam ao corpo penas de aves de vários matizes, o que lhes dava um aspecto imponente e galhardo.

. A figura central desse acontecimento era o "tu-go-boigareu".

Para merecer essa confiança que culminava na vitória, cumpria tivesse ele qualidades e virtudes apreciaveis.

Ainda hoje, contam com desvanecimento que um deles, Áugual Curi, havia saido pelos sertões de Goiaz, quando fora, com os companheiros, atacado de surpresa por um grupo de civilizados.

Trava-se o combate. E, pela deficiência de recursos, foram forçados a recuar. Fogem em disparada pelos chapadões extensos, onde a vegetação não oferecia abrigo. A sede dominava-os.

Nem uma nascente de água sequer... O inimigo, cavalgando boas alimárias, persegue-os ardorosamente.

Vencendo a si mesmos, dominavam a distância. Adiante, uma cabeceira se lhes apresenta altaneira. Aproximam-se e, com trabalho, encontram um poço, que podia desalterá-los com água misturada de lama.

O chefe estaca e ordena que os companheiros, em primeiro lugar, tomem água. Esperou assim que eles se dessedentassem, ficando por última a sua vez.

Quando se abaixou ele, com guina de aliviar a sede, eis que um acontecimento inesperado chama a sua atenção.

Chega um companheiro retardado da sua coluna, e noticia-lhe que seu irmão fora tombado pela arma do inimigo.

Ele calca a sede e ao cansaço sobrepõe a energia, o ódio, o espírito de vingança. Levanta-se indignado. Ordena que seus companheiros retornassem ao aldeamento e que o deixassem vingar a morte do irmão. Alguns acompanham-no.

Com o coração rasgado de dor, morto de sede, ele marcha. Sua fisionomia contrai-se, e vincos de ódio e de pesar abrem-se-lhe na fronte.

Uma loucura se lhe invade o cérebro, ao ver estendido e exânime o irmão querido. Agarra-o. Mira-o. E, por fim, dá-lhe sepultura.

Depois, com desassombro, pois vida não mais queria ter, investe de frente sobre o inimigo, desbaratando-o e matando aqueles que sua flecha encontrava.

E volta taciturno, sem dizer a ninguem a sua dor, nem o rasgo da sua bravura e heroismo.

Seu exemplo é digno de ser imitado e palpitante ainda, neste período de são nacionalismo.

Os bororos foram sempre ótimos guerreiros. Sua tática era a surpresa; e, por isso, facilmente se livravam de emboscadas.

Foram não só inimigos rancorosos dos índios "corógues" e "nonogo-póris", que a história narra terem sido por eles exterminados, como foi por seu concurso que se deu sossego à população goiana, quando ameaçada pelos índios "caiapós".

Chefiava-os, nessa quadra, o destemido bandeirante paulista Antonio Pires de Campos.

Os bororos não só tinham tendência para a luta, a que estavam afeitos, como se manifestavam dedicados ao trabalho.

Aproveitados racionalmente, poderão ser elementos proveitosos à nossa economia, como inclinados que são à agro-pecuária.

E não menos uteis como soldados, com o conhecimento do nosso "hinterland", a agudeza da vista, os ouvidos atentos ao menor barulho e a resistência física necessária.

De si, já são inimitaveis espiões, tendo para esse ofício vários modos de dissimulação.

Quando pintam o corpo de "nonógo" (urucum), procuram encostar-se a alguma árvore de cor avermelhada e a ela tanto aderem, que se torna dificil a qualquer pessoa percebê-los.

Se se pintam com carvão, procuram madeira escura ou tostada pelo fogo.

Se não estão pintados nem de uma, nem de outra forma, estendem-se de comprido na macega, e teem domínio sobre a respiração.

Os remanescentes dos povoadores do leste matogrossense informam que, quando eles atacavam, havia meses a fio que o inimigo era observado por eles.

Para isso, improvisavam uma armação de taquara, à moda de cupim, e abriam-lhe vários buracos, pelos quais espreitavam os desafetos, acompanhando-os passo a passo.

Quando não eram esses disfarces, matavam uma rês ou uma caça qualquer, aeitavam-se ao couro de um ou de outro e ninguem diria que estivesse sendo observado.

Precisaria muita argúcia para desconfiar-se da armadilha.

Nos locais de maior trânsito de civilizados, para ocultarem-se e para fazerem uma aproximação de surpresa, conduziam um galho de árvore ou uma folha de burití ou outra palmeira, e, agachados, se aproximavam do objetivo, sem que fossem percebidos. Assim procediam, quando deliberavam ata-

car uma resistência ou abarracamento de civilizados, e estes só se apercebiam do perigo, quando já a braços com os possantes e valentes bororos.

Lajeado (Mato Grosso), 1.º de março de 1939.

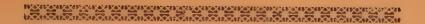


DOS NOMES ENTRE OS BOROROS

PELO

DR. MANUEL CRUZ





DOS NOMES ENTRE OS BOROROS

OS NOMES PARA OS HOMENS E PARA AS MULHERES, ASSIM PARA OS VIVOS, COMO PARA OS MORTOS. PRE-PARATIVOS E CERIMONIAL. NOMES OCULTOS, NOMES-APELIDOS E NOMES DINÁSTICOS

Decorridos oito dias do nascimento de uma criança e quando esta se encontre desprovida da epiderme provisória (iviri) e curada do umbigo, os pais convocam todos os parentes da família, por parte da esposa, para reunir-se e escolher um nome da dinastia, com o qual o recem-nascido passará a ser chamado.

Na véspera da reunião, o progenitor da criança avisa aos homens, no baíto, para não se ausentarem da aldeia e, por sua vez, entrega-se ao mister da caça e da pesca, enquanto a mulher tambem, em outros trabalhos, o auxilia no aprovisionamento da alimentação, suficiente para, na véspera e no dia da perfuração do lábio da criança, serem manutenidos todos os que se encontrem alí inativos e à espera da cerimônia, em que devem tomar parte.

No dia anterior a essa solenidade, o pai do recem-nado entrega aos companheiros de frátria, por parte da mulher, pedaços de osso de onça, com os quais são por eles manufaturados pequenos pingentes (ocodau), para serem colocados no lugar da incisão labial, até que esta se cicatrize.

Concluidos os enfeites próprios da cabeça (cuduquejeu), lá por volta das 16 horas, a mãe da criança depena um pato, de cuja alvíssima penugem se serve, colando-a sobre uma resina (quidoguro) ao corpo do filho.

Mais tarde, o marido determina à esposa que efetue, pessoalmente, o convite dos parentes, para uma assembléia em sua casa, onde farão a escolha do nome para o filho.

A mulher à vista disso, pega da criança e colocaa aos braços, toda adornada de penugem de pato (turubári-aquíri); tendo o cudu-quejeu à cabeça e pintadinha de forma típica; e, assim, se dirige a cada um dos parentes, nestas palavras: *lúre vogai* iroína, isto é, "Eu vim convidar meu irmão" (1), e assim sucessivamente.

Aqueles que se acham em casa, apresentam-se logo à reunião, em cujo local já estão estendidas, em forma circular, várias esteiras (béta), sobre as quais tomam assento; os que se encontrarem ausentes, ou porque estejam pescando, ou porque estejam a caçar, à medida que chegam à própria casa lhes é transmitido o recado; e antes mesmo de tomar qualquer refeição, apressam-se a atendê-lo, porque o julgam

⁽¹⁾ Os bororos chamam de irmão, não só os indivíduos consanguíneos de um mesmo casal, como todos os da "metade", ou frátria. A irmandade por parte do clã é tão sagrada quanto a do casal.

dever sagrado, salvo se não estão de boa avença com a família que os convidou, ou se encontrem acamados.

Quando todos estiverem presentes, o pai da criança lhes fala nestes termos : Imagóre tau-vogai, tau ia pegau o tagagói, tau ie aguéde ie vogai doji, ou, melhor, "Eu os convidei para escolherem um nome para seu irmão".

Os mais entendidos no assunto vão discorrendo sobre os nomes da dinastia, até que seja preferido um ou vários.

Uma mesma pessoa poderá ter um ou vários nomes, porem dentre os muitos que recebe um só ficará gravado na sua memória até a morte.

No momento em que se faz a escolha do nome, já se encontra aí, entre os convivas, o instrumento perfurante, a *baragara*, tipicamente enfeitada e a qual o pai do recem-nascido vai passando a cada um dos presentes, o qual a examina, verificando se o adorno que o envolve é particular ao clã e condiz com a posição social da família.

À proporção que é feito o exame do instrumento, entregam-no em seguida ao pai da criança, para o qual dirigem estas palavras : Nó, nó, fú, fú, correspondentes ao nosso "Muito obrigado".

Por último o chefe da casa entrega a baragara àquele que consigo escolheu para proceder à perfuração do lábio do filho.

Muitas vezes a pessoa eleita costuma negar-se ao convite, aliás honroso, ou porque fique compadecida da criança que sofre, com essa operação, grandes e lancinantes dores, ou porque não se julga encorajada

a fazer um enfeite custoso para o fim de doá-lo à criança, como o cói por exemplo, que é feito de pedacinhos bem lisos e simétricos do caramujo, associados a outros da cápsula que envolve a amêndoa do tucum.

Essa doação é norma tradicional dos bororos, e, acontecendo que, decorridos vários dias após a incisão, essa pessoa não tenha apresentado o enfeite, ou negligencie mesmo a sua preparação, torna-se ela mal vista pelos progenitores da criança, os quais tomam esse descaso como uma afronta e humilhação à família.

O próprio paraninfo (uiadaga), quando não cumpre esse dever indeclinavel, sente-se desajeitado em presença dos parentes do recem-nascido, cujo lábio foi por ele perfurado.

Certificados os nomes que a criança vai receber e escolhida a pessoa a quem cabe a obrigação de perfurar o lábio da mesma, a mãe do menino levantase da reunião, e com ela todos os membros da família, dirigindo-se ao baiado, no centro do qual dão duas ou três voltas, e retira-se cada um para sua casa, afim de tomar algum alimento.

Por volta das 19 horas, retornam à cabana dos progenitores do recem-nascido, onde dão início a alguns canticos, relativos à cerimônia, estando de um lado o instrumento, com o qual vai ser feita a incisão labial.

Há uma superstição quanto aos cânticos, a qual diz respeito à longevidade da criança, porque, supõem, quanto menos forem eles, tanto maior é a existência daquele em cuja homenagem são entoados.

Mas, a despeito do abusão, nenhuma família se conforma com o deixar de ter esse ritual o costumário alarde, sob pena de se julgar diminuida e abandonada pelos parentes.

Ao alvorecer do dia que precede aos cantos, já se preparam o *nonógo* (urucú), para ser passado por todo o corpo da criança, da cabeça aos pés, e o *quidogúro*, resina sobre a qual colam alvíssimas penas de pato e outras, multicores, de arara.

Desde o dia anterior, traz a criança os adornos da cabeça.

Amanhecido o dia, o menino está preparado, com o corpinho todo recoberto de alvíssimas penas e adornado de outras de variegadas cores, sendo logo posto ao colo da mãe, para que adormeça, de modo que, quando sentir as dores agudas da incisão, esta já se ache aberta.

Aquele que foi escolhido para proceder à perfuração, e que se chama uiadaga, trazendo numa das mãos a ica (2) e na outra o instrumento operatório, tendo o parico (3) à cabeça, ajaezado de pingentes, de boequeno-tadáu (4), de brincos, e com o corpo coberto de urucú, clanicamente pintado, tira do instrumento másical algumas notas e vai dansando, ora para a frente, ora para trás, sempre com o passo dianteiro mais largo que o de trás, até que se apro-

(3) Parico é o mais belo dos adornos usados pelos bororos, que o fazem em forma de raio, com as penas caudais das araras.

(4) Boequeno-tadau é o adorno que usam para o furo do septo nasal.

⁽²⁾ Ica é um instrumento musical, utilizado nas cerimônias funebres. O seu som serve para dar aviso às almas (aróe) do Bacorôro, que dizem demorar ao poente.

xima da criança, cujo lábio inferior puxa, e, com a baragara o perfura de dentro para fora, enquanto outra pessoa, que o auxilia, vai introduzindo na incisão, de fora para dentro, e à medida que é retirada a baragara, um ossinho de industria preparado (ocodau), na ponta do qual, e para evitar-lhe a saida, colocam uma resina, que endurece logo depois.

Feito isso, toma ele a criança, levanta-a pelos braços, na direção do sol nascente (a cerimônia se dá das 7 às 8 horas da manhã), dizendo em alta voz: — tau ia pagáde iúa oguêde pega iêde, ou, em nossa linguagem, por tradução mais ou menos adequada: — "Escutem o nome que lhe vai ser conferido", proferindo-o em seguida, em alto tom, de maneira a ser por todos escutado, passando, por fim, a criança à sua progenitora, que a recebe e cai num forte pranto.

Este choro, ou "choradeira", como dizem, quando fazem uso do nosso idioma, não é devido à emoção, que podia ter a mãe ao ver o filho contorcer-se em dores, mas porque o nome proferido lhe desperta na memória o homônimo dos antepassados, cuja recordação arranca lágrimas dos olhos de quantos se sentem ligados aos seus maiores.

Logo que termine essa cerimônia, todos cantam um pouco e depois se retiram.

Nessa ocasião, se a criança for o primogênito do casal, o pai, com o mesmo instrumento utilizado então para o lábio do filho, pede a outrem que tambem lhe fure o septo nasal e os lóbulos auriculares.

Não só o filho, pelo processo a que nos referimos acima, fica incorporado, para todos os efeitos, na comunidade indígena, como o próprio pai, que se integra definitivamente na tribu, podendo, porisso, tomar parte nas festas do aíje, para a qual se torna imperioso tenha o homem furados os lábios, o septo nasal e os lóbulos auriculares, trazendo nos respectivos furos os adornos correspondentes.

A lei da taba torna o direito de furar o septo nasal e os lóbulos auriculares extensivo aos parentes da mãe do recem-nascido, quando estes estejam na idade adulta e quando já se não trate de primogênitos.

Para as mulheres, porem, não há este rito, não só porque não se lhes furam os lábios, como porque os nomes que lhes são conferidos o podem ser em qualquer tempo, nunca se precindindo, todavia, da convocação dos membros da sua dinastia.

A pessoa que perfura o lábio de uma criança toma o nome e é pela dita criança chamado de *uiada-ga*, "avô", podendo ser moço ou velho, pouco importando a idade.

Quando, entretanto, os pais da criança se esquecem do nome do filho, recorrem ao uiadaga, que jamais poderá olvidar o nome que foi por ele proferido de público e solenemente.

O uiadaga, por morte do pai da criança, toma esta aos seus cuidados, e educa-a, a seu modo, como se fosse o próprio filho.

O nome recebido por ocasião da incisão labial é do conhecimento de todos, conquanto seja privativo de uma das *fratrias* ou *metades*, pois só é conferido a uma determinada dinastia.

Conta-se que, no mesmo dia desse ritual, o capitão ou sábio da dinastia, a que pertence a criança, transmite aos pais desta um nome oculto, que só poderá ser pronunciado baixinho pelos pais e pelo próprio sábio ou *bóe-mijéra* ("capitão"); e a pessoa, que o recebe, só terá conhecimento dele, quando se casar e do consórcio houver um filho.

Será esse nome destinado a identificar o indivíduo dentro da sua própria dinastia?

Não podemos adiantar nada a esse respeito, porque, até este momento, não conseguimos qualquer esclarecimento, ao menos sobre a significação de tal preceito, para o qual se mostram inabordaveis.

Quando a criança, se é do sexo masculino, chega à idade púbere e é iniciada nos segredos da tribu, recebe, um dia após, a imposição do $b\acute{a}$ (5), um nome referente a algum herói.

Esse nome não é dinástico e pode ser comum a todos os clãs, como já expusemos no capítulo correspondente.

A pessoa, uma vez homem formado, poderá, quando possa matar qualquer caça, tomar outro nome, passando o anterior a ser sobrenome do novo.

Isso acontece quando mata uma onça pintada (adúgo), uma onça parda (aígo), ou uma jaguatirica (aipoburéu).

O nome recebido por essa ocasião abrange as circunstâncias em que o animal tenha sido morto, ou se deriva da alimentação encontrada no seu estômago ou intestino, o que se verifica ao destripar a caça.

⁽⁵⁾ Bá, cartucho de forma cônica e cuja bandeira é pintada de acordo com as cores do clã individual, constitue a veste do pudor, por excelência, servindo para envolver o orgão viril.

Se o indivíduo matou uma onça que havia comido um veado, o nome do caçador será:

Uque-pobógo-répa, sendo: uque (6) um circunlóquio sintético, significativo "que comeu"; pobógo, "veado"; épa (7) o agente ou pessoa que matou a caça; e o r intervocálico, simples letra eufônica.

Se a onça, ao prostrar-se no chão, produzir com o seu peso um tombo ruidoso, o nome do caçador será:

Bútu-cúri-répa, sendo : bútu, "queda", "tombo"; cúri, "grande"; épa, "o caçador"; e r, letra de ligação eufônica.

Quando, porem, o caçador entrega a caça em memória de algum morto, a família deste e parentes recebem nome, assim como o caçador e até o próprio extinto.

Assim:

O homem casado com alguma parenta do falecido chamar-se-á, tomando em apreço os nomes citados acima, *Uque-pobógo-réua* e *Bútu-cúri-réu-o*; e sua mulher, respectivamente, *Uque-pobógôxe* e *Bútu-cúri-ruxe*, sendo os sufixos *réu-o*, *ôxe* e *uxe* designativos dos sexos.

⁽⁶⁾ Uque — E' uma locução sintética, de etimologia incerta, e que significa : — "Quem comeu". Assim, Uque-pobégo-répa quer dizer : "Matador de quem comeu veado".

⁽⁷⁾ E pa é o sufixo que indica o agente (pessoa que faz alguma coisa) na lingua bororo, na qual às vezes aparece com as variantes géba ou xéba.

Se o felino foi morto em tempo frio, os nomes serão:

Cúdu-cúri-répa, para o caçador (cúdu, "frio"; cúri, "grande"; épa, "caçador"; e r, letra de ligação;

Cúdu-cúri-réu-o, para o homem; Cúdu-cúri-úxe, para a mulher.

Se a onça foi morta sob forte aguaceiro, os nomes serão:

Butau-cúri-répa, para o caçador (butau, "chuva forte"; cúri, "grande"; épa, "caçador"; e r, letra de ligação;

Butau-cúri-réu-o, para o homem; Butau-cúri-úxe, para a mulher.

Se a onça, porventura, foi morta sob forte nevoeiro, os nomes serão:

Ocaródu-cúri-répa, para o caçador (ocaródu, "nevoeiro", "cerração"; cúri, "grande"; épa, "matador" ou "caçador"; e o r, como já dissemos atrás, fonema de ligação);

Ocaródu-cúri-réu-o para o homem; Ocaródu-cúri-úxe, para a mulher.

Se a pessoa que matou a caça é habil dansador. os nomes serão :

Réru-gódu-cúri-répa, para o caçador (rérugódu, "dansador"; cúri, "grande"; épa, "caçador" ou "matador"; e r, letra de ligação);

Réru-gódu-cúri-uo, para o homem; Réru-gódu-cúri-úxe, para a mulher; Se, quando da morte da caça, houve trovoadas, os nomes serão:

Jeragúdu-cúri-répa, para o caçador (jeragúdu, "trovoada"; cúri, "grande"; épa, "caçador", e r, letra de ligação);
Jeragúdu-cúri-uo, para o homem;
Jeragúdu-cúri-úxe, para a mulher.

Se, ao ser abatida a caça, houve fortes guindadas de relâmpago, os nomes serão:

Jarúru-cúri-répa, para o caçador (jarúru, "relâmpago"; cúri, "grande"; épa, "caçador" e r, fonema de ligação);

Jarúru-cúri-uo, para o homem; Jarúru-cúri-úxe, para a mulher.

Se se der que o felino seja morto por ocasião da celebração das festas do aije e o caçador ofereça à família do extinto, a cuja festividade se está procedendo, não só o caçador receberá um nome, como o marido da filha, o filho ou parente próximo do falecido, a mulher dos parentes e até o próprio morto.

O nome conferido a este será o que ele terá dai por diante.

Esta circunstância assenta-se no motivo seguinte: morto o indivíduo, nunca mais se lhe pronuncia o nome, salvo quando se lhe invoca a alma (aróe), afim de voltar à terra e tomar alguma refeição.

Nem sequer, após a morte, se olha para o extinto. Tapa-se-lhe o rosto, logo que dê o último suspiro, como se verá no capítulo consignado à morte e ao enterramento do cadaver.

Entretanto, quando se mata uma caça (onça ou jaguatirica), em memória do falecido, assim porque cumpre se lhe dê um nome, como para minorar a dor da família que o pranteia, ao morto é dado, portanto, um nome, pelo qual será designado do dia em que o recebe em diante; e os nomes para todos serão os seguintes:

Metúia-aije-répa, para o caçador (metúia, "companheiro"; aíje, "hipopótamo", espécie de animal ou monstro, encarregado de vigiar as almas recem desencarnadas, impedindoas de voltar à sua taba; épa, "caçador"; e r, fonema de ligação);

Metúia-aíje-réu-o, para o homem; Metúia-aíje-úxe, para a mulher; Aróe-metúia-aíje-répa, para o falecido.

Se a onça, ao ser morta, caiu na água, molhan-do-se-lhe todo o corpo, os nomes serão:

Aróe-pégu-cúri-répa, para o falecido (aróe, "alma"; pégu, "molhada"; cúri, "grande"; épa, "caçador", e r, letra de ligação); Uque-pégu-cúri-répa, para o caçador; Uque-pégu-cúri-uo, para o homem;

Uque-pégu-cúri-úxe, para a mulher.

Se a onça abatida pelo caçador houver comido um coelho, os nomes serão:

Aróe-uque-curugo-répa, para o falecido (aróe, "alma"; uque, circunlóquio significando "quem comeu"; curúgo, "coelho"; épa, "caçador"; e r, fonema de ligação);

Uque-tapira-répa, para o caçador; Uque-tapira-réu-o, para o homem; Uque-curugôxe, para a mulher.

Ocorrendo a circunstância de, ao destripar-se o felino, não se lhe encontrar coisa alguma no aparelho digestivo, os nomes serão em tal caso, os seguintes:

Aróe-ócua quêmu-répa, para o defunto (aróe, "alma"; ócua, "boca"; quêmu, outra frase sintética designando "vontade de comer"; épa, "agente ou a pessoa que faz alguma cousa", o mesmo que "caçador"; e r, letra de ligação);

Uque-ócua-quêmu-répa, para o caçador; Uque-ócua-quêmu-réu-o, para o homem; Uque-ócua-quêmôxe, para a mulher.

Se o felino, colhido pela flecha do caçador, havia matado um boi e comido a carne deste, os nomes serão:

Aróe-uque-tapira-répa, para o falecido (aróe, "alma"; uque, "quem comeu"; tapira, "boi"; épa, "caçador"; e r, fonema de ligação);

Uque-tapira-répa, para o caçador; Uque-tapira-réu-o, para o homem; Uque-tapira-úxe, para a mulher.

Se a onça comeu um bezerro os nomes serão:

Aróe-uque-tapira-óro-répa, para o falecido (arós, "alma"; uque, "quem comeu"; tapira-óro, "bezerro"; épa, "caçador"; e r, letra de ligação);

Uque-tapira-óro-répa, para o caçador; Uque-tapira-óro-réu-o, para o homem; Uque-tapira-orôxe, para a mulher.

Se ao abrir-se o orgão digestivo da onça, se colheu prova de haver ela comido o tatú-peba, os nomes serão:

Aróe-uque-ocuáru-répa, para o defunto (aróe, "alma"; uque, "quem comeu"; ocuáru, "tatú-péba"; épa, "caçador"; e r, fonema de ligação);

Uque-ocuáru-répa, para o caçador; Uque-ocuáru-réu-o, para o homem; Uque-ocuarúxe, para a mulher.

Se a onça foi morta depois de acuada na mata, em meio de um taquaral, os nomes serão:

Aróe-cádu-gúru-répa, para o extinto, (aróe, "alma"; cádu, "taquara"; gúru, "bastante"; "porção"; épa, "caçador"; e r, letra de ligação);

Cádu-gúru-répa, para o caçador; Cádu-gúru-réu-o, para o homem; Cádu-gurúxe, para a mulher.

Se a onça ou jaguatirica bebia água, no momento em que foi surpreendida pela flecha, os nomes serão:

Aróe-cúdu-répa, para o falecido, (aróe, "alma"; cúdu, "água"; épa, "caçador"; e r, letra de ligação);

Cúdu-répa, para o caçador; Cúdu-o, para o homem; Cudúxe, para a mulher. Cada parente do extinto é obrigado a preparar um arco e inúmeras flechas, adornadas de penas com as cores do próprio clã, afim de oferecê-las ao caçador.

"Alem desse presente, com o qual muito se desvanece, junta ele ao acervo do seu vestuário e dos objetos da sua cultura material todos os adereços pertinentes ao grupo dos obrigantes.

Para que seja auxiliada na confecção de todos os enfeites, com os quais há de homenagear ao caçador, a família enlutada concede aos membros da sua frátria a suprema honra de dormir cada um deles dois ou três dias sobre o couro da onça, morta pelo caçador a ser homenageado.

E' a solidariedade de toda a comunidade, por parte da mulher, que não só participa do luto, como tambem das alegrias e dos prazeres.

Momentos antes de serem os objetos entregues ao homenageado, os parentes do extinto vão à cabana do caçador e trazem-no pelo braço à residência deles; e, aí, em um canto do rancho, após o banho que lhe dão, tingem-lhe o corpo de urucú, pintam-lhe o rosto clanicamente, colocam-lhe o poári sobre os ombros, e, em seguida, os pingentes, boequeno-tadau (enfeites para o nariz), penachos, parico e outros.

Sobre o couro da onça por ele morta, entoa-se um canto ligeiro, sem dansa.

Terminado que seja este, uma mulher pega-o pelas mãos, guardando-lhe distância, e sai com ele a dansar por alguns minutos; findo isso, são-lhe entregues arco, flechas e demais adereços que não foram colocados sobre ele, podendo o homenageado, du-

rante toda a sua vida, usá-los e manufaturar outros, como se fossem os seus.

O indivíduo poderá receber outros nomes, quando matar um *bráede* ("homem branco", "homem civilizado") ou qualquer dos animais abaixo:

```
("irara");
Ipó-xeréu
            ("lobinho"):
Ócua
Rátu-guéru ("lobinho notivago, parecido com
                 a raposa");
             ("outra espécie de lobinho");
Ierarái
Aimearéu
            ("papa-mel");
Tagógo
             ("coruja");
Auágu
            ("cobra"):
Aróe-xêba ("ave de rapina" ou "gavião de
                 grande porte'').
```

A morte de um *bráede* equipara-se, no ser apreciada a valentia do caçador, à de qualquer felino.

Com exceção dos nomes que adquire por ter abatido um *bráede*, uma onça (qualquer que seja a espécie), uma

```
jaguatirica ou um aróe-xêba ("gavião grande"),
```

todos os outros nomes recebidos teem pouca valia, para que seja proclamado o mérito do caçador.

Vamos resumir aquí os nomes recebidos pelo caçador por qualquer dos animais que matar. Esses nomes não envolvem a circunstância da morte do animal, mas simplesmente o que ele comeu momentos antes de ser abatido.

Matando-se, por exemplo, um *ipó-xeréu* ("ira-ra"), o nome dado ao caçador será o do inseto, lagarto, vespa ou o quer que seja cujos indícios estão

frescos no intestino, estômago ou papo, antepondose-lhe a palavra *uque* e pospondo-se-lhe *répa*, como tivemos a oportunidade de verificar alhures.

O nome do caçador, que abater o *ipó-xeréu*, será, portanto :

Uque-auoraréu, se a irara comeu uma abelha silvestre, denominada *mandaguari*;

Uque-joeréu, se a caça comeu a abelha "caga-fogo"; Uque-quidogure-réu, se a caça comeu uma abelha silvestre, designada por borá, e, finalmente

Uque-móiaboriréu, se a irara comeu cupim.

Nomes conferidos ao caçador que matou o lobinho (ócua):

Uque-coxoréu, se o lobinho comeu o cajú do campo; Uque-caevereduréu, se a folha de uma palmeira (não identificada ainda por nós); Uque-quia-réu, se um rato; e Uque-matuduréu, se a marmelada do serrado.

Nomes consignados ao caçador que abateu o rátu-guéru, "espécie de lobinho"; os mesmos para os que matam o lobinho (ócua).

Nomes para os caçadores que tenham matado o ierarái:

Uque-cococuaréu, se o lobinho comeu a formiga tocanguira; Uque-bocogoréu, se a marmelada (fruta) pequena.

Nomes dados ao caçador que haja abatido o

Uque-pairéu, se o gavião comeu o macaco de nome guariba; Uque-pobogoréu, se comeu veado; Uque-cudoboréu, se comeu quatí; Uque-cujereréu,

se comeu o mutum; *Uque-parigogoréu*, se comeu jacú; e *Uque-auaguréu*, se comeu cobra.

Nomes conferidos ao caçador que haja matado um tagógo ("coruja"):

Uque-curugutoguréu, se a coruja comeu borboleta; e Uque-mamoriréu, se ela comeu gafanhoto.

O nome conferido pela morte de um *bráede* ("homem civilizado"), tem que cingir-se à cor do homem morto pelo guerreiro.

Se o bráede tinha a cor branca, o nome será Buau-répa (buau, "pele branca"; e épa, "caçador"); se o homem tinha a pele escura, será então: Parexerépa (parexe, "pele escura"; e épa, "matador").

Ouvi tambem o nome de Carauiua-répa, cuja tradução não me foi possivel fazer corretamente.

Eis um resumo dos nomes dinásticos, particulares aos clas do grupo xerá:

A) CLĀ BAADAJEBĀD XEBEGUI-ÚGUE

1.º) DINASTIA DE BACURÉRE

Nomes para os homens : Nomes para as mulheres: Bacurére, Rebóco, Orajo-qui-o; Bacurére-pijiúda, Orajo-queúda.

2.º) DINASTIA DE ITURÁRE

Nomes para as mulheres:

Ituráre, Acádu-e; Iturarêda, Acádu-ecureúda.

3.º) DINASTIA DE ARÚA

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

Arúa, Cogue-bacorôro, Cuira, Joare-mejéra;

Arúa-boróro, Cuira-ecureúda, Joare-mejérágo

4.°) DINASTIA DE BACOROCÚDU

Nomes para os homens

Bacorocúdu, Bacôro-acáre, Iparexêba, Oroáribo-cajejéu, Bacôro-auguejéu, Aróe - puduga, Aróe-trago, Tubuquigagóre;

Nomes para as mulheres:

Bacorocúdu-reúda, Iparexebáda, Oroári-boquejeúda, Bacôro-auguejeúda.

5.°) DINASTIA DE MERITAU-ÁRA

Nomes para os homens

Meritau-áura, Cógue - ureúare, Quie-iógoje, Taiporái, Bócuadoriréu, Méri-cujágo, Taraitóu-o;

Nomes para as mulheres:

Cógue - ureuarêda, Quie - iógoje - cureúda, Bócuadóri - reúda, Méri - cujagoreúda, Taraitoúda.

€.*) DINASTIA DE MECÚGO-CÚRI

Nomes para os homens

Mecúgo - cúri, Nôu - a - pai épa, Paríra - cúri, Bairexêba, Oócujágo, Joarei - ao - uo;

Nomes para as mulheres:

Nou - a - pai - épáda, Bairexêbada.

B) CLA QUIEDI XEBEGUIÚGUE

1.º) DINASTIA DE QUIE-BACORÔRO

Nomes para os homens :

Nomes para as mulheres:

C) CLA QUIÉDI XOBUGUIÚGUE

1.º) DINASTIA DE AURARÉU

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

2.º) DINASTIA DE CURUGÔARI-PIJÍU

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

3.°) DINASTIA DE AURÚBO

Nomes para os homens

4.º) DINASTIA DE TORO-ECUPEU

Quie - bacorôro, Bacorôro - quiexeréu, Tóro - xeréu, Bapo xeréu, Togógua, Maío, Bócuadicodáu, Mixigo - jarie, Cuído, Paráre, Coiarexêba, Merédu.

Quie - bacorôreúda, Quie - xereúda, Jure - xereúda, Tóro - xereúda, Maío - ecureúda, Maíopáda, Bócuadicodaúda, Cuídopararêda, Cóiaxêbáda.

Auraréu, Itúgo, Ero-cúri, Cógueadojêba, Tóroquia, Pári - curiréu;

Aurareúda, Cógue - adojêbáda, Pári - ecurireúda.

Curuguguári - pijiu, Jure - cujagoréu, Quie - quicadoréu, Tóroecuréu, Bapo - atúgo;

Curuguguári - pijiúda, Jure-cujagureúda, Quiequigadoreúda, Tóro - ecureúda, Cógue - arêda.

Observação: — Esta dinastia recebe os nomes que lhe são conferidos pela dinastia antecedente e apenas são: Aurúbo, para os homens; e Auruboreúda, para as mulheres.

Observação: — Como a dinastia anterior, esta recebe o nome da de Curuguguári - pijíu;

Tóro - ecuréu, para os homens;
e Tóro - ecureúda, para as mulheres. Entre os bororos, há pessoas pobres, que são

justamente as que, para terem um nome, carecem que lhes sejam dados pelas dinastias abastadas, às quais estão eles subordinados. Essa pobreza estende-se tambem à questão de enfeites.

5.*) DINASTIA DE BÔCHARÉBA

Nomes para os homens :

Nomes para as mulheres:

Bócuaréba, Ecurugúda - ecuréu; Bócuarebáda, Ecurugúda - ecureúda.

6.•) DINASTIA DE ARARUIO BOCODÓRINomes para os homens :

Acaruio - bocodóri, Muguuio bocodóri, Ucuágoxoréu, Euiódojêba, Cógue - enógua - aquiridojêba, Bacôro - curiréu, Itobóri - curiréu;

Nomes para as mulheres:

Bacorôága, Euiodojêbáda, Cógueenógua - aquiridojêbáda, Bacôro - curireúda, Itobórireúda, Ucúagu - xoreúda.

7.*) DINASTIA DE UODUDO

Uodudo, Bóia, Poido, Bocodorére, Bocodrijêba, Ariá - cóga, Póricóga, Jurubo - epáru;

Nomes para os homens

Bocodoreúda.

Nomes para as mulheres:

8.°) DINASTIA DE JERIGUE-TOJÍU

Nomes para os homens :

Réa - óro, Bocodóri - rúgo, Raropádu, Jeriguetojíu, Baipádu, Eigado - pemegádo, Eiguba-cúri, Eparagógu - ecuquiejêdo, Bótana - ípa, Xibái - curiréu, Xibái - cudáu, Aípo - guiu - o, Quiejêba, Cauóro, Bacuréca;

Nomes para as mulheres:

Jerigue - tojiúda, Eigadago - pemegadódo, Botana - epáda, Xibái - curireúda, Quiejebáda.

9.º) DINASTIA DE JATÓU-E

Nomes para os homens :

Aemaguda, Cuaxe, Cógue - curiréu, Cógue - mejéra;

Nomes para as mulhe.es:

Aemacudága, Cógue - curireúda, Cógue - mejéraga. D) DINASTIA DE BOCODÓRI-XERÁ-BOIADA-DÓGUE-XEBEGUIÚGUE

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

2.°) DINASTIA DE CÓGUE-CURÉU

Nomes para os homens :

Nomes para as mulheres:

3.°) dinastia de barame

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

4.º) DINASTIA DE XERÁ-TÍVI

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

5.°) DINASTIA DE ARÓE-GUIRE

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

6.º) DINASTIA DE CÓGUERIGUIGA

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

Ino - cúri, Coíuo - cúri, Coíuo - auguejéu, Ucuiecóe - xeréu;

Cuíoródo, Cuío - auguejeúda, — Ucuie - cóe - xereúda.

Cógue - curéu, Xibái - curéu, Xibái - ári - pijíu, Xibái - ataga, Coguébo, Coguébo - joquíu - o;

Cógue - ecureúda, Xibái - cureúda, Xibái - ári - pijiúda, Coguébo - joquiúda.

Barame, Aro - merére, Aro - merére - curéu, Méricajejéu;

Baramerepáda, Aro - merére - cureúda, Méricajejeúda.

Xéra - tivie, Borae - túvie, Cógue - túvie, Xibái - túvie;

Xerá - tivireúda, Borae - tuvieúda, Cógue - tuvieúda, Xibái tuvieúda.

Igurére, Poruiépa, Exerái - uaborógo, Regue - regue - cúdu Cógue - uóde - curéu, Cóe quiréra;

Cóe - boróro, Porúiepáda, Exerái - ua - borógoreúda, Cóguere - gue - cudugodága, Cóguerodecoreúda.

Cógue - riguíga, Xibái - ariguíga Exerái - tagado, Botarugo, Aú ga - xeréu, Exerái - quenau.

Exerái - quenaúda, Exerái - taga daga, Aúga - xereúda.

E) CLĂ DE BOCODÓRI-XERA-XOBUBLIIÚGUE

1.°) DINASTIA DE BOCODÓRI-BARO
Nomes para os homens ;

Nomes para as mulheres:

2.°) DINASTIA DE CÓGUE-QUICA-DURÉU

> Nomes para os homens : Nomes para as mulheres:

3.°) DINASTIA DE XIBÁI-CÁRI

Nomes para os homens ::

Nomes para as mulheres:

4.°) DINASTIA DE ARIGAU-CÓXA

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

F) CLA BAADAJEBAD - XOBU-GUIUGUE

1.º) DINASTIA DE MAMUAIGUIXÊRA
Nomes para os homens :

Nomes para as mulheres:

 2.º) DINASTIA DE JACÔME-AREGUI-XÊBA.

> Nomes para os homens : Nomes para as multieres:

Bocodóri - baro, - Bocodóri - aquire;

Bocodóri - magádo, Bocodóri - aquiodaga.

Cógue - quigaduréu; Cógue - quigadureúda.

Xibái - cári, Xibái - gabuquejéu, Xibái - améru, Ocógue - toveári, Buiogóri - pijíu, Iturare curéu, Butúgo - côe - quia;

Xibái - carêda, Xibái - gaguquejeúda, Buíogori - pijiúda, Iturare - cureúda, Butugo - ecureúda.

Caígo, Upogogaréu, Aro - guiaréu, Araro - gapáru, Cuogóripijíu;

Upógogareúda, Aro - guiareúda, Cuogóri - pijiúda.

Mamuaiguixêba, Turugûdu - pijiu, Ecóexeréu, Uiagúdo-maga, Bacúgo - xúri, Eigauári;

Mamuaiguixebada, Turugúdű-pijiúda, Ecóe - xereúda, Eiagauarêda.

Jacôme - areguixêba, Enoguxêba. Jacôme - areguixebada e Enoguxebada.

G) CLA DE CORÓRE-XEBEGUI-UGUE

1.º) DINASTIA DE MOTOJÊBA

Nomes para os homens:

Motojeba, Corau, Bocarure, Róiabaro, Tariga - ecuréu, Uine curéu.

Nomes para as mulheres:

Motojêbáda, Corau - dodo, Bocare - mogade, Tariga - ecureúda.

2.°) DINASTIA DE MANO-CURIRÉU

Nomes para os homens :

Mano - curiréu, Coaguije - ecureúdo, Nabúre - parado, Mano curéu;

Nomes para as mulheres:

Mano - curireúda, Coaguije - ecureúda, Nabúre - paradágo, Mano - cureúda.

H) CLÁ DE IUAGUDODÓGUE-XOREÚGUE

Nomes para os homens

Tadugo, Adugo - édu, Ruxóbu, Quitédu, Aiquito, Aiparabáro, Amíe, Xêra - atú - o, Cujibopara - macúda, Tugo - oxeréu, Careépajíu;

Nomes para as mulheres:

Tugo - xereúda, Cujibo - paromacudága, Xêra - túji, Caréeipajiúda.

3.°) dinastia de aróia-curiréu

Nomes para os homens :

Aróia - curiréu, Jacôme - curiréu, Butóri - curiríu, Ruagúdu - xeréu, Aráro - curiréu, Arigaugóri, Cújiboetága, Cúji-butóu-o xeréu, Itága - xeréu, Caraue-Tugaguíre;

Nomes para as mulheres:

Aróia - currireúda, Jacôme - curireúda, Butóri - curireúda, Ruagúdu - xereúda, Aráro - curireúda, Arigau - xereúda, Itagaxereúda 4.º) DINASTIA DE BONABÚGO

Nomes para os homens :

aiépa.

Observações: — Os nomes são conferidos por Aróia-curiréu; Aiepáda.

Nomes para as mulheres:

1) CLA DE IUAGUDODÓGUE-CUJAGUREÚGUE

1.º) DINASTIA DE MARIDO-PARADO

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

2.º) DINASTIA DE MARIDO-GUÁRI

Nomes para os homens :

Nomes para as mulheres:

3.º) DINASTIA DE BUTÓRI-GÁDU

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

4.º) DINASTIA DE JACÔME-GÁDU

Nomes para os homens:

Nomes para as mulheres:

1) CLA DE ARÓRE-XOBUGUI-UGUE

1.º) DINASTIA DE BIRIMÓDO

Nomes para os homens :

Nomes para as mulheres:

Côgue - nôgua - tabór Jorujátu, Bore - ajíu, Āráro - e - taga;

Cógue - enógue - tabóuji, Joruróta, Bore - ajiúda.

Observações: — Concede-se a dinastia de *Marido-parado*, da qual esta depende.

Jacôme - agádu, Jacôme - acágu, Itaga - curéu, Arigau - ridu, Tugo - uoica,

Butóri - iaga, Jacôme - naúdo, Aroiago, Itaga - cureúda, Tugocujagureúda.

Não os tem. Conferê-os a dinastia de Butóri-gádu, à qual está adstrita.

Aije - cúdu, Aije - macuda, Nabure - cúdu, Morigau;

Aíje - porái, Birimodoróda, Aíjemacudága, Nabúre - ecureúda.

Aije - xoréu, Uúgue - atoréu, Tuiaroxêba; 2.º) DINASTIA DE BAITOGÔGO

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

Aije - xoreúda, Uúgue - aroreúda. Tuiáro - xebáda.

Tuópa, Jé - curiréu, Aquiri - coduréu, Adúgo - cuda, Meriratopijíu;

K) CLA DE APIBURÉGUE XEBE-GUIÚGUE

1.º) DINASTIA DE BORÓGUE

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

Tuopáda, Jé - curiréuda, Aquiricodureúda, Adúgo-cudága, Merirúto - pijiúda.

lagáre, Atugói, Tubóri-quia, Ariréu - uo, Tuagóu, Parabára-

L) CLA DE APIBURÉGUE CUJA-GUREÚGUE

1.º) DINASTIA DE CURUÚGUA

Nomes para os homens :

Curuguga-etagada, lagaredo, Toboregára, Ariréu - auida, Tuagoúda, Panatúgo, Parabáraecureúda.

Nomes para as mulheres:

2.°) DINASTIA DE APOEXEBA

Nomes para os homens

Nomes para as mulheres:

Apoexêba, Otogói:

Apoexêbáda.

Baipóro, Meriri - curiréu, Aturuãpáru, Butoróri - xeréu, Cugoxeréu:

M) CLA DE PAJUE-XOREUGUE

1.º) DINASTIA DE BAIPÓRO

Nomes para os homens :

Nomes para as mulheres:

Aturuadaga, Buturóri - xereúda. Cugo - xereuda.

Jocurugua, Aturuá - aquiri, Utobógo - acúdu, Itoquicádu, Tóriatugo, Coma - curéu;

2.°) DINASTIA DE JOCURÚGUA

Nomes para os homens : Aturuá - ecureúda, Aturuá - mugo Utobógo - reaiúdo. Tóri - atu-

goreúda, Côma - cureúda.

Nomes para as mulheres: Nôno - guári, Tugóra-paradoréu,

Cuiago;

N) CLA DE PAJUE XEBEGUIU-GUE

· 1.°) DINASTIA DE TORIBUGO

Nomes para es homens : Aurureúda, Tugora - paradoreúda,

Nomes para as mulheres: Aadóu-ecureúda.

2.º) DINASTIA DE MERIRIPÓRO

Nomes para os homens : Meríri - póro, Caiadaga - aquiri.

Meríri - ecuréu. Paine - ecuréu.

Buturóri - cujaguréu;

Nomes para as mulheres: Meríri - ecureúda, Caiadaga-aquireúda, Paiue - ecureúda, Butu-

róri - cujaquieúda.

A manufatura e uso de baragara, o instrumento com que se perfuram o septo nasal, o lábio inferior e os lábulos auriculares, são privativos da fratia xerá e das seguintes dinastias: Acarúio-bocodóri, Ino-cúri, Ariga-cóxa e Quichacoróro.

— Por ocasião das cerimonias efetuadas para se favorecer o septo nasal e outras partes do corpo, acima aludidas, a família, que daquele instrumento necessita, pede-o a qualquer das dinastias detentoras. E nenhuma destas lho nega.

O referido ato de lavor é exercido exogamicamente, isto é, por pessoa pertencente a uma fratía diversa da do operando.



PAULISTAS NA AMAZONIA E OUTROS ENSAIOS

PELO SOCIO CORRESPONDENTE

ARTHUR CESAR FERREIRA REIS'

Do Autor:

História do Amazonas, Manaus, 1931.

A explosão cívica de 1832, Manaus, 1932.

O ensino da história do Amazonas na escola primária, Manaus 1934.

Manaus e outras vilas, Manaus, 1934.

A Questão do Acre, Manaus, 1937.

Panorama econômico-financeiro do Segundo Reinado — A navegação fluvial, especialmente no Amazonas. (Tese oficial ao III Congresso de História Nacional). Rio, 1940.

Lobo d'Almada, Manaus, 1940.

A Política de Portugal no vale amazônico, Belem, 1940.

A publicar:

A Conquista da Guiana Francesa.

D. Romualdo de Sousa Coelho.

Max Fleiuss.

Roberto C. Simonsen.

Rodolfo Garcia.

Affonso Taunay.

Carlos Estevão de Oliveira.





PAULISTAS NA AMAZÔNIA E OUTROS ENSAIOS

São temas, todos, de história do extremo-norte do Brasil os que se divulgam neste livro. Versam trechos das origens nacionais, tentando fixar aspectos da paisagem humana da Amazônia. em torno de cuja formação histórica não tem descido a atenção dos estudiosos. Os seus quadros de mais intensa dramaticidade veem passando despercebidos. A Amazônia, assunto sem fim para os panoramistas apressados, para os estilistas enamorados dos segredos, dos ambientes misteriosos, ricos de matéria prima, dos espetáculos sangrentos do ciclo da borracha, precisa ser entendida na sua realidade de ontem e de hoje. De seus primitivos e de seus "civilizados". Pondo-se a vivo a grandiosidade do que gerações e gerações nela criaram com amor, riscando-se o retrato desses que não foram flibusteiros e deixaram, como La Condamine, Alexandre Rodrigues Ferreira, os naturalistas de XVII a XIX, recordados nestes ensaios, estampas cheias de luz acerca do exótico, do selvagem, do panorama social, que a caracteriza, da feição singular de sua natureza.

Despreocupados de sentimentos regionalistas, procuramos evidenciar, principalmente, o esforço, que constituiu, nos idos coloniais, um empreendimento continuado no sentido de desvendar-lhe os mistérios e incorporá-la ao todo territorial e político do Brasil esforço que vale como um complemento daqueles capítulos magníficos que se escreveram na expansão pelo litoral ou através da hiterlândia no rumo de Oeste.

Em obra em elaboração, examinando a miudo o processo da conquista do grande vale, conquista que conheceu seus lances

guerreiros bem movimentados, outros aspectos da tese receberão maior desenvolvimento.

Nesta, detivemo-nos na ação do Paulista e dos Sertanistas da própria terra do "Rio-Rei", que atuaram com heroismo realizando uma obra verdadeiramente sensacional.

Da escola de Capistrano de Abreu, que não acreditava em história sem a prova da documentação necessária, servimo-nos abundantemente das fontes preciosas que se encontram nos códices da Biblioteca e Arquivo Público do Estado do Pará. Carreamos material novo. Os ensaios que se reunem aquí obedecem a essa diretriz.

I

PAULISTAS NA AMAZÔNIA

Ousada, pondo à prova o vigor da sociedade nova que Portugal criava na América, a penetração dos sertões do Brasil, caracterizando-nos o ciclo colonial, veio servir à nossa dilatação territorial em menosprezo ao trabalho diplomático em que se tinham empenhado, pelos idos de 1494, os negociadores de Tordezillas.

Paulistas no sul, baianos, pernambucanos, paraibanos, maranhenses e paraenses, no norte, em sortidas de sangue e de glória, ampliaram a obra de expansão litorânea, que assistimos no decorrer do século XVI. Foram como que um complemento lógico, natural, dela. O Brasil marchou, assim, para Oeste. Avançou ao encontro do mundo espanhol, empurrando para muito longe da linha tordezillana os contérminos das Capitanias, dando margem à criação de novos núcleos políticos, facilitando a incorporação de milhares de nativos, permitindo o enricamento do patrimônio territorial e econômico do velho reino que Afonso Henriques fundara e D. João I mantivera autônomo.

Percorrendo as maiores extensões, em feitos que valeram novos capítulos à geografia física e humana, constituiram-se os paulistas, caçadores de índios, mineradores, soldados nas guerras santas do gentio, criadores de gado, os mais bravos, os mais autênticos serta-

nistas, donde aquele título de que tanto e tão justamente se ufanam — "Raça de Gigantes" (1).

Na Amazônia, todavia, a conquista, o povoamento, a defesa da terra contra a cubiça desenfreada do francês, do inglês, do holandês e do espanhol, a luta contra o nativo, que procurava embargar o passo ao ádvena. processou-se com gente do norte. empreendimento que ilustra a cores sensacionais as páginas da história nacional e não mereceu, ainda, um estudo desenvolvido, meditado, à luz da massa imensa de documentos que se guardam, inéditos, em arquivos de Portugal e do Brasil.

A propósito, Eleutério Filho, num capítulo cheio de brilho, sobre "Entradas e Formação de Limites", de obra que tem em preparo, afirmou:

"As arrancadas paulistas não aprofundaram a Amazônia, aquí não plantaram cidades e nem marcos de limites. Quem gizou, palmo a palmo, a gleba imensa, quem subiu os rios até as cabeceiras, quem inscreveu no mapa do Brasil a palavra Amazônia, foi o português e o nordestino. Até o Acre, em pleno século XX, foi entregue à soberania brasileira pelos rifles dos homens do norte. Os bandeirantes dos primeiros anos deramnos esse território descomunal do Grã-Pará: os lindeiros de hoje aumentaram-no com o Acre e o Amapá. E' um erro histórico, um contra-senso dizer-se e escreverse que o paulista firmou o domínio nessas latitudes. Por aguí andaram alguns, é verdade, como Antônio Raposo Tavares. Manuel Felix de Lima, José Leme do Prado, que apenas transitaram; só João de Sousa de Azevedo deixou obra de devassamento, diga-se de passagem. Colonialismo, formação de fronteiras, povoamento isso não.

⁽¹⁾ Para Enrique de Gandia, em "Las missiones jesuiticas y los bandeirantes paulistas, Buenos Aires, 1936, pág. 85 — "fueron los hacedores de una grande nación. Solo a ellos les debe el Brasil la amplitud enorme de sus fronteras, y solo ellos, cuando nadie pensaba levantar colonias en las selvas virgines, convertian la soledad salvaje de las llanuras en magnificos ingenios de azucar y en esplendidos hierballes.

Como se ocuparem as paulistas de uma terra tão longe, onde não havia nem as pedras, nem o ouro? Onde o gentio não se deixava prear e massacrar tão facilmente como os índios das reduções paraguaias? O recuo do meridiano de Tordezillas não se deve exclusivamente aos paratininganos (2).

Para Capistrano de Abreu, nos seus magníficos ensaios acerca da expansão pela "hinterlândia", a presença do bandeirante paulista nas florestas e águas amazônicas assinalou-se principalmente nas descidas que os mineradores de Mato Grosso efetuavam pelo Tapajós e Madeira, em ligação que tambem se realizou pela via tocantina, de sul a norte.

No seu grande sentido geográfico, as conclusões do historiador cearense teem todo fundamento. Na história do crescimento territorial do Brasil colonial, o jovem estudioso das origens amazonenses, em seus mais trepidantes aspectos sociais e econômicos, asseverou uma verdade.

Talvez as razões que alega não tivessem sido bem aquelas.

Não afirmou, porem, por simpatias ou malquerenças.

Porque o bandeirante paulista, na Amazônia, não foi a figura mais expressiva.

No grande, minucioso balanço, em torno à expansão colonial, nenhum outro, somos os primeiros a proclamar, se lhe pode ao menos aproximar. Particularizando, todavia, a Amazônia, temos que aceitar as conclusões do jovem historiador, afirmando com ele:

"Por aquí andaram alguns, é verdade, que apenas transitaram".

E esses que, em meio à vertigem da dispersão que tanto prejudicaria os interesses imediatos da Paulicéia, não estiveram longe do campo de ação, comparecendo a ele, deixando-nos interessantes e vivos sinais de sua passagem, quando aquí vieram? Como aquí vieram? Que nomes emprestaram aos fatos do extremo-norte? Que feitos realizaram?

^{(2) &}quot;Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas", vol., V, pág. 242. Manáus, 1936.

Compõem o quadro, que não é grande:

Antônio Pedroso de Alvarenga, Antônio Raposo Tavares, Sebastião Pais de Barros, Pascoal Pais de Araujo, Manuel Felix de Lima, Joaquim Ferreira Chaves, José Leme do Prado, Leonardo de Oliveira, Jacinto de San Payo Soares, João de Sousa de Azevedo e Lourenço Varela de Almeida.

H

Antônio Pedroso de Alvarenga, ao que se sabe das pesquisas recentes desse admiravel Serafim Leite (3), que nos revelou o roteiro da entrada, escrito pelo jesuita Antônio de Araujo, em 1623, antes da fundação do fortim do Presepe, de Santa Maria de Belem, aos 12 de janeiro de 1616, visitara a terra amazônica.

A bandeira que chefiara prende-se ao ciclo da caça ao índio. Teria partido, em 1613, da vila de São Paulo, penetrando o sertão, compondo-a 30 moradores da vila com outros tantos índios". Varando a selva com aquela coragem que retratava o sertanista piratiningano, teria atingido o Tocantins, percorrido até o Araguaia, regressando por este. Fez, consequentemente, a volta da ilha do Bananal. No decurso da façanha, encontrou partidas de nativos, que mantinham aproximação com os franceses, os quais, de certo, tinham pela via amazônica subido o Tocantins, tentando estender à região o domínio que haviam imposto em São Luiz.

A bandeira, colhendo notícias curiosas dessa penetração não menos ousada dos franceses, que já se assinalavam em ligações com as mulheres da terra, riscou um caminho certo da Paulicéia ao extremo-norte através da hinterlândia.

Antônio Pedroso de Alvarenga, em consequência, sagrou-se um pioneiro da soberania portuguesa no vale do Rio-Rei.

Trinta anos passados, era a vez de outro paulista, o grande Antônio Raposo Tavares.

Capitaneando um troço de gente de São Paulo, ele que ja visitara, com singular violência, as missões que os jesuitas espa-

^{(3) &}quot;Páginas de História do Brasil", pág. 100. São Paulo, 1937.

nhóis mantinham no Guaira e noutros trechos, internou-se pelo desconhecido.

Berredo, o analista do Estado do Maranhão, tão injustamente atacado, recolhendo os informes que lhe chegaram, diz:

"Entrou a nova sucessão de 1651 e no princípio dela chegaram à fortaleza de Santo Antônio do Gurupá 59 homens da Capitania de São Paulo, com mais alguns gentios, governado tudo pelo mestre de campo Antônio Raposo, que, desencaminhando-se nos seus mesmos sertões, depois de vencer as desconhecidas asperezas de tão longas distâncias, na oposição sempre de vários inimigos, valorosamente penetrou até o grande rio das Amazonas, pelo qual, descendo em umas pequenas embarcações, que se chamam balsas, se incorporou com os seus naturais no sítio referido (4)".

João de Sousa Ferreira, Southey, Machado de Oliveira, Azevedo Marques, Antônio de Toledo Piza, Washington Luis, Afonso de Taunay e João de Palma Muniz estudaram largamente o cometimento, procurando esclarecer o roteiro de Raposo Tavares. Teria o bandeirante, alcançando o vale amazônico, repetido a façanha de Orellana pelas águas da grande massa fluvial ou descido a ela pelo Madeira? Para alcançar o vale amazônico teria utilizado as águas do Paraguai, ou, como pretendem alguns historiadores, depois de olhar o Pacífico ,teria ousado enfrentar os espanhóis de Quito, para de lá vir ao Amazonas?

Washington Luis e Palma Muniz (5), após pacientes pesquisas, entenderam que o bandeirante não reproduziu o feito de Orellana. Saindo de São Paulo, passando por Sorocaba, Raposo Tavares foi dar no Paranapanema, até encontrar o Paraná. Daí ao Isinhema, até as respectivas nascentes. Por terra, pela Vacaria, às cabeceiras do Aguarai ou Correntes, pelo qual foi sair no Paraguai, subindo este e passando depois para o Guaporé-Mamoré-Madeira-Amazonas até Gurupá.

O fortim, antigo ponto holandês, levantado entre os Mariocaí, servia à fiscalização das canoas que passavam ao Tapajós ou alem

^{(4) &}quot;Anais Históricos do Maranhão", vol. 2, pág. 81, Florença, 1905.

⁽⁵⁾ Palma Muniz: "A Fortaleza de Gurupá", pág. 14, Belem, 1927. "Antonio Raposo Tavares", Revista do I. H. G. Paraense, vol. 7, Belem, 1932.

deste, ao Madeira, no resgate do índio, na colheita das especiarias, as "drogas do sertão", como se lhes chamava na terminologia da época. Registo obrigatório de sertanistas, no período contra os holandeses e ingleses, que porfiavam em manter posição na Amazônia, fora um apoio aos portugueses. Ao tempo da chegada de Raposo Tavares, "pequeno reduto de taipa de pilão, protegido por palissadas de madeira pelo lado de terra", já ameaçava ruina.

Quem lhe comandaria a guarnição? Como se teria realizado o encontro entre os sertanistas e aqueles bravos servidores do Estado em plena selva equatorial?

Governava a Capitania do Pará, parte integrante do Estado do Maranhão e Grão-Pará, o capitão-mór Aires de Sousa Chichorro. Então, preocupavam-se os povoadores em obter, da Metrópole, a bem de seus interesses, a autonomia da Capitania, que não devia permanecer ligada, subordinada ao Maranhão. Mais uma manifestação daquele espírito autonomista, que por toda a América Portuguesa cedo e forte se observou.

Raposo Tavares, refeito, regressou a São Paulo. Era o segundo grande nome que da donatária de Martin Afonso de Sousa tocara o país das grandes águas.

Sebastião Pais de Barros e Pascoal Pais de Araujo vieram a seguir. Ano de 1673.

Ш

Afonso VI, de Portugal, em carta de 27 de setembro de 1664, dirigida aos paulistas, concitara-os à conquista dos sertões. Fora o bastante. A vontade do Monarca, amparando, legalizando quanto esforço se vinha desfechando, logo o sertanista a atendera, com sofreguidão e entusiasmo.

Sebastião Pais de Barros e Pascoal Pais de Araujo, à frente de uma bandeira, em 1672, contaram-se entre os que se empenharam na execução do que lhes solicitara El-Rei. Saindo de São Paulo, foram terminar a descida para o norte, às margens do Tocantins. Abriram clareiras na mata, enfrentando a gentilidade, que decidiram escravisar. Vinham em busca do ouro. Uma desilusão a procura, voltaram, por imperativos de momento e de natureza econômica, ao ciclo da preia do bugre.

Estava, a esse tempo, à testa da governança do Maranhão e Grão-Pará, Pedro Cesar de Menezes, que recebeu de "diversos cabidos selváticos do rio Tocantins, principalmente a dos Guara-jús", escreve Baena no "Compêndio das Eras", pedido de "proteção com que se adorguem contra a perseguição, que lhe fazem as Bandeiras da Capitania de São Paulo".

Tomando na devida consideração as súplicas da indiada, Pedro Cesar determinou a partida de forças para o Tocantins, entregando-as à capacidade e intrepidez do capitão Francisco da Mota Falcão.

Homem experimentado na região, construtor de fortificações, entre elas a de São José do Rio Negro, erigida de pedra e barro, quasi à embocadura do rio Negro, e origem da atual cidade de Manaus, Mota Falcão inscrevera o nome na história do vale em vários de seus capítulos mais ilustres.

A 31 de março de 1673, deixara Belem, para cumprir as ordens de Pedro Cesar. Levava, como era do costume, um regimento que lhe traçava as obrigações. Teria êxito na comissão? Os paulistas cederiam?

A propósito, Berredo escreve: — "pondo as suas proas no mesmo rio, que buscava, e subindo por ele com muito trabalho, tomou porto em huma granda praya, onde achou varias embarcações encalhadas em terra, fabricadas todas de páos molles, que servindo só para transportar gente, as teve logo por aprestos mais que de Gentios; no que brevemente se confirmou bem com as noticias, que lhe foram chegando, de que insultava aquelles Certões com huma Tropa de Paulistas o Mestre de Campo Pascoal Paes de Araujo, ainda depois de ter já reduzido a injusto cativeiro a nação dos indios Guarajuz.

"Com esta informação fez logo aviso a Pascoal Paes, de que se achava naquelle rio por ordem do Governador Geral do Estado do Maranhão, a quem só pertencia á jurisdicção delle; e que a nação dos indios Guarajuz, opprimida pelas suas armas com o procedimento mais escandaloso, era a que primeiro lhe recomendavão as instrucções catholicas do mesmo General, por ser a mais afflicta das que havião buscado a sua protecção, já com os ameaços do inhumano, que estava sentindo; mas que quando tivesse, que dizer

sobre aquella materia, lhe pedia muito buscar sitio, que lhe parecesse accomodado para a tratarem ambos, como vassallos de hum mesmo Principe, que sabião todos quanto se ofendia de insultos tão atrozes.

"O Mestre de Campo se desagradou tanto do recado, que lhes respondeo com desabrimento; mas a prudencia de Francisco da Motta não se querendo dar por entendida delle, repetio ainda as mesmas instancias por huma cortez Carta, a que o paulista satisfez tambem só de palavra pelo primeiro estylo; accrescentando mais, que com elle não tinha que tratar em materia alguma; e quando houvesse quem se quizesse oppôr á invasão dos Tapuyas, a sustentaria com o poder das armas, para o que entrou logo a fortificar-se com bôas trincheiras.

"Bem desejou Francisco da Motta ver-se com elle mais de perto, para poder examinar se a muita braveza das palavras inteiramente respondia ao valor das obras; porém achando, que lhe prohibia o seo Regimento esta demonstração, quiz segurar antes a sua obediencia, como Commandante de hum Corpo de Tropas, do que como Soldado particular o desafogo da sua justa colera; e por não passar a mayores empenhos, em que perigasse a mesma observancia, se retirou para o Pará, sem mais outro fructo do seo grande trabalho, que o de hum descimento de Indios bellicosos, que voluntariamente se sujeitarão à vassallagem Portugueza (6)".

Fracassara, assim, espetaculosamente, a missão de Mota Falcão, maneiroso, prudente.

Pedro Cesar, todo indignação com o desrespeito por que fora tratada a sua gente, cuidou de nova jornada, que devia castigar a insolência dos paulistas, que iriam ver a força de suas armas.

Preparava-a, quando chegou de Lisboa o padre Antônio Raposo, até bem pouco confundindo com o bandeirante a que nos referimos atrás, o qual trazia de D. Pedro, Regente do Reino, carta dirigida aos paulistas.

Constara, na Metrópole, a nova façanha. Rumorejava-se, lá, que se descobrira ouro nas cabeceiras do Tocantins. Apressava-se

⁽⁶⁾ Anais, vol. 2.°, pág. 212. Vol. 175 — 5203-940

a autoridade régia em vir trazer o seu aplauso e pedir notícias mais positivas do acontecimento.

Pedro Cesar, cumprindo determinações superiores, cercou o sacerdote de atenções, dentro, de certo, das possibilidades que lhe permitia o meio, entregando-lhe os elementos necessários à entrada.

Saindo de Belem a 6 de dezembro de 1674, Antônio Raposo subiu o Tocantins. O Estado todo voltou-se para o resultado da empresa. Há tanto se vinha sonhando com ouro no vale... Fosse verdade, como se modificariam as condições da região, que vivia uma vida de pobreza, às voltas com uma lavoura rudimentar, o negócio do resgate do nativo e a apanha das "drogas"...

Antônio Raposo não encontrou mais os bandeirantes. Durante cinco meses e quatro dias, com 35 brancos e mais de 300 índios, em 14 canoas, viajou o rio. Recolheu informações preciosas. O cabo da tropa paulista fora morto pelo gentio. As minas não existiam. Das tribus da região, os Aroaquim, para escapar a qualquer novo ataque de paulistas e à perseguição que lhe moviam os Bilreiros, desceram em pazes com Portugal, vindo estabelecer-se nos aldeiamentos mantidos nas cercanias de Belem.

Dos paulistas, não mais temos noticias. Para Basílio de Magalhães (7), chefiava-os Sebastião Pais de Barros, substituido quando de sua morte, por Pascoal Pais de Araujo. Berredo e Baena atribuem a este a direção, enquanto Taques, na "Informação sobre as minas de São Paulo e dos sertões da sua Capitania", prefere Pais de Barros.

O documento que Basílio de Magalhães divulgou na sua "Expansão Geográfica do Brasil Colonial", encontrado no volume manuscrito de "Consultas sobre o Grão-Pará e Maranhão, 1676-1808", não deixa margem a dúvidas quanto ao papel principal de Pais de Barros.

Ele e Pais de Araujo buscavam o ouro. No Tocantins não o encontraram. Em outros distritos de Goiaz, nos sertões de São Paulo, que mais tarde seriam as Minas Gerais, e Mato Grosso, mais felizes, dariam outros bandeirantes a Portugal os veios cubiçados.

^{(7) &}quot;Expansão Geográfica do Brasil Colonial", pág. 95. São Paulo,

Portugal, pelo que se fica sabendo do recente inquérito de Soares Cardoso acerca de "alguns aspectos da vida econômica e política do Brasil na primeira década do século XVIII (8)", alarmou-es com os descobrimentos. Já não desejava a corrida para a mineração. O trato da terra, a criação do gado é que deviam constituir a preocupação dos colonos. Essa a verdadeira riqueza que a lição da Índia tinha ensinado tão dolorosamente. Daí a série de medidas avisadas de que lançou mão, procurando defender seus interesses de maiores desastres, que os que padecera no Oriente.

Não foi ouvido, porem, o pensamento da Metrópole. E a mineração entrou a constituir a cogitação do ultramar sul-americano e do próprio Reino, cujas gentes ardiam em desejos por novos velocinos.

Na Amazônia seria possivel encontrar esses tão desejados filões? Até então nada se positivara a respeito, apesar de todo o esforço dos colonos que se não tinham deixado inativos nesse capítulo de sensações.

Avançando na direção do vale maravilhoso, os mineradores de Mato Grosso, como que indiferentes ao desencanto que perseguia os desiludidos moradores da Amazônia, começaram a avizinhar-se dela. Encontrariam ouro, pedras preciosas?

Em 1742, o português Manuel Felix de Lima, revelando coragem, animado do espírito de curiosidade que personalizou os homens de sua época nestas paragens do Novo Mundo, meteu-se, com cerca de 50 companheiros, pelas águas do Sararé, Guaporé, Mamoré e Madeira. Saiu em Belem. Desses seus companheiros, muitos tinham regressado a Cuiabá, desistindo do cometimento.

O Alvará Régio de 27 de outubro de 1733, proibira a navegação pelo Madeira. Portugal prevenia-se, receioso da vizinhança dos espanhóis. instalados nos distritos missionários de Moxos e Chiquitos. Em 1727, a 5 de setembro, S. Majestade solicitara noticias minuciosas acerca da majestosa artéria (9). Felix de Li-

^{(8) &}quot;Ocidente", vol. I, Lisboa, 1938.

^{(9) &}quot;Anais da B.A.P. do Pará", tomo 2 - pág. 189, Belem, 1902.

ma, provando a possibilidade de relações do extremo-norte com a zona das minas, violara o Alvará Régio.

O Capitão-General João de Abreu Castelo Branco, que se distinguia à testa do Estado por um zelo patriótico de todo ponto assinalavel, rigoroso cumpridor das ordens de Sua Majestade, providenciou prontamente. Felix de Lima foi preso e remetido para Lisboa. As ordens do monarca não eram letra morta. Seus vassalos precisavam cumprí-las, habituando-se à disciplina, sem o que o equilíbrio social se não mais manteria.

Mas, a propósito da medida moralizadora, a cordialidade entre a autoridade do governador e a do ouvidor estivera a romper-se, como se pode verificar da Carta Régia que transcrevemos a seguir, tambem precioso documento sobre a façanha do bandeirante:

> "Dom João por graça de D. Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalém mar em Africa Senhor de Guiné. Faco saber avós Ioão de Abreu Castellobranco, Governador e Cappitam general do Estado do Maranhão que se vio avossa Carta de vinte quatro de Fevero do anno passado, sobre remetteres prezos a Manoel de Freitas Machado, e Manoel Feliz de Lima, em razão deque sahindo das Minas do Mato Grosso anexas do Cuyabá, com outros nove companheiros, forão por caminhos nunca praticados às terras dos domínios de Castella, para e feito decomprarem cavallos, e Bois, e como aly selhes não permitisse descerão quatro delles pellas cabiceiras do Ryo da Madeira, e passando por algumas Missõens dos dos dominios, chegarão ao Pará tres, donde logo se ausentou Hum delles ecomo por esse excesso entendereis que estavão incursos na Ley devintee sete de Outubro de mil setecentos e trinta etres, pella qual prohibo caminhos novos para entrar ou sahir dequaes quer Minas estabelecidas, chamareis ao Ouvidor geral para proceder na forma da mesma Lev mas como o d.º Ministro estava na desposição denão proceder por despachos vossos, mas somente por denuncia, ou querella, nascera desta contradição alguma disputa entre vós, eod. Ministro, sem embargo, do que

fizera Hum auto de perguntas aos dous Mineiros, de que inviaeste a copia, remetendo o original pella Secretaria de Estado, e visto omais que insinuaveis sobre esta materia, em que foy ouvido o Proedor, dem. Corôa Me pareceo dizervos, que regularme, não devem os Gov.es intrometerse nos negocios forenses da justiça nem passar Portarias para os Ouvidores procederem deste ou daquelle modo, e senos Ministros hover alguma omissão só devem particulare advertir, e dar conta do que rezultar : porem nos casos em que se interessa omeu Serviço, eo bem publico. Se os Ouvidores ou por falta de noticia ou por omissão Sua não fazem as deligencias ordenadas convenientes, neste caso devem os Gov.es passarlhes as ordens convenientes como foy neste caso de se seguir caminho novo, contrariandose a Ley que o prohibe em manifesta uteli, publica, para o q. não hera necessaria, querella, nem denunciação, pois formado o auto na forma de direito e provado se devesse meter ou ao Promotor da justiça, ou ao Proc.or da Fazenda, segundo a materia para promover e pedir apena. El Rev nosso Senhor o m.dou p. Alexe, de Gusmão e Thomé Joaquim da Costa Corte Real Cons. de Seu Conselho Ultram.º; ese passou por duas vias: Theodozio de Cobellos Per.ª a fes em Lisboa adesasete de Junho de Mil Setecentos e quarenta e quatro. O Snr. Mario... Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. - Alexandre de Gusmão. Thomé da Costa Corte Real."

Feliz de Lima, cujo roteiro serviu a Sauthey para suas vibrantes páginas em torno do episódio aventuroso, não era paulista, é certo. Liga-se, porem, o seu feito ao movimento de expansão paulista. Foi essa a orientação de Capistrano de Abreu ao considerar-lhe o cometimento, e vem sendo a de quantos teem procurado esclarecer esse importante trecho da crônica brasileira.

Joaquim Ferreira Chaves, seu companheiro de jornada venturosa, ao que se vem escrevendo, teria sido recrutado pelo Capitão-General num dos pequenos corpos que então guarneciam o Estado. Conseguindo desertar, teria afrontado novamente os perigos da selva, passado ao Maranhão, dalí a Goiaz, atingindo finalmente Mato Grosso, onde daria minúcias sobre a viabilidade das comunicações mercantís com a Amazônia pelo Madeira.

Pelo documento que divulgamos, copiado ao códice 878, da secção de manuscritos da Biblioteca Pública do Pará, parece que Chaves passou ao Maranhão sem ter sofrido o recrutamento.

O de que não resta dúvida, todavia, é que ele chegou ao Mato Grosso. E tanto assim, que José Leme do Prado, outro paulista, ouvindo-lhe a narrativa da jornada feliz, gastando 52 dias de viagem, repetiu a façanha em 1749, indo desembarcar em Belem, em novo desrespeito ao Alvará Régio. Que teria sucedido ao infrator?

Uma antêntica realidade, no fim de contas, a notícia levada às minas pelo fugitivo. Notícia que causaria funda sensação, porque criava aos bravos, que mantinham em pleno sertão a soberania lusitana, daquela hora em diante, apesar da legislação rigorista, maiores facilidades e garantias para a obtenção de recursos de alimentação, que tanta vez lhes faltavam, pondo em doida aflição os povos do distrito.

De outro lado, como assinalou Lúcio de Azevedo (10), os jesuitas a serviço de Espanha tinham, havia dois anos, "transferido suas missões para a margem oriental do Guaporé, de cujas margens se apoderaram, cortando-nos a passagem. A iniciativa de José Leme do Prado impediu que o plano de usurpação frutificasse".

Garantia-se, destarte, a expansão que promovíamos para o Ocidente.

V

Alem da via magnífica que se acabava de reconhecer acuradamente no Madeira, outra havia, o Tapajós, de águas negras, habitado por nações bravias mas de cultura material deveras interessante. Ninguem, até princípios do século XVIII, se encorajara a penetró-lo no rumo dos manadeiros. As notícias que circulavam em torno à sua extensão, condições de navegabilidade, ri-

^{(10) &}quot;Os jesuitas no Grão-Pará", pág. 223, Lisboa, 1901.

quezas que escondia, não se fundavam, em consequência, em reconhecimentos exatos. Tudo produto da fantasia dos resgateiros e buscadores de drogas, de certo interessados na divulgação do que sua imaginação criava.

Em 1742 esse mistério ficaria desvendado. Leonardo de Oliveira, paulista, saindo de Mato Grosso, baixara o rio, vencendo cachoeiras, embaraços criados pela gentilidade. Da aventura pouco se tem dito. Mas della ficou, esclarecendo-a, uma "Breve notícia do Rio Tapajoz, cujas cabeceiras, último, se descobriram no ano de 1742 por uns sertanejos ou mineiros de Mato Grosso, dos quais era cabo Leonardo de Oliveira, homem bem conhecido, e dos mais experimentados dos sertões das Minas", escrito da autoria do jesuita Manuel Ferreira, que o redigiu a 14 de agosto de 1751, remetendo-o ao ardoroso provincial da Companhia de Jesus no Estado, o padre Bento da Fonseca (11).

Mais outro feito dos homens que da Paulicéia se espalhavam pela hinterlândia. A Amazônia atraia-os. Não haveria nela o ouro cubiçado? Tanto no Madeira como no Tapajoz e no Tocantins, afirmava-se, de há muito, que sim. Verdade? Não estaríamos diante de mais um El-Dorado fantástico? No cacau, no cravo, nas outras especiarias não encontrariam os colonos a legítima virtude econômica que lhes poderia trazer o bem estar tão desejado?

Expedições várias se vinham fazendo, naquele intuito, com relação ao Tocantins, tanto da parte do Pará como do Maranhão e do Goiaz. Em 1739, o Mestre de Campo Francisco Ferrão Cardoso e o Tenente-Coronel João Pacheco informavam sobre um descobrimento no Manuel Alvares, afluente do Tocantins. Adiantando-se nas providências, o Capitão-General João de Abreu Castelo Branco nomeara intendente para as novas minas, dando-lhe a 13 de março regimento de 27 artigos (12). Essas medidas não tinham conseguido aprovação do Conselho Ultramarino, que estudara o assunto a 20 de maio de 1740, dando margem à Carta

⁽¹¹⁾ Cunha Rivara, "Catálogo da Biblioteca Pública Eborense", Lisboa, 1850, pág. 30.

^{(12) &}quot;Miscelânea", códice 1023 da B. A. Paraense!

Régia de 24 de maio de 1740 que proibiu a continuação dos ensaios de mineração (13).

Em 1755, a 11 de janeiro, o desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro, ouvidor geral e corregedor da Capitania do Pará, no Tapajoz, igarapé Tapacará, "em uma enseada que faz o mesmo rio um dia de viagem com pouca diferença distante da cachoeira grande do dito rio", "em virtude de uma portaria do exmo. e revmo. bispo, e governador do Es.º Don Frei Miguel de Bulhões", tomava posse solene das minas de prata que se dizia alí existentes, "em nome de sua majestade fidelíssima" D. José, "em razão do domínio absoluto que tem neste Estado; e suas conquistas" (14). Apenas tomava posse. Porque nada de positivo se verificaria, depois, a respeito da jazida.

Três anos decorridos, comunicando à Metrópole o descobrimento por um fulano João Portes Arzão, de ouro e pedras preciosas nas serranias do Madeira, correra de Lisboa a ordem de se não prosseguir nos trabalhos do exato reconhecimento da existência do minério, visto que S. Majestade dizia, a 1 de agosto, a Mendonça Furtado, o ministro Corte Real estava convencido de que "o aumento desse Estado só pode conseguir-se pelos utilíssimos estabelecimentos da Agricultura e do Comércio; e que estes decairão. se os povos, que neles se devem empregar, se divertirem para as minas" (15), o que equivalia na manutenção das diretivas que vinha sendo executada pela política do Reino, experimentado com os dramas das Minas Gerais, de Goiaz e Mato Grosso. Aliás pela Carta Régia de 18 de agosto de 1730 e Provisão de 31 de maio de 1737 já fora declarado às gentes do Estado que a verdadeira felicidade não a encontrariam nas "especulações das minas", mas no amanho da gleba moça (16).

^{(13) &}quot;Alvarás, Cartas Régias e Decisões", Códice 875 da B. A. Paraense.

⁽¹⁴⁾ Miscelânea, Códice 1023 da B. A. Paraense.

^{(15) &}quot;Correspondência da Metrópole com os Governadores', Códice 889 da B. A. Paraense.

⁽¹⁶⁾ Alvarás, Cartas Régias e Decisões, Códice 872 da B. A. Paraense; João Francisco Lisboa, Obras, vol. 2, pág. 198. Lisboa, 1901.

Demais, os descobrimentos de quando em vez anunciados se não positivavam, em realidade. A exploração do subsolo não constituiu, assim, um ciclo caracterizando a economia do extremo norte.

Porisso mesmo, caminhos naturais para as relações da Amazônia com Mato Grosso, o Madeira e o Tapajoz como tal é que deveriam ser utilizados. E o foram, o Madeira principalmente.

A Carta Régia que proibia a navegação do Madeira estava em vigor. Havia necessidade de adotar-se, nesse particular, rumo mais consentâneo com os anseios da região. Um paulista levaria a alta administração em Lisboa à revogação do Alvará. Esse paulista, que se ligou aos fatos amazônicos tão fundamente, foi, como veremos, João de Sousa de Azevedo.

VI

Nascido em Itú, João de Sousa de Azevedo passara a Mato Grosso como contratador de sal. Em 1747 dava início à vida aventurosa que viveu no extremo norte brasileiro, conquistando o título de "ó mais arrojado sertanejo de que rezam os anais paraenses" (17).

Estudaram-lhe as primeiras aventuras Baena e João Lúcio de Azevedo que nos deixaram sínteses bem interessantes.

Mineirando no Arinos, atingiu o Tapajoz, de que aquele é afluente, passando depois ao Amazonas até Belem, onde, a 26 de agosto, fornecia a "Breve Informação que dá João de Sousa de Azevedo ao General do Estado do Maranhão, do descobrimento das Minas de Santa Isabel no Rio Arinoz", informação de que se guarda cópia na Biblioteca de Évora, repetindo assim, de certo modo, a façanha de Leonardo de Oliveira (18).

⁽¹⁷⁾ João Lúcio, obr. cit., pág. 224.

⁽¹⁸⁾ Rivara, "Catálogo", vol. I, pág. 30. No "Catálogo da Exposição de História do Brasil", "Anais da B. Nacional", vol. IX, pág. 92, Rio, 1881, figura uma "Notícia da Viagem de João de Sousa de Azevedo (pelos rios Jaurú, Paraguai, Arinos e outros) 1746-1747, Cópia do século XVIII. E à pág. 24, uma "Memória sobre o Tapajoz, seguida da Notícia da Viagem do Sargento-mor João de Sousa de Azevedo"; cópia moderna.

Não existe, no Arquivo Público Paraense, a correspondência do Capitão General Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, em cujo governo João de Sousa deu em Belem. Há alí, porem, a carta régia de 9 de julho de 1748 que damos a seguir, por onde podemos conhecer esses episódios iniciais da existência bandeirante do ituano ilustre:

"Dom João por graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves, daqm e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné &. Faco Saber avoz Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, Governador e cappitão genal. do Estado do Maranhão que servio avossa carta de vinte e seis de Setembro de mil setecentos guarenta e sete em que deveiz conta da chegada que fizera a essa cidade do Pará João de Souza de Azevedo vindo das Minas de Matto Grosso com huma tropa emdemanda do Rio das Amazonas para fazer algum novo descobrimento de ouro que com efeito achara no Rio dos Arinoz que desagoa no dos Tapajós colateral ao mesmo Rio das Amazonas fazendo outro descobrimento no riacho chamado das tres barras que desagoa no mesmo Tapajos que pela sua correnteza não podera romper o qual myneiro vindo por ordem de vosso antecessor a sua presenca para o informar da sua derrota vos communicara as notícias della conteudas no mappa que remetestes, e como o dito Rio dos Tapajos ordinariamente he frequentado no tempo das colheitas das drogas do certão pelas canoas das Missões da Companhia que costumão extrair abundancia de cravo que as suas mattas produzem, e despois das noticias do dito descoberto fazendo vos reflexão nas minhas ordens pelas quaes determino que por ese governo senão entenda em materia das Minas mandastes para a Fortaleza dos Tapajos ordem para serem revistadas todas as canoas que entrarem no mesmo Rio, e de prender a toda que der indicio de seguir diferente derrota que não for a da colheita do cravo e mais drogas insinuando ultimamente que como o dito João de Souza de Azevedo sem embargo das grandes difficuldades que se offere-

cem na subida do dito Rio dos Tapajós pela sua correnteza e cachoeyras se anima a voltar por elle para o arrayal donde sahira Se não duvidarieis a licenca de ofazer na concideração de não ter outro caminho sem o grande rodevo de ir ao Maranhão, e dali buscar as Minas do mato grosso, o que visto e juntamente a resposta que sobre este particular deu o Pro.or de minha Fazenda. Me pareceu dizervos que obrastés bem nesta materia de que days conta; porem sempre se vos recomenda a inviolavel observancia das minhas ordens a respeito de Minas e seus caminhos. El Rey N. S. o m.dou por Manoel Caetano Lopes de Lavre e pelo Dr. Antonio Freire de Andrade Il.es Con.os do Seu Cons.º Ultr.º; e se passou por duas vias. Theodoro de Abreu Bern. des a fez em Lisboa a nove de Julho de mil setecentos quarenta e outo. Secretario Joaq.m Miquel Lopes de Lavre a fes escrever.

M.el Caetano Lopes de Lavre. Ant.o F.re de And.e" (19).

Regressando a Mato Grosso, João de Sousa de Azevedo lá não se demorou. "O instito de nômade, peculiar ao sertanejo, não lhe consentia, porem, ficar por muito tempo nas mesmas comarcas. O aventureiro via-se agora atraído pelo mundo de águas, que descortinara na precedente viagem, e sentia-se chamado a explorar as riquezas dessa vastidão de rios e bosques. Em 1749 intenta baixar pelo Madeira. No caminho, encontra José Leme do Prado, que voltava a Mato Grosso. Acompanhava-o uma força armada, com encargo de se opor à repetição destas viagens. Intimam à ordem do governador ao sertanejo que, pretextando falta de víveres, e a obrigação de entregar no Pará certos requerimentos dos moradores das Minas a El Rei, desobedece e prossegue a descida. Mas desta vez não lhe concedem na Capitania sair dela. Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, que estava à

⁽¹⁹⁾ Alvarás, Cartas Régias e Decisões. Códice 880, da B. A. Paraense.

testa do governo, deseja guardá-lo perto de si, para aproveitarlhe os conhecimentos nas projetadas demarcações com Espanha, anunciadas para breve. Com esse propósito lhe dá índios e utensílios, para assentar no rio Madeira uma colônia. Baldado empenho. Incitado por seu ânimo aventureiro e pela ganância do tráfico com a longinqua região das minas, João de Sousa de Azevedo continua a série de viagens, que lhe valeram reputação e fortuna" (20).

De fato, agarrado em Belem pelo Capitão-General, recebeu a incumbência de estabelecer uma feitoria, em que preparasse roças para as partidas que deveriam demarcar as fronteiras de Portugal e Espanha no vale.

Forçado assim a entrar para o serviço do Estado, João de Sousa protestou. Dirigiu-se ao Rei, em petições, clamando por justiça. O ato do Governador, aos seus olhos, positivamente era uma violência. Seus interesses mercantís sofriam um abalo forte. Quem lhe indenizaria dos prejuizos?

De Lisboa veio ordem, a 7 de junho de 1751, para apurar as razões alegadas pelo suplicante. O Provedor da Fazenda Real, a quem foi dado vista do processo para o devido estudo e parecer, não ficou no exame da documentação apresentada. Desceu a um inquérito rigoroso, minucioso. Ouviu testemunhas, apurando que o bandeirante, no Madeira, ao invés de se entregar, como lhe cumpria, aos misteres oficiais, cuidava mais dos próprios interesses. Utilizava-se dos elementos materiais e humanos, que lhe tinham sido confiados, em benefício da própria fazenda (21).

VII

Em João de Sousa o espírito aventureiro era demais forte. Nenhuma força podia contê-lo. Porisso mesmo, continuando a subir e descer o Madeira, ganhou uma experiência gigantesca. Prático do rio, fez-se mais o grande conhecedor da hinterlândia naquelas alturas. Seus serviços não podiam mais ser dispensados. O Estado passava a carecer decididamente deles.

⁽²⁰⁾ João Lúcio, obr. cit., pág. 224.

⁽²¹⁾ Documentação no fim do volume sob. ns. I a VI.

O bandeirante teimava, porem, na afirmativa de que se sentia prejudicado. El Rei não lhe atenderia aos argumentos?

Não sabemos da sorte das primeiras petições que endereçou ao monarca. Tampouco conhecemos as informações do Governador. Diante, todavia, do parecer do Procurador...

Em 1752, João de Sousa voltou à presença de S. Majestade. Era um teimoso? Antes um decidido defensor da própria economia. Pelo aviso de 15 de maio de 1753, Mendonça Furtado foi mandado dar parecer a respeito. Em 4 de dezembro, informando, o Governador declarou:

"Emquanto as perdas que o dito João de Souza allega tem tido é este um facto inaveriguavel, porque elle tem demasiada reserva e não dá conta da sua vida a ninguem.

O que é notorio é que o tal João de Souza tem a sua gente na bocca do rio Madeira, e que dalli sahem a colher as drogas do sertão, e que cravo e cacao tem feito negocio bastante.

No mesmo rancho me dizem que saem a fazer outros negocios chegando affirmar-se que tem achado ouro em alguns daquelles riachos do que não tenho mais certeza do que dizerem-no-me algumas pessôas, sem que porem me possa a contrair a coisa certa. E como não sei, nem o que elle ganhava na villa do Itú donde é morador, e no Matto Grosso, nem o ganho que aqui faz com as Drogas para poder fazer um calculo da perda com o ganho, para arbitrar duma sorte com justiça, não posso fazer juizo certo sobre esta materia.

Por obedecer porem a Sua Magestade que manda intrepor um parecer, entendo que se Sua Magestade for servido mandar-lhe dar 250\$000 de ajuda de custo se poderia dar por contente porque elle naquella petição diz que experimenta gravissimos prejuizos mas não diz nella os lucros que tem feito com as drogas do sertão.

Emquanto ao ordenado farei porque lhe seja arbitrado a proporção do seu prestimo o qual me parece que aproveitará mui no que diz respeito a demarcação ao Rio Madeira e Guaporé" (22).

João de Sousa passara realmente a ser uma pessoa necessária à administração. De seu saber viria o lucro de informações seguras, preciosas, para a execução do que Portugal e Espanha tinham convencionado em Madrí a 13 de janeiro de 1750 a respeito de limites no Novo Mundo.

O vale do Madeira-Mamoré-Guaporé constituia, no entender das autoridades portuguesas daquem e dalem mar, um dos pontos delicados na determinação das fronteiras. A segurança, a integridade territorial da colônia dependiam em grande parte da definição exata de seus contérminos, ajustadas certas dúvidas com os vizinhos espanhóis, regularizada a ocupação permanente.

A expedição que em 1740, aparatosa, sob o comando de José Gonçalves da Fonseca e Fagundes Machado, subira e descera o Madeira, avivara os conhecimentos que já se possuiam daquele curso fluvial, que tanta preocupação dava à Metrópole. Todavia, não pareciam suficientes para o caso particular das demarcações as informações que dela resultara.

João de Sousa de Azevedo, grande prático da navegação do rio, por isso mesmo foi ouvido. E a 16 de janeiro declarou claramente as suas impressões. O tratado de 1750, no tocante às fronteiras no vale Madeira-Mamoré-Guaporé, não consultava os interesses de Portugal. Fora uma "traição formal" (23).

A essa altura, a Metrópole decidira abrir a navegação do rio perigoso. Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, a 1 e 3 de dezembro de 1751, comunicando o resultado da expedição de Machado e Fonseca e dando suas impressões sobre o ajuste de Madrí, mostrara a conveniência de revogar-se o Alvará de 1733.

^{(22) &}quot;Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará", tomo 2, pág. 99, Belem, 1902.

⁽²³⁾ Desse parecer há cópia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Revista do Instituto", Tomo 68, pág. 23, Rio, 1906.

Em suas considerações pesavam argumentos tirados das empresas de João de Sousa. O Madeira, não restava mais dúvidas, era o caminho natural ligando Mato Grosso à Amazônia que no momento mais precisavam aproximar-se para defesa da região.

Estava criada, no distrito das minas, uma nova Capitania. Portugal, cheio de prudência, esclarecido na política colonial, apressava-se com o ato de 9 de maio de 1748 em reconhecer a expansão sertanista que lhe dera a imensidade territorial do oeste.

A Provisão régia de 14 de novembro de 1752 confirmou a Resolução de 23 de outubro, do Conselho Ultramarino, franqueando a navegação do Madeira e criando um ponto militar-fiscal na cachoeira do Aroaia, para vigilância aos navegantes. Então, em prosseguimento a essas medidas de defesa de seu patrimônio, em Lisboa era objeto de cogitação, numa visada superior, a incorporação do trecho norte, encachoeirado, das minas, ao Estado do Grão-Pará, de que ele era, realmente, uma continuidade geográfica como mais tarde viria a ser de natureza econômica (24).

João de Sousa, mais uma vez foi ouvido, agora acerca do registo que deveria ser fundado pelo Cuvidor de Mato Grosso, o Dr. Fernando Caminha de Castro.

Falando a linguagem clara a que se habituara, o bandeirante mostrou-se contrário ao registo, que não consultava os interesses da coletividade, pelo que o Governador Mendonça Furtado achou prudente por o assunto no conhecimento de Sua Majestade, ouvindo tambem as informações do Capitão-General de Mato Grosso (25).

Ouvido o parecer de João de Sousa?

O registo não foi instalado. Em Borba a Nova, já Mendonça Furtado colocara um destacamento militar com poderes fiscais. Nas cachoeiras, acima de Aroaia, só em 1757 o Dr. Teotônio Gusmão fundaria a povoação de Nossa Senhora da Boa Viagem. João de Sousa vencera novamente.

⁽²⁴⁾ Carta de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real. de 26 de fevereiro de 1753, Anais citados, tomo 2, pág. 40, Belem, 1902.

⁽²⁵⁾ Carta de Mendonça ao Rei, de 21 de fevereiro de 1754, "Anais", tomo 2, pág. 164.

Pouco antes, em setembro de 1752, tendo assinado, na Secretaria do Governo, em Belem, o compromisso de não navegar o Madeira sem autorização expressa, descera a Cuiabá alegando depois, na defesa que apresentou, ter tido assim agido para defender os próprios bens ameaçados pelas "desordens que havião em sua casa, eque elle devera ir atodo risco e atoda apressa atalhar" (26). Mais uma vez, João de Sousa deixava de banda as obrigações funcionais. Que lhe teria sucedido?

O Governador Mendonça Furtado, que era todo sensibilidades, em se tratando de respeitar as instruções para o bom andamento da coisa pública, ao invés de punir, como era de esperar por seus precedentes com outros, não agiu contra o reincidente nas faltas, embora não lhe tivesse acreditado nas alegações. É rão o puniu por quatro fortes razões, explicou depois para Lisboa:

"A primeira porque quando elle aqui chegou havia quatro mezes que eu tinha recebido aordem para a Liberdade do comercio desta Cidade para aquellas Minas, e ainda que esta onão relevava por ser anterior ajornada, sempre me paresseu bastante cauza para primeiro que omandasse executar por este facto na presença de Sua Magestade.

"A segunda porque executando este homem por esta quantia o arruynava totalmente e poria de má fé comigo quando necessitavamos delle para ademarcação dos Rios Madeira e Guaporé, porque certamente he omelhor que hoje ha daquella navegação.

A 3.ª porque reconhecendo isto assim o Dezembargados Ouvidor Geral que vay para o Cuyabá enão achando outra pessoa algua nesta terra que houvesse de o conduzir athe o Matto-Grosso me requereo que selhe fazia impossivel o ir a deligencia aque S. Magestade omandava aquellas Minas, se eu onão mandasse conduzir athe Villa Bella pelo tal João de Souza que era aunica pessoa que aqui havia para opoder conduzir

⁽²⁶⁾ Carta de Mendonça a Corte Real, de 9 de março de 1754, Anais, tomo 3, pág. 211.

enão parecia justo que aomesmo tempo que elle hia Levar oditto Ministro houvesse deficar sequestrado ou sehouvesse de dilatar para andar nesta Cidade em requerimentos.

A quarta porque domal da desobediencia deste homem tiramos obem de sabermos que em seis mezes de tempo se pode ir e vir as Minas de Matto Grosso porque omesmo que elle faz, não ha dificuldade algua, para que o faça outra qualquer pessoa, ese o caminho se chegar apor com as prodencias que deve ter, persuadome aque ainda em menos tempo se fará esta viagem" (27).

VIII

A atuação do paulista não estava concluida. Homens de negócios, visão clara e segura das realidades do ambiente, propusera, em 1753, a montagem de uma fábrica de anil. El Rei, despachando a proposta, disse, a 22 de maio de 1753, ao Governador do Grão-Pará:

"e bom será, que se promova a fabricar-se o anil nesse Estado; e sobre huma proposta, que fez João de Souza, p.ª fazer huma fabrica deste genero, vay a informar a V. S.ª, que melhor poderá examinar se este homem he capaz de apoder estabelecer; e se será facil asua execução" (28).

Mendonça Furtado impressionara-se com a prodigalidade da terra que viera a governar. E em 22 de janeiro avistara-se epistolarmente com o Monarca expondo-lhe ao vivo um retrato da grandeza do vale, em espécies comerciaveis, que seriam uma garantia ao desenvolvimento da economia nacional, que se procurava restaurar. A proposta de João de Sousa chegava em boa hora

⁽²⁷⁾ Carta citada.

⁽²⁸⁾ Códice 665 da B. A. P. do Pará, "Correspondência da Meźrópole com os Governadores".

para a execução do vasto plano de aproveitamento da matéria prima abundante e a requerer as iniciativas bem orientadas.

A 31 de janeiro de 1754, opinando para o Reino, o Governador declarou:

"Hé certo que a Fabrica de Anil seria sumamente interessante eneste Paiz ha tanto, que sepodera ter feito huma grande Fabrica, aqual intentarão já diversas pessoas aguem V. Magestade foi servido conceder previlegios para aestabelecerem, sem que athe agora fizessem progresso algum, outivessem nenhuma destas fabricas subsistencia. Pertende agora João De Souza de Azevedo que V. Magestade lhede licença para estabelecer huma Fabrica semilhante concedendo-lhe V. Magestade os privilégios expressados nesta real ordem. Quanto aos dez annos, ainda que isto he fazer hú negocio exclusivo detodos os mais moradores, como nenhúm delles athe agora tem estabelecido semelhante Fabrica, me persuado aque não terão prejuizo algum, antes nellas secriarão Officiaes piritos, que possão depois fazer geral afactura deste precioso genero.

Damesma forma entendo que não ha prejudicial o daremse aeste pertendente, as terras que seacharem devolutas, eelle entender que são convenientes para otal estabelecimento não sendo estas no Centro dealguns dos Ryos que aqui seentende que ha Ouro e Prata; porque nestas, sendo V. Magestade servido mandar Minnas sedeve observar nas Dattas omesmo, que nas Geraez Emquanto aLiberdade dodito João de Souza fazer descimento asua custa me parece, que deforma o nenhuma deve V. Magestade ser servido conceder-lhe. porque nestas terras he huma praxe chamarem descimento aoque são verdadeiras amarrações, e paresse que não deveficar no arbitrio dehu homem denegocio, o entrar nas mizeraveis Povoações deste Gentio afazer asextrucções que lhe parecer, medindo ajustissa pelos Lucros que intenta tirar doserviço destes homens, fazendo-nos, com as violencias que sem duvida hade cometer para conseguir o seu fim, ainda mais odiosos com os Indios dos Certões, doque já nosachamos, decujos factos ha tantos exemplos quanto são asgraças, que V. Magestade tem concedido aeste respeito, asquaes nunca serviram neste Estado, senão depretextos, para asombra delles sefazerem as injustiças, e tiranias que tão repetidas vezes tem chegado a real presença de V. Magestade. Pelo que respeita aospagamentos que deve fazer aostrabalhadores deve regularse pellocostume daterra, negandolhes naforma que seacha estabelecido econfirmado por V. Magestade.

Emquanto aizenção de direytos que pede nos primeiros seis mezes, he graças que V. Magestade tem feito, ainda por mais tempo repetidas vezes asemelhantez estabelecimentos eque encontra emnada aoserviço de V. Magestade eanima os homens aintentarem novas fabricas.

Não pertende odito João de Seuza por neste estabelecimento mais condições que as que tem posto nareal prezença de V. Magestade como medeclarou chamando-o em minha prezença. V. Magestade mandara o que for servido" (29).

E a 1 de fevereiro, ainda cheio de confiança no êxito da empresa que imaginava seria uma obra notavel para o progresso econômico da região, acrescentava, agora dirigindo-se a Diogo de Mendonça Corte Real:

"Pelo conselho receby aordem para informar sobre a proposta de João de Souza de Azevedo enaquella informação que certamente ha de ir amão de V. Ex.ª disse oque entendia arespeito da utilidade quesesegue selhe chegar a estabelecer hua Fabrica de Anil desta Capi-

⁽²⁹⁾ Anais citds. Tomo 3, pág. 180, Belem, 1904.

tania tantas vezes intentada sem que algua dellas podesse ter effeito.

Alguns dos privilegios que odito João de Souza pede mepareceu que seria summamente prejudicial aconcederemse, sendo aprincipal ode querer Liberdade para por sy fazer descimentos que he omesmo que querer ser conquistador ou para melhor dizer Tirano dos Certões privilegios que nunca me parecerão que seconceda, nem a particular nem ainda Relligião algua emquanto tiverem interesse no serviço dos Indios, porque sempre vem aparar em violencias que se não conhecem na Corte, eque só as percebem quem esta avista destes negocios, porque apalavra descimento he pretexto quasi sempre sendo na realidade a mayor parte das vezes huas verdadeiras amarrações".

Executado o que João de Sousa lembrava? Não conhecemos documentação a respeito.

O de que não resta a menor dúvida é que o paulista, necessário às autoridades, como vimos através os períodos de Mendonça Furtado, em 1760 recebia o encargo de seguir até Vila Bela de Mato Grosso, conduzindo cartas e instruções do Governador Manuel Bernardo de Melo e Castro para Rolim de Moura, Capitão-General de Mato Grosso, substituto de Mendonça Furtado nadireção da comissão portuguesa de limites que deveria operar no Norte. Já então era o nosso herói Sargento-Mor, gozando da inteira confiança de seus superiores hierárquicos (30).

Dando desempenho a essa e outras honrosas comissões, no regresso essa confiança ficou perfeitamente patenteada. Rolim-

^{(30) &}quot;No sitio de Santa Rosa recebi a carta de V. Exa. de 5 de setembro pello Sargento-mór João de Souza de Azevedo com os papeis e noticias referentes aos negocios das Demarcações. Pelo mesmo Sargento-mór Responderei a V. Exa. mais largamente sobre a materia". (Carta de 2 de agosto de 1760, datada de V. Bela, de Rolim de Moura a Melo e Castro). "Correspondencia de Diversos com os Governadores", Códice da B. A. Paraense.

de Moura, ao mesmo tempo que lhe advogava mercês (31), entregava-lhe ouro das minas para o governador do Pará (32).

Evidenciando, de seu lado, probidade absoluta, o ituano fez a entrega da importância em questão ao Governador Ataide Teive, que viera suceder a Melo e Castro (33). Em 1762 repetiam-se as demonstrações de confiança da autoridade mato-grossense e as provas de lisura do bandeirante (34). Nesse mesmo ano, João de Sousa peticionou a D. João V. Desejava a manutenção no posto de Sargento-mor e prático, durante a vida. Não era muito, D. João mandou que Ataide Teive falasse a respeito (35).

Era justa, legítima, a pretensão do bandeirante. Seus serviços ao Rei, à segurança do Estado, ao bem coletivo, não estavam bem patentes?

Não temos elementos para afirmar se foi atendida a solicitação de João de Sousa. Não é crivel, todavia, que Portugal esquecesse o filho tão util, de certo ponto tão benemérito, paulista genuino pelos feitos aquí resumidos.

^{(31) &}quot;O d. Sargento-mór João de Souza de Azevedo me pede o patrocineo com V. Ex." para q. lhe faculte aliberdade depoder vir aestas Minas. No caso q. isso caiba nas Ordens q. V. Ex." tem o estimarei muito, pois quanto mais homens de negocio frequentarem este caminho mayor abundancia haverá nestas Minas. Alem de que, emqt." o Sr. Francisco Xer. de Mendonça Furtado estava encarregado de Plenipotenciario poderia mais depreça fazer falta. João de Souza de Azd." em vir a estas Minas; porem havendo S. Me. sido servido encarregar me nisso; parece-me não terá tanta importancia o fazer elle as suas viagens para a mesma pte. aonde estou. Porem as Ordens de V. Ex." arbitrio, he que hão de determinar com mayor acerto". (Carta de Rolim a Melo e Castro de 2 de setembro de 1760) Códice da B. A. Paraense.

^{(32) &}quot;Elle leva o ouro para entregar, a ordem de V. Ex.ª" (Carta de Rolim, de 2 de setembro de 1760).

^{(33) &}quot;Aqui chegou o Sargt.º-mór João de Souza de Azevedo, e fez entrega do ouro, q. pelo recibo incluso, ficará V. Ex.ª certo estar satisfeito o campo da despeza que importarão os petrexos qe. constão da mesma relaçam emqe. vai o recibo".

^{(34) &}quot;Pelo Sargento mór João de Souza de Azevedo remetto mil oitavas de ouro, q. equivalem a 1:500\$000 rs., para entregar á ordem de V. Ex.ª como consta do recibo incluso". (Carta de Rolim a Melo e Castro, de 31 de janeiro de 1762) Códice da B. A. Paraense.

⁽³⁵⁾ Carta Régia e petição de João de Souza, nos documentos que vão no fim do volume, sob ns. VII e VIII.

Nesse mesmo período histórico, outros paulistas atuaram no Estado do Pará e Maranhão: Jacinto de San Payo Soares e João Pacheco do Couto. Tinham deixado São Paulo na era de 1700, com regimentos expedidos pelo Governador Dom Luiz de Mascarenhas, buscando novas minas. Ainda a vertigem do ouro. Atingindo o Tocantins, que continuava a atrair a curiosidade ambiciosa do bandeirante, não conheceram, como seus predecessores não conheceram, o êxito que sonhavam. O gentio opôs-se-lhes, por outro lado, às entradas nos territórios que ocupava. Registaram-se perdas de vida de parte a parte. Entre as duas bandeiras, mesmo, se não observou cordealidade.

João Pacheco, em 1741, desembarcava em Cametá desiludido, desfazendo a tropa que o acompanhava. Jacinto de San Payo, mais corajoso, pronto para outras aventuras, como a guerra ao bugre, encaminhou-se para o Mearim.

O Governador Castelo Branco concitara os dois sertanistas à continuação da empresa a que tinham vindo, lembrando-lhes dirigir-se a Goiaz, onde poderiam ser felizes. Mas na Metrópole não se considerara boa a providência, desaprovando-a pelas cartas régias de 6 de junho de 1743, 14 e 16 de junho de 1744 e 20 de maio de 1750. Sabem-se dos pormenores que nestas linhas recebem registo, pelas citadas peças oficiais, que se guardam nos códices da secção de manuscritos da Biblioteca Pública Paraense (36).

San Payo Soares, ao tempo de Mendonça Furtado, recebia a comissão importante de participar do desbravamento do Mearim, cooperando com o missionário Antônio Machado, da Companhia de Jesús, e a cujo cargo corria a pacificação do gentio "Gamela". No caso de se abrir guerra aos "Acoroá" e "Guegues", que importunavam as populações da hinterlândia maranhense, o bandeirante devia mover-se acompanhando os destacamentos do governo. Com relação aos "Gamelas", que em breve prestariam juramento

⁽³⁶⁾ Códices 877, 878 e 882. "Alvarás, Cartas Régias e Decisões". Essas cartas vão no fim do volume sob números X a XIII.

de fidelidade à Monarquia Portuguesa, nenhuma violência, toda cordialidade.

Cumprindo as instruções, Jacinto de San Payo trocou correspondência com Mendonça Furtado, junto a quem gozava de inteira confiança, noticiando as andadas em que se ocupava. Dessa correspondência ficaram-nos apenas duas cartas do Governdor, através as quais se verifica que o paulista não descansou de suas obrigações, antes até excedendo-se nos contatos violentos que sustentou com os "Timbiras". Advertido seriamente, por isso, não lhe sabemos, à falta de documentação, quais os passos seguintes, se bem ou mal sucedido na empresa militar (37).

Jacinto de San Payo Soares era bandeirante de boa estirpe.

Não seria o último paulista a operar no extremo-norte na fase colonial. Este, até prova em contrário, foi o Alferes Lourenço Varela de Almeida, sobre quem consta apenas o seguinte documento:

"Na presente ocasião passa ao Estado do Pará o Alferes Lourenço Varela de Almeida, o qual servindo no Regimento dos Voluntarios Reaes de São Paulo, foi feito Prizioneiro pelos Espanhoes no Sul do Brasil, e de lá fugio para Matto Grosso, e depois passou ao Pará, donde veio a esta Corte. Ordena Sua Made. que V. Sa. o admita em algum dos Postos de Alferes que estiver vago, ou no primeiro que vagar no Regimento da Guarnição do Pará, ou do Macapá. Ds. Ge. AV. Sa. Palacio de N. S. da Ajuda em 7 de Janeiro de 1780.

Mart.º de Mello eCastro.

Sor. Jozé de Napoles Telo eMenezes (38).

Os bandeirantes de São Paulo, criando na história nacional um estupendo epítome de duas centúrias de heroismo, não estive-

⁽³⁷⁾ Ver a correspondência no fim do volume, bem como o regimento que Mendonça Furtado expediu os bandeirante, sob ns. XIV a XVI.

^{(38) &}quot;Correspondência da Metrópole com os Governadores", Códice n. 674 da B. A. Paraense.

ram, como vimos, fora do ambiente amazônico. Contra eles, as Cartas Régias de 3 de dezembro de 1692 e 2 de novembro de 1693 tinham sido expedidas (39), vedando-lhes a atuação despovoadora contra o gentio. Na Capitania do Maranhão, distritos do Mearim, do Itapicurú, apesar dos rigores da legislação, eles davam sinal de si com outros nomes que não cabiam nesta tentativa de reconstituição histórica.

Não encontraram, na Amazônia, as minas que os atraía ao sertão. Não foram bem sucedidos nas sortidas contra a indiada. Deles não se socorreram as autoridades portuguesas para as campanhas sobre as tribus levantadas contra o ádvena branco, visto que havia, no vale, sertanistas da mesma envergadura varonil. Sucessores naturais dos portugueses que procuravam, no oriente, a especiaria e o ouro para as operações mercantis na Europa, foram, em Goiaz, em Mato Grosso, nas Minas Gerais, na hinterlândia baiana ótimos povoadores. Em contato com a floresta, com as águas do país do ouro negro, não se deixaram a ela ligar, como mais tarde sucederia ao sertanista nordestino do ciclo da borracha, exceção ruidosa esse interessantíssimo João de Sousa de Azevedo.



⁽³⁹⁾ Rivara, "Catálogo", vol. I, págs. 74 e 75.

A GRANDE AVENTURA DE PEDRO TEIXEIRA

Foi com o século XVII que nos integramos na civilização cristã do ocidente, por via da atuação vertiginosa — em meio de profundas transformações de natureza política, social, religiosa, artística, econômica que vinham caracterizando a evolução européia — de soldados e colonos que a Ibéria enviava ao Novo Mundo, de tipos humanos novos que compunham a sociedade em formação na América Portuguesa.

Já a experiência lusitana nas águas do Rio-Rei era uma gritante realidade, proclamada desde 1543 por Francisco de Orellana, quando se dispunha à ocupação das terras que visitara na descida do Perú. Mas essa experiência não se completara na ocupação, que se processava vagarosa ao longo do litoral no Atlântico. Homens de outras nacionalidades, franceses, ingleses, holandeses, numa concorrência teimosa, irritante, perturbavam a ocupação, criavam-lhe dificuldades, comunicando ao episódio, que poderia se ter reduzido a um capítulo magro de guerra ao bárbaro, dono da terra, um acentuado tom dramático, de sangrenta cor. Velhas diferenças da Europa, revivecidas, tomavam corpo aquí, ensopando de sangue a beirada oceânica, mas nos garantindo a plasmagem de uma gente de vibrações, de ardor guerreiro a toda prova.

O mameluco, nascendo ao fragor de canhonaços, às arremetidas impetuosas dos "Rouliers de la Mer", que infestavam os mares, seria a ótima, a estupenda força humana de que se valeria o Reino para essa obra de defesa litorânea e depois para a incorporação do mundo interior. Ele era todo ciência da natureza americana, todo impetuosidade, todo disposição para os grandes co-

metimentos que escreveria pelos séculos afora, criando a história brasileira na história de Portugal na América.

Ao seu lado, comunicando-lhe a lição dos séculos na arte de governar, falando-lhe a linguagem de comando, trazendo-lhe o sentido da civilização que se deveria aquí fixar, os portugueses, que tinham por si centenas de décadas de singular vida política, garantida dia a dia sem desfalecimentos.

Desde 1580, é certo, as nações da Ibéria se tinham voltado a reunir. Seria outra experiência, de consequências pouco seguras. Respeitavam-se, porem, costumes e usanças administrativas, que a feição das gentes de Viriato e D. Afonso Henriques era de tal natureza distinta que a dominação política estranha não poderia deixar de respeitar.

Mamelucos e portugueses, em 1616, tinham concluido a tarefa gigantesca da instalação do poder da Cristandade entre Laguna e a boca do Amazonas. Lá, fora o bandeirante de S. Vicente. Para estes lados, a energia sumosa chegara de Pernambuco. O fortim do Presepe, o nascente vilarejo de Belem, assinalavam, aquí, os extremos da jornada heróica. Não terminara, todavia, a aventura. Portugal, Espanha, em união pessoal, não se poderiam contentar com a etapa vencida. Era necessário jornadear mais. Penetrar a hinterlândia.

Pelo século XVI, as expedições espanholas, saindo de Lima, de Quito, da Guiana, ora tinham descido o Amazonas, ao sabor da corrente, ora apenas se tinham dele acercado. A muralha andina, os desenganos com a ausência de ouro, de mãos dadas, operavam, em XVII, contra a curiosidade pelas bandas peruanas.

O feito da nossa incorporação caberia aos que iam sair de S. Luiz e de Belem. Feito que está exigindo retificações, porque não teve o aspecto de serena realização, em galanteios os ádvenas e o nativo, antes se tendo processado rumorosamente, intranquiliamente, em páginas magníficas de heroicidade. De tal maneira que Bento Maciel Parente, por exemplo, um dos nossos mais bravos pelejadores, por tal forma se houvera em lances para a conquista, que reclamaria, para Madrí, maiores homenagens que as tributadas a Cortez, porque os seus serviços lhe pareciam maiores que os do vencedor dos Aztecas.

A' sua chegada ao Amazonas, para a ocupação definitiva, tinham encontrado os súditos de Felipe III, ao longo do rio, até o Xingú, as casas fortes e as feitorias comerciais de holandeses, ingleses e irlandeses, atestando a concorrência ousada de outros povos, que insistiam em impertinente competição com lusos e espanhóis. A primeira etapa da ocupação havia, assim, de ser trabalhada em som guerreiro. E o foi. Até 1639 troou o canhão na selva do vale. Os estabelecimentos do inimigo foram destruidos. Uma galeria brilhante de soldados iluminava-se nesses instantes iniciais de nossa evolução — Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira, Jácome Raimundo de Noronha, Aires de Sousa Chichorro, João Pereira de Cáceres, Pedro da Costa Favela, Feliciano Coelho.

A gentilidade, por outro lado, recebera o ádvena branco com gestos marciais. A manifestação violenta dos Tupinambás, em janeiro de 1619, sob o comando de Guaiamiaba (Cabelo de Velha) fora uma terrivel advertência. Em 1637, todavia, já se podia falar em dominação cristã na Amazônia. Autoridades civis e militares, religiosas, núcleos em formação atestavam bem claramente o êxito da empresa.

Na Europa, em Madrí, desde as primeiras horas se cogitara do povoamento. O ilheu dos Açores era preferido. Das excelências da terra já falava, em louvores de certo modo excessivos, a palavra entusiasta de André Pereira, Simão Estaço da Silbeira, padre Luiz Figueira, Bento Maciel Parente. Bernardo O' Brien, irlandês, a serviço dos herejes de Holanda, era outro enamorado das riquezas que se afirmavam acumuladas pelos barrancos amazônicos. Em seu "Memorial". que se guarda no Arquivo de Las Indias, em Sevilha, no estilo da época, no feitio do "Memorial" de Bento Maciel, da "Relação Sumária" de Sinão Estaço, da "Relaçam" de André Pereira, da "Relaçam de algumas coisas" de Figueira, impressionara vivamente.

Toda uma exuberante literatura de encantamentos se criava, destarte, desde aquelas eras, em torno à fecúndia regional. Natural que Madrí ou Lisboa cogitassem, continuadamente, na verificação pormenorizada de que de real houvesse por essas imensidades de terras e águas. Ordens régias se repetiam, em consequên-

cia, para que a conquista fosse levada avante. Bento Maciel, em agosto de 1626, recebera instruções terminantes a respeito. Luiz Aranha de Vasconcelos, dez anos antes, tambem. Outras preocupações, com a mesma finalidade, demonstravam o interesse das duas Metrópoles pelo cometimento. Um tanto ousada, portanto, aquela passagem de Artur Viana, asseverando que a Metrópole ibérica não se movera seriamente para a colonização desse trecho ao extremo norte (1).

Em fevereiro de 1637, Belem assistira, sob espanto, quasi incrédula, ao desembarque de dois franciscanos hespanhóis e de seis soldados, chegados do Perú pela via amazônica. Os franciscanos eram Domingos de Brieba e André de Toledo. Missionavam entre os "Encabellados", nação indígena sobre que ainda hoje não se conhece claridade bastante.

Os "Encabellados" dominavam o Aguarico até o Napo. Caracterizava-os a cabeleira abundante, longa, quase tocando o solo. Dera-lhe essa denominação, em 1600, o missionário jesuita Rafael Ferrer, que lhes morreria às mãos dez anos consequentes. Da família Tapuia. Distinguia-os, mais, a bravura, a ferocidade. Eram altos, espadaudos. Felipe de Bettendorf, jesuita luxemburguês, que nos deixou a polpuda "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesús no Estado do Maranhão", deu, deles, rapidamente, esses traços: "suas armas são dardos, suas casas feitas com curiosidade guardam os mantimentos ordinarios do anno todo; têm guerra continua com os Sennhós, Becabas, Tamas, Chufias e ramos defronte, para banda do sul; têm outras, no cabo, com Aligires, Surusunas e Zaparazes" (2).

Maurício de Heriarte, que os conheceria de viso, na "Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas", entre 1662 e 1667 descreveu-os desse jeito: "Teem estes Indios as aldeias pela terra dentro. Usão de milho, mandioca e chontas: tem muita caça, e pescaria, muitas fructas silvestres. A terra he boa, mas tem muitos alagadissos e campinas. Ha muita cantidade de Indios bem dispostos, mas de pouco trabalho.

^{(1) &}quot;Notícia histórica", in "O Pará em 1900", Belem, 1900, pág. 220.

⁽²⁾ Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 72, Rio, 1910, pág. 32.

Sua lei (em branco no original: prohibe) as moças e mancebos que trabalhem, e que só tratem de fazerem filhos para acrescentar sua geração. Só os velhos e velhas trabalhão, e fazem grandes lavouras para os moços, indaque com trabalho grande por não terem ferramenta".

"São estes indios de pouco valor. As armas são dardos de remesso, adargas com que se cobrem, grandes lanças, feitas todas de páo. São grandes ladrões e traidores como. Seus instrumentos são tambores de páo, as casas pequenas, com as paredes de casca de arvores, Andão nús, aindaque alguns trazem camisetas; as molheres cobrem as partes vergonhosas com panos que fazem de uma estopa que tirão das arvores. São amigas de concertar a cabeça com fitas que fazem de moritim.

São mui sujos em seu comer, e mais que todos os outros: dormem em rêdes de *moritim* e de *tucú*, feitas de differentes modos que as dos mais indios do rio.

São idolatras: teem idolos feitos de madeira metidos em covas nos campos, aonde vão fazer suas ceremonias, e adorações ao diabo por mãos de seus feiticeiros.

Comem carne humana, são mui vingativos, mas de pouco animo.

Usão enterrarem-se em covas com todo seu cabedal, que he bem pouco, por serem pobres e preguiçosos, o que tudo levão para servirem na outra vida. Poem-lhe de comer todos os dias na cóva, dizem que para ter forças para andar, isto usão por tempo de um anno, e todos os mais deste rio fazem o mesmo: ao cabo do qual, lhe pisão os ossos, e os queimão, e feitos cinza, os bebem em vinhos, com o que tirão o dó" (3).

Outros cronistas, minuciosos acerca da natureza, das coisas e da gentilidade tropical, no-los afirmam, como frei Diego de Cordoba y Sobreras, na sua "Cronica de la religiosissima provincia de los doce apostulos del Perú", "assombro y terror de toda aquella tierra".

Pois fora entre esse povo tão vibrante, que viera atuar a Província de São Francisco Sollano, instalada em Quito, com campo

^{(3) &}quot;Descripção" reeditada no vol. III da "História Geral do Brasil", de Varnhagem, pág. 234. São Paulo s.d.

de ação evangelizadora pela selva amazônica e sobre cujos trabalhos ainda recentemente nos falou o sábio agustiniano Lucas Espinosa (4).

As reducciones então fundadas, nos primeiros momentos pareciam garantir o êxito dos missionários. Os "Encabellados", que já vinham tendo contacto com a civilização cristã através o esforço santificado de frei Pedro Pecador, de certo cederiam, rendendo-se aos exemplos, às habilidades, à dialética daqueles brancos tão suaves no trato. Enganoso, contudo, aquele clima de paz, de disciplina, de cordialidade. A' chegada de um destacamento de trinta homens para apoiar os categuistas, garantindo, de outro lado, a dominação espanhola, com a fundação imediata da cidade de São Diego de los Encabellados, o ambiente se modificara. Os próprios Franciscanos sentiram o fracasso da ação que tentavam tão esperançados. Alguns, desiludidos de tudo, abandonaram a tarefa. Em breve, o choque, que todos sentiam próximo e inevitavel, se verificou. O pretexto foi um incidente entre o capitão Juan de Palacios, que comandava a força militar, e um dos principais. Os "Encabellados", transbordantes de ódio, levantaram-se. Mataram o capitão Palacios (8 de outubro de 1636), que porfiava pela manutenção da boa harmonia com o gentio, tendo sido mesmo o companheiro de frei Pedro Pecador no início das relações de paz com o gentio. Espotejaram-no. A resistência dos civilizados ocorreu. Uma façanha a mais para o romanceiro heróico que Espanha escrevia no Novo Mundo? A resistência dos civilizados ocorreu medrosa. Porque ninguem se encorajou a vingar o assassínio do capitão há pouco imolado, buscando-lhe os restos e persequindo os belicosos selvícolas. Abandonando o sítio que fôra pasto da crueldade do nativo, soldados e missionários agasalharam-se em ilha próxima.

"E à iminência de um fim desastroso, às mãos dos indígenas imaginaram alguns um plano audaz, de retirada. Rio abaixo. A' imitação de Orellana. Até a costa atlântica. A idéia foi de um português do Pará. Chamava-se Francisco Fernandes ("Her-

^{(4) &}quot;Vicariato apostolico de San Léon del Amazonas. Antecedentes historicos", Madrid, 1936. "Los Tupi del Oriente Peruano, Madrid, 1935.

nandez", diz frei Lourenço). Um obscuro precursor de Pedro Teixeira. Ele subira o Amazonas, até as fraldas dos Andes. Talvez só. Um aventureiro como tantos outros, cujo nome mal se conservou numa dobra de crônica fradesca, porem que realizou, na sua silenciosa façanha, uma epopéia nacional... "marinero, que descia haber estado en el Gran Pará, allá por la costa del Brasil. y que, estando allá, habia tenido noticias que en medio de aquellos rios estaba El Dorado y la Casa del Sol; y que se bajasen por nuestro rio, darian en aquellas grandezas; con lo cual inclinó los animos de algunos codiciosos". O oriente, o "Dorado", a saida para o Atlântico... Mas não interessava à província franciscana de Quito a descida do Amazonas até Belem do Pará. Frei Laureano, superior dos missionários, opôs-se firmemente. Não permitiria que embarcassem. Proibia-lhes. Havia, acostada à sua ilha, uma larga e sólida canoa, já espiada com inveja pelos amigos do portuquês: naquela noite, às escondidas, frei Laureano lhe cortou a amarra, porque a levasse o rio. Mas não contara com a solução dos soldados. Tinham de "ver" o "Dorado". Iriam, com dois indios, e dois frades dispostos a não desamparar na sua audácia, aquelas almas heróicas. Chamavam-se frei Domingo de Brieva e frei André de Toledo. Numa pequena canoa, Francisco Fernandes, cinco soldados espanhóis, aqueles franciscanos e dois indios deixaram os companheiros, consternados, a 17 de outubro de 1636, véspera do Evangelista São Lucas. Conduziam por matalotagem um punhado de milho..." (5).

"Os perigos por que passaram não se descrevem aquí. Tinham por si, os nautas, a providência divina, que os salvou de tudo. No Tapajoz, os selvagens arrancaram-lhes as roupas". "Verdadeiramente milagrosa a viagem. Ao cabo de quatro meses, em 5 de fevereiro de 1637, desceram entre civilizados, no fortim do Gurupá. Ali, os recebeu o capitão João Pereira de Cáceres". "Refeitos, prosseguiram com destino a Belem, onde causaram espanto pelo arrojo e pela felicidade. O que narraram impressionou. Em São Luiz, sede da administração que alcançava a Ama-

⁽⁵⁾ Pedro Calmon "De Quito ao Pará. O maravilhoso descobrimento do Amazonas" Instituto Pan Americano de História e Geografia. Rio, 1935, tomo II, pág. 103.

zônia, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, o governador Jácome Raimundo de Noronha, a cuja presença se apresentaram, ouviulhes o relato minucioso" (6).

Os dois franciscanos eram homens de rija têmpera. Não se arreceavam de repetir a aventura. Berredo, nos seus muito apreciados "Anais Históricos do Estado do Maranhão", escreveu que "informando bem o governador da sua jornada, segurarão todos que saberião repetir os perigos della até dentro de Quito, se achassem companheiros do mesmo animo" (7).

Jácome Raimundo de Noronha, que havia anos servia ao Estado com zelo e equilíbrio, estudando-o, sabendo-o como poucos, um preocupado com o seu progresso, com o seu alargamento territorial, sofria o forte combate de um grupelho de faladores. Arguiam contra ele que se empossara, na direção do Estado, ilegalmente. Na verdade, sucedera a Francisco Coelho de Carvalho sem a ordem régia. Pelo costume, cabia o cargo ao Capitãomór, no momento Antônio Cavalcante de Albuquerque. Mas o empossamento se procedera em presença de autoridade legal, a Câmara Municipal de São Luiz, que julgara o ato perfeitamente dentro das normas jurídico-administrativas (8).

Jácome, até aquele episódio, funcionava como Provedor-mor da Fazenda Real. Em Belem, a Câmara sentira dificuldades, hesitara em aprovar o empossamento. Convocara a nobreza. Convocara as milícias. Convocara o povo, soberano sempre. Sofeníssima e grave a reunião, de que saira, finalmente, proclamada legal, conforme à moral e às leis políticas, a situação do Governador. Jácome, depois, tivera de precaver-se contra a sortida de inimigos, que imaginavam vencê-lo num assalto a São Luiz. O partido da oposição era grande. Mas os que lhe vitoriavam a administração, inegavelmente, serena, ordenada, construtiva, contavam-se em número muito maior (9).

⁽⁶⁾ Artur Cesar Ferreira Reis, "História do Amazonas". Manaus, 1931, pág. 33.

⁽⁷⁾ Florença, vol. I, pág. 265.

⁽⁸⁾ Carta de Jácome, para o Rei, em 29 de maio de 1637, nos Anais da B. N., vol. 22, pág. 428.

⁽⁹⁾ Berredo, "Anais", vol. I, pág. 262.

Ante as notícias emocionantes dos dois irmãos-leigos, como agir? Jácome sabia das ordens de Lisboa e Madrí para a penetração do interior. Deveria executá-las agora? Não seria perigoso, naquela conjuntura, com o holandês a investir pelo litoral do norte, desaparelhar as Capitanias a seu cargo?

Em São Luiz, aqueles que de tudo se serviam nas explorações contra o Governador, aproveitaram a oportunidade. E começou o zum-zum da desaprovação. Boquejava-se hostilmente. Argumentava-se contra a empresa, que aos olhos dos derrotistas aparecia "como locura".

Jácome amadureceu reflexões. Pesou as consequências da aventura. Examinou as razões que se lhe ofereciam, os argumentos de que se serviam os seus detratores. A fortuna, imaginou, nem sempre ajuda aos audaciosos. Mas a fama, concluiu, só se obtem com os grandes golpes. Demais, realizando os propósitos que o dominavam, ia de encontro aos desejos da alta administração dalem-mar.

Parece que não recebeu influências estranhas nesse sentido. Outro aspecto a contemplar : carecia de um gesto largo, ação heróica, que lhe justificasse, na Europa, o empossamento no governo, conquistando-lhe as simpatias régias. A empresa ficou assentada. Justificou-a cabalmente. Para a Metrópole, enviando um auto das declarações dos dois missionários espanhóis e a palavra de um deles, frei André de Toledo, alegou, serena e muito judiciosamente: "Pera mais serteza da navegassão deste Rio E pera que guerendo se V. Magd. Servir delle aja pessoas praticas assy de indios como de branquos" (10). Aos mais acessiveis, aos de menor má fé: "Por meio desta inspeção Geográfica, a primeira que se intenta na região do Amazonas, se ha de obter a importantissima vantagem de uma allianca com as numerosas relés indianas dos sertoens d.latados do mesmo rio; e desta arte impossibilitar aos hollandezes a navegação de um rio, pelo qual elles podem estabelecer um tracto directo com as minas de ouro e prata do Perú, paiz do Universo o mais abundante delles" (11).

⁽¹⁰⁾ Relação, de Jácome, de 23 de maio de 1637, ao Rei, Studart. "Documentos para a História do Brasil, Fortaleza, 1910.

⁽¹¹⁾ Baena. Compêndio das Eras, Belem. 1838, pag. 40. Vol. 175 — 5203-940

Razões sobradas, de peso, estas que fizeram serenar a murmuração, após o que, tratou de organizar definitivamente a expedição. O pessoal que a integraria foi escolhido severamente, entre os mais experimentados sertanistas. Pedro Teixeira, capitãomor, com poderes especiaes de General-Governador do Estado; Antônio de Almeida Azambuja, Mestre de Campo; Felipe Cotrim, Sargento-mor; Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu, capitães da infantaria. Todos habituados aos rigores da região, ao trato enérgico com o nativo. Favela, pernambucano, era o terror deles. Baião de Abreu, com Favela, no ciclo contra os holandeses, revelara muito apreciadas virtudes guerreiras. Felipe Cotrim, na Capitania do Pará, já ocupara, com zelo e distinção, o cargo que novamente lhe confiavam. Antônio de Azambuja participava da nobreza militar da região.

Pedro Teixeira, sem favor nenhum, era, de todos, a mais completa organização sertanista da Amazônia. De Portugal, nascido em Catanhede, no vale do Douro. Com Jerônimo de Albuquerque, nas justas contra o francês, no Maranhão, provara merecimentos. Quando Caldeira Castelo Branco veio fundar o Presepe, Teixeira acompanhara-o. Tivera oportunidade, a essa altura, de evidenciar as qualidades que o situariam superiormente no quadro dos grandes bandeirantes do Brasil Colonial. Era alferes. Concluida a construção do fortim, ei-lo, por terra, por mandado de Castelo Branco, no rumo de São Luiz, a levar a nova da instalação portuguesa na bacia portentosa. Vencera todos os perigos. Assaltado por tribus que lhe tentavam embaraçar a viagem, batera-as, forçara-as à aliança com sua gente, tomara posse da terra que estava percorrendo, indo sair na capital maranhense são e salvo. A seguir, por mar, regressara ao nascente núcleo que seria Santa Maria de Belem, conduzindo recursos de que alí se necessitava; artilharia, munições de querra e soldo para a tropa. Um barco holandês, provavelmente da frota que bordejava pelas águas do Gurupá, com evidentes intuitos de plantar mais uma colônia, a esse tempo aproximara-se do fortim. Teixeira. com vinte homens, atacara-o. Incendiara-o, depois de ferocissima luta no convés da embarcação, durante a qual conquistara, com os lauréis da fama, três ferimentos graves. Mais tarde, em 1621. encontramo-lo a bater-se contra indígenas sublevados e quase a destruirem o estabelecimento cristão. Triunfara mais uma vez.

Já na "História do Amazonas" afirmamos: "durante três décadas a fio, não há episódio de vulto, seja de guerra, seja de que for, a que seu nome não esteja ligado e coberto de ilustracões". Realmente, correndo-se o noticiário histórico dessas eras na Amazônia, no Estado do Maranhão, a todo instante, nos feitos mais rumorosos, nos vem o nome de Pedro Teixeira. Na campanha contra os holandeses e ingleses, a sua intervenção foi sempre benéfica. Batera-os no Xingú, onde os herejes possujam os fortins de Orange e Nassau; batera-os em 1625, no Mandiutuba. perto de Gurupá, no Cajarí; batera-os em 1629, no Maracapurú. fortim do Taurego. Surpreendido por duas naus holandesas. perto da casa forte do Gurupá, forcara-as a uma retirada precipitada. Uma grande vida, realmente, a desse soldado português. Em 1619, pela deposição do Capitão-mor Matias de Albuquerque, que se cobriria de glórias em Pernambuco, completara uma Junta de Governo, acabando por ter só nas mãos a direção da coisa pública. Revelara-se generoso, mas enérgico. Bento Maciel Parente, tentando substituí-lo, Teixeira soubera agir com prudência, evitando derramamento de sangue, mas continuando no posto. Era uma figura de impressionar. "Homem extraordinário", proclama Pedro Calmon. A coluna que ia conduzir, de certo, se sentia segula com o chefe que lhe davam.

Em Belem, cujo porto atingiu a 25 de julho de 1637, havia aquela mesma má vontade de São Luiz. Falava-se contra ela abertamente. A partida da expedição, comentava-se, ia deixar a Capitania à mercê do atrevimento dos estrangeiros. Francamente, de pasmar, exclamava-se, a deliberação de Jácome de Norouha. As coisas tomavam, em Belem, um carater mais sério. Porque o próprio Senado da Câmara se moveu em representação ao Governador, expondo os motivos da inquietação reinante, e reclamando o adiamento da empresa. Mais, requerendo ao Capitão-mor do Pará, Aires de Sousa Chichorro, que fossem suspensas, até ulterior deliberação, as providências que se tomavam para o apresto da jornada. Jácome a nada atendeu, advertindo, ainda, os ve-

readores, de que não deviam perturbar as deliberações governamentais (12).

A expedição foi aparelhada. Teixeira, vibrante, contribuiu com recursos da própria Fazenda, ajudando o Estado. Mandaram-se buscar, aos aldeamentos do Tocantins, algumas centenas de nativos. Em Belem, o assunto era a grande aventura. Daria resultado? Atingiriam Quito? Jácome de Noronha confiou a Teixeira instruções sobre a caminhada. Bento Rodrigues de Oliveira substituiu, como Mestre de Campo, no posto de coronel, o capitão Azambuja, que alegou motivos particulares para não seguir.

De Belem, Teixeira seguiu para Cametá, onde concluiu os preparativos, largando dalí para Gurupá, onde se refez e deu as ultimas demãos.

As divergências entre os cronistas, nesse capítulo, são grandes. Para uns, a partida da expedição deve ser dada como de Cametá. Outros, a minoria, preferem Gurupá.

A outra divergência refere-se ao total dos que compuseram a armada, inclusive as embarcações. Ao que se apura da leitura das crônicas logo posteriores ao feito, foram, a princípio, em número de 16 canoas, de 20 remos cada, conduzindo 70 soldados portugueses, cerca de 1.000 frecheiros amigos. Com os reforços que foram chegando, em breve eram 47 canoas, 1.200 frecheiros que, com as respectivas mulheres e filhos, nativos de serviço, 4 soldados espanhóis, dos 6 que tinham baixado com os 2 franciscanos, Frei Domingos de Brieba, que voltava como guia, um capelão, capuchinho Agostinho das Chagas, do convento de Santo Antônio, de Belem, 3 oficiais subalternos, um ajudante, 2 sargentos, um almoxarife e um escrivão, perfaziam mais de 2.000 pessoas.

Jácome, em regimento que de certo entregou a Teixeira, fixou o que pretendia, desde o trato do gentio às condições de navegabilidade do rio, reconhecimento das riquezas da hinterlândia, etc.

A subida do rio não ofereceu surprezas perigosas. A viagem correu calma, sem choques com a gentilidade das margens, anotando-se, em obediência às ordens de Jácome, todas as peculia-

⁽¹²⁾ Baena. Compêndio das Eras, pág. 41.

ridades regionais. Tudo ia sendo observado cuidadosamente. Até as condições da passagem de Óbidos, que pareceu desde então um sítio magnífico para a fortificação que deveria garantir o domínio naqueles fundões.

O cansaço, o desânimo, talvez a incerteza de um fim próximo. após quatro meses comecaram a dominar, a vencer os mais faceis. Era natural. Os mantimentos mesmo já escasseavam. As deserções principiaram. As febres surgiram. O nervosismo, prenunciante de próxima indisciplina, foi observado. Teixeira não era homem que cedesse ao primeiro embaraço. Ardiloso, fez constar que vinha perto a conclusão dos padecimentos, visto que Quito estava a ser alcançada. E para dar maior significação ao que se propalava, enviou adiante, a 27 de fevereiro de 1638, numa flotilha de 8 canoas, conduzindo os hesitantes, com Frei Domingos de Brieba, o coronel Bento de Oliveira, tido e havido como sertanista completo. "O Mestre de Campo, adiantando-se, teve o cuidado de deixar os sinais de sua passagem, com indicações preciosas e víveres, num zelo que o recomendava sem causar surpresa porque era conhecida de sobra a sua atividade, o seu patriotismo, a sua ciência perfeita da vida do sertão, de onde era filho. Maneiroso, falando a lingua geral, o que lhe servia de chave nas aldeias, o coronel Bento de Oliveira não encontrava embaracos. Tomando-lhe a derrota tracada. Pedro Teixeira animava os companheiros, incitando-os a alcançar o Mestre de Campo. No encontro do Napo com o Aguarico, lugar provavel do assassínio de Juan de Palácios, deixou a maioria da tropa, sob os olhares vigilantes de Pedro da Costa Favela, no propósito de, ao regressar, ali fundar uma cidade. Adiante, na povoação de Paiamino, refez-se das fadigas. A cidade de Baeca, depois de 50 dias de caminhada áspera, hospedou-os por 8 dias, cumulando-o de gentilezas. Lá recebeu, em cartas, os cumprimentos do Presidente da Real Audiência de Quito, do Bispo e outras autoridades eclesiásticas. No povoado de Pupas, a 5 léguas de Quito, reuniuse ao coronel Bento de Oliveira". "A meia légua da atual capital equatoriana, teve estrondosa recepção. Um cortejo acompanhou-o por entre as mais vivas demonstrações de carinho, à sede da Real Audiência. Organizaram-se festas, corridas de cavalos, touradas, em homenagem aos indômitos sertanistas".

"O piloto Bento da Costa traçara um plano do Amazonas e ditara a narrativa da aventura. Apensos à carta do Presidente da Audiência dando conhecimento da empresa, foram dirigidos ao Vice-rei em Lima, Conde de Chichon, D. Luiz Jerônimo Fernandez de Cabrera. Este, a 10 de novembro, ouvidas as pessoas de responsabilidade da capital, ordenou que Pedro Teixeira regressasse urgentemente a Belem, suficientemente provido de alimento e material de guerra, afim de impedir qualquer projeto holandês com relação ao Perú, pela via fluvial que ficava aberta. O Vice-rei ordenou, ao mesmo tempo, que acompanhassem Teixeira duas pessoas de confiança levando a incumbência de conhecer o caminho e na Espanha descrevê-lo fielmente ao Conselho das Indias" (13).

As ordens religiosas, em Quito, rixaram. Todas se candidatavam à missão estabelecida pelo Vice-rei. Alegavam direitos, serviços, um mundo de credenciais. A Real Audiência encerrou o incidente escolhendo, de acordo com o Provincial dos Jesuitas, frei Cristovão de Acuna e frei André de Arieda. Ambos expressões de cultura, com bons serviços à Companhia, portanto, ao Império de Espanha, à Fé e ao Estado.

Teixeira afeiçoara-se aos Mercenários. Pediu e obteve autorização para que alguns o acompanhassem, no regresso, afim de fundar convento em Belem. Foram eles Afonso Aruego, Diogo da Conceição, João da Mercê e Pedro de Santa Maria y de la Rua Cirne.

"A baixada começou a 10 de fevereiro de 1639. Tomando o Napo, na embocadura do Aguarico, Pedro Teixeira fez pousada. Era lá o acampamento de Pedro da Costa Favela. As pazes com os "Encabellados" já não estavam respeitadas. O desassossego no lugar tomava vulto. Pedro da Costa Favela, para garantia de seus comandados, assinalava em sangue e fogo a sua presença de disciplinador, passando pelas armas os "Encabellados" que pudera agarrar e incendiando-lhes os aldeamentos. Pedro Tei-

⁽¹³⁾ Artur Cesar Ferreira Reis. Ob. cit., pág. 36.

xeira castigou os culpados, aprovando, com tamanha decisão, o procedimento de seu oficial subordinado. E passando a executar determinações expressas do regimento de Jácome Raimundo de Noronha, enquanto os seus homens e nativos se entregavam à construção de montarias novas, fundou a povoação de Franciscana, a 16 de agosto. com toda solenidade" (14).

Contestaram mais tarde, os espanhóis, que a fundação tivesse ocorrido. Teixeira fora habil. Fizera lavrar uma ata do sucedido, registada depois ao Senado da Câmara de Belem, ata minuciosa, em que se declarava a fundação realizada em nome de Felipe IV, para a coroa de Portugal. Só? Não. Teixeira fez constar da ata, mais, que a povoação assinalava, na bacia amazônica, o limite entre as coroas de Espanha e de Portugal, à época submetidas à mesma casa reinante. Teixeira era um bom português. Seguramente, olhava o futuro. A independência se faria e Portugal, naquele trecho da América, teria alí os seus extremos. A ata, para inteira legalidade, recebeu a assinatura de quantos assistiram o ato, inclusive os religiosos espanhóis (15).

"Daí, prosseguiu em demanda de Belem. Teve novos encontros com tribus, melhores noções a respeito delas e dos afluentes do Amazonas, maiores facilidades já na navegação. Frei Cristobal D'Acuna, recolhendo, pacientemente, todos os informes que catava, ia organizando os materiais de que se serviria para, num livro famoso, dizer à Europa daquele paraiso terreal.

"A expedição alcançou Belem a 12 de dezembro de 1639, sem grandes custos. Na subida, até Quito, somavam-se doze meses; na baixada, apenas dez, num cômputo geral, entre ida e volta, de dois anos e dois meses.

"Os padres mercenários ficaram em Belem, estabelecendo uma casa para a Ordem.

"Pedro Teixeira e os jesuitas dirigiram-se a São Luiz. Jácome Raimundo de Noronha não governava mais. Era seu substituto Bento Maciel Parente, que acolheu os viajores com demonstra-

⁽¹⁴⁾ Artur Cesar Ferreira Reis. Ob. cít., pág. 37.

⁽¹⁵⁾ Berredo divulgou-a nos Anais. La Condamine viu-a em Belem, no Arquivo Governamental.

ções fidalgas. A população, esquecida dos protestos de hostilidade à jornada, tambem lhes cumulou de manifestações.

"Pedro Teixeira recebeu, como recompensa aos serviços prestados, o título de Capitão-mor do Grão-Pará.

"Frei Cristovão de Acuna partiu para Madrí. Perante o Conselho das Índias, em requerimentos, mostrou exuberantemente as vantagens e a necessidade da colonização da bacia portentosa, providência de que Felipe IV não devia descurar-se para glória de seus dilatados domínios. Escreveu, após, o "Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas", editado na capital espanhola em 1641, livro de sucesso, trazendo detalhes curiosos da terra e do homem da Amazônia" (16). Livro de miudo registo das riquezas acumuladas no vale, naturalmente apresentadas em relevo que toca, não poucas vezes, o exagero.

A política de sigilo com relação às colônias na América, seguida em Portugal desde a fase das descobertas marítimas, tambem vinha sendo adotada por Espanha. Receava-se a cubiça das outras nações, a tentarem concorrência sobre o Novo Mundo. O Nuevo Descubrimiento, noticiando pormenorizadamente o valor da Amazônia, seria perigoso, podendo aguçar as pretensões dos estrangeiros. A edição, por ordem do governo, foi suprimida, salvando-se menos de uma duzia de volumes. Um exemplar, contudo, serviria, anos mais tarde, para a crônica do Conte de Pagan, — "Relation Historique et Geographique de la grande Revière des Amazones, dans l'Amerique", París, 1655, que seria apresentada a Mazarino no intuito de atraí-lo a uma aventura colonial na Amazônia.

Os cronistas espanhóis, de então em diante, por seu lado, alguns até sencerimoniosamente, dela se aproveitariam para gostosos capítulos de suas relações histórico-geográficas das Índias de Castela.

Outro membro da expedição, Maurício de Heriarte, de quem falamos atrás, observador interessante e entusiasta dos aspetos da jangla, tambem daria um panorama da região percorrida, na "Descrição" atrás referida. Sobre a subida, alem do noticiário.

⁽¹⁶⁾ Artur Cesar Ferreira Reis. Ob. cit., pág. 38.

de carater oficial, de autoria do piloto Bento da Costa, teríamos mais uma curiosa "Relacion del Descubrimiento del Rio de las Amazonas", segundo as pesquisas do sábio americanista Jimenez de la Espada, da autoria do padre Alonso de Rojas, da Companhia de Jesús, professor da Universidade de Quito, homem de preclaras virtudes morais e mentais. A "Relacion" vale como descrição da Amazônia, com detidas referências às suas condições fisiográficas e à sua população indígena, tendo sido fonte a Frei Cristovão para a sua famosa obra sobre a aventura. Sobre a descida, escreviam curiosas "Relacion" os franciscanos Domingos de Brieba e Joseph Maldonado.

* * *

Portugal recobraria a autonomia política em 1640. A jornada de Pedro Teixeira trouxera resultados ao novo Reino?

E' unânime a opinião dos historiadores na exaltação das consequências da jornada. Artur Viana, para citar um, gravou estes períodos: "A importância desta viagem influenciou largamente a colonização, abrindo-lhe extensas vias de comunicação num solo ubérrimo e virgem; depois de tal empresa os portugueses que, até 1638, não tinham passado do Tapajós, expandiram-se pelo médio e alto Amazonas e seus afluentes" (17).

De fato. Uma centena de sertanistas, compondo "tropas de resgates", buscando as drogas do sertão, atendendo a fortes imperativos econômicos (18), lançou-se, daí por diante, ao rumo de oeste, encontrando os missionários espanhóis que desciam de Quito. Pelo Tapajós, pelo Madeira, pelo Urubú, pelo Negro, pelo Solimões, pelo Japurá, pelo Maranon, tão arrojados como os bandeirantes de São Paulo, como os criadores de gado do nor-

⁽¹⁷⁾ Artur Viana, "Notícia Histórica" in "O Pará em 1900". Belem, 1900, pág. 219.

⁽¹⁸⁾ Roberto Simonsen na "História Econômica do Brasil", 2.º volume, capítulo "Os fundamentos econômicos da ocupação do Amazonas", examinou abundante e seguramente o carater, a natureza desses imperativos. Sem reconhecer-se nesses fundamentos os imperativos que moveram o sertanista e a Côrte, é impossível compreender em toda sua realidade o espetáculo grandioso que foi a incorporação do vale do extremo-norte à coroa de Portugal.

deste, os nossos sertanistas, trabucando contra o gentio, entestando armas com o espanhol, que repeliram em mais de um encontro, provocando pedidos de providências das autoridades do Vice-Reinado do Perú, alarmadas com o avanço que realizavamos, devassaram a hinterlândia. Galgaram cachoeiras, ligaram-nos, pelo Cassiquiarí, à Capitania General de Venezuela, e pelo Madeira, ao Mato Grosso. Em pleno século XVIII, no Tocantins-Araguaia, quase terçavam armas contra paulistas que preavam nativos amigos. Consequências de natureza política, portanto, de natureza geográfica, igualmente, com o reconhecimento da região, que de então em diante passou a ser fixada, nas suas intimidades com mais fidelidade.

Pedro Teixeira, com a sua façanha, daria margem às conquistas diplomáticas de Alexandre de Gusmão, o negociador do Tratado de 1750.

* * *

Sem Francisco Fernandes, aquele esquecido soldado português, que convenceu os Franciscanos à descida até Belem; sem fácome Raimundo de Noronha, que não cedera às instâncias dos povos de Belem e de São Luiz; sem a cooperação sincera de seus companheiros, como Bento de Oliveira, teria sido possível levar a efeito a grande jornada?

Foi assim a miraculosa aventura de Pedro Teixeira pelas águas do Rio-Rei.

CONTRACTOR CONTRACTOR

NO RUMO DE OESTE

O Tratado de Tordezillas criara, para Portugal, uma situação de inferioridade no Novo Mundo. Porque quase tudo ficara reconhecido como de Espanha. Só a nesga entre Belem e Laguna, nos cálculos de geógrafos e estadistas, era de direito portuguesa. A bacia amazônica. quase incalculavel, ficara, assim, no domínio daquela como parte integrante das "Gobernaciones", de Pizarro, de D. Pedro de Mendoza, concedida em "Capitulaciones", de 13 de fevereiro de 1544, sob o pomposo nome de "Nueva Andaluzia", a Francisco de Orellana; incluida, finalmente, em 1552, 1568 e 1569 nos territórios de que o Rei de Espanha fez mercê a Jerônimo de Aguaio, Diego Hernandez de Serpa, Pedro Malavar de Silva e Juan Ortiz de Zarate (1).

Assim reconhecida, conquanto as primeiras explorações da portentosa arteria, no estuário, no Atlântico, se devam a navegantes portugueses, conforme a declaração insofismavel dos próprios espanhóis, foram estes que a devassaram no século I da conquista da América, percorrendo-a em sua maior extensão, vindos de Oeste, partidos do Perú com Orellana, Ursua e Lopo de Aguirre.

Depois, porem, quando da incorporação das terras que marginam a grande corrente fluvial e respectivos afluentes, foi Portugal, com o homem que nascera no Norte do Brasil, o mameluco

⁽¹⁾ Enrique de Gandia, "Limites de las Governaciones Sud Americanas en el siglo XVI", Buenos Aires, 1933.

de Pernambuco e do Maranhão, foi Portugal que realizou o feito de maior vulto.

Espanha não se descuidara. E' que de 1560 a 1640 a Ibéria estava ligada politicamente por uma só casa real, a dos Áustrias. As duas patrias, tão distintas na direção, tão autônomas no gênio e nas raizes, não tinham mais limites. A monarquia era agora uma só. E como o português se tivesse fixado, em 1616, quase à boca do Amazonas com o fortim do Presepe, com Belem, avançando, logo a seguir, pela hinterlândia, para Oeste, rumando para o Norte, pelo litoral, em luta sem tréguas contra o inglês, contra o holandês, estes dois de mãos dadas para o abocanhamento da região, Felipe IV de Espanha e III de Portugal, sem constrangimento, uma vez que tudo agora era da monarquia absoluta dos Austrias, notemos com insistência, entregou-lhe a conquista, o povoamento do vale. Era o reconhecimento tácito da experiência que o português já adquirira naquele pedaço do continente durante cerca de trinta anos, em encontros fragorosos, terçando armas contra o adversário vindo de Holanda e da Britânia, página bri-Ihante que escrevemos pelo denodo de grandes capitães, pela fé romana, pelo Estado a que serviam e que os animava aos grandes feitos.

Em 1637-1639, com a entrada de Pedro Teixeira, um soldado bandeirante que precisa ser imortalizado no bronze nos Estados da Amazônia, ficou inteiramente aberto à ocupação portuguêsa o que na aventura imortal fora reconhecido, com tanto heroismo, para as bandas de Oeste, até Quito. Por esse instante, Teixeira fundou o povoado de Franciscana, na confluência do Napo com o Coca; fundou, porem, para Portugal, na coroa espanhola. E para que mais tarde não houvesse dúvidas, fez lavrar ata, bem clara, positivando o fato, ata que recebeu a assinatura dos presentes, entre eles os espanhóis que as autoridades do Perú enviavam para a baixada a Belem. Obra habil de um diplomata?

Teixeira, com a visão de um fino político, estabelecera alí os extremos orientais de Portugal nos trópicos. Tudo era da monarquia espanhola, é certo; da confluência do Coca, no Napo, para Oeste, pertencendo ao Vice-reinado do Perú; dalí para Leste, porem, ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em

São Luiz, território consequentemente bem de Portugal. Quando se tirasse da dominação espanhola, Portugal teria lá seus contérminos na bacia.

* * *

Depois de Teixeira, o nosso sertanista, saindo de São Luiz, Belem, de Cametá, principiou a internação alem do Tapajós, onde fora contido pela hostilidade dos Tapajós, nação indígena que se distinguia pelo impeto bravio e sentido artístico manifestado na cerâmica preciosa que trabalhava. Vencido o obstáculo, indiferente a quanto perigo se lhe ofereceu, combatido pelo meio geográfico a que em breve se afeicoou, foi varando quanto rio se lhe deparou trazendo aguas para o Amazonas. Não encontrou embaraços que o fizessem estacar. Avançou, sem idílios com os nativos, como tem parecido aos que observam apressadamente a caminhada, triunfando sobre ele, que se apresentava aquí e alí tentando cortar-lhe o passo. Realizou, nesse sertanejar, um ciclo de bandeirismo, o ciclo amazônico, a que era movido e que se caracterizou pela caça ao indio e pela extração das chamadas "drogas do sertão", que constituiam as especiarias do vale. Estas representavam-se no cacau, nativo e abundante, no cravo, salsaparrilha, canela, essências medicinais, baunilha, copaiba e outras espécies vegetais. Ciclo histórico, assim, de profundas raizes econômicas.

A Metrópole, impressionada com os desastres que marcavam a hora do Império na Índia, de onde já lhe chegava escassamente e em meio às maiores dificuldades toda aquela riqueza natural que movimentava a economia do Reino, voltava-se agora para o vale amazônico, de onde lhe noticiava sensacionalmente a respeito da abundância de sucedâneos da produção nativa do Oriente e outros vários artigos de comércio. Daí, a política de exploração imediata da região, que poderia vir a ser uma nova Índia (2). Cartas régias, alvarás, decisões do Conselho Ultramarino, instruções especiais aos governadores, desceram de Lisboa, do segundo quartel do século XVII em diante, no sentido de efetuar-se a procura

⁽²⁾ Jayme Cortesão, no capítulo sobre "A integração do território do Brasil", no vol. 6, pág. 706, da "História de Portugal" dirigida por Damião Peres, Barcellos, 1934.

intensa das especiarias e de cultura delas, sob a orientação, ajuda e patrocínio do Estado.

Maurício de Heriarte, escrevendo na sexta década do século XVII sua famosa e preciosa "Descripção do Estado do Maranhão, Pará, Gorupá e Rio das Amazonas", falara da abundância, alí, de cacau, salsaparrilha e canela. Natural que o sertanista, aos incentivos oficiais, aos favores do Estado, à sua própria vocação mercantil, para lá se dirigisse a satisfazer a curiosidade e os instintos.

Quanto ao bugre, Heriarte descrevera a hinterlândia amazônica, aqueles mundos interiores, como povoados por verdadeiras multidões de indígenas: "Tenho contado o que no grandioso rio das Amazonas, e mais rios se inclue, advertindo que não disse mais que das terras, que pelas ourellas delle se veem, athé oito ou dez legoas pela terra dentro que se falara das innumeraveis que ha nestes sertões, tão povoadas de barbaros, de infinitas e diversas castas e naçoens, fora nunca acabar pois nellas se podem estabelecer novos imperios".

Contra ele, em consequência, se atirou o sertanista. Apesar de cartas régias, de ordens especiais e muito claras proclamando-lhe a liberdade, o sertanista caçava-o para utilizá-lo nas feitorias comerciais, nos sítios agrícolas, nos trabalhos domésticos de São Luiz, de Belem, de outros pontos do Estado.

Tão impiedosa, nesse ciclo, a penetração, que em 1745, no vale do Rio Branco, a tropa de resgates encabeçada de certo pelo mais famoso bandeirante da época, Francisco Xavier de Morais, a serviço de Lourenço Belfort, creso irlandês que mantinha, no Mearim, grandes estabelecimentos de cultura do algodão e era o iniciador, com êxito assinalavel, da criação e aproveitamento industrial do bicho da seda na América Portuguesa, arrebanhava, sob a égide da lei, interpretada a jeito e para servir os interesses particulares do potentado, apenas 1336 nativos, arrolados num "Livro de Registo" que se guarda sob n. 1.110 na secção de manuscritos do Arquivo Público de Belem.

Com o sertanista, caminhava tambem o Missionário católico. Em 1657, no Rio Negro, já havia um aldeamento localizado entre os Tarumás. Por obra e graça de Antônio Vieira, que então organizava as missões da Companhia de Jesús no extremo-norte. Cumpre notar, desde logo, todavia, que os espanhóis do Perú, de Quito, não se tinham deixado imobilizados de todo. Atirando-se pelo desconhecido, na busca do El Dourado, procuraram tambem a Amazônia, sem obter o resultado desejado. Sem avizinhar-se, mesmo, muito do trecho do Coca ao Atlântico. De tal sorte mal sucedidos, é preciso ter sempre em mente, que em breve abandonaram a tarefa, então confiada ao civilizador religioso, ao Inaciano.

Certos autores, autorizados no que escrevem, um deles Calogeras, pensam que a cordilheira andina, áspera, dificil de transpor, foi razão precípua desse mirrado da façanha do conquistador espanhol.

Não há negar, esse e aquele outro motivo devem ter pesado, pesado muito, se não esquecermos o ôusio do homem que Espanha mandou à América, homem sem medo, memorado pelo Orbe todo, um forte que os poetas imortalizaram em versos vibrantes. O leitor não estará que só motivos muito importantes explicariam esse amolecimento na Amazônia, que o espanhol já penetrara em jornadas de sangue e de bravura com Orellana e Ursua?

Espanha, a essa altura, recordemos, tinha começado a dificultar, a proibir mesmo a penetração da hinterlândia. Estava passando o período heróico das jornadas ousadas. Era preciso poupar a gente, mais util na ocupação permanente da terra. As perdas de vida causavam séria preocupação. A política a seguir deveria orientar-se por um sentido mais humano, mais utilitário, mais imediato. De conquistador, o espanhol precisava transformar-se em colonizador. As Ordens Religiosas, cooperando com as autoridades, ficaram, por isso, com os encargos de que se procurava desobrigar o elemento civil.

Guiado por Samuel Fritz, que teria, mais tarde, o título de "Apóstolo do Amazonas" (3), jesuita nascido na Boêmia, fidalgo, herói da fé no Novo Mundo, viera, então o Inaciano, senhor daquela vastidão indescritivel, acalmar o nativo, incorporando a terra e o homem que a possuia aos domínios de Espanha. Até o Rio Negro, entre 1686 e 1710, a catequese esteve em progresso.

⁽³⁾ João Lúcio de Azevedo. "Os jesuitas no Grão-Pará", pág. 218. Lisboa, 1901.

As populações nativas — Ibanomas, Cambebas, que trabalhavam o leite da seringueira, Jurimaguas, Cuchivaros, Aisures, Cocamas, Panos, cederam na impetuosidade que os lançava uns contra os outros. Fundaram-se núcleos que prosperaram e de onde se originaram as atuais cidades amazonenses de Fonte Boa, Tefé, Coarí e São Paulo de Olivença. Samuel Fritz, que levantou o primeiro mapa do vale, era a alma da atuação generosa do Missionário. As Missões de Mainas, como se chamaram, eram uma esplêndida demonstração das excelências da obra a cargo da Companhia de Jesús a serviço de Espanha. Começava talvez a criar-se sob as ardências equatoriais um novo Paraguai?...

Durante esse período, assinalou-se, porem, a presença do sertanista luso-brasileiro, que entestava com o loiolano de outro Reino, ameaçando-o, arrebanhando-lhe o catecúmeno, em empresa de vida e morte; aquele por Espanha, este pelo Portugal das conquistas e navegações pelas aguas do Rio-Rei.

"Igarités", "montarias", "cobertas", em verdadeiras flotilhas, fiscalizadas no fortim do Gurupá, fazendo parada entre os "Tupinambaranas", registadas em Belem, autorizadas ou não pelas autoridades, levando a vigilança, muita vez, do religioso, ao arrepio da corrente cortaram as aguas barrentas do Amazonas e afluentes, atingindo o Solimões.

Quem teria chegado primeiro? Fomos os primeiros, entre os "Cambebas", em pleno Solimões, episódio descrito por Felipe de Bettendorf na "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesús no Estado do Maranhão", obra folhuda em dados para a história do extremo-norte do Brasil. Ano de 1671.

Permitida desde 1663 a realização dos resgates, tinham partido para o "Certam das Amazonas", algumas tropas. A que ia comandada pelo cabo Manuel Coelho abriu caminho. Quinze anos, portanto, antes da chegada de Fritz, que viera para atender aos reclamos da bugrada, que se afirmava violentada pelas incursões aterradoras dos portugueses (4).

A seguir, foi o cabo Francisco Lopes, entre 1673 e 1674, atingindo tambem o Solimões, os "Cambebas", com tanta afoiteza,

⁽⁴⁾ Crônica citada, Revista cit., pág. 24.

incomodando tanto, desassossegando de tal maneira que o Vice-rei do Perú, Conde de Castelar, reclamou à Metrópole providências. Treze anos antes de Fritz (5).

A façanha da penetração prosseguindo, vamos encontrar, nos "Diários" de Samuel Fritz, divulgados em Espanha sob o título de "Notícias Autênticas", nos livros dos próprios cronistas espanhóis da época, abundantes referências nominais, algumas detalhadas, a esse nosso empenho de domínio do trecho que vai do Rio Negro ao Napo. E que prova melhor que os protestos do próprio Samuel Fritz, contidos no "Memorial" de reclamação, apresentado em Belem, em 1689, ao Capitão-General Artur de Sá de Meneses contra a investida portuguesa?

Ouçamos, entretanto, para maior segurança, a palavra do grande missionário em carta dirigida a Diego Francisco Altamirano, Visitador da Província em Quito:

"Meu Padre Visitador. Nesta carta dou conta a V. Revdma. e a toda nossa Provincia do que tenho feito des que voltei da Corte de Lima. Foi no anno de 1693 que desci para cá, com intento de transferir as principaes aldeas de nossos conversos para a terra firme e onde ficassem immunes das grandes cheias do Marañon. Trazia tambem a idéa de construir egrejas e casas mais espaçosas.

Comecei pela de S. Joaquim, com alguma repugnancia, porém, de sem moradores, pois muitos delles receiam viver na terra firme, por esta estar cortada de diversos caminhos pelos quaes costumam descer indios ferozes que habitam nas mattas e desejosos sempre de matar os Omaguas. Apesar disso transferi S. Joaquim para a terra de Caumarys, junto ao rio, em sitio alto e adaptado para construir egrejas e casas. A estes Omaguas agreguei algumas familias da tribo dos Pevas que viviam no rio Chiquita e vieram agora pedir a minha protecção, perseguidos como se encontravam dos

⁽⁵⁾ Crônica, pág. 321. Cópia na secção de manuscritos do Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Vol. 175 — 5203-940

seus inimigos, os Caumarys. Passei tambem os Omaquas de Yoaivaté á terra de Mayorunas e os Ameiuaté á dos Curiñas fundando duas aldeas novas sob a invocação de N. Senhora de Guadalupe e de S. Paulo a outra. A estas duas aldeas, como tambem á de S. Joaquim, vão pouco a pouco se juntando os indios esparsos pelas diversas ilhas circumvisinhas. Emquanto eu estava entretido na fundação e doutrina destes tres povoados, recebi notícia de que os Portuguezes já haviam subido até a aldea dos Jurimaguas e ainda mais para cima 30 leguas pela provincia dos Omaguas até o povodo Uaté, commerciando e resgatando indios. Logo que pude desci a ver onde elles se encontravam. Sahi de S. Joaquim a 24 de Fevereiro de 1695, passando de largo por diversos povoados a toda pressa e caminhando até de noite. A 14 de Março chequei a N. S. das Neves dos Yurimaguas; quatro dias antes os Portuguezes haviam já descido pelo rio, com cacáo e alguns escravos. Disse-me o cacique que elles tinham ido aborrecidos, ameaçando voltar em breve para levar prisioneiro a todos os Yurimaguas e Aizures, visto se terem recusado a lhes dar os filhos e não permittir resgatar os prisioneiros de guerra. Quanto aos filhos responderam que o Padre (referiam-se a mim) se havia de enojar com essa dadiva e que elles só obedeciam a mim e a mais ninguem. Quanto aos prisioneiros responderam tambem que já não faziam mais guerras aos outros e que todos eram de paz, com prohibição expressa minha de renovar as ditas guerras. Como estes indios só reconhecem a minha autoridade. por que nunca viram nem governador nem hespanhol, a não ser eu, a todas ás perguntas e ameaças dos portugueses, citavam sempre o meo nome, pelo que o Capitão delles já enfadado disse ao Cacique que este rio não era meu e sim do Morobisava (assim as chamam ao Governador portuguez) e que voltaria outra vez para amaral-os a todos por ordem delle. Tal é a grande estimação e confiança que têm estes indios a seo Padre e se persuadem que só elles são bastante para fazer frente a todos os portuguezes"....

Na mesma occasião um Cacique Yurimaguas do povoado Macuaya que subira para me ver, queixou-se me de que o Capitão Antonio Miranda, com quem eu sahira do Pará, ao voltar com seus soldados fez uma entrada ao rio Yupurá, matando-lhe um filho com um balaço, e carregando com algumas mulheres; a qual noticia me deu o Cacique dos Ibanomas de outras entradas que fez o mesmo Capitão aos Yurimaquas e aos Ibanomas, capturando muita gente. Os segundos resistiram invocando o meo nome e foram emfim soltos. Fez uma terceira entrada a um riacho chamado Cuarv em que mataram muita gente, sendo que á restante conduziram-na captiva. Esse Cacique me pediu uma carta para o Governador solicitando deste prohibir a seus soldados usar de similhantes violencias. Dei-lha, parece! porém, que não produzirá effeito.

"Do meu Diario do anno de 1696, extraio o seguinte: Em Fevereiro estando a me prevenir de missionar mais para cima, aportaram a S Joaquim uns indios Yurimaguas, que nos enviava o seu Cacique rogando com muita insistencia que fosse vel-os; os portuguezes tinham reapparecido outra vez, procurando cacáo e escravos, com receio, aliás bem justificado de que com effeito fossem aprisionados, tanto mais que o Cacique tinha as ferramentas que os portuguezes offereciam em troca de escravos, dizendo que os tinha prohibido uma negociação tão injusta. Promptamente accedi ao chamado que me fazia, mesmo para não perder a confiança em mim depositada. Chequei outra vez á Nossa Se-

nhora das Neves no dia 5 de Março e encontrei tres indios Taroma do rio Negro, enviados pelo seu Cacique a visitar os filhos do Padre como elles chamavam aos meus indios e tambem a mim. Disseram-me que continuavam satisfeitos da concordia que eu havia promovido entre elles quando subí do Pará. Tres jornadas mais abaixo de Nossa Senhora das Neves, avistei enfim um portuguez de nome Francisco Souza, homem muito pacifico; assegurou-me que sua intenção era beneficiar apenas um pouco de cacáo e me jurava não aggravar a nenhum dos indios. Assim o fez, com toda a lealdade. Na mesma occasião communicou-me elle algumas noticias que a serem exatas, não parecem de bom agouro para mim. Depois que deixei o Pará o Rei de Portugal prohibio terminantemente as tropas de resgates. Só é permittido o captiveiro dos indios que injustamente e sem ser provocados matem algum portuguez. Para obviar a falta de bracos tinha S. M. ordenado o transporte de escravos da Guiné e a sua venda a precos baratos. Tambem me disse o mesmo Francisco Souza que se tinha feito nova divisão das Missões até o rio Negro; os Padres da nossa Companhia occupariam as aldeas da banda do Sul até o rio da Madeira; pela banda do Norte ficariam os Capuchinhos, os Mercenarios e os Carmelitas' (6).

A expansão de Portugal, que realizávamos no vale, era uma realidade confessada pelos adversários. Seria continuada? Seria contida?

Procurando acautelar seus interesses, a Metrópole lusa fez proceder, em 1695, a rigoroso inquérito na região. O capitão Antônio de Miranda e Noronha, o mesmo a que se referia Fritz na correspondência que acabamos de ler, em julho, sisudamente, indiferente às alegações do missionário, ouviu testemunha, de or-

⁽⁶⁾ Cópia na secção de manuscritos do I.G.H. do Amazonas.

dem do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, nos próprios estabelecimentos do jesuita (7).

Dois anos decorridos, realizava-se a posse solene daquele trecho, pelo capitão José Antunes da Fonseca, que se amparava em um destacamento militar, posse tomada em presença do Provincial dos Carmelitas, frei Manuel da Esperança, e em virtude da Carta Régia de 6 de fevereiro de 1696 e deliberação de 20 de dezembro de 1695, do Couselho Ultramarino, este agindo de acordo com o parecer de Gomes Freire de Andrade, ambos a opinarem pela imediata ocupação da terra e entrega dos aldeamentos nativos a missionários portugueses (8).

O Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que a esse tempo visitava a hinterlândia, por ordem régia, para verificar da atuação perigosa que holandeses e espanhóis desenvolviam nos mundos americanos. amazônicos, de D. Pedro II, promovera a providência, entregando os encargos de catequese à Ordem Carmelitana que já com evidente sucesso operava no rio Negro (9).

Pouco antes desses sucessos, segundo o padre Bettendorf, um Carmelita, de volta do rio Negro, fizera saber em Belem que as populações amerindias do Solimões solicitavam os carinhos dos nossos catequistas. A intervenção dos Carmelitas seria, em consequência, bem recebida.

Samuel Fritz e seus companheiros não se detiveram porem com o contratempo. Regressaram às suas atividades. Pelo que em 12 de novembro de 1697, em parecer, o Conselho Ultramarino e a 10 de dezembro em Carta Régia ao Governador do Estado determinavam a captura do Inaciano, baixando ordens para que

⁽⁷⁾ Carta de Miranda, de 25 de maio, divulgada por J. Nabuco no vol. I dos Anexos à primeira memória do Brasil no pleito de limites com a Guiana Brasileira.

⁽⁸⁾ Cunha Rivara, "Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Ibarense", tomo I, pág. 78, Lisboa, 1850; Joaquim Nabuco, obr. cit., págs. 12 e 14; Rodolfo Garcia, "O Diário do Padre Samuel Fritz", "Revista do I. H. G. Brasileiro", tomo 81, pág. 364, Rio, 1918; Artur C. F. Reis, "História do Amazonas", cap. sobre "A catequese espanhola — Fritz", Manaus, 1931.

⁽⁹⁾ Carta de Coelho de Carvalho, de 20 de julho de 1697, enderecada ao Rei, divulgada por Nabuco, obr. cit., pág. 14.

se adiantassem as missões no rumo do Napo, onde Pedro Teixeira marcara os limites das colônias de Portugal e Espanha, determinações repetidas em Carta Régia de 10 de dezembro de 1697 ao Provincial dos Carmelitas (10).

Essas missões não foram, apesar de tão repetidas ordens do Reino, adiantadas naquela direção. Inexplicavelmente. E Fritz, que fora substituido desde 1704, nas obrigações missionárias por João Batista Sana, retornou ao Solimões. Frei Vitoriano Pimentel, Provincial do Carmo no Maranhão, entre 1705 e 1706 procurou dissuadí-lo, diligenciando intensamente. Praticou o gentio, pacificando a região e obtendo do Missionário castelhano a promessa de não se entregar à santa tarefa nos sertões do rei de Portugal (11).

Com relação à ocupação, com o povoamento regular e a presença da autoridade civil encarregada da disciplina política, essa não se processou imediatamente. Ao Carmelita caberia a tarefa inicial, defendendo a soberania lusitana, nucleando o nativo, substituindo, na benemerência, junto ao gentio, o jesuita espanhol.

Quanto ao sertanista, não esmoreceu na internação. Fibra rija, as necessidades da região impunham-lhe a penetração para a preia do gentio que se escondia pelo alto sertão fugindo à caça que lhe davam. Montando "caiçaras", currais de nativos presados nas guerras justas ou nos resgates, mais famoso entre todos Eucherio Ribeiro, que se tornou um prático habilíssimo da navegação do Japurá, de onde desciam as maiores partidas de indígenas, os sertanistas promoveram intenso comércio amoroso com a mulher nativa. Era o cruzamento livre, que a política próxima de Pombal e Mendonça Furtado tornaria oficial, miscigenação que nos dias atuais tantos louvores recebe de quantos examinam as nosass mais velhas origens sociais, mas cruzamento que, ao tempo, não mereceu o aplauso governamental (12).

⁽¹⁰⁾ O parecer do Conselho vem em Nabuco, obr. cit., pág. 17. As duas Cartas Régias, em Rivara, obr. cit., pág. 81.

⁽¹¹⁾ Carta régia a Fr. Vitoriano, de agradecimento, Rivara, obr. cit., pág. 99.

⁽¹²⁾ Carta de Mendonça Furtado a D. José I. divulgada nos Anais da B. e A. P. do Pará", vol. 3, pág. 198, Belem, 1904.

A Carta Régia de 20 de março de 1708 trouxe instruções para a definitiva incorporação do Solimões à coroa portuguesa (13). No ano seguinte, o capitão Inácio Correia de Oliveira intimou e pôs fora os jesuitas espanhóis. A partida parecia jogada em paz. Ilusão.

D. Luiz Iturbide, Governador de Quito, vingou a afronta dos portugueses, fazendo que os seus soldados invadissem espetaculosamente o Solimões, incendiando os povoados, aprisionando os nossos. Tão espetaculosa a façanha que, lavrados os competentes autos, endereçaram-se a Madrid pedidos de recompensa para D. Luiz que merecia os agradecimentos da mãe pátria.

Em resposta ao ousio espanhol, Cristovão da Costa Freire determinou a expulsão dos intrusos. O capitão José Antunes da Fonseca, impetuosamente, cumpriu as ordens. O Solimões ficou definitivamente integrado aos domínios lusos. O Estado do Maranhão e Grão-Pará estendia-se agora, pela força das armas, até o Javarí.

Em 5 de outubro de 1716, por isso, em provisão ao Governador da Metrópole pedia-se: "uma relação do Rio das Amazonas, e das distâncias em que ficam as Missões assim da cidade de Belem do Grão-Pará, como de Quito; e que declare se há alguma demarcação feita natural ou ajustada por posse ou fato, por onde se separem os domínios de nossa parte e da de Castela" (14).

Seis anos decorridos, governando João da Maia da Gama, que se destacou no cenário histórico da Amazônia colonial pela luta em que se houve contra a Companhia de Jesús a propósito da escravização do gentio, projetou-se a ereção de casa forte no Napo para garantia da soberania portuguesa que mui justamente se deveria estender até aquele rio como o assinalara Pedro Teixeira. Aprovada a proposta pelo Conselho Ultramarino em decisão de 2 de dezembro de 1722, não a executou o Governador Maia da Gama nem seu sucessor imediato (15).

⁽¹³⁾ Rivara, "Catálogo", cit., pág. 104.

⁽¹⁴⁾ Rivara, obr. cit., pág. 120.

⁽¹⁵⁾ Nabuco, obr. cit., pág. 33.

O avanço sertanista, embora sem a garantia da fortificação, não enfraqueceu. Maia da Gama mesmo expediu várias "tropas de resgates" que se adiantaram pelo alto sertão, atingindo os Cambebas, na direção do Marañon.

Até 1730, nos "Diários" e nas "Crônicas" jesuíticas referentes à conquista religiosa e política do Amazonas pelos espanhóis, nos vários diplomas que se guardam nos arquivos de Espanha, relacionados não faz muito por Pedro Souto Maior (16), está amplamente registada essa nossa constante dilatação. Demonstração vivíssima, no fim de contas, da intrepidez de nossa gente, dominada pelo espírito bandeirante, pelas mais palpitantes cogitações de ordem econômica. De tal sorte prejudicial aos interesses de Espanha, essa incursão, que alem de várias epístolas levando reclamações, em 31 de agosto de 1731, Juan Batista Julian, Superior das Missões espanholas no Marañon endereçara um protesto a Belem, contestando a argumentação que lhe fizera, por um próprio, o Governador Alexandre de Sousa Freire.

Já em 5 de abril fora remetida para Lisboa uma informação sobre o assunto (17), Sousa Freire, diante agora do protesto, que envolvia uma ameaça, endereçou resposta segura, expressiva, a Julian, expondo-lhe novamente as razões que militavam na causa portuguesa.

Belchior Mendes de Morais, sertanista que acabava de cobrirse de glórias na campanha que levara a efeito contra Ajuricaba, o caudilho dos Manaus, do Rio Negro, foi o portador da epístola. Um regimento dava-lhe poderes e instruções especiais para tratar com o espanhol. Este solicitara a presença de uma autoridade portuguesa que verificasse dos abusos cometidos pelos sertanistas e se certificasse que a missão dos Jesuitas não demorava em território de D. João V. Belchior ia satisfazer-lhe a vontade.

Sousa Freire fora informado, pelo portador da carta do loiolano, de que se lavrava ouro nos distritos litigiosos, onde tambem havia abundância de canela, estando os moradores de Arqui-

^{(16) &}quot;Revista do Instituto H. G. Brasileiro", tomo 81, Rio, 1918.

⁽¹⁷⁾ Carta de Sousa Freire, nos "Anais da B. A. P. do Pará, tomo 5, pág. 392, Belem, 1906.

dona e Borja empenhados em abrir comércio com Belem, trocando prata pelos nossos gêneros. Belchior recebeu, por isso, instruções para apurar o fundamento de todas essas notícias, restabelecer as aldeias de Portugal até o Napo e examinar a possibilidade da construção da casa forte naquele rio (18).

Não levantou o cabo-diplomata, de pronto, a casa forte, às alegações de Julian, mas após o inquérito a que procedeu, vencendo dificuldades de toda monta, inclusive a falta quase absoluta de ajuda por parte dos religiosos de S. Inácio a serviço de Portugal, cantou nova posse solene, repetindo o episódio de Pedro Teixeira (19).

Em Lisboa, a nova causou alegria. D. João V, tomando conhecimento do fato, a 1 de abril de 1732 pediu maiores esclarecimentos, mandando proceder "a uma averiguação cautelosa sobre a entrada de missionários castelhanos nos domínios portugueses" (20). E a 31 de março de 1734, determinou que se procurasse "conservar a posse e uso do certão que pertence a esta Coroa, e não consentindo que os Castelhanos estabelleção alguma aldea nas terras do nosso continente" (21).

Alexandre de Sousa Freire, já substituido por José da Serra, foi ouvido no Reino. Ofereceu considerações longas, concluindo por mostrar a conveniência das relações comerciais com os espanhóis pela via amazônica, como já lembrar ao tempo de sua governança o analista das coisas do Estado, o famoso Bernardo Pereira de Berredo, concluindo por mostrar a necessidade de medidas políticas e militares para a devida e completa incorporação do trecho que se estende pelo Solimões até o Napo à coroa lusitana. José da Serra era por um plano amplo de ação que incluia a defesa da região, com uma poderosa fortaleza, guarnecida por

⁽¹⁸⁾ Carta de Sousa Freire, Anais citds. tomo 5, pág. 392.

⁽¹⁹⁾ Baena, "Compêndio das Eras", pág. 215, Pará, 1838; Artur C. F. Reis, obr. cit., pág. 62; Carta de Alexandre de Sousa Freire ao padre Julião e informações do mesmo ao Rei, ambas divulgadas nos "Anais da B. P. do Pará", tomo 7, págs. 245 e 248, Belem, 1910; petição de Belchior Mendes, Anais citados, tomo 6, pág. 141.

⁽²⁰⁾ Anais citds., tomo 5, pág. 391.

^{(21) &}quot;Anais da B. P. do Pará", tomo 7, pág. 244.

algumas centenas de soldados (22). O Conselho Ultramarino, consultado quando das solicitações de Maia da Gama, dera parecer idêntico, opinando, porem, que esses elementos militares fossem recrutados nas ilhas, de certo imaginando o aproveitamento de tal gente na colonização intensa como depois se fez (23). E a Carta Régia de 25 de março de 1722 mandara já abrir comércio com Quito (24).

Em 1735, José da Serra tinha oportunidade de agir na defesa dos interesses de sua pátria. Os Jesuitas de Julian, descendo o Marañon, fundaram a missão de Pebas, Santo Inácio de Pebas, no lugar chamado Chiquita. José da Serra intimou-os a abandonar a posição. Por uma informação prestada em 1766 a Joaquim Tinoco Valente, que então governava a Capitania de São José do Rio Negro, atualmente o Estado do Amazonas, por Frei João de São Jerônimo, pároco de São Paulo de Olivença, sabemos que "pedirão os P. P. dous annos p.ª atirar do logar e levalla p.ª cima da toca do Rio Napo; o que nunca fizerão" (25).

No ano anterior, o governador espanhol das províncias limítrofes, D. Dionicio y Herrera, dirigira-se, em carta, a Serra, a propósito ainda da entrada oficial de Belchior.

Não conhecemos o teor da nota espanhola. Na resposta, o Governador do Maranhão e Grão-Pará disse :

"Mui Sr. meu. Em Oitubro recebi a carta com q. V. S.ª me tinha favorecido em 31 de Janeiro do anno passado; porq. logo que no antecedente cheguei de Portugal a render o General Alex. de Souza Freire, tive noticia da missão do Sargento Mór Belchior Mendes de Moraes, ao Rio Napo, o mandei recolher, não tive o merecimento de poder fazerlo agora em obsequio da sincera e polida representação q. contra elle me faz V. S.ª na dita carta.

Como ella não pode deixar de sair da mão de hum cavallero mui cheio de honra, e de fidelidade...

(23) Nabuco, obr. cit., pág. 35. (24) Anais citados, tomo I, pág. 196.

^{(22) &}quot;Anais" citados, pág. 248.

⁽²⁵⁾ Documento na secção de manuscritos do I. G. H. do Amazonas.

o... do Seu Augusto Soberano q. eu respeito infinitamente eu confesso a V. S.ª a enveja com que lhe fico de não saber-lhe escrever semelhante carta; porque ainda que todo o....... dar no q. se fingir interesse da nação e direito de...... eu sou da opinião de V. S.ª em que nenhum o deve fazer por sua cabeça somente e sem instrucçoens expressas é esta maxima q. deve ser geral para todo o General q. he homem de bem, se deve fazer especial entre nós; cujos Augustos amos pela feliz alliança de 1728, se achão hoje restituidos a aquelles antigos e saudosos vinculos de amizade, q. huma pouca ambição veio desterrar de ambas as Monarchias a 150 annos.

Executadas as providências tão cordialmente prometidas?

A 21 de maio de 1737, vinha de Lisboa a Antônio Duarte,
que desde 20 de março de 1736, por morte de José da Serra

⁽²⁶⁾ Documento na secção de manuscritos do I.G.H. do Amazonas.

estava, como Capitão-mor do Pará, à testa da governança do Estado, esta Carta Régia :

"Dom João, etc.

Faço. Saber a voz Governador e Capitão General do Estado do Maranhão q. o Capitão mór do Pará me deu conta em carta de dezanove de Septembro do anno passado em como tivera noticia pellos Missionarios do Rio dos Solimoens e São Paulo q. os castellanos q. habitão dos nossos marcos para sima, os tem passado para a nossa parte, fazendo huma povoação, por cujo respeito mandara certificarse se era verdade indo a esta diligencia hum alferes de infantaria com hum sargento, o qual fora já em outra ocasião reconhecer a cituação dos nossos marcos, levando ordem para q. sendo certa a noticia, viesse a toda a pressa a darlhe avizo para prover dos remedios q. lhe fosse possivel. Me pareceu ordenarvos informeis com vosso parecer, dando logo a providencia q. entenderes ser mais conveniente a meu Serviço. El Rey nosso Senhor o mandou pellos Doutores João de Souza e Alexandre Metello de Souza e Menezes, Conselheiros do Seo Conselho Ultramarino e sepassou por duas vias. Bernardo Felix da Silva a fez em Lisboa a vinte e hum de Mayo de mil setecentos e trinta è sete" (27).

O cumprimento desta ordem régia não deve ter cabido mais a Antônio Duarte. Porque a 18 de setembro de 1937 assumia a governança do Estado João de Abreu Castelo Branco, que recebia de Juan Batista Julian e Carlos Brentano, missionários de Maynas, um pedido de providências no sentido de não ser enviada contra aquelas posições de Espanha no vale Amazônico a expedição que lhes constara se estar a armar em Belem. No pedido, alegavam direitos de Sua Majestade o soberano espanhol sobre

⁽²⁷⁾ Códice 872 da secção de manuscritos da Biblioteca Pública do Pará.

os territórios em que operavam, protestando contra a expansão que Carmelitas e sertanistas realizavam para a coroa portuguesa.

Refutando as reflexões dos missionários contrários, Castelo Branco negou a existência de preparativos militares contra as missões do Marañon. Quanto aos direitos que alegavam na qualidade de procuradores naturais de Espanha, não os considerava com fundamento. A linha de Tordesilhas, em que se firmavam, não vigorava mais. A expansão que realizáramos vencendo o concorrente holandês e inglês dava-nos razões fortes para a caminhada no rumo de oeste. A argumentação do Governador é cerrada, ilustrada pela referência e discussão de toda a política internacional de Portugal e abundante excursão pelos fastos lusitanos no extremo-norte. Encerrando-a, escreveu, cheio de ironia:

"Mas eu com grande dezejo de que me acceitem a palavra, me attrevo a fazer a VV. RR. huma mais ampla offerta, e he que não pertendendo VV. RR. augmentar dominios temporaes como verdadeiros seguidores de Christo, cujo reino não era deste mundo, e devendo o mesmo mundo estar patente para pregação do Evangelho a todas as criaturas delle, não somente consentirei, que VV. RR. estendão as suas doutrinas até as muralhas do Pará, mas lhe franquearei as portas assegurando-lhes nesta cidade toda a veneração, e respeito devido a VV. RR. Deos guarde a V. Reverendissima muitos annos. Pará 18 de Novembro de 1737".

A expedição realmente se não levou a efeito, mas a 15 de abril de 1739, outra Carta Régia dispunha a respeito desse assunto de fronteiras na Amazônia:

"Dom João, etc. Faço Saber a vos João de Abreu Castello Branco, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão q. se vio a vossa carta de vinte e nove de Septembro do anno passado, sobre a conta q. me havieis dado o anno passado das duvidas q. se of-

ferecerão a respeito dos Limites entre os meos dominios e os de Castella, e como depois de partidos os navios averiguareis q. não lavra mais novidade que a do estabelecimento de huma nova missão q. fundarão os Padres da Companhia ha seis para sette annos no Rio Chiquita e da nossa parte seadiantara o estabelecimento de outra Aldea dos Padres do Carmo mais assima da de São Paulo dous ou tres dias de viagem, vos não parecera divieis fazer nesta materia mais operação alguma que responder aos ditos Padres Jesuitas Castelhanos a carta de que me remetteste a copea. Me pareceo dizervos que sevos louva mais o grande accerto com que vos houvestes nesta materia, recommendandovos avizeis toda a novidade q. nella houver declarando do modo possivel a distancia e rumos em que ficam as nossas ultimas Aldeas e as Castelhanas que com ellas confinam assim entre sy como a respeito do Grão Pará. El Rey Nosso Senhor omandou pello Doutor Thomé Gomez Moreyra e Martinho de Mendonça de Pinna e de Proença, Concellos, do Seo Concelho Ultramarino e sepassou por duas vias. Manoel Pedro de Macedo Ribeiro a fez em Lisboa Occidal. a dezouto de Abril de mil setecentos e trinta e nove" (28).

De um lado, o nosso sertanista, tendo consigo o trabalho disciplinado, patriótico, dos Carmelitas, que não esmoreciam; de outro, o espanhol, representado pelo Jesuita. Era a batalha na selva pela conquista de um mundo admiravel que se desvendava como das partes mais cheias de exotismo. Portugal andara habilmente confiando naquelas paragens à Ordem Carmelitana o cometimento de pacificação. Porque o Jesuita talvez se não sentisse à vontade para conter o espanhol, que era jesuita tambem (29).

⁽²⁸⁾ Códice 874 da Biblioteca Pública Paraense.

⁽²⁹⁾ A atuação dos Carmelitas, de cuja história no vale amazônico ninguem se ocupou ainda em escrever, foi verdadeiramente admiravel. De

Talando o Solimões e o Marañon, o nosso sertanista esqueceu muita vez que o Carmelita missionava pela causa portuguesa, não se fartando de escravos, passando por cima da legislação, penetrando violentamente nos aldeamentos que aqueles mantinham por ordem real. Ainda em 1732, o maranhense Gregório de Morais Rego praticava desconcertos, amparado na conivência do jesuita português Lucas Xavier, dando margem à denúncia que contra ambos apresentou o Carmelita Joseph de Payva, a cujo zelo estavam confiadas, há três anos, as populações indígenas do vale do Japurá, que traz águas para o Solimões (30).

Na "História do Amazonas", escrevemos que a nossa gente, animada do espírito de alargamento da colônia no rumo de oeste, não tendo encontrado grandes óbices a vencer, prosseguiu na marcha até o segundo quartel do século XVIII. Não tenho por que reformar a afirmativa. "Nos Arquivos de Espanha", memória em que Souto Maior reuniu o fruto de suas investigações nos depósitos de material histórico daquele país ibérico, encontramos referências a um informe com data de 1741, da autoria do jesuita Maria Mangiere, "sobre la internacion de portugueses por la colonia del Gran-Pará y extorciones que han hecho en differentes tiempos" (31).

Carmelitas e Jesuitas continuavam rixando, cada um a defender os interesses de seu Rei. Na informação prestada por frei João de S. Jerônimo, a que atrás fizemos referência, há estes períodos elucidativos:

"No anno de 1749 sendo eu missionario desta povoação ententaram os ditos PP, fundarem outra povoação abayxo da Xiquita, e me mandarão cumprimentar

certo não se apresenta com o mesmo tom heróico dos jesuitas. Mesmo assim, deu ao martirológio, missionário, no Solimões, oito nomes, entre eles Antônio de Andrade e Matias Diniz. Seus aldeamentos conheceram grande progresso. Encheram de encanto a La Condamine. E para tudo quanto realizaram, no Solimões e no Rio Negro, não receberam ajudas financeiras do Estado, donde uma petição do Prior do convento que mantinham em Belem, alegando os serviços da Ordem para a obtenção de recursos que minguavam dia a dia com o aumento dos encargos.

⁽³⁰⁾ Anais da Biblioteca Paraense, tomo 6, pág. 133.

⁽³¹⁾ Revista do I.H.G. Brasileiro, tomo 81, pág. 62.

Não houve, na contenda, propriamente, vencedores nem vencidos. Porque a nossa expansão alem Javarí não encontrou, por fim, apoio da Metrópole, como as tentativas dos Jesuitas a serviço de Espanha acabaram tambem por não receber aprovação de Madrid. O Tratado de 1750, o Tratado de 1777, deram-nos por limite o Javarí, negando, dest'arte, o esforço, como que esquecendo inteiramente o esforço de nosso sertanista. Ao longo do Solimões, destacamentos militares montaram guarda à soberania portuguesa, com a casa forte de Tabatinga e o posto militar de São José do Javarí, onde, por ordem real, os Jesuitas portugueses, apesar do quanto se esforçaram para não chegar até lá, merecendo fortes censuras do Reino (32), erigiram missão que viria a ser vila, escolhida para sede do governo da Capitania de São José do Rio Negro.

Durante todo esse período de atuação sertanista, a Metrópole portuguesa não seguiu uma política de tibiezas, de hesitações. Se instruiu, por vezes, para que se evitassem incidentes com o espanhol, seguindo com cautela para o oeste, era constante, como

⁽³²⁾ Correspondência trocada entre o governador Mendonça Furtado e o Vice-Provincial da Companhia em Belem, códice 585 da B. A. P. do Pará. Carta Régia de 3 de março de 1755, códice 1087 da referida Biblioteca.

vimos, a Carta Régia determinando a continuação da caminhada, num aplauso aberto à façanha do sertanista que ia prear o gentio, buscar as especiarias, incorporando ao patrimônio do Estado as novas extensões territoriais que foi reconhecendo.

No Arquivo Público do Pará, há abundante e variada documentação do que afirmamos e serviu para ilustrar este ensaio. Nos "Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará", estão divulgadas copiosas e interessantes peças coloniais que evidenciam a nossa tese. Joaquim Nabuco, nos volumes de provas com que ilustrou e fundamentou as suas monumentais razões de defesa dos nossos direitos no pleito com a Inglaterra, a propósito da Guiana, divulgou uma série de providências que fortificam as nossas conclusões.

A Carta Régia de 31 de março de 1734, por exemplo, ao governador José da Serra, com os documentos que a acompanham, principalmente a informação prestada a El Rei, em 18 de fevereiro de 1734 (33), pelo Governador Sousa Freire, é um índice delicioso dessa política a que nos vimos referindo e um diploma em que se encerra o quadro exato da atividade espantosa dos nossos administradores coloniais e do incessante sertanejar que caracterizou o brasileiro de XVII e XVIII.

Há períodos alí que não deixam margem a ilusões sobre essa movimentação. São positivos como estes: "Ainda que o Sargento-mor Belchior Mendes de Morais não levasse consigo grande poder de tropa, porque não ia fazer guerra, mas a evitar dúvidas, cortando as ocasiões dela com a certeza do distrito tudo requerido pelo mesmo Missionário referido, se acaso lhe fossem necessários mais soldados que os que o acompanharam, havia tanta gente nossa nos sertões das mesmas Amazonas que lhe não seria dificil agregá-la para a sua consumação".

Em decidida concordância com a atitude da Corte, naturalmente a enxergar as coisas da América não pelas conveniências e realidades da Europa, mas em expressiva inteligência do ambiente humano, dos problemas de toda ordem do Novo Mundo, os governantes despachados para administrar a Amazônia com-

⁽³³⁾ Anais da B. A. do Pará, tomo 7, pág. 244. Vol. 175 — 5203-940

portaram-se à altura das necessidades do vale, compreendendo de pronto os seus mais graves aspectos. A fila é grande, mas brilhante. Quase toda iluminada pela preocupação de engrandecer. pela conquista, a América Portuguesa nestas paragens.

Destaquem-se, todavia, pelos feitos mais enérgicos, por gestos mais decididos nesse particular, as figuras simpáticas de Rui Vaz de Siqueira, dos Coelho de Carvalho, Guedes Aranha, Artur de Sá de Meneses, Hilário de Sousa de Azevedo, Cristovão da Costa Freire, José da Serra, João de Abreu Castelo Branco, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Manuel Bernardo de Melo e Castro, Ataide Teive, João Pereira Caldas, Francisco de Sousa Coutinho, José Narciso de Magalhães de Meneses, homens que se não arracearam na obra ingente de expansão, antes a corporificaram, tornando-se credores da nossa admiração.

Quase um século depois daquele trabalho memoravel dos sertanistas, soldados e religiosos, continuamos a expansão. Já éramos o Brasil que ingressara no concerto dos povos livres. Levamos, então, àquelas latitudes a nossa contribuição civilizadora extraordinária; descoberta de produtos naturais, as novas especiarias do século XIX, navegação a vapor, povoamento, etc. E num livro interessantíssimo, o mais notavel ainda em nossos dias, sobre o extenso pedaço de terra sul americana, o "Dicionário Topográfico do Departamento de Loreto", escrito pelo sabedor ilustre das coisas do vale, João Wilkens de Matos, Barão de Mariuá, Presidente da Província do Amazonas no período de 1868-1870, traçamos o retrato fiel daquela Amazônia que não é brasileira.

LA CONDAMINE NA AMAZÔNIA

Charles Marie de la Condamine foi um benemérito súdito de Luis XV que. a serviço da ciência, pela quarta década do século XVIII visitou a Amazônia, ao sabor das águas do Río-Rei.

Da Academia de Ciências de París, tocou o Novo Mundo com mais outros companheiros, entre eles o desventurado Goddin de Odonais, integrando uma comissão para o fim de medir o arco do meridiano, confirmando ou não as conclusões de Newton e de Huygens acerca da configuração da terra. No Equador, cumprira-se a missão, após aventuras de algum modo dolorosas, tendo por colaboradores os famosos oficiais da marinha espanhola Jorge Juan e Antônio de Ulloa, que nos deram aquele primoroso retrato, aquele sensacional retrato do mundo sul-americano, as "Notícias Secretas de América", que tão grande reboliço provocariam e sobre cuja autenticidade Rafael Altamira lança dúvidas em seus cursos sobre as coisas da formação hispano-americana na Universidade de Madrí (1).

Depois, viera a curiosidade de baixar pela massa fluvial "qui passe avec raison pour la plus grande reviere du monde". Era o sabor do inédito. Já o Vice-Reinado do Perú constituira um capítulo de emoção. Agora a peregrinação pela selva equatorial, de onde vinha tanto mistério, sobre que se afirmava tanta curiosidade, traria motivos mais interessantes que a Europa, toda interessada no exotismo desses pedaços que estavam sendo revelados, de certo apreciaria.

^{(1) &}quot;La Huella de Espana en America", Madrid, 1934, pág. 101-106.

Tomando contato com a terra e o homem das Américas espanhola e portuguesa, La Condamine surpreendeu-os na intimidade, podendo sentí-los e compreendê-los como os sentiu e compreendeu.

A política de Espanha e Portugal vinha sendo rigorista para com o ádvena estrangeiro. A porta fechada era o regime em vigor. E havia lá suas razões. Se outros povos da Europa porfiavam na concorrência com a Ibéria sobre a ocupação do Novo Mundo... Qualquer aventura, consequentemente, de um outro europeu que não os seus nacionais, no de que elas se faziam senhoras zelosas esconderia perigos. Para com La Condamine, todavia, romperase com a política. Correra, sobre a orientação das duas pátrias, um fio de liberalismo. E ao invés do exclusivismo, a entrada larga, folgada, cercada de garantias, de franquias quase escandalosas.

La Condamine, assim tratado, portou-se dignamente. O que viu de mau descreveu sem rigores berrantes. O que lhe pareceu bom, mereceu-lhe o registo cheio de simpatias. Repetindo a façanha de Orellana, desceu de Quito à boca do rio.

Anotando os aspectos físicos da terra novíssima, Samuel Fritz, loiano a serviço de Espanha, riscara, nos começos do século, o primeiro mapa da grande artéria. Risco, naturalmente, com falhas: enganos e erros, muitos deles bem graudos. Muito naturalmente até esses enganos e erros. Pois se Fritz não era um técnico e, à época, não havia noção segura do vale, que estava sendo descoberto, palmilhado, vencido nos seus segredos, noção que permitisse obra menos imperfeita...

La Condamine, servindo-se da carta do Jesuita, tentando retificá-la, fixando certos detalhes, traçou novo plano. Menos imperfeito, é certo, mas ainda sem os rigores técnicos que se faziam necessários.

No Solimões, visitou as missões dos Carmelitas, que lhe pareceram superiores, sob certos aspectos, às dos Jesuitas de Maynas, no Perú: "Le commerce avec le Pará donne à ces Indiennes & à leurs Missionaires un air d'aisance, qui distingue au premier coup d'oeil les Missions Portugaises, des Missions Castillanes du haut

du Marañon, dans lequelles tout se ressent de l'impossibilité où sont les Missionaires de la Couronne de l'Espagne de se fournir d'aucune des commodités de la vie, n'ayant aucune commerce avec les Portugais leurs voisins, en descendant le Fleuve; & tirant tout de Quito où à peine envoient'ils sont plus separés par la Cordeliere, qu'ils ne le seraient par une mer de mille lieues".

Logo em São Paulo de Olivença, a primeira das missões dos Carmelitas, "nous commençâmes à voir aulieu de maissons & d'Eglises de roseaux, des chapelles & des presbytères de maçonerie, de terre & de brique, & des murailes blanchies proprement. Nous fumes encore agréablement surpris, de voir au milieu de ces déserte des chemises de toile de Bretagne à toutes les femmes Indiennes, des coffres avec des ferrues & des clefs de fer dans leurs ménages, d'y trouver des aiguilles, de petite miroires, des couteaux, des ciseaux, des peignes, & divers autres petits meubles d'Europe que les Indiennes se procurrent tous les ans au Pará dans les voyages qu'ils y font pour y porter le Cacao qu'ils recuillent sans culture sur les bords du Fleuve".

Anotara, então, o uso pelos Cambebas, de artefatos trabalhados com o leite da seringueira: "La résine appellée Cahuchu dans les Pays de la Province de Quito voisines de la Mer. est aussi fort commune sur les bords du Maranon. & sert aux mêmes usages. Quand elle est fraîche, on lui donne avec des moules la forme qu'on veut; elle est impenetrable à la pluie mais ce qui la rend plus remarquable, c'est la grande elasticité. On en fait des bouteilles qui ne sont pas fragiles, des bottes creuses qui s'applatissent quand on les presse, & qui dés qu'elles ne sont plus gênées, reprennent leur primiere figure. Les Portugais du Para ont appris des Omaguas á faire avec la meme matiere des pompes ou seringues qui n'ont pas besoin de piston : elles ont la forme de poires creuses, percées d'un petit trou à leur extremité ou ils adaptent une canule. On les remplit d'eau, & en les pressant, lorsqu'elles sont pleines, elles sont l'effet d'une seringue ordinaire. Ce mouble est fort en usage chez les Omaguas".

Frei Manuel da Esperança, religioso Carmelita que se radicara no Solimões, prestando relevantíssimos serviços à causa de Portugal na luta contra o espanhol, que porfiava em apossar-se daquele trecho do domínio de Portugal, anotara antes de La Condamine essa utilização do leite da seringueira. Mas a palavra de La Condamine é que daria renome ao produto que marcaria, pelas décadas adiantes, a fisionomia econômica da região.

De Coarí, tambem missão dos Carmelitas, o cientista dirigirase a João de Abreu Castelo Branco, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em carta de que nos resta a cópia em péssimo português:

> "Meu Sr. meu. A noticia das illustres prendas que adornão a V. Exa. adquerido por vós publica que quanto sehá levado e confirmado avista da descretissima carta de V. Exa. ao Pe. vizitador da Comp. que ha chegado as minhas mãons bastara para animarme apedir a V. Exa. hũ favor afee de estrangeiro que se acha tão distante da Sua Patria, ao que me faltarão as recommendaçõens de meu Soberano e de Sua Magestade Portugueza em cuja forsa com mais confiança posso esperar que V. Exa. se Sirva remetter hu proprio com brevidade possivel a incluza ao Sr. Governador de Cayena que vay aberta para que seinteire V. Exa. do seu contexto oque espero daqui a poucos dias constituirme con viva vós Servidor de V. Exa. antecipo este proprio receoso de alguma detença por falta que pode offerecerse de avizos para quetenha lugar de receber a resposta no Pará antes que sayão os Navios para Lisboa, e ordens que espero da minha Corte por mão do Governador de Cayena, en Sua conformidade passar a nossas collonias, o embarcarme em as Nãos Portuguezas pedindo dadeligencia expreço, e poder eu lograr tão bôa occazião para restituirme a minha patria, espero o favor de V. Exa. que procurará abreviar o termino de meu desterro que por impensados e susesivos acidentes seha dilatado aoito annos, e entretanto possa repetir a V. Exa. as graças pesso a Ds. G.de a

vida e Saude ms. anns. Coari. de Agosto 14 de Agosto de 1743.

De V. Exa.

Mtos. annos seu rendo. Servidor D. Carlos de Lacondamine.

Quero a satisfação do proprio aprecio que V. Exa. puzer logo que chegar a essa cidade" (2).

Em Gurupá, onde chegou a 9 de setembro de 1743, teve, durante a tosca praça de guerra, que recordava a ação contra o holandês nos inícios da conquista do vale, o capitão José de Sousa de Meneses Melo, que recebera de Belem ordens expressivas para a acolhida ao cientista francês e se apressara em providenciar para que nada faltasse ao recomendado de seus superiores (3). Pre-

(3) Carta do Capitão Meneses Melo ao Capitão-mor do Pará; Códice citado: — "Sr. Sargento mór comde. João de Almeida da Matta.

Recebi hūa de vmce. escripta em 27 de Agosto em premr.º lugar os seis mil que disse avmce. que bayia depagar Gregorio Roiz. Sanctos era porque elle mesmo levava ad.º Rapariga que vmce. dis estar no Corp da Gd. ecomo eu aentreguei a Mel. de Moraes..... seja od.º Gregorio Roiz. Sanctos dezobrigado.

Recebi a Polvora de S. Magestade não sey semechegara aos festejos academicos de todo tirarei ce tidoens. oMeu Capittam de Infantr. e foi para baixo contra todas as ordens de S. Magestade dizendome que não obedecia aprovoissez o que mostrarei por escripto, isto mesmo pertendo queichar a S. Magestade, estou vendo que ainda hade ser louvado este seu procedi-

⁽²⁾ Códice 587, Reinado de D. João V. 1740-1750, do Arquivo Público do Pará.

Recebi hūa de vmce. escrita em 27 de Agosto em premr.º lugar os examinar todas as canoas que dehoje endiante por esta l'ort. a passar seLevão bixigas ou fevres, fazendo comprir atodos na forma que vmce. me ordena, e da mesma Sorte heide por a execução as mais que vmce. metem mandado contra as todas as pessoas, espero que ante de mt.º tempo remeter avmce. hua rodada só por desmentir aopinião de meus contrarios cambollos que diagem que eu falto as ordens do Illmo. Sr., que meparece que hade vir apremr." aque eu falte porque contra mim qd.º mos vem opponho aexecução. Aqui me chega trecr.º avizo por José Roiz. Rego em como estão chegando nos Pauxis os ditos academicos espero nesta Fort." athé Sabbado que Secontão Seis do corrente as publicarão as grandezas com que heide tratar já desde agora confesso avmce. não heide consentir que veijão tal castello, que não quero mevejão comcapacidade dehua moralha que seacha com mais de quinze brassos cahidos, para o que tenho já requerido por tres vezes os aprestos necessr.º, enunca disso se fez cauzo nem semedeo Resposta não sey porque Serve os matriais de Sua Magestade aprodecendo nos Armazens mais isto menão emporta.

ocupava-se o brioso capitão de Sua Majestade com as condições do fortim, para o que estava na disposição de impedir que o estrangeiro chegasse a vê-lo: "não quero que vejão a encapacidade de huma moralha que seacha com mais de quinze brassos cahidos para que tenho já requerido por tres vezes os aprestos necessarios e nunca disso se fez cauzo nem se deu resposta não sey porque serve os materiaes de Sua Magestade apodrecendo nos Armazens mais me não importa" (4).

De outro lado agoniava-se porque o capitão de infantaria do forte, seu subordinado, num gesto de pouca cordialidade e de pouca disciplina, principalmente em hora tão delicada para os bons créditos da Monarquia Portuguesa, abalara em direção à capital, "contra todas as ordens de S. Magestade, dizendome que não obedecia a provisoens" (5). E para cúmulo da inquietação, esse capitão era quem entendia francês...

Apesar de todas essas dificuldades, salvara a artilharia. O poviléu viera à rua a palmear o viajor e companheiros. Solenidade no Hospício que os Jesuitas mantinham no lugarejo, a crescer sob a proteção do fortim, que os portugueses tinham levantado entre os Mariocaí em substituição à posição de que se tinham valido os herejes de Holanda. A visita ao estabelecimento militar, já se vê,

mento sendo tão precizo nesta occazião por ser Lingua Franceza, Capittam de Infanteria Sr. seme offeresse dizer mais avmce. cuja pessoa Gde. DE. ms. ann.ª &.

Offeresseme mais dizer avmce. antes de fechar esta mechega nesta hora hū avizo que tinha posto nos Pauxis emque já vem a Cam.º, e me escreverão, eme remetem as duas incluzas as quaes vão abertas que assim me remeterão para eu ver oque ellas dizem, enão seLerão, nem seja oque ellas contem, epedem contodo o empenho a remeta logo asuas mãos oque assim faço arisca que chegando Manoel Serrão esta noite pellas tres horas neste mesmo dia odespesso com as ditas cartas do Illmo. Sr., espero com bastante razão aSatisfação que se me deve dar pello meu Capitam fazer escarne as minhas ordens como tambem de S. Magestade, inda que eu cuidara que o Illmo. e Exmo. Sr. General memande Logo recolher ahuma torre em od.º Capitam chegando aesta Fortaleza moade pagar, não Semeofferece dizer mais nesta occazião, enem a mt.º lida enque fico me dâ lugar.

Am.º mt.º criado de vmce.

José de Souza de Menezes Mello".

⁽⁴⁾ Carta referida. Códice citado.

⁽⁵⁾ Carta referida. Códice citado.

feita sob cautelas, que o comandante entendeu necessárias, num zelo mui merecedor dos agradecimentos reais, desconversando o Capitão toda vez que lhe solicitavam, os visitantes, informações sobre as condições de eficiência da praça.

Dispêndio, por fim, com todos esses atos e ajudas aos cientistas "bastantemente grandes", talvez passando dos 300\$000. Realmente, para a época, quando a moeda não estava ainda em circulação e tudo se comprovava e pagava com caroços de cacau... E' que os Acadêmicos vinham faltos de tudo. E para cumprir a vontade real, o Capitão se não se arreceara em descongestionar os cofres públicos (6).

"Chegarão aesta Fort." os Academicos D. Carlos de Lacondamine o Seu companheiro D. Pedro de Grão Messon Souto Mayor em nove do corrente mes de Setembro, aos quaes acompanhou o Cap." Manoel Maciel Parente: Aqui os tive tres dias regandome en todo conforme as ordens de V. Exa., eme paresse não faltei em couza alguma, ainda que suas pessoas meressem, ou fossem dignas de mayor aplauzos, sem embargo que a Solidão, eo agreste desta Fort." pode desculpar muita couza opovo todo pode informar a V. Exa. da Sorte con que meprostey com elles.

Com elles vem o Francisco de Mello da Cruz aogual nomeey antes de sua chegada por capittam de Infantr.*, epor minha ordem meteo, etirou Guarda, e todas as mesmas sircunstancias que devem encobrir, oqualquer Capitam asistindo todos os tres dias de guarda nam.* porta con toda a Infantr.*, e congrande Luzimt.* demt.* gente, que todos Levarão engosto, caplaudirem aos ditos Academicos por Saberem que era gosto de V. Exa., ehonra da Coroa de El Rey meu amo.

Tambem nomeey a João Gomes Pr.* Alferes desta Fortaleza oqual serve de Ajudante por minha ordem para os hir acompanhar junto com od.º Capitam nomeado, espero que V. Exa. mos remeta Logo na mesma Canoa com os mesmos Indios que levão os quaes são quazi todos escravos do Padre Fr. Maurilio; porque mandando os tirar por ordem de Sua Magestade por estas Aldeyas apennas mederão Seis Sem embargos deme dis comporem os Cabos, eamim tambem.

Noque Respeita aSua ospedagem eaviamento para aviagem não posso fazer o que V. Exa. dezejará, mas somente suprir com-aminha vontade, que aSão não hé pequena, eaelles mesmos deou por testemunhas. odyspendio foi bastantemente grande, eparesse passar de trezentos mil Reis, que aSeu tempo justificarei sem ser contestemunhas falsas desta Fortaleza, vinhão necesitados de varias couzas, que Logo me pedirão lhe suprisse com-ellas.

Tambem fis pagamento Logo aos Indios atres varas de pano cada hū.

Todo opovo oacompanhou avizitarem os Rdos. Padres deste Hospicio com mt.º luzimento e acompanhados de Infantr.ª e falando na Fortaleza fis que os não entendia, emodei deproposito, eda mesma forma aos despedimtos, que ahoras que não podessem dad.ª Fort.ª perceber couza alguma, mais que tão somente, hūa salva aentrada e aoutra aSahida com toda a Artilharia, e aqui não sedvertirão emCouza alguma, mais que não observação

⁽⁶⁾ Carta do capitão-mor ao Governador Castelo Branco, códice citado:

La Condamine receberia, da parada, uma impressão deveras agradavel: "Les trois jours de notre séjour furent une fête continuelle, & il nous traita avec une magnificence qui visoit à la profusion, & que le pays ne sembloit pas promettre. Curupa est une petite ville Portugaise, on il n'y a d'autres Indiens que les esclaves des habitants. Elle est dans une situation agréable, dans un terrein élevé, sur le bord Austral du Fleuve à huit journées au-dessus du Para".

Deixando Gurupá, que de certo lhe significaria, como os estabelecimentos militares de São José do Rio Negro, Pauxís, Tapajós, Parú, visitados antes, que Portugal se não descurava de sua segurança nos altos sertões do extremo norte de sua colônia, La Condamine seguiu para Juararí, engenho dos Jesuitas, nas proximidades de Belem. O sítio era magnífico. Receberam-no o Provincial, padre José de Sousa, e o Reitor do Colégio, padre João Ferreira. Oito dias alí esteve retido enquanto lhe preparavam, na capital da Capitania, as acomodações precisas.

Dirigindo-se ao Capitão João de Almeida da Mata, que governava na ausência do Capitão-General Castelo Branco, então em São Luiz, dissera:

"Meu Sr. meu. Havendo sabido que o Sr. Governador está aus. te desta cidade meu primeiro cuidado chegando a este engenho dos Pes. Javarari he participar avmce. m.ª chegada e solicitar aordem de vm. ce que fico esperando em outro engenho de Gorajuba.

Chego cheio de favores, e honras nunca esperadas nem imaginadas, que recebi em estes dominios de Sua Magestade Portugueza enque esperimentei que por não reconhecer limites Sua Real Magnificencia não

do Sol, porque para outra couza cuidei mt.º em devertir com algu divertimento, ouRegalos, que lhe fizecem esquesser oSeu intento eomeu todo hé fazer a V. Exa. ogosto entodo qt.º for possivel; ehé oque semeofferece dizer nesta occazião; apessoa de V. Exa., Gde. DE. muitos annos . Gurupá 11 de dezembro de 1743.

se ha deixado coroar em losterminos de meus certos merecimentos, nem em os de minha pretenção que se reduzia a solicitar passo franco em suas terras, e a gozar de Sua Real protecção; fico eternamente agradecido e obrigado com tantos beneficios sem poder corresponder minha piquinez, senão com votos para a Saude de Sua Magestade, e prosperidade de Seu Reyno e vassallos.

O mayor favor que espero de vm. ce he que por Seu meyo possamos comsiguir huma caza, em que possa com liberdade e sosego occuparme, em as observassoens Astronomicas, e experiencias Phizicas que correspondem ao cargo que levo da Real Academia; levo hú companheiro que me ajuda em minhas observaçoens, entre ambos teremos tres criados, hú branco e dous escravos. Será dobrado favor seha possibilidade que esteja a caza ou alojamento a vista do mar para mayor facilidade de certas operaçoens.

Me lizongeo com a esperança que havia sahido minha carta para o Governador de Cayena, cuja resposta me será forçoso esperar com as ordens de El Rey meu amo que me ha de participar.

Tenho grande dezejo de porme a obediencia de vmce. com vós viva, e entretanto rogo a DE. G.de a vida de vmce. ms. ans..

De Vmce. Seu mayor Servidor" (7).

"RESPOSTA DA CARTA DOS ACADÉMICOS

Sr. Dom Carlos de Lacondamine

⁽⁷⁾ Códice citado. A resposta do Capitão-mor foi a seguinte, tambem transcrita do mencionado códice :

Meu Sr. com inexplicavel gosto recebi acarta de Vmce., e aeste semeSegio agrande estimação, que faço da honra que Vmce. me premite do novas suas, sendo certo que fico conSuma inveja aoportador que é M. Am.º Pe. Reytor do Coll.º da Comp.º oqual por querer honrarme vay aos pés de Vmce Segurar-lhe o excessivo sentimento que me rezulta deonão poder acompanhar para expressar a Vmce. omt.º que estimo Asua prospera

Em Belem, a que aportou em 27 de Setembro, a acolhida foi como em Gurupá. A 13 de setembro, reunira, no palácio governamental, uma assembléia de notaveis, para saber de como proceder. El Rei dissera, a 19 de Abril de 1739, ao Capitão-General Ioão de Abreu Castelo Branco, pela mão de A. Guedes Pereira: "Havendo representado a S. M.º o consul da Nação Franceza por ordem da Sua Corte que El Rei Chrmo. desejava se permittisse licença a M. De La Condamine, Academico da Academia Real de Sciencias de Paris, para que com outros companheiros possão passar do Perú onde actualmente se achão e fazendo observações, para essa Capitania e della transportarem-se para Cayena Ordena S. M. que não só não embarasse aos ditos Academicos a viagem, que determinarão fazer pelo Rio das Amazonas athe essa capital, mas antes lhe dê V. S. todo o auxilio, e favor de que necessitam assim para a dita viagem, como para a que intentão continuar desse porto para o de Cayena; ordenando V. S. effectivamente aos seus habitantes que em qualquer parte dos dominios de El Rey onde chegarem os mesmos Academicos, sejão tratados coma a attensão que deve conciliar-lhes a alta protecção que logrão de El Rey Chmo. e a recommendação que mandou fazer das suas pessoas a El Rey

Saude felicidade digna de Seaplaudir depois dehuma tão Laboriosa jornada, efio da mesma honra, que devo avmce. meabone esta cordial expressão.

Premitame Vmce. occaziõens de Servillo que meachará com amais reverte. vontade, en toda sobornidade aos seus preceitos. DE. Gde. avmce.

muitos annos. Pará 20 de Setembro de 1743.

OMesmo portador informará avmce. de eficacia con que meempenho na deligencia das cazas, semCooperar quanto me for possivel para satisfazer, não só aexpecial recomendação de S. Magestade, e do Illm.º Exm.º Sr. General, mais tambem para con responder agradecido, agrande atenção conque vmce, meparticipa ter recebido nos dominios destes Est.º algūs obsequios, sebem que vmce, sefas acredor de todos.

Á Carta que vmce. mandou para Cayana, ainda a não remeti por estar esperando com impaciencia pello Illmo. e Exmo. Sr. General; que mepressuado escrevera ao Governador daquella Collonia; epello que respeita a Recomendação que vmce. me faz das gazetas, as não remeto porque ainda não chegarão os navios que as conduzem.

nosso Senhor, que espera execute V. S. esta sua Real Ordem com o devido cuidado e exação" (8).

À reunião tinham comparecido, alem do Sargento-Mor comandante da Capitania, João de Almeida da Mata, Timóteo Pinto da Gaia, João Pais do Amaral, Luiz Fagundes Machado, Bernardo de Almeida Morais, Francisco Ruiz.

Amaral, Machado e Gaia eram sertanistas de envergadura, Pais do Amaral aprisionara o famoso Ajuricaba, que pusera em perigo a dominação portuguesa no vale do Rio Negro; Fagundes Machado teria o nome ligado à grande empresa do reconhecimento do Madeira; Pinto da Gaia, no Tocantins, no Solimões, em missões oficiais, cumprira as obrigações de maneira rigorosa como um soldado de merecimento pouco vulgar.

Deliberara-se, diante das determinações reais e das instruções baixadas por Castelo Branco, que fizera recomendações especiais aos comandantes dos destacamentos e estabelecimentos militares da hinterlândia e superiores das Ordens Religiosas; "que era necessario logo tomar delle casas boas para os dos Academicos, e se lhe pozessem prompto tomar delle o necessario como assim se fez e se lhe encommendaram tomar humas cazas que forão do defunto o Coronel Gaspar de Siqueira Equeiroz na Rua do Convento de Nossa Sra.ª das Mercez hindo para o Convento de St. Antonio...... e tambem mandou aod. Sargento-mor Commandante avizo ao Rv.º Pe. Provincial da Comp. de Jesus que lhe mandace por prompto doze Indios para o Serviço dos dos Academicos emquanto se demorassem nesta cidade" (9).

⁽⁸⁾ Códice 665, Correspondência da Metrópole com os Gov..rnadores — 1728-1756 da secção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

^{(9).} Códice citado — Junta de 13 de setembro de 1743 sobre o que

se havia observar com os acadêmicos.

Aos 13 dias de Setembro de 1743 convocou o Sargento mór comandante desta Capitania. Praça João de Almd.ª da Matta acujo cargo seachava o Governo por abs.º do Illmo. Exmo. Sr. General hindo avezitar o Mar.ão junto no Palacio do Governo nós abaixo asinados para pôr mad.ª junto hū avizo que tivera do Capitam mór do Gurupá José de Souza de Menezes Mello decomo ficava os academicos Francezes dos Pauxis eSe tomar expediente precizo, eentre todos porpus a not.ª que o d.º Capitam mór do Gurupá dava, que estava já os academicos que esperavamos na Fortaleza dos Pauxis hua Carta aod.º Illmo. eExmo. Sr. General nomiandosse noseu a Signado

A capital paraense, à época um burgozinho que disputava a São Luiz as preferências dos Governadores do Estado do Maranhão e Grão-Pará, apresentara-se, na descrição do cientista: "une grande ville, des rues bien alignées, des maisons riantes, la plupart rebaties depuis trente ans en pierre & en moilon, des Eglises magnifiques".

A residência que lhe haviam preparado: "maison commode & richement meublée, avec un jardin d'où l'on decouvroit l'horison de la mer, & dans une situation telle que je l'avois desirée, pour la commodité de mes observations".

Voltado para suas cogitações especializadas, a 1 de novembro registava um eclipse, o primeiro que a rigor técnico se observava na região. De outro lado, aproveitando a permanência na cidade de Caldeira Castelo Branco, visitava as cercanias, colhendo material seguro para a carta geográfica que estava organizando.

A'quela hora, o vale todo se via sob terrivel ameaça. A varíola voltara a abrir-lhe clareiras enormes na população, de-

Themotio Pinto de Carvalho // Fellis Gomes de Figueiredo // Carlos Varjão Rolim // Diogo Pinto da Gaya // João Paes do Amaral // Luis Fagundes Machado // Bernardo de Almeida Moraes // Francisco Froz //

Dom Carlos de Lacondamine, eRemetendo juntamente od.º D. Carlos de Lacondamine hūa carta aberta da parte doLacre p.º od.º eExmo. Sr. General lhe remeter para Cayena, eLendosse em vos alta ad.º carta que vinha para o d.º Illmo. Exmo. Sr. General responderão todos uniformemente, avista deoutra carta tambem que aprezentei do Secretario do Est.º Ant.º Guedes Pr.º da parte de S.Magde. que Deos Guarde vinda aod.º Illmo. Exmo. Sr. General aSerca dos ditos academicos, elendo tambem em voz alta hū Cap.º dehū dos Regimentos que od.º Sr. me faz honra deixar naabs.º hindo avezitar acidade de S. Luis do Maranhão, enque dechara tambem naforma que sehade tratar aos ditos academicos, responderão todos oneformemente, que era necessario logo tomar delle cazas boas para os ditos academicos, e selhe poses se prompto todo onecesr.º como asim sefes eselhe mandarão tomar humas cazas que forão do defunto o Coronel Gaspar de Sequeiro Equeiroz na Rua do Convento de Nossa Sra. das Mcez. hindo para o Convento de St.º Ant.º enoque toca oenviar selhe aCarta p.º Cayenna que osditos academicos pedem disserão todos ahuma vos que era mt.º conveniente que seesperace pella boa vinda do d.º Illmo. Exmo. Sr. General, oqual esperamos já todas as horas einstantes porque od.º Sr. tambem quereria escrever ao Governador de Cayena e tam bem mando od.º Sargento mór Comandante avizo ao Rm.º Pe. Provincial da Comp.º de Jesus que lhe mandace por prompto doze Indios para o Serviço dos ditos academicos enqt.º se demorasem nesta Cidade; eisto aSima declarado he oque se sentou nad.º junta nod.º Palacio do Governo. eSeaSignarão todos. Bellem do Pará dia mes era aSima assignados.

vorando a gentilidade. Seriam, segundo a comunicação à Metrópole, prestada pelo Governador João de Abreu Castelo Branco, 40.000 baixas, para as quais só Belem contribuia com 7.600 vidas. A vacinação, já utilizada pelos Carmelitas no começo do século, com estupendo sucesso, não estava sendo empregada como era de esperar. Inexplicavelmente, aliás... As peças negras não sofriam os mesmos rigores que os nativos. La Condamine registava a ação benéfica da vacina, constatando-lhe o êxito. Na Europa seria uma voz a pregar-lhe as excelências. A lição experimental dos Carmelitas no vale impressionava-o fortemente.

Afinal, a 29 de dezembro, resolvidas as dificuldades que o tinham retido, seguia com destino à Guiana Francesa, com parada no Marajó, alí recebido pelos frades de Santo Antônio, que forneceram pilotos para a nova jornada em que gastou apenas... dois meses.

No Velho Mundo, La Condamine diria coisas amaveis a nosso respeito, conquanto sustentasse, no tocante a já velha, ruidosa e desagradavel contenda que vínhamos sustentando com os franceses a propósito de limites, inverdades prejudiciais aos interesses territoriais de Portugal. Louvaria abertamente a acolhida que encontrou em todos os lugares a que aportou da América Portuguesa.

Faria sensação com a "Relation Abregée dun Voyage Fait Dans L'Interieur de L'Amerique Meridionale", lida a 28 de abril de 1745 em sessão pública da Academia de Ciências, e julgada pelo Comité da sociedade "Ouvrage digne de l'impression". "Relation" onde recordaria, sem tom novelesco, a existencia das amazonas em que o sabio gaulez acreditava piamente.

A Amazônia lhe tinha parecido já um deslumbramento pelo pitoresco, pelo inédito de sua esplendorosa natureza, pela bondade particular de seus naturais.

O exotismo, a essa altura constituia a página mais saborosa das literaturas de passado secular na Europa. As notícias de La Condamine, que sentira o ambiente dos trópicos americanos, cheio de novidades palpitantes, sentira-o longamente, de certo seriam recebidas com um interesse todo especial. E assim foi.

Voltaire, pelo menos, leu-as, estimou-as e delas de certo se utilizou para as teses fisiológicas, os princípios políticos da nova era que a corrente revolucionária sonhava para a felicidade dos homens (10). La Condamine, contribuindo para o conhecimento das realidades do Novo Mundo, inscrevia-se entre aqueles legítimos intérpretes da Amazônia.

Em sua obra, riscou um panorama exato, cheio de vida, de interesse, da selva do Rio-Rei, de sua gente, da sua natureza robusta, de estradas potâmicas, de seus multiformes aspectos. Abrindo caminho à multidão de naturalistas de toda espécie que a alcançariam mais tarde, foi, irrecusavelmente, dos mais autênticos, seguros e amenos amazonólogos de sua época.



⁽¹⁰⁾ Afonso Arinos de Melo Franco — "O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa", Rio, 1932, pág. 263.

UM AVISO "QUE IMPORTOU EM GRANDE INJUSTIÇA"

Fins do século XVIII. Portugal, preocupado com as condições de seu mundo colonial, cogitava dele, examinando-lhe as realidades. Homens de ciência, despachados para o ultramar, procediam a um rigoroso inquérito, que era curiosidade de estudioso e intenção utilitária.

O Brasil, parte integrante dos restos do império que fizera a grandeza econômico-política de Portugal, a essa altura tinha suas fronteiras, com os Vice-Reinados do Perú, Nova Granada, Prata e Capitania de Venezuela, em demarcação, consequente ao tratado de S. Ildefonso, de 1777.

E um brasileiro, Alexandre Rodrigues Ferreira, que se notabilizara na Universidade de Coimbra, iluminando a galeria cultural da Mãe-Pátria, era distinguido para executar, no extremonorte da colônia na América portuguesa, a investigação, a devassa de natureza científica que determinaria por ventura a grande política a ser alí obedecida.

O que realizou, valeu-lhe, muito justamente, o título de "Hum-boldt Brasileiro".

Na Amazônia, em Mato Grosso, não se deteve um instante. Numa curiosidade assombrosa, viu tudo. Inquiriu de tudo. Classificou espécies vegetais, descreveu peixes, caracterizou as populações indígenas, traçou rigorosos quadros de economia regional, identificou a patologia do vale. Terra e homem foram sua cogitação nos anos em que se demorou cumprindo as obrigações

impostas na comissão, para que fora nomeado graças à indicação de seu velho mestre, o insigne naturalista Vandelli.

Há, porem, em sua biografia, de que se ocuparam Costa e Sá, Emílio Goeldi, Alfredo da Mata, Rodolfo Garcia e Vergílio Correia Filho, num interessante ensaio que "Brasiliana" divulgou, um tópico sobre que teem pairado dúvidas.

Martinho de Melo Castro, em nome da Rainha D. Maria I, teria, em aviso sensacional, repreendido o naturalista taxando-o de improdutivo, quase um incapaz.

Rodolfo Garcia, nos comentários cheios de erudição e segurança com que ilustrou o tomo IV da "História do Brasil", de Varnhagen, escreveu:

"Baena, Compendio das Eras, 334, refere-se ao aviso do governador do Pará, de 31 de outubro de 1787, estranhando ao dr. Alexandre Rodrigues Ferreira a demora no Rio-Negro e a negligencia no desempenho de sua commissão; esse aviso, entretanto, não é conhecido, e destôa de tudo quanto pude lêr na correspondencia official, antes e depois daquella dacta, a respeito de naturalista e da sua viagem philosophica. Se existiu, realmente, forçoso é proclamar que importou em grave injustiça", etc..

E em palestra recente, na série de grandes vultos nacionais, contestou, talvez com mais veemência, a existência do aviso registado por Varnhagen e Baena.

Realmente, considerando-se o gigantesco da obra de Rodrigues Ferreira, não era possivel compreender a existência de um documento que expressasse censura do governo ao funcionário que honrara, como poucos, a commissão de que fora incumbido.

A injustiça, flagrante.

Demais, ainda em 18 de janeiro de 1784, em carta ao Governador do Grão-Pará, o mesmo sr. Martinho de Sousa e Albuquerque, Martinho de Melo e Castro dizia:

"Estimo muito que o dr. Alexandre Ferreira, e os seus ajudantes se tenhão comportado de fórma que mereção a aprovação de V. S.ª, espero que eles se não descuidem em coligirem todas as producçoens de Historia Natural que devem ser remettidas a esta Corte". Embora, o aviso é uma triste verdade. Conserva-o a secção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, de cujo códice 1009, explendidamente conservado, fomos buscá-lo, para estes períodos. Destoa, é certo, como escreve Garcia, do demais da correspondência oficial em torno às atividades do naturalista, cuja "permanência no Rio Negro não foi nenhum "dulce far niente", mas uma quadra de intensa atividade mental, necessária à coordenação do material recolhido, e à sistematização das observações feitas em viagens através de grande porção da bacia amazônica, compreendida entre o alto e baixo Rio Negro, o Rio Branto e seus "afluentes superiores".

E' este o aviso:

"Aproveito os instantes que me restão antes da partida deste Navio para dizer a V. S.ª que não deixou de me causar admiração que o Dr. Alexandre, e os mais que formam a sua partida se tenhão ahi demorado pelo unico motivo de esperarem ordens minhas sendo certo que da distancia que ha dagui ao Rio Negro em hida, e volta que sempre precisa mais de hum anno, não se poderão jamais regular as operaçõens de hum naturalista que não deve esperar por dilações tão dilatadas, para se determinar no que ha de fazer em cumprimento da sua obrigação; e além disto a grande extensão do Rio Negro, assim para baixo, como para cima das Cachoeiras, e seus Rios colateraes não deixando de ter muito que examinar e igualmente que recolher nas producções dos tres Reinos, não tendo ainda delles mais que Peixes, alguns Bichos, e Plantas, e alguns passaros todos perdidos; não podendo deixar de haver outros muitos productos que certamente se descobrirão por quem com cuidado e paciencia os procurasse. Emfim como essa Expedição se dá por concluida nessa parte mais que examinar nella, deve V. S.a sem a menor perda de tempo ordenar ao Dr. Alexandre que com os tres naturalistas que o acompanhão passe ao Rio da Madeira mandando-os V. S.ª acompanhar por Praticos que conção a navegação daquelle Rio muito particularmente a passagem das Cachoeiras e dalli proseguindo athé Matto Grosso, a encontrar o Governador e Capitão-General Luis de Albuquerque, o qual os deve auxiliar, e mandar soccorrer com o que lhes fôr necessario para o trabalho dos exames que

alli deve praticar muito particularmente na exploração das minas para recolherem dellas tudo que fôr digno de se mandar ao Real Gabinete de Historia Natural, como tambem todas as mais producçoens assim dos Rios, como Peixes, Arbustos de Agua, Conchas, Pedras das differentes cachoeiras, e o mais que se poder descubrir da parte dos Rios; e igualmente Musgos, Gramma, Arbustos. Plantas, amostras de Madeiras, e o mais do Continente que ficar da parte superior das ditas cachoeiras; como tambem da parte inferior se ocaso for praticavel a sua condução para o Pará, e debaixo deste systema dará V. S.ª sua instrucção ao dito Dr. Alexandre acrescentando-lhe o mais que aqui me não pode lembrar de que remetterá Copia ao Governador e Capitão-General Luis de Albuquerque acompanhada das ordens que daqui forão dirigidas a V. S.ª quando o dito Dr. Alexandre passou ao Rio Negro, afim que Luis de Albuquerque pratique com o mesmo Dr. Alexandre, e com os que o acompanhão o mesmo que V. S.ª ahi praticou, e lhes facilite os meyos para a expedição das remessas que fizerem para o Pará, e segurança dellas, como tambem do seu regresso logo que tiverem concluido os objectos da sua commissão.

Deus guarde a V. S.ª Palacio de Lisboa, 31 de outubro de 1787. Martinho de Mello e Castro. Sr. João Pereira Caldas".

NATURALISTAS NA AMAZÔNIA COLONIAL

Portugal não se ocupou na América, unicamente, na obtenção de elementos econômicos que lhe pudessem enricar os cofres. Se na Índia, a idéia e a prática obedeceram a essa orientação, como afirmam quantos se teem dedicado ao estudo do assunto, no Novo Mundo a política foi outra. E' certo e natural que esse objetivo não estava desprezado, antes pesou na balança das estimativas da realidade colonizadora dos lusitanos. Daí, porem, à acusação impiedosa, que se tem feito, criando-lhe a "lenda negra", vai distância. E grande, bem grande.

Promovendo a ocupação do que seria o Brasil, Portugal adotou medidas de alto alcance social. Seus governantes trouxeram, como delegados da vontade do Estado, regimentos que lhes traçavam normas sisudas para o bem da coletividade que vinham dirigir. A legislação que desceu de Lisboa, em grande parte já divulgada, revela-nos um sentido humano, progressista, prático, na orientação administrativa da Metrópole, que punia desenvolturas de seus representantes, castigava-lhes os excessos, do mesmo modo que premiava quantos colaboravam ao seu lado, sinceramente, exercendo uma vigilância rigorosa da nossa integridade territorial, policiando costumes, incentivando o trato da terra. Errou, é certo. Cometeu imprudências. Que nação lhe pode, nesse particular, atirar a primeira pedra?

A experiência colonial, de que se valeram outros povos, buscaram-na na lição dos portugueses. Experiência que lhes deu prazeres, onde revelaram as energias e mais virtudes da raça; mas lhes custou, tambem, muita provação.

Não é aquí ocasião para um sereno exame dessas conclusões. Ficamos, nestes períodos, na afirmativa de que o estudo do meio geográfico onde vinha operar entrou nas cogitações de Portugal.

Inquéritos bem orientados foram levados a termo. Ora por iniciativa privada, ora por determinação de Lisboa. Para não ir longe: as "Cartas ecônomo-políticas sobre a agricultura e comércio da Baía", pelo desembargador João Rodrigues de Brito; as "Reflexões políticas sobre a Capitania do Rio Negro", pelo governador Manuel Joaquim do Paço, inédito, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; os ensaios de Fernão Cardim, entre eles "Do clima e terra do Brasil". Em todos esses trabalhos, e eles se contam por várias dezenas, se veem traçados retratos nítidos da realidade brasileira em seus aspectos fisiográficos, humanos e econômicos.

Portugal estudou a terra brasileira, podemos asseverar. E estudou de certo modo com interesse carinhoso. Já, aliás, graves eruditos portugueses se ocupam com o tema, acerca do qual nos estão dando monografias interessantíssimas (1).

No caso especial da Amazônia, do século XVIII ao XIX, pesquisadores portugueses ou a serviço de Portugal procederam a verificações minuciosas. Levantaram mapas das maiores artérias fluviais, examinaram, a jeito, o costume, a fala, a capacidade do nativo, recolheram material precioso para a fito e a zoogeografia do vale. Revelaram um mundo ao mundo.

No campo da naturalística, o que se realizou é de provocar encantamento. Não desçamos a procurar subsídios para a tese na "Relação Sumária das Coisas do Maranhão", de Simão Estaço da Silveira; na "Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas", de Maurício de Heriarte; no "Memorial sobre as terras e gente do Maranhão e Grão-Pará e rio das Amazonas", de Luis Figueira; nas sumosas crônicas jesuíticas de José de Morais, Felipe de Bettendorf, Bento da Fonseca,

⁽¹⁾ Alem dos capítulos magistrais de Carlos França, os livros e estudos saborosos, cheios de luz, de Fidelino de Figueiredo, Hernani Cidade, Luis de Pina, Ricardo Jorge, Arlindo Monteiro, são uma reconstituição de toda a curiosidade científica que Portugal exerceu no seu ultramar. O assunto, de outro lado, vai interessando grandemente, despertando eruditos estrangeiros que se estão para ele voltando com entusiasmo.

Domingos de Araujo, Jacinto de Carvalho; no famoso "Tesouro descoberto no rio maximo Amazonas", de João Daniel; no "Diario da Viagem de Correição", do Ouvidor Sampaio: no "Noticiario Maranhense", de João de Sousa, onde se encontra muita observação, muita notícia soborosa, muita reflexão exata. E' que os autores, espíritos cheios de curiosidade, não se especializaram, não escreveram como homens de ciência. Viajores, autoridades, registaram impressões por dever de ofício, sem intenção maior.

Para ilustrar a tese que estamos propondo, vamos encontrar os elementos de prova ao que nos deixaram frei Cristovão de Lisboa, dr. Antônio José Landi, dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, Antônio Vilela do Amaral e dr. Antônio Correia de Lacerda.

Do primeiro, jesuita, resta-nos a "História dos animais e árvores do Maranhão", manuscrito ilustrado, em vésperas de edição, presentemente no Arquivo Histórico Colonial Português sob n. 1660. O autor era "muito reverendo padre", "colificador do Santo Ofício e fundador da Custódia do Maranhão da Recoleção de Santo Antônio de Lisboa" (2).

O segundo, italiano, de Bolonha, nascido em 1708, alí exercia o cargo de professor de arquitetura e perspectiva do Instituto de Ciências quando Portugal foi buscá-lo para integrar a comissão que devia operar na Amazônia, nos trabalhos de demarcação das fronteiras com as colônias espanholas. Chegou ao Pará em 1753. Esteve, então, durante mais de dez anos em Barcelos, de certo estudando as coisas que distinguiam a natureza do vale. Voltou a Barcelos em 1784 como membro da nova comissão de limites encarregada de executar o que fora ajustado no tratado de 1777.

Constituiu família em Belem, escreve com a segurança de sempre Manuel Barata nas "Efemérides Paraenses", casando com a filha de João de Sousa de Azevedo, o grande bandeirante paulista.

⁽²⁾ Luis de Pina, cap. sobre Ciência, no vol. VI, da "História de Portugal" dirigida por Damião Peres, Barcelos, 1934.

Alem da planta do palácio do governo do Pará e outros levantamentos devemos-lhe uma "História Natural do Grão-Pará", escrita em latim, inédita, original guardado na Biblioteca Municipal da cidade do Porto (3).

O dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, baiano, indicado por Domingos Vandelli para a comissão que Portugal constituiu em 1778, afim de realizar um grande inquérito em torno das características naturais de seu imenso ultramar, veio para a Amazônia em 1783.

Em carta de 29 de agosto de 1783, a Martinho de Sousa e Albuquerque, Governador e Capitão-General do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Melo e Castro dizia, sobre o naturalista e seus companheiros de jornada científica, os riscadores José Joaquim Freire e Joaquim José Codeira e jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo: "Os ditos Naturalistas e Riscadores devem empregar-se debaixo das ordens de V. S. em examinar e descrever tudo o que houver nesse Estado relativo à História Natural, e em recolher e preparar o que se deve remeter a essa Corte, na conformidade das Instruções que leva o dito Alexandre Rodrigues, debaixo de cuja inspeção devem trabalhar os outros três que vão na sua companhia, dizendo V. S. que estes lhe obedeçam em tudo o que fizer a bem do Real Serviço".

Alexandre Rodrigues Ferreira, que vem de ser biografado pelo sr. Virgílio Correia Filho, não se desviou das obrigações a que se escravizava. Grangeou-lhe essa atividade pelo progresso da ciência aquele título, que lhe deu a posteridade reconhecida — Humboldt Brasileiro.

No Marajó, no Baixo Amazonas, no Rio Negro, no Rio Branco, no Madeira-Mamoré-Guaporé, em vários trechos outros do Mato Grosso assinalou-se por admiravel desdobramento de magnífico programa. Todos os aspetos da naturalística, que então se estendia por temas que nos dias atuais criaram autonomia, compondo ciências novas, todos os aspectos Rodrigues Ferreira examinou. Obra de sábio. Abriu, no campo vasto de seus

⁽³⁾ Luis de Pina, obr. cit.; e Fidelino de Figueiredo, "Estudos de História Americana", pág. 101, São Paulo, s.d.

estudos especializados, grandes perspectivas. Até os graves problemas da patologia do vale receberam a sua curiosidade. Como há alguns anos provou o sr. Alfredo da Mata, foi o eminente baiano quem identificou o beriberi. E quem registou os primeiros casos do mal de Hansen no vale tambem foi ele.

De sua produção, dispersa, perdidas várias peças, uma parte dela carregada criminosamente para a França por Saint Hilaire; Geoffroy de Saint Hilaire, o que ficou recebeu excelente classificação de seu recente biógrafo, o citado sr. Correia Filho. Distribuiu-se pela etnografia, zoologia, botânica, mineralogia, agricultura, navegação, medicina, história. Só no terreno das ciências naturais, legou-nos 31 memórias. E todo, ou melhor, quase todo esse gigantesco patrimônio cultural ainda permanece inédito, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Sobre Antônio Vilela do Amaral, pouco podemos adiantar (4). Era baiano, ourives, tendo descoberto, em 1752 ou 1753, em um riacho que desagua no Tapajoz, pedras que afirmou conterem prata. Passando a viver na Amazônia, naturalmente nos labores da terra, conhecia-lhe a valer os problemas. A pedido de Alexandre Rodrigues Ferreira, com quem manteve íntimas relações, escreveu o "Tratado sobre a Agricultura particular do Rio Negro", de que guarda o original na secção de manuscritos a Biblioteca Nacional (5).

O dr. Antônio Correia de Lacerda, médico, português, chegou à Amazônia em 1817 ou 1818, conta seu biógrafo, dr. Cesar Augusto Marques (6), entrando a exercer o cargo de físicomor onde prestou os mais assinalados serviços à causa pública. Em 1822 fez parte da Junta Provisória do Governo Civil. Em 1823, logo após a independência, participou da Junta Provisória do Governo do Grão-Pará, sucedendo a Batista Campos que, aprisionado como chefe de um pronunciamento jacobino de que re-

⁽⁴⁾ Correspondência de Mendonça Furtado, "Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará", vol. II, pág. 62, Belem, 1902.

⁽⁵⁾ Foi divulgado por Alexandre Rodrigues Ferreira, no Diário de Viagem, Revista do Instituto H. Brasileiro, tomo 51, Rio, 1888.

⁽⁶⁾ Revista da Sociedade de Estudos Paraenses, tomo II, Belem, 1895.

sultou a tragédia do pontão Palhaço, fora remetido para o Rio de Janeiro. Voltado de corpo e alma para as locubrações científicas, encontrou na Amazônia um campo imenso. Estudou-a, como ao Maranhão, para onde seguiu em 1837, escrevendo 41 volumes, que estão, aguardando editor, na Biblioteca Nacional. Merecem referência especial a "Zoologia Paraense" e a "Flora paraense-maranhense". O dr. Lacerda e sua obra veem passando inteiramente esquecidos de quantos pretendem ter dito o necessário sobre a biologia no Brasil. Português, trabalhou por sua pátria com amor, elevando-lhe o nome. Na secção de manuscritos da Biblioteca do Pará há vários outros inéditos do grande naturalista.

Portugal, como vemos desta resenha, não se ocupou na América unicamente da exploração comercial. Estudou, repitamos, a terra brasileira com interesse. Estudou a Amazônia, onde, em 1797, D. Francisco de Sousa Coutinho, por ordem da Metrópole, fundou e manteve com êxito um Jardim Botânico, que serviu à organização de similares pelas outras capitanias do Brasil.

Portugal, pelo que realizou, não merece as acusações que lhe fazem. Ao contrário, tem direito ao nosso respeito.

DOCUMENTOS SOBRE O BANDEIRISMO PAULISTA NA AMAZÔNIA

I

"S. Mag.e he servido q. vendo V. S.a a petição inclusa de João de Souza de Azevedo informe do prej. q. tem tido, interpondo o seu parecer sobre a ajuda de custo q. pede; e q. V. S.a lhe arbitre os salarios q. deve vencer na expedição, mandando-os pagar ao supte. pelo Ther.º della. Deos G.de V. S.a.

Lisboa, 14 de Mayo de 1753.

Diogo de Mendonça Corte Real.

Snr. Francisco Xer. de Mendonça Furtado".

II

"Diz João de Souza Azevedo q. elle Seacha detido na cid.e dopará por ordem dos Governadores daquelle Estado q. embargão aosupp.te catoda asua cometiva de escravos q. passão de trinta eSinco exprementando osupp.te gravissimos prejuizos, não só na-Cessação deSeus neg.bs mas nosustento percizo p.ª subcistencia dad.ª Cometiva, ede deuas cazas q. concerva hũa em oMato-Groço, outra ema Villa de Itú, eComo osupp.te foi nad.ª cid.e detido p.ª se empregar no real Serviço de V. Mag.e p.la not.ª eSciencia q. tem detodos os Continentes daq.le Estado como se fez constante, aos d.ºs Gover.ºs enão q. experimenta osupp.te tanto discomodo, estano pronto em continuar Serviços aV. Mag.de de áSua propria custa

concerve odispendio com sua Cometiva, ecazas; espera q. V. Mag.de se digne de lhe mandar Conferir hũ competente Soldo, e hũa ajuda decusto, visto q. he de Morado p.º ofim de Servir conforme ad.º Sciencia eexperiencia.

P. aV. Mag.º lhe faça m.º Mandar se dé ao supp. le Soldo comq. possa decentem.º subcistir, ehũa ajuda decusto em atenção aos prejuizos q. com ad.º retença tem experimentado".

III ·

"Diz Ioão de Souza de Azevedo, que tendo reprezentado aV. Mag.de os Servç.os que tinha feito assim em varios descubertos. Como na estrada, que aSua Custa, e diligencia descobrie do Mato Grosso até aCidade do Pará eo mais Serviço que se offerecia fazer, por tudo oque pedia aV. Mag.e aremuneração, que do mesmo requerimento constava fora V. Mag. de Servido remetello aeste Tribunal huma remissão com efeito para que lhe Consultasse odito requerim. to; ecomo este Seachava por Consultar offerecia a Certidam incluza da Secretaria de Estado, pela qual mostra apromessa queV. Mag. de lhe mandou fazer pelo Governador do Estado do Pará, inteirandose primeiro das Circunstancias, queV. Mag. de nomesmo avizo lhe recomendava, como tudo Melhor Severificarião daconta que o d.º Gov.ºr nesta materia teria dado aV. Mag. de ejuntam. te os mais documentos, que igualmente offerecia, por que mostra acharse ainda retido na Cidade do Pará, para o emprego para que o Governador embargou, eatoda a Sua comitiva, que passa de trinta eSinco pessoas, com.. Servico, que nestetempo tem feito aV. Mag. de indo por ordem do dia Gov. or ao Rio da Madeira para nas Suas margens fazer estabelecer rossas para mantimentos daCometiva que Sehavia deConduzir para adita diligencia, eafactura devinte Canoas, ouCubas que tambem para o mesmo efeito fez fazer com grandes despezas, eincommodos dasua pessoa naqual jornada, edeligencia gastou dez mezes sem que selhe desse para este feito Soldo algu ou ajuda deCusto, Como melhor semostrava das ditas Certidões; pelo que P. aV. Mag.de Seja Servido m.dar juntar os ditos documentos ao Seu primeiro reg.to por Sua Real grandeza lhe defira Com as m.ces que nelle pede, epelo mais Serviço que agora alleg. Ine o dito dep.º Como amagnanimidade deV. Mag. de for servido.

E. R. M.

IV

"Diz João deSouza de Azevedo, q. depois de ter feito varios descobertos deOuro com g.de risco dasua pecoa, evida egraves despezas daSua fazenda, eaestrada q. hoje está publica do Mato Greço p.a a cidade do Pará, e todo aqueleEstado tornouSeg.da Ves do mesmo Citio com varias reprezentaçõens daquelles Povos p.a V. Mag.de pello Gov.or domesmo estado pr Seu Proc.or fez remeter com todo o cuid.º por serem todos não só do real Servc.º eutilid.e deV. Mag.de mas sim também emutilid.e daquelles Povos Eporq. pertendendo Logo retirarse com toda asua cometiva/ q. entre escravos cercados Sam Mais detrinta eSeis peçoas p.ª sua caza q. tem dividida no Mato groco, eV.a de Ituy o Gov.or daquelle Estado embargou eatoda aSua Cometiva com o preteisto deSerem percizos... ssr.º p.a hũa expedição toda do real Servç.º deV. Mag.de, no q. tem experimentado hũ g.de prejuizo dasua fazenda egraves detrim. tos das Suas cazasefazenda pella inaccão em que Se acha de 18 de Ag. to do anno de 1750 thé oprez. te como tem Mostrado aV. Mag. de com docum. tos autenticos em oreguerim.to q. Se acha no cons.º de Ultra mar por ordem deV. Mag.de pa ser consultado com effeyto; eporq. prezentem.te selhe faz percizo pa melhor instrução domesmo requerim to hũa Certidão do avizo g. aMonção paçada V. Mag.de Mandou ao Gov.or daquelle Estado do Para pa q. informado esta da capacid.e, eprestimo do Sup.e lhe Segurasse dap.te deV. Mag.de o deferir-lhe ao seurequerim.to eada Certidão selhe não pode paçar Sem ordem deV. Mag.de portanto.

P. aV. Mag.^{de} lhe façam.^{te} deOrdenar Selhepace a d.^a Certidão naforma do Estillo

E R M

Em hum Livro que serve nesta Secretaria de Estado de se registarem as cartas que por ella se expedem ao Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará, se acha huma do teor seguinte.

Sua Magestade me ordena remetta aVossa Senhoria apetição inclusa de João deSouza de Azevedo, para que informandose V.ª Senhoria dos motivos porque o Seu Antecessor o dillatou nessa Cidade, como tambem daSua capacidade para oeffeito que elle refere namesma petição, e achando VS.ª que elle he capas para amesma expedição, pode Vossa Senhoria Segurarlhe daparte do mesmo Senhor, que hade attender atodos os seus Serviços, tanto aos que tem feito, como aos que ha de fazer. Deos guarde aVossa Senhoria Lisboa assette de Junho, demil, sette centos, cincoenta, ehum.

Epara constar o referido sepassou apresente Lisboa 2 de Janeiro de 1753.

Estevão Pinto de Moraes.

V

Copia da Informação doProv.or da Faz.a Real em hũ requerim^{to} de João deSouza de Azd.o

Ill.mo eEx.mo S// Demorey até agora esta informação pella querer fazer com toda aclareza, pa cujo fim tirey, esseSumario de Testemunhas, delle consta q. o Supp. te Levou daqui aCanoa de S. Mag.de carregada com trezentaz sacas deSal pa oseu neg.o; e q. só me nella hia cem panr. os defarinha de ElRey vinte canadas de Agoarde em frasq.ras e alguas ferram.tas; eg. tambem por duas veces, mandará oSold.º Manoel de Chaves com Indios g. tirou doServ.º de S. Mag.de afazer oseu neg.º deCravo, eSalça, a primr.a com seiz emq. gastarão quinze dias, à segunda com trinta e trez ou trinta edouz, emq. seocuparão... Mezes etres dias, eoutro sim fizera hua Serraria de Madr.a e dezoito frasqueiras novas, emq. ocupara dous outres Indios do mesmo serv.º, eq. por..... de tudo viera pa baixo, com as duas Canoas Carregadas, aSaber a de El Rey de tabaco Serrado, easua com quatro centas de Cravo pouco mais ou menos, e quinze feches deSalsa: hé bem verd.º q. as meszmas testemunhaz dizem, q. oSup.º / qd.º tirara os Indios do Serv.º de S. Mag.de pa com elles fazer cravo, eSalsa. q. trouxe pa baixo/ deichara emseu Lugar pa trabalharem nasUbaz vinte e quatro Pretos seus Escravos, e outra Test.a dis q. trinta; porem ainda q. assim fosse, parece não devia fazer semelhante troca, pois denenhuma sorte lheera licito misturar oServiço deS. Mag. de com oseu, pa og.al só devia aplicar os Seus Escravos, enão bolir nos Indios q. seEstavão ocupando noServ.º Real, comofez por serem maiz aptos pa oSeu neg.º, o q.al osSeus Pretos lhenão havião defazer, epor esta razão fez ad.a troca, q. senão verefica fosse feita com iqualdade de pessoas, quero dizer den.º de pessoas q. completasse o dos Indioz, q. elle tirou doServ.º Real, como oSup.e senão acha ainda satisfeito comfazer..u neg.º misturado com oserv.º de S. Mag.de valendo-se pa elle dos Indios estavão aplicadoz pa elle og. denenhum modo devia fazer epede não só aimportancia de quinhentos e seiz alg. res defarinha q. diz gastara dasuafazenda noSustento da gente comq. se empregou nadelig.a ag, foi mandados mas tambem aimportancia da Condução q. destaCid.e fez dellaz pa oRyo daMadr.a e assim maiz outras miudezas que tambem pede selhe satisfação; pareceme q. deve oSup.e pagar primr.º o aluguel daCanoa de ElRey q. levou carregada deSal pa oseu neg.º, etrouxe Carregada de Madr.a Serrada pa estaCid.e, e dar pa a faz.a real az quatro centaz arrobas deCravo, ou q. naverd.e for, eSalsa q. trouxe como tambem pe da Madr.a aproporção dos Indioz q. ocupou naSerraria q. fez della, eSatizfeito tudo isto pagar selhe oServ.º deSeuz Pretos dos dias q. gastarão na factura das O.... arbitrandose oq. sehade dar podia acada hū conforme o.... secustuma aqui pagar aos Escravos q. servem os Moradores nos seus offoz e fazendosse conta ao tempo q. poderião Levar vinte Obaz em q. tambem junto com os Escravos do Sup.e havião detrabalhar alguns Indios, poiz far... mais deSessenta etrez os q. setirarão das Aldeaz pa este serv.º e q. sepagou por conta de S. Mag. de como consta da Lista junta dos Seuz pagam. tos; alem de outros q. servirão nas viagenz q. fez oSup.e eos q. oacompanharão dehuma p.ez pa outraz em deligencias doServ.º esó assim ficará pago hũ eoutro Serv.º, ficando por outro modo inatendivel orequerim.to doSup.e; fazendose alem disto reparavel gastarse tanta farinha natal deligencia, porq. hindo daqui cem alqueirez,

etres rollos depano de q. só se restituirão vinte eduas varaz comprada avara depano cada alqr. e importarão em maiz de quinhentos, g. com outros tantos g. oSupe pede fazem mais de mil 2. paresse mt.º pa gasto da gente q. andou com elle, poiz fazendo se aConta de mil algr. es apanr. o acada pessoa por mes he sustento de dez Mezes pa cem pessoaz, cujo tempo parece de maziado pa concluir aquelle Serv.º q. constão só m.e dehũa rossa q. dizem osSold.os g. forão com oSup.e poderia produzir se Sedesmanchasse, mil algur. ez defarinha, evinte Ubâs, sendo q... rossa ficou perdida, eEstará já comida dos bixos, esem arecadação asUbâs, e tudo sem servir pa couza alguma; ainda q. dessa perda não faço umples... oSup.e og. meparece, eg. sedeve m.dar levar em conta ao Almox.e as mil e tantas varaz de pano q. pagou aos Indios por Portr.a do Sr. Franc.º Pedro aqui junta, eSobre tudo mandará VEx.ª og. foi servido. Bellem doPará 21 de Dezr.º de 1751.// Mathias daCosta eSouza.//

Refletindo no n.º dos Alqr.ez q. produz cada rollo depe... acho q. me enganey qd.º disse erão quinhentos os q. tinhão produzido os trez q. Levou daqui, deq, ainda restarão vinte duas varaz; pois só havião de dar por ellez duzentos eSessenta etantos alqr.es q. com oscem q. forão daqui fazem perto de quatro centoz, porem os q. nesta contafaltão para completar aConta dos quinhentos q. eu tinha ditto, sup.ª afarinha q. derão tres ou quatro rossas q. o Sup.e mandou tomar aogentio que mandou desfazer, q. sempre importarião em mais dosCento e tantos q. eu tinha d.º importará op.ª q. oSup.e Levou, epor este modo sempre veyo a importar a despeza defarinha em mais de Mil alqueires como tenho dito, segundo oq. entendo, edeq. setomarão asd.as rossas aoGentio depoem aT..a João de Souza dia ut Supra.

VI

Sumario de Testemunhas que tira o Provedor da Fazenda Real Mathias da Costa eSouza; do Serviso que fizerão os Indios, que ademenistrou João de Souza de Azevedo; nafactura das rossas que oGovernador eCappitam general

quefoi Deste Estado, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão mandou fazer por conta desua Magestade que Deos guarde para Sesta Expedição do Seu Real Serviso.

Aos Dezacete dias do mez de Novembro demil Setecentos esincoenta ehum anno, nesta Cidade de Bellem do grão Pará, nas Catas donde... ra oProvedor dafazenda Real, Mathias daCosta eSousa; ahy preguntou Testemunhas sobre o Serviso, que fizerão os Indios, que adimenistrou João deSouza De Azevedo; nafactura dos... os, e das Ubás, que oGovernador eCappitam general que foi deste estado, Françisco Pedro De Mendonça Gorjão; mandou fazer ao Rio da Madeyra, para varias Deligencias dosserviso deSua Magestade e eu Jozeph Rodrigues Escrivão dos Contos q.e escrevi.

* * *

Jozeph Francisco DaSylva, Cabo de Escoardra, da Companhia deInfantaria desta praça de que hé Cappitam Domingos Da Sylva Pinhevro; de Idade de trinta e um anno, Testemunha jurada aos Santos Evangelhos, em que pos sua mão direita e do custume disse nada. E perguntado aelle Testemunha, pello contheudo asima disse quesabe pello o epello ver, que o dito Ioão deSouza de Azevedo; fora desta Cidade amandar fazer as ditas Rossas mandará em hũa Canoa deSua Magestade, em que elle Testemunharia por Almoxarife daReceyta, eDespeza do dito Servisso/ Trezentas e tantas Sacas deSal, paracom ellas fazer negocio nas partes por adonde hia, eque só de El Rey forão Sem paneiros defarrinha, outo paneyros deSal, VinteCanadas de Agoa Ardente eAlguas ferramentas etoda amais carga, que constava do dito Sal epotes para Manteigas héra do dito João De Sousa, o qual chegando ao Rio da Madeyra...chou aelle Testemunha com varios Indios com o Embargo defazer Rollos, eo dito João de Souza: foi para onde sefizerão as Ubás, e daly mandará Alguns dos Indios que levará/ para oServiso deSua Magestade/ afazer negocio para Sy das Drogas doCertão deCravo e Salsa, mas não sabe o numero dos Indios que ocupou no dito Cerviso e que he verdade que tambem o ouvira dizer ao mesmo João De Souza; que emlugar dos ditos Indios deychará alguns pretos Seus,

e que quando aCanoa de El Rey Veyo para baixo/ e outra mais que o dito tinha Levado para Sima quando daqui partio que hera Sua vierão ambas carregadas, a Saber a de El Rey de Madeira Serradas, em Taboas e adelle das Drogas doCertão o que elle TestemunhaSabe por hir por Almoxarife daquella Escolta como tambem sabe disto oSoldado Manoel Nugueira Chaves, eo Soldado João DeSouza. Escrivão disse eassignou como dito provedor eeu João Rodrigues Escrivão dos Contos que escrevi.

Souza

Joseph Franc.co daS.a

* * *

Manoel Nugueyra eh digo Manoel deChaves Nugueira, Soldado desta praça daCompanhia doCappitam Domingos DaSylva Pinheyro, de Idade de trinta eseis annos Testemunhas jurada aos Santos Evangelhos em que pos asua mão edo custume disse nada.

Eperguntado aelle Testemunha pello contheudo asima, disse que sabe por hir emCompanhia do dito João deSouza de Azevedo; eassistir Com elle lá em sima, para onde foi mandado pello Governador eCappitam general quefoi desta praça Francisco Pedro de MendonçaGorjão; q.e o dito João De Souza de Azevedo, Levará, desta Cidade para oSeu negocio Trezentas e tantas Sacas, deSal pouco mais o menos na Canoa de Sua Magestade, evarios pottes para Manteigas, eque com a mesma Canoa e outra do dito João de Souza Tambem carregada de varios generos, eque chegando áparte donde sedeo prencipio as Ubás/ que foi no rio da Madeyra mandara o dito João DeSouza, a elle Testemunha com seis Indios/ do que tinha tirado do seu Aldeyas para oServiso de Sua Magestade aos Resgates doCravo, em que gastarão quinze dias, e por outra vez o mandou com Trinta edois Indios dos mesmos, que estavão destinados para oServiso deSua Magestade afazer Salsapara sy, e noque gastarão trez mezes eTres dias em cujo sustento se gastarão Vinte eSete paneyros defarrinha pouco mais o menos, emais que não sabe se a ditafarrinha hera de El Rey ou do dito João deSouza; Eoutrosim Sabe que emlugar dos ditos Indios deichará o dito João DeSouza deAzevedo, Vinte ecuatro prettos seus, e que despois deácabado odito Serviso Veyo o dito João DeSouza para Bacho tomar Duas Canoas carregadas, aSaber adeEl Rey deTaboa do Serrado, que lá em sima tinhafeito em cuja Serraria Troxe dois ó tres Indios de Sua Magestade, Como Tambem Troxera na dita Canoa de El reyo Dezouto frasqueiras novas quelá em sima tinha mandadofazer, eaSua Canoa Viera carregada das Drogas doCertão, o que tudo elle TestemunhaSabe por hir em Companhia do dito João DeSouza deAzevedo, epella mais Resony que dito emais não disseaSignou como dito Provedor e eu Jozeph Rodrigues Escrivão dosContos que escrevi

Souza

M.el dechaves Nogr.a

* * *

Ignacio Jozeph Bintancor Soldado desta praça da Companhia do Cappitam Bernardo de Almeida de Moraes de Idade de vinte eseis annos Testemunha jurada aos Santos evangelhos em que pos sua mão direita e permetteo dizer verdade.

Eperguntado aelle Testemunha pelo comtheudo pello comtheudo asima dise que al....dote naFortaleza dosPauxis deGuarnição chegara aella João DeSouza deAzevedo, que desta Cidade hia para o Rio da Madeira a diligencia doServiso deSua Magestade, oqual pedirá aoCapp.am da Fortaleza Pedro Alves Borges; lhe dese hum Soldado, para oacompanhar naquelle Serviso e que pello dito Cappitam fora nomeado elle Testemunha ecomeffeito foi com elle para oRio daMadeira, donde seestavão fazendo Ubás para Sua Magestade, e na Cuja deligencia seocupou elle Testemunha sinco o seis mezes pouco mais omenos, aSim nademenistração daquella fabrica fazendo Trabalhar os Indios nella, eque outrosim Sabe pello epello ver que João de Souza deAzevedo mandará fazer para oseu negocio com os Indios doServisso de El Rey que estavão destinados para a dita fabrica das Ubás, Cravo, eSalsa, e que os dittos Indios herão Trinta, cujo numero declarou o dito João deSouza a elle Testemunha etambem por hum Rol que lhemostrou, e que na colheita do ditoCravo, eSalsa, que fizerão para o dito João deSouza, gastarão Alguns mezes mas quantos forão elle Testemunha não sabe eque tambem heSerto que o dito João DeSouza, emlugar dos ditos Indios tirou doCervisso da Sua Magestade deichará Alguns prettos seus trabalhando nas Ubás,

para as quais estavão distinados os ditos Indios mais que não sabe quantos, pretos herão, eque outro sim sabe que odito João DeSouza, fes hũa Serraria deMadeiras emque ocupou dois Indios que andavão em Companhia dos seus pretos, eque esta Madeira veyo naCanoa deSua Magestade para aCidade Como Tambem trazia hũa Canoa sua cheya deCravo eSalsa Comascuais chegou aesta Cidade emais não disse easignou como dito Provedor Eeu Jozeph Rodrigues Escrivão dos Contos que o Escrevi.

Souza

Ign.co Jozeph de Bitancor

湿 水 塞

Aos Dezoutto dias do mes de Dezembro demil Sette centos eSincoenta ehum anno nesta Cidade de Bellem do grão Pará em casa, donde mora o Provedor dafazenda Real Mathias daCosta eSousa, ahy comigo preguntouTestemunha pello Contteudo no-Sumario Retto, deque fis es...rmo Joseph Rodrigues Escrivão dos Contos que oescrevi.

João DeSouza Soldado desta praça DaCompanhia doCappitam Bernardo deAlmeyda de Idade de vinte eSinco annos Testemunha jurada aos Santos evangelhos em que pos sua mão direita epermetteo dizer verdade

Eperguntado aelle Testemunha pello Contheudo no Sumario, disse que destaCidade partirá em Companhia deJoão DeSousa deAzevedo que hia para oRio daMadeyra aServiso de Sua Magestade o qual Levava Duas Canoas hũa grande de El Rey, e outra sua tambem grande e que aprimeira, hia carregada deSal, do dito João DeSouza, para oSeu negoçio eque nella hião tambem Alguns panheiros defarinha que não passarião de Sem eAlguas frasqueiras de Agoa Ardente, eque asua hia carregada defarinha emsacada para o seu negoçio eque chegando aoRio da Madeyra mandou odito João DeSouza principiar hua Rosa, parasustento da gente que se Esperava, para as De Mas Colony, que se havião defazer dos Dominios de Portugal oCastella, donde elle Testemunha asistio só Indios edaly por ordem do mesmo João DeSouzapartio. E em Companhia de outros Soldados athomar huas Rossas doGentio, que comeffeito sethomarão e se desfizerão para-Sustento da gente que foi a esta Deligencia eque sabe elle Teste-

munha que passados poucos dias despois de haver chegado ao-Citio donde mandoufazer aditaRosa od.º João DeSouza Parti.a paraSimã amandar fazer Ubás para servirem nasdeligencias dasditas de Mar Colony quesehavião defazer, eque no ditto Citio Despedira trinta Indios, eo trintaedois Indios digo eo trinta e dois. que tirará doServiso deSua Magestade ecom elles mandava fazer Cravo, eSalsa, no mesmo Rio da Madeyra, em que gastarão Tres mezes pouco mais o menos e que por outra vez mandara oSoldado Manoel deChaves Nugueira, Com Alguns Indios do mesmo Serviso a Resgastar Cravo, emque gastarão Alguns dias, e que Sabe elle Testemunha que emlugar dos Indios...o dito Ioão DeSouza. tirou doServiso real para Com elles fazer oseu Negocio de Cravo e Salsa deichará trinta escravos Seus pouco mais ou menos para Suprirem afalta daquelles eque tambem sabe que o dito João DeSouza fizera tambem hũa Serraria de Taboado emq. Trazia afectivamente hum Indio e por varias vezes dois, etrez, e que destas Madeiras, veja carregada para baicho aCanoa deEl Rey, eu Sua deEffeito doSeu Negocio, que Serião cuatrocentas arrobas deCravo segundo elle Testemunha ouvio dizer aos Soldados seus Camaradas que andavão como dito João DeSouza, equinze feixes deSalsa pouco mais o menos, eque heSerto queemTodooTempo que elle Testemunha eo dito Ioão DeSouza anda. nestas Deligencias emque gastarão Dez mezes Sigastarão 8 na.... farinha Vallendo... tambem para odito gasto de Tres o Cuatro Rosas pequenas que Tomarão aogentio mas que não sabe elle Testemunha o nomero Serto dos Alqueires defarrinha quesegastarão oquetudo elle Testemunha tem ditto Sabe por hir dagui emCompanhia do dito João DeSouza mais não disse easignou Como dito Provedor eeu Jozeph Rodrigues Escrivão dosContos que o escrevi.

Souza

João deSouzafalcão

VII

Illmo. e Exmo. Snor.

O Sargento mórPratico João de Souza de Azevedo tem tido até agora embaraço no pagamento dos seos soldos, por se inten-

Illmo. e Exmo. Snor. Fernando da Costa de Athayde Teyve.

Mt.º Ven.am e Fiel Capt.º de V. Ex.a

Conde de Azambuja

VIII

Dom José por graça de Deus Rey de Portugal, e dos Algarves, daquem e dalem mar, em Africa Senhor de Guiné Etc. Faço Saber avoz Governador e Capp.^m General do Estado do Grão Pará, e Maranhão, que por parte de João de Souza de Azevedo Sargento Mor, e Pratico do R.º da Madeyra, Semefez o Requerimento com esta sevós remette copia, em o qual pede seja servido em remuneração de seos Serviços, condecorallo com nova Patente do mesmo posto de Sargento Mor e Pratico durante a Sua vida, e as mais mercê, q. implora no dito seu requerimento; o que visto: Me Pareceo ordenar vos informeis com o vosso parecer. El Rey N. Senhor o mandou pellos Conselheiros do seu Conselho Ultramarino abaixo assignados, ese passou por duas

vias. Esteves.... Luis Correa, a fez em Lisboa avinte edous de Outubro de mil settecentos edoys. Desta cer.....

O Conselheiro......Ant.º da Cunha de Sotto Mayor a fez escrever.

João Gomes Tavares.

Ma.el Ant.º da Cunha de Sotto Mayor.

IX

"Diz João de Souza de Azevedo Sargento Mor e Pratico do Rio da Madeira p.a as divizões dos Reaes Dominios da parte do Norte, q. delle foy mandado das Minas do Matto Grosso no anno de 1749 por ordem dos Juizes daquellas Minas com cartas p.a Vossa Magestade a entregar a Francisco Pedro de Mendonca Gorjão, Governador q. então era do Estado do Pará, epertendendo recolherce p.a as ditas Minas, donde havia Sahido com huma comitiva de escravos e brancos pagos a sua custa, depois de haver dado cabal satisfação..... tinha sido encarregado lhe não permitio Licença o d.º Governador com o fundamento de o querer occupar no Real Serviço eno das Demarcacões dos Reais Dominios, a honra de dar logo principio no anno de 1750, em q. o refferido G.or o destinou, e a toda asua Cometiva p.a a factura das rossas, e embarcações p.a a expedição, q. se pertende fazer pello Rio da Madeyra, o d.º supp.e cumprio com muitas despezas da sua fazenda, perda de bastantes escravos, e de huma canoa obá de 20 palmos como consta das certidões n.ºs 2 - 3 - 4 e 107..... mandando conduzir a sua custa do dito rio da Madeyra p.a a cidade de Bellem do Gram Pará..... canoa p.a o serviço de Sua Magestade. como se mostra da Certidão n.º 8. No anno de 17..... acompanhar o G.or e Capitão General em todo o tempo q. se gastou na fundação da nova.....ação, vesitas de todas as missões, e de toda a costa do Norte e Sul.....supp.e nesta jornada a queyxa de Escorbutto q. actualmente padece....dos Medicos e Cirurgiões n.º L 9. Em 1753 encarregarce ao Supp.e a Conducção do Dez. e Ouvidor Geral da Capi-

tania de Matto Grosso Fernando Caminha de Castro para aquellas..... promptamente executou, fazendo huma consideravel despeza com 40 escravos.....brancos, a quem pagou da sua fazenda, e com as armas, munições e mais petrexos necessarios p.a huma viagem de 700 legoas, sem q. se lhe desse ordenado ou ajuda de custo, como prova a certidão n.º 30. No anno de 1760 tornar duas vezes ás sobreditas Minas com avizo ao Plenipotenciario de V. Magestade em canoas proprias como sempre fez com sua comitiva de Escravos, Pilotos, Carapinas, Ajudante, e Calafate, dando-selhe somente pella Fazenda Real, em cada huma das ditas viagens duzentos alqueires de farinha tender ao dos seos escravos, Pilotos e mais pessoas necessarias p.a huma viagem de tanto perigo, e demora, o q. tudo consta dos documentos n.ºs 32 e 95 e do requerimento n.º 7 q. se não observou com os mais Praticos q. são occupados em similhante Ministerio, e os quaes não se dá só embarcação, e sustento preciso p.a toda a equipagem das canoas, mas curativos p.a os enfermosdesmerecendoigoal,attenção,..... e satisfação q. he notorio, tendo gasto de sua fazenda no mesmo Real Serviço, avultado cabedal em consideração do q. e da representação q. a V. Magestade fez o supp.e no anno de 1752 foy V. Magestade servido ordenar em 1752 ao G.º daquelle Estado lhe arbitrasse Soldo competente, cuja ordem só teve effeito em 1755 em q. o ditto Gover. lhe mandou passar Patente por onde o nomeou no Sobredito Posto de Sargento Mor e Pratico, estabelecendolhe o Soldo de 426....com a clauzula.....durante as Demarcações, a qual he inteyramente contraria ao q. V. Magestade pella Sua Real Grandeza tem mandado praticar com todos os officiaes destinados p.a as mensionadas demarcações, os quaes completo o tempo por que foram mandados a ellas se lhes notifica continuando em toda a sua vida com o Pagamento de seos soldos, mt.º mayores do q. o do sup.e ainda sendo de igual Patente, o q. tudo he constante, e se mostra dos papeis juntos: E por q. ao Supp.e se não tem pago mais q. dois annos do mencionado Soldo de 420\$000 desde o tempo em q. lhe foi arbitrado, o q. faz

certo pello documento n.º 102, tendoce satisfeyto athé...... pella Provedoria daquelle Estado os mais officiaes das Demar-rias despezas q. o mesmo supp.e tem feyto, e esta..... exercicio de seo Posto, e a total ruina a q. hoje se acha reduzido a sua caza..... o anno de 1750 por Feytores, e Cacheyros q. só cuidão nos seos particulares dos excessivos ordenados que lhes tem pago o Supple a quem he innivitavel semelhante prejuizo pello não poder remediar com a sua pessoa, vivendo como vive.....no Servico de V. Magestade como mt.os dos seos Escravos sem conviniencia alguma.....he precizado a recorrer a V. Magestade p. g. se digne por Sua Real Clemencia Grandeza incomparavel, fazerlhe mercê com Satisfação de seos relevantes Serviços obrados desde, o Sobredito anno de 1750 athe ao prezente com tantos perigos de Sua vida e dano irreparavel de sua fazenda, condecorallo com nova Patente do mesmo Posto de Sargento Mor e Pratico em quanto for vivo, e Soldo de cincoenta e dois mil réis por mez, athe o..... g. tem os Sargentos Mores Engenheyros, a quem espera da innata piedade de V. Magestade...... mandandolhe outro sim pagar o Solnas honras mais preemi do desde 17 de Agosto de 1750 em q. principiou a Servir no Pará, e dar embarcações, remeyros e sustento todas as vezes, q. for occupado no Real Serviço por ser este o estillo praticado com os mais q. servem nas Demarcações e de hum Habito da Ordem de Christo p.a seo filho Antonio de Souza, e por morte do supp.e se continue a sua mulher com a tença de.....por mez q. he metade do soldo.....p.a effeyto de poder Sustentar : portanto Pede a V. Magestade seja Servido concederlhes as referidas mercez em remuneração de todos os Seos Serviços eem attenção as razois e os exemplos q. allega, e tudo consta dos papeis q. apresenta...."

X

"Dom João por graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalem mar em Africa, Senhor de Guiné, etc. Faço saber avos João de Abreu de Castel Branco, Governador e Ca-

pitão General do Estado do Maranhão q. se vio a carta de 20 de Fevereiro deste prezente anno, em q. deveis conta q. por ordem do Governador de São Paulo desceram a buscar ouro duas bandevras de q. era Cabo de huma o Coronel João Pacheco do Coutto e de outra Jacyntho de S. Payo Soares os quaes se adiantaram pello rio dos Tocantins athe tal paragem q. lhe ficava impossivel ou arriscada a communicação com as outras povoações annexas a Villa dos Goyaz pelo grande numero de gentio q. occupa aquelles districtos em q. já lhe tinha morto quatorze homens e g. mandava o dito João Pacheco desta Cidade do Pará pella via do mesmo rio arequerervos alguas munições de q. estavão faltos, representandovos a extrema necessidade em que se achavão para defender as vidas dos assaltos do gentio e sem embargo de q. pelas Minhas Ordens sevos offerecera difficuldade adeferirlhe. com tudo como a necessidade delles era extrema vos parecera q. não seria contar a Minha Real intenção mandados soccorrer com tres quintaes de polvora e seis de chumbo q. com o parecer do Provedor da Fazenda Real se entregara insinuando mais q. estes homens não tinhão achado ouro algum, nem mostras delle mais deziam ter esperança de o descobrirem e q. a rezão de o não terem conseguido era porque dous Cabos sendo inimigos seimpedirão e um ao outro as suas operações, aos quaes escrevieis persuadindoos a boa união a advertindoos q. no cazo de acharem ouro recorressem pelo modo possivel aos Ministros dos Goyazes e quando o não achassem q. devião logo retirarse para a parte donde vierão servindose para esse effeito das munições q. ahi se lhe derão comminandolhe alem disto apenna de prizão a quaesquer outros q. tornarem a descer para essa Capitania pelo rio dos Tocantins ou qualquer outro caminho por ser Conforme as Minhas ordens; e Visto o referido sobre q. respondeo o Procurador de Minha fazenda. Me Pareceo dizervos q. não devieis o descobrimento do ouro no districto da vossa jurisdição como fizesteis emquanto ordenastes a estes descobridores q. se achassem ouro dessem conta aos Ministros dos Goyazes; antes lhe devieis prohibir Seriamente a continuação de deligencia em q. andavão naquella paragem. El Rey N. Sor. o mandou p.º Doutor Thome Gomes Moreyra e Manoel Caetano Lopes de Lavre Conselhevros do seo Conselho Ultramarino; e se passou por duas vias.

doro de Abreo Bernardes afez em Lisboa a seis de Junho de mil setecentos e quarenta e trez.

O Secretario Manoel Caetano Lopes de Lavre a fez escrever. Thome Gomes Moreyra.

Manoel Caetano Lopes de Lavre.

XI

"Dom João por Graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné Faço saber avoz João de Abreo de Castel Branco Governador e Capitão General do Estado do Maranhão q. vendose a conta q. me deo o Ouvidor Geral do Pará Timotheo Pinto de Carvalho em carta de vinte cinco de Fevereiro do anno passado sobre as disenções q. entre ambos tivestes a respeito do despacho q. passastes para q. o Provedor da Fazenda e elle Ouvidor informassem em hum requerimento todos mineiros q. desceram pelo rio dos Tocantins cujo requerimento lhe fora remettido, devendo primeiro responder o Provedor da Fazenda razão porque o enviara para este effeito o mesmo Ouvidor ao Secretario q. lhe havia mandado, expondo mais o dito Ministro q. nas duvidas q. tambem entrevos. eelle se moverão aserca das perguntas q. fizestes aoutros mineiros efirmareis que como representaveis como Governador a Minha Pessoa devia elle Ouvidor executar a q. vos ditriminasses ao q. vos respondeo q. essa tal obediencia devia ser regulada pella dispossição das Leys e Ordenações de que resultara não o occupareis no manifesto do ouro a q. depois procedereis, devendo fazerse esta deligencia com a assistencia delle Ouvidor como a Ley ditrimina para o qual acto mandareis chamar o Provedor da Fazenda e visto omais q. o dito Ministro insinuava sobre esta materia em que foy ouvido o Procurador de Minha Coroa. Me pareceo dizervos q. o Ouvidor teve muita razão para querer q. o Provedor informasse primeiro no dito requerimento como tambem a teve para dizer que devieis proceder na conformidade das Leys e Ordens Minhas porque só na sua conformidade devia executar o que vós ordenasses; e vós devieis proceder no manifesto do ouro na forma q. a Ley ordena nem havia cauza para esta se alterar por respeito da escuzada duvida que entre vós e o Ouvidor Geral tinha procedido; e assim se vos recomenda muito que procureis evitar discenções com o Ouvidor de q. Sempre resulta prejuizo ao Meo Serviço correspondendo ao dito Ministro com aquella attenção devida ao Seo cargo. El Rey N. S.ºr o mandou por Alexandre de Gusmão e Thomé Joaquim da Costa Corte Real, cons.º do Seu Conselho Ultramarino, e se passou por duas vias. Pedro Alexandrino de Abreo Bernardes afez em Lisboa a quatorze de Junho de Mil setecentos e quarenta e Quatro. O Secretario Manoel Caetano Lopes de Lavre afez escrever.

Alexandre de Gusmão.

Thome Joaquim da Costa Corte Real".

XII

"Dom João por graça de Deos, Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Senhor de Guiné etc. Faço saber avos Governador e Capitão General do Estado do Maranhão, quesevio o que respondestes em carta de sette de Novembro do anno passado, á ordem que vosfoi sobre as duas bandeiras que por Ordem do Governador de S. Paulo desserão abuscar ouro athé o rio dos Tocantins em que sevos declarou não devieis fomentar o descobrimento do ouro no districto da vossa jurisdição, como fizestes emquanto ordenastes aestes descubridores, que se achassem ouro dessem conta aos Ministros dos Goyaz, devendolhes prohibir seriamente acontinuação da deligencia em que andavão naquella paragem; Representandome agora nesta mesma materia sevos ofrecia darme conta, deque Cento e outenta homens, a mayor parte escravos das referidas bandeiras. descerão abaixo da cachoeira da Itaboca ouprimeiro Salto do rio. aonde os mandareis parar eprohibirlhe toda a deligencia de buscar ouro; de sorte que se achavão fazendo rossas p.a mantimentos, e pello que vos informarão tres destes Mineiros, com hum Clerigo que se achavão nessa Cidade do Pará, brevemente chegarião a mesma parte, o restante das taes bandeiras, pella dificuldade de seconservarem, e subsisistirem nos seus pertendidos descobrimentos para os quaes estavão com animo dese restituir, quando pello verão lhe dessem lugar as agoas e correntezas do rio, mas como nisto poderia haver dificuldades, e esta gente faria o numero de seis para settecentos homens se faria precizo que eu vos declarasse o expediente que devieis tomar comelles, esendo sobre esta materia ouvido o Procurador de Minha fazenda. Me pareceo dizervos, que neste particular deveis observar as ordens que tendes, não fomentando, nem premetindo os descobrimento de Minas nos districtos da vossa jurisdição, nem a commonicação dos vossos subditos com as mesmas Minas; e pello que toca aos subditos do Governador de S. Paulo os deveis tractar como Vassalos meus na conformidade das Ordens que tendes minhas. El Rey Nosso Senhor o mandou por Alexandre de Gusmão, e Thome Joachim da Costa Corte Real Conselheiros do Seu Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Caetano Ricardo da Sylva a fez em Lisboa a dezaseis de Junho de mil setecentos quarenta e quatro.

O Secretario Manoel Caetano Lopes de Lavre afez escrever.

Alexandre de Gusmão.

Thome Joachim da Costa Corte Real".

XIII

Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Alg.es daq.^m e daLem mar em Africa Senhor de Guiné & Faço saber avós Governador eCappitão General do Estado do Maranhão, que sevio a vossa carta de doze de Março de mil Sette centos quarenta enove emque daveis conta das duas bandeiras que no anno de mil Settecentos sahirão das Minas dos Goyazes nadeligencia de descobrimentos de ouro, hua de que era cabo Jacinto de S. Payo Soares, e da outra João Pacheco do Couto com ordens eregimentos dados pelo Governador que foi de S. Paulo Lom Luiz Mascarenhas, expondome que o dito João Pacheco sem achar couza algúa ao seu intento chegara a Villa de Cametá em mil Sette centos quarenta e hum donde dezenganado da sua deLigencia sedesmanchara desua Tropa, eque Jacinto de S. Payo seencaminhara aos Rios Mearim, Pindaré emque nada obrara pelo Gentio de corso lhe embarassar toda aexploração, cauza porque vos re-

querera faculdade para lhe fazer guerra aoque SeMenão deferira em Junta de Missões, por cujo motivo pertendia novamente buscar as cabeceiras do Rio Gurupi com esperanças de algum descobrimento, mas como esta bandeira fora mandada por diferente governo doqual ignoraveis asordens que teria minhas, certa deligencia seja dentro da vossa jurisdição, vos achaveis duvidozo no que devieis praticar com estes homens, mayormente não encontrando vos nas ordens que cá nesse Governo para por elle Senão entender em materia de Minas, clauzula porque eu seja servido ordenarvos que embaraceis qualquer descobrimento que Sepertenda fazer dentro dos Lemites desse governo por pessoas que aprezentarem ordens para os efeituarem; e visto mais que inSinuaveis nesta materia Sobre que foi ouvido o Procurador deminha Fazenda Mepareceu dizervos segundo as ordens que tendes denão vos intormeterdes em materias de Minas, não deveis deferir aeste requerimento, nem permitir que novosso Districto tenhão com ordem de outro Governador fazer semilhantes descobrimentos. El Rey Nosso Senhor omandou pelos Concelheiros do seu concelho Ultramarino abaixo assignados; eSepassou por duas vias Theodoro de Abreu Bernardes a fez em Lixboa avinte de Mayo de mil Settecentos eSincoenta.

O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre a fez escrever. Por desp.º do Cons.º Ultramarino de

(28 de Abril de 1750)

(1.ª via 163).

XIV

REGIMENTO AO D. JACINTO DE SAM PAYO

O Cabo da Bandr.ª Jacintho de Sam Payo Soares no tempo que se conservar com ela nas margens do Rio Miarim, ou nado Gurupy será agente que anda ella agregada embora adisciplina eordem sem que fação insulto algu, ou escandalizem os Indios do Certão tratando-os com afabilidade, sem que possão fazerlhe outra violencia mais doque repetir algum insulto que os mesmos

Indios queirão intentar contra adita Bandr.ª edepois deos obrigar a retirarem-se não os poderão seguir para os offender na retirada.

Dita Bandeira se conservará no tempo de sua delação naquelle destricto em p.te adonde possa socorrer ao Rd.º P.e Ant.º Machado que seacha entre os Indios Gamella nas mesmas margens do rio Miarim para os Aldear e requerendolhe eathé soccorro lhe dará promptamente ouquando saiba que o d.º Gentio intenta, ou faz qualquer violencia aod.º P.e Missionario marchará promptamente a soccorrello sem que seja necessario esperar o seu avizo.

Não consentirá que pessoa algua das que andão agregadas adita Bandeira intente ou faça qualquer violencia aod.º Gentio Gamella, que hoje se acha debaicho daprotecção de S. Magestade nem tenhão com Mag.º aquelle trato ou amizade atada com o vinculo aque os mesmos Gentios chamão Cunhamena esó querendo algua das ditas pessoas contrair oSalvamento do matrimonio com algua India opoderá fazer perante Ministro da Igreja competente, em termos habeis.

O Governador da Capitania do Maranhão poderá mandar fazer Guerra ao Gentio Acorôa e Guegui seassim socceder o cabo dad.ª Bandeira seagregará ao Corpo da gente paga e seguirá as ordens que Levar o Official que afor Comandando concorrendo tudo o que lhe for possivel para em siguição aquelles barbaros.

Seo Gentio Acorôa inimigo do Gamella os quizer atacar estando elles debaixo da protecção de S. Mag.e será necessario serem deffendidos pellas armas e vassallos do mesmo Sr. e para repelir esta violencia confirirá oCabo da dita Bandeira com o P.e Missionario Ant.o Machado doys que devendo seguir para Livrar aos novos vassallos da S. Mag.o da operação do seu inimigo e o meys que ajustarem seguirão dando porem parte das novidades que ocurrerem eda mesma forma ao Governador da Capitania do Maranhão.

Recomendo novamente aod.º Cabo tenha todo ocuidado em que a sua gente não faça a menor violencia aos Gentios Gamellas para que não succeda espantarmos estas ovelhas, que vem abuscar, eagregarse ao rebanho do Senhor, segurandolhes que sealgum cometer qualquer insulto oCastigarey tão asperamente como merece agravidade da culpa epello contrario aquelles que se destin-

guirem como devem o fazer certo a S. Mag.º para lhes remunerar este serviço epara que esta instrucção chegar a noticia de todos od.º Cabo Jacintho de S. Payo a reza na prezença de toda asua Bandr.ª Pará 16 de Novr.º de 1751.

XV

A Jacintho de S. Payo

Receby aCarta de Vm.ce escripta no Maranhão emdata de 18 de Setembro, eestimo aCerteza, que vm.ce medá deter passado com saude, eLivre das suas queixas. Eu fiz a minha jornada com bem successo porem. terra não me ospedou tambem como eu imaginava.

Como vm.ºº não está em termos de continuar a sua marcha econforme mediz lhehade ser precizo dilatarse nesse Arrayal meparece que será conveniente fazer algũ serviço aSua Mag.º Seguindo as ordens que lhe mando incluzas, efazendo conter aSua gente emboa disciplina, eadvertindo-os, que deSorte nenhua entendão com o Gentio Gamella antes ostratem com toda a afabilidade p.ª que possamos conseguir ofim de civilizarmos estagente, cuja obra hé tanto do agrado de Deos, edoServiço, deSua Mag.º

Depoiz que sahi do Maranhão vim buscando notticias de Antonio Villella, e as premr.az que achey forão, deque tinha feito a infame aLeyvozia de ter vendido a India Amanajo pella qual fiz tanta deligencia athé que com effeito aachey. Logo amandey buscar aCaza doseu châmado Senhor, e a mandey, vir a minha prezença dedonde amandey pôr emcaza doEscrivão daFazenda desta Cap.nia emcompanhia decujas filhas seacha mt.º bem tratada, eaprendendo, tanto aLingoa Portugueza, como o trabalho, aque secostuma aplicar as molheres.

O tal Antonio Villela apareceu com trabalho, eomandey prender achando depois que tinha vendido mais o outro Tapuya Livre, efinalmente que andava na vida de hum verdr.º pralvilho.

Aqui mefez hua petição insolente, ementiroza p.a o mandar soltar aLegandome nella entre outras imposturas, que se neste cazo havia culpa que era só de vm.ce por lhe ter dado aquella India

p.a a vender sem ser sua, nem lhedefiri, nem lhe despachey apetição, eestou na rezolução de o mandar p.a Lx.a p.a a Livrar aestes Certões dehum homem detão máo procedimento.

Pello que respeita aos seus papeis fico entregue delles efarey o que poder na possiblid.e; porque Vm.ce possa ser deffirido ep.a isso farey hua reprezentação Deos queyra dar lhe bom successo.

Pello que resp.ta aos Indios Amanajas hé sumam.te conveniente termolos contentes, edeboa amizade com nosco p.a o que será necessr.º que Vm.ce quando achar que hé tempo deSahir, desse Arrayal, que já agora meparece que não poderá ser senão na seca do anno que vem, vá outra vez as suas Aldeas restetuir-lhe os seuz reffens, eSegurallos da nossa amizade, eque serão tratados com estimação, eEm sua plena Liberd.e, epello que resp.ta a rapariga que tinha furtado o Vilella seria mt.º bom que alguns dos seus parentez quizessem desser pello Gurupy emcujas Cabeceyras estão estas Aldeas p.a avirem ver aestaCid.e, eSerem testemunhas daEstimação, ebom trato nos pactos que Vm.ce lhefizer, noque toca ácincerid.e com que lheofferecemos anossa amisade.

Eu tive anoticia que alguns destes homens vendo que Vm.cez lhe faltavão como lheprometerão tomarão a rezolução debaixarem p.a examinarem aCauza deVm.cez lhe não cumprirem apromessa, eforão emcontrados noCaminho que vay doGurupy p.a o Maracú, espero que quando elles ahy chegassem vm.ce lhedesse o tratam.to que elles merecem pella humanid.e, ehospitalid.e que vm.cez experimentarão nas suas Aldeas.

Fico p.a dar gosto avm.ce com a mayor vontade.

DE. G.e avm. ce m.s ann.s

Pará 17 de Novr.º de 1751.

XVI

A Jacinto de Sampayo Soarez

A todas as cartas de vm.^{ce} que me tem chegado a mão tenho respondido, eSevm.^{ce} não foi entregue dellas, talvez que no Maranhão tivessem algũ desvio. Estimo aCerteza que vm.^{ce} me dá deque passa com Saude.

Sendome agora percizo dar alguas providencias, que se me pedião do Maranhão, p.ª continuar a guerra, que S. Mag.º mandava fazer aestes gentios foi examinar as ordens dod.º Sr. q.º havia deste resp.º eacho que nellas sóm.te secomprehendião os Guegues, eSenão fala hua só palavra nos Timbyras.

Pellas informaçõez q.º me tem chegado vejo que aesta nação se fez aguerra sem ordem algua de S. Mag.º eque com os Guegues athe agora senão tem entendido.

He percizo advertir avm.ce que quem faz guerra por authorid.c propria sem ordem do Soberano comete hũ Crime de Leza Mag.e e incorre nas pennas que as Leys impoem aestes exacrandos delictos, por cuja razão ordeno avm.ce, q.e não entenda, nem com osd.os Timbyras nem com os Acoroas, sem novas ordens, porque som.te respeita S. Mag.e innimigos aos taes Gueguez.

Pello que resp.ª aos Amanajos Certos homens daSua Tropa tem vendido alguns, sendo opremr.º o Amaral depois disso outro que vendeo hũ rapas e ultimam.te foi vendido hũ no Maranhão dizendosse, que era Timbira eagora o mando buscar; por cuja razão vm.ce dirá atoda agente daSua Tropa que se me constar q.e torna a haver semelhante excesso heyde tomar rezolução mais forte do que elles immaginarem aq.e espero, que secontenhão dentro dos Lemites da moderação, eprobid.e; porque deoutra Sorte terão certam.te trabalhos, que não poderão remediar.

Emq.to aoSeu negocio de vm.ce lhe não posso dar resposta, porq.e a não tive deLx.a, veremos sechega em algum dos Navios, q.e aqui seesperão qd.o escreverey de novo, eestimarey q.e vm.ce seja mt.o bem Succedido.

Napremr.ª occazião espero dar avm.ce algua noticia/seeu menão engano/ q.e não só lhe Seja agradavel, mas util. Em tudo, oq.e seofferecer das gosto avm.ce me achará sempre prompto com a mayor vontade. DE. g.e avm.ce m.s ann.s Pará 6 de Agosto de 1753.

O ALMIRANTE CUSTODIO DE MELLO E A REVOLUÇÃO DE 1893

CARTA ABERTA AO

SR. ALMIRANTE SOUSA E SILVA

PELO

ALMIRANTE ALVARO RODRIGUES DE VASCONCELOS



O ALMIRANTE CUSTODIO DE MELLO E A REVOLUÇÃO DE 1893

CARTA ABERTA AO

SR. ALMIRANTE SOUSA E SILVA

PELO

ALMIRANTE ALVARO RODRIGUES DE VASCONCELOS

Para a reparação, que a Marinha Nacional está, há muito, devendo à memória do almirante Custódio José de Mello, foi de felicíssima oportunidade a publicação do último dos artigos intitulados "O almirante Saldanha e a Revolta da Armada", nos quais V. Ex. vem divulgando suas reminiscências do movimento revolucionário da esquadra em 1893 e 1894.

Efetivamente, quando esse artigo apareceu, ensaiavam-se, num restrito círculo da Marinha, os primeiros e discretos passos no sentido da reparação devida, logo a idéia mereceu a aprovação do Exmo. Sr. almirante ministro da Marinha, que vai breve dar-lhe corpo, num preito, modesto embora, àquele que, pelo inexcedivel saber técnico, pela bravura, pela nobreza de atitudes e pelos serviços prestados à corporação e ao país, foi um dos nossos chefes mais eminentes.

Muito oportuna, assim, a publicação do artigo citado, porque sua leitura terá varrido ou varrerá do espírito dos que julgavam ou estão julgando imerecida a homenagem projetada, mesmo tão

Este trabalho foi publicado pela primeira vez no Diário Carioca, de 11 de março de 1935.

modesta como vai ser, objeções descabidas, mas baseadas nas atividades do saudoso almirante, referentes ao movimento revolucionário de que foi chefe.

E eu retardei este comentário a seu artigo, para poder ter o prazer de anunciar-lhe que, coincidindo com ele, e, sem que seu autor o soubesse, entrara em marcha a justiça que um dia há de ser completa, no julgamento da vida e dos atos do almirante Melo.

Agora, ao comentário.

As acusações que, com respeito àquelas atividades, pesam sobre o almirante Melo no seio, não da opinião pública, mas no da elite nacional e as quais o injusto silêncio da corporação e o voluntário mutismo do acusado, no fim de sua vida, deram a aparência de comprovadas, são:

- 1.º, que o almirante Melo arrastou sua classe à revolta;
- 2.º, que assim procedeu com intuitos políticos e para satisfazer ambições pessoais;
- 3.º, que, tendo revoltado a esquadra, revelou-se incapaz de a conduzir à vitória; e
- 4.º, que, depois da adesão do almirante Saldanha, o desamparou e nada fez fora do Rio.
- Ora, V. Ex. no artigo, que vou comentar, conta com minúcia como a Marinha, ou a maior parte de sua oficialidade, estava já profundamente divorciada do governo quando o almirante Melo abandonou o Ministério em fins de abril de 1893.

Assim diz V. Ex., referindo-se a data pouco anterior.

"...Melo continuava no governo. De Saldanha nenhuma manifestação", e

"Wandenkolk regressa do desterro e, senador, retoma sua atividade oposicionista e conspiradora. Uma crescente agitação começa a invadir a Marinha, com inequívocas demonstrações de hostilidade ao governo".

V. Ex. sabe, com certeza, que, quando, logo a seguir, o almirante Melo deixou o Ministério, quase todos os generais da Marinha se reuniram e pactuaram que nenhum dos presentes aceitaria a pasta vaga. Não era um gesto de solidariedade ao ministro resignatário, responsabilizado ainda na classe pela coparti-

cipação nas reformas arbitrárias de Wandenkolk, Marques Guimarães e Manhães Barreto, mas simplesmente de oposição ao governo e de incompatibilidade com ele.

A Marinha já estava, então, trabalhada suficientemente para um movimento. Seria seu chefe natural o almirante Wandenkolk que, sabida e justificadamente suspeito a Floriano, foi, entretanto, eleito presidente do Club Naval em maio de 1893. V. Ex. sabe, como sabem todos os que acompanharam, ou estudam os acontecimentos e a vida da Marinha nessa época, que as relações entre os almirantes Mello e Wandenkolk nada tinham de amistosas; o primeiro acabava de deixar a pasta que administrara com prejuizo da muita simpatia e do grande prestígio de que gozava; o segundo, o mais popular e estimado dos chefes da Marinha entre as guarnições, reunia em torno de sua pessoa tambem a quase totalidade dos oficiais, no mesmo sentimento de hostilidade ao governo.

E' V. Ex. quem, muito judiciosamente, ligando os impulsos de rebeldia da classe à campanha federalista no Rio Grande do Sul, diz, ao relembrar a eleição no Club.

"Em maio o Club Naval elege Wandenkolk para seu presidente e, pouco depois, abre-se na Marinha uma subscrição em socorro dos feridos federalistas.

Cento e oitenta e três oficiais, só no Rio de Janeiro a assinaram" (o grifo é meu)

A seguir, depois de nos mostrar o almirante Saldanha absorvido, então, pelos deveres funcionais, acrescenta V. Ex.:

"Mas a procela já obscurecia o horizonte. O afoitamento de Wandenkolk ia fazê-la estalar. E,

"Estimulado pela eleição à presidência do Club e encorajado pela rutura de Mello com o governo, Wandenkolk, numa aventura digna dos tempos de Bolivar, tenta o levante geral da Marinha".

O golpe de Wandenkolk no Rio Grande do Sul, que V.Ex. relata, entretanto, fracassou. E V. Ex. conclue:

"A Marinha não se levantou nessa ocasião, mas a prisão de Wandenkolk foi a mecha que pôs fogo à mina".

Realmente assim foi.

V. Ex. cita, com verdade e com referências que eu agradeço, o nome de meu pai entre os dos oficiais que primeiro procuraram o almirante Mello para induzí-lo a chefiar a revolta que se vinha preparando: isso deu-se, como V. Ex. refere, já depois da prisão de Wandenkolk, consequente ao insucesso do golpe que tentara. Posso acrescentar que, ao que sei, alem da resposta que V. Ex. lhe atribue, o almirante Mello teria dito ainda à comissão que o procurou que, dadas as condições em que deixara o Ministério, não se julgava com autoridade necessária para conduzir a Marinha num movimento quando, precisamente por tratar-se de um movimento revolucionário, maior seria a necessidade de obediência cega, que só um indisputavel prestígio conseguiria, e que, finalmente, em sua opinião só o almirante Saldanha gozava, na ocasião, de tal prestígio.

Foi só por isso e não porque se tivesse desgostado com a resposta do almirante Mello que a comissão que o procurava se dirigiu então ao almirante Saldanha.

Não importa, ao ponto de vista desse comentário, saber o que se passou entre os oficiais que a compunham e o almirante; importa, sim, acentuar, que ainda depois deste grande chefe, que teria — é óbvio — recusado então a chefia do movimento, foi tambem procurado e instado, com o mesmo fim, o almirante Jaceguay; ele mesmo o narrou em artigo publicado, no Jornal do Comércio, em 1895; e V. Ex. confirma o fato, relatando o ocorrido no Club Naval em 18 de julho de 1893. A revolução esteve, por votação unânime dos oficiais presentes, para estalar na noite desse mesmo dia, o que não aconteceu, só porque o almirante Jaceguay não quiz assumir a responsabilidade de a chefiar.

São de V. Ex., referindo verdades, frases como estas:

"A Marinha, porem, acirrada nos melindres de seu amor próprio, não se conformava com a situação moral e política em que a colocava a prisão, sem protesto do chefe que ela pusera à sua frente, etc.

e

"A 18 de julho a agitação na oficialidade na Armada atingia uma extrema intensidade".

Entretanto, acentuo eu, o almirante Mello não tinha ainda sequer aceitado o convite reiterado para chefiar o movimento. Era evidentemente a Marinha ou uma grande parte da Marinha que estava determinada, havia alguns meses, a se revoltar, fosse qual fosse o chefe.

Mas, continua V. Ex.:

"Acendendo por fim às solicitações que lhe eram renovadas, o almirante Mello consentiu em assumir a direção do movimento que arrastava a classe, etc.".

e para fazer mais uma citação:

"Não era o prestígio de chefes ambiciosos que arrastava a solidariedade da classe a um levante, cuja chefia um inflexivelmente recusara (refere-se V. Ex. ao almirante Saldanha) e não encontrara o outro (almirante Mello) pressuroso em busca antes relutantes em aceitá-la".

Salvo aquele "inflexivelmente recusara" que não exprime verdade integral, tudo aí é verdadeiro.

Chefe solicitado insistentemente para o movimento, entretanto, ainda em agosto, o almirante Mello hesitava. V. Ex. mesmo diz:

"Apesar dessas disposições ativas, a relutância íntima do almirante Mello não fora de todo vencida" e a Pinto de Sá e Belfort Guimarães declarava que o levante não se limitaria a um golpe de mão feliz e rápido na capital, e se tornaria numa verdadeira guerra, de longa duração, etc.".

Nada mais é necessário para demonstrar, baseado no depoimento de V. Ex., depoimento que, quantos tomaram parte de 1893, sabem ser, nesse ponto, fidedigno, que o almirante Mello, longe de arrastar sua classe à revolta, é que foi, pela grande maioria da corporação, arrastado a chefiar o movimento; de acordo com suas próprias e ponderadas palavras, ele teria sido impotente para o fazer explodir, se a Marinha não estivesse, havia muito, decisivamente disposta a qualquer ato dessa natureza.

Cae, pois, por terra a primeira das acusações que lhe são feitas.

Ipso facto fica a segunda destruida, mas essa é ainda mais vitoriosamente rebatida por uma atitude do almirante Mello, a que V. Ex. assim se refere.

"Em fins de agosto, mandava Alexandrino dizer a Mello pelo Dr. Manoel Maria de Carvalho que Saldanha aceitava a chefia do movimento e propunha-lhe uma conferência".

"Ao que Mello respondeu: "Se minha corporação entender que tem meu colega mais competência, e está no caso, mais do que eu para dirigi-la no patriótico cometimento que vai empreender, imediatamente passarei ao almirante Saldanha a missão que ela confiou-me, porquanto não faço questão de ser chefe, do que, porem, faço questão, e séria, é de ter na luta um posto de combate. A circunstância de ser eu mais antigo no posto desaparece completamente diante da grandeza e alcance do objetivo que leva minha corporação a sublevar-se" (18).

"Pôs Mello, contudo, a restrição, de que Saldanha não tivesse a intenção de repor a Monarquia".

O fato é autêntico. O próprio Dr. Manoel Maria de Carvalho, com quem, a despeito da diferença de idades, tive o prazer de privar, pois foi um dos melhores amigos de meu pai, mo relatou diversas vezes, quando, anos depois, conversamos sobre os acontecimentos de 93.

E' certo que V. Ex. põe em dúvida que o almirante Saldanha tivesse chegado, durante a conspiração, a aceitar a chefia do movimento que se organizava. Mas, pelo depoimento do saudoso Dr. Manoel Maria de Carvalho, não há motivo para se deixar de acreditar na palavra do então capitão de fragata Alexandrino de Alencar, quanto a ter havido, no correr de agosto, um momento em que o almirante Saldanha aceitou aquela chefia que, a seguir, recusou de novo, apenas porque uma das mais graduadas figuras da conspiração cometeu uma indiscreção que profundamente o desgostara.

Ora, a declaração do almirante Mello, nesse momento, de que tomaria um posto sob as ordens do general mais moderno, cujo poder de sedução e cujo prestígio ele próprio proclamava, destruiria, por completo, a lenda de que ele pretendia satisfazer ambi-

ções pessoais, arrastando sua classe para a revolução, se já antes não estivesse destruida a outra, a de que ele realmente a havia arrastado.

Esmagadas com o auxílio do depoimento de V. Ex., tanto mais insuspeito quanto prestado sem propósito de o fazer, essas duas acusações, que prejudicavam a elevação de sentimentos do saudoso almirante, passemos às outras duas, que afetam mais a sua reputação como técnico.

A esquadra teria sido, talvez, vitoriosa no mesmo dia em que amanheceu sublevada, ou ainda no dia seguinte, se dispusesse de forças de desembarque suficientes; estas porem, lhe faltaram.

Todos os navios revoltados estavam com as guarnições muito desfalcadas e sem a articulação e instrução indispensaveis a uma força de desembarque. A adesão do Regimento de Fusileiros, de efetivo tambem reduzido, só se completou na noite de 6 para 7 de setembro.

A única força capaz para aquele fim, como núcleo formidavel em torno da qual se poderiam congregar esse Regimento e elementos das guarnições da esquadra, era a dos Marinheiros Nacionais aquartelados em Villegagnon, em número de oitocentos, como diz V. Ex. e comandados por oficiais da confiança pessoal do almirante Saldanha.

Mas este ilustre chefe, pondo em jogo o imcomparavel prestígio de comandante, que até recentemente fora dos Marinheiros Nacionais, impediu, contrariando os impulsos naturais e desejos evidentes de seus ex-comandados, que eles aderissem logo à revolução.

Só a mais profunda ignorância na matéria pode pretender que teria sido possivel ao almirante Mello organizar, em tais con lições um desembarque com chances de vitória, aos primeiros dias do movimento. E à proporção que o tempo foi passando a impossibilidade de o fazer, se assim se pode dizer, cresceu.

Quanto à esquadra propriamente, nada dia melhor de seu estado do que o seguinte trecho do artigo de V. Ex., referente ao próprio dia em que a revolução explodiu.

"Mas não tardou o almirante Mello verificar a precariedade de sua situação. O "Aquidaban" navio chefe da revolta, o único dotado de real poder militar, não podia mover-se. Com as máquinas em reparos, faltava-lhe uma peça principal, sem a qual não poderia funcionar. A previdente prudência de Floriano a fizera transportar para o Itamaratí, sob sua guarda pessoal".

Certo, cabe aquí um reparo. Como iniciou o almirante Mello o movimento nessas condições? A resposta está na própria narrativa de V. Ex.; era a Marinha quem fazia o movimento, quem o preparava havia meses; não caberia ao chefe, solicitado insistentemente, em nome da dignidade da classe e afinal arrastado, averiguar da veracidade das informações que os conspiradores, de maior graduação e responsabilidade, lhe forneciam, nem descer a certificar-se — ter-lhe-ia sido impossivel fazer — da perfeição no funcionamento de todos os detalhes.

O fato é que o movimento da esquadra nasceu morto.

Tirou-lhe a única chance de êxito imediato, que residia num desembarque ousado, a neutralidade do almirante Saldanha.

Não desejo que V. Ex. veja neste conceito, como infelizmente é frequente acontecer, a mais remota intenção de acusar, por outra forma, esse chefe.

O almirante Saldanha não se comprometera a aderir ao movimento: mas o almirante Mello tinha o direito de esperar que a guarnição de Villegaignon a ele aderisse.

Lá está em seu artigo:

"Da Marinha, não contava ele (almirante Mello) com a fortaleza de Villegaignon.

Filinto Perry, incumbido de obter sua adesão informava que à exceção do 1.º tenente Antão Corrêa da Silva, alí preso como revoltoso do "Jupiter", os demais estavam hesitantes, mas que a marinhagem levantar-se-ia.

E V. Ex. sabe bem que espécie de homens foram Filinto Perry e Antão Corrêa e o que valiam suas palavras.

Mas Villegaignon, apesar de manifestações inequívocas, não aderiu e seguiu o almirante Saldanha em sua neutralidade.

E foi essa atitude que, repito, tirou ao movimento talvez a única possibilidade de sucesso imediato.

Na guerra, mais do que em quaisquer outras formas de atividade prática, as atitudes são julgadas pelos resultados que produzem. As intenções que as ditam servem apenas para aumentar ou agravar as responsabilidades da derrota.

O almirante Saldanha, aderindo imediatamente, teria fornecido ao movimento, que se propunha a desagravar a Marinha, a única possibilidade de triunfo, porque, alem do concurso inestimavel da própria pessoa e de sua ação, traria ainda o reforço imediato da numerosa guarnição de Villegagnon por ele mesmo, não havia muito, adestrada à perfeição.

Por outro lado sua atuação decisiva ao lado do governo teria produzido o fracasso imediato da revolta.

Em qualquer dos casos, teriam sido poupados ao país a longa, feroz e dolorosa luta, os prejuizos de toda a espécie que lhe arruinaram as finanças, a perda de tantas vidas preciosas, entre as quais avultou, pela reserva que representava, a do próprio almirante Saldanha e o desencadear de ódios, que tanto custaram a arrefecer; ter-se-ia tambem evitado o esfacelamento da Marinha Nacional, que só muitos anos depois conseguiu se reerguer.

A neutralidade do almirante Saldanha, entre os apelos da classe e os rigores do dever militar, foi, portanto, a despeito de quaisquer intenções que a tenham ditado, desastrosa.

Verificando que, com os elementos de que dispunha, as possibilidades da vitória no Rio de Janeiro dia a dia lhe fugiam e começando a sentir a pressão dos agentes diplomáticos estrangeiros, que lhe tolheu logo a ação e contra a qual seria absurdo reagir, o almirante Mello dispôs-se a operar fora do Rio. Abandonar porem o porto da capital do país seria tambem entregar livre ao governo, seu melhor respiradouro, porque, no estado em que estava a esquadra, não havia base que lhe servisse, não já para bloquear, que a diplomacia não o permitiria, mas mesmo somente para trazer o governo inquieto, com a presença de navios revoltosos à entrada do porto.

Foi, pois, necessário dividir a esquadra.

O chefe ficou, naturalmente, no Rio; os navios mais capazes sairam; a maior autoridade fora do Rio levou instruções militares e políticas que V. Ex. deve saber não foram cumpridas.

O almirante Mello via confirmada suas palavras, que atraz deixei consignadas, quando pela primeira vez foi convidado para chefiar o movimento: por isso mesmo que este era de carater revolucionário, maior era a necessidade de uma obediência cega. Essa obediência, se tinha, porventura, existido na presença do chefe, desapareceu quando ele ficou à distância.

Eu não quero, não devo descer a detalhes; V. Ex. tem elementos para fazê-lo, no curso da publicação de suas reminiscências.

Basta recordar que, quando o almirante Saldanha tardiamente aderiu à revolta, trazendo-lhe novos elementos, já então inuteis para recuperar a vitória que fugira e o almirante Mello tentou deixar o Rio, foi encontrar, com dolorosa surpresa, instalado em Santa Catarina, um governo provisório desprestigiado e inerte, e do qual figuras políticas que o almirante indicara como capazes de dar-lhe dignidade e eficiência se tinham visto obrigadas a não participar.

V. Ex. sabe que a mesma falta de disciplina entre muitos dos oficiais mais graduados foi uma das mais amargas decepções do almirante Saldanha, que, apesar de seu enorme prestígio, não encontrou obediência cega e cooperação devotada senão em parte dos oficiais subalternos e em todos os seus guarda-marinhas e aspirantes.

Hoje, quando na Marinha se sobrepuseram três gerações àquela que tomou parte no movimento de 93, já se pode e se deve ir levantando o véu que encobre as causas do fracasso desse movimento. Pelo menos a rehabilitação da memória de seu chefe assim o pede.

E eu me limito a erguer apenas a ponta do véu, o suficiente para provar que, salvo talvez o almirante Saldanha se tivesse logo a 6 de setembro assumido a chefia do movimento, não por maior competência, mas pelos elementos que então atrairia, nenhum outro chefe o teria conduzido por forma capaz de dar-lhe a vitória.

A quarta acusação é tão infundada como a terceira.

Foram a mesma indisciplina, consequência natural do cansaço de uma luta prolongada e áspera e sem mais possibilidade de vitória e a dificuldade de comunicação direta pessoal, entre os dois chefes, que deu durante algum tempo a impressão de falta de cooperação militar entre eles.

Nem mesmo no Rio, nem fora do Rio, quando o almirante Saldanha aderiu, havia mais elementos materiais para alcançar a vitória, ou para qualquer dos chefes auxiliar o outro.

Os navios arrastavam-se apenas, não havendo no Rio, ou fora onde se repararem ou abastecerem-se; faltava-lhes até combustivel e quanto a munições não havia como, nem onde obtê-las. E a tenacidade e bravura dos dois chefes, dos grupos de oficiais mais dedicados a ambos e do devotamento das guarnições, não conseguiram galvanizar o moral coletivo que, afinal, se dissolvia nas demonstrações de fadiga de quase todos e de indisciplina de muitos.

As forças terrestres aliadas no sul ao movimento só contemplavam ações defensivas nos locais onde se organizavam.

V. Ex. conhece, e sem dúvida melhor do que eu, o caso de uma fração do exército revolucionário que se recusou a embarcar para determinada expedição; conhece as causas do fracasso da tentativa do almirante Mello de ir à Baía combater a esquadra do governo, que lá se concentrava. E, quando frustrado o golpe contra o Rio Grande, o almirante Mello quis regressar a Santa Catarina para esperar, com o "Aquidaban", essa esquadra e darlhe combate, suas ordens não puderam ser cumpridas e a desistência da luta lhe foi assim quase imposta.

Não quero, repito, descer a detalhes.

Lembro apenas que, quando os dois chefes se encontraram no exilio e tiveram entendimento pessoal, o almirante Saldanha poude verificar que se alguem tinha o direito de queixar-se não era de seu colega que iniciara o movimento e que com ele partilhava, aos olhos de todos, da responsabilidade da derrota.

Essas acusações nasceram e ganharam foros de provadas na alta camada civil, porque nunca a história da revolta da Armada foi feita com verdade, porque nunca houve entre os que se bateram quem as tivesse querido destruir e porque o próprio acusado em vida, estoicamente, pelo decoro da causa que o arrastara, aceitou o peso da responsabilidade do insucesso, para dele exonerar seus ex-comandados. O silêncio dos que tomaram parte no movimento e o do valoroso chefe sacrificado podem hoje ser explicados.

Quando a anistia de 95 abriu, àqueles que haviam lutado bravamente por tantos meses e haviam sofrido o longo e desesperançado exilio, as possibilidades de refazerem seu futuro, a derrota do movimento de 93 tomaria a feição de "salve-se quem puder" das grandes catástrofes. A brutalidade do instinto de conservação haveria de manifestar-se, sacrificando alguns para que a maioria se pudesse salvar; seria perfeitamente humano.

Entre os revolucionários de 93, porem, dois havia cujo sacrifício teria bastado para permitir a salvação de todos os outros, evitando o espetáculo degradante do "salve-se quem puder": os dois grandes chefes, os mais completos que a Marinha conheceu. Um já se deixara heroicamente imolar em Campo Osório; restava o outro, cujo pundonor de chefe não lhe permitiria repudiar o movimento, nem estar na luta feroz pela salvação. Acompanhá-lo, seria renunciar ao futuro que de novo se abria.

Não seria humano.

O nobre almirante foi votado ao sacrificio: ficaram-lhe fiéis apenas um reduzidissimo grupo de oficiais, menos apressados e quase todos os humildes — os guarda-marinhas alunos e os aspirantes, fiéis tambem à memória do glorioso almirante Saldanha e que davam assim um testemunho eloquente da solidariedade entre os dois chefes, no infortúnio comum.

A solidariedade da grande maioria com a revolução manifestava-se no culto à memória do Almirante Saldanha, o que era simpático e não era arriscado.

E o almirante Mello compreendeu e se submeteu ao sacrificio-esquecimento.

Esquecimento de todo um passado de dignidade, de devotamento à classe e de grandes serviços ao país, na guerra, e na paz, esquecimento, sobretudo, de que, na hora julgada de humilhação, fora nele, relutante mas cedendo por fim aos apelos feitos em nome do brio coletivo, que a Marinha encontrou o único chefe para o movimento de desagravo.

Da nobreza com que o ilustre almirante vencido o fez, é medido o silêncio em que se encerrou até a morte, sem uma palavra de arrependimento, de recriminação contra os ex-comandados que refaziam suas carreiras, ou de revolta contra a impiedosa ingratidão..... do destino.

Depois....

Depois, ao poder, mesmo exercido já em linhas mais elevadas, não era desagradavel que fosse olvidado na Marinha e no país o nome do grande almirante: dentre os astros de segunda grandeza da revolução dominada um se aproximara dos governos e com o reflexo que dele recebeu passou a fulgir como planeta brilhante; em sua órbita entraram a gravitar quase todos os náufragos de 1893. A ninguem, menos do que a um planeta, convem deixar viver, mesmo na recordação de uma luz crepuscular a rutilância do sol.

V. Ex., almirante Sousa e Silva, foi dos que mais próximos ficaram do novo astro.

Por uma aberração astronômica, frequente entretanto neste nosso mundo sub-lunar, V. Ex. concorreu com o fulgor de sua inteligência e de sua cultura, para lhe tornar mais intenso o brilho na tentativa desnecessária de ofuscar o sol; desnecessária porque o próprio sol resignadamente mergulhara no horizonte, para permitir que no céu da classe, que tão vivamente iluminara, cintilassem, longínquos, alguns pequeninos pontos luminosos.

Perdôe-me a franqueza, por tanto tempo recalcada, à falta de oportunidade; perdôe-me porque, apesar de tudo, quero dizer-lhe: bem haja V. Ex. que, com seu artigo, resgata a pequena parte que teve na grande injustiça e acelera, com seu valioso testemunho, a reparação devida à memória do Almirante Custódio José de Mello.



ATAS DE 1940





SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1673) EM 8 DE JANEIRO DE 1940. POSSE DA DIRETORIA E DAS COMISSÕES PERMANENTES

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MAX FLEIUSS E JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

As 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos Srs. Dom Sebastião Leme, Max Fleiuss, João da Costa Ferreira, Braz Hermenegildo do Amaral, Francisco Radler de Aquino, Basilio de Magalhães, José Maria Moreira Guimarães, Raul Tavares, Alfredo Ferreira Lage, Alfredo Nascimento Silva, Augusto Tasso Fragoso, Virgilio Corrêa Filho, Alexandre Emilio Sommier, Jonathas Serrano, Martinho Nobre de Mello, Dom Pedro de Orleans Bragança, Claudio Ganns, Frei Pedro Sinzig, Edmundo da Luz Pinto, José Luiz Baptista, Francisco José de Oliveira Vianna, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, José Wanderley de Araujo Pinho, Candido Mariano da Silva Rondon, José Mattoso Maia Forte, Mario Carneiro do Rego Mello, Emilio Fernandes de Souza Docca, Thiers Fleming, Carlos da Silveira Carneiro, Alcindo Sodré, Elmano Cardim, Augusto Tavares de Lyra, Afranio Peixoto, Rodolpho Garcia e Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt.

O SR. MAX FLEIUSS (secretário perpétuo), assumindo a presidência, convidou para tomarem assento à mesa o Sr. Comandante Octavio Figueiredo de Medeiros, representante do Sr. Presidente

da República, Cardeal Dom Sebastião Leme, Embaixador Martinho Nobre de Mello, Dom Pedro de Orleans Bragança, ocupando o seu respectivo lugar, de orador, o Sr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.

O SR. MAX FLEIUSS convidou o Sr. Alexandre Emilio Sommier, como um dos escrutinadores, que foi, das eleições realizadas pela Assembléia Geral de 15 de dezembro último, para ler a pauta das mesmas eleições, o que foi feito.

Em seguida convidou os Srs. Dom Pedro de Orleans Bragança, Martinho Nobre de Mello, Alfredo Nascimento Silva e Francisco José de Oliveira Viana para introduzirem no recinto o presidente eleito Sr. José Carlos de Macedo Soares.

Ao penetrar no recinto o novo Presidente, a banda de música do Corpo de Bombeiros executou o hino da *Coroação*, de Francisco Manuel da Silva.

Logo depois o Sr. Max Fleiuss disse:

Senhor José Carlos de Macedo Sores:

Tenho a honra de vos declarar empossado no cargo de presidente efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Instituto nutre a certeza de vossa dedicação inteligente para que possa cumprir, como até aquí, suas gloriosas tarefas; gloriosas e patrióticas.

Os poucos meses de vossa presidência eventual, por força estatutária, importam numa afirmação magnífica de vossos predicados de administrador que sabe conduzir seus companheiros e promover o brilhante desdobramento dos serviços.

Sois, Senhor José Carlos de Macedo Soares, o primeiro presidente eleito no segundo século de nossa vida social e o Instituto, guiado por vossos talento e habilidade, saberá ser sempre fiel ao seu lema — Pacifica scientiae occupatio". (Palmas.)

Assumindo a presidência o Sr. José Carlos de Macedo Soares proferiu o seguinte discurso:

"Não encontro maneira mais conveniente de demonstrar o meu reconhecimento à vossa bondade, elevando-me à presidência deste venerando Instituto, senão dizendo-vos imediatamente o apreço e consideração por seus trabalhos, que pertencem ao patrimônio espiritual da Nação, e constituem uma das maiores contribuições à nossa cultura.

O Instituto Histórico e Geográfico é sem dúvida a mais antiga e a mais meritória das nossas associações sábias. O seu passado remonta a um século de ininterrupto e tranquilo labor. Nas listas de seus sócios efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos, figuram sempre grandes expoentes da política, da inteligência e da erudição no país e no estrangeiro. Se um deles devo citar é, bem o adivinhais, o imperador Dom Pedro II, protetor do Instituto, assíduo colaborador de seus trabalhos, principal animador de pacientes estudos que enriquecem de experiência e de conhecimento nossa existência de nação soberana.

A Revista do Instituto é um repositório dos feitos patrióticos e desinteressados de brasileiros ilustres. O fio de nossa tradição segue através do labirinto de suas páginas. O ideal não se perde nem se descaminha. Bem cedo os pesquisadores do Instituto Histórico tiveram a intuição dos episódios da vida pública, da significação que lhes cabia no conjunto histórico nacional. E logo o conhecimento nos facilitou o enquadramento filosófico da nossa missão de historiadores.

Efetivamente a pesquisa e a ordenação da verdade constituem uma ciência social, uma ciência do homem que vive na sociedade, Seus materiais são o fato e o documento histórico. Mas o valor intrínseco de uma página histórica está na interpretação de sua categoria em relação ao sistema de realidades que orienta a vida da Nação.

Verifica-se assim que a História é uma ciência social e política; é um dos mais valiosos instrumentos do governo dos povos; é o repositório de suas experiências, e a base de sua sabedoria.

Nas vastas searas da História vemos duas castas de trabalhadores: Os que pesquisam e concatenam a verdade; e os que interpretam os incidentes, e aplicam o senso das idéias gerais à descoberta das idéias de conjunto que regem os destinos nacionais. Contudo, as duas castas de trabalhadores não se isolam em eitos a parte. A verdadeira apresentação da História na esfera das ciências é uma constelação de conhecimentos filosóficos, historiográficos, paleográficos, diplomáticos, numismáticos, genealógicos, heráldicos, cronológicos e, sobretudo, geográficos.

Dominando todos esses conhecimentos próprios dos pesquisadores, vemos o Direito, a Economia Política, a Sociologia e a Moral, formando os focos de alteração das grandes órbitas dos intérpretes do espírito da verdade histórica.

— Quem pode contestar — refletindo o complexo misterioso dos fenômenos da vida universal no microcosmo da própria conciência — quem pode contestar que a mola real da vida eterna seja puramente uma ordenação do espírito? — Essa ordenação do espírito vem do abismo sideral, sempre constante e igual a si mesma até o mistério comovente da germinação de um grão de mostarda.

O homem no seu trânsito terreno é solicitado pela emoção do espiritual e pela sensação do material. Por isso, as sociedades humanas oscilam entre estes dois quadrantes. Ora tendem às soluções imediatas e egoísticas; ora se adiantam lentamente entre as aspirações do ideal, vislumbrando alem dos horizontes visiveis.

O ritmo desses movimentos constitue um admiravel equilibrio. Entretanto, as longas e verdadeiras perspectivas da existência da humanidade nos demonstram, irrefutavelmente, que o campo espiritual vai ganhando sobre o quadrante do material. Essa vantagem quoti-

dianamente inapreciavel — só mensuravel com o compassar dos séculos — é a "Civilização".

As pedras do seu edifício são o Direito, a Justiça, o amor à liberdade, o respeito à conciência e à personalidade humana. A Civilização é conduzida por uma estrela alta nos céus. O caminho que ela indica é o da suprema humanidade de um berço improvisado pelo amor material, num estábulo de animais pacíficos e sofredores. Os Reis Magos que transitam no caminho são a Humanidade, trazendo a mirra, o ouro e o incenso. Consideramos a profunda, a estranha, a maravilhosa significação de tais oferendas. O material, por certo, mas o material a serviço do espiritual. Tudo se sublima no coração humano, o mistério de sua vocação ao conhecimento de Deus esteve presente simbolicamente na adoração dos Magos.

Esta casa, meus senhores, é um templo do espírito. A cera que se consome à chama da nossa fida espiritual é o fragilíssimo papel dos arquivos e das bibliotecas. Mas a claridade que projeta tal chama do espírito, descobrindo, fixando, interpretando a verdade histórica — é a única que pode devassar as obscuridades misteriosas do futuro, dando-nos o verdadeiro sentido do destino do Brasil.

- Mais uma vez, ilustres consócios, agradeço-vos do fundo do coração a honrosíssima investidura na presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Queira Vossa Eminência, Senhor Cardeal Dom Sebastião Leme, receber as homenagens desta casa, sensibilizada por vossa presença.

Agradeço, igualmente, ao senhor Presidente da República o se haver feito representar nesta solenidade pelo digno sub-chefe de sua Casa Militar. (*Grandes aplausos*.)

(Findas as palavras do sr. Presidente Macedo Soares, a banda tocou o *Hino Acadêmico*, de CARLOS GOMES.)

Em seguida, o Sr. Pedro Calmon, orador oficial do Instituto, proferiu este discurso:

"Senhores: Assume hoje a direção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o eminente consócio, já por um ano presidente interino, Sr. José Carlos de Macedo Soares. De 30 anos a esta parte, o Barão do Rio-Branco, o Conde de Affonso Celso por mais de um quarto de século, Manoel Cicero Peregrino da Silva e José Carlos de Macedo Soares, sucessivamente, receberam e honraram o alto encargo de presidir ao Instituto, orientado nas suas atividades desde 1838 por um sereno e profundo senso patriótico que se não descontinuou através de 100 anos. Como aos seus ilustres antecessores, há de inspirar ao nosso presidente efetivo que agora se empossa a atmosfera sagrada desta academia, as suas tradições e as sombras ínclitas que lhe povoam as galerias e os anais, espírito e energia duma Casa que a geração da Regência, a bravia e soberba geração de Aureliano e Bernardo levantaram como uma escola — seminário de vocações nacionalistas, como uma torre ebúrnea — refúgio do estudo modesto como um pilar — esteio dos interesses permanentes do Brasil, como um tribunal — da severa verdade e da justiça impessoal, como um templo — do culto ininterrupto das glórias pátrias.

Títulos, para o exaltarem no apreço de seus confrades, não lhe faltam, justificativos da escolha.

Homem de estado, que se consagra às pesquisas desinteressadas como lhe permite uma carreira profusa de serviços ao país no interior e no estrangeiro; publicista e estudioso dos problemas brasileiros: diplomata, economista, historiador; tendo sido ministro, embaixador, chanceler, sem esquecer, nos postos dominantes, as preocupações da cultura que pacifica os povos e os dignifica; na ação multiforme e no pensamento, na vida prática e na sua vasta influência intelectual, V. Ex., Sr. Presidente, conservou íntegra, manteve incorrupta a fé no Brasil. E' palpitante documento disto o livro precioso que ainda há pouco nos deu sobre as transformações político-geográficas da

nacionalidade — síntese de sua formação territorial, consolidação dos seus limites retraçados pela espada do sertanista num mapa obscuro, epopéia sóbria de gênio e força da raça na sua expansão irreprimivel, informada pelos diplomas que em nome de Papas e Reis nô-la confirmaram.

Benfazejo trabalho, o que nos ofereceu V. Ex., Sr. Macedo Soares, por ocasião do congresso comemorativo do centenário do Instituto! Vinha V. Ex. de São Paulo, e trouxe-nos a contribuição mais saborosamente paulista a que podiamos aspirar, quanto à historiografia nacional: trouxe-nos a resenha do esforço "bandeirante". criador de império. "Per Brasilia fiant eximia". O escorço das viagens, que foram revelando, na penumbra colonial, o encontro da Pátria imensa. O roteiro dos fabulosos senhores do sertão de coira acolchoada, pés nus, a barba patriarcal desdobrada sobre o largo peito, a face mamaluca, ferazes, honrados, inabalaveis, em cujo sangue tumultuavam a coragem portuguesa e a astúcia indígena, netos de João Ramalho, e avós do povo brasileiro! E o resultado linear dessa aventura: fronteiras do Brasil desoprimido do "meridiano de Tordesilhas", indiferente aos conchavos das cortes de alem-mar, desatado na sua configuração definitiva, graças à esplêndida eclosão de suas forças rácicas, cósmico, desmesurado, inconfundivel...

Assim queremos o Brasil!

Cabe ao Instituto (onde o passado tem as suas dimensões reais), apreciá-lo e elucidá-lo nesse turbilhão de energias imprevistas.

A história, ao contrário do que se crê geralmente, não é uma estática, simplesmente porque não é um momento. Não é, aluvião das nações, uma só camada, muito menos, na classificação das gerações, uma época, um tipo social, uma espécie insuprivel. A dinâmica da História consiste no seu sentido de realidades humanas. Multidões e heróis são aí tomados em função do seu meio e do seu tempo, surpreendidos na sua violência vital, destacados de encontro ao seu horizonte físico, vistos à luz autêntica que destaca forma e mo-

vimento, técnica e mecânica, impulso e estrutura, a estética do que existe e o milagre da evolução que é uma paródia de eternidade.

A história — certo — é a identificação do que viveu, capaz de singularizar no anonimato a que se destinam as criaturas perdidas no fundo dos tempos "os que se foram da lei da morte libertando".

Não deixemos, porem, que essa tendência biográfica, tecido literário em que se embalam as nações velhas, perturbe outra série de ressurreições a história das maciças unidades nacionais, a história dos povos que imitam, no seu drama restrito, o caso individual; a vida impregnada de poesia dos paises americanos — brotados do amor como um romance, endurecidos na luta, enriquecidos no trabalho, sábios na paz, inquietos na sua inocência tropical, maravilhosas experiências do gênio civilizador dos séculos que se enquadram nas amplas superfícies incultas... História é, com isto, continuidade; é alma imperecivel, é a coerência, a sucessão, o desenvolvimento orgânico, o mutavel no perpétuo, o imortal na transformação constante, o próprio alento de terra e gente na sua unidade irredutivel.

Não sei de outra instituição no país que guarde, como esta, tão inalteravel fidelidade ao seu ministério de origem.

O Brasil histórico aquí se revê, evocado e descrito nas duas centenas de volumes de suas publicações, ou recordado e sugerido pelas suas paredes vestidas de relíquias. Surgiu antes do segundo reinado. Um imperante filósofo deu-lhe, meio século, a solicitude de sua assistência propulsora de iniciativas, fertil de estímulos.

O Império recolheu-se aos seus arquivos, pintou-lhe de galas e efígies austeras os muros desbotados, refugiou no seu museu, ou se meteu nos seus cartulários quando raiou a República. Lá fora a mudança de regime podia significar a ruptura das tradições, a quebra da evolução brasileira reclamada, depois de 1889, para outros rumos. No Instituto, todavia, o Brasil permaneceu intacto, aparentemente saudosista, deveras igual a si mesmo; na rua do Ouvidor

bem distinto, abrasada de paixões que passaram como os ventos tempestuosos que nos fustigam as marés, como os ventos — caprichosas e ásperas, porem aquí, na placidez deste Senado de letras e memória, respeitavel e homogêneo como um legado indivisivel, como uma religião suave, como um compromisso e uma reparação. Daí o prestigio subsequente dele, quando as procelas se esgotaram na sua fúria esteril, desapareceu o colete vermelho, a lembranca do passado deixou de ser uma impertinência senil e os bons servidores de outrora voltaram aos nichos da veneração pública. Rio Branco e Affonso Celso fizeram do Instituto uma peça de política patriótica. Restituiram-lhe a acústica e a altura dos primeiros anos, do tempo em que Sepetiba ou Bom Retiro, Abrantes ou Joaquim Norberto, Macedo ou Nabuco transportavam para a sua tribuna a mais elevada tribuna acadêmica do periodo monárquico — a palavra sentenciosa, grave e cortez. Os tratados de limites que apaziguam as relações inter-americanas estudam-se na sua mapoteca ou se corrigem no socego de sua livraria de 70 mil tomos. As celebrações cívicas realçam-lhes a sala de sessões. Não há dia festivo da Pátria que o não encontre de portas abertas para o culto, à semelhança da Igreja, que não esquece os seus apóstolos, que não enjeita os seus mártires, não repudia os seus oragos, atenta ao calendário, fiel à homenagem, pontual na gratidão, inevitavel na justiça.

O primeiro Congresso de História Nacional, em 1941, é mais do que uma data, na cronologia da literatura e da ciência do Brasil; é um divisor de águas, uma separação nítida de eras mentais. Convocados por Affonso Celso os historiadores conjugados pelo serviço do Brasil sem embargo de suas preferências doutrinárias e políticas, opuseram então à história falsificada ou facciosa, que circulava em certos desvãos do pensamento público, a história veraz que se "ufana" da velha humanidade colonial, dos nossos troncos éticos, da bravura avoenga, da integridade nacional que o Império nos assegurou, da honra pessoal dos seus estadistas e da magnanimidade de Pedro II,

do cavalheirismo de Pedro I, do arrebatamento romântico dos homens da Regência, da sagacidade da nossa diplomacia, da glória das nossas armas, da pujança da armada e do exército quando Tamandaré e Caxias tinham a responsabilidade dos créditos militares da nação... Matéria prima das convicções que desvaneceram, afinal, as místicas infaustas, para imporem, suprema, a da Pátria unida e perene, a tarefa empreendida pelo Instituto nesse largo campo cultural justifica, exalça 40 anos de trabalhos sobredourados pela imparcialidade, pela renúncia de interesses transitórios, pelo sentimento do bem comum, pelo amor do Brasil.

Inauguramos uma fase auspiciosa de investigações necessárias, de revisões que tardavam, de comemorações oportunas.

A Diretoria atual deveras não apresenta outro programa. Quer que o Instituto valha e prossiga; eduque e propague; influencie e ensine! Quer que corresponda aos objetivos de sua fundação, ao empenho das administrações pretéritas, à importância de suas funções cívicas. Programa suficiente: honrar sem omissões, defender sem erros, resguardar e reverenciar as tradições que nos orgulham, o próprio país, nas cinzas dos grandes mortos, na lembrança dos seus triunfos, na originalidade e no mistério do seu espírito, na sua verdade histórica — isto é, na sua identidade e no seu destino. (Aplansos.)

(Concluido o discurso, a banda de música tocou o Hino à Bandeira, de Francisco Braga.)

O Sr. Embaixador Macedo Soares declarou empossados os demais membros da Diretoria e das Comissões permanentes a saber;

1.º Vice-Presidente, Augusto Tavares de Lyra; 2.º Vice-Presidente, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes; 3.º Vice-Presidente, Alfredo Nascimento Silva; 2.º Secretário, Virgilio Corrêa Filho; Orador, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt; Tesoureiro, Francisco Radler de Aquino.

Comissões — História — Max Fleiuss, Basilio de Magalhães, Souza Docca, Feijó Bittencourt e Canabarro Reichardt.

Fundos e orçamentos — Rodrigo Octavio, Raul Tavares, Alfredo Lage, Oliveira Vianna, Mattoso Maia Forte.

Geograiia — José Maria Moreira Guimarães, Carlos da Silveira Carneiro, Leão Teixeira Filho, Radler de Aquino e Alexandre Sommier.

Arqueologia e Etnografia — Rodolpho Garcia, Afranio Peixoto, Roquette Pinto, José Luiz Baptista e Virgilio Corrêa Filho.

Bibliografia — Rodrigo Octavio Filho, Bernardino de Souza, Liberato Bittencourt, Vieira Ferreira e Gustavo Barroso.

Estatutos — Afranio de Mello Franco, Costa Ferreira, Wanderley Pinho, Pedro Calmon e Edmundo da Luz Pinto.

Admissão de sócios — Alfredo do Nascimento, Braz do Amaral, Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Valladão e Levi Carneiro.

A sessão foi, depois, encerrada às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.

Das altas autoridades civís e militares estiveram presentes os Srs. Capitão de Fragata Octavio Figueiredo de Medeiros, Sub-chefe do Gabinete Militar do sr. Presidente da República, representando o Chefe do Estado; Comandante Gabriel Moss, do Sr. Ministro da Marinha; Major Augusto Dorna, do Sr. Ministro da Justiça; João Massot, do Sr. Ministro da Educação; Dr. Sylvio B. Soares, do Sr. Ministro da Fazenda; Dr. Helio Sodré, do Sr. Ministro do Trabalho; Tenente-coronel Mario Travassos, do Estado-Maior do Exército; J. Corrêa Pinto, do Sr. Prefeito do Distrito Federal; Capitão Joaquim Menezes Santiago, representando o Sr. General Francisco José Pinto, Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

— Achavam-se também entre os presentes os Srs. General Horta Barbosa, Almirante Castro e Silva, Chefe do Estado Maior da Armada, Almirante Alvaro de Vasconcelos, Almirante Dr. Tosta da Silva, comissão do Corpo de Bombeiros, Major Leão de Moura e Capitão José Raphael Cavalcante e Damasceno Carvalho; Generais Azeredo Coutinho e José Pessoa; Genaro Vidal Leite Ríbeiro, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro; representação do Conselho Nacional do Petróleo; Padre Murilo Moutinho, por si e pelo Provincial da Companhia de Jesús; representação do Gabinete Português de Leitura; Capitão Adacto Mello, representando o General Meira de Vasconcellos; Cônego Olympio de Mello, Presidente do Tribunal de Contas da Prefeitura; Dr. Alberto do Rego Lins, pelo Instituto dos Advogados; José Oliani, do Conselho Nacional de Geografia; Tenente Marcos Vargas, representando o General João Marcelino; representação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: representante do Comando da Polícia Militar, bem como grande número de intelectuais e famílias que enchiam literalmente a sala das sessões do Instituto Histórico.

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1675), EM 15 DE ABRIL DE 1940

PRESIDÊNCIA DO SR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a primeira sessão ordinária no corrente ano, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Virgilio Corrêa Filho, Francisco Radler de Aquino, Francisco José de Oliveira Vianna, Alfredo Ferreira Lage, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Jeronymo de Avelar Figueira de Mello, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Augusto Tasso Fragoso, Rodrigo Octavio Filho, Herbert Canabarro Reichardt, Francisco José Pinto, Frei Pedro Sinzig, José Mattoso Maia Forte, Candido Marianno da Silva Rondon, Carlos Viegas Gago Coutinho, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, José Luiz Baptista, Manoel Tavares Cavalcanti, Ataulpho Napoles de Paiva e Alfredo Nascimento Silva.

Foram lidas e aprovados as atas das sessões de 13 e 27 de novembro, 15 de dezembro de 1939, e de 8 de janeiro do corrente ano, bem como as *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE MACEDO SOARES comunicou, em sentidas palavras, o falecimento dos consócios D. Pedro de Orleans Bragança, que pertenceu ao Instituto desde 22 de junho de 1900 e faleceu em Petrópolis em 22 de janeiro deste ano, e do General José Maria Moreira Guimarães, eleito em 6 de agosto de 1921 e falecido a 10 de fevereiro

último, dizendo que, na ocasião oportuna, o distinto orador do Instituto fará o respectivo necrológio.

Foi lido em seguida, posto em discussão e unanimente aprovado, o parecer da Comissão de Fundos e Orçamentos, relativo a receita e despesas no ano de 1939, assinado pelos Srs. Rodrigo Octavio, relator; Oliveira Vianna, Raul Tavares, Alfredo Ferreira Lage e Mattoso Maia Forte.

Logo depois foi lida a seguinte proposta:

Proposta — "Propomos que seja elevado à classe dos Beneméritos o sócio efetivo Sr. Almirante Raul Tavares, que faz parte do Instituto desde 23 de agosto de 1912, tendo sempre servido nas comissões permanentes e prestado ao nosso grêmio o concurso de sua culta inteligência, o que se verifica das páginas de nossa *Revista*.

E para a vaga se abrirá na classe dos efetivos, propomos seja transferido o sócio honorário Dr. Claudio Ganns, nos termos do resolvido pela Assembléia Geral de 15 de dezembro de 1939.

Para sócios honorários propomos os Srs. engenheiro civil Christovam Leite de Castro e o Dr. Manoel Augusto Pirajá da Silva.

O Dr. Leite de Castro é diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, secretário do Conselho Nacional de Geografia, diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1927, tendo merecido os prêmios Marechal Gomes Jardim, Carlos Morsing e Paulo de Frontin.

E' o diretor da Revista de Geografia e autor, entre outros trabalhos, o intitulado — Cálculo de uma geodésia terrestre.

O Dr. Manoel Augusto Pirajá da Silva, professor catedrático, jubilado, da Faculdade de Medicina da Baía, publicou até agora Através da Baía, excertos da obra Reise in Brasilien, de von Martius, e Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros, obra de Martius por ele traduzida e comentada vultosamente. — Rio de Janeiro, 15 de abril de 1940. — José Carlos de Macedo Soares; Max Fleiuss, Radler de Aquino, Oliveira Vianna; Alfredo Nascimento;

Feijó Bittencout; Tavares Cavalcanti; Herbert Canabarro Reichardt; Alfredo Ferreira Lage; Virgilio Corrêa Filho; Rodrigo Octavio Filho.

Aceita a proposta, o Sr. Presidente Macedo Soares deu o seguinte despacho; "À Comissão de Admissão de Sócios quanto aos Srs. Raul Tavares e Claudio Ganns, sendo relator o Sr. Alfredo Nascimento; à Comissão de História, quanto ao Sr. Pirajá da Silva, sendo relator o Sr. Basilio de Magalhães e à Comissão de Geografia, quanto ao Sr. Leite de Castro, sendo relator o Sr. Radler de Aquino".

Em seguida, da tribuna, o sócio efetivo Sr. Coronel Antonio Leonolo Pereira Ferraz proferiu a sua conferencia sobre o *Dia da América* e o quinquagenário da fundação da *União Panamericana*, tendo sido muito aplaudido.



O PANAMERICANISMO E SUAS ORIGENS

(CONFERÊNCIA DO SR. TENENTE-CORONEL A. L. PEREIRA FERRAZ)

Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Srs. Embaixadores, Ministros e Encarregados de Negócios;

Sr. Secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal e demais autoridades civís e militares, aquí presentes ou representadas;

Meus prezados e ilustres consócios;

Minhas senhoras e meus senhores.

Nada menos de seis oradores já ocuparam esta tribuna para comemorar o Dia da América. Daquí falou, por duas vezes, o Sr. Ministro Rodrigo Octavio. Seguiram-lhe, com a palavra, os Srs. Peregrino da Silva, Rodrigo Octavio Filho, Pedro Calmon, Basilio de Magalhães e Caio de Mello Franco. Quis, agora, o sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente desta casa, se ouvisse a palavra de um soldado, dando, assim, mais um testemunho de sua reconhecida afeição ao Exército Nacional. Eis-me, por isso, semhores, no desempenho desta missão.

* * *

Quase todos os povos da Antiguidade imaginavam uma terra feliz, que se encontraria nos rumos de sua expansão. Conforme o

Gênesis, o Eden ficava, no entanto, para os lados do Oriente, alem da Mesopotâmia, talvez em Ceilão ou em Java, onde restam vestígios de análogas tradições bramânicas. Na opinião do famoso geógrafo de Ravena, dele sopravam os ventos propícios às especiarias e outras substâncias aromáticas. O veneravel Beda fazia-o nos confins da Asia, enquanto Cosmas Indicopleustes, ligado à concepção homérica do mundo, julgava essa região de venturas e riquezas insulada no meio do oceano imenso. Situada pelos gregos no Mediterrâneo, buscaram-na mais tarde no Atlântico, onde os povos do paganismo tambem a conheceram por Avalon e ilhas Fortunadas ou jardim das Hespérides. De lá roubara Hércules famosos pomos de ouro, que Max Müller entende simbolizarem o sol, a desprender-se, todos os dias, da imensa árvore cosmogônica, num movimento característico da renovação e perpetuidade da vida. Tambem Avalon significa análogo vergel, onde se levava uma existência feliz.

Dentro de um grande clarão, em pleno Mar Tenebroso, destemidos marinheiros anteviam-no na Idade Média, como se fora deslumbrante miragem no deserto líquido das vagas, que os amortalhou, muitas vezes, para sempre. Assim nô-lo pintam nas lendas de San Brandan e Saint-Malo, que andaram à sua procura, em longas peregrinações pelo oceano a fora.

A tendência de confundir, em uma só, as duas terras de venturas, foi condenada por Santo Isidoro de Sevilha, no século VII. Não obstante isso, São Vergilio, que era irlandês, sustentava existirem antípodas, aproximando, assim, os dois paraisos, situados ambos nos limites do Ocidente com o Oriente. Da redondeza da terra, Aristóteles já falara e Manilius consagrou-a em versos. Por sua vez, Sêneca profetizara a vinda de uma época em que se descobriria um novo mundo. No dizer de Santarem, a Idade Média povoou o Atlântico de terras que refletem, não só os sistemas dos geógrafos da Antiguidade, como as teorias cosmogônicas dos grandes vultos da Igreja, tudo de envolta com a nomenclatura de Plínio.

A Europa, senhores, pressentira a existência de um novo continente, com as promessas de uma vida de riquezas e venturas. A América, portanto, era uma velha aspiração.

Descrevendo regiões asiáticas, por onde andara, Marco Polo fala de palácios de ouro, como os do paraiso atlântico das lendas de San Brandan. Suas narrativas alvoroçaram numerosos espíritos, não obstante a incredulidade de muitos. As magnificências asiáticas avultavam na imaginação européia. Por volta de 1285, segundo D'Avezac, genoveses já tentavam encontrar por Oeste um caminho para o Oriente. Análoga intenção teriam, possivelmente, os irmãos Zeni, quando alcançam terras americanas, no último quartel do século XIV. Nelas já os haviam precedido escandinavos e celtas, em suas viagens pelos mares do Norte. Dominado pela idéia de buscar el Levante por el Poniente, Colombo realiza por fim o grande sonho.

Nenhuma revolução mais rápida se operou no espírito europeu do que a produzida pelo regresso daquele homem, levando pepitas de ouro para o Velho-Mundo. Agitando-se a corte portuguesa, que se julgava com direito a todas as terras do Oriente, concedidas pela bula Inter cœtera, de Calixto III, buscam os Reis-Católicos amparo na Santa-Sé e obteem que Alexandre VI fixe em 100 léguas, a Oeste dos Acores e Cabo-Verde, o meridiano de limites, entre as duas soberanias. Discutem seus delegados em Arévalo e assentam, depois, a 7 de junho de 1494, o deslocamento da linha divisória para 370 léguas ao Poente desse último arquipélago. A imprecisão de limites seria de grandes consequências, dando ensejo, mais tarde, à adoção da teoria da posse, instituto do direito civil romano, introduzido, então, nas relações internacionais. Durante o longo período em que vigorou o convênio dos povos ibéricos, os rumos da conquista lusoespanhola delineavam outras lindes em terras americanas. O tratado de Utrecht já reconhece o domínio português sobre a Colônia do Sacramento, fora da linha de Tordesilhas, para dar lugar, finalmente,

no de Madrid, à doutrina do utis possidetis. E não era apenas, senhores, o princípio jurídico que se consagrava, no campo do direito internacional, porque tambem se estatuira, em uma de suas cláusulas, que as colônias se conservariam em paz, mesmo quando as respectivas metrópoles se empenhassem em guerras. Devemos, pois, ao insigne brasileiro Alexandre de Gusmão, inspirador do tratado de 1750, as bases de uma política continental, alicerçada nos mais nobres ideais de justiça e fraternidade.

* * *

A América é sobretudo obra da mestiçagem. À sociedade, assim formada, num meio geográfico tão diverso do europeu, corresponderia, por força, um novo direito, reflexo de aspirações e anseios próprios.

A fusão dos elementos iniciais se fez por intermédio da mulher indígena, de cujos encantos falam os cronistas da época. Não seriam apenas o escrivão de Calicut e Pero Lopes de Sousa a se tomarem de entusiasmo pela sua nudez paradisíaca, a que dava maior realce o exotismo da beleza tropical. Não só Caramurú e Ramalho se ligariam a Paraguassú e Bartira, facilitando a obra de Martim Afonso e Tomé de Sousa. No México, grandes foram tambem os serviços prestados por Marina a Fernão Cortés; e, sem Maria Arcoverde, muitas dificuldades não seriam removidas em Pernambuco. Tais figuras inspiraram à poesia épica brasileira o tipo de Moema, que empresta feição romântica à história daquele famoso patriarca americano, egresso das águas, como criatura sobrehumana.

Surge desses consórcios uma aristocracia mestiça, que pesou nos destinos do continente. Mesmo na Virgínia, não há velha estirpe que não se jacte de remontar sua origem a Pocahontas, a quem se ligou o capitão Smith, pelo matrimônio, depois de lhe dever a vida. Dos filhos dos conquistadores, em regra filhos de índias, assinalam as crônicas o orgulho com que se diziam descendentes de Monte-

zuma ou das *ñustas* peruanas. Até na corte de Espanha pompeava o sangue indígena, através de uma neta desse imperador azteca, com a qual se casara o vice-rei d. José Sarmiento y Valladares, talvez por isso conde de Montezuma e Tula, em vez de outro título. Nenhum dispositivo legal impedia a concessão de nobreza ao índio e não raro se dava o tratamento de *dom* aos caciques. Teve-o Felipe Camarão, que recebeu, como Araribóia, o hábito de Cristo, tão desejado pelos colonizadores brancos.

Nas lutas entre franceses e lusitanos, ambos capitaneavam os selvagens do Brasil, divididos pelas rivalidades, adquirindo-lhes frequentemente os costumes e manejando, com eles, o arco e a flecha. O índio era o elemento comum, a força, em suma, que os brancos orientavam, visando a posse da terra com objetivos econômicos. No México — assinala Andrés Molina Enriquez — vencera Cortés, menos pelo esforço, do que pela índole pacífica do adversário, aproveitando-se, ainda assim, do apoio de tribus descontentes e conservando, durante algum tempo, a vida de Guatimozim, para evitar levantes de seu povo. Se, no terreno militar, a vitória sobre os incas foi obra mais facil, devido às rivalidades entre Huascar e Atahualpa, no domínio político bem graves seriam as consequências da fúria homicida de Pizarro, que devia ter poupado um deles para impedir a formação de um estado crônico de revolta, na quase totalidade dos espíritos. Marchando para o Sul, Valdivia encontra a resistência de um povo que já se havia oposto galhardamente à expansão incaica. Durante mais de meio século, os araucanos sustentaram uma cruenta guerra, que Ercilla nos descreve, em seu grande poema. Rechaçados para os confins do continente, não deixariam, mesmo assim, os espanhóis viver em paz. Indígenas do Prata bateram adelantados, que tiveram de apelar para os missionários. A conquista da América foi, portanto, mais obra política do que militar. Ora consentida, ora imposta, ou apenas tolerada, a persuasão do padre não raro substituia, com vantagem, o emprego da força.

O índio encarnou o espírito de rebeldia e os mais nobres anseios de liberdade. De início, quiseram escravizá-lo, e o próprio Colombo manchou suas mãos no sangue do homem americano, que reagiu contra os desígnios do invasor. Condenando tais excessos, Isabel fixa os rumos da legislação das Índias, recopilada em fins do século XVI. Livre, em face da lei, ele não o era, de fato, todas as vezes que o colonizador o podia reduzir à escravidão. Alegou-se, na época, não se achar em condições de receber a fé cristã, o que Paulo III teve de fulminar, na bula *Veritas ipsa*, de 9 de junho de 1537. Sua liberdade importava, entretanto, em privar os europeus de braços necessários ao aproveitamento das terras do Novo-Mundo.

A encomienda foi a primeira transigência da coroa, nesse conflito, entre os imperativos da conciência e os interesses materiais dos novos domínios. Transferiam-se, por esse meio, ao beneficiado, que era, quase sempre, um vassalo europeu, os direitos e deveres régios, em relação ao súdito americano. O sistema, porem, logo resvala para a servidão, sobretudo quando o selvagem era aprisionado em expedições punitivas, que no Brasil deram margem a atrocidades sem nome.

Quando não tenha sido fruto exclusivo da doçura, a reducción o foi, pelo menos, da habilidade, em vez da violência. Alí viviam os indígenas sob a direção dos jesuitas, num regime de inteira comunidade de bens, tomado por empréstimo aos incas, na opinião de Raynal, ou mero aperfeiçoamento, da organização dos guaranís e chiquitos, como querem outros. Constituiram, por fim, numerosos agrupamentos humanos, e até um verdadeiro Estado teocrático, encravado na parte meridional do continente, isento de qualquer influência estranha e onde não se falava sequer a língua castelhana. Ligados pelos mesmos laços espirituais, irradiavam os padres larga influência pelo Brasil, Chile e México, plasmando, no Paraguai, a feição de um povo, com nítidas características, bem cedo definidas.

Ao tratado de 1750 tambem se deveu a expulsão dos jesuitas, que tinham levado os índios a impedirem sua execução. Inutilmente tentara o governador de Buenos Aires demovê-los da resistência, e, sem maior proveito, Valdelirios apelou para o padre Altamirano, que foi obrigado a fugir, diante da exaltação dos catecúmenos. Chefiados pelo cacique Sepé, iniciam a luta, que só declina após sua morte, para dar lugar à decadência das missões, com seu substituto, Nicolau Nenguirú — o novelesco Nicolau I, rei do Paraguai. O poema de Basilio da Gama deu tons de epopéia a essa guerra, sustentada pelos incolas, contra as decisões das duas metrópoles européias. Desforrar-se-iam os padres, despertando na mocidade criolla. de que eram os preceptores, ideais de liberdade, latentes em seu espírito. Nos domínios portugueses, não difere muito o aspecto da questão. Bem cedo tiveram os jesuitas de sustentar uma luta, que vai do século XVI ao XVIII, em favor dos selvícolas. Por toda a parte, a milícia de Cristo, nas terras de Santa-Cruz, levantou sua voz em favor dos brasís, que a cupidez do branco arrancava das malocas, para vender como escravos. Bandeirantes de São Paulo, à procura de indígenas e ouro, vão ter ao âmago do continente, na primeira metade do século XVII. O domínio espanhol facilitara esta expansão, dentro das terras de um mesmo soberano. Em vão clamaram os sacerdotes contra os ataques às reduções pacíficas, alegando em seu favor a legislação régia. Sedentos de riquezas, vadearam rios e transpuseram montanhas, num delírio ambulatório sem precedentes na história americana. Era a conquista do Brasil, realizada, em sua quase totalidade, por mestiços, rebeldes como os filhos de Ramalho e dotados de uma mobilidade em que traem o nomadismo materno. Formara-se em Piratininga uma sociedade, onde campeava o espírito de aventura e na qual as decisões da metrópole tinham bem fraco poder.

Descendo os espanhóis pela costa do Pacífico, ou remontando as águas do Prata, detiveram-se na posse das terras que haviam

ocupado. O avanço português para a região meridional, onde as lutas, por vezes, foram cruentas, possibilitou a conquista de outros domínios ao Poente. Na Colônia do Sacramento se decidem os destinos do Brasil Central; cedendo-se na parte Sul, ganhava-se a Oeste. Em Madrid se teve o desfecho de Utrecht, que já fora uma vitória sobre Tordesilhas.

* * *

Desde o primeiro instante - salienta Carlos Pereyra - houve uma profunda cisão entre os povoadores e a metrópole, que se colocaram em campos opostos, por causa do elemento indígena. Rebelde, Fernão Cortés se viu confirmado no poder, que ele próprio constituira, à revelia das decisões régias. A força estava com os colonizadores, que jogavam, por sua vez, com o elemento indígena. Lutando contra a aplicação das Nuevas Leys, sucumbe Gonçalo Pizarro, no combate de Añaquito, em franca revolta, pensando até em cingir a coroa de rei do Perú. Em viagem para o rio da Prata, Mendoza apunhala um mestre de campo, que já conspirava contra sua autoridade. Morto Ayolas, seus companheiros elegem Irala, que o governo espanhol conserva no cargo. Nomeado Cabeza de Vaca, não tarda sua deposição, fomentada pelo substituido, que o envia preso para a Europa. Divide-se o Paraguai em leales e tumultuarios, e novo ato da metrópole revalida os poderes que Irala havia usurpado. Potentados houve no Brasil, apenas talvez menos ostensivos. Incumbido de uma devassa, sobre descaminhos de pau-brasil, não poude Sebastião de Carvalho cumprir sua missão e esteve a ponto de ser assassinado, a tiros de espingarda, pelos moradores de Pernambuco. A distância favorecia a violência, que a impunidade estimulava. Só um coice de cavalo, que prostou Alvarado no leito de morte, livraria a América Central de tantos excessos. Bem debil era, assim, a autoridade real, muitas vezes apenas suportada. Se obedece y no se cumple, diziam os povoadores espanhóis.

A conquista do continente foi acontecimento decisivo nos destinos material e moral do mundo, como já salientava Oliveira Lima e está no consenso de todos nós.

No México e no Perú se criara uma nova economia. A prata não só provocou guerras internacionais, como influiu decisivamente na formação do capitalismo. Seja na medicina, seja na alimentação, seja no linguajar, a Europa sofreu grandes modificações com o descobrimento da América. De torna viagem, o colono levava os costumes que lhe imprimia o contacto com a vida americana. Até hoje se tem falado na influência do Velho sobre o Novo-Mundo. sem que tambem se mostre, como seria de desejar, a deste sobre aquele. Reagindo contra a mentalidade européia, transformando-a e dando à vida americana características e matizes próprios, esta repercutiria, por força, na sociedade de alem-mar. Nas regiões das mais adiantadas civilizações precolombianas dera-se verdadeira interpenetração de culturas, tão claramente manifestada nas modernas tendências político-sociais do Perú e do México, onde o problema indígena vem sendo cuidadosamente estudado. São realidades palpaveis, que se não podem desconhecer, se examinado o assunto com isenção de ânimo. Estabelecimentos açucareiros haviam dado tambem à costa do Brasil um esplendor que igualava o luxo de Pernambuco ao da metrópole. O ouro e os diamantes de Minas-Gerais provocariam lutas entre brasileiros e alienígenas, numa rivalidade que punha em cheque a autoridade régia.

Ocupando o continente, a Espanha descuidara ilhas que ficavam a meio caminho da Europa. Na esteira das embarcações de Colombo seguiram logo outros nautas. Repontavam, então, por toda parte, velas brancas, pandas de ventos, que as arrastavam para o Novo-Mundo; e as Antilhas seriam, com o tempo, o quartel-general de quantos se opunham ao monopólio luso-espanhol.

Na parte setentrional da América se operava, em breve, a formação de um grande povo, cuja vitalidade e rápida expansão não teem equivalentes nos tempos modernos. Remonta sua origem aos pilgrims de May Flower, que instituiram, ao desembarcar, o primeiro self-government. Não vinham à cata de aventuras, mas em busca de liberdade. Em vez de expedições predatórias, eram famílias inteiras que se mudavam, levantando novos lares. Saíam à procura de uma felicidade com que tambem haviam sonhado os monges celtas das lendas medievais. Percorreriam o mesmo caminho, animados de iguais desejos. Emigravam num ansejo de independência, que seria aspiração comum, em torno da qual se uniriam os povos do Novo-Continente, todas as vezes que se vissem ameaçados. Cerca de uma década mais tarde, ascendiam a doze mil colonos, em diferentes estabelecimentos. Suas divergências foram o reflexo das prevenções trazidas da metrópole. Grupados em zonas, teriam evoluido isoladamente, se os não houvesse aproximado, primeiro a ameaça do índio, mais tarde a tendência de absorção inglesa. O espírito de solidariedade e cooperação vence, dentro de pouco tempo, a própria intolerância religiosa, que alí teve seus grandes exageros. Caminhavam insensivelmente da pluralidade para a unidade, a despeito de velhos mal-entendidos e rancores.

Consequências das lutas européias, as guerras deram aos colonos, em toda a América, a convicção da própria força. Na expulsão dos holandeses, já se afirma no Brasil, mais cedo do que em outra qualquer parte, uma conciência nacional, divorciada dos rumos tomados pela política lusitana. Quase sós, os brasileiros retomam o território que, por eles próprios, já fora dilatado. O Act of Navigation teve dupla influência, facilitando a capitulação dos batavos em Pernambuco e provocando reação autonomista nas colônias inglesas, quando mais tarde lhe quiseram dar execução. Tais medidas econômicas, restritivas de sua liberdade, fizeram-nas pegar em armas e conquistar a independência. A colaboração, no terreno militar,

entre núcleos que se haviam formado e desenvolvido separadamente, resultara da crescente comunidade de interesses, entre os elementos básicos da formação do grande povo do Norte. Nessa luta, batalharam numerosos sulamericanos, entre eles Francisco Miranda, que Napoleão comparava a d. Quixote, pelo seu grande idealismo. Sim, Quixote do Novo-Mundo, porque seria o cavaleiro andante das liberdades americanas.

* * *

O criollo foi, por excelência, o fator da libertação do continente. Desdenhado pelo europeu, tornou-se mais americano; e com ele se afirma, bem cedo, um novo espírito.

Dificultando a vinda de mulheres, a coroa estimulava a mestiçagem. Os descendentes de ricos povoadores, ora criollos, ora mamalucos, tinham a seu serviço escravos africanos, que não raro tambem pertenciam, nas colônias espanholas, a opulentos filhos de caciques. De semelhante contacto, surgem numerosos sub-tipos, formando uma gama infinita de cores, no melting-pot americano. Constituira-se. por esta forma, o grosso da população, em numerosos pontos da América. Em muitos deles, a indecisão se rompe, com outros caldeamentos, determinando a reversão para um dos tipos de origem. Os casamentos de mestiços ricos com brancos eram frequentes, como forma de elevar socialmente a descendência. Os pobres ligavam-se entre si, atendendo a outras solicitações. Mesclados eram os gauchos do Sul, como os llañeros da parte setentrional, bem assim os rotos chilenos e a plebe limenha, alem de variados elementos da população mexicana. Só agora se começa a examinar o assunto com sinceridade, abandonando ridículos prejuizos, que nos privaram, por longo tempo, de ver na América uma das mais decisivas experiências humanas.

Acima de todos, ficava o europeu, com seu odioso regalismo, desfrutando os melhores cargos e olhando os naturais do país com

ostensivo desprezo. Apenas quatro criollos chegam a vice-reis, entre os 170 que houve nas colônias espanholas. Para um total de 602 capitães-generais, só 14 americanos. Nas funções eclesiásticas, a desproporção foi todavia menor: entre 706 bispos, 105 nascidos em terras do Novo-Mundo. O exclusivismo reinol provocara grande separação, entre o homem vindo da metrópole e seus descendentes. Reflete-se, bem clara, nos apodos com que estes visavam aqueles. Eram gachupines no México, emboabas e mascates no Brasil, chapetones e godos no Perú e outras regiões. Este último, ao que parece, alude à pureza étnica, que os espanhóis se irrogavam, pondo em dúvida a dos americanos. O criollo era branco, pela evidência da pele ou por força das famosas cedulas de gracias al sacar, que valiam como pedigrees, tanto mais dispendiosos e dificeis de obter, quanto mais em conflito com a tonalidade da epiderme. Não havendo restrições para o índio, por conta deste corria muito sangue africano. Alguns mulatos claros se encastelavam num indianismo que polarizou, assim, o descontentamento geral, em plena evolução. Seria uma bandeira, uma verdadeira mística, em suma. Aztequismo no México, incaismo no Perú e adjacências, caribismo em Venezuela, nativismo no Brasil, são claras manifestações de um americanismo, em que se recorda e exalta a resistência do íncola diante do invasor.

Compreendera o criollo, finalmente, a inutilidade de seu orgulho de branco, que não o impedia de ser relegado para uma situação de inferioridade, pela circunstância de haver nascido na América. Voltando-se para o passado, vê no indígena — expulso de suas terras, rebaixado na cultura, negado em suas qualidades, perdendo rapidamente as características na servidão e na miséria — busca e nele encontra o símbolo de que necessitava, principalmente naqueles que haviam atingido um elevado grau de civilização.

Dois tipos de *criollos* se nos apresentam como padrões. Miranda e Bolivar, um quase internacional, o outro irredutivelmente ameri-

cano. Venezuelanos ambos, como de sangue basco seriam todos dois, batalharam pela mesma causa com rara intrepidez. José de San Martin, ao contrário, pertence a uma estirpe de generais em que a serenidade e a reflexão teem o primado sobre os grandes lances de bravura. Participando de algumas virtudes e qualidades dos dois primeiros, não perdera a feição européia, pela qual se havia modelado, sem deixar de ser, por isso, um insigne americano. Nenhum, porem, mais nobre do que Sucre — o Bayard dos Andes — a quem não estonteara a glória, nem seduziam as posições políticas. Estadista e general, Washington figura no centro da galeria dos grandes vultos da independência do continente, onde José Bonifacio ficaria bem ao lado de Jefferson e não muito distante de Franklin.

Deve-se a Miranda intensa e prolongada atividade, descontínua embora, em favor da libertação das colônias hispano-americanas. Combatente na Argélia e mais tarde capitão na guerra pela independência dos Estados-Unidos, de lá se passa a Cuba, onde pressente os rumores da borrasca que se avizinha. Bem cedo o amor à liberdade e sua independência de espírito fizeram-no incorrer no desagrado dos chefes espanhóis, na mútua incompreensão entre criollos e chapetones. Conviva de Washington, esse homem irrequieto frequentou posteriormente a corte de Catarina da Rússia e fez estágio no exército de Frederico II. General da Revolução Francesa, desobedece a Dumouriez, quando este atenta contra a república em seu nascedouro. Empolgara-o a leitura dos enciclopedistas e o exemplo dos Estados-Unidos, fazendo-se, por isso, impenitente conspirador, em prol da causa das colônias espanholas. O projeto de Aranda, relativo a uma confederação de monarquias americanas, à testa das quais ficaria, como imperador, o rei de Espanha, tomara vulto no cérebro de Miranda, que dele se fez campeão, dando-lhe, porem, um monarca americano. Pensava em estabelecer os limites com os Estados-Unidos pelo Mississipi, reunindo todos os domínios espanhóis num só organismo político, a exemplo das antigas colônias

inglesas. Preso em França e logo posto em liberdade, acaba por se passar à Inglaterra, onde chegou a obter o apoio de Pitt para sua causa, em troca de vantagens comerciais. Agentes seus andavam por todos os recantos da América; teve-os até junto de Hamilton, cuja influência nos Estados-Unidos era extraordinária naquela época. Em Londres, funda uma sociedade que congregou numerosos próceres da independência do Novo-Mundo. Frequentaram-na O'Higgins, Bolivar, Alvear e San Martin. Não recusava aliados, entre os quais se contavam até jesuitas, que tinham contas a ajustar com a corte de Madrid.

A despeito de protestos dos governos francês e espanhol, arma, em 1806, nos Estados-Unidos, uma pequena e malograda expedição. cujos restos vão ter ao Haití, já independente naquela ocasião. Dela fazia parte Bolivar, que voltaria, dez anos mais tarde, para contarem os insurgentes, mais uma vez, com o auxílio de Alexandre Pétion, que apenas lhes pedia, em troca, conservassem a liberdade dos antigos escravos, quando a dos brancos estivesse assegurada. Nobre gesto de americanismo que havia de frutificar. Contra os revolucionários conspiravam, entretanto, os próprios elementos naturais, dispersando-os um terremoto, em 1812. Traido e prisioneiro. Miranda vai acabar nos calabouços de Cadiz, sem ver realizado seu magnífico sonho de liberdade. Desencadeara, porem, forças, que Bolivar iria coordenar. Conheceu este a embriaguez das vitórias e amargos dias de exílio. Com a invasão da península Ibérica, dera-se a inesperada maioridade das colônias espanholas, privadas, agora, da tutela da metrópole. Em Caracas se fundara, em 1808, a Junta conservadora de los derechos de Fernando VII, se bem que o cabildo tivesse em mente la confederación de todos los pueblos españoles de America, velho projeto, em que Miranda substituia o rei de Espanha por um inca, que governaria, com duas câmaras, uma alta, constituida de caciques, outra baixa, a dos comuneros. A influência inglesa era bem clara e de longe vinha a Grã-Bretanha insinuando uma solução, em que fossem arredados, não só príncipes europeus, como as tendências da Revolução Francesa. Reunido um congresso, este declara independentes as Províncias Unidas de Venezuela, com forma de governo federativa, a 21 de dezembro de 1811.

* * *

A América, senhores, vivia, desde muito, num estado de permanente inquietação, que novas concepções políticas haviam agravado. Numerosas foram as rebeliões nos tempos coloniais, visando a obtenção de liberdade ou por motivos puramente econômicos. São os movimentos de Beckman no Maranhão e dos negros nos Palmares. a guerra dos mascates em Pernambuco e o levante de Felipe dos Santos em Minas-Gerais, onde tais idéias já contariam adeptos, por ocasião da Inconfidência Mineira, tambem fruto do entusiasmopela independência dos Estados-Unidos. No Paraguai, Chile, Perú e México, houve revoltas, durante o século XVIII. Tiveram maior extensão a dos comuneros de Socorro e a do inca José Gabriel, que adotara o nome de Tupac Amarú, príncipe indígena, mandado justiçar pelo vice-rei Toledo, no século XVI, causando profunda consternação. Desfraldara, assim, uma bandeira de reivindicações, que teve partidários até no Baixo-Perú e em Tucumam. No levante dos negros de Coro, em 1795, já existia, segundo Carlos Villanueva, influência das doutrinas francesas.

Os latino-americanos voltavam seus olhos para a França, Estados-Unidos e Inglaterra. No último decênio do século XVIII, um estudante da Universidade do Chile defendia, sob a vista complacente dos professores, tese contrária ao direito divino dos reis. Pouco mais ou menos nessa época, o jesuita d. Juan Pablo Viscardo y Guzman, originário de Arequipa, escreve a famosa Carta dirigida a los españoles americanos, concitando-os a se unirem contra os espanhóis europeus. Padres e universidades tiveram papel saliente nas liberdades americanas. As frustradas invasões inglesas trouxeram, por sua vez, um novo coeficiente, despertando nas colônias espanholas a conciência da própria força, como havia acontecido no Brasil com a dos holandeses e durante as lutas do Canadá com os norte-americanos.

Defrontavam-se, porem, em terras do Novo-Mundo, duas ideologias, que já haviam dividido a Europa em campos opostos. No Haití, republicanos e monárquicos lutavam pela posse da ilha, com vária fortuna. A revolução fora no México obra de padres e índios, secundados pelas populações rurais. Não tardaria se implantasse alí o reinado de Iturbide, que tantos cuidados daria a Bolivar, tambem preocupado com a monarquia no Brasil. Em nosso país se estabelecera a corte portuguesa, transformando o Rio de Janeiro em metrópole de um vasto império. Preso Fernando VII - rey que justificaba cualquiera republica — outro foi o destino das colônias espanholas. Monárquicos platinos, como era natural, se acercaram de Carlota Joaquina, infanta de Espanha, enquanto brasileiros da revolução republicana de 1817, como Cruz Cabugá, buscariam, por sua vez, sem resultado embora, uma aproximação com os Estados-Unidos. Neste caso estão, ainda, os de 1824, em cujo rol se encontra Abreu Lima, que partilhou das glórias de Carabobo e Boiacá, e de quem se ocupou o Ministro Diego Carbonell, quando representante de Venezuela em nosso país. Estrangeiros houve, como Labatut e Cochrane, que serviram indistintamente à causa americana, debaixo de bandeiras que simbolizavam as duas correntes. Teria de predominar a forma de governo republicana, não só devido à intensa propaganda, como principalmente pela falta de um principe que congregasse todas as simpatias, alem da pressão inglesa, visando sempre afastar qualquer dinastia européia. A exceção aberta para Portugal fora obra das contingências e o resultado de antiga aliança entre as duas soberanias. Desde 1794, Narino traduzira os Direitos do Homem e os fizera imprimir. Igual gesto tiveram Espejo no Equador e Mariano Moreno na Argentina, onde Belgrano, Rivadavia e Pueyerredon eram monárquicos. Não lhes faltavam correligionários no Chile, os quais divergiam porem na escolha do rei. Como San Martin, alguns queriam um príncipe europeu, enquanto outros preferiam um inca, que daria ao caso solução mais americana. Procurando-se conciliar as duas tendências, pensou-se em casar uma das filhas de d. João VI e Carlota Joaquina com um descendente de Atahualpa e Tupac Amarú. No entanto, Bolivar se fizera paladino de uma solução republicana, em torno da qual, por outro lado, federalistas e unitários já se degladiavam. Contra Torres se erguera Narino. Reagia Artigas, a seu turno, diante da absorção argentina, que fracassara por igual no Paraguai. Inutilmente pedia Rivadavia, em 1810, a "união e harmonia entre os cidadãos ligados por uma comunidade de raça, de língua e de interesses".

Essa idéia de união — diz Enrique Gil — precedera ao nascimento dos Estados hispano-americanos. Fora inspirada sobretudo pelo exemplo das colônias inglesas, onde o fator geográfico não dificultara uma estreita colaboração. A luta pela independência daqueles, como assinala Barbagelata, revestiu-se logo de todos os aspectos de uma encarnicada guerra civil. Tendo de permeio o Perú, que era o principal centro dos espanhóis, Venezuela e Chile pensam em unir-se, em 1811. Recolhendo a herança de Miranda, salientara Bolivar a necessidade de batir a los españoles en cualquier punto de la America que dominen, mostrando, assim, bem clara compreensão do problema, no seu aspecto político-militar. Mas, para tanto, seria necessária uma convergência de esforços de todos os insurgentes, capaz de por fim ao domínio da metrópole. Declara-se ele favoravel, por isso, em 1811, à reunião de um congresso, ou à constituição de uma Liga Americana, visando coordenar energias dispersas. Em junho de 1818, lança uma proclamação aos habitantes do Prata, pregando a união de todos os povos da América do Sul, ao passo que San Martin, a 13 de novembro, reclama apenas uma estreita colaboração da Argentina. Chile e Perú. As rivalidades entre os domínios espanhóis

vinham de longe e o espírito localista, fruto do isolamento, existia por toda a parte. Sentem-se, a partir dessa ocasião, se não me engano, senhores, duas tendências hegemônicas, que deveriam comprometer irremediavelmente a unidade política das antigas colônias, de resto bem pouco exequivel, ante as realidades geográficas.

Em 1821, comunicava o Libertador a O'Higgins estarem prentas suas tropas para marchar sobre Quito, com ordem de cooperar, com o exército argentino-chileno, contra os espanhóis. Mais tarde dirige-se a San Martin, oferecendo-lhe 4.000 homens, que não poude mandar, devido a dificuldades supervenientes.

A expedição de Pablo Morillo havia obrigado Bolivar a refugiar-se, anteriormente, na Jamaica, onde redigira célebre carta, pregando a solidariedade entre todos. Voltando à luta, libertara a parte setentrional do continente, com as vitórias de Boiacá e Carabobo, enquanto a de Bomboná, completada pela de Sucre, em Pechincha, tornara livre o Equador, que fora incorporado à Colômbia. Em Chacabuco e Maipú, San Martin recolhera, por sua vez, magníficos lauréis. Tendo ambos, agora, o mesmo objetivo, defrontam-se, por fim, em Guaiaquil, na famosa entrevista. Houve alí apenas o epílogo de um drama político, que de há muito se vinha desenrolando. Fortalecido pelas vitórias militares, tendo a Colômbia como elemento aglutinante de suas ambições, Bolivar se mostrou cortês, porem dominador, certo da fragilidade do adversário. Sem apoio no Prata, San Martin reclamava o prometido auxílio para ultimar a gloriosa jornada, sem dúvida o grande sonho de sua carreira militar. A vinda de um príncipe europeu seria a solução política, posta de reserva e destinada a neutralizar a influência do competidor, que permaneceu irredutivel, na sua imensa ambição de glória. Desamparado pelo exército, no qual já se conspirava contra sua autoridade, só restava a San Martin compor a magnífica atitude de renúncia com que ingressou na história. Só duas vezes teria ele deixado escapar alusões àqueles fatos, que foram os últimos de sua vida pública, dizendo da generosidade

própria em não ter fuzilado, então, alguns chefes e oficiais, bem como de sua descrença em monarcas que houvessem fumado o mesmo cigarro com os soldados, referindo-se desta forma à idéia de coroar-se um príncipe indígena.

Terminada a luta, com as vitórias de Junin e Aiacucho, poude entregar-se Bolivar à obra política, não menos árdua do que suas memoraveis campanhas.

* * *

Fiéis à diretriz de não fazerem parte de alianças, os Estados-Unidos se haviam furtado sempre a uma ostensiva colaboração militar com as jovens nações americanas, cuja independência merecera, no entanto, fraternal apoio de Clay, no congresso de seu país.

Insulado pela origem e idioma, como pela singularidade das instituições monárquicas, o Brasil evoluira de colônia para nação livre, sem grandes sobressaltos. Ainda não tivera sua independência reconhecida pela metrópole, quando a Santa Aliança, em 1823, se arroga o direito de acabar com o sistema representativo, manifestando a intenção de auxiliar a Espanha na reconquista de seus domínios.

Os Estados-Unidos compreenderam haver chegado o momento de modificar, em parte, ao menos, os rumos políticos aconselhados por Washington aos seus concidadãos. Vitoriosos na segunda guerra da Independência, durante os anos de 1812 a 1814, eram agora — como diz Eugène Pepin — uma poderosa federação de 25 Estados. A recolonização da América importava num perigo para a integridade norte-americana, tanto mais quanto a Rússia já ensaiava, desde 1821, tomar posição no continente. Em 1823, a 2 de dezembro, formula o presidente Monroe a célebre doutrina que tem seu nome, elaborada pelo Secretário de Estado John Quincy Adams. Nela viram as repúblicas espanholas uma clara manifestação de solidariedade, que redundava em garantia para a independência de todos os povos do

Novo-Mundo. O Brasil, logo depois, procura sondar o governo norte-americano, por intermédio do nosso representante diplomático, sobre a possibilidade de uma liga ofensivo-defensiva, dando assim os primeiros passos, embora não coroados de êxito, para um entendimento, hoje tão amplo, nas relações dos dois povos. Proveitosa para toda a América, a atitude dos Estados-Unidos era, no entanto, de puro resguardo a interesses próprios, que em várias ocasiões teem coincidido com os de outros paises deste lado do Atlântico. Não era uma doutrina do continente, mas uma nova política nacional, tanto assim que, diante das pretensões do México e da Colômbia, acerca de Cuba e Porto-Rico, preferiram eles ficassem estas ilhas em poder dos espanhóis.

Logo depois da batalha de Aiacucho, o herói de Junin se dispõe a convocar o Congresso do Panamá, destinado a não contar, desde o início, com a cooperação de todos os povos do Novo-Mundo. Inscrevera-se, em seu programa, o delicado problema dos escravos, que nem os Estados-Unidos, nem o Brasil, estavam, na época, dispostos a resolver. Irritado com a iniciativa, um representante norte-americano declarava, no congresso de seu país, não ser possivel assumir compromissos com repúblicas em que os generais eram negros e os senadores mulatos. Pretendia Bolivar, alem disso, intervir na questão do Prata. A incorporação da Cisplatina fora o desfecho de antigo litígio, que remontava à imprecisão dos limites de Tordesilhas e à vitória diplomática dos portugueses em Utrecht, estimulados, posteriormente, pela indecisão de orientais e portenhos. A Argentina, por sua vez, não teria sido convidada, ou recusou-se a enviar representante, por causa das tendências hegemônicas do Libertador, em cuja política estaria a causa do fracasso de sua própria iniciativa. He arado en el mar - exclamaria ele. Exagerava, sem dúvida; condenara-se, pelo menos, o tráfico negro, alem de ter-se consagrado o princípio da arbitragem, de tão salutares efeitos nas relações interamericanas.

Durante muito tempo, o México se fez campeão de um melhor entendimento, entre os paises da América, perturbado, mais tarde, pelo manifest destiny dos yankees, no seu crescimento para Oeste, tão ostensivamente defendido pelo senador Douglas, em 1857. A atitude de flibusteiros norte-americanos tambem agravou tais relações, procurando então as repúblicas espanholas se unir, num movimento geral, para se opor ao monroismo tutelar, de que se arreceiavam. O Brasil conservou-se à margem dos acontecimentos, isolado pelas instituições, que todos olhavam com desconfiança. Chegara Monteagudo a apontá-lo como instrumento da Santa Aliança e para duração de juizo tão desfavoravel concorreria, mais tarde, o precipitado reconhecimento do império de Maximiliano no México, por motivos de ordem dinástica.

Ao hispano-americanismo ou americanismo parcial, como ao monroismo ou yankismo, substitue, por fim, um neo-americanismo, sem preocupação hegemônica, o panamericanismo enfim, reunindo todo um continente no mesmo propósito de leal amizade. Data da 1.ª Conferência Internacional das Repúblicas da América, origem da benemérita União Panamericana, cujo meio centenário ontem transcorreu, no meio da satisfação de todos nós. De lá, até hoje, a sorte do panamericanismo está ligada à dessa instituição, que tem coordenado um movimento de extraordinária repercussão em todo o mundo. Nem a política do big stick, nem a diplomacia do dolar, conseguiram inutilizar sua obra. A mútua compreensão parece definitiva. Não faz muito, na Conferência de Lima, rejeitava Cordell Hull, formalmente, as falsas teorias de superioridade de raças e de preponderâncias nacionais. Muito havíamos evoluido, senhores, desde os tempos do Congresso do Panamá, quando se entrechocavam desejos de absorção e o fator étnico era um abismo entre nossos povos.

Tendência e aspiração — tendência de paz e aspiração de liberdade — o panamericanismo é um sentimento que se afirma, desde os

albores da vida continental. Sua obra atinge quase todos os setores da inteligência. Não é exclusivismo, mas solidariedade nas horas de perigo e colaboração nos dias tranquilos. Tambem é desejo coletivo de iustica que ameaça transpor oceanos para a conquista de outros povos. Gloriosa marcha de todas as nações do Novo Mundo para os mais altos ideais humanos de fraternidade, sem quebra da soberania de cada uma. Seguem por uma estrada que, principiando em Tordesilhas, tem esplêndidos marcos no tratado de 1750, no Congresso do Panamá e na fundação da União Panamericana. Por ela desfilam os maiores vultos políticos da América, de Alexandre de Gusmão a Getulio Vargas, de Clay ao segundo Roosevelt, de Pétion, Ramon Castilla, Sarmiento, Juarez, Marti e Antonio Maceo a vários governantes de paises do continente. São eles Bolivar e San Martin, Blaine e Drago, O'Higgins e Miranda, Nabuco e Root, Rio Branco e Wilson, ao lado de figuras da atualidade: Rowe, Aranha, Cordell Hull, Mello Franco, Cantillo, Macedo Soares e muitos outros. Toda a América, enfim, nos seus mais nobres e expressivos valores.

(Palmas).

Ao encerrar a sessão o Sr. Presidente Macedo Soares anunciou que a próxima sessão será no dia 22 de maio, ocupando a tribuna de sócio Frei Pedro Sinzig que tratará da música do nosso folclore, com a cooperação do *Coro dos Apiacás*, sob a direção da Senhora Lucilia Guimarães Villa Lobos.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.

Entre os inumeros assistentes havia os Srs. Jefferson Caffery, Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte; Carlos Losano y Losano, Embaixador da Colômbia; David Alvestegui, Ministro da Bolívia; Representante do Prefeito do Distrito Federal; Ministro

João Carlos Moniz, representando o Ministro das Relações Exteriores; Homero Viteri Lafuente, Ministro do Equador; Representante do Ministro da Fazenda; Vicente Rivarola, Ministro do Paraguai; Representante do Ministro do Trabalho; Coronel Pio Borges, Secretário da Educação do Distrito Federal; Representantes do Colégio Militar do Rio de Janeiro; Instituto Histórico Geográfico Paranaense; do Instituto de Educação; da Federação das Associações Portuguesas; da Escola Militar do Rio de Janeiro; do Corpo Discente do Colégio Militar; Professor Magalhães Corrêa; Coronel Luiz Lobo; representante do Liceu Literário Português; representantes do Instituto dos Docentes Militares; da Escola Argentina; do Colégio Honduras; da Escola General Mitre; da Escola República da Colômbia; da Escola Luiz Delphino; Marques dos Santos, representante da Arca de Jacarandá: Representante do General Pedro Cavalcanti; Coronel Jonas Correia, Paulo de Medeyros e muitos outros.



SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO N. 1.675) EM 31 DE MAIO DE 1940

PRESIDÊNCIA DO SENHOR EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

As 17 horas, abriu-se a sessão, comparecendo os seguintes sócios:
José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Virgilio Corrêa
Filho, Claudio Ganns, Francisco José de Oliveira Vianna, Braz
Hermenegildo do Amaral, José Wanderley de Araujo Pinho, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Fernando Luiz Vieira Ferreira,
Lucas Alexandre Boiteux, Ernesto de Souza Campos, Hermenegildo
Rodrigues de Barros, Jonathas Serrano, Manuel Tavares Cavalcanti,
Frei Pedro Sinzig, Rodrigo Octavio Filho, Alfredo Nascimento Silva,
Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Emilio Fernandes de Souza Docca,
Candido Marianno da Silva Rondon, Augusto Tasso Fragoso, Pedro
Calmon Moniz Bittencourt e Rodolpho Garcia.

O SR. Max Fleiuss, Secretário perpétuo, leu a ata da sessão de 15 de abril a qual foi aprovada sem discussão. Leu em seguida, das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

Depois leu os seguintes pareceres que serão discutidos e votados na próxima Assembléia Geral Extraordinária a 26 de junho:

"Parecer da Comissão de Admissão de Sócios: De conformidade com o resolvido na Assembléia de 15 de dezembro de 1939, a Comissão infra assinada vem opinar que, em virtude dos trabalhos diver-

sos até hoje publicados, pelo sócio honorário Dr. Claudio Ganns, especialmente as suas conferências realizadas em Petrópolis e no Instituto Histórico de São Paulo sobre o Visconde de Mauá, acha-se ele dentro dos termos da proposta formulada para sua transferência à classe dos sócios efetivos; e bem assim quanto ao Almirante Raul Tavares, operoso sócio efetivo desde 23 de agosto de 1912, que tem desempenhado cargos em comissões e em congresso, que se acha ele dentro das disposições dos Estatutos para ser elevado à categoria de sócio benemérito, conforme a proposta apresentada. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1940.— Alfredo Nascimento, relator, Augusto Tavares de Lyra; Braz Hermenegildo do Amaral".

Da Canissão de História:

"O professor Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva, catedrático jubilado da Faculdade de Medicina da Baia, começou a revelar o seu pendor para as pesquisas da geografia, etnografia e história do Brasil, quando, de colaboração com o Dr. Paulo Wolf, estampou em 1916 a tradução intitulada "Através da Baía — Excertos da obra Reise in Brasilien, de von Martius", cujas abundantes e excelentes notas dilucidativas sairam exclusivamente da pena do nosso ilustre compatrício. Tanta aceitação mereceu o referido volume, que não tardou a ser reeditado. Admirador, e com sobeja razão, do grande sábio da Baviera um dos que mais e melhor estudaram os nossos selvícolas, o Dr. Pirajá da Silva traduziu recentemente, comentando-a com louvavel carinho e assinalada competência, outra obra de Martius, dada à luz na "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional, sob o título de "Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros".

Por esses serviços prestados à nossa heurística, assim como por entros estudos demonstrativos da sua probidosa e proficiente cultura intelectual, — a comissão abaixo assinada é de parecer que ao Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva o Instituto Histórico e Geográ-

fico Brasileiro conceda justo ingresso no seu quadro de sócios honorários, passando oportunamente para o de correspondentes.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1940.— Basilio de Magalhães, relator, Feijó Bittencourt, Max Fleiuss".

Da Comissão de Geografia:

"Christovão Leite de Castro é Diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, Secretário do Conselho Nacional de Geografia, e Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1927, tendo merecido os prêmios Marechal Gomes Jardim, Carlos Morsing, e Paulo de Frontin. Alem disso exerce as funções de Diretor da "Revista Brasileira de Geografia" e é autor de vários trabalhos da sua especialidade e em particular um intitulado Cálculo de uma geodésia terrestre.

Moço ainda e várias vezes laureado tem se imposto pela sua inteligência, pelo seu dinamismo e grande operosidade na especialidade que abraçou.

Merece, por isso, ser admitido como sócio honorário do nosso Instituto devendo ser transferido para a dos efetivos quando houver vaga.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1940. — Radler de Aquino, relator; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Carlos da Silveira Carneiro".

O Sr. Fletuss, pedindo a palavra propôs "que o Instituto se congratulasse com o insigne Sr. Presidente pelo 4.º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e pela riquissima exposição dos mapas de todos os Municípios do Brasil".

O Sr. Claudio Ganns, apresentou a seguinte moção que foi aprovada por unanimidade:

Moção — "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, considerando que o arquivo da Família Imperial, relacionado intimamente com a tradição do Brasil, se acha, desde a proclamação da República

com outros objetos valiosos, guardado, com o maior carinho, no Catelo d'Eu, em França;

Considerando que já não se pode fazer a revisão da história do Brasil, sem o conhecimento prévio desse precioso arquivo nacional, de mais de 14.000 documentos, devidamente catalogados e quase interramente inédita, cujo inventário foi há pouco publicado;

Considerando ainda os superiores propósitos em que estão os dignos herdeiros dos Augustos Imperantes do Brasil, de facilitar ainda mais a consulta desses inestimáveis documentos a todos os pesquisadores, como aliás sempre o fizeram em França, num gesto de requintado cavalheirismo, transportando-os para o Brasil, como era intenção declarada do nosso saudoso consócio, S. A. I. o Sr. D. Pedro de Orleans e Bragança, para ser confiado à guarda da própria Nação, através de uma instituição cultural de carater permanente;

Considerando que o Castelo d'Eu se acha situado num ponto geográfico da França, propício agora às investidas da guerra;

Considerando que nas guerras modernas, não é possivel limitar o bombardeio por armas aéreas, às trincheiras e a determinados objetivos militares, levando-o muitas vezes pela violência das explosões e dos incêndios, a pontos da retaguarda, mesmo os menos próximos, embora sem finalidade diretamente ligada aos propósitos das operações;

Considerando assim, o risco imediato que corre, a toda hora, esse rico acervo, colecionado durante mais de 70 anos, pelos nossos ex-Imperadores e alí preciosamente guardado, por mais meio século, pelos seus dignos herdeiros;

Formula o mais veemente apelo ao Governo do país, no sentido da aquisição imediata dos referidos objetos e documentos e de obter, com a aquiescência prévia da Família Imperial, a sua remoção para outro ponto da França, mais ao abrigo dessas incursões condenaveis, e, logo em seguida, o seu transporte para o Brasil, ainda por conta

da Nação, que lhe dará o melhor destino, confiando sua guarda e consulta ao "Museu Imperial" de Petrópolis, em tão boa hora recemciado.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1940.— José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Oliveira Vianna, Braz do Amaral, Feijó Bittencourt, João da Costa Ferreira, Wanderley Pinho, Elmano Cardim, Alfredo Nascimento Silva, Jonathas Serrano, Frei Pedro Sinzig, O. F. M.; Rodrigo Octavio Filho, Tasso Fragoso, Souza Docca, Pedro Calmon, Hermenegildo de Barros, Virgilio Corrêa Filho, A. Leoncio Pereira Ferraz, Ernesto de Souza Campos, Leão Teixeira Filho, Alfredo Lage, e Claudio Ganns".

Logo depois o Sr. Presidente Macedo Soares, deu a palavra ao sócio Frei Pedro Sinzig, que realizou a sua conferência sobre o Folclore na Música Brasileira, acompanhada de Coro dos Apiacás, sob a direção da Senhora Lucilia Guimarães Villa Lobos, tendo sido aplaudidíssima.

O Sr. Presidente Macedo Soares, pediu ao Sr. Almirante Henrique Aristides Guilliem, Ministro da Marinha, e que ocupou lugar à mesa, para, como Chefe da nossa nobre Marinha de Guerra, fazer entrega à Senhora Lucilia Guimarães Villa Lobos, das flores que o Instituto oferecia à mesma senhora, o que foi feito sob calorosos aplausos.

O Sr. Presidente, marcou a nova sessão para o dia 26 de junho, precedida de uma Assembléia Geral Extraordinária, que ficou desde logo convocada para votação de pareceres.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.





ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÕES 1.676 E 1.677), EM 26 DE JUNHO DE 1940

PRESIDÊNCIA DO SENHOR EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Assembléia Geral Extraordinária

As 16 e meia horas, na sala Varnhagen, abriu-se a sessão de Assembléia Geral Extraordinária com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Virgilio Corrêa Filho, Augusto Tavares de Lyra, Claudio Ganns, João da Costa Ferreira, Braz Hermenegildo do Amaral, Francisco Radler de Aquino, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, frei Pedro Sinzig, Alfredo Nascimento, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Alcindo Sodré, Manoel Tavares Cavalcanti, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Raul Tavares, José Wanderley de Araujo Pinho, Luiz Felippe Vieira Souto, Candido Marianno da Silva Rondon, Rodolpho Garcia, Oswaldo Aranha, José Mattoso Maia Forte, Augusto Tasso Fragoso, Afranio de Mello Franco, Emilio Fernandes de Souza Docca.

O Sr. Presidente declarou haver convocado a Assembléia Geral-Extraordinária para o fim especial de serem votados dois pareceres da Comissão de Admissão de Sócios, pois que um deles se referia à elevação de um sócio efetivo a benemérito. Antes, porem, devia comunicar que, por iniciativa do Dr. Joaquim de Souza Leão, e por intermédio do consócio Dr. Joaquim de Souza Leão Filho, a Senhora F. I. Boult, bisneta de Roberto Southey, ofereceu ao Instituto Histórico a correspondência do historiador com o seu patrício Theodor Koster, então no Brasil.

Tão grata comunicação foi feita ao Instituto por seu distinto sócio Sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Pediu depois ao Sr. Secretário Perpétuo que lesse os dois seguintes pareceres da Comissão de Admissão de Sócios.

- Parecer da Comissão de Admissão de Sócios.

De conformidade com o resolvido na Assembléia de 15 de dezembro de 1939, a Comissão infra assinada vem opinar que, em virtude dos trabalhos diversos até hoje publicados, pelo sócio honorário Dr. Cláudio Ganns, especialmente as suas conferências realizadas em Petrópolis e no Instituto Histórico de São Paulo sobre o Visconde de Mauá, acha-se ele dentro dos termos da proposta formulada para sua transferência à classe dos sócios efetivos; e bem assim, quanto ao Almirante Raul Tavares, operoso sócio efetivo desde 23 de agosto de 1912, que tem desempenhado cargos em comissões e em congressos, se acha nas disposições dos Estatutos para ser elevado à categoria de sócio benemérito, conforme a proposta apresentada. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1940. — Alfredo Nascimento, Relator. — Tavares de Lyra. — Braz do Amaral.

— A Comissão de Admissão de Sócios só tem palavras de louvor quanto à admissão na classe dos sócios honorários dos Srs. Drs. Manoel Augusto Pirajá da Silva e Christovão Leite de Castro que deverão ser aproveitados, o primeiro na classe dos correspondentes, o segundo na dos efetivos logo que houver vaga. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1940. — Braz do Amaral, Relator. — Alfredo Nascimento. — A. Tavares de Lýra.

O Sr. Presidente pôs em discussão os pareceres. (Nessa ocasião retiraram-se da sala os Srs. Raul Tavares e Claudio Ganns).

Ninguem tendo pedido a palavra, o Sr. Presidente pôs em votação, sendo ambos aprovados por unanimidade e com aplausos.

O Sr. Presidente, ato contínuo, proclamou sócio benemérito o Sr. Almirante Raul Tavares, que pertence ao Instituto desde 23 de agosto de 1912; sócio efetivo o Sr. Dr. Cláudio Ganns; sócios honorários os Srs. Drs. Manoel Augusto Pirajá da Silva e Christovão Leite de Castro e declarou que com estas eleições ficavam completamente preenchidos todos os quadros sociais.

Levantou-se, em seguida, a sessão de assembléia geral extraordinária.

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Com a presença dos mesmos sócios e igualmente sob a presidência do Sr. Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, abriuse a terceira sessão ordinária no salão Dom Pedro Segundo.

O SR. PRESIDENTE convidou para ocupar um lugar à mesa o Sr. Embaixador Jorge Prado, bem como o Sr. Oswaldo Aranha que preferiu, por ser membro do Instituto, sentar-se na bancada social, e para o recinto especial os Srs. Drs. Lewis Hanke, general Arthur Silo Portela, Almirante Castro e Silva e Dr. Riva Aguero, eminente publicista e historiador peruano.

O Sr. Secretário Perpétuo leu a ata da sessão de 31 de maio, que foi aprovada sem discussão, e depois as *Efemérides Brasileiras*, do Barão do Rio Branco.

Deu depois a palavra ao Sr. Pedro Calmon, que realizou a sua conferência sobre o Folclore histórico do Brasil, sendo muito aplaudido.

Ao encerrar os trabalhos, o Sr. Presidente anunciou uma sessão extraordinária no dia 3 de julho, na qual usarão da palavra os Srs. Braz do Amaral e Canabarro Reichardt.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho. 2.º Secretário.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA (SESSÃO 1.678), EM 3 DE

JULHO DE 1930

PRESIDÊNCIA DO SENHOR EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

As 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Augusto Tavares de Lyra, Francisco José de Oliveira Vianna, Claudio Ganns, Francisco Radler de Aquino, Braz Hermenegildo do Amaral, João da Costa Ferreira, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Alfredo Nascimento Silva, José Wanderley de Araujo Pinho, Herbert Canabarro Reichardt, Luiz Felippe Vieira Souto, Virgilio Corrêa Filho, Ataulpho de Paiva, Affonso d'Escragnolle Taunay, Alfredo Ferreira Lage, Candido Marianno da Silva Rondon, Levi Carneiro, Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Christovão Leite de Castro, Emilio Fernandes Souza Docca, Augusto Tasso Fragoso, Frei Pedro Sinzig, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.

O SECRETÁRIO PERPÉTUO leu a ata da sessão realizada no dia 26 de junho, a qual foi, sem discussão, aprovada unanimemente.

Leu, depois das *Efemérides Brasileiras* do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão.

O Sr. Fleiuss deu notícia ao Instituto da nova e valiosa oferta do Sr. Dr. Aureliano Leite, da História de Gil Blaz de Santilhana,

traduzida em português, por Manoel Maria de Barbosa du Bocage, edição de 1798, em quatro volumes.

Depois o Sr. Levi Carneiro dirigiu uma saudação, em nome do Instituto, ao Sr. Dr. Riva Aguero:

PONTO DE LA CONTRACTOR DE LA CONTRACTOR

ALOCUÇÃO DO SR. LEVI CARNEIRO

"SR. José de la Riva Aguero — Coube-me, há poucos dias, a honra de saudar-vos, ao visitardes a Academia Brasileira de Letras. Agora, por designação de nosso Egrégio Presidente, me toca o mesmo grato encargo, nesta outra grande Casa tradicional da cultura do Brasil.

Devo esta fortuna duplicada — tão certo é que uma felicidade, como se diz da desgraça, nunca vem só — apenas a outra fortuna minha, qual a de haver estado em vossa pátria. Na Academia, talvez tambem neste Instituto, dentre os associados presentes, serei o único que pisou solo peruano. Digo dos presentes, porque, dentre os ausentes, um, ao menos, e dos mais conspícuos — o Sr. Ministro Rodrigo Octavio — percorreu o Perú, e dele falou, à Academia e ao Instituto, em termos inesqueciveis, com a elegância de expressão, a exuberância de sentimento, a compreensão carinhosa, que lhe são peculiares.

Quanto a mim, um rápido mês, ainda que intensamente vivido, na vossa capital, não me autorizaria a falar daquele grande país, se, no convívio de alguns de seus homens mais representativos, no seio da sua sociedade, inexcedivelmente culta e acolhedora, na leitura de seus escritores de nomeada, não houvesse apreendido a fisionomia moral e política do seu povo.

Sem tempo, nem ânimo, para ascender às altitudes temerosas de Cuzco, e outras, somente vi Lima. Lá se diz: "Lima, quien no te ve, no te estima". Eu a vi com olhos demorados e enternecidos — tanto que, ainda agora, a revejo em toda a sua beleza singular, e sempre lhe votarei minha melhor estima.

Vós mesmo, Sr. de la Riva Aguero, dizendo-vos "ardorosamente peruano e nitidamente limenho," bem acentuastes que Lima teve, na história do Perú, papel de síntese entre os elementos costeiro e andino e, entre os vários aspectos do litoral, não sendo uma improvisação da Conquista, Lima é a síntese do Perú, sua representação, tradicional e rejuvenescida.

Lima, das grandes casas senhoriais — como a do Marquês de Torre Tagle, de mais de 200 anos — com balcões magníficos de madeira esculpida, debruçados sobre as ruas, e pátios internos sombrios e floridos; das imensas avenidas, prontas a serem edificadas, constituindo a ossatura de nova e ampla cidade; dos palácios modernos, dos edifícios de cimento armado, a espraiar-se pelos arredores, que destacais, como Miraflores, e as praias, Chorrilhos, La Herradura, La Peria, que devereis englobar na capital, formando a grande Lima litorânea.

Lima, das igrejas e dos museus — que guarda o corpo de seu fundador, o grande Capitão, de quem Raul Barrenechea escreveu ser a figura mais arrogante que atravessa a história do Perú; e a sua Santa, Santa Rosa, Rosa de Santa Maria, que parece pairar no modesto recinto em que viveu os breves e maguados anos de sua vida terrena, no mesmo abrigo que ela construira, no mesmo jardim que, com as próprias mãos, cultivara; e dezenas de milhares de peças do período pre-colombiano — artefatos de guerra e de uso doméstico, vasos, monolitos, estatuetas, de ouro e de outros metais, de pedra, de argila, de madeira, e os tecidos de desenhos belíssimos e colorido indelevel em que ressurge a vida, a civilização avançadíssima dos

aborígenes; e as telas das antigas escolas coloniais de Cuzco, do Quito e do Aiacucho, dos autores anônimos, do retratista José Gil "del mulato Gil", dos admiráveis artistas do século passado — Merino, Laso, Montero, dos mais recentes — Hernandez, Bacaflor, Castillo, dos modernos.

Lima, da Universidade Maior de São Marcos, quatrissecular, berço da cultura superior na América do Sul, senão em todo o continente, sob cujas arcadas, finamente decoradas, se pregou, a princípio, a doutrina da submissão e onde vieram a florescer as idéias renovadoras, os anceios impetuosos da liberdade e do nacionalismo, através da palavra de tantos mestres eminentes, como vós mesmo. Alí já se processa a transformação anunciada pelo reitor, em 1938, o eminente professor Alfredo Solf y Muro (que passou significativamente, desse alto cargo, ao que ora exerce, de Chefe do Ministério e Ministro das Relações Exteriores), quando traçava a missão da Universidade moderna, atribuindo-lhe "uma ação que faça predominar o culto da verdade sobre as paixões e os interesses, que anteponha o poder do espírito aos rudes poderes da matéria e que vincule todos no esforço sincero de descobrir o rumo do caminho reto da vida".

Lima, da inteligência e da cultura — dos professores, dos poetas, dos romancistas, dos jornalistas, dos cientistas, — que resumo num só nome, que poderia ser o vosso, num grande nome prezado em todo o continente, um nome que sei querido por vós como por mim mesmo e por quantos trataram com esse homem admiravel — Victor Andrés Belaude.

Lima, das obras recentes de assistência social; dos vice-reis faustosos e festeiros, dos inquisidores implacáveis, e da Perricholi, a cortezã que, há dois séculos, perturbou e deslumbrou a cidade e o próprio vice-rei, a mulher bela, de quem lá está a antiga quinta e a velha caleça descorada, de que recordarei — não a vós, Sr. Riva Aguero, mas aos meus companheiros desta casa — a linda história.

Naquela mesma caleça, recamada de ouro, a mais rica de Lima, doada pelo vice-rei apaixonado, no dia de festa em que a inaugurava, iria a Perricholi, quando encontrou na rua o viático, conduzido a pé. Fez ela parar o carro, desceu, fez subir o vigário, e com os demais fiéis, o acompanhou a pé, sujando na poeira o seu vestido luxuoso, até à casa do moribundo, aonde iam. Na volta, ainda o seguiu até à igreja e aí disse ao vigário que lho doava, com todos os pertences, com os quatro cavalos, e o cocheiro, recusando retomar o seu lugar, pois alí estivera o Senhor. Quando o sacerdote lhe perguntou: — Quem sois? — respondeu, timidamente: eu sou... eu sou... deste bairro, Micaela Vilegas. Ao que se conta, somente quando viu que o padre não se surpreendia, nem repelia, acrescentou: eu sou a Perricholi...

Assim se passam as coisas em Lima. Lima, das grandes flores rubras, de um rubro nunca alhures visto, e perfumosas, envolta na sua fina e fria "garúa" característica, estremecendo, de tempos a tempos, numa vibração subterrânea, enquadrada entre as serras pedrentas e nuas e o mar enregelado pela corrente polar, sobrevoado pelas aves guaneiras, numerosíssimas, rumorosas.

Lima, tão penetrada de idealismo e de cultura, síntese espiritual, não só do Perú, senão da própria América — de tal sorte se tornou o ambiente propício às afirmações mais expressivas do panamericanismo, nos múltiplos congressos e conferências alí realizados.

Lima não esqueceu, nem excluiu as fases de sua história, as contribuições da sua formação. Acumulou-as. Lá se deparam vestígios de todas elas. Bem o sente quem vê nas ruas os policiais de feições escuras, bem perfilados, bem uniformizados, de serena dignidade, fria e triste, sempre aprimoradamente corteses, ou as "cholas" bronzeadas, envoltas nos chales de cores, que envolvem tambem os filhos pequenos — e, logo depois, na universidade ou nos salões, os representantes atuais das famílias, cujos nomes fulguram, desde muitos anos, até desde os primeiros anos da história do Perú. Vosso

nome, Sr. José de la Riva Aguero, é exatamente o de vosso bisavô, marechal, procer da Independência, primeiro mandatário da Nação. Dizia-me o nosso sábio Affonso de Taunay que o nome de vossa família aparece tambem na História do Brasil, na defesa contra os holandeses. Em vossa terra se encontram, ainda hoje, os Lavalle, os Paz Soldan, os Ullôa, os Ugarte, os Prado...

A última — última na enumeração apressada e lacunosa, que acabo de fazer — representa só ela, a melhor tradição de tantas famílias peruanas. Civismo, cultura, denodo — são os predicados dessa dinastia de estadistas, de soldados, de universitários, de realizadores do progresso da Nação.

O que mais enobrece a família Prado não é o fato de contar em seu seio um antigo Presidente da República — eleito, e reeleito, para dois períodos, não sucessivos, mas intercalados -- um candidato -um candidato vitorioso, quand même — à presidência, e agora o próprio Presidente. O que alí a destaca, desde logo, aos olhos do visitante estrangeiro. é, sem dúvida, o prestígio, a distinção e o encanto pessoais dos seus dois membros mais proeminentes — Don Mariano Prado, chefe atual da dinastia, personalidade impressionante pela austeridade de universitário laureado, e D. Manuel Prado, o presidente atual do Perú, que se diria a inteligência em ação, cintilante, espiritual, gracioso, cordialissimo, irradiante de simpatia dominadora. E, fora de lá, espalhados pelo mundo, como se o Perú não bastasse para contê-la, ainda se encontram, dessa mesma grei altíssima, D. Jorge Prado, o embaixador no Brasil, tão apreciado e querido por todos nós, que de sua personalidade empolgante não vos preciso dizer; e, em Londres, D. Maria Prado de Peña, de quem não poderia falar, porque não tive a honra de a conhecer, mas a quem toda a gente, em Lima, se referia, quando eu exalçava esta família notavel: — Pero que lástima que ud. no conozca d. Maria Prado de Peña!

Todo o prestígio dos Prado, acrescido de geração em geração, todos os seus servços, a continuidade de sua obra, teem expressão na singular feição tradicionalista, no magnífico ambiente de arte, das suas duas casas de residência, mais que secular uma delas, dois verdadeiros museus, a par dos quais ainda existe, por eles mantido, um outro museu — este, sim, denominado "Museu Prado".

Demoro-me, demasiado para os que me ouvem, não tanto quanto desejaria, nesses detalhes, para vos dizer como vi a vossa capital. Nesse ambiente, nenhum estudo é mais atraente — ia a dizer, mais facil — que o de história, o da arqueologia. Dizendo-o, Sr. José de la Riva Aguero, não receio diminuir o mérito de vossa obra. Porque realizastes, com tanto brilho, tanta profundeza, tanta erudição, esse estudo, que me não perdoaria falar de vossa obra, depois das curtas horas que pude consagrar-lhe e com todas as restricções da minha incompetência, se já não estivesse ela consagrada pelos julgamentos mais autorizados.

Bem recebido, ontem, na Academia Brasileira, a que destes, logo, amostra do fino lavor da vossa palavra e da elevação de vosso pensamento; bem vindo hoje, neste recinto de estudo da História — tambem sereis, amanhã, jubilosamente acolhido pelos meus colegas do Instituto dos Advogados. Homem de letras, estais merecidamente investido no mais alto posto da Academia Peruana, correspondente da língua; advogado, fostes decano do prestigioso Colégio dos Abogados de Lima, a que me orgulho de pertencer, como membro honorário; historiador, acolheu-vos o Instituto Histórico do Perú. Tão altas e significativas investiduras dizem — melhor que poderia eu dizer — de vossas atividades em tão variados setores. No entanto, tivestes ainda tempo para serdes político e até — excusez du peu! — presidente do Conselho de Ministros...

Foram, porem, segundo dissestes, as disciplinas históricas vossa vocação verdadeira, de que nunca vos desinteressastes. Nelas encontrastes, por certo, o melhor meio de retemperar vosso esclarecido pa-

triotismo, vosso forte sentimento nacional, que, com razão, considerais imprecindivel para que se faça alguma coisa.

Toda a vossa atividade intelectual tem se inspirado sempre nesse mesmo nobre pensamento — ainda nos domínios literários: haja vista vossos estudos sobre Cervantes e Garcilasso de La Vega, os dois gênios tutelares da literatura espanhola e da peruana.

A epígrafe dos dois alentados volumes, em que reunistes tantos e tão valiosos de vossos escritos e discursos, pode considerar-se a divisa a que tendes obedecido: — "por la verdad, la tradición y la patria". Em algumas páginas dessa obra notavel, e, mais especialmente, no curso da Universidade Católica, em 1937, sobre a época pre-hispânica da Civilização peruana, traçastes, com a orientação dos mais modernos estudos de arqueologia, o quadro sintético da formação da nacionalidade.

A autonomia da investigação e da crítica, a inspiração do patriotismo, a sêde e o amor da verdade — levados, não só à condenação dos erros alheios, mas até o que é ainda mais dificil, ao reconhecimento de algum erro por vós mesmo cometido — caracterizam vossa obra de historiador, dando-lhe o mais destacado realce.

Não praticais a louvaminha facil e amena; ao contrário, só pesais as doutrinas e as interpretações divergentes, aventando, não raro, novas soluções — e dizeis, sempre, serena mas desassombradamente, toda a verdade que desvenda vosso olhar profundo. Destruistes, desapiedadamente, suposições ou crendices, que poderiam lisonjear o que chamastes a "anidad lugareja", como a que se referia à exagerada ancianidade das ruinas de Tiahuanaco. De uma feita, tereis sentido necessidade de afirmar que não sois um detrator do império dos Incas. E, de certo, ninguem teria destacado, melhor que vós, a personalidade de Garcilasso de la Vega, o cronista inca do século XVI, defendendo-o da acusação de plagiário, mas, do mesmo passo, increpando-o de falsear o colorido dos fatos históricos, de modo a transformar a narrativa dos tempos bárbaros numa espécie

de história de santos. Ninguem, melhor que vós, se empenhou em fixar, com exatidão, sem convencionalismo, a grandeza dos tempos pre-colombianos. E chegastes a sugerir que, em face da estátua majestosa do Marquês D. Francisco Pizarro, na magnífica Praça de Armas, de Lima, se erguesse a efígie do monarca cruzequenho Pachacútej, cuja ferocidade sanguinária, aliás, assinalastes, com o mesmo implacavel amor da verdade histórica...

Mas, ainda sob tal impulso, proclamastes que o "elemento ativo, plasmador e viril" da vossa adolescente república foi o castelhano, e não o índio; à Espanha, reconhecestes deverem todos os hispanoamericanos e particularmente os peruanos e os limenhos, "um robusto e secular vínculo moral e civilizador, um fundamento afetivo e ético de coesão, sem o qual não existe a verdadeira sociedade". Poderieis ampliar aos brasileiros, em relação aos portugueses, essa mesma afirmativa — e por isso vos há de ser grato observar que, ainda agora, lhe reconhecemos a justeza, associando-nos fervorosamente às comemorações do tricentenário da Restauração de Portugal.

Esse traço da nossa formação histórica não vos terá escapado — como vos não escaparam outros, que referistes, na Academia Brasileira, ao dizerdes a inveja e o aplauso que vos desperta nosso passado.

Assinalastes que não tivéramos o embaraço de uma cultura anterior, assás adiantada, que colidisse com a dos conquistadores europeus; tivéramos a fortuna de praticar a agricultura, em vez da mineração, e de conservar, por longos anos, o regime monárquico. Dais razão ao vosso glorioso antepassado, a quem há pouco me referí, quando lamentais não ter tido o Perú a monarquia representativa, que ele desejou instaurar. Em verdade, para nós, a monarquia foi o grande fator da unidade nacional, a escola de nossa primeira educação política, a sedimentação, a depuração das torvas paixões acumuladas, que soube realizar o grande Imperador, que precisa-

mente nesta Casa tem uma das melhores provas das tendências e das preocupações do seu espirito e do seu patriotismo.

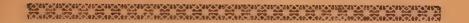
Mas, sem excluir tudo o que há de procedente em vossa observação, quereria atenuar os motivos do sentimento de inveja, que tão graciosamente confessastes, despertado pelo estudo de nossa história. Pois, se tivestes de lutar — e ainda lutais — contra a aridez das terras da vertente ocidental dos Andes, nós enfrentamos a dificuldade, diametralmente oposta, e não menor — a da fertilidade avassaladora... A hiléia amazônica, com o matagal invariavel, os rios caudalosos, o calor húmido sufocante, os insetos maléficos, não é menos dificil de dominar que as terras áridas — que tambem temos. Não houve aquí o choque de duas civilizações adiantadas; mas houve — menos evidente, mas não menos grave e perturbador — o caldeamento de duas ou mais raças.

A mineração foi para nós, sobretudo, uma miragem — uma miragem criadora, porque atrás dela os nossos maiores vararam o sertão, dilatando o território que à Metrópole coubera.

Não tivemos as grandes lutas armadas, que tivestes, com grandes perdas de vidas, para conquista da emancipação nacional. O patriarca da nossa Independência é um professor, um sábio. A grande figura militar do Império é Caxias, de quem ainda ontem contemplaveis a espada gloriosa, que ele não gostava de tingir do sangue de seus patrícios. Tivestes vice-reis opulentos, rodeados de ouro e pedrarias, ao passo que nós tivemos dois autênticos monarcas europeus, e um imperador, que deles descendia, despretenciosos, descuidados, hostís à pompa e ao aparato. Não conhecemos os rigores da Inquisição. Tudo nos fez humildes, tolerantes, sem arrogância, confiantes na bondade, incapazes de violências e brutalidades. Não sei se demasiado — máxime para os dias que aí veem. Como quer que venha a ser, verdade é que, graças a essas circunstâncias, os pendores do nosso espírito levaram-nos a criações como a deste Instituto, logo nos primeiros dias da vida nacional. Esta e outras associações

culturais datam desse tempo — contemporâneas do Brasil independente, significando os vínculos espirituais com que procuramos fortalecer a nacionalidade nascente. Em todas elas foi sempre recebido de braços abertos um homem da vossa estirpe, intelectual, com as vossas credenciais, a vossa obra. E estou certo de que vos sentireis bem aquí, Sr. de La Riva Aguero, percebendo o calor de nossa estima por vós, pela vossa gente, pela vossa Pátria." (Palmas.)

Em seguida, o Sr. RIVA AGUERO, que ocupava lugar especial no recinto, dirigiu-se à tribuna e fez brilhante e muito aplaudida preleção sobre a História do Perú.



DISCURSO DO SR. DR. RIVA AGUERO

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Membros do Instituto, Senhoras e Senhores.

Tenho plena conciência da altíssima honra que se me confere ao receberem-me neste glorioso Instituto, que conta mais de cem anos de fecundíssima existência; que foi e é o supremo Senado intelectual da investigação e do juizo histórico no Brasil; e a cuja opulenta e brilhante revista, com centenas de volumes, acudimos em consulta todos nós que nos interessamos pelo estudo de nossa solidária história sulamericana. E' de verdade uma egrégia corporação esta que hoje me abre as suas portas com tão generosa hospitalidade. Pela sua atividade longa e contínua, por seu alto e simpático espírito e por outros títulos inúmeros, merece ser o modelo perene das nossas instituições congêneres naAmérica-Hispânica.

Sejam minhas primeiras palavras de gratidão e homenagem ao insigne Presidente, o Exmo. Sr. Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, grande político e diplomata, esplendido mecenas, seu dirigente e guia efetivo, organizador do Instituto de Geografia e Estatística, personalidade de relevo a quem rendo o meu mais fervoroso aplauso; e, em seguida ao meu eminente amigo o acadêmico e jurisconsulto Sr. Levi Carneiro, reanimador do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, delegado do Brasil

na Conferência Panamericana de Lima, que deixou em meu país gratas recordações, e com quem contraio especial e irresgatavel divida de agradecimento pelo magnifico discurso de apresentação que acabais de ouvir, no qual foi tão pródigo e bondoso para comigo e tão amavel para com a minha cidade natal e alguns dos meus melhores amigos. Saudo igualmente o Secretário perpétuo, o eruditissimo Dr. Max Fleiuss, oráculo do passado, personificação da competência e da amabilidade, a exatidão e a constância; ao General Rondon, tão sincero amigo do Perú e célebre explorador amazônico; e ao agudo, vigoroso e exímio historiador Pedro Calmon, que vejo entre os presentes; e, em geral, a todos os membros que constituem o Estado Maior do saber histórico nesta grande nação. E com reverência me inclino ante as sombras tutelares dos grandes desaparecidos que orientaram o Instituto - mui em particular diante do Conde de Affonso Celso, seu último presidente, que lamento não ter conhecido pessoalmente, mas cuja acendrada fama de polígrafo, católico e homem público de consequência exemplar transpôs todas as fronteiras americanas e se dilatou pelo nosso continente a fora. E, com eternecido respeito, rendo meu tributo à memória do nosso incomparavel Imperador, S. M. Dom Pedro II, o moderno Marco Aurélio, o soberano justo e filósofo por excelência, o unificador, pacificador e reformador do Brasil, com admiravel consenso hoje bendito por todos os brasileiros concientes, filhos de seus súditos e com razão e verdade agradecidos, cuja respeitavel poltrona, ao mesmo tempo trono simples de sóbrio monarca e assento de assíduo acadêmico protetor, que sempre o foi desde sua estudiosa juventude irrepreensivel, até a sua benemérita, veneranda e respeitavel velhice, distingo, junto a sua augusta efigie, naquele ângulo, como preciosa relíquia e viva demonstração da magnânima fidelidade do Brasil. Aplacadas as paixões partidárias, dissipadas as tão falazes ilusões de meio século decorrido, não há homem equilibrado e culto, - não só no Brasil como em toda a América Ibérica, - que recuse pleno louvor à obra de governantes moderadores e próvidos. Eu, que tenho em minha pátria longínquas tradições monárquicas, e que de boa lógica não desconheço as inegaveis vantagens téoricas daquela forma de governo, compreendo e admiro o vosso sentimento, de comovedora equidade, - que povos menos inteligentes e nobres talvez não compartilhassem de vossas públicas e contínuas efusões, — que constitue, porem, o testemunho vitorioso da elevação do vosso patriotismo, mui acima das vicissitudes dos diversos regimes, de vossa clarividência espiritual e do vosso arraigado e puro nacionalismo.

Para sentar-me entre vós não tenho outros títulos que minha afeição constante às disciplinas históricas; e minha qualidade de membro já antigo da Academia de História de Madrid e do Instituto Histórico Peruano, o qual é muito mais novo que o vosso, pois não conta senão trinta e cinco anos de vida, e deve seguir o exemplo deste seu irmão maior, a cujo centenário, faz pouco, se associou.

* * *

Permitam-me dissertar durante alguns instantes, com a brevidade que as circunstâncias me impõem, sobre arqueologia e história peruanas, desfrutando do prazer delicioso de recordar minha pátria perante um auditório tão compreensivo e benévolo, explicando alguns problemas de épocas diferentes, com o critério que minha escola e eu professamos e pondo em ressalto as semelhanças e coincidências com os do Brasil vizinho e amigo.

Apenas me referirei ao intrincado assunto das origens indígenas. Perdoem-me se, de acordo com não poucos de vossos próprios antropólogos, duvide muito da procedência quaternária dos debatidos esqueletos da Lagoa Santa, cujos similares se pretendeu encontrar em vários pontos do Perú e de suas regiões longinquas. Cada vez mais desconfio do quaternário americano, se não se reduz ao quaternário posterior, último, aos finais da glaciação, ao que só corresponde com grande probabilidade a chamada cultura de Folston no Oeste dos Estados Unidos. O demais tudo me parece claramente neolítico, ainda que mesclado com supervivências paleolíticas, segundo ocorre com o primitivo neolítico aonde quer que seja.

Sobre o rumo dos povoadores, o principal caminho está provado que foi o asiático boreal, pelo estreito que antes era istmo, de Behring, seguindo a própria rota desde muito traçada pela flora e pela fauna. Os mal denominados aborígenes americanos representam diversas invasões de mongolóides, do tipo mais ou menos

dos drávidas, como o são os próprios asiáticos. Por aí se explicam certos caracteres comuns com os melanésios, que tiveram de partir do mesmo foco do Sudeste continental da Ásia; porque a travessia do Oceano Pacífico tem nessas remotissimas idades evidente impossibilidade. Quanto às pretensas origens australianas do índio da América, subsistem, alem daquela, as mui fortes e numerosas objeções formuladas por Hrdlicka. Não nego a probabilidade de algumas emigrações polinésicas para o ocidente do Perú e para o Chile, pelos indicios persuasivos estudados por Imbelloni e sobretudo por Rivet; mas precisamente por serem polinésicas há que colocá-las em um período mui posterior, pela era cristã, para concordar com os averiguados antecedentes na Oceania. O que interessa unicamente agora o meu tema, neste capítulo preliminar dos primeiros povoadores, é que os que podem ser chamados aborígenes peruanos são as duas raças indígenas de mais recôndito e fundo substracto, os dois tipos de dolicocéfalos costeiros (uns, os pescadores altos e antropófagos, exumados por Max Uhle, de Supe até Taltal, no Chile, outros, os conhecidos desde muito agricultores puquinas, que se estenderam de Lambayeque a Moguegua e seus congêneres pescadores, os ursos de Titijaja e Oruro, e os changos de Antofogasta e Cobija), são irmãos de famílias muito difundidas no Brasil: os primeiros são os botucudos, tanto quanto os patagônicos e os "fueguinos", e os segundos pertencem, pela língua, e quase seguramente pelo sangue, aos arahuacos, espalhados do Paraná, os Mojos e o Napo à ilha de Marajó, onde se acumula a sua cerâmica mais característica, e logo pelas Guianas subiram até as Antilhas e a Flórida. Tudo faz supor que sua emigração, através dos bosques amazônicos, provinha do Sul, das regiões do altiplano de Callao e das contiguas para o oriente e o ocidente. Sobre este duplo fundo étnico, que pelo menos era comum ao Perú, a Bolívia (Baixo e Alto Perú) e ao Brasil, o dos dolicocéfalos de estatura alta e o dos pequenos dolicocéfalos arahuacos, chamados em nossa antropologia uro-puquinas, veio juntar-se, por imigração conquistadora, sem duvida, proveniente da América Central, a raça andina dos braquicéfalos serranos quechua-amaras, aos que pertencem como ramo austral — os araucanos que ocuparam o Chile. E' presumivel que todos eles trouxeram do Norte e do Centro da América, da

Guatemala e de São Salvador o cultivo do milho, que naqueles territórios e em época mui pre-maia se aclimatou. Da mescla dos primitivos com os segundos imigrantes resultou a mesocefalia peruana, um tanto matizada e variavel. Certamente foram várias as colônias americanas do centro, e as mais antigas foram as costeiras, à maneira das fenícias no Antigo Continente. Assim deixa parecer o caso da primeira cultura de Nazca e Ica, cuja origem forasteira está demonstrada por placas de jade em Chiapas, descobertas em sepulcros "iqueños"; por oferendas de conchas, peculiares das aguas do centro americano e pela semelhanca de formas de cerâmica e decorações com as mais vetustas da Nicarágua e as zapotecas derivadas de Milta. As referidas colônias ou estabelecimentos de Nezca e Ica, que denominamos, segundo Uhle, protonazcas, desapareceram logo, e é de supor que sucumbiram em querras com as tribus limítrofes, depois de terem influido nas províncias de Limas, de Chavin e de Huaylas. Nesta última localidade, o mais antigo parece ser uma estrela pre-maia que representa o deus Huiracocha e que se conhece com o nome do géografo Raymondi.

Outra cultura apresenta-se, semi-primária ou proto, de reduzido âmbito, a de Moche nas proximidades de Trujillo, a qual se deduz seus antecedentes manifestos, segundo provou. faz pouco tempo, o nosso arqueólogo Tello, através das ruinas de Nepeña, das de Chavin e demais do desfiladeiro de Huaylas. O lento avanço e a ostensiva infiltração do sul para o norte de Nazca a Chavin e Uroche, na minha opinião não impede que os estilos de Huaylas se enlacem pela serra com as exumadas cidades do Equador, que com razão Uhle e Iijon qualificam de mayoides e se encadeiem com as sugestivas esculturas de Santo Agostinho na Colombia, já nas nascentes do rio Madalena. Tudo isto indica outra via terrestre de penetração, que desce pelo Cauca e as serranias de Quito e pelo Azuay, paralela e inversa à maritima de Nazca e Moche, que tambem provem, como aquela, de Costa Rica e do Panamá. Esta última se corrobora, em posteriores épocas indigenas, com tradições como a de Naylap em Lambayeque, e as toponímias maia e nahua nos vales costeiros de Chiclayo e Pacasmayo. Na segunda via ficam igualmente rastros onomásticos pelas províncias interiores de Otuzco, Chota e Contumaza. Sucediam-se e penetravam até o

lago Titijaja as culturas andinas ou da serra: Chavin, Cuelap, Huamachucho, Huánuco, Pucará, Tiahuanaco. Não é possivel todavia precisar com toda exatidão a sua série; pela olaria, porem, parece que a iniciadora foi a de Nazca, na costa. Seu signo escalonado e suas típicas decorações dragônicas, suas serpentes e centopeias passam logo às de Chavin, que por sua vez influe claramente em Uepeña e Moche. Finalmente, o estilo de Tiahuanesco é uma ampliação do de Chavin, em ornamentos e em arquitetura. Este célebre centro de irradiação que é o Tiahuanesco, situado no norte da Bolívia, se manifesta em tudo como o apogeu dos mencionados no Perú. Trabalha já o cobre e o bronze, e tanto como os primigênios de Nazca, Ica e Paiacas não conheciam dos metais senão o ouro.

Sustentei e sustento que os tiahuanaquenses dos primeiros períodos não poderiam ser da mesma raça "colla", impropriamente chamada aimara, que hoje habita sua zona central porque diferem muito as suas respectivas construções, os seus enterros e as deformações craniâneas, segundo revelam as escavações nas próprias ruinas e os rastros de sua propagação ou conquistas na região da costa (Hrdlucka). Ainda mais há provas, em materiais encontrados, tradições e mitos, da destruição de Tiahuanaco por bárbaros invasores vindos do Sul, que eu identifico com os próprios aimaras ou collas. Até o obcecado aimarista Uhle replica tais transformações pela devastadora incursão dos atacameños ou cunzas que não creio sejam os principais destruidores, os que em tiahuanaco substituam os clássicos huiracochas, pois as conjeturas que Uhle aduz em favor de sua hipótese, em particular as linguísticas, me parecem muito fracas e ainda manifestamente erradas. Seja como for : com tão extensa sucessão de culturas e dominações, que vão até a tiahuanaquense, a qual logrou enorme esfera de influência, do Equador até o coração do Tucumam argentino e do Chile, e que foi em tudo precursora da incaica, evidenciamos quão equivocada e mesquinha é a idéia que prevalece em alguns círculos estrangeiros em reduzir ou pouco menos nossa arqueologia prehistórica ao Império dos Incas. O Incaico no talmantinsuvo não foi senão a última forma de uma prolongada e complicada evolução de impérios comparaveis aos egípcios, se bem que de cronologia menor que a dele e de época muito mais recente, como ocorre com todo o passado americano.

As lendas incaicas se interpretaram e esclareceram nos últimos quarenta anos com a publicação de fontes históricas capitais e a retificação de fantasias arbitrárias. Já não é lícito desconhecer o número e qualidade das tribus que formaram a primitiva confederação incaica nem o ponto de partida de suas emigrações, que é Pacaritambo, ao sul de Cuzco, e não como alguns imaginaram por caprichosa moda ou teoria inconsistente - Machu Picchu ao norte, alegando o pretesto pueril de existirem tambem em Machu Picchu as quatro janelas simbólicas. A arqueologia não foge do bom senso, da circunspeção e da formalidade. Os Incas proveem do Sul de Cuzco mui claramente. Suas artes e instituições, lembranças e testemunhos de todo gênero nos levam ainda a buscar sua origem em comarcas mais meridionais que o Pacaritambo de Paruro, das margens do grande lago Titijaja, do qual apregoaram sempre ser oriundos, até a civilização de Tiahuaneco, da que é a sua o último fruto e reflexo a verdadeira restauração aperfeicoada, amortecida e um tanto decadente.

Sobre o Império Incaico, tão vasto e famoso, circulam ainda, não de tudo desvirtuados, muitos lugares comuns vazios e declamatórios, equivocados e funestos, que é meu dever impugnar, embora sumariamente como a ocasião me permite. Foi um Estado senhorial, ao mesmo tempo despótico e aristocrático, muito hierarquizado e mui cruel, e de maneira alguma esse regime idélico, brando, ingênuo, que rotineiras descrições nos fazem imaginar. Nesse pode estritamente classificar-se como sistema coletivista ou comunista, pois se se fundava na propriedade territorial de ayllos ou aldeias, segundo é frequente nas sociedades primitivas, fenômeno sabidissimo e comprovado em todas as raças e regiões do orbe, desde o antigo livro de Lavelaye, consta que a referida organização incaica, instituida como o mir eslavo no sorteio de lotes entre familias agrupadas em verdadeiras gentilidades ou clas, era alheia à genuina coletivização de terras e colheitas, sem mais exceções que as da ajuda mútua em fainas extraordinárias ou mingas e o auxílio social do Estado em caso de urgência ou sinistro, como o próprio individualismo o aceita e prescreve. Os escassos

moveis e utensilios domésticos, a casa e a horta anexa eram de propriedade individual e se transmitiam por herança. Ainda mais, havia, por mercê do Inca, e em proveito dos beneméritos e dos grandes senhores da casta dominante ou chefes locais (curacas), verdadeiros morgados de prédios rústicos, rebanhos e jóias, que eram herdados pro indiviso em toda a linhagem ou panaca do agraciado ou primeiro donatário. Em determinadas províncias, como nas de Chincha e Imbabura, havia até assalariados braçais ou proletários. - Nem tão pouco a sucessão dinástica dos Incas, nos três século de seu domínio, foi tão regular e ordeira como a pinta Garcilaso, senão que se viu alterada por inúmeras usurpações, continuas rebeliões e tempestuosas menoridades e regências. Faz já muitos anos, coloquei em relevo a diferença fundamental entre as sucessivas dinastias incaicas, saidas respectivamente de duas classes ou sub-tribus que ocupavam os bairros alto e baixo de Cuzco, e chamadas por isso de Huruncuzcos e Hanancuzcos. A primeira, que conta cinco soberanos, foi uma dinastia semi-feudal, que exerceu a presidência da confederação inca-quechua, igual à azteca. A segunda, desde seu fundador Inca Roca, e sobretudo desde Pachacútej, é o despotismo de um império centralizado, semelhante às épocas de maior unidade na teocracia faraônica. O próprio tempo, porem, a imensidade do território incaico, que por fim se estendia desde Pasto, na atual Colômbia, até o sul de Tucumam e Mendoza, na moderna Argentina, e ainda mais alem do Maule, no Chile, fizeram que aquela centralização absoluta, evidente ideal dos incas, não alcançasse completa realização. As zonas fronteiriças eram como as satrápias persas, quase autônomas, tal se vê com o estabelecimento dos dois grandes caciques vassalos chilenos, governadores respectivamente de Aconcagua e de Talagante, chamados Michimalonco e Tencalonco e instituidos pelo Inca Huayna Capaj com os reis tributários das selvas de Mojos e Chunchos, chamados Huacani e Condssi, e os de Humanaca e Tucumam, nas provincias austrais que hoje são argentinas; tudo isto contribue a dar verossimilitude à versão de haver sido Atahualpa nomeado regente ou ranti de Huascar, em Quito, depois de morto Huayua Capaj.

A civilização dos incas merece de verdade esse nome na terminologia spengleriana, porque foi o sincretismo final, um tanto apressado, mecânico e artificioso das anteriores culturas peruanas. Assemelha-se ao moderno império dos faraônicos egípcios de Tebas, à restauração do babilônio ou do persa, às dinastias Tang ou Ming, da China, aos romanos herdeiros de gregos e etruscos. E' o último rebento de um mundo indígena já velho, carregado de experiências multisseculares. Transmonte esplêndido, ostentoso e melancólico. E' fero e glacial como seus condores, e é lúcido, disciplinado e sedoso, ao mesmo tempo dutil e tenaz, como suas vicunhas favoritas.

Seu relativo adiantamento e sua complexidade social contribuiram para que sua conquista pelos nossos antepassados ibéricos não se assemelhasse à gradual ocupação e povoamento do Brasil, senão à epopéia fulgurante dos Lusiadas, às vitórias surpreendentes da Índia e de Malaca. Pizarro é o irmão fiel, tanto de Hernán Cortez como de Albuquerque. A partir do descobrimento, a ilha de Puná e o porto de Tumbez apareceram, em sua opulência viciosa e bárbara, aos olhos deslumbrados dos "castellanos" como cópias e reduções do empório oriental de Ormuz. O Brasil, entre as suas inumeras vantagens, tem a de ser desde o seu início colônia predominantemente agrícola e de população. O Perú então o foi, antes de tudo, de dominação e exploração, de presa de metais e logo de minas; e Lima e Cuzco assemelharam-se, mais que a Baía e o Rio de Janeiro, à prodiga e matizada Goa, a cidade proverbial do ouro. Não há que extremar, no entanto, como o fez com sua genial arbitrariedade o grande Oliveira Martins. E' justo advertir que a Espanha não descuidou em suas possessões, nem sequer no árido Perú, o fomento da agricultura, estabelecendo vilas de lavradores, concedendo-lhes privilégios a suas granjas, levando e aclimatando plantas e animais forasteiros de inestimavel utilidade; e ao contrário do que em outras colônias hispano-americanas, permitiu e estimulou nos vales peruanos o cultivo da videira, do algodão e da oliveira. Nossos acúcares rivalizavam com os da Baía e Pernambuco. Nossas fábricas e oficinas floresceram até meados do século XVII. Nem é tão pouco exato, para não repetir de maneira alguma o mesmo Oliveira Martins, que os nossos primitivos

antecessores castelhanos nas Índias Ocidentais espanholas e os nossos patriarcas coloniais no Perú foram em geral de condição inferior aos portugueses que para aquí vieram. Nossas leis proibiram logo que passassem para as possessões castelhanas criminosos convictos, mouriscos e judeus. Entre os companheiros de Pizarro, houve fidalgos, de solar mui conhecido e ilustre. Logo, o séquito de governadores e reis arrastava crescido número destes parentes, cavaleiros pertencentes a ordens militares, e ainda medianos morgados, desejosos de aumentar a fortuna. Recem-fundada Lima, acudiram luzidios moradores da primogênita colônia antilhana de São Domingos e de mui conhecidas linhagens, com suas irmãs e filhas, para casá-las com os maiores encomendeiros do Perú, e mantiveram um núcleo incólume de raca branca. Assim, por exemplo, propagou-se na Lima e Huánuco a estirpe do Governador de Jamaica, do "Adelantado" Francisco de Garoy, que pelo lado materno, ou seja da mulher deste, descendia do italiano Perestrello, o sogro de Colombo, cavaleiro navegador ao serviço do vosso Infante português D. Enrique e descobridor da ilha de Porto Santo no arquipélago da Madeira.

Para sustentar atropeladamente, como certos autores adventícios e presumidos o fazem, o completo plebeismo de nossa primeira imigração de conquistadores e povoadores castelhanos, teria que cerrar os olhos a claros testemunhos da história e à estreita comunidade de origem, organização social e, ainda, aos prejuizos de espanhóis e portugueses de então. Parentes inegaveis de vossos fidalgos e capitais moveram, por exemplo, o "algárvio" Castro e Sande e o galego Juan de Barros, ambos mui acreditados criadores de gado do Perú, e o segundo encomendeiro de Hanan Ica e heróico alcaide de Lima, da progénie dos Senhores de Tórtores, em Tuy. Outros tantos nomes poderia citar se dispusesse de tempo para o fazer.

Quanto aos índios, inutil seria negar que sofreram abusos e vexames como sói acontecer quando se contrapõem raças de mui distintos niveis, em conflitos bélicos e anexações territoriais. Não faltaram apropriações de terras feitas pelos vizinhos das cidades e vilas espanholas, em prejuizo de caciques e de comunidades indigenas. Reclamações contínuas se fizeram a este respeito até no

próprio vale de Lima. Não alcançaram, porem, o número consideravel, a entidade e generalidade que pretendem e bradam os declamadores hispanófobos. E' completamente falsa a asserção de mendazes autores estrangeiros de que o despojo das terras de comunidade constituira um sistema aceito ou tolerado pela legislação. Bem longe disso. As Leis de Indias o proibiam e reprimiam; e colocavam os aborigenas em condição muito melhor que os espanhóis, para obter, sustentar e defender a simples posse. As porções de terras destinadas a serem distribuidas entre os colonizadores brancos, sorteados entre as famílias aldeas, eram as que antes pertenceram ao Inca e aos ídolos, ou sejam as terras públicas, de certo as mais extensas e ferteis, naturalmente da propriedade da Coroa de Castela e não as que lavravam os "ayllos" na idade incaica. A espoliação destas jamais foi admitida pela justica real. Impediam-na as disposições mais terminantes e enfáticas das cartas régias dos monarcas e mesmo o interesse dos encomendeiros, os quais percebiam suas vantagens dos produtos agrícolas de seus vassalos indígenas e por consequência se viam prejudicados mui diretamente com o menoscabo das terras de seus tributários. Quando os povos indígenas se transferiam de um para outro ponto, eram-lhes adjudicadas outras equivalentes para suas lavouras.

O detrimento dos índios teve vulto de forma monstruosa através dos discípulos e usufrutuários das delirantes visões do Padre Las Casas. Não é de duvidar que os naturais decresceram no Perú devido a maus tratos, por epidemias e alcoolismo, mais que na Serra e nos vales costeiros. O despovoamento na Serra foi bem menor. É, porem, iníquo e absurdo pretender comprová-la, como fazem certos sociólogos indígenas e esquerdistas, comparando o censo do Vice-rei Toledo, no século XVI, com o de Gil de Taboada, em fins do XVIII, e assinalando a espantosa diferença sem atender a que no primeiro se incluiam no Perú as províncias de Quito e a de Charcas (o Equador e a Bolívia de hoje), e no segundo, alem de se excluir aquelas, tão pouco se compreende Puno, que no tempo correspondia ao Vice-reinado de Buenos Aires. Outros insistem no despovoamento, reparando nas inumeras ruinas que cobrem o país, e não sabem que algumas, como ao de Nieveria ou Cajamarquilla e parte das de Chaucán e Pachacámac, já o eram

no tempo da chegada de Pizarro, por encontrarem-se deshabitadas ou minguadas algumas populações indígenas sob os últimos Incas. Está perfeitamente averiguado que os generais de Atahualpa assolaram Tomebamba e Tumbiz durante a guerra contra Huáscar. Depois, ao realizar o Vice-rei D. Francisco de Toledo as famosas reducões de povos, reunindo os habitantes indígenas de vários casarios em uma nova aldeia maior e apropriada, teve que forçosamente deixar no abandono os primitivos povoados julgados inoperentes para a catequese e a vida civilizada. Assim resultou uma transferência o que interpretam os frívolos ou apaixonados como uma quebra real de habitantes. Enfim, a mestiçagem acabou de acelerar este processo de diminuição dos índios natos. No princípio, desde a primeira geração mesclada, e depois, até a terceira ou quarta, o mestiço se julgou espanhol e foi excluido do cômputo em que figuraram seus ascendentes mistos : contribuiu tambem para a escassez de povoadores que, como se vê, era com frequência mais aparente que efetiva, a fraude nos quadros dos corregedores e alcaides, a sonegação maliciosa, afim de ficar-se com o tributo dos preteridos. A mita, ou trabalho obrigatório, não obstante mediante determinade salário, foi com razão censurada como opressiva e ocasionou graves danos na Serra, mas sua origem ao certo não foi devida a iniciativa espanhol, como ousou sustentar com incrivel desfarcatez o geógrafo Reclus em seu livro popular: foi a continuação de uma lei incaica que estava generalizada no Perú indígena a todas as fainas e que os espanhóis a limitaram para certos estabelecimentos mineiros e às pousadas dos maiores caminhos, abolindo-a logo de todas as culturas da terra e do serviço doméstico mesmo com o risco de provocar, como aconteceu, tremendas sublevações de encomendeiros e conquistadores. O índio sob o domínio dos Incas ignorava a liberdade de domicílio, contra o que certos modernos asseguram. Obteve-a no começo do regime espanhol e aproveitoua para mudar-se das zonas ingratas e aglomerar-se nas mais favorecidas, assistidas por juizes para seus pleitos incessantes. Por tais excessos dos primeiros anos foi necessário estabelecer proibições e exceções para as viagens voluntárias dos nativos, inconstantes e litigiosos em extremo. O índio nunca foi escravo de vida extrasocial, que fantasiam escritores tendenciosos ou deficientes, como

o argentino Echevarría: foi, pelo menos em teoria, um ser livre, declarado tal desde as mais antigas cartas régias e ordenanças concernentes ao Perú (1539, 1542 e 1551). Defendiam sua liberdade, com incansavel energia, contra os intentos dos encomendeiros, dos ouvidores e sacerdotes e, particularmente, dentre estes, os dominicanos e os jesuitas. Escravizar índios, mesmo os prisioneiros de guerra, foi, salvo poucas e insignificantes exceções, um crime execrando, perseguido perante os tribunais, castigado com o desterro e o contisco. Para evitar aos índios obrigações e penalidades nos trabalhos servís, substituiram-nos pelos negros, cuja escravidão foi permitida para este fim, e que se estabeleceram nos cálidos vales da costa, embora em proporção muito menor que no Brasil, na Venezuela, em Cuba e na América inglesa.

Não se pode reputar desprovido de caudal literário o primeiro século da Conquista, apesar dos transtornos sociais que teve de enfrentar, dos inconvenientes das distâncias e os meios empregados para vencê-las. A instrução madrugou com admiravel precocidade no Perú e especialmente em Lima. A Universidade de São Marcos remonta à metade do século XVI; e, ainda que no comepo fosse só escola monástica em S. Domingos, secularizou-se em 1570, e já a haviam precedido lições clericais na Catedral. Que mais? O primeiro bispo de Cuzco, o capelão e primo de Pizarro, o maltratado Frei Vicente de Valverde, guardava em sua biblioteca as obras de Erasmo e as dos cômicos latinos; e ao morrer dois dos primeiros conquistadores disputaram a aquisição em dinheiro daqueles clássicos opúsculos de tão livre inspiração. A Academia poética Antártica corresponde a essa mesma centúria, e recordarei de passagem que nela figuravam, ao lado de talentos castelhanos e talvez criolos, dois portugueses de origem: Duarte Fernandes e Enrique Garcês, o amigo de Cervantes, tradutor de Camões e o Petrarca mineiro e poeta ao mesmo tempo. O ouvidor Hernando de Santillán, de meados do século XVI, se caracterizou como prosador mui agil e legante. O Vice-rei Marquês de Montesclaros, que nos governava lá pelo princípio do século XVII, agudo escritor e verificador, já algo tocado de preciosismo, protegeu o insigne dominicano Hojeda, o qual residia quase sempre em Lima e compôs o poema épico sagrado "La Cristiada". O conhecido literato

Vice-rei Príncipe de Esquilache fundou a primeira cademia palatina limense lá pelo ano de 1620. Redigiam-se então, em Lima e em outros pontos do Perú, tratados de filosofia escolástica, miscelâneas recreativas em prosa e verso, poemas cavaleirescos mais ou menos toleraveis, inúmeros sonetos, ensaios dramáticos e autos sacramentais em castelhano e em quechua. Havia poetisas, por certo excelentes mestras em refinada e primorosa versificação castelhana; tudo isto prova e explica a antiguidade e o arraigamento de nossa cultura hispânica-criola, ao passo que na Europa os escritos do Inca Garcilaso, mestiço cuzquense, adquiriam desde seu aparecimento apreço e renome de clássicos no idioma.

Não obstante os terremotos, a Lima do século XVII e primeiras décadas do XVIII aparecia como uma corte pomposa, que recordava não só a Sevilha metropolitana e materna, e a Goa dos melhores tempos, como o que foi depois Lisboa sob o reinado pinturesco e barroco de D. João V. Os locutórios das monjas limenses eram comparados precisamente com os de Lisboa, em subtilezas e entretenimentos. Do fim do século XVII é o afamado e penetrante libreto crítico de outro ilustre mestiço cuzquense, Espinosa Medrano, - "Apologético" de Góngora, polêmica com o português Faria e Sousa, o estrambótico comentador de Camões. Quando se deu a separação das duas coroas, perseguiu-se muito aos judaizantes portugueses, que formavam um rico núcleo mercantil. Acusavamnos tanto de delitos religiosos como de espionagem inimiga e não só em favor dos Bragança como dos piratas holandeses. Não foi vã a suspeita, pois é confirmada pela descrição manuscrita do Perú e da América Meridional, que denominei de Judeu anônimo e estudei, faz muitos anos, na Biblioteca Nacional de París, dirigida sob a forma de informe secreto aos Estados Gerais da Holanda. Por isso os judizantes lusitanos, expulsos do Perú, que afluiram para o Brasil, se tornaram logo suspeitos aquí aos olhos do monarca e dos governantes portugueses, os quais, já desalojados os holandeses de Pernambuco, os arrojaram para as Antilhas ocupadas por protestantes; deles procedem muitas famílias atuais de Curazao e, quiçá, algumas de Antióquia na Colômbia conteporânea.

Pelo constante paralelismo hispano-português, as possessões do Perú e do Brasil tiveram quase sempre os mesmos inimigos e assaltantes, os mesmos piratas ingleses, franceses e holandeses, que infestavam os nossos litorais. Os poetas limenses do começo do século XVIII, da Academia áulica do Vice-rei Castell-dos-Rius, como D. Pedro Peralta, escreviam ainda a miude poesias em português. Os naturalistas criolos de meados e fins do mesmo século, Llano Zapara e Unanue, aparecem como antecipados êmulos, precursores fraternais, do vosso Henrique Ferreira.

O Vice-reinado do Perú, quase tão extenso como o Brasil, que abarcava do Paraná e Porayán, Quito, Charcas e Chile até uma boa parte da Argentina de hoje, começou a decair e a fraccionar-se com a dinastia dos Bourbon, que lhe segregou as províncias do norte na primeira metade do século XVIII. Acrescente-se a isto o novo sistema econômico e político, que nos transtornou e deprimiu, as permissões de comerciar aos estrangeiros, o descuido do fomento fabril e naval e a provisão de quase todos os cargos e corregedorias em Espanha, com preterição sistemática dos criolos. Tais desmedranças coincidiram e se agravaram com o terremoto de Lima em 1746, poucos anos antes que o não menos memoravel de Lisboa. Não poude já nossa Capital reedificar-se com o mesmo luxo e apuro, como se havia refeito da catástrofe análoga de 1687. Anos depois sobreveio, como em Portugal e no Brasil, a expulsão dos jesuitas, que trouxe consigo a inevitavel ruina das missões e a dos estudos tradicionais. A meu ver e no de minha escola não foram plausiveis as mal digeridas e perigosas inovações enciclopedistas e econômicas, obra desassociadora dos despóticos ministros de Carlos III. Elas, por sua porfiada pugna com a coroa portuguesa, antitese da política fraternal de Fernando VI, tiveram que criar o vice-reinado fronteirico do Prata, que para não carecer do tesouro de Potosi nos arrebatou as províncias do Alto Perú, quebrando a unidade geográfica e étnica do histórico Perú. Chegamos a tal enfraquecimento e destroço territorial que até Puno foi entregue para arredondar o vice-reinado de Buenos Aires. De modo que, para ir da Cidade de Cuzco, centro do Perú, à não menos peruanissima Arequipa, tinha-se então que atravessar longo trecho da jurisdição do novo Vice-rei do Rio da Prata. Puno só nos é reintegrada em 1796, sob o governo de Carlos IV. O Regulamento de Comércio Livre, outra inovação dos conselheiros de Carlos III,

assestou um golpe mortal sobre a mui minguante prosperidade dos mercadores de Lima. O agravo de contribuições, planejado pelo Marquês de Sonora, Ministro Universal de Índias, determinou a sublevação acaudilhada pelo cacique Condorcanqui, que devastou o Alto e o Baixo Perú. Não é de admirar com tudo isto que, para nós os peruanos nacionalistas, seja muito menos grata a memória do inconciente demolidor Carlos III que a do seu apático e incapaz filho Carlos IV, que pelo menos nos devolveu Puno e a região amazônica de Maynas, com o que remediou em parte as mais deploraveis amputações. Tal conjunto de antecedentes e circunstâncias justifica que o que guerreiro sentiu do Perú fosse, nos albores da independência, o apego ao antigo regime e a repugnância às revoluções, apesar da índole novelesca de muitos dos das classes ilustradas e da crescente infiltração da propaganda estrangeira maçônica e jacobina. Salvo os afrancesados da aristocracia e a burguesia (entre eles clérigos e frades pseudo jansenistas, com presunção de eclesiásticos galicanos), a maioria tradicional do Perú de boa fé sentiu-se realista, goda e fernandista, desde 1808 até 1814, nos anos decisivos da insurreição hispano-americana. Houve afa de reconquistar para a Espanha e para o Vice-reinado de Lima as confinantes regiões sublevadas, o que as vezes se logrou com nossas forças nativas, combinadas com as espanholas peninsulares. As vitórias assim alcançadas para a causa realista, por chefes, oficiais e soldados criculos ou mestiços, foram reputados como triunfos do Perú e uma reparação de seus recentes menoscabos. E' o que não quiseram compreender os escritores sulamericanos que nos maltratam e vituperam, sem levar em conta, na sua estúpida cegueira, a nossa peculiarissima situação.

A independência americana porem, trás os erros diplomáticos de Carlos III, e as torpezas de Carlos IV e Godói, era inevitavel, iniludivel, fluiam de todo o curso dos acontecimentos; e afinal os peruanos tiveram que compreendê-la, conquistados não sem trabalho pelas prédicas de alguns separatistas convencidos, como meu bisavô paterno e o grupo diferente dos jovens professores de São Carlos. Todos eles estavam persuadidos de que já não bastavam as simples reformas sem a autonomia efetiva, como foram as da Constituição de Cadiz. Muitos destes mesmos patriotas peruanos,

porem, no fundo, não eram republicanos, e preferiam uma transação com a Mãe Pátria e o regime monárquico, semelhante à que vós, para vossa felicidade e fortuna, realizastes aquí no Brasil. A independência do Perú, pelos mesmos recursos e profundas raizes que nele tinha o poderio espanhol, teve de completar-se coma ajuda de exércitos de fora e os desabimentos, renzilhas e conflitos que se seguiram. Dai tantos peruanos terem aspirado, de 1820 a 1823, a instauração de um trono imperial, em favor de um infante da dinastia espanhola dos Bourbon, admitido e ainda designado pelas Cortes da Metropole, o que teria conservado a sua influência e o seu comércio, e com Guaiaquil e Charcas a integridade do Grande Perú. Teríamos sido em tudo o Brasil do Pacífico. Ainda que este plano, tão benéfico para o peruanismo, fosse o proposto por San Martin em Puechauca, os próprios da Expedição Libertadora e outros liberais anglófilos propugnavam de veras o da monarquia diplomática, ou seja em favor de um príncipe estrangeiro, da Europa setentrional, com o melhor aceito pela Inglaterra, suas doutrinas renovadoras e vantagens mercantís.

Frustradas as tentativas monárquicas com a vinda de Bolivar, uma parte dos conservadores rendeu-se a sua Constituição Vitalicia que tutelava a ordem mas nos subordinava ferozmente à Colômbia. e não garantia senão, de maneira muito incompleta e precária, a federação com o Alto Perú. A queda do sistema boliviano ou vitalício produz a guerra com a Grande Colômbia e nossa derrota em Tarqui, aprofundada e ratificada pelas dissensões internas. Na nova organização democrática oscilamos em seguida, da constituiçoa descentralizadora e quase federal de 1828 para a reforma liberal centralista de 1834, repetição da nefasta de 1823. Alcancaram na prática escassíssima transcendência. Logo, o Marechal D. Andrés de Santa Cruz restaurou pelas armas a unidade peruana, mediante um regime federal autoritário, que servia aos perduraveis e vitais interesses econômicos de ambos os paises, mas que sucumbiu ante os ataques do Chile aliado com a ação gamarrista peruana. A posterior constituição do Perú, limitada já em definitivo a algo mais do que hoje, o Baixo Perú propriamente dito se denominou de L'uancayo, nome da cidade serrana onde se iniciou sua elaboração. Inspirava-se, sobretudo, na Constituição chilena

de Portales, centralizadora e conservadora. Amparou (e é sua peor mácula), com enfermismos bem transparentes, a prorrogação da escravatura, e sob ela até se continuou o tráfico de negros pelas costas de Nova Granada. A revolução liberal de 1854 aboliu a escravatura e o tributo e imediatamente iniciou a reforma centralista e moderada de 1860, a penúltima de nossas efêmeras e mal cumpridas constituições do século XIX. No presente promulgamos e temos infringido outras duas mais.

Entre conjurações e revoltas, golpes de Estado e guerras civis, transcorreu a passada décima nona centúria, para nós tão desventurada. Durante a guerra com o Chile fracassou a nossa aliança com a Bolívia, bem como a última tentativa para renovar a unidade perú-boliviana, que foi o tratado de íntima federação, conhecido pelo nome de seus negociadores — Calderón-Terrazas.

Não é possivel desconhecer a obra regeneradora, de paulatino melhoramento que estamos realizando no século presente. Não obstante as recaidas, as vacilações e tibiezas, nele o Perú conseguiu refazer-se e levantar-se, e justamente espera muito mais. Nunca poude arraigar entre nós o parlamentarismo por razões mui óbvias. Em doutrinas políticas, embora amiudem vagas e grises vulgaridades centristas e ominosas propagandas extremistas, é claro que nossa mocidade a estas horas não pode com sinceridade e eficácia entusiasmar-se com remédios fracassados, em estrepitosa falência, nem tão pouco contentar-se por idealismo com cansadas e obscuras mediocridades filantrópicas. Não é por cortesia nem lisonja, senão por uma profunda convicção que repito necessitarmos com urgência de estudar vossas directivas e segui-las. O Brasil contemporâneo é para nós um exemplo e um estímulo. Temos muito que aprender aquí, e queremos ser vossos leais colaboradores no terreno cultural. econômico e diplomático, observando nossas simpatias e semelhanças perduraveis, e o ditado que a mesma geografia nos impõe, ao levar à nossa maior rede fluvial, transpostas as estreituras e precipícios do Andes, a convergir, larga, caudalosa, profunda e fertilizadora no nosso comum e imenso Amazonas.

Tendo o Sr. Dr. Braz do Amaral pedido ficasse adiada a sua comunicação sobre o Brasil no Congresso de Viena, o Sr. Presidente Macedo Soares deu a palavra ao Sr. Herbert Canabarro Reichard. que realizou a sua palestra sobre a vida do Marechal Francisco José Teixeira Junior.



VIDA DO MARECHAL FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA JUNIOR

Pelo sócio efetivo Sr. Herbert Canabarro Reichardt

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela minha desautorizada voz, vem prestar uma homenagem à memória do marechal Francisco José Teixeira Junior, cujo centenário de nascimento se comemora este ano.

Expressão lídima de homem que se fez pelo próprio esforço, bem se poderia dizer da estirpe dos que

"se vão da lei da morte libertando".

Pelo carater, pela bondade, pela retidão, pelo espírito de justiça, foi Teixeira Junior um homem, quer como militar, quer como juiz da Suprema Corte Jusiciária Militar.

Conhecí-o nesse elevado cargo, já entrado em anos; mas, nem a idade, nem as vicissitudes de uma existência trabalhosa e cheia de encargos, conseguiam quebrantar a energia que foi o apanágio de sua personalidade. A mesma coragem que mostrara nos campos de batalha do Paraguai, possuia ele, tanto nos cargos administrativos, que exercitara, como na suprema curul de juiz.

Voz metálica e forte, expressa frequentemente em tom de comando, porte ereto, cabeça e barba encanecidas, davam-lhe um ar marcial e respeitavel. Se as palavras tinham, às vezes, um tom imperativo, a intenção generosa com que as sublinhava, tiravam-lhe a aspereza, dando-lhes entonações paternais.

Como juiz, desprezava a rigidez da lei, na impossibilidade de amoldá-la às infinitas variações da alma humana. Voltava-se para o lado humano, direi mesmo humanitário, na espinhosa missão de julgar, que foi a da última fase de sua longa e trabalhosa existência.

Repetia-se nele aquele magistrado de Çhateau-Thierry, cuja popularidade o designava, chamando-o o bom juiz Magnaud.

Poder-se-ia aplicar-lhe o que desse último dizem os exegetas do Direito: "imbuido de idéias humanitárias avançadas, o magistrado francês redigiu sentenças em estilo escorreito, lapidar, porem afastadas dos moldes comuns. Mostrava-se clemente e atencioso para com os fracos e humildes, enérgico e severo com os opulentos e poderosos." A ação de Teixeira Junior não ia tão longe. O seu humanismo empregava-o, apenas, com humildes soldados.

* * *

Nasceu Francisco José Teixeira Junior em 10 de novembro de 1840, na província do Rio Grande do Sul, filho de Francisco José Teixeira e de D. Gertrudes Maria Teixeira.

Assentou praça em 1857, com 17 anos, no 1.º regimento de cavalaria ligeira, obtendo licença para matricular-se na Escola Militar de Aplicação do Exército.

Entrou para a Escola Central, onde ficou adido ao Corpo Escolar. Nomeado alferes-aluno em 1860, foi promovido, em 1861, ao posto de 2.º tenente, e ao de 1.º, em 1863.

Cursava as Escolas Central e Militar, quando, em fevereiro de 1865, foi expedicionado para o exército em operações ao sul do Império, no cerco de Montevidéu.

Até aquí, uma carreira banal. A sequência monótona do tempo, e a paulatina entrada na entrosagem da vida profissional.

Mas eis que os acontecimentos se precipitam. Turvam-se os horizontes no Prata e o Brasil entra numa fase aguda de sua história.

A guerra civil, que ensanguenta a República Oriental do Uruguai, interessa vivamente à política imperial, apegada ainda às questões do Prata.

Nem podia deixar de assim ser, de vez que, naquele tempo, a livre navegação brasileira no Rio da Prata constituia elemento vital à província de Mato Grasso, por falta de comunicações terrestres.

Já em 1851 lutara o Brasil contra Rosas, que, arrogantemente, embargara no Prata o livre passo ao Uruguai e ao Paraná.

Conquanto o Paraguai fosse um dos que se beneficiassem do esforço brasileiro, mantinha, não obstante, trancado ao comércio internacional, o Alto Paraguai.

O isolamento de Mato Grosso constituia, sem dúvida, uma das secretas armas dos inimigos do Brasil para a quebra de sua unidade.

Durante quatro anos, de 1852 a 1856, a província de Mato Grosso, por imposições do Governo paraguaio, esteve de comunicações cortadas com o resto do Brasil.

No Uruguai, as lutas sanguinolentas entre blancos e colorados, eram exploradas avidamente pela vizinhança, como pretextos para fazer-se política externa.

Brasileiros, residentes naquela República, eram, por isso, as vítimas preferidas das truculências e atentados do partido blanco, então no poder.

Os protestos do Governo Imperial resultavam inuteis. Para defender-se alistavam-se os brasileiros nas hostes *coloradas*, chefiadas por Flores. A missão Saraiva fracassara. Começam as hostilidades no Prata. Tamandaré, chefe da esquadra, bloqueia Montevidéu.

Em terra, o exército brasileiro auxilia Flores. Aguirre cai e, pouco depois, Montevidéu rende-se.

Solano Lopez, cujas simpatias eram para Aguirre, protesta contra a intervenção do Governo Imperial. Foi o pretexto da guerra.

A 2 de maio de 1865, Teixeira Junior, que já se encontrava no Prata, deixa Montevidéu, embarcando no vapor *Princesa*, para juntar-se ao exército em operações contra o Paraguai, acampando em Lagoa Brava.

"A oficialidade brasileira — observa Octaviano Pereira de Souza, em sua obra A Guerra do Paraguai, publicada no volume 156 da Revista do Instituto Histórico — não era ótima. Havia nela, porem, oficiais e generais de muito mérito e ilustração, mas, sobretudo, portadores de tradição de patriotismo, de abnegação e de bravura. Mas estes não podiam evitar que a guerra tivesse má direção nos primeiros anos de operações e que se prolongasse demasiado". A direção a que o autor se refere não foi a dos generais brasileiros.

E, coisa singular, foram oficiais brasileiros que mais contribuiram para fortalecer o poder militar do Paraguai.

As fortificações de Assunção, Humaitá e Passo da Pátria haviam sido organizadas por Porto Carrero, Villagran Cabrita, Cunha Mattos, Bellegarde e outros.

O inimigo, que iamos enfrentar, não era uma força para menosprezar.

Para uma população de 1.300.000 almas, Lopez levantara um exéricto de perto de 100.000 homens.

Possuia o Paraguai, naquela época, a maior força militar da América do Sul. Era maior que as forças reunidas da tríplice aliança.

Tínhamos, nas vésperas da guerra, um exército insignificante. Em 1865, a força do exército fora elevada a 35.000 homens. A lei votada para 66, já no decurso da guerra, fixava em 60.000 o nosso exército regular.

Solano Lopez mandara buscar na Europa engenheiros, maquinistas para as fábricas e oficinas do país.

Criara laboratórios, arsenais, fundições, adquirira grande cópia de armamento e material ferroviário.

Organizara, em vários pontos do país, grandes depósitos de material bélico.

Possuia o Paraguai mais de 400 canhões. Verdadeiro prodígio para aquela época!

* * *

Lagoa Brava, para onde fora destacado Teixeira Junior, fica três léguas distante do Passo da Pátria, na margem esquerda do Paraná, na província de Corrientes, onde estava acampado o 1.º .Corpo Brasileiro, sob o comando do General Osorio.

Preparava-se o exército aliado para iniciar a invasão do Paraguai. Essa invasão, pelo Passo da Pátria, fora objeto de longa discussão entre Tamandaré, Mitre e Flores.

Antes de iniciar-se o transporte das forças através do grande rio, era preciso expurgar o inimigo.

Constituiam as fortificações do Itapirú, secundadas por outras defesas flutuantes, a maior barreira.

A tomada da ilha depois chamada da Redenção permitiu a Villagran Cabrita estabelecer-se com a artilharia, para enfrentar o Itapirú.

Não passaria dalí o valoroso chefe, morto por uma bomba projetada do Itapirú, quando ditava a sua parte de combate.

No dia 16 de abril, às 9 horas da manhã, desembarcavam as forças brasileiras no Passo da Pátria, seguindo as pegadas gloriosas de Osorio, o primeiro a desembarcar.

Não cabe, neste rápido perpassar de fatos, relembrar o heroismo de Deodoro da Fonseca, à frente do 2.º de Voluntários da Pátria.

O recuo do inimigo não representava o abandono definitivo da posição.

Os sucessivos combates travados nesse dia e nos subsequentes, demonstravam a extrema pugnacidade do adversário.

Teixeira Junior, já capitão, com o 5.º B. de Artilharia, transpôs o Paraná com o 1.º Corpo do Exército, tomou parte nos bombardeamentos do Itapirú, baterias flutuantes e vapores inimigos, bem como em todos os demais combates, até 18 de abril, conforme se lê de sua fé de ofício.

Daí por diante, sucedem-se os combates, quase diariamente, com o fim de forçar a retirada da retaguarda de Solano Lopez das imediações de Passo da Pátria.

O combate de Estero Belaco, ferido a 2 de maio, constitue a primeira das reações em que o exército paraguaio se empenha a fundo para expulsar o invasor, de que resultou a sua fuga e perseguição peias forças aliadas, para alem do pequeno afluente do Paraguai.

Era o sangrento prelúdio da memoravel batalha de 24 de maio. nos campos de Tuiutí.

A escolha deste ponto para acampamento das forças invasoras constituia necessidade imperiosa em consequência da insalubridade do Passo da Pátria.

O ataque das colunas paraguaias, duas pela frente, uma pela direita e a outra pela esquerda, foi uma surpresa.

Era a segunda vez, aliás, que os exércitos aliados se deixavam surpreender no começo da luta.

Cobertas pelo matagal, as colunas paraguaias se aproximaram do acampamento de Tuiutí.

O fito do inimigo era envolver o flanco esquerdo da primeira linha.

A batalha trava-se furiosa. Por momentos as forças paraguaias chegam a romper as linhas aliadas. Os canhões aliados já estão quase ao alcance de suas mãos.

Eis que Osorio reforça os pontos prestes a vulnerar-se. A artilharia, comandada por Argolo, dizima a cavalaria inimiga.

Ao mesmo tempo que a frente e o flanco esquerdo foram atacados, foi por este flanco acometida a retaguarda do acampamento.

Quase logra o intento, não fosse a presteza dos reforços enviados por Osorio.

Maior perigo corria o exército argentino.

Surpreendida a cavalaria, a custo consegue rechaçar o inimigo.

"Cinco grandes ataques tiveram lugar na batalha de Tuiutí". (O. P. S., p. 193).

"Quando as colunas Diaz e Marco avançavam contra o exército chamado de vanguarda, o qual formava a primeira linha de estacionamento e procurava Diaz envolvê-lo pela esquerda, a mais grossa coluna de Resquin, em correspondência com esse envolvimento, atacava à direita o exército argentino, procurando, ao mesmo tempo, envolvê-lo. Quanto à retaguarda, à esquerda, era acometida por Barrios".

Os paraguaios dos 23 mil homens, com que entraram na batalha, deixaram no campo 13 mil.

Ainda da fé de oficio de Teixeira Junior lê-se o seguinte:

"Tomou parte no combate no dia 2 e na batalha do dia 24 de maio, em Tuiutí, onde o batalhão assestou suas baterias, na esquerda do exército, afim de impedir que o inimigo cortasse a nossa linha de operações, sendo, por este feito, contemplado no elogio feito aos oficiais e praças do batalhão em parte do comandante da brigada de artilharia, na qual se expressa do seguinte modo: "não menos digno de elogios são o comandante, oficiais e mais praças do 1.º B. de Artilharia a pé, pelo comportamento que tiveram, pois, não obstante ser sua artilharia mui pesada e ser-lhes muito dificil movê-la, apresentaram-se na linha de batalha, na ocasião em que seus serviços eram mais necessários e lembraram, por sua calma e sangue frio, que do seu seio saiu a brilhante e brava guarnição que esteve na ilha de Ita-

pirú, desde o dia 5 até o dia 1 de abril". (O. do dia do comandante em chefe do 1.º Corpo do Exército, sob n. 156, de 28 de maio).

Depois de Tuiutí, seguiram-se bombardeios quase diários, alem dos mortíferos combates de Punta Naró e Sauce.

A ordem do dia de 13 de outubro de 1860, na parte do comandante, menciona o capitão Teixeira Junior, elogiando-o "pelos relevantes serviços que nela prestou, dirigindo com inteligência, coragem e sangue frio a batéria sob seu comando."

Mas a inércia que se apoderou do comando aliado nesta altura da campanha, permitiu que o inimigo, depois do desbarato de 24 de maio, se refizesse, fortificasse seus acampamentos e os tornasse quase inexpugnaveis."

O desastre de Curupaití foi o efeito imediato dessa lentidão de movimentos.

A perda de preciosas vidas demonstra a coragem de nossos soldados. Cumpriram heroicamente o seu dever.

Se nenhuma glória lhes adveio, não foi por culpa deles.

Mas os combates seguiam-se mortíferos, numa sequência interminavel.

Longo seria citar da fé de ofício de Teixeira Junior a série de combates em que tomou parte, no comando das baterias de artilharia.

Pela ordem do dia do comando em chefe, que, então, já era Caxias, sob o n. 134, de 5 de outubro, foi condecorado "cavaleiro da Ordem de Cristo."

Foi ainda mandado louvar pelo Visconde de Porto Alegre, quando de um vigoroso ataque do inimigo ao acampamento de Tuiutí, em novembro de 67, "bateu-se corajosamente, pelo que se tornou digno dos maiores elogios".

Mudando a tática até então observada, começou Caxias aquela famosa marcha de flanco ao inexpugnavel quadrilátero, formado pelas fortificações do Sauce, Curupaití e a não menos famosa fortaleza de Humaitá. A tática dentro em pouco lograva completo êxito, pois o

inimigo com as comunicações cortadas, não teve outro recurso senão abandonar o reduto.

Acompanhou Teixeira Junior todas as operações do exército naquelas dificultosas paragens, cheias de pântanos, lagoas e rios caudalosos, onde tantos valorosos brasileiros perderam a vida, até o assalto da célebre fortaleza de Humaitá, em 27 de julho de 68, de cuja guarnição ficou fazendo parte.

Daí por diante o exército nacional cobre-se de glórias no célebre combate de Itororó e não menos famosa batalha de Avaí, onde a espada de Caxias alcança a mais esplêndida vitória, derrotando o principal exército de Lopez, expulsando-o de seu reduto de Itá-Ivaté, em dezembro de 1868, do qual o ditador poude apenas fugir com diminuto séquito, para refugiar-se nas Cordilheiras. O seu exército, de mais de 20.000 homens, fora inteiramente destroçado.

Esteve ainda Teixeira Junior com o exército em operações em Lomas Valentinas; assistiu ao combate e tomada do forte paraguaio de Cumbarité, cooperou na rendição das forças inimigas, que guarneciam o de Angustura, seguindo depois para Vileta.

Com a tomada de Assumção, abre-se a última fase da campanha: a perseguição de Lopez, rumo à Cordilheira.

Não é possivel acompanhar e descrever a penosa marcha das colunas lançadas através de um terreno selvático e dificil, cortado de rios, onde a miséria e a fonie haviam reduzido as populações civís ao último extremo.

É com a coluna do brigadeiro Portinho que o capitão Teixeira Junior se lança através daquele sertão, reparando caminhos, construindo pontes, armando balsas nos passos dos rios, enquanto que, ao mesmo tempo, toma parte em combates, batendo o inimigo onde o encontrava, o qual, ora surgia inopinado das matas, ora espreitava, por dentro das picadas, a passagem das forças em marcha, para sobre elas se arremessar impetuoso e encarniçado.

Eis por que aquele brigadeiro recomendava a S. Alteza o Conde d'Eu, o capitão Francisco José Teixeira Junior, pelo valor com que se portou durante o combate de 21 de julho (1869).

Aquelas marchas infindaveis das colunas constituiam a rede que lentamente se ia estendendo para colher o fugitivo ditador em seu itinerário incerto para o norte, em busca de uma fronteira onde pudesse escapar à perseguição inexoravel e tenaz.

Quis a fatalidade que, numa manhã, em meio ao grande silêncio da mata, enquanto o acampamento se repousava das fadigas de tantas marchas e privações, fosse surpreendido em Cerro-Corá, onde encontrou uma morte inglória, no momento em que procurava subir uma barranca, para fugir. Ficava o lugar próximo de Dourados, na fronteira de Mato Grosso onde tivera início a guerra. Terminava onde começara, no mesmo lugar em que se dera o sacrifício heróico do tenente Antonio João Ribeiro e de todo o posto militar que comandava, em 29 de dezembro de 1864.

Concluida a sua missão no Paraguai, embarcava Teixeira Junior, de regresso à Pátria, em maio de 1870.

Antes de voltar, porem, o militar, que em toda a campanha não tivera ferimento, sente-se subitamente alanceado no coração. Conhecera em Vila Encarnación D. Maria de la Soledad Castilho e, em 12 de maio de 1870, contraia núpcias.

Confirmava, numa parte, o verso de La Fontaine:

"L'hymen a ses alarmes

La guerre a ses douceurs."

Chegado à Corte, era-lhe conferido o grau de cavaleiro da ordem da Rosa, pelos serviços prestados na guerra do Paraguai, nos combates das Cordilheiras.

Em 72, recebia ainda o grau de cavaleiro da ordem de São Bento de Aviz e, pouco depois, era graduado no posto de tenente-coronel.

A carreira militar de Teixeira Junior, tão brilhantemente iniciada, continua através das várias comissões que exerceu, merecendo em toda a parte o elogio de seus chefes, pela competência e zelo.

É nomeado diretor do Arsenal de Guerra do Pará e, em seguida, comanda a Escola de Aprendizes Artilheiros e a Fortaleza de São João, dirige a Fábrica de Pólvora da Estrela. Promovido ao posto de coronel, por merecimento, em 1890, vai dirigir o Arsenal de Guerra de Pernambuco, exercendo interinamente as funções de comandante das Armas.

Condecorado com o oficialato da ordem de Aviz, é-lhe conferida a medalha argentina, comemorativa da guerra do Paraguai, sendo, em 1892, promovido a general de brigada.

Comanda a Escola Superior de Guerra. Em 1895 é promovido a general de divisão. Em 1900 é-lhe concedida a medalha de ouro por contar mais de 30 anos de bons serviços e, finalmente, em 1903, é nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar e reformado no posto de marechal.

* * *

Militar exemplar, devotou-se inteiramente à profissão, na qual subiu aos mais altos postos, e aos quais sempre se elevou pela competência e pelo merecimento.

Nos períodos mais agitados da vida política do país, quais os primeiros anos da República, jamais se deixou enredar nas tramas da política, como tantos de seus camaradas, vítimas dessa miragem falaz. E a prova está que em sua fé de ofício, as comissões militares mais altas e de maior responsabilidade que exerceu, formam uma série ininterrupta; nenhum intervalo para o exercício de alguma função ou cargo político.

É que seu feitio pessoal de homem e militar, franco e leal, dizendo sem rodeios o que pensava, tornavam-no indesejavel e temido dos políticos. Habeis em tecer a maranha da intriga, receiam sempre as atitudes definidas. Camarada e grande amigo do Marechal Hermes da Fonseca, teve a coragem cívica de manifestar publicamente e lealmente, numa entrevista que causou sensação, as suas reservas à candidatura do marechal à presidência da República. Não porque duvidasse das aptidões do candidato, senão pelos receios de uma luta armada, que pressagiava, áspera e sangrenta.

Serviu lealmente à República. O seu espírito, entretanto, guardou sempre um íntimo ressaibo de amargura pelo ato dos militares, principalmente de seus velhos camaradas do Paraguai, para o que chamava de ingratidão ao seu velho imperador.

Não lhe saía da memória a figura veneravel de Pedro II, a dignidade e elevação que imprimira à política nacional, o respeito e a consideração que o Brasil lograra entre as nações.

A República afigurava-se-lhe, educado que fora na ordem constitucional do antigo regime, uma perigosa aventura política, comprometedora dos créditos do país.

Daí um certo pessimismo em sua maneira de exprimir-se com relação às coisas do presente, no qual via ir-se tudo por águas abaixo.

Aquele coração, que uma longa e encarniçada guerra, e as vicissitudes de uma longa vida deveriam ter empedernido diante da dor, tinha, pelo contrário, uma singular fraqueza diante do sofrimento alheio.

A generosidade com que dispunha de seus vencimentos para socorrer necessitados, causavam, às vezes, viva inquietação à sua família numerosa, cujos únicos recursos se cingiam tambem a esses vencimentos.

Em 26 de abril de 1924, à antiga rua Guanabara, hoje Pinheiro Machado, num vasto casarão, desses que hoje se vão fazendo raros, entrava na serena placidez da morte, deixando imenso acervo de serviços à Pátria e numerosa prole sem fortuna, um homem que, em vida, fora exemplo de desinteresse e de espírito benfazejo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE deu notícia de uma carta do consócio, Sr. Fidelino de Figueiredo, que, por ter de regressar a São Paulo, não comparecia à sessão, consignando, porem, os seus aplausos ao Dr. Riva Aguero, de quem é velho amigo.

O Sr. Presidente convidou para a mesa os Srs. Embaixador do Perú, Dr. Jorge Prado; Dr. Riva Aguero e Levi Carneiro, e para o recinto especial os Srs. Coronel Lima Mindello, Dr. Aureliano Leite, General Marcelino Ramos, e Dom Pedro de Orleans Bragança.

Ao terminar a sessão, o Sr. Presidente Macedo Soares convidou todos os presentes para a sessão especial que se realizará no dia 23 do corrente, comemorando o centenário da *Maioridade*, fazendo sobre a grande efeméride uma conferência o consócio Sr. Claudio Ganns.

Por último, o Sr. Fleiuss salientou a presença da viuva Marechal Bernardino Bormann, que foi sócio e amigo dedicado do Instituto.

Levantou-se em seguida a sessão, às 19 horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.



SESSÃO ESPECIAL EM 23 DE JULHO DE 1940 (SESSÃO 1.679) CENTENÁRIO DA MAIORIDADE DE D. PEDRO II

PRESIDÊNCIA DO SENHOR AUGUSTO TAVARES DE LYRA

1.º VICE-PRESIDENTE

As 17 horas abriu-se a sessão, com a presença dos seguintes sócios: Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Affonso d'E. Taunay. Claudio Ganns, João da Costa Ferreira, Braz Hermenegildo do Amaral, Raul Tavares, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Virgilio Corrêa Filho, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Nelson Coelho de Senna, Alcindo Sodré, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Rodrigo Octavio Filho, Frei Sinzig, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Rodolpho Garcia, Candido Marianno da Silva Rondon, Christovão Leite de Castro, Emilio Fernandes de Souza Docca, José Wanderley de Araujo Pinho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Levi Carneiro, Luiz Felippe Vieira Souto, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Alfredo Ferreira Lage e Ernesto de Souza Campos.

O SR. TAVARES DE LYRA, na presidência, justificou o não comparecimento do Presidente efetivo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

O SR. FLEIUSS, Secretário Perpétuo, justificou a ausência dos Srs. Francisco Radler de Aquino e Alexandre Sommier. Teve, depois, a palavra o Sr. Claudio Ganns, que realizou a sua conferência sobre A Proclamação da Maioridade do Senhor D. Pedro II, sendo muito aplaudido.

O SR. Leño Teixeira Filho aludiu a um trecho da conferência do Sr. Claudio Ganns e pediu que constasse da ata a sessão que o Instituto Histórico de Petrópolis realizará amanhã, 24, tambem sobre a *Maioridade*, falando o sócio daquele Instituto, Sr. Francisco Marques dos Santos, ao que o Sr. Presidente assentiu.

A mesa foi composta dos Srs. Tavares de Lyra, Dr. Geraldo Mascarenhas da Silva, representante do Sr. Presidente da República; Max Fleiuss, Hermenegildo de Barros e Pedro Calmon.

Ao encerrar a sessão, o Sr. Tavares de Lyra agradeceu a presença do distinto representante do Sr. Presidente da República, bem como a do numeroso auditório, felicitando o Sr. Claudio Ganns pelo excelente trabalho que produziu.

Anunciou que a próxima sessão especial será no dia 14 de agosto, falando o Sr. Dr. João da Costa Ferreira sobre o Centenário da morte do Conselheiro Balthasar da Silva Lisboa, autor dos Anais do Rio de Janeiro.

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.



A PROCLAMAÇÃO DA MAIORIDADE

Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 23 de julho de 1940, pelo sócio efetivo Claudio Ganns

A ordem de comando do nosso Presidente, designando o soldado mais recentemente alistado nas fileiras efetivas e gloriosas deste Instituto, para esta missão perigosa de exploração, teria qualquer coisa de irônico, se o recruta não correspondesse disciplinadamente, vindo com ousadia para a frente, pisando o terreno escorregadio das interpretações históricas, até assumir o seu lugar nesta trincheira, disposto a todos os sacrifícios, menos o ultraje infamante da deserção!

Nesta casa secular, já se assentaram no passado e agora, em torno a nós, ainda se reunem os generais dessas belas pelejas do espírito — conhecedores todos do terreno por demais batido, mas ainda assim dificil, em que vou pisar, e que me estarão intimamente julgando, a qualquer avançada imprudente... Sombras venerandas, desde Moreira de Azevedo a Aurelino Leal, passando pelo Cônego Marinho, Theophilo Ottoni, Pereira da Silva, Tito Franco, Alencar Araripe, Vieira Fazenda, Rocha Pombo e Calogeras — dir-se-á que, atendendo ao apelo da nossa imaginação evocadora, vão tambem aos poucos emergindo dos seus nichos, do passado remoto ou ainda recente, congregadas e prestigiadas pelas suas contribuições ilustres sobre o episódio, cuja data hoje procuramos culturalmente comemorar, — a da *Proclamação*

da Maioridade, — para ouvir, na centúria desse acontecimento histórico, a voz do calouro bisonho, voz de outra geração, talvez a apreciar aquí e alí, divergentemente, certos aspectos do fato memoravel, e bem assim as suas repercussões na vida nacional.

Já nos dias presentes, de Tavares de Lyra a Max Fleiuss e a Affonso Taunay, de Alfredo Valladão a Braz do Amaral, de Octavio Tarquinio a Pedro Calmon (1) juntam-se aquí, diante da carta política das operações, os estrategistas mais abalizados, para ver o rumo que a si mesma dita a tática inexperta de quem vai palmilhar, vez primeira, tão áspera estrada.

Trago à contemplação da vossa indulgência apenas o relatório de pesquisas, empoeiradas por um século de sobrevivência, através de leituras fiéis. Aí apenas interferiu para a análise desses recuados panoramas a nota pessoal do observador à distância, sem paixões nem parti pris, comentário com que cada um de nós aprecia diferentemente, muda e até algumas vezes altera ou desfigura, sem propósito, os fatos quotidianos, acreditando vaidosa, mas sinceramente, pela dissociação virtual na visão estrábica, ter fixado a mirada definitiva, o golpe de vista mais exato dos acontecimentos.

I - ANTECEDENTES

A posição política de D. Pedro II, em face do problema da sua própria Maioridade — estava legal e historicamente predeterminada pelo sábio dispositivo da Constituição Imperial, já elaborada desde 11 de dezembro de 1823, mas só outorgada em 25 de março de 1824 — quando estabelecia, no seu art. 121, que o Imperador era menor até a idade de 18 anos completos, determinando a seguir que só empunharia as rédeas do Estado, quando ultrapassasse aquela idade. Prescrição absolutamente impessoal, sem endereço ainda certo, pois o

⁽¹⁾ Refiro-me, está-se a ver, somente aos que direta ou indiretamente, no meu conhecimento, já trataram da Maioridade, em seus escritos.

seu beneficiário só viria a nascer daí a quase 2 anos da primeira data, ou mais exatamente a 1 ano, 8 meses e 7 dias, da segunda. Dispositivo feito, entretanto, como muitos outros, de constituições passadas ou atuais, para não ser cumprido, e ficar apenas na letra morta — pois a Maioridade, que só teria a sua razão de ser constitucional a 2 de dezembro de 1843, foi tumultuariamente declarada, pela conveniência do jovem imperante, a 23 de julho de 1840.

O Segundo Reinado inaugurou-se, dessa forma, por um ato da Constituição violada, o que, no dizer de certos impenitentes anatomistas dessas matrizes políticas, faz-se sempre necessário, como na vida animal, para que sejam elas mais fecundas... A irreverente reflexão quase se aproximaria daquela outra, mais burlesca, na proclamação da República — a qual, segundo o comentário de ingênuo senador do antigo regime, ainda extremunhado, na madrugada de 16 de novembro de 1889, também não passava "de um ato flagrantemente inconstitucional"...

* * *

Os acontecimentos históricos, por mais imprevistos que pareçam, teem sempre antecedentes certos, raizes às vezes longínquas. A idéia da antecipação da Maioridade, como aliás muitas outras da nossa história política, obedeceu a uma lei fatal de imitação, tendo surgido, como é sabido, ainda em meados da Regência. A sua filiação mais próxima estaria no exemplo da princesa D. Maria da Glória, a irmã mais velha do Imperador-menino, nascida em 1819, e, entretanto, alçada ao trono português pela espada enérgica de D. Pedro I, em 1834. (1 A)

⁽¹ A) "Em Portugal a antecipação da maioridade teve uma causa e uma justificativa, o que tornou a elevação de D. Maria da Glória uma causa santa. O mesmo não se dava aquí, onde somente a ambição de um partido e os interesses de alguns homens levantavam essa questão, que uma minoria audaciosa levou avante com o apoio do príncipe e da insuficiente cultura da nação. Lá houve uma vacância, o que se não deu aquí." Braz do Amaral — A Maioridade (conf.º na Rev. do Inst. Hist. da Baía, pág. 265).

Se a mulher, apenas com 15 anos de idade, já reinava com o título de D. Maria II — porque tambem não se admitir, na lógica facil dos oposicionistas, a mesma antecipação da Maioridade, para o irmão brasileiro?

Não se impôs logo, entretanto, em plena evidência, como necessidade imperiosa e de chofre às ambições dos políticos imperiais, essa idéia. Começou por vias sinuosas e indiretas. Morto D. Pedro I nesse mesmo ano de 1834, e cessando assim definitivamente as especulações em torno da sua volta, agitada pelos "restauradores", a que até aí se aliaram os Andradas e, em particular, Antonio Carlos, outro expediente ocorreria — em revide a Feijó — aos descontentes desse período regencial: — promover-se desde logo a Maioridade da princeza D. Januaria, para tambem confiar-se-lhe a Regência e a direção do Estado, apesar dos seus 14 anos incompletos!

Os partidários de Holanda Cavalcanti foram os primeiros que quiseram utilizar-se, secretamente, desse recurso malicioso, em 1835, para nova tentativa de golpe de Estado — quando se viram derrotados por Feijó, na eleição para a Regência Una, decorrente do Ato Adicional (1 B). A idéia porem não vingou — mas voltaria em 1836, atribuida agora à inteligência diabólica de Bernardo de Vasconcellos. Reforçada ainda pela circunstância do reconhecimento, a 31 de maio, da princeza D. Januária como sucessora do trono, havendo prestado o respectivo compromisso perante o Senado (2). O grande mineiro não negou mais tarde a sua participação nessa iniciativa, apenas atenuou-a: — "desejo que não excederia os limites do pensamento" (3), frizara, como exculpando-se. Fora uma simples vingança de partidarismo despeitado, mobilizado astuciosamente pelo candidato não aproveitado a um posto de ministro...

⁽¹ B) João Batista de Moraes — Revolução de 1842 (memória), pág. 47.

⁽²⁾ Aurelino Leal — Do Ato Adicional à Maioridade, pág. 100.

⁽³⁾ B. de Vasconcellos — Exposição sobre os acontecimentos da Maioridade.

Esses os moveis ocultos, essas as razões escondidas de propostas aparentemente tão inocentes! Quantos outros não terão ocorrido, no curso da nossa história — humildes fios dágua que, ao depois, se transmudam em torrentes, mas cujo nascedouro misterioso é um pequeno sentimento de egoismo, recalcado ou frustrado, que se transforma rapidamente, escondendo a fonte espúria, para vir brilhar, entre céu e terra, como água das mais claras, cantando por vales e campinas...

A idéia estranha não teve, ainda aí, curso límpido nem apoio ponderavel — antes provocou o protesto da própria assembléia provincial mineira em 26 de março de 1836, numa representação que visava diretamente a Bernardo de Vasconcellos, alí presente, apesar dos seus esforços para evitá-la, pois encontrava-se sem companheiros, "achando-se em unidade" (4). Mello e Souza, chefe liberal, então, alí exclamava: "Pereça aquele que se atreve a profanar a Constituição. Pereça o conspirador, quem quer que ele seja" (5).

Tambem Abreu Lima — adianta Raffard — "procura então os arraiais do partido contrário, em oposição ao Governo do Regente, publica O Raio de Júpiter, pregando a idéia de passar a Regência do Império à princesa D. Januaria" (6).

* * *

A outra iniciativa, a da antecipação da Maioridade do próprio Imperador-menino, estava então ainda verde, como muito verde era tambem o entendimento da criança de 10 anos, mesmo assessorada, para aquelas tremendas responsabilidades da administração suprema do país...

⁽⁴⁾ Cônego J. Marinho — História do movimento político de 1842, vol. I, pág. 92.

⁽⁵⁾ Baptista de Moraes - Revolução de 1842, pág. 46.

⁽⁶⁾ Homens e coisas do Brasil, pág. 409. Confirma-o J. M. de Macedo - Ano Biográfico, vol. I, pág. 426.

Verdade é que o Dalai-Lhama, desde a mais tenra idade, governa invisivel do seu palácio do Tibet, a milhões de súditos, mas os dirige apenas nominalmente através dos gabinetes secretos, dos comparsas do trono, das camarilhas imponderaveis, escudado no transcendente princípio religioso que diviniza o depositário do poder, — o que não lhe forra a pessoa contra atentados criminosos, as famosas execuções sumárias, coincidentes com a época justa do seu próximo amadurecimento, senão antes, em que lhe começa a surgir o desejo ou a vontade de realmente governar...

O "pupilo da Nação", o orfão imperial tinha, entretanto, no generoso sentimentalismo brasileiro, o melhor sustentáculo da coroa que herdara aos 5 anos, e que a incorruptivel retidão dos Vergueiros, dos Evaristos, dos Feijós e dos outros "moderados", então lhe assegurava desambicionadamente, sem nenhum desejo cúpido de aventura, desmentindo, para nosso bem, a frase que D. João VI sussurra, fugitivo, aos ouvidos do filho... Aguardava-se apenas a época própria, para se lha assentar, na cabeça augusta do neto, essa coroa imperial — sustentada estranhamente por quase republicanos!

Certo é, entretanto, que, em meados de 1835, esses propósitos antecipadores, se ainda não faziam onda volumosa, eram erguidos, como vagas ainda distantes, por alguns espíritos mais irrequietos.

E' interessante assinalar — como já o fez exhaustivamente o Sr. Octavio Tarquinio de Souza, no esplêndido ensaio interpretativo sobre a Maioridade, que está no seu belo livro: "História de Dois Golpes de Estado", seguido aquí, ultimamente, como precioso roteiro, do mais recente e autorizado comentador desses episódios, — que essa idéia surgiu apenas em revide. De fato: o Deputado Antonio Ferreira França apresentava na Câmara, a 6 de junho, projeto no sentido da Maioridade do Imperador só ser feita "na idade em que os outros cidadãos são maiores" (7) — o que redundaria, se vingasse a ini-

⁽⁷⁾ Anais, 1835 — Tomo I, pág. 154. Apud. O. Tarquinio — Histório de Dois Golpes de Estado, pág. 65.

ciativa, na sua ascensão definitiva ao Governo, somente em fins de 1846 e na Regência Una, a inaugurar-se em breve, automática e sucessivamente prorrogada, apesar de prescrição quadrienal, por mais alguns anos, durando no poder, por novos períodos eletivos, cerca de 11 anos consecutivos; — o que então parecia demasiado longo, para instituições meramente representativas, e portanto renovaveis, mas que ainda agora, entre outras, a adiantada república norte-americana desmente... Em reação a essa ideia foi que, em sentido contrário, o deputado Luiz Cavalcanti, ligado a Honorio Hermeto e a Araujo Vianna, apresentou na mesma data, outro projeto, o 1.º que apareceu na Câmara, com o intuito de fazer o Imperador-menino chegar ao governo aos 14 anos — isto é: a 2 de dezembro de 1839 (8).

Por outro lado — Francisco de Lima e Silva, pai de Caxias e Regente desde 7 de abril de 1831, que entregara a cadeira a Feijó dois meses antes, já em dezembro desse mesmo ano escreve ao futuro Monarca, insinuando-lhe os primeiros atos do seu governo, aconselhando-lhe a anistia geral e a abolição do beija-mão (9). Saudades evidentes do mando, que retivera por quatro anos e meio, a transformá-lo em conselheiro privado do menino, ainda não sagrado Imperador...

Afora algumas outras opiniões isoladas e favoraveis — Costa Carvalho, por exemplo, a demonstrar assim que os ex-regentes procuravam por essa forma desprestigiar o seu ríspido sucessor paulista — são esses os primeiros sinais da tempestade que se avizinha, escaramuças ainda sem consequências, apenas guerrilhas e "divertissements" denunciadores da batalha futura.

⁽⁸⁾ Anais, 1835 — Tomo I, págs. 156 e 182. Apud. O. Tarquino — História de Dois Golpes de Estado, pág. 65.

⁽⁹⁾ Inventário do Castello d'Eu, pág. 442, n. 4.941. Ver confirmação de Mary Wilhelmine Williams — in Dom Pedro, the Magnonimous — págs. 48/49 — apud. O. Tarquinio, op. cit., pág. 76.

Em 1837 volta a idéia da Maioridade a afluir no animo dos oposicionistas a Feijó — como expediente partidário para combater a intransigência política e a falta de capacidade negociadora do bravio regente do Império... Recurso parlamentar contra um poder executivo demasiadamente autônomo e áspero.

A idéia, porem, se transmuda na pena de Bernardo Vasconcellos: - uma criança de menos de 12 anos sem dúvida não poderia ainda governar sozinha. O Sete de Abril, orgão do ilustre mineiro, defende-a, pois, com o adjutório de um conselho (10). Já era o principal redator do "ato adicional" a regredir, a evoluir, a achar necessário o Conselho de Estado — que em 1834 fora abolido. Por enquanto, porem, simples "conselho privado", assistindo ao trono, na infância do Imperador. Morto Evaristo, a 12 de maio, e ficando Feijó sem o seu apoio prestigioso, já em 20 desse mês, na Câmara, surge o projeto Vieira Souto, para declarar-se a Maioridade desde logo, projeto esdrúxulo que, abolindo a tutoria imperial (art. 6.0) criava, entretanto, a personagem do "presidente do ministério", figura de conselheiro íntimo e da preferência do próprio Monarca. espécie de "eminence grise" ostensiva, se assim se pode dizer, mas escolhida com aprovação do Conselho de Estado e sem cujo referendum nenhum decreto seria expedido (art. 5.0). Maioridade ridícula e fictícia, assistida por uma simulada Regência a latere transitória e atenuada, em marcha para o pleno regime monárquicoconstitucional...

Mas já aí o programa não se confinou na Câmara e nos jornais. Com o sentido ainda romântico e antiquado de que as idéias políticas para vencerem não carecem apenas de força, — como hoje tão comumente se pensa — mas para se imporem e enraizarem

⁽¹⁰⁾ Apud. O. Tarquinio, op. cit., pág. 68.

ma alma popular, precisam tambem da rua — começaram habilmente os primeiros cartazes nos muros e nas esquinas — colocados às deshoras, para a curiosidade dos madrugadores do dia seguinte (11).

Do debate desse projeto, na Câmara, só dois fatos são dignos de menção. O primeiro — foi a iniciativa, tida como irônica — do deputado Raphael de Carvalho, de mandar viajar o Imperador, durante cinco anos para fora do país — idéia admiravel, capaz de influir na transformação intelectual e moral do Monarca, e dar outros rumos mais pragmáticos ao 2.º Reinado, que se orientou por um signo quase literário, na parte que se refere ao Imperador, — mas que infelizmente, como às vezes acontece, até com as coisas mais sérias, pareceu apenas divertida brincadeira...

O outro — foi a posição assumida pelo conservador Araujo Lima na discussão — descendo da cadeira presidencial, para vir combatê-lo da tribuna, o que por certo influiu na rejeição do projeto — atitude a lhe grangear a simpatia de Feijó, que o premiou poucos meses adiante, com a escolha para o Senado e a seguir com a pasta de Ministro do Império, escada no dia seguinte para a própria Regência.

* * *

Cronologicamente, de assinalar, para a evolução da idéia maiorista — haveria a suspeita de ter Bernardo de Vasconcellos novamente a perfilhado, logo após a sua saida do ministério, brigado com Araujo Lima, em maio de 1839 (12). O rompimento de Vasconcellos, no Senado, é a 13 de maio de 1839 (in *O Despertador* de 14-5).

⁽¹¹⁾ Apud. O. Tarquinio, op. cit., pág. 71.

⁽¹²⁾ O. Tarquinio, op. cit., pág. 76. Alfredo Valladão — Da Aclamação à Maioridade, pág. 122, cita a esse propósito o testemunho de Pereira da Silva (Memórias do meu tempo, vol. I, pág. 7).

Já antes, no começo da Sabinada na Baía, o pretexto do mevimento autonomista na província seria "a república provisória", com a excusa de o ser somente "enquanto fosse menor o Imperador" (13).

Parece que essa ação estaria conjugada a um habil movimento anterior, de forma que a idéia não se confinasse ao âmbito da capital, como acontecia de ordinário com quase todos os acontecimentos políticos.

Sugerem os seus partidários uma ação centrífuga: ordens secretas são dadas daquí, por uma famosa sociedade militar, para as outras províncias rebeldes (Pará e Rio Grande do Sul), afim de condicionar a pacificação à subida do jovem monarca ao trono. "Vi — diz o Visconde de S. Leopoldo, em seus Anais (referindo-se ao sul), — ardentes monarquistas proporem a separação da Província até a maioridade do Sr. Pedro II" (14). Esta atuação, que lhe daria carater nacional, voltaria a influir centripetamente sobre o Rio.

Ainda nesse ano, a 19 de agosto, derivando da idéia de outros, de se conferirem plenos poderes, atribuições quase ditatoriais à Regência para debelar mais facilmente as últimas revoltas, Montezuma insinuava na Câmara a possibilidade da Maioridade imediata, com desaprovação da maioria dos seus pares (15).

⁽¹³⁾ Pedro Calmon — História da Civilização Brasileira, pág. 203. "O vice-presidente João Cordeiro, recuando dos primitivos propósitos, pedia para constar da ata "que a separação da província em Estado Independente era até a Maioridade de sua Majestade o Imperador Senhor D. Pedro II" — adianta, no seu conciencioso trabalho, Luiz Vianna Filho — A Sabinada, pág. 108.

⁽¹⁴⁾ Cônego Marinho — História do Movimeinto Político de 1842, pág. 35.

⁽¹⁵⁾ Rocha Pombo — História do Brasil, ed. Centenário, pág. 344.

II - O FATO HISTÓRICO

Chegamos assim ao ano de 1840 (16). A pequena corrente inicial, cujo curso acompanhamos, engrossada por contribuições diversas, vai agora desaguar no seu amplo estuário.

No começo desse ano (março) o menino-Imperador estivera doente. O relatório do médico Soares de Meirelles, de 28-3-40, de passagem, faz referência à sua "massa encefálica (que) é tão desenvolvida" e "particularmente à organização da sua cabeça" (17).

Ainda nesse mesmo tom: a denunciar a precocidade do Imperador, o Dr. Cruz Johim também alvitra, em boletim médico do Paço de 6 de abril:

"Talvez se possa considerar concausa dos incômodos de S.M.I. a saida de um dente queixal superior, que ainda não varou de todo a gengiva e que todavia não foi anunciado por sintoma algum local apreciavel" (18). Teria saido mesmo esse dente do sizo, a confirmar indiretamente a madureza do espírito da criança, ou pela forma dubitativa já seria expediente palaciano, dum aliado à "fação áulica"?

* * *

Como quer que seja, a idéia política toma agora o seu pleno desenvolvimento. Já aí amparada pelos liberais — em oposição a Olinda, — "por ódio ao governo regencial" — dirá Justiniano, mais tarde em Ação, Reação e Transação — sob a orientação de um

⁽¹⁶⁾ No começo desse ano o *Homem do Povo* denunciaria, 29-2-40: "Trata-se de organizar nesta Corte uma associação secreta com o honroso título *D. Pedro II*, para declarar maior por meio duma revolução o nosso jovem imperador, sendo os agentes dessas tramas dois baianos corrompidos, um deles oficial superior do Exército e o outro que exerceu cargos na magistratura".

⁽¹⁷⁾ Max Fleiuss — Nascimento: Primeiros anos, in Contribuições para a biografia de D. Pedro II. págs. 110-111.

⁽¹⁸⁾ In Jornal do Comércio, de 17-4-1840.

padre — o Senador José Martiniano de Alencar, coerente pela sua reincidência na idéia desde 1837 (19), amigo íntimo de outro padre ausente em São Paulo: Feijó (20).

Conspira-se, para erguê-la, em um "clube fechado", fundado a 15 de abril, com certos sortilégios maçônicos: mão sobre o coração como sinal de reconhecimento recíproco entre os iniciados... As reuniões, segundo a proposta, certamente para evitar indiscreções, deviam realizar-se em casa do sócio "que não tivesse família" (21), passam a fazer-se, eufemisticamente, na residência daquele sacerdote, que já tinha descendência...

É aí que o menino José de Alencar — vendo a azáfama das mucamas, a servir todas as noites, na sala fechada, aos conjurados, bolos saborosos e chícaras ferventes, diz certa vez desconfiado: o que eles querem apenas é chocolate! (22) Os gulosos dos doces, alem do anfitrião e do primo (Peixoto de Alencar), tambem padre e deputado, eram de começo: Antonio Carlos, Martim Francisco e José Marianno, deputados; e Vergueiro, Costa Ferreira, Hollanda Cavalcanti e Paula Cavalcanti, senadores.

Novos aderentes ou "tomadores de chocolate" foram os deputados Theophilo Ottoni, José Feliciano Pinto Coelho, Montezuma, Limpo de Abreu, o Padre José Antonio Marinho e o Conêgo Senador José Bento Ferreira de Mello. Como se vê — conspiração em que predominavam 5 sacerdotes, todos liberais, como eles o são quase

⁽¹⁹⁾ Vide: Revista do Instituto do Ceará, XXII, págs. 97, 98 e 148—citação de Pedro Calmon— O Rei Filósofo, págs. 57-58. O Tarquinio, pág. 68. Moreira de Azevedo— Declaração da maioridade, pág. 10. História Patria, pág. 354.

⁽²⁰⁾ Calogeras — Formação histórica, pág. 201.

⁽²¹⁾ Araripe — Noticia sobre a Maioridade — Rev. Inst., vol. XLIV, pág. 212 — Chama-se á organização secreta "Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador, o Sr. D. Pedro II" — mas ficou depois popularmente conhecida como "Clube da Maioridade".

⁽²²⁾ A. Fujol — Machado de Assis, 2.ª edição, pág. 21.

sempre, quando políticos — 1 ausente ou invisivel: — o ex-Regente do Império, e 4 presentes: — 2 senadores e 2 deputados (23).

O primeiro cuidado dos conjurados — sugestão do ardiloso Hollanda Cavalcanti — foi saber previamente se podiam contar com a boa vontade do menino-imperador. José Feliciano foi sondar o primo-tutor; e Antonio Bento Vahia a outras pessoas do Paço. As respostas foram afirmativas: havia aquiescência da "entourage", a entrar ua teia da conspiração, movida com a habilidade, à distância, pela influência já prestigiosa de Aureliano Coutinho (23 A). O Clube da Maioridade a aliar-se ao Clube da Joanna, de tão assinalada irradiação política, tendo como pouso a casa de Paulo Barbosa... Aureliano tambem andava aborrecido com o Regente, esposando a causa do irmão Saturnino, demitido da presidência do Rio Grande—adianta Pereira da Silva (24), mas aí infielmente, pois Saturnino exercera o governo alí, de 24 de julho de 1839 pelo menos até 10 de julho de 1840, data da nomeação do seu sucessor, o general Andréa (25).

⁽²³⁾ E' bem verdade que existiam outros sacerdotes (17) nas duas câmaras legislativas. No Senado — Marcos Antonio, Cunha Vasconcellos, Britto Guerra e Rodrigues de Andrade (4). Na Câmara — D. Romualdo, arcebispo da Baía, D. Manoel, bispo do Rio, D. José, bispo de Cuiabá, Monsenhor Fernandes Silveira e os padres: Encarnação, Sucupira, Henriques de Resende, Luiz Carlos, Ribeiro Duarte, Freitas, Fleury e os suplentes João Antunes Correia e Aranha Quadros (13). Todos porem bem mais moderados, quase nada salientes.

⁽²³ A) Lery Santos no Panteon Fluminense regista a exagerada frasede "um heróico pernambucano" (Nunes Machado?) sobre Aurelino: o Aquiles da Maioridade.

⁽²⁴⁾ Pereira da Silva — Memórias do meu tempo, vol. I, pág. 17. Atenua-lhe os erros a circunstância de ter escrito aos 78 anos de idade. Prefiro porem a ilação contrária, com maior fundamento, de Tavares de Lyra — que atribue a demissão de Saturnino, em junho de 1840, à atitude de Aureliano, como relator do voto de graças na Câmara.

⁽²⁵⁾ Vide: M. A. C. — Relação dos cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil, pág. 124.

As reuniões do "Clube da Maioridade" são 7 e com muito chocolate, para aquecer o entusiasmo dos comparsas, vão até 12 de maio — quando se delibera afinal, depois de aliciamentos, sobre um projeto do senador Alencar, apressar-se a Maioridade. Ainda aí — a idéia estava vinculada à outra: da criação imediata do "Conselho Privado da Coroa" composto a começo de 1 representante por província, ao depois, de 10 membros, escolhidos pelo próprio Imperador, logo após a posse no Governo — conselho que iria até aos 21 anos do Monarca; ou mais, se fosse achada conveniente a sua prorrogação.

O que o projeto não diz, mas se induz: é que os lugares de conselheiros, para os quais solicitamente se cuida até dos ordenados — seriam naturalmente para os conspiradores, que não fossem aproveitados, como ministros ou governadores de províncias... — Nem para outra coisa na lógica de um imediatismo cínico, fazem-se conspirações! Otez de la...

A pedido de Limpo de Abreu (25 A) — tática para não afugentar certos liberais extremados — como Theophilo Ottoni e Marinho — as duas medidas seriam, porem, apresentadas, separadamente, como o foram, no Senado, onde as forças contrárias pareciam equilibrar-se, a 13 de maio, data aniversária de D. João VI, apoiadas pelos cinco senadores do "clube" e mais Mello e Souza, que se esquecia dos seus protestos em 1836, na assembléia mineira...

No catequizar de novos companheiros, chegaram a auscultar, em reserva, a Manoel de Carvalho Paes de Andrade — o antigo revolucionário, herói duplamente fugitivo em 1817 e em 1824. Respondeu-lhes favoravelmente o senador, já pacificado: — "Muitas revoluções contra os reis o povo tem feito, mas a favor do rei, só vocês querem fazer (26); todavia os acompanharci" (27).

⁽²⁵ A) Vide: Bruno de Almeida Magalhães — O Visconde de Albaeté, pág. 26. Entretanto, Ottoni, no Circular, declara que foi a pedido dele e de Marinho.

⁽²⁶⁾ Pedro Calmon - Rei Filósofo, pág. 59.

⁽²⁷⁾ Baptista de Moraes - Revolução de 1842, pág. 55.

Já dias antes, a 7 de maio (27 A), Montezuma e Antonio Carlos, assinavam com Aureliano, relator na Câmara, no projeto de resposta à Fala do Trono, um período expressivo "e vendo com prazer aproximar-se a Maioridade de V. M. I.". — Essa insinuação direta foi combatida pelo leader da Câmara, verdadeiro chefe da maioria parlamentar (28) Honorio Hermeto, a 12 de maio, na discussão do voto de graças, que continuou até 20 (29). "Não trataria de combater algumas frases que julgo menos próprias e que existem na resposta que a nobre comissão apresentou", dissera, então, Honorio (30).

Se é então exato que a justificativa do projeto, no Senado, quase se limitava, pela boca de Holanda Cavalcanti, à afirmação de uma inverdade: — "sendo a todos notório que o nosso augusto imperador se acha presentemente muito desenvolvido em suas faculdades" — como se alguem aos 14 anos e meio pudesse ter, por mais inteligente, critério para governar um grande país — por outro lado, o ataque do futuro Marquês do Paraná cifra-se por enquanto a considerar apenas o projeto complementar, relativo ao conselho privado, que qualifica de "monstruoso" e "inquisitorial", por lhe parecer que tendia a limitar

⁽²⁷ A) O Dicionário biográfico (de Dias da Silva) diz erradamente que a iniciativa foi de Antonio Carlos e ainda, incidindo em novo engano, que a data foi 27 de abril.

⁽²⁸⁾ O Anônimo, de 25-5-40, explica: "todo o mundo sabe que ele é o braço direito e a perna esquerda do regente".

⁽²⁹⁾ A declaração da Maioridade, pág. 6. Folheto anônimo atribuido por ums ao cônego Marinho, mas com mais plausibilidade a S. Torres Homem, porque editado em 1840 na tipografia do Despertador, então dirigido por este. Acresce que o prefácio é assinado por "uma testemunha ocular", justo o caso de S. Torres Homem, ao passo que Marinho é mais que isso, como participante nos sucessos. Testemunhas oculares tambem o foram, e lembrar-se-iam sempre disso: o jovem Wanderley (ver W. do Pinho — Cotegipe e seu tempo, vol. I, pág. 51) e ainda Alencar Araripe (Notícia sobre a Maioridade — Rev. Inst. Hist., Tomo 44, pág. 208).

⁽³⁰⁾ Sessão de 12-5-40 -- in Jornal do Comércio do dia seguinte.

o poder moderador ou executivo. A idéia da Maioridade não sofria ataque direto. "Era preciso guerrear, mas de viseira descida" — dirá Moreira de Azevedo (31). Tanto que o próprio Honorio, para encaminhar o combate para a via legal, apresenta na Câmara, a 18 de maio, um projeto para a reforma do art. 121 da Constituição. Com esse fim, recomendava que, nas próximas eleições, viessem os deputados investidos dos poderes necessários, para essa alteração...

Nesse mesmo dia, astuciosamente, a Regência fizera uma reorganização ministerial para trocar o Conde de Lages que ia votar no Senado com os maioristas, na pasta da Guerra, por Salvador Maciel, e na pasta da Fazenda, Alves Branco, que, apesar disso, votou contra, por Silva Maia; mas deixando abertas a outras cobiças as pastas do Império e Justiça exercidas, interinamente, pelos Ministros Lopes Gama e Silva Maia. Teria essa manobra do governo influido na atitude de Bernardo de Vasconcellos? Depois da vitória, as pastas da Justiça e Marinha foram entregues, a 23 de maio, a Paulino de Souza e Rodrigues Torres, reforçando-se assim o ministério conservador.

* * *

Dos debates na Câmara inferia-se, entretanto, que a inciativa de Honorio Hermeto (o Sr. Carneiro Leão, como registavam sempre os Anais) atendia na língua dos seus acusadores, a "uma deliberação tomada fora das Câmaras", como afirmava Montezuma — em revide, por certo, à revelação do futuro Marquês de Paraná levantando o véu do segredo, a descobrir que os propugnadores da medida maiorista haviam ido procurar homens rasteiros para intrigar no paço". Doestos recíprocos. Era bem verdade que o pensamento de Honorio abrigava um escrúpulo de jurista — do homem "de cabeça fria" que quase sozinho, com a sua argumentação, evitara o golpe de Estado de 1832, do temperamento visceralmente conservador, procurando

⁽³¹⁾ História Pátria, pág. 356.

"canalizar a torrente irresistivel para um álveo de legalidade", — na frase de Calogeras (32).

"Medida procrastinadora, iniciativa do governo para evitar-se a Maioridade" — pois a Câmara só se renovaria em 1842 — bradavam furiosos os liberais, a propósito da nova iniciativa de Honorio. "Dois vícios apresentava a proposta — comenta ainda Calogeras — era lógica e era legal, e por isso ia contra as correntes sentimentais da opinião exaltada dominante" (33). O fato é que a iniciativa — houvesse nela segunda intenção ou não — repercutia no preponderante espírito jurídico (34) do Senado — onde os maioristas contavam talvez vencer a batalha. O projeto de antecipação ou suprimento de idade para o Imperador, apesar da defesa da tribuna feita por Paranaguá (35), que para isso deixara a presidência — foi alí rejeitado a 20 de maio, apenas por 2 votos: 18 contra 16 (36).

Vasconcellos ainda enigmático, só chegara ao recinto depois da votação; D. Nuno de Lossio e Rodrigues de Carvalho não compareceram (37 e 38).

⁽³²⁾ Da Regência à queda de Rosas, pág. 100.

⁽³³⁾ Calogeras - Formação, pág. 202.

⁽³⁴⁾ Num total de 50 senadores em 1840 — eram bacharéis ou antigos magistrados 23, sacerdotes 7, militares ativos e reformados 8, proprietários 5, doutores em filosofia 2, matemáticos 4, funcionário público 1. No dia 20 de maio os seis militares presentes votaram pela Maioridade e, entre os 18 contrários, 10 eram bacharéis em direito ou antigos magistrados.

⁽³⁵⁾ Ainda aí — o leit motiv protetor da medida é "a inteligência que sobra bastante" (ao imperador) "capaz de presidir com a sua augusta presença e influência imediata às deliberações do governo, na direção dos negócios do império" (sic.) (in Declaração da Maioridade, pág. 15).

⁽³⁶⁾ Explorar-se-ia muito o voto contrúrio de Araujo Vianna --- por ser mestre do Imperador. E' o que regista O Anônimo, de 25-5-40. — "Daí teem querido algumas pessoas concluir que o Sr. Araujo Vianna, um dos juizes mais competentes na matéria, não considera ainda o imperador com a capacidade intelectual e o juizo prudencial indispensavel para reinar".

⁽³⁷⁾ Jornal do Comércio, de 20-5-1840. Como o Senado tinha então 50 senadores faz isso crer que, pelo menos, não compareceriam habitualmente às sessões 13.

⁽³⁸⁾ A Sentinela da Monarquia, jornal que se iniciou a 2-4-840 sob a inspiração de Bernardo Vasconcellos, no dia seguinte acentuaria: "A de-

A provar a conivência do senador Feijó com a conjura, usando das mesmas armas com que o procuraram ferir no governo, está a veemência do trecho, na carta que, de Campinas, a 8 de junho seguinte, ele, o presidente do Senado, na sessão de 1839, como a "cuspir para o ar", envia ao senador José Bento: "enfim o Senado sem contrariar matou o projeto da Maioridade. Nada é tão miseravel como esse Senado, vil escravo de quem quer que governe, e o quiser aliciar" (39).

A derrota do 1.º projeto no Senado acarretou desde logo a do 2.º — que foi considerado tambem prejudicado — talvez apenas pela razão única da sua origem — porque ele coincidia até com a opinião conservadora já manifestada a amigos, de Bernardo de Vasconcellos — de recriar-se previamente o Conselho de Estado, antes do Imperador subir ao trono (40).

Nesse mesmo dia 20 de maio, já consequência do voto do Senado, encerrada a discussão na Câmara, a pedido de Souza Franco, é aprovada por 42 votos contra 37, a emenda de Honorio, mandando suprimir a frase intencional de Aureliano na resposta à fala do trono, julgada inconveniente... (41).

claração da Maioridade, não tendo S. M. a idade da lei, é inteiramente ilusória; ao invés de um Regente, governarão dez, e o resultado dos maus atos que praticarem será em desabono da realeza". Foi redator da Sentinela em 1840-41 — Thomaz José Pinto de Siqueira, antigo redator de 7 de Abril em 1837 (vide: Catálogo da exposição de história, vol. I, pág. 400, ns. 4.496 e 4.501).

⁽³⁹⁾ Baptista de Moraes, op., pág. 82.

⁽⁴⁰⁾ Em 20-6 — Bernardo Vasconcellos no Senado declarar-se-ia favoravel, em princípio, à Maioridade, escondendo porem ainda o seu jogo político: — sem dizer qual a forma como entendia a sua praticabilidade.

⁽⁴¹⁾ A Câmara de 1840 é composta de 101 deputados, dos quais: formados em direito são 53, a saber: bacharéis 15, magistrados 28 e titulares 10. Os titulares são ao todo 19, militares 8, médicos 3, sacerdotes 15, dos quais 1 arcebispo e 2 bispos.

Na Câmara alta a questão estrangulava-se, apenas por maioria de 2 votos, na baixa por 5. O caminho legal estava, pois, logicamente barrado, indicando-se outro agora aos conspiradores - pelo progresso que a idéia ia tendo: - continuar a agitação na Câmara, agitar nos jornais, agitar na rua, de modo a influir no ânimo público e na tropa, até alcançarem o objetivo final. É por isso que nessa mesma noite, em casa do Senador José Bento, entre o desânimo dos companheiros incrédulos, que Montezuma exclama, galvanizando-os: — "Senhores, estamos às vésperas do triunfo!" (42). Tambem pela mesma razão, na reunião de proeminentes governistas, que consta foram consultar a Bernardo de Vasconcellos, na sua distante chácara dos Macacos (43) — a visão mais realista dos nossos estadistas, prevendo o rápido desenrolar dos acontecimentos, teria indicado desde logo em reserva o adiamento das Câmaras para novembro - transigindo-se desde aí com a Maioridade antecipada, para que fosse ela declarada, sem agitações, a 2 de dezembro, aniversário do Imperador.

Preparar-se-iam antes as medidas complementares à solidificação da monarquia com a prévia criação do Conselho de Estado, a reforma do Código de Processo Criminal, já aprovada pela Câmara em 1839, mas ainda dependente do Senado, que acompanhasse a lei de interpretação do Ato Adicional, já promulgada a 12 de maio último. O conselho do homem mais lúcido da época, que foi repetido um mês depois no Senado, publicamente, como quase sempre acontece, não teve ouvidos então para escutá-lo.

* * *

A campanha de imprensa então se acentua: os adeptos do "clube fechado" contam com o seu modesto porta-voz, provavelmente O

⁽⁴²⁾ Alencar Araripe, op. cit., pág. 184.

⁽⁴³⁾ João Baptista de Moraes — A Revolução de 1842, pág. 65.

Propugnador da Maioridade (44); os liberais teem no Despertador, desde 18 de julho de 1839, a pena cintilante de Salles Torres Homem, que alí substituira a J. M. da Rocha Cabral (45). Houve mister, aos amigos do governo, criar tambem o seu orgão: daí surgiu, em defesa da falange conservadora, a 16 de junho, O Brasil confiado à indiscutivel habilidade de Justiniano José da Rocha — o maior jornalista da época (46).

Os pequenos jornais tambem se atiram à campanha. O Instinto aparece em 29 de maio de 1840 com um argumento novo, comentando a atitude do Senado: "Será que o principal e único motivo do seu voto é a idade do Imperador? Mas quantos Reis teem governado ainda com menor idade? Quantos anos tinha Luiz XIV quando assumiu as rédeas do governo da França?" Dias depois O Propugnador da Maioridade engrossa sensivelmente o argumento: — "Apresentaremos uma longa lista de monarcas, que começaram a governar desde 12 anos incompletos até 15, não menos de 30" (47).

* * *

Já agora, o pretexto para as discussões na Câmara, levantado por Alvares Machado, a 3 de julho, era a Regência não ser mais legal.

⁽⁴⁴⁾ Araripe, pág. 17, fala no *Maiorista*, Galanti alude apenas a: *Maioridade* (Tomo IV, 2.ª ed., pág. 398 da sua *História do Brasil*). O *Propugnador* apareceu em 19-5-40, e o último número (8.º) é de 21-7-840.

⁽⁴⁵⁾ De notar, entretanto, que ainda em 22 e 23 de agosto de 1839 O Despertador, respondendo a Montezuma, manifesta-se contrário à Maioridade. Artigos propriamente favoraveis da redação só saem alí às vésperas dos acontecimentos. O Maiorista, que alguns dão erradamente como orgão do "clube da maioridade", só aparece em 25-5-841, e vai até 12-3-842, sob a direção de F. de S. Torres Homem (Vide: Catálogo da Exposição de História, vol. I, pág. 387, n. 4.269), neste tambem colabora Abreu Lima (J. M. Macedo — Ano biográfico, vol. I, pág. 426). Trata-se, pois, de uma folha liberal, já em oposição ao 2,º ministério da Maioridade.

⁽⁴⁶⁾ O Diário do Rio de Janeiro já então com 19 anos de existência tambem combatia valentemente a Maioridade antecipada.

⁽⁴⁷⁾ O Homem do Povo, no dia seguinte ao do aparecimento de O Brasil — não satisfeito, et pour cause, dos textos constitucionais existentes — legem

desde 11 de maio, data em que a princeza D. Tanuária atingira 18 anos — devendo portanto assumir o governo, na impossibilidade física ou moral de o fazer o irmão, como determinava o art. 126 da Constituição. Evidentemente tratava-se de mero subterfúgio, chicana calva, porque o artigo que regia a hipótese era o 122, que se referia à menoridade, mas exigindo para o parente próximo, nesse caso, a idade mínima de 25 anos. Depois: não havia sequer sido reconhecida pela pluralidade de nenhuma das câmaras a impossibilidade do imperador governar, como a mesma Constituição exigia. Mas quando se quer combater, sobretudo em meio de apaixonadas agitações políticas, todos os argumentos servem, principalmente os que não teem nenhuma aplicação idônea. Entretanto, essa indicação — diz Abreu Lima, contemporâneo dos fatos (na Sinopsis, pág. 378) — "abalara muitas convicções" — prova de quanto os ânimos, não vendo com clareza, já estavam apaixonados. Tática da agitação, o procurar enfraquecer e solapar a autoridade da Regência, entre o povo e os soldados, nos seus fundamentos lógicos — que eram os da sua própria legitimidade. Discussão tendenciosa não para o recinto, mas para subir às galerias, para alastrar-se aos quartéis.

Honorio Hermeto, a 4 de julho — em consequência do debate de Alvares Machado na véspera, requer urgência para discussão do seu projeto (a reforma do art. 121), que é aprovada. Nesse debate de vários dias se empenham: de um lado — Antonio Carlos, Alvares Machado, Marinho, Limpo de Abreu e Martim Francisco; de outro — alem de Honorio, Souza Franco, Ferreira Penna, Angelo Custodio e Nunes Machado.

habenus — vai ressussitar uma bolorenta disposição portuguesa; o alvará de 23 de novembro de 1674 — como aplicavel à hipótese, talvez por analogia: — "E por evitar os inconvenientes que nesta, e nos demais Reinos vizinhos a existência tem mostrado na direção das Tutelas e curadorias dos Reis e Príncipes, seguindo o exemplo do mesmo Reino e dos vizinhos — Mando e estabeleço que chegando os sucessores deste Reino, e Senhorios à idade de 14 anos completos, ou casando a filha sucessora antes deles, tome logo o governo".

Os acontecimentos se precipitam. As discussões na Câmara tornam-se agitadas: muitos populares, orientados por Antonio Carlos e Navarro, apinhavam as galerias, alguns invadem até o próprio recinto e apoiam reiterada e persuasivamente os seus oradores, a fazer pressão sobre os contrários, que são maioria (48). Nesse ambiente "esquentado" deflagra a 17 de julho o incidente do deputado Navarro, nos primeiros sinais de loucura próxima, a ofender, com impropérios, pessoalmente, os adversários, sobretudo a Honorio — dizendo-se ao mesmo tempo ameaçado de facadas, — mas vindo colocar-se ao seu lado, acintosamente, como a provocá-lo para um desforço físico. Honorio, que de outra feita declararia que "nunca tem maior tranquilidade, sobretudo nos momentos de perigo", sobranceiro, e sem temor, apela para o presidente Marcelino de Britto, afim de manter-se a ordem, visto o seu contendor "carecer de um exame para se verificar se podia continuar a deliberar" (sic).

No intercorrer desses debates — às vezes surgiram argumentos contraditórios — como são os do *Propugnador* (49). A agitação das ruas começou por uma inequívoca manifestação popular, adrede preparada pelos Andradas. Realizando-se no domingo, 19 de julho, na Capela Imperial, festa a que compareceria o menino Imperador, o cidadão conhecido pela alcunha de "Brasileiro Resoluto" (49 A), a lembrar outro pseudônimo de 1823, aliado de Antonio Carlos, foi

⁽⁴⁸⁾ Suetonio - O antigo regime, pág. 44.

⁽⁴⁹⁾ A 8-7 o *Propugnador* acentua o nenhum inconveniente da Maioridade, porque "o rei reina e não governa". Como a 19-5 havia sublinhado, quando houvesse erros a corrigir, com estas razões de cabo de esquadra: —: "E o mais é que mais facilmente e com mais graça recua a docilidade e a inocência da idade ainda não perfeita do que a teima e emperramento presunçoso da virilidade, que se supõem competentes para tudo".

⁽⁴⁹ A) Com a vitória da Maioridade, o anônimo se descobre logo e faz questão de vir declarar o seu nome nos jornais: chama-se Francisco Antonio Soares (Vide: O Despertador de 23-7-40).

postar-se à porta do templo. À saida — levantou brados de saudação, terminando pelo enfático: "Viva a Maioridade de S. M. o Imperador!", que foi "universalmente correspondido, diz Araripe (50), pelo numeroso adjunto de povo congregado para assistir à solenidade religiosa". Estaria assim o tímido Monarca sentindo o pulso das chamadas "aspirações populares"...

* * *

A reforçar a propaganda, o solerte Antonio Carlos não descansa: apesar dos cabelos brancos, dizem que invoca a musa patriótica do encarcerado de 1821, na Baía (50 A), e perpetra tambem a sua quadrinha incentivadora e subversiva, profusamente distribuida na rua do Ouvidor e colada nas paredes, em pontos dos mais públicos da cidade:

"Queremos Pedro Segundo Embora não tenha idade; A nação dispensa a lei, E viva a Maioridade".

Mello Moraes (pae) assinala outra dessa mesma época, — segundo me informa amistosamente pesquisador arguto, — com endereço certo, evidente e maliciosa resposta dos "regressistas", a circular nessas alturas, sem dúvida mais discretamente:

"Quem põe governança Na mão de criança Põe geringonça No papo de onça..."

Quem não perdia o prumo nas discussões da Câmara, debatendo em plano mais alto, era Theophilo Ottoni, o prestigioso li-

⁽⁵⁰⁾ Noticia (Rev. do Instit. Histórico, tomo XLIV, pág. 185).

⁽⁵⁰ A) Quem desejar verificar as "oscilações" de A. Carlos, sobretudo em 1817, leia: Braz do Amaral — A Maioridade, conferência no Instituto Histórico da Baía em 20-2-1935. (Revista, pág. 267).

beral mineiro. Não se atrapalhava nos enredados bisantinismos das interpretações jurídicas: — se a Maioridade poderia ser feita por lei ordinária ou pela reforma constitucional. Invoca o clássico salus populis, motivo de salvação pública, como lei suprema. "Fundamenta o seu voto — transcreve Daniel de Carvalho — no conceito de Jefferson: — para aproveitar-se uma ocasião fugitiva de fazer o bem do país, é lícito ir alem da Constituição" (51), no que é louvado aí, na sua sinceridade, pelo próprio Honorio. E seteava os adversários com a sua imagem irônica: "Felippe II aconselhava aos homens políticos voltarem as costas para o alvo que pretendem atingir, como os remadores. Os nobres defensores do projeto voltam prudentemente a cara para São Cristovão, mas remam para a rua dos Arcos" (52). Um — era o palácio do Imperador; e a rua — onde residia o Regente...

À vista, porem, de ter caido no Senado o projeto que adiava as eleições de deputados para 1842, impossibilitando assim o acordo em torno da reforma constitucional, por não se lhes poder mais assim conferir os poderes expressos para aquele fim, Honorio requer a retirada do seu projeto a 18 de julho, sendo aprovado o pedido pela Câmara, entre abraços pressurosos dos adversários, Alvares Machado à frente.

Seria Honorio coerente com as suas idéias, neste caso — ou revelar-se-ia, com a sua proverbial força de vontade em eclipse passageira — pela única vez em sua vida, um homem indeciso e hesitante? Iniciativa individual — essa retirada, ou fruto de combinações políticas que já se elaboravam e no dia seguinte se consolidariam, entre ele, Aureliano e José Clemente Pereira, numa reunião extraordinária de deputados e senadores — como foi publicado no

⁽⁵¹⁾ Daniel de Carvalho — Theophilo Ottoni, campeão da liberdade, pág. 32.

⁽⁵²⁾ Circular, 2.3 ed., pág. 127. Declaração, pág. 59.

Despertador de 21 de julho de 1840 (53) — sem o seu desmentido? Alternativas que ficam a desafiar as nossas indagações apressadas, mas a que o seu autorizado biógrafo, nosso prezado consócio Sr. H. Leão Teixeira Filho, com o costumado zelo pela memória do antepassado ilustre, dará certamente resposta satisfatória, no conciencioso trabalho que empreende.

* * *

Aí é que José Clemente Pereira, já esquecido do lauto banquete que dera em 17 de maio contra os maioristas (54), falando pelos conservadores, como Paranaguá fizera em maio no Senado, hipoteca o seu apoio, e certamente de alguns correligionários, ao apressamento da Maioridade: "Já não é possivel de modo algum esperar pelo termo que marca a constituição... porque a opinião da necessidade dessa medida está generalizada, e torna indispensavel a exaltação de S. M. I. ao trono, quanto antes, ato a que não deve embaraçar a disposição constitucional, visto que todos os publicistas reconhecem os golpes de estado como necessários em certas circunstâncias, e (o nobre orador) crê que o país se acha nesse caso (55).

Limpo de Abreu, que prudentemente pedira que se não precipitasse uma resolução sobre esse assunto, para melhor examiná-la e estudá-la refletidamente, compromete-se afinal a trazer, na próxima reunião de 20 de julho, a solução indispensavel para a gravidade do *impasse*: — que vem a ser apenas, depois de dois dias de

⁽⁵³⁾ A declaração da Maioridade, pág. 73. E, ainda admissivel outra hipótese: a de Honorio, que carregava com o governo na Câmara, haver-se magoado com a Regência, por não ter influido no Senado, para alí alcançar o acordo desejado, pelo adiamento do projeto eleitoral, de forma a facilitar o encaminhamento da sua proposta de reforma constitucional.

⁽⁵⁴⁾ Vide: O Aristarcho - de 19-5-84.

⁽⁵⁵⁾ Declaração, pág. 69.

espera — como o rato da montanha — a nomeação de uma comissão especial de três membros, que oferecesse urgentemente a providência esperada... (55 A).

* * *

Não fora a intervenção de vários deputados e, na sessão desse 20 de julho, os acontecimentos teriam desfecho trágico, se não fosse cômico. Ao discursar o deputado Navarro, sempre com agressões aos adversários e ao governo, especialmente ao Ministro da Guerra alí presente, termina a sua oração com um lance teatral: Viva a maioridade de Sua Majestade Imperial! As galerias que até aí se mantinham sossegadas, como obedecendo a uma senha, prorrompem em ruidosos aplausos.

Em meio ao barulho infernal, o orador põe então rapidamente a mão ao bolso. Cuidaram os adversários, conhecendo-lhe os impetos, que o seu propósito era tirar uma faca para agredí-los. Muitos fugiram atemorizados. Gonçalves Martins, porem, vai-lhe ao encontro e é repelido por empurrão. Pontes Visgueiro domina-o afinal, com um forte abraço pelas costas. Só depois de acalmado o furioso é que os fatos se esclarecem: tratava-se de um simples lenço branco com que Navarro desejava corresponder às saudações das galerias (56).

⁽⁵⁵ A) Não fora a timidez e os escrúpulos de Limpo de Abreu e a Maioridade se teria declarado, nesse dia, depõe ainda Abreu Lima, Sinopsis, pág. 378.

⁽⁵⁶⁾ O incidente vem narrado nos Anais com a detalhada precisão; O Despertador tambem o regista fielmente e, entre outros, Fletcher & Kidder—em Brazil and the Brazilians (8.ª ed., pág. 218) o repete. Tambem a Sentinela da Monarquia, de 21-7-840— Carlos Pontes com a costumada agudeza—no artigo O Punhal de Navarro no Correio da Manhã de 6-8-1940, aceita a hipótese de ter havido realmente o punhal, denunciado por Honorio, mas encoberto generosamente pela versão do "lenço" de Pontes Visgueiro, para exculpar o colega já semi-demente... Sobre Navarro de Abreu ver ainda o artigo de Virgilio Corrêa Filho, no Jornal do Comércio, de 8-1-1939 e memória do mesmo autor apresentada ao 3.º Congresso de História— (2.º Vo-Jume. Rio 1941).

Nesse dia nem o requerimento de Innocencio Rocha Galvão (57), nem o projeto de Martim Francisco, que pugnava pela Maioridade imediata, logram ser admitidos. Eleita a comissão, sugerida por Limpo de Abreu, foram escolhidos: Francisco Ramiro, Gonçalves Martins e Nunes Machado, deputados governistas — com diferença apenas de 5 votos dos "maioristas": Aureliano e Limpo de Abreu — com 44 votos e Antonio Carlos com 42. Vitória, pois, da Regência.

* * *

Ao dia seguinte, não surgindo, como se aguardava, o parecer salvador, e era mesmo de crer houvesse combinação para não surgir. antes fosse sendo protelado, — pois apenas nele se aconselharia afinal à última hora, entendimentos com outra comissão do Senado, - Antonio Carlos se irrita e apresenta novo projeto para que o imperador fosse declarado maior "desde já". Essa irritação acaba contaminando a Câmara, já bastante enervada, inclusive ao próprio Honorio — e decide-se aí, a pedido de Theophilo Ottoni, discutir e deliberar sobre o projeto Antonio Carlos, sem aguardar o trabalho da comissão. A irritação do recinto coincidira com a algazarra das galerias e dos corredores próximos, para convencer os mais tímidos... Vitória, pois, indisfarçavel dos maioristas, que então iá se prenuncia. De um dia para outro transmudavam-se os acontecimentos, a caprichosa roda da fortuna política, girou rapidamente; os governistas que estavam no alto, dominadores, passariam no dia seguinte, a prevalecer o mesmo ânimo, a ser minoria na Câmara, ficando por baixo...

^(57.) Araripe, seguido de Rio Branco — Efemérides (2.ª ed., pág. 414) — equivoca-se aquí, referindo-se a Manoel Antonio Galvão, que apenas foi deputado só na Constituinte de 1823 e depois, em 1826, sempre pela Baía. Foi senador em 1844 pela Baía, tendo sido antes presidente de Alagoas (1829), E. Santo (1830), M. Gerais (1831), Rio G. do Sul (1831), reperindo neste, depois (1846); Ministro do Império em 1830 e da Justiça em 1844. Octavio Tarquinio já corrigiu esse engano.

Para comandar a nau desarvorada, quase na hora do naufrágio é que se vai buscar novo piloto. Alta madrugada Rodrigues Torres, ministro desde 23 de maio, bate à porta do paralítico Bernardo de Vasconcellos, na sua distante Chácara dos Macacos e lhe oferece, em nome do Regente, a pasta do Império, ainda exercida interinamente por Lopes Gama... (58). Escutava-se agora, tardiamente embora, a voz que não fora ouvida em segredo, nem a 20 de maio, nem um mês depois, publicamente, no Senado e que somente na véspera, descobrindo as baterias, esclarecia o seu pensamento total sobre a Maioridade: — "quer que, aproveitando-se o entusiasmo, organize-se antes o país, com o conselho de Estado permanente, e a reforma dos Códigos de Processo e Criminal".

Entregava-se talvez só por essa derradeira manifestação, — como tábua de salvação — a direção política dos acontecimentos a um homem entrevado, na sua cadeirinha de rodas... A energia inquebrantavel estava porem acima daquela miséria física; "não hesitei um só momento, à vista do perigo" (59). Guardado sigilo, transportando-se para a cidade, o ato fulminante do novo ministro é adiar a Câmara para 20 de novembro, em vista dos "sintomas de coação" alí reinantes, com o intuito ainda não declarado, de só então se preparar, com mais serenidade, a Maioridade, para 2 de dezembro.

* * *

Era um gesto de incalculavel coragem, um contra-golpe de força, o único que ainda salvaria a Regência, se tivesse sido mantido, com apoio na tropa. Estariam assim os maioristas inteiramente perdidos,

⁽⁵⁸⁾ A Sentinela da Monarquia, jornal que obedecia à orientação de Bernardo de Vasconcellos, na sua edição de última hora, a 21-7, sem dúvida retardada ou mesmo adiada, em pequena nota final, dá o furo nos colegas, noticiando a nomeação de Bernardo e o adiamento das Câmaras...

⁽⁵⁹⁾ Exposição - B. Vascoquellos a 28-7-40.

ne seu tambem projetado golpe de força. Os decretos de nomeação de Bernardo e do adiamento foram lidos — sem os esperar os deputados — perante a Câmara repleta, que já era então francamente manobrada por Antonio Carlos, Alvares Machado e Martim Francisco, e estimulavam a desordem, aculando as paixões. Limpo de Abreu, atemorizado, aconselhava acatamento. A impressão era enorme. quase deixando a todos siderados, no dizer de Marinho. Eis que chega do Senado, onde Paranaguá, teimoso e decidido, se recusara a tomar conhecimento dos decretos, evitando que fossem lidos (60), o senador José Bento, a trazer a novidade. Em meio à ata de adiamento já lavrada, reanimam-se os partidários e Antonio Carlos explode, entre nervosos vivas e objurgatórias ásperas: "Abandonemos esta Câmara prostituida!" E termina convidando os companheiros para irem juntar-se aos senadores: "Quem for brasileiro e patriota que me acompanhe!" — esquecido ele que, 6 anos antes, ainda quisera a restauração com o partido português, e como se não fossem tão bons brasileiros os que se opunham ao golpe de estado.

Os maioristas atravessam em grupo as ruas do trajeto, entre brados dos populares que os seguem e saudações festivas de lenços agitados às janelas. Já em torno ao Senado aglomerava-se parte do povo, que havia tomado partido, pela propaganda nos jornais e pelos debates na Câmara.

* * *

O austero Senado transforma-se tambem em reunião pública, em quase Convenção — congregados na mesma fraternidade deliberativa: senadores, deputados e aderentes, mas sobretudo apoia-

⁽⁶⁰⁾ Bernardo de Vasconcellos, na Exposição, assim o acusa, categoricamente. A ata (in Falas do Trono, pág. 328) diz "não ter havido casa" por falta de número dos senadores, entre os quais se incluem "sem causa" os 7 do "clube maiorista" que assinaram o projeto de 13-5. Ausência, pois, proposital...

dos todos por militares. Não esquecer que os tres senadores brigadeiros eram maioristas: Cavalcanti de Albuquerque, José Saturnino e Francisco de Lima e Silva, antigo Regente, o que dera motivos a uma carta explicativa de Honorio em maio ao filho, lutando contra os Balaios, no Maranhão, para que esclarecesse o pai contra as manobras de oposição (61). Ainda militares eram: Paranaguá,

Meu amigo e Snr. Tendo escrito a V. Excia. pelo último vapor falandolhe a respeito das eleições gerais dessa Província, agora devendo sair hoje outro vapor, julgo dever dizer que estou persuadido que faça a eleição com o partido do Senador Pedro da Costa Ferreira. Pelos jornais verá V. Excia. a tentativa que fez a oposição, afim de declarar maior S. M. I., no Senado conseguiu-se aterrar (?) a alguns Senadores propalando-se a falsa nota de q. o Imperador desejava ser declarado maior, eu estou porem seguramente informado que o Antonio Carlos, o Holanda e outros fazendo por vezes diversas tentativas para obter do Imperador uma resposta afirmativa, ele guardou sempre silencio sobre semelhante objeto; enfim, meu amigo, essa desgracada tentativa caiu e só ficou pendente a proposição que fiz na Câmara temporária para se fazer Lei autorizando a reforma do art. 121, afim de que a Legislativa futura possa declarar legalmente S.M.I. maior, antes dos 18 anos. Como se acendeu no povo o desejo de ver S. M. I. à testa do Governo, eu julguei dever abrir esse meio legal, para que isso se consiga afim de não ficarmos no caso de ver violada a Constituição pelo Corpo Legislativo e enfim para obviar pretextos para mais uma rusga no sentido de declarar o Imperador maior. Tenho o desprazer, meu amigo, de lhe dizer que seu pai foi iludido pela gente da oposição, porque votou no Senado pela maioridade por via de Lei ordinária; mas como me parece evidente que essa tentativa é igual a de 30 de julho e como vários dos autores do dito 30 de julho agora foram por tal maioridade ilegal, por isso estou persuadido que V. Excia. não aprovará de modo algum a conduta da oposição e procurará evitar dúvidas (?). Não só nesse. como em qualquer outro (?) que a oposição possa imaginar.

"Pela minha parte, meu amigo, bem que esteja persuadido, que nosso joven Monarca, e a Monarquia lucraria mais que a sua maioridade não fosse aprovada, contudo como me parece fatal o golpe que ficaria sendo possivel dar-se na Constituição se porventura não passasse a Lei que autorizasse a sua reforma, pretendendo esforçar-me para que a Lei passe este ano, por esse motivo tambem esforçar-me-ei por outra Lei mandando sustar as eleições

⁽⁶¹⁾ E. Vilhena de Moraes — O "42" — na ed. do Jornal dedicada a Minas publica esse importante documento que esclarece o pensamento de Honorio, nessa fase, pelo que para aquí, data venia, o transladamos inteiramente:

[&]quot;Ilmo. Exmo. Sr. Luiz Alves de Lima.

como coronel de engenheiros, e Holanda Cavalcanti, embora reformado. Não esquecer ainda que o Conde de Lages, militar, deixara tambem naquela ocasião a pasta da guerra, para votar com os maioristas, no Senado. E a prova estava alí fora; o edifício já cercado e protegido pelos estudantes da Academia Militar, armados, com o seu comandante, coronel Antonio Burgo, à frente.

* * *

Ao meio-dia Bernardo de Vasconcellos manda saber se podia contar com as outras forças, para dissolver o ajuntamento ilícito: a resposta estranha do comandante Francisco de Paula Vasconcellos (61 A) foi: que estava de acordo com a reunião do Senado—depõe o ministro das 9 horas, na sua célebre Exposição publicada 7 dias após. Confirma Theophilo Ottoni—20 anos depois:

"de parte dos dois ilustres generais que então comandavam as armas e a guarda nacional se assegurou não haver

até novembro afim de que aprovem (?) às Câmaras a Lei da referida reforma, e se dê competente autoridade aos eleitores.

Na minha passada carta lhe recomendei o Beleza e Encarnação para candidatos; espero que V. Exa. me responda sobre este objeto, e desde já lhe digo que por muito obsequiado me darei se atender ao meu pedido.

Esta é feita na Câmara dos Deputados e a pressa, porque a Barca deve sair segunda, às 2 horas; portanto desculpe o desalinhavado dela, e disponha de quem é de V. Exa. cordial am^e. e att^e. cr^e. Honorio Hermeto Carneiro Leão. (?) de Maio de 1840".

A carta é para o futuro Caxias, então presidente do Maranhão, de de 7 de fevereiro de 1840.

Antonio Pedro da Costa Ferreira (Barão de Pindaré) era senador pelo Maranhão, desde 1834, falecido em 1860. A carta é depois de 20-5 — porque nessa data foi que o Senado deu o golpe no projeto maiorista. E' interessante verificar — tendo sido a maioria do governo na Câmara Alta apenas de 2 votos — como procura o futuro Paraná aliciar mais 2 (Lima e Silva e Costa Ferreira) que haviam votado com a oposição, para fortalecer aquela maioria.

(61 A) Havia sido nomeado comandante de armas da Corte em 5-12-838, de que foi exonerado em 21-3-842 — quando foi substituido por Caxias — Vide: Laurenio Lago — Brigadeiros e generais, pág. 45.

probabilidade, apesar de qualquer requisição do governo, de ser a tropa, ou a guarda nacional, empregada contra as reuniões populares" (62).

Convem não se perder o nome do que até aquí ainda estava quase escondido, mas tambem enredado na conspirata dos liberais: Tenente General Lazaro Gonçalves, Comandante da Guarda Nacional (63).

* * *

Assegurados assim, revolucionariamente, manu militari, mas suas deliberações, parte uma delegação para S. Cristovão a pedir ao menino-Imperador que assuma o governo: eram os "gros bonets" de situação a inaugurar-se breve — Vergueiro, Alencar, Martim Francisco, Montezuma, os dois Cavalcanti, chefiados por Antonio Carlos (64).

Como batedor, seguirá na frente o médico Soares de Meirelles (65) a levar e a desenvolver a habil intriga: boatos da prisão do tutor e de segregação de D. Pedro na Fazenda de Santa Cruz — para estimular a reação do Paço contra o governo da Regência...

⁽⁶²⁾ Circular pág. 140 - O. Tarquinio, op. cit., pág. 95.

⁽⁶³⁾ O. Tarquinio, op. cit., pág. 111. Solicitara reforma do serviço militar, que lhe foi concedida no posto de tenente-general, a 21-XI-832. Depois de reformado, foi nomeado comandante superior da guarda-nacional, cargo que exerceu até 1848. Vide: Laurenio Lago — Brigadeiros e generais, pág. 106.

⁽⁶⁴⁾ Enquanto isso, da sacada do edifício do Senado, o cônego José Bento, sobraçando um busto de D. Pedro II, fala aconselhando ao povo, concitando-o à resistência. Nessa postura ainda o evocava Salles Torres Homem no *Libelo do Povo*, 3.º ed., págs. 81-82. Igualmente referem-se ao episódio: J. M. de Macedo — *Ano Biográfico*, vol. II, pág. 335 e *Sisson*, vol. II, pág. 102.

⁽⁶⁵⁾ Macedo — Ano biográfico, vol. III, pág. 367. Pedro Calmon, Rev Filósofo, pág. 63, assinala, só ele, como sendo emissário o Dr. Thomaz Gomes. Theophilo Ottoni — Circular, pág. 145, refere-se vagamente a "uma das maiores glórias da medicina no Brasil". E' de crer fosse mesmo Meirelles que cra íntimo do Paço, como médico; e, político liberal, foi depois de 1842 até exilado.

A mensagem escrita, que tinha a assinatura de 57 legisladores, entregue pela deputação, — ajoelhada e beijando a mão do Imperador, (66) — é para S. M. I. assumir desde logo "o exercício das suas altas atribuições, para salvar-nos (sic) e ao trono". Esse verbo estava aí tão pessoal e diretamente empregado, com a maior propriedade, a denunciar o temor e o receio, sobretudo dos pedintes, antes mesmo dos interesses da realeza...

Claro está que o jovem imperante assentiria, à vista das anteriores manifestações indiretas da sua conivência... Preferiu, porem, antes compor as coisas, dividindo as responsabilidades: faz-se a simulação atrás dos reposteiros. na consulta ao tutor Itanhaem (67) e ao preceptor Frei Pedro de Santa Mariana. Ambos isentos e que se mostraram depois sempre desínteressados, concordam.

Eis que chegam pressurosos — o Regente, quase "rei constitucional", a beijar novamente a mão da criança imperial, como fazia publicamente desde a festa da Cruz — e o Ministro Rodrigues Torres, (68), para orientarem o Imperador-menino em face das iniciativas que já faziam o governo periclitante. O terreno estava porem suficientemente minado: atrás das cortinas os aliados de Aureliano, con-

⁽⁶⁶⁾ Sentinela da Monarquia, de 27/7/840.

⁽⁶⁷⁾ Ha outra versão de Pereira da Silva — Memórias, vol. I, pág. 13, que foi o preceptor literário Araujo Vianna, e não Itanhaem, quem dera o último conselho, reforçado por ter sido contrário em maio, mas agora julgando necessária a Maioridade, em face dos acontecimentos que se precipitavam. Tambem sobre o tutor depõe Lery Santos — in Panteon Fluminense, pág. 633:

[&]quot;Quando em 1840 debatia-se com ardor a maioridade nas Câmaras, e que o espírito político está imensamente agitado, o Marquês de Itanhaem manteve a esse propósito a mais completa neutralidade, nem o seu nome foi trazido à discussão, sendo de todos respeitado e merecendo a confiança de todos os partidos. Conta-se que o próprio Regente do Império, que era Pedro de Araujo Lima, mais tarde Marquês de Olinda, indo ao paço procurá-lo para tratar desse assunto, não poude obter outra resposta a não ser o eferecimento de conduzí-lo à presença do jovem monarca. Declarada a maioridade o Marquês de Itanhaem recolheu-se à sua casa, entregando-se somente aos seus negócios particulares".

trapunham-se, na sua ação rápida, a Bernardo de Vasconcellos, inimigo dele desde 1835. Ódio velho não cansa...

Perguntado se desejava assumir o governo a 2 de dezembro ou desde logo, respondeu Pedro II: — "Quero já". Da nova convocação da Assembléia para domingo, a pedido instante da delegação, receosa de outras demoras, muda-se para o dia seguinte, ainda por determinação imperativa e já imperial ao vassalo, quase vice-rei: — "Convoque para amanhã" (69).

Esses episódios foram de volta resumidos aos que se reuníam no Senado. Alí desconfiava-se da ação do novo ministro do Império e da sua enorme coragem e capacidade ainda maior para resistir aos acontecimentos. O medo decorrente faz com que outra delegação parta em busca dos decretos de convocação. De fato: em casa do Regente, já cogitara ele de renunciar ao cargo — passando o governo a Vasconcellos. Mas o receio do derramamento de sangue, lembrado pelos familiares, fizera o calmo Araujo Lima desistir dessa tremenda responsabilidade (70) — que não atemorizava entretanto o paralítico: "a minha mão não treme", diria ele em outra vez. Vencido aí, após o referendum ao novo decreto — retirou-se Bernardo de Vasconcellos para sua casa, com apenas 9 horas de ministério — "as 9 horas de agonia da menoridade" — dirá Theophilo Ottoni, "as mais honrosas da minha vida", sublinharia Vasconcellos. Retira-se para ouvir

⁽⁶⁸⁾ Rio Branco — Efemérides (2.ª ed., pág. 416) diz que o "Regente e os ministros estavam com o imperador quando a deputação chegou". Ninguem mais descreve assim a cena.

^{(69) &}quot;Quando S. M. se dignou dar o dia 23 para a sua aclamação, dizendo o regente que tudo se faria segundo o aprazimento de S. M., um dos deputados clamou: — Agora permita V. M. que dê um abraço no Regente: quanto aos ministros, esses não, são traidores; hei de perseguí-los com todas as minhas forças" — in Sentinela de 24-7-840. O deputado era Antonio Carlos — pela alusão ao fato e resposta que lhe dá Bernardo, na Exposição de 28-7. que ele replica como ministro do Império, na sessão da Câmara de 29-7 — in Correio Oficial de 31-7-840.

⁽⁷⁰⁾ Araripe, pág. 195 — João Baptista de Moraes, op. cit., pág. 97.

pouco depois de dentro da sua casa, na cidade, as janelas apedrejadas pela turbamulta, que não passou a outros excessos pela brava e generosa atitude de Theophilo Ottoni! (71).

Com os documentos em mão, para a solenidade de 23 de julho — ainda havia no Senado outros medrosos que, apesar de apoiados na tropa estacionante no Campo da Honra (o campo de Sant'Anna, que tambem se chamara desde antes Campo da Aclamação), tinham receios da atividade de um entrevado — que podia andar (palavras de José Bento) "maquinando contra a vida de quantos ali estavam reunidos e veria correr o sangue dos brasileiros com ar alegre e risonho como costuma" (72).

Propõe-se, na "assembléia popular", reunida no edifício, que se passe a noite em claro, com medo do "bicho-papão" — que já nem era mais ministro... Lavrada a ata dos acontecimentos do dia, que 50 legisladores assinam, remetidos os decretos à publicação, retiraram-se os mais velhos para os seus lençóis domésticos; os mais moços e dispostos alí permanecem, em vigília cívica, cochilando pelas bancadas ou distraindo o sono no comentário ao relento, no Campo fronteiro, entre estudantes, militares, guarda nacional e populares — aglomerado heterogêneo que variou de 800, 3.000 ou 8.000 pessoas, segundo a tendência dos cronistas.

O Imperador-menino dormia mais sossegado e feliz, prelibando o dia seguinte, no seu Palácio da Quinta — depois de ouvida a solidariedade retardatária da marinha, pela boca de João Taylor, chefe de esquadra, que lhe assegurou a tranquilidade da Capital, adormecida tambem, esta, na prodigalidade das luzes festivas, a celebrar o episódio.

⁽⁷¹⁾ Vide: Dicionário biográfico (de Dias da Silva), pág. 187 — Daniel de Carvalho, op. cit., pág. 33.

⁽⁷²⁾ Anais de 1840, tomo 2.º, pág. 88, apud. O. Tarquino — Bernardo de Vasconcellos, pág. 277.

A guarda colocada em torno do Palácio e nos jardins da Quinta era em parte dispensada ou diretamente vigiada pela dedicação pessoal do Marechal Callado, que no dia seguinte ainda acompanharia, ao pé do carro, o menino para a cerimônia da proclamação (73).

水水水

À assembléia geral legislativa extraordinariamente convocada em 23 de julho de 1840 compareceram, pela manhã, 23 senadores entre 50 e 84 deputados entre 101 — a dar pela primeira vez cor legal, espécie de "bill de indenidade" pela força do número, com a sua maioria incontrastavel, aos episódios tumultuários da véspera.

O presidente Paranaguá declara, entre vivas, o Imperador politicamente maior. Nomeiam-se comissões, onde todos, na hora do triunfo, querem naturalmente entrar: a primeira — menor (tres membros) para redigir um manifesto à nação; a segunda com 72 componentes, afim de solicitar do Imperador dia e hora para o juramento do art. 103 da Constituição (o dia já estava marcado de véspera). Suspensa a reunião para almoço, — foi reaberta à 1 hora da tarde. Designam-se novas comissões: a terceira com 42 membros — para receber S. M. I. quando chegasse ao edifício do Senado; e ainda uma quarta parte para receber as princesas.

As 2 horas e 1/4 volta a comissão de convite e declara que o futuro Monarca viria às 3 horas. Com atraso de ½ hora chega afinal o Imperador; com o cerimonial de estilo é recebido à porta e — ouvindo antes um orador das efusões populares — é introduzido no recinto e conduzido ao trono. Com os protocolos necessários, galerias apinhadas, corpo diplomático nas tribunas, é feito o juramento

⁽⁷³⁾ Vide: na brilhante conferência de Affonso Arinos de Mello Franco (sobrinho) A maioridade ou a aurora do 2.º reinado — publicada no Jornal do Comércio de 18-8-1940 — trecho da correspondência íntima da mulher de Callado; confirmada por Sisson — Galeria dos Brasileiros Ilustres, vol. 2.º, pág. 12; e J. M. de Macedo — Ano biográfico, vol. I, pág. 75.

de joelhos (73 A), mão sobre os Evangelhos — no qual está incluida a cláusula — "de observar e fazer observar a Constituição". Primeira mentira política do reinado que se inaugura — sublinham Araripe e O. Tarquinio, — porque começava pela não observância do art. 121. Depois do juramento, há ainda novos vivas de Paranaguá à Maioridade, já correspondidos calorosamente por muitos que a ela se opuseram desde maio, inclusive o ministro Lopes Gama. Discretamente ausentes estão apenas o Regente, os demais componentes do Ministério demissionário, e dignamente, quase só, Honorio Hermeto — o futuro e voluntarioso Marquês do Paraná — vassalo quase igual ao rei, a demonstrar-se vencido, mas não convencido, a antecipar o que o monarca diria dele depois de morto, defendendo-lhe a memória: "Paraná não se curvava!" (74).

"Por um ato de vontade — comenta, com malícia, Pedro Calmon (75) — o Cesar minúsculo galgara de um salto o trono vazio. Um Imperador de procissão do Santíssimo: 14 anos!".

Ia ele erradamente começar um longo, muitas vezes util e proveitoso reinado! O encachoeirado da Regência a desaguar no largo "remanso do Império" a que alude Euclydes da Cunha (76).

⁽⁷³ A) Abreu Lima - Sinopsis, pág. 379.

⁽⁷⁴⁾ Dentre os 17 senadores que não compareceram, podemos assinalar: Marquês de Barbacena, Visconde de S. Leopoldo, D. Numo de Lossio, Visconde Rio Vermelho, Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre, Diogo A. Feijó, Araujo Lima (Olinda), Mayrink da Silva Ferrão, Britto Guerra, Paula e Souza, João Evangelista e Bernardo de Vasconcellos (15). Havia a vaga de Nabuco de Araujo (Itapoan), falecido em 20-4-841; e Calmon (o futuro Marquês de Abrantes), embora eleito, só seria reconhecido e tomaria posse depois da Maioridade. Dentre os 17 deputados ausentes, conseguimos registar os seguintes: o Arcebispo D. Romualdo, que nesse ano não compareceu, Cajueiro, Souza Martins, Francisco do Rego Barros, D. José de Assis Mascarenhas, Barão de Pirapama, Bernardo Belisario de Souza, João Mauricio Cavalcanti da Rocha Wanderley, Rodrigo da Silva Pontes, Ferreira de Gouveia Bastos de Olivera, Carlos Carneiro de Campos, Joaquim José Pacheco, Paulino de Souza, Rodrigues Torres e Honorio Hermeto (16).

⁽⁷⁵⁾ Rei filósofo, pág. 64.

⁽⁷⁶⁾ Da Independência à República, in A Margem do História, pág. 264.

III - CONSEQUÊNCIAS

Com a nomeação do ministério de 24 de julho de 1840, já haveria motivo para os liberais "cobrirem a cabeça mesmo no dia do triunfo" — dirá 20 anos depois, ainda ou sempre decepcionado, Theophilo Ottoni (77) porque nele se incluira Aureliano Coutinho, com o que não contavam, "elemento dissolvente" que lhes provocaria a queda oito meses depois, passando a organizar o segundo, de 23-3-841, então francamente conservador.

A justificar Aureliano aquí ocorre, com inteira propriedade, o pensamento de Joaquim Nabuco: "A fatalidade das revoluções é que, sem os exaltados, não é possivel fazê-las e com eles é impossivel governar" (78).

Por isso é que não encontro justificativa para a defesa que, mais adiante, o mesmo Nabuco, falando da Regência, no seu belo estilo, faz da Maioridade antecipada: "a monarquia estava em distância de exercer a sua ação tranquilizadora. Respirava-se no meio das ondas agitadas o eflúvio da terra vizinha" (79).

Nada menos certo do que esta linda imagem — fascinadora como certas mulheres formosas, mas erradas...

Nabuco, monarquista ainda não aproveitado, e com explicaveis ressentimentos, escrevia assim, de ricochete, quase em plena revolta, nos começos da República, para justificar o Império a posteriori. Os escritores políticos de talento teem às vezes essas "trouvailles" felizes como que fingindo que vão analisando o passado estão realmente condenando os dias presentes...

De fato: nem a Regência foi a fonte permanente de agitação revolucionária, quase demagógica, em contraposição à monarquia sedativa — como alguns cronistas apressados a teem descrito — pela

⁽⁷⁷⁾ Circular, 2.a ed., pág. 148.

⁽⁷⁸⁾ J. Nabuco - Estadistas do Império, vol. I. pág. 28.

⁽⁷⁹⁾ J. Nabuco, op. cit., pág. 41.

simples ação de presença, miraculosamente catalisadora do Monarca — nem esta foi de começo esse tão esperado "seio de Abrahão" (80).

Os que estudam a nossa história política sabem que a evolução da Regência se processou por uma curva nitidamente marcada: até 1835 — pelas tendências liberais, quase republicanas, em que o Ato Adicional funcionou como primeiro freio — transigência dos "moderados" com os "exaltados" — para não se chegar aos extremos; a partir da Regência Una, pela unificação do governo, a linha do seu rumo se foi acentuando para o lado conservador, que já era maioria na Câmara de 1838, apoiando o "regresso" de Bernardo de Vasconcellos, firmando-se no governo de Araujo Lima — para afinal caracterizar-se marcadamente monarquista-constitucional pela lei de interpretação do Ato Adicional (12 de maio de 1840) e por novas iniciativas de Bernardo de Vasconcellos, tendentes à consolidação das instituições imperiais (projeto de reforma do Código de Processo Penal, etc.).

Contra esta última direção "reacionária", ou melhor "regressista", é que se insurgiram os liberais maioristas, mas, ao envés de serem lógicos e marcharem então resolutamente para a República — talvez sentindo as suas dificuldades temporãs, transacionaram com o regime, preferindo tomar o governo pelo golpe de estado, com a cumplicidade do Imperador-menino e da tropa — supondo que realizavam com a monarquia liberal o pensamento arrojado de Theophilo Ottoni: implantação da coroa imperial, cercada de instituições republicanas. Tanto assim, que não quiseram aludir no seu ministério à criação do Conselho de Estado como foi aí, renovadamente proposto por Marinho — para não haver interferências outras entre o imperador e os seus ministros. Contra esse perigo, de ver a criança imperial como joguete

⁽⁸⁰⁾ Haja vista a revolução liberal de 1842 — que num movimento ondulatório repercute na de 1848 e ainda a dos Farrapos, cujo decênio de duração, metade cabe à Regência, mas a outra metade ao 2.º Reinado. Haveria ainda a acrescentar que se depois de 1848 não houve outras comoções intestinas, foi pela derivante das guerras externas (1850 e 1864-70) em que se distraiu o ânimo pouco belicoso dos brasileiros...

direto na mão dos partidos, depois de feita a Maioridade, é que exerce relevante papel político, ainda não suficientemente estudado, a influência dominadora no Paço, de Aureliano Coutinho que, entrando na conspiração, teve depois toda a coragem para fazer, nas posições do governo, contramarchar os acontecimentos. A orientação palaciana, da "facção áulica" transcendeu assim aos meros intuitos da intrigalha de bastidores, — como já acentuou o Sr. Feijó Bittencourt (80 A) — servindo ao trono infante, verdadeira escola política, para a prática do "poder moderador", por ela discretamente exercido, enquanto o jovem imperador, não assumiu realmente as rédeas do Estado — o que só fez, em verdade, depois de 1848.

Mas Aureliano nunca esteve só, nesse trabalho hercúleo de sustentar a Monarquia — nos primeiros anos do segundo Reinado: ajudaram-no, com a sua cooperação convicta e desinteressada, não só o seu grande inimigo Bernardo de Vasconcellos — como ainda Honorio Hermeto — tanto a causa era mais alta e excedia às mesquinharias das competições e dos ódios... Tambem ambos foram dos primeiros membros do Conselho de Estado, nomeados em 1842.

Por isso é que me permito julgar, à distância, a "Maioridade antecipada" — não pelo mero ato da violação constitucional, que poderá ser compreendido e justificado, segundo as circunstâncias — mas pelas suas consequências imediatas, como golpe errado, gesto apenas de ambição partidária, mal político — como igualmente pensam Alencar Araripe, Aurelino Leal, Calogeras e Octavio Tarquinio.

Os grandes acontecimentos históricos, bem o sei, teem sempre duas faces — a primeira é a do deslumbramento da vitória, em que as tonalidades dos panegiristas, confundidos na horda dos benefí-

⁽⁸⁰ A) Numa interessante conferência em Petrópolis, em 30-6-1940, sobre o Visconde de Sepetiba.

ciários e dos aderentes, são festivas; ao depois surge o reverso, e a crítica isenta é implacavel; na sua reação de verdade, contra as mentiras acumuladas, dá-lhe coloração autêntica. Se Araujo Lima tivesse temperamento mais enérgico a 22 de julho de 1840, falando franco com o Imperador-menino, como assinala o Sr. Heitor Lira (81), se a política de Euzebio de Queiroz tivesse antes andado mais alerta, para descobrir a teia da conspiração (82), ou se a Bernardo de Vasconcellos não lhe tem faltado na hora crítica o apoio da tropa, — o desamparo lamentavel do governo legal pelo Exército (83) — para assumir a Regência, como lhe fora propusto naquele dia — a Maioridade, é de crer, só se teria realizado, sem dúvida, com mais utilidade para o país, na época constitucional.

Por esse modo "contrariando El-Rei para melhor servi-lo" — se me fossem permitidas liberdades de puras divagações, com sabor acentuado de uchronia — diria que o homem decidido a mandar no país, por mais de tres anos, sobre a cadeirinha de rodas (83 A), — apesar dos enormes defeitos humanos, agravados pela mordacidade contundente, mas amplamente compensada pela inteligência solar e por qualidades eminentemente virís — teria feito logo, antes

⁽⁸¹⁾ História de P. Pedro II, vol. I, pág. 132 — "Tem-se a convicção de que o Regente podia ter evitado o golpe de força dos liberais, se tivesse agido com mais firmeza, sobretudo junto ao próprio Imperador".

⁽⁸²⁾ Theophilo Ottoni, na Circular alude a um episódio singular — o do emissário que Euzebio quís por no meio dos conspiradores, para levar recados... Tentativa de espionagem que não deu resultados porque desconfiaram.

⁽⁸³⁾ J. C. de Macedo Soares, na sua conferência sobre: Deodoro, Ruy e a Proclamação da Rebública — instifica brilhantemente o desamparo do governo legal por parte do Exército, em três episódios de relevância histórica — a 7 de abril (1831). a 15 de novembro (1889) e a 3 de outubro (1930). Esquece ou não enumera propositadamente o 23 de julho (1840). Será que, conosco, não encontraria neste último razões sificientes para a deserção?

⁽⁸³ A) "O plano talvez fosse repetir com Bernardo o que Feijó fizera com Araujo Lima. Verdadeiramente, durante nove horas, Bernardo de Vasconcellos foi o Regente do Brasil" — assinala Câmara Casado, in O Marquês de Olinda, pág. 189.

da subida ao trono de D. Pedro II, como já era então o seu programa declarado — as leis asseguradoras da Monarquia: a do Conselho do Estado (Lei n. 234, de 23 de novembro de 1841) e as reformas salvadoras do Código de Processo Criminal (Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841) e respectivos regulamentos, que, afinal, só foram realizadas no 2.º ministério, de 23 de março de 1841 — com Araujo Vianna, Paulino, Calmon, Aureliano, Paranaguá e José Clemente. Nesses seguros alicerces, a Monarquia mais solidamente se levantaria. Ter-se-iam erguido em melhor base na época própriz, pelo impulso enérgico de Bernardo de Vasconcellos que, mesmo assim, nessas leis colaborou, auxiliando depois, com Honorio Hermeto (Paraná), a Paulino de Souza (Uruguai). E, sem dúvida, bem ainda mais incalculavel, ter-se-ia evitado a revolução de 1842, consequência lógica do ludibrio dos liberais desde 1840.

Com a antecipação da Maioridade — houve pois o retardamento, pelo menos de um ano, para aquelas medidas consolidadoras e a sobrecarga dissociante da guerra civil — em que ficou, logo após, mais uma vez, dividido o país, — do que só aí nos salvamos pela espada, que seria três vezes providencial, de Caxias: antes nos Balaios, agora em São Paulo e em Minas e depois no Sul.

Maioridade prematura e portanto prejudicial, que não serviu sequer ao seu exclusivo beneficiário, antes o comprometeu (84), nem deu os frutos proclamados pelos seus propugnadores.

⁽⁸⁴⁾ Tavares de Lyra — A Presidência e os Presidentes do Conselho n. 9, comenta com o habitual acerto: "D. Pedro II tinha 15 anos incompletos quando foi investido de suas funções majestáticas; e nessa idade não estava nem podia estar em condições de governar. Daí o tributo que pagou à sua inexperiência".

Tambem Suetonio (Antonio Ferreira Vianna Filho) — no Antigo Regime, pág. 42, critica com azedume: "A subida de D. Pedro II ao Trono foi um ataque violento à Constituição que ele horas depois jurou manter e defender; foi um golpe de Estado levado a efeito pelo partido liberal em minoria na nação tendo à frente demagogos que a nada olharam para satisfazer as suas ambições e ódios pessoais".

A um século de distância desses acontecimentos, que forçaram as portas do segundo Reinado, abrindo-se os salões antes da casa arrumada para a festa, tais são, na sinceridade de estudos desinteressados, as conclusões um pouco afoitas, talvez com eivas pessoais — que pude extrair da lição dos mestres da nossa história política, para o debate dos competentes ou a contradita dos mais doutos. Creio ser essa a forma util e leal de celebrarmos o passado, sendo sinceros com ele. Tiramos daí a lição de experiência, de conselho ou advertência crítica que sirva aos nossos dias, quando, pela presença ainda dos comparsas, falta de insuspeição em face das paixões e outras inibições notórias, — que impossibilitam o recuo para a melhor perspectiva — nem sempre queremos ser sinceros, nem podemos ser justos com o presente.

IV - REFLEXÕES FINAIS

Os documentos contemporâneos assinalam quase todos — de um lado e do outro — com visos da verdade mais estrita, a participação incontestavel que o Imperador teve nos sucessos da Maioridade, embora com reserva, alguns, sobre as frases que então lhe foram atribuidas.

O primeiro é o relato do próprio Antonio Carlos, inserido na ata do Senado, em 22 de julho de 1840 — quando voltava do Palácio de São Cristovão. Não diverge dele a "exposição" que Bernardo de Vasconcellos publicou, em defesa da sua atitude dias depois, a 28 de junho de 1840, tambem descrevendo os mesmos acontecimentos.

Um pouco mais vago e impreciso é o trecho do discurso que em 3 de junho de 1841, Rodrigues Torres (Itaboraí) proferiu na Câmara, narrando a sua interferência nesse episódio histórico (85).

⁽⁸⁵⁾ Baptista de Moraes — Revolução de 1842, pág. 82. Aliás, com esse depoimento, está mais ou menos de acordo a biografia de D. Pedro II, publicada no Futuro, de 1867, periódico literário, dirigido por Faustino Xavier de Novaes — e que, quanto às frases atribuidas ao Imperador, por ele sempre Vol. 175 — 5203-940

Não padece assim mais dúvida que, apesar do habil reclame dos seus estudos e da sua aplicação nas leituras seguidas, talvez exageradas como recurso político, tendentes a um fim predeterminado — e apesar da precocidade da inteligência do menino imperial — que o principe Adalberto da Prússia, seu hóspede em 1842, louva sem reservas — só por eía, não se animaria ninguem, de juizo perfeito, a lhe entregar diretamente os encargos do governo... Nem era isso o que queriam, por certo, os liberais: — apenas terem o poder nas mãos, sob a capa da responsabilidade do Imperador-menino... A intervenção de Aureliano, avocando a direção efetiva dos negócios públicos, com apoio no Paço — fez-lhes, porem, o tiro sair pela culatra...

* * *

Adiantado mesmo para a idade, D. Pedro II tinha então o temperamento natural dos seus 14 anos, quase infantil, como sobejamente o comprovam fatos que a história registou.

O primeiro — é a cena ridícula do soco que dera às costas da irmã, já em agosto de 1840, que ficou chorosa e com quem o imperador, logo após instado pela condessa de Belmonte, a sua aia, sua verdadeira mãe adotiva, "não quiz desculpar-se, nem fazer pazes" (86).

contestadas, foram substituidas por dois monosilabos tímidos: — na primeira. em vez do Quero já, apenas: Já e, na segunda, em vez do: Convoque para emanhã, tambem apenas: — Sim.

⁽⁸⁶⁾ Vide: Americo Jacobina Lacombe — artigo sobre Paulo Barboza — in O Jornal, edição especial dedicada a Minas Gerais, onde se transcreve o documento do próprio punho do Imperador, narrando o episódio. Reproduzido em O. Tarquino, op. cit., pág. 150 e abaixo transcrito:

[&]quot;27 de Agosto de 1840. D. Pedro II. Acordei-me às seis horas e ½. Às 7 e quase meia chegou o deputado Navarro e me requereu uma audiência particular na qual me pediu que o nomeasse meu oficial de Gabinete. Às 8 horas almocei. Depois do almoço à casa das lições para ver as Manas. Aconteceu que estando a Mana sem prestar atenção, eu lhe advertisse e ela me apresentasse as costas, eu lhe desse um soco sem ser de propósito e ela se banhou em

O segundo — assinalou-o o Sr. Max Fleiuss (87) — é, ainda depois da Maioridade, o divertimento imperial, de jogar entrudo, fora do Carnaval, molhando as princesas, a que se quis associar certa vez o Conde de Iguassú, seu futuro cunhado torto, mas ao que D. Antonia, filha da Condessa de Belmonte, se opôs: — Que o imperador o faça, ainda vá; mas tu, o Conde das Canecas, não o consinto de modo algum!"

Ainda no mês que antecedeu à Maioridade, certo senador fazia a propaganda contrária à medida porque o filho de um compadre era chamado todos os dias para a Quinta, afim de brincar correndo atrás de carneirinhos, passa-tempo a que se associava, e muito o divertia, a augusta criança (88).

Para contrabalançar o que acaso seja excessivamente comprometedor nessas demonstrações, não para um menino igual aos outros, mas para um monarca, que já assentou no trono, — por lealdade, é forçoso tambem assinalar — existe outro episódio, em sentido di-

lágrimas. Retirei-me, daí a pouco veio ter comigo Dona Mariana dizendo-me que a Mana estava em choros que cu devia fazer as pazes com ela, não quis. Acabado isto, vociferou Dona Intrigante contra os semanários, chamando ao Doutor farçola, e aos demais tolos. Intrigando-os, dizendo que me querem indispor contra as Manas. Que mentira !!!".

⁽⁸⁷⁾ Biografia de D. Pedro II — Contribuições, vol. I, pág. 97.

^{(88) (}Vide: O Aristarco — N. de 2-6-1840) — Marques dos Santos, autor paciente de uma curiosa contribuição sobre certos episódios externos da Maioridade. focalizados com originalidade na sua bela palestra, realizada em Petrópolis, a 24-7-1940, tambem descobriu outro documento expressivo, embora o comente de forma diferente. O Anônimo de 15-6-840 noticia a festa de Santo Antonio realizada, no Paço, por iniciativa de Paulo Barbosa. Regista que aí S. M. "passara a divertir-se com outros meninos, e a correr pelos corredores a jogar a cabra-cega" — o que era apontado pelos anti-maioristas como argumento contrário à sua elevação ao trono. Conclue a notícia com esta súplica ingênua ao tutor: — "tome as precisas cautelas afim de que ao menos o público fique na ignorância dessas desgraçadas ocorrências, se elas se repetirem no Paço" (sic) — porque, acrescenta O Anônimo, "quer de todo o coração a Monarquia e não quer desacreditada". Naturalmente, como o avestruz, a esconder a cabeça por baixo da aza, supondo-se assim bem defendido...

verso, a revelar tendência oposta. Refere Raffard: "Uma das primeiras medidas adotadas pelo imperador apenas declarado maior, foi deixar sobre a mesa de uma sala do Paço de São Cristovão um papel onde ele mesmo escrevera: "Fica expressamente proibido às pessoas da minha casa fazerem-me qualquer pedido" (89).

Nesses simples episódios estariam desenhados os traços característicos da fisionomia moral de D. Pedro II nessa época: mistura de natural infantilidade, com laivos de gravidade precoce — que depois se acentuaria logicamente, a esbater os demais — mas que não autoriza a considerá-lo, só por ela, como criatura apta a subir ao trono e governar livremente, por ciência infusa, um país extenso, já então com mais de 5 milhões de habitantes. Tinha pois, forçosamente, de começar por onde todos começam: comendo pela mão alheia...

* * *

Com o passar de uma década, essa vontade imperial que, em 1844, manifestara-se esporadicamente contra Paraná, tambem este por demais voluntarioso, iria ganhando forças para andar sozinha, sem as muletas amparadoras dos "áulicos". Tambem já aí Aureliano, propositadamente afastado, ou espontânea e prudentemente, retira-se da cena, encolhe-se na penumbra, como um grande ator — a que enfastiasse a repetição das mesmas peças...

Eis que começam então, com os sinais de que o monarca já tinha drientação própria — as críticas azedas à sua ação pessoal, que não tendo muita base para o presente, vão rebuscar os escaninhos do passado. Não lhe poupam os políticos e os panfletários o gesto inicial de calculada ambição, com que, diziam, inaugurara o 2.º Reinado. Compõe-se melhor o quadro: pinta-se o menino dissimulado a enganar a Araujo Vianna e a despistar Honorio, nas vésperas da Maioridade — encobrindo-lhes com habilidade os seus pensamentos

⁽⁸⁹⁾ Homens e cousas do Brasil, pág. 472.

e os seus entendimentos para, à revelia deles, mais rapidamente chegar ao trono...

Sucedem-se então os censores famosos, nesse tema predileto, com que Salles Torres Homem, no Libello do Povo (1849), ferreteia-lhe a suposta ingratidão com os liberais; e Theophilo Ottoni, na Circular aos mineiros (1860), passa a estigmatizar, com audácia e brilho, mas certamente despeitado, o irrefletido gesto imperial, em que ele entretanto também tinha seu quinhão de responsabilidade...

* * *

Essa increpação haveria forçosamente de atuar na índole do monarca amadurecido, de tão probos e honestos propósitos — como um recalque psicológico, que engrandeceria desmesuradamente a falta, à medida que o tempo lhe imprimiria ao temperamento pessoal aquele ar de gravidade exigente e meticulosa...

Por isso é talvez que, quando, neste Instituto, em 1863, o nosso consócio Sr. Felizardo Pinheiro de Campos, descreveu com tintas próprias a cena do *Quero já* — referem os contemporâneos, que foi contestado pelo imperador, presente à sessão (90).

Mais tarde, ao sair em 1867 o livro de Tito Franco — Biografia do Conselheiro Furtado — S. M. I. pela primeira vez irrita-se com a reiterada acusação — feita a ele, o contumaz censor dos homens do seu reinado, proscritos pelo famoso lapis fatídico — dando-se-lhe ainda, por agravante, o ter sido cúmplice assomado. Extravaza a sua contestação formal em notas à margem: "Eu não tive arrebatamento. Se não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, eu teria dito que não queria" (91).

⁽⁹⁰⁾ Vide: Moreira de Azevedo — Declaração in, Rev. do Inst. Hist., vol. XLII — 2.°, pág. 30; Vieira Fazenda — Antiqualhas, vol. 4.°, pág. 164, e Max Fleiuss — Contribuições, págs. 112 e seguintes.

⁽⁹¹⁾ Max Fleiuss — Notas do Imperador: Revista Inst. Hist., tomo LXXVII, parte I, pág. 259 e mais recentemente in Dom Pedro Segundo,

Essa preocupação crescente de apagar a pecha que, ao contrário do que sempre acontece, parece-lhe, com o passar dos dias, cada vez mais injuriosa, ainda se reflete nas outras notas que forneceu, a pedido do ministério, para que Mello Mattos compusesse, em 1870, a conhecida réplica: Páginas de história constitucional.

A nódoa não seria, porem, de todo extinta — nem pelo escrápulo excessivo de quem, negando-o com insistência na idade madura, procurava atenuar o erro da meninice. De quando em vez, ela lhe seria avivada, como uma velha ferida, a sangrar novamente. Um dia (1870) será José de Alencar, com boa memória do "Clube da Maioridade", e do que ainda ouvira do Pai, melancolicamente desiludido (91 A), — altivo e afoito ministro da Justiça, que lhe vem lembrar a falta inicial, quando se candidatava à senatoria:

- "— No seu caso não me apresentava agora; o senhor é muito moço..." aconselhava o Monarca. O romancista e político, que já ultrapassara os 40 anos exigidos pela Constituição, redarguira, indelicadamente:
- " Se prevalecesse esse motivo, V. M. devia ter devolvido o ato que o declarou maior aos quinze anos". E acrescentou, amaciando

pág. 97. A acusação de Tito Franco textual: — "A maioridade perante o direito foi um crime constitucional, do qual o Imperador participou, e ao qual a nação anuiu. No arrebatamento de suas boas intenções, não compreenderam seus autores toda a grandeza do perigo, em dar princípios a um reinado à custa de profunda ferida na arca santa da soberania, independência e liberdade nacional".

⁽⁹¹ A) E' curioso registar muito mais tarde, este depoimento do velho senador maiorista que, segundo Câmara Cascudo (Marquês de Olinda, pág. 192) fora lido perante o Imperador: "Se a monarquia não perigava sob o Regente existente, se não havia comoção real no país por ele motivada, o que convinha aos interesses da nação? Esperar os quatro anos que faltavam para a maioridade legal do Imperante, e não dar-lhe o pouco edificante exemplo de desrespeito a essa Constituição, segundo a qual devia ele governar. Menino ainda, recebia do povo um pacto violado: e por isso enfraquecido".

Como se vê, ele que fora magna pars, batendo a mão aos peitos, no mea culpa dos arrependidos !

a voz, como a corrigir-se: "Entretanto, ninguem até hoje deu mais lustre ao governo" (92).

No ânimo tímido e já austero do Monarca, que não podia reagir a desaforos, aquela frase ficara, na sua insolência, a doer por força do recalque psíquico, talvez peor do que uma agressão física...

E ei-lo, desde aí, a anotar livros, a emendar outras versões que se lhe afiguravam menos exatas, dando importância excessiva ao que lhe parecia uma enorme mácula, em face da sua conciência escrupulosa, mas que de fato não tinha esse tão grande relevo pecaminoso...

E' ainda sabido — que, depois de 1879 — quando saira a 1.ª edição, que o imperador tambem anotou do seu próprio punho (93),

Como quer que seja, apesar do mel que as vezes as Cartas de Erasmo (1866) instilam, nos lábios do Poder Moderador, ne ânimo imperial, ficaria a doer a inculpação atrevida: — quando Alencar morre (contou-me Mario de Alencar) ao ter o Imperador a notícia na estação, ao embarcar para Petrópolis, a única reflexão que lhe sai para o camarista é esta: Homem inteligente mas muito malcriado! (Oswaldo Orico — já a recolhera na Vida de José de Alencar, pág. 204, nota).

⁽⁹²⁾ Baptista Pereira -- em Figuras do Império, págs, 110-111 -- onde o diálogo é quase o mesmo que se encontra no Visconde de Taunay - Reminiscências, pág. 182. Este nos assinala dados preciosos para a compreensão do episódio: - havia 2 vagas no Ceará - as do Marquês de Abrantes e Candido B. de Oliveira, falecidos ambos em 1865. O Senado anulara em 17-5-69 as escolhas imperiais de Joaquim Saldanha Marinho e Conêgo Antonio Pinto de Mendonça: À 2.ª eleição, que é em 12-12-69, Alencar concorre, e vem votado em 1.º logar na lista sêxtuple. Parecendo-lhe encontrar oposição por parte do Imperador à sua escolha demite-se do ministério em 10-1-70, tendo ocorrido na véspera à tarde a cena acima descrita. Os escolhidos em 27-4-70, et pour cause são outros: Jeronymo Figueira de Mello e Domingos J. Nogueira Jaguaribe. A má vontade do Imperador com Alencar podia vir de longe, desde quando este criticou acerbamente o poema de Gonçalves Magalhães — Confederação dos Tamoios, que aquele mandara editar (1856). Travaram-se então polêmica pela imprensa - sem saber Alencar quem era o seu contendor, supondo talvez Porto-Alegre.

⁽⁹³⁾ Vide: Garcia Junior — "O famoso — Quero já — de D. Pedro II" in "Correio da Manhã", de 22-1-39. Igualmente: Octavio Tarquinio, op. cit., pág. 136, nota 94.

um pouco antes de publicar a 2.ª, da sua "Historia do Brasil de 1831 a 1840", s|d, Pereira da Silva escutara ainda do monarca:

"que não se deixara influir na sua resolução por funcionário do Paço, e nem por personagens políticos, que ouvira acerca do assunto, mas que somente o convencera de que assim devia proceder, e na manhã de 23 de julho, seu preceptor literário Candido José de Araujo Vianna" (94).

60

Adiante, quase ao abrir a última década do seu governo e da sua vida, em 1880, a cena novamente se repete, com mais serenidade, neste mesmo Instituto. E' Alencar Araripe a dizer-lhe em face, numa sala como esta (sessão de 30 de julho) a autenticidade dos episódios, à vista das atas do "Clube da Maioridade" (95), conservadas em família e que ele agora exibia.

E o Monarca, com absoluto domínio de si, a contestar, a explicar e a corrigir sempre (96) — num propósito sincero, no desejo intimo

⁽⁹⁴⁾ Memórias do meu tempo, vol. I, pág. 13. Evidentemente há aí um erro — porque a data (23-7) eliminaria todos os episódios da véspera. Se é entretanto na manhã de 22-7-40 prova então que o Imperador estava realmente, por antecipação ao par dos acontecimentos... que só teriam logar nesse dia. mas à tarde! Como já frisamos em outro ponto — não se deve dar, porem, muito crédito a todas as informações de Pereira da Silva.

⁽⁹⁵⁾ Alencar Araripe — Rev. do Instituto Histórico, vol. XLIV (ano de 1881, págs. 175 e 209).

⁽⁹⁶⁾ Ainda depois de 1885, quando saiu o livro: Dados e fatos relativos à história política e financeira do Brasil — que J. C. Rodrigues atribue erradamente a J. de Vasconcellos (ver: Biblioteca Brasiliense n. 2.465) e Tancredo Paiva (Dicionário de Pseudônimos, pág. 30, n. 178), com a segurança costumeira das suas investigações, a Pedro Correia de Araujo — as anotações são formais. Aludindo o autor à inconstitucionalidade da Maioridade em 1840 — o Imperador comenta à margem: — Se não fosse inexperiente e não tivesse de ceder aos conselhos dos que respeitava, não amuiria às solicitações". E ainda adiante — a respeito do Quero já, tambem afirma novamente: — "Não me exprimí assim e disse que preferia imediatamente é porque os que me aconselhavam — apenas tinha 14 anos e sempre retirado da sociedade política — disseram-me que assim era preciso para evitar a desordem" — in artigo: O bom monarca, de Miguel Mello, no "Jornal do Comércio" de 2-XII-1910 — transcrição em Max Fleiuss — Dom Pedro Segundo, pág. 182.

da mais completa reparação para o seu gesto, falando como para a posteridade, apelando depois, quase à hora da morte, para:

"a justiça de Deus, na voz da História".

* * *

Nessa glória póstuma, que é tambem coroa feita pela mão das outras gerações, com os espinhos do tempo e as rosas do futuro, coroa mais valiosa que as das realezas — livre das paixões e dos interesses imediatos — sem esconder-lhe o pecado venial, mais dos outros do que dele mesmo, dar-lhè-á a posteridade sem dúvida plena absolvição. O sentimento tradicional na generosidade brasileira esquece e como uma esponja, apaga por certo essa pequena mancha inicial. Na concha da justica reparadora essa falta guase nada pesa; contrabalançaram-na outros grandes benefícios que a nação deve ao imperador filósofo, no fluir desse calmo meio século de monótona vida de funcionário exemplar, muitas vezes esquecido de si, quase sempre devotado à serenidade de seus estudos inatuais, e a emoldurar-nos de um prestígio de sabedoria coroada, que servirá lá fora para engrandecer-nos, enfeitando de renome cultural a sua modesta pátria tropical, que aos poucos crescia, sob o seu olhar paterno, semi-cahocla e semi-cristã. (Palmas.)

Encerrou-se a sessão às 19 horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.





SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1.680), EM 7 DE AGOSTO DE 1940 — POSSE DO DR. OSWALDO ARANHA.

PRESIDÊNCIA DO SR. EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas, abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Francisco José de Oliveira Vianna, Alcindo Sodré, Claudio Ganns, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Francisco Radler de Aquino, Braz Hermenegildo do Amaral, João da Costa Ferreira, Augusto Tavares de Lyra, Bernardino José de Souza, Antonio Leoncio Percira Ferraz, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Augusto Tasso Fragoso, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Herbert Canabarro Reichardt, Oswaldo Aranha, Rodrigo Octavio Filho, Martinho Nobre de Mello, Elmano Cardim, José Mattoso Maia Forte, Alfredo Ferreira Lage. Ataulpho Napoles de Paiva, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Virgilio Correia Filho, Candido Marianno da Silva Rondon, Afranio de Mello Franco, Levi Carneiro, Frei Pedro Sinzig, Alfredo Nascimento Silva, Luiz Felippe Vieira Souto, Thiers Fleming, Edgard Roquette Pinto, Affonso de E. Taunay, Emilio Fernandes de Souza Docca e Ernesto de Souza Campos.

O SR. Presidente Macedo Soares, saudando ao sócio Sr. Oswaldo Aranha, deu-lhe a palavra.



•

DISCURSO DO SR. OSWALDO ARANHA

O Sr. Oswaldo Aranha proferiu o seguinte discurso, sendo muito aplaudido:

"Meus senhores — Esta solenidade tem uma grande significação em minha vida.

Ela dá ao meu incessante esforço individual em prol do nosso país o relevo da vossa generosidade e a mim mesmo a honra de receber a sagração com que este Instituto ilustra, eleva e enobrece os seus escolhidos.

Agradeço, pois, a inspiração generosa que me trouxe a esta casa e a acolhida que hoje me fez esta nobre familia de sábios brasileiros, presidida por um dos mais eminentes e devotados servidores do Brasil.

Ao investir-me nos honrosos deveres que me impôs a vossa generosa escolha, quero dizer-vos, em poucas palavras, como convem a atos desta natureza, que é na geografia e na história que devemos, os brasileiros, procurar, nesta hora, a lição, a energia e a clarividência necessárias aos homens e aos povos que querem sobreviver.

Os extremos determinam os meios. Este ensinamento mostra que, ao contrário do que vulgarmente se repete, o futuro não é o produto do passado e do presente, mas o presente é a resultante de seus extremos: o passado e o futuro.

Nada se faz sem a herança e sem a esperança, sem o peso do passado e sem o pensamento do futuro. E isso é verdadeiro para os homens como para os povos.

O equilíbrio desses fatores da evolução humana traz o progresso e o bem estar das nações.

Quando, porem, violando as regras desse equilíbrio, os homens invertem a sua ordem, violentando a coerência e a hierarquia da história, temos as guerras, a anarquia, a miséria.

A civilização, nesses momentos, é subvertida e entra, em meio de conflitos, em novos processos de elaboração e formulação dos destinos humanos.

Seja como for, porem, domine a ambição ou a força, as duas bases, as duas constantes, as duas ordenadoras da evolução serão a geografia e a história, porque, contemporâneas de todas as épocas, trazem em si mesmas a ação e a lição necessárias à retomada dos verdadeiros destinos humanos.

O processo civilizador é ritmado pelas relações entre a terra e a criatura, e o progresso de um povo é tanto maior quanto melhor sabe ele aproveitar o seu próprio território, tirando da terra, não só os elementos materiais para a sua subsistência, como os ensinamentos políticos para sua segurança e paz.

A realidade é sempre a resultante de uma interrogação do espirito e da matéria. Sem a oposição da matéria, o espírito não encontra em si forças para dominá-la e transcendê-la.

A geografia, com seus acidentes, com a multiplicidade de suas condições, representa justamente esse elemento de negação, de oposição, que determina o esforço do pensamento para ultrapassá-los e condiciona todo o progresso humano. Esta é a razão, pela qual os povos de geografia facil não foram os que mais contribuiram para a civilização humana, mas sim aqueles que encontraram na diversidade e na adversidade do seu território a razão de sua ascensão.

Esse elemento de negação, encontramo-lo na condição tropical de uma grande parte do território brasileiro, na complexidade de sua geologia, de sua flora e de sua fauna, na imensidade de suas fronteiras e na extensão de suas costas.

A terra brasileira tem, pois, uma história cheia de fecundos ensinamentos que, se atendidos, nos permitirão encontrar, nesta hora, inspiração para viver e, como disse, para sobreviver.

A negação, a crítica, a indiferença podem anular ou desprezar, por încompreensão ou desamor, a nossa terra e a nossa história.

Mas a verdade, meus senhores, é que, fora delas, da grandeza de uma e das lições da outra, não há salvação para o Brasil.

Aquilo que a nossa terra não nos der e a nossa história não nos ensinar, não devemos esperar dos céus e menos pedir a outras terras e outras histórias.

Chegamos ao período inicial da maturidade, aquele que já nos permite começar a construir com os próprios meios e recursos e pelo livre exercício da nossa vontade.

Outros povos, antes colaboradores pacíficos do nosso progresso, hoje se transformam em fontes de perturbação e ameaças.

Em nós mesmos, na lição de um passado digno e na ambição de um futuro melhor, devemos procurar e encontrar os elementos de proteção e construção atual.

O trabalho e o estudo, o labor da terra e o exame de nós mesmos, dar-nos-ão a conciência plena de nossos destinos, permitindonos, em meio da subversão de outras nações, criar, organizar, nacionalizar, enfim, abrasileirar o Brasil.

Essa obra não é nem pode ser unicamente governamental, por mais poderes que o Estado enfeixe ou venha a enfeixar em suas mãos. Ela deve brotar da devoção de cada um e de todos os brasileiros aos interesses supremos, nesta hora da defesa da terra, da religião e da civilização brasileiras.

A este Instituto, que é o mais respeitavel entre os grandes conselheiros da vida brasileira, já coube uma tarefa sem par em nossa vida, tarefa que o presente vai acrescer de problemas e responsabilidades.

Estudar, examinar, investigar e, ao fim de incansaveis esforços, concluir e aconselhar, é a vossa missão, nesta hora de tão ameaçadoras perspectivas para a nossa e para a sorte dos demais povos.

Estarei convosco, honrado com a vossa companhia e orgulhoso de poder colaborar nessa hora de reajustamento geográfico e histórico, sem o qual está o Brasil ameaçado, por indiferença e incompreensão, de ser arrastado à voragem que abisma, em outros continentes, nações e povos, que entregaram suas terras e perderam sua independência, por haverem desprezado as lições do passado, desconhecido as leis de sua segurança e renunciado às aspirações de um porvir melhor." (Palmas).



DISCURSO DO SR. PEDRO CALMON

O Sr. Pedro Calmon, orador oficial do Instituto, respondeu da seguinte forma:

Saudando o chanceler Oswaldo Aranha, novo sócio honorário, o orador oficial do Instituto, Sr. Pedro Calmon, fez o elogio, e assinalou os serviços prestados à instituição pelo Embaixador em Washington e pelo Ministro das Relações Exteriores, merecendo-S. Ex., com isto, a homenagem que lhe foi tributada. Enumera esses serviços, a começar pela representação do Instituto Históricono Congresso Panamericano de Geografia e História, e acentua or grande interesse do Sr. Oswaldo Aranha, pelo desenvolvimento e eficiência dos trabalhos relativos à história pátria nas secções culturais do Itamaratí, acessiveis aos homens de estudo, e sempre abertas aos investigadores animados de um ideal superior de verdade e de civismo. Refere-se, em seguida, à boa tradição do Itamaratí na defesa e no engrandecimento espiritual do Brasil. Lembra as razões históricas do americanismo que alí se cultiva, por um imperativo de "realidades brasileiras", que veem das origens da nacionalidade. E. a propósito, afirma que temos a felicidade de definir o centro de gravidade da evolução dos nossos problemas internacionais, não em influências estranhas, porem na própria história da nossa civilização. Esta não se interrompe, descontinuando-se em orientações contraditórias. É uma impressionante unidade — quanto ao sentimento

americanista de que se anima em pleno século XVII, que de 1642 podemos datar as primeiras providências da corte portuguesa para apartar o Brasil dos conflitos dinásticos da Europa. A "doutrina de Monroe", na sua essência — podíamos dizer, o espaço a neutralizar o tempo ou seja, a América impregnada de uma conciência resultante da originalidade, da energia e do esplendor de suas condicões americanas — antecipa-se em nosso clima e tambem se antecipa na diplomacia sábia e infalivel de Portugal com as consequências do tratado de paz de 1668, sobretudo o admiravel Tratado de Madrid, de 1750. Sustentou Rodrigo Octavio a tese de que, então, Alexandre de Gusmão, grande brasileiro, secretário de D. João V, preconiza a declaração de James Monroe, dando por estabelecido que, em caso de luta entre as metrópoles, os povos, seus súditos, da América, não alterariam a boa vizinhança, em que viviam. É preciso combinar essa vitória do instinto continental de livre ação com os acontecimentos anteriores que, burlando as proibições régias, teceram entre os vizinhos paises do Novo Mundo a tela delicada de suas relações pacíficas. Comércio integrativo; viagens esclarecedoras; missões religiosas, que assemelhavam o esforço mútuo de conquista da selva; interpenetração de valores; até intima comunhão de destinos... Honramos o passado, que assim nos adverte e instrue. E dele auferimos as lições definitivas — que hão de inspirar, como sempre inspiraram, a política exterior do país, no Itamaratí, e constituem, no Instituto Histórico, o plástico material dos estudos mais desvelados.

Como sucedeu com o orador que o precedera, o discurso do Sr. Pedro Calmon mereceu prolongados aplausos da assistência.

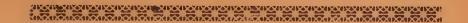
Finda essa parte da sessão, teve a palavra o Sr. Braz do Ama-RAL, que leu vários documentos sobre a participação dos diplomatas portugueses no Congresso de Viena, em 1815, com referência à elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal. Obtendo novos documentos relativos ao assunto, o Sr. Braz do Amaral concorreu para uma elucidação da gênese dessa questão. Ao terminar sua conferência, o Sr. Braz do Amaral recebeu os aplausos e os cumprimentos da assistência.

A mesa ficou assim constituida: Presidente, Macedo Soares; Secretário Perpétuo, Max Fleiuss; General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra; Almirante Henrique Aristides Guilhem, Ministro da Marinha; Monsenhor Aloisi Masella, Núncio Apostólico.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.

Entre a numerosa assistência, notamos os Srs. Dr. Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal; Sr. Mariano Fontecilla, Embaixador do Chile; Dr. Julio Sardi, Embaixador da Venezuela; Dr. Lozano y Lozano, Embaixador da Colômbia; Sr. Fernandez Cuesta, Embaixador da Espanha; Dr. Ugo Sola, Embaixador da Itália; Dr. Jorge Prado, Embaixador do Perú; Dr. Juan Carlos Blanco, Embaixador do Uruguai; Dr. David Alvestegui, Ministro da Bolívia; Dr. Samuel Young, Ministro da China; Dr. Hernandez Catá, Ministro de Cuba; Dr. Vicente Rivarola, Ministro do Paraguai; Sr. Schlimpert, Conselheiro da Embaixada Alemã, e Monsenhor Sante Portalupi, Secretário da Nunciatura.





O BRASIL NO CONGRESSO DE VIENA DE 1815

PALESTRA REALIZADA PELO SÓCIO BENEMÉRITO, SR. PROFESSOR BRAZ DO AMARAL NO INSTITUTO HISTÓRICO EM 7 DE AGOSTO DE 1940

Durante o período colonial vieram algumas vezes os governadores gerais do Brasil nomeados com o título de vice-reis, sem que, porem, o domínio recebesse a denominação correspondente nem o tivessem todos os que foram investidos da mais alta autoridade.

Assim é que exerceram na Baía oito governadores gerais com o elevado título de vice-reis, sendo o primeiro D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, o segundo D. Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos, o terceiro D. Pedro de Noronha, Marquês de Angeja, o quarto, D. Vasco Fernandes Cesar de Menezes, Conde de Sabugosa, o quinto D. André de Mello e Castro, Conde das Galveas, o sexto D. Luiz Pedro Peregrino de Carvalho de Menezes de Athayde, Conde de Atouguia, e o sétimo D. Marcos de Noronha, sexto Conde dos Arcos e oitavo D. Antonio Soares de Almeida, 1.º Marquês do Lavradio.

Passando a sede do governo para a cidade do Rio de Janeiro, outros governadores tiveram tambem o título de vice-reis, sem que a graduação se estendesse ao domínio.

No preâmbulo da carta de lei de 16 de dezembro de 1815 deu o Príncipe Regente D. João, como um dos fundamentos do decreto que ia promulgar, já ter sido a nossa pátria reconhecida como reino

pelos plenipotenciários das potências da Europa no Congresso de Viena. E como isto constitue uma singularidade, procurei investigar sobre este ponto, o que explica o presente trabalho.

A respeito dos acontecimentos que prepararam a elevação do Brasil à categoria de reino unido ao de Portugal, corre a versão exposta pelo meu distinto companheiro Max Fleiuss e por Mello Moraes, como assunto de especial delicadeza. Venho trazer uma colaboração ao caso, estudado por outro aspecto, após pesquisa feita na correspondência reservada dos plenipotenciários portugueses ao Congresso de Viena, pela importância que tal elevação de categoria política teve para a independência do Brasil.

Consta que o célebre ministro de D. João VI, Antonio de Araujo de Azevedo, Conde da Barca, tinha boas relações com o Sr. de Talleyrand du Périgord, antigo Bispo de Autun, constituinte, ministro poderoso do Primeiro Império francês, e, portanto, de Napoleão Bonaparte, do qual foi mais tarde inimigo e que no referido Congresso de Viena representava o governo do rei Luiz XVIII.

Todos sabem que Talleyrand era conhecido pelos seus grandes talentos diplomáticos, somente igualados pelo seu êmulo, o não menos célebre Clemente Lotario, Príncipe de Metternick.

Servindo-se dessas relações, o Conde da Barca teria pedido a Talleyrand, tambem muitas vezes chamado Príncipe de Benevento, por lhe haver sido dado este título durante o período napoleônico, para fazer reconhecer pelas nações da Europa o Reino Unido de Portugal e Brasil, enviando-lhe um presente de um milhão de cruzados, ou quatrocentos contos fortes.

Os plenipotenciários portugueses ao Congresso de Viena eram o ilustre Conde de Palmela, D. Pedro de Sousa e Holstein, D. Antonio de Saldanha da Gama e D. Joaquim Lobo da Silveira.

É fora de dúvida que os plenipotenciários portugueses estavam numa situação desagradavel porque, apesar de haver Portugal tomado parte na guerra contra Bonaparte, as questões de importância eram resolvidas pelas grandes potências, que deixavam sem voto os representantes das potências de segunda ordem.

A necessidade que aponto de investigar se a idéia do reino partiu do Conde da Barca, resulta do fato de declararem os plenipotenciários portugueses que ela não estava nas suas instruções ostensivas ou reservadas e porque, pelo exame da correspondência, se verifica ter sido a idéia exclusiva do Príncipe de Benevento, que sobre isto se não empenhou com os outros membros do Congresso, os quais só tiveram conhecimento pelos embaixadores portugueses.

Na anotação à *História Geral* de Rodolpho Garcia, é invocada a opinião de Oliveira Lima, que se inclina a acreditar que a idéia era do próprio Conde de Palmela, o qual a insinuara a Talleyrand, o que parece ocioso, pois o conde para seus dois colegas, inferiores em categoria, não precisava de intermediário.

Pelas leituras feitas se nota que a carta de 15 de janeiro de 1815 é citada, mas não a de abril, nem comentada na sua última parte a primeira, ao que atribuo a divergência de terem dado uns a autoria ao Conde da Barca e outros, como Oliveira Lima, ao Conde de Palmela.

Não encontrei referências sobre o dinheiro, o que não quer dizer que ele não tivesse ido, porque não deveria constar das contas das despesas feitas no Congresso, apresentadas pelos plenipotenciários com os competentes recibos, inclusive do próprio Sr. de Gentz. Aliás, os embaixadores se abrem em verdades fortes acerca de certos fatos do Congresso e de algumas personalidades, incluindo o Príncipe de Benevento.

Na carta de 25 de janeiro, os plenipotenciários contam ingenuamente a conversa que entretiveram com o diplomata francês que, depois de indagar diversas coisas sobre o Brasil, lembrou a elevação da colônia à situação de reino unido a sua metrópole, o que muito os admirou, tão extraordinária acharam aquela novidade e como a comentaram entre si, as perguntas que fizeram depois para melhor lhe conhecerem o pensamento e a consulta ulterior ao plenipotenciário inglês, refletindo sobre o que deviam fazer, o procedimento a seguir, em falta de instruções.

Na carta de abril se torna ainda mais evidente que eles não tinham inspiração daquí e revelam que por sua própria resolução incluiram o título novo num tratado, aproveitando a ocasião em que foram solicitados a aderir a ele, aumentando os qualificativos do seu soberano, sem que este o soubesse e manifestaram até o receio de que o mesmo soberano o recusasse, pois diziam que Sua Alteza, querendo, poderia usá-lo.

Tambem não foi meio de obterem para Portugal maior prestigio, porque foi o reino lusitano convidado para entrar na aliança importante que fizeram as potências, porque interferiu um acontecimento inesperado e extraordinário entre janeiro e abril, que deu a Portugal uma posição da qual não gozara até aí.

É que Napoleão tinha voltado da ilha d'Elba, e Luiz XVIII fora obrigado a fugir; as potências, lançando-se numa luta desesperada, precisavam de aliados capazes de fornecer contingentes e Portugal podia entrar com 30.000 homens habituados à guerra. Então, aproveitando com habilidade as circunstâncias, os plenipotenciários portugueses se serviram da lembrança de Talleyrand, e acharam uma fórmula feliz com a qual enxertaram um título novo nos que já tinha o seu monarcha, à revelia de seu governo que estava no Rio de Janeiro, muito longe, e realizando um fato divergente de todas as normas administrativas, pois que o Príncipe figurou com um título que na realidade não tinha, pois não constava ele de ato algum do governo português.

E foi assim tambem que este país figurou num tratado como reino sem o ser, pois o decreto que isto estabeleceu só foi promulgado cerca de oito meses depois, em 16 de dezembro de 1815.

Carta reservada dos plenipotenciários ao Ministro Marquês de Aguiar.

"Illmo. e Exmo. Senhor:

À medida que adiantava a negociação com Lord Castlereagh, de cujo resultado tivemos a honra de dar conta a

V. Exa. no nosso officio precedente, pareceu-nos tambem necessario ir sondando as intenções do Sr. Principe de Talleyrand a nosso respeito e discutindo com elle as bases sobre as quaes deviamos reformar o artigo dez do Tratado de Paris.

Devemos, em louvor da justiça, declarar que nem no ministro inglez nem no francez, percebemos nunca a mais leve indicação de nos querer excluir da commissão das oito potencias, o que lhes teria sido facil, ao menos temporariamente. Pelo contrario, Mr. de Talleyrand serve-nos effectivamente na nossa negociação com a Inglaterra, instando com Lord Castlereagh para lhe manter a palavra dada no Tratado de Paris, relativamente á Guyana, dizendo que do Governo Inglez e não do nosso é que elle tinha direito de exigir o seu cumprimento.

Tendo-nos informado Francisco José Faria de Brito que tinha entregado já a Mr. de Jaucourt uma nota em que allegava os ponderosos motivos por que Sua Alteza Rea! se recusava á ratificação do Tratado de Paris, e havendo nós ao mesmo tempo, concluido felizmente o tratado com a Inglaterra, participamos a Mr. de Talleyrand, que, em consequencia de sua promessa feita a essa potencia, nos achavamos promptos a entrar com elle em discussão para renovar o artigo dez do Tratado de Paris, admittindo a base da restituição da Guyana porém não lhe dissemos pelo accordo com Lord Castlereagh a obrigação que contrahiamos por aquelle tratado, a verificar-se a referida restituição, receiando, se assim o fizessemos, de o achar menos tratavel sobre a questão de limites, traçando-lhe uma linha divisoria entre os rios Oyapock e Vicente Pinzon, a uma igual distancia de ambos.

Nós, pelo contrario, ficamos firmes em exigir o limite do Oyapock e entregamos a Mr. Talleyrand, para allegar os nossos, uma nota verbal, cuja copia V. Ex. achará inclusa.

Conviemos, para adiantar essa discussão, em formar uma especie de commissão, composta de um plenipotenciario francez que já está nomeado e é o Duque de Dalberg, de um inglez como mediador, Lord Chancarty e nós.

Porém Mr. de Talleyrand deseja, antes de proceder á discussão, receber algumas instrucções de seu governo porque receia, diz elle, a critica dos sabios de Cayena, isto é, os que para lá foram desterrados no tempo do Directorio.

Suppomos que esta demora poderá durar quinze dias e temos esperanças, quando se debater a questão, de conseguir, senão exactamente os limites que pretendemos, em consequência do Tratado de Utrecht, ao menos de nos approximarmos muito delles.

Emquanto á mudança da frase do preambulo do artigo decimo, não julgamos experimentar nisso nenhum obstaculo: a unica difficuldade pratica que encontramos é a do methodo que se deverá seguir para renovar o Tratado de Paris.

E, considerando que o preambulo do tratado é, em geral, glorioso para S. A. R., ao qual talvez a França se opporá agora, e obter das outras potencias acedam á reforma do artigo dez. Procuraremos comtudo aplainar essas difficuldades. Tambem desejamos ver se a França admitte em um artigo secreto a obrigação de cooperar para a restituição de Olivença.

Se não conseguirmos outra vantagem, teremos a de assegurar, ao menos, o voto de Mr. de Talleyrand na commissão a nosso favor, o que de outro modo será duvidoso, pelo grande desejo que elle mostra em affagar a Hespanha.

Julgamos dever dar conta a V. Ex. de algumas ideias que o Principe de Talleyrand indicou a um de nós e que poderão parecer importantes a S. A. R.

Depois de ter feito em uma conversação particular varias perguntas sobre o estado actual do Brasil, sobre a composição do nosso ministerio, sobre as intenções do Principe Regente Nosso Senhor, relativamente a sua volta para a Europa, etc., etc., perguntas ás quaes respondemos com franqueza, porém, com a prudencia devida, disse: "Se sobre

taes assumptos eu devesse dar o meu voto, aconselharia o vosso Princípe que, por ora, não deixasse o Brasil, porém, que mandasse com brevidade o seu filho primogenito para a Europa.

Convém a Portugal, convém mesmo á Europa toda, que se mantenha por uma praso tão longo quanto possivel for, o enlace entre as nossas possessões européas e as americanas. O transtorno que causou ao edificio europeu a revolução da America Inglesa que nós tão imprudentemente auxiliamos, vae-se já experimentando agora e experimentar-se-ha cada dia mais.

As colonias espanholas, pelo mau governo daquella monarchia actualmente, podem considerar-se como perdidas para a Europa, e, em taes circumstancias, eu consideraria como uma fortuna quasi, que se estreitasse por todos os meios possiveis, o nexo entre Portugal e o Brasil, devendo este paiz, para lisongear os seus povos, para destruir a idéa de colonia, que tanto lhes desagrada, receber o titulo de reino e o vosso soberano ser o rei de Portugal e do Brasil. Podeis, accrescentou elle, se julgardes conveniente, manifestar que eu vos suggeri estas idéas e que tal é o meu voto decidido.

V. Ex. bem pode julgar a impressão que nos causou tal abertura da parte de Mr. de Talleyrand e depois de meditar sobre o assumpto, aproveitamos a primeira occasião para lhe perguntar se a França teria difficuldade em reconhecer o Reino Unido, no caso que S. A. R. adoptasse este título e em auxiliar com alguma garantia. A primeira pergunta respondeu logo affirmativamente, á segunda calou-se, como frequentemente lhe succede.

Mylord Castlereagh, a quem, sem affectação e como por acaso, sondamos sobre a mesma idéa, mostrou-se approval-a e talvez fosso possivel ligal-a com a ordem que S. A. R. nos mandou dar nas nossas instrucções para negociar com as differentes potencias tratados de garantias.

Não devemos, em virtude, hesitar muito sobre uma responsabilidade tal como seria a de tomarmos sobre nós uma tal declaração, faltos, como estamos, de instrucções a esse respeito. Porém é obvio, por outra parte, a vantagem que resultaria de um reconhecimento e de uma garantia tal e seria imposivel de encontrar uma occasião tão propria como a do Congresso.

De modo que estas reflexões e o exemplo do Hanover. e, sobretudo, a inteira convicção de que interpretamos nisto as vistas de S. A. R. nos induzirão talvez, depois de mais madura reflexão, a accrescentar ainda esta responsabilidade á que já temos-nos visto imperiosamente obrigados a tomar sobre nós.

Entretanto, julgamos dever prevenir a V. Ex. do que suscitou em nós tal idéa.

Viena, 25 de janeiro de 1815.

Conde de Palmela, Antonio de Saldanha da Gama, Joaquim Lobo da Silveira.

Está conforme. Mariano Carlos de Sousa Correia. Secretario de Legação."

A carta ou ofício seguinte indica o modo pelo qual os plenipotenciários, por inspiração própria, se serviram de uma fórmula conveniente para insinuar no tratado o título, que, segundo me parece, foi o que obrigou o governo português a conceder ao Brasil a igualdade política, o que tanto concorreu para a independência.

"Para o Marquez de Aguiar.

Ilmo. e Exmo. Senhor:

Inclusos achará V. Exa. os tratados de aliança ofensiva e defensiva que assignamos com a Austria, Prussia, Russia e Grã-Bretanha, em 8 do corrente.

Cumpre-nos, quando deste modo levamos á presença do Principe Regente, Nosso Senhor, estes actos para sua ratificação, o fazer algumas observações, tanto sobre a parte historica relativa a estas transações, quanto sobre as vantagens e obrigações mutuas por ellas contrahidas.

No officio reservado n. 18 já tivemos a honra de informar a V. Ex. da maneira por que fomos convidados para acceder a esta alliança, assim como da resposta que demos a nota official que para este effeito nos dirigiram.

Posteriormente se nos fez o convite de assistirmos a uma conferencia das ditas quatro potencias, afim de se discutir o modo por que se redigiria o acto de nossa accessão, pois que Portugal era a primeira potencia que tinha accedido a esta federação.

Comparecemos e reunidos os outros ministros competentes, propoz o Principe de Metternick que feito pela nossa parte um acto de accessão, as quatro potencias passariam a outro de acceitação, trazendo para exemplo a accessão do Imperador da Austria ao Tratado de Teschen que assim havia sido feito e allegando por fundamento que desta maneira ficariam todos conjunctamente ligados ao mesmo tratado, e que de outra forma as obrigações se contrahiriam em separado e unicamente com as potencias que fossem parte em differentes actos.

(Registramos esta proposta com o principio de entrarmos na categoria de potencia contractante e propuzemos então a formula de redação que se adoptou, a qual, alem da vantagem de dissolver a duvida em que elles se fundavam e de reunir todas as potencias no mesmo acto perfeitamente, tem mais a nosso respeito a de especificar as obrigações das quatro potencias para comnosco, o que de outro modo não era expressão boa e poderia deixar logar a futuras contestações.

Foi a nossa segunda proposta que assim com as partes contractantes se ligavam entre si, assim também era necessario que houvesse um artigo que reciprocamente se ligasse ás partes contractantes e sendo ella unanimemente approvada, passou-se logo a redigir o artigo exigido.

A nossa terceira observação foi sobre o Tratado de Paris, porquanto compromettendo-se todas as potencias por este novo tratado, a sustentar a integridade e as estipulações daquelle, Portugal não o podia fazer por S. A. R. se haver recusado á ratificação delle; parece que nós não teriamos duvida em nos obrigarmos ás estipulações do referido Tratado de Paris, uma vez que se exceptuasse delle o artigo dez que deu motivo á dita recusa de S. A. R. e sobre o qual pendia negociações entre nós e a França.

Isto deu logar a alguma contestação entre nós e Lord Chancarty, mas afinal foi approvado o artigo addicional e secreto que V. Exa. encontrará junto aos mesmos tratados.

Accordando-se por ultimo que a formula que haviamos adoptado para a nossa accessão serviria de norma para as de outras potencias que houvessem de acceder.)

Em primeiro logar S. A. R. previu no paragrapho oitavo das nossas instrucções ostensivas a possibilidade da existencia de uma liga para consolidar a paz na Europa, quando a França de novo intentasse perturbar a tranquilidade geral. Parece, pois, ser este o caso tão judiciosamente previsto e tão instantemente recommendado por S. A. R.: — Reconhecer a estabilidade que resultaria a Portugal.

Em segundo logar: — Ou esta guerra acaba-se na primeira campanha e os alliados vão dentro de seis mezes a Paris, ou a guerra se faz duravel.

No primeiro caso, não havendo o tempo preciso para chegar á Europa a ratificação de S. A. R., nem as suas ordens para as convenções subsequentes, em que se deve concertar o modo por que se ha de empregar o nosso contingente, não soffre Portugal os incommodos da guerra e sim gosaria, sem duvida, a preeminencia de nação alliada e que entrará consequentemente nos arranjos que se houverem de fazer para a nossa paz.

Se, porém, a guerra se prolongar, de certo se pode dizer que, mais tarde ou mais cedo, Portugal seria obrigado a entrar nella; as nossas antigas relações com a Grã-Bretanha seriam, além de outras, um sobejo motivo para nos forçar a isso e mesmo a nossa segurança o exigiria; entrariamos então na guerra como simples alliados da Inglaterra e não como alliados de todas as potencias e membro distinto da familia européa.

Parece-nos, portanto, inutil tomarmos o tempo de V. Ex. em mostrar a vantagem que ha para Portugal em entrar nesta alliança, deste modo bem differente daquelle por que entrariamos como simples alliados da Grã-Bretanha, o que talvez seria inevitavel, accrescentando que o estado interior da Hespanha faz receiar muito, emquanto que a insidiosa politica de Bonaparte ha de machinar para isso.

Ora, pelo contesto do tratado se conhece que todas as potencias se obrigam a fazer os seus maiores esforços para a conservação da paz e para se opporem aos projectos de qualquer potencia que a pretenda alterar, e que no caso acima supposto se entende perfeitamente a respeito da Hespanha.

Em prova disto, accrescentamos nós as maiores diligencias para que houvesse neste tratado um artigo de garantias e se nos oppoz a maior contrariedade; e, allegando da nossa parte a differença das circumstancias, qual a de Portugal se ver talvez exposto a uma guerra com a Hespanha quando o seu contingente se achasse empregado, a bem da causa commum contra a França, os plenipotenciarios da Austria, Prussia, Russia e Grã-Bretanha nos responderam que a Hespanha, procurando ella mesma perturbar a paz e tranquillidade publica, chamaria sobre si a guerra de todas as potencias signatarias do tratado, as quaes, por elle mesmo, se achavam compromettidas a empregar neste caso as suas forças a favor de Portugal contra a Hespanha, consideração

esta que bem equivale á de expressa garantia que nós exigimos.

A vista do que havemos ponderado, nos persuadimos que havendo nos cingido aos paragraphos 8º e 16º das instrucções, assignamos um tratado em que a vantagem fica de nossa parte e em que a dignidade de S. A. R. N. S. se conserva de um modo bem differente daquelle que S. A. R. se viu obrigado a negociar em toda a guerra passada.

S. A. R. fez gloriosamente toda a guerra passada e foi todavia considerado nos seus arranjos como mero alliado da Inglaterra.

Se o mesmo Augusto Senhor entrar na presente guerra será considerado nos arranjos da futura paz como alliado da Russia, Prussia, Austria e Grã-Bretanha.

(Logo é bem clara e manifesta a vantagem que provem, não só á dignidade de Sua Alteza Real, como até mesmo á segurança da nação, deste differente modo de ser considerado Portugal.

Pelo artigo 5º se convencionou que a marcha, commando e provimento destas tropas será objecto de convenções particulares; no caso, depois de S. A. R. haver por bem ratificar o presente tratado, é indispensavel que se sirva autorizar e instruir os seus ministros que de tal objecto deverem ser encarregados, porque as nossas instruções não nos autorizam a tanto.)

Não excedemos o numero de trinta mil homens que Sua Alteza Real se comprometteu a conservar em tempo de paz, porque foi nossa opinião deixar antes ao mesmo Senhor lugar para ampliar o contingente do que ser constrangido S. A. R. a não ratificar sem reserva, emquanto ao numero.

Cumpre-nos mais declarar a V. Ex. que os ministros conferentes das quatro potencias nos asseguraram formalmente que não havia estipulado subsidio, o que coincide exactamente com o que Lord Wellington nos dissera quando, na conferencia que com elle tivemos, e de que demos conta

a V. Ex. no nosso officio reservado numero 18, muito positivamente exigimos.

(Não satisfeitos com esta asseveração temos pesquizado se ha entre elles algum artigo secreto sobre esta materia e nos convencemos de que o plenipotenciario britanico não estipulou agora subsidio por parte de seu governo, porque não estava, nem podia estar, neste caso imprevisto, autorizado para promettel-o, mas que para diante o mesmo governo se ha de prestar a elles, pois, de outra sorte não poderão os alliados proseguir a guerra).

Devemos semelhantemente observar a V. Ex. e não escapa á perspicacia de V. Ex. que em todo este tratado não ha estipulação sobre o restabelecimento e conservação de Sua Majestade Christianissima sobre o throno de França e que esta reticencia foi premeditada, por preverem as potencias contractantes e quererem prevenir o caso possível de se obstinarem os francezes, depois da aniquillação de Bonaparte, contra o restabelecimento de El-Rei, e de escolherem, em seu logar outro ramo da família dos Bourbons, ou ainda o chamado rei de Roma que teria o suffragio da Austria e talvez dos marechaes.

Em consequencia do que havemos exposto a V. Ex. nos officios reservados 12 e 19 nos aproveitamos desta occasião para fazermos reconhecer pelas quatro potencias contractantes o titulo de Reino do Brasil.

Dizemos indirectamente por não nos havermos atrevido sem autorização especial de Sua Alteza Real fazel-o explicitamente. Este é o motivo de adoptarmos o titulo seguinte na confecção deste tratado: "Son Altesse le Prince Régent du Royaume de Portugal et de celui du Brézil".

Evitamos por este modo o declarar sem ordem expressa, o novo titulo de Sua Alteza Real que, querendo, poderá tomal-o.

E o mesmo Augusto Senhor estará reconhecido pelas quatro principaes potencias. Julgamos de nosso dever no-

ticiar a V. Ex. os motivos de descontentamento em.que a Hespanha se acha, por não haverem attendido ás suas representações sobre os Estados de Parma e Placencia que, por agora, são conferidos á ex-imperatriz Maria Luiza, na conformidade do tratado de Fontainebleau, ficando a reversibilidade delles, depois da sua morte, para a rainha da Etruria e seus descendentes, como mais largamente informamos a V. Ex. em officio separado.

Pode ser isto talvez o motivo de D. Pedro Lavrador não assignar o tratado geral e tambem a Hespanha não se ligar tão estrictamente á causa geral, circumstancia esta que nos parece muito attendivel e que S. A. R. deverá tomar bem em vista quando fôr servido mandar passar as suas ordens e instrucções especiaes aos seus plenipotenciarios de futuras negociações.

(Temos por fim a honra de incluir as copias, assim do artigo decimo sexto do tratado de Chaumont, a que se refere o artigo quarto do de 25 de Março, como do officio que sobre os novos acontecimentos e a presente alliança temos dirigido aos governadores do Reino, afim de tomarem aquellas medidas que a crise actual imperiosamente reclama e darem providentemente aquellas providencias que forem de seu alcance e competencia, emquanto S. A. R. dá suas ordens supeperiores).

Possa tudo quanto nesta occasião temos feito, levados de puro zelo e patriotismo, merecer o real beneplacito. Deus guarde a V. Ex. Vienna, 19 de Abril de 1815. Ilmo. e Exmo. Sr. Marquez de Aguiar.

P. S. — Havendo o plenipotenciario britannico recusado assignar o tratado em francez, se procede agora á traducção em portuguez e em inglez, e logo que esteja assignado o remetteremos a V. Ex. Conde de Palmela D. Antonio de Saldanha da Gama, D. Joaquim Lobo da Silveira." Segue-se a integra do tratado.

Pelo contido no final do ofício de 25 de janeiro e pela exposição feita no dia 18 de abril, parece que não será desasisado acreditar que a lembrança da elevação do Brasil a reino unido ao de Portugal e dos Algarves foi idéia exclusiva do Príncipe de Benevento, porque se houvesse insinuação daquí, ela devia ser conhecida pelos plenipotenciários, os quais tanto se achavam na ignorância do modo de encarar a questão pelo seu governo que empregaram a expressão Sua Alteza usará o título, se quiser, que pode parecer importante, etc. E' de presumir tambem que o fato de ser a colônia condecorada com a igualdade política a Portugal, acontecimento que para nós tem importância, não devia augmentar o prestígio do reino lusitano, por não ser uma coisa que lhe engrandecesse as receitas nem a população, pois já possuia isso. Não era uma aquisição. E que tal título foi uma surpresa para o governo português parece que tambem não é fato de que se possa duvidar, pois não houve pressa em dar-lhe o indispensavel cunho legal, porque só quase oito meses depois foi promulgada a carta de lei de 16 de dezembro de 1815, não sendo muito temerário admitir que alguns dos conselheiros da coroa, pelo menos, julgassem ser esta elevação perigosa, pois já duas conspirações com fins de independência se haviam tramado, especialmente a última, a da Baía, raramente popular e que se havia julgado preciso punir com extremado rigor, para reprimir tais pretenções, com ferocidade e infundir terror.

E que muitos portugueses atilados não viram a novidade com bons olhos é facil compreender, bastando reparar como Luiz Marrocos se exprime a respeito, o que bem frisou Oliveira Lima. E se tal ocorreu a alguns, houve previsão nisso, pois da igualdade veio a tirar a força do Príncipe da dinastia reinante que depois promoveu a separação da metrópole, o que escapava a todas as reservas da sabedoria humana.

Parece, portanto, que não foi o Príncipe de Benevento quem fez entrar Portugal nas resoluções das grandes potências, porque na occasião em que tal se deu, Portugal foi solicitado pelas nações poderosas, quando tiveram necessidade dele e já então o Sr. de Talleyrand se

achava numa situação política mais precária do que fora a dos portugueses anteriormente, pois conforme deve ter sido notado, num dos trechos do ofício de abril, o seu prestigio não era invejavel, a ponto de não ser segura a restauração de Luiz XVIII que ele representava.

Foi, segundo penso, por um dos acasos da política, pela volta de Napoleão da Ilha d'Elba, que se viu Portugal de nação pouco considerada transformar-se em potência solicitada, em virtude de carecerem as grandes nações de aliado que lhes fornecesse homens e armas para a campanha que se abria.

De tudo, parece não será prova de desatino tirar as conclusões seguintes:

O governo português elevou o Brasil à categoria de reino porque já o título que assim qualificava este país havia sido inserido num tratado com as grandes potências e daí não era possivel retroceder.

Este título havia entrado no documento por iniciativa e resolução dos plenipotenciários portugueses, homens de capacidade e descortino, seduzidos pela idéia de tal que lhes fora comunicada por um homem de gênio político.

A idéia pertence exclusivamente ao Príncipe de Benevento, seja devido a que motivo for, pois, informando-se bem da grande colônia, dos seus recursos, de sua grandeza territorial, teve esta opinião feliz, pois é quase sempre as centelhas análogas da inteligência que devem progressos, liberdades e descobertas a humanidade e a vida dos povos.

Os documentos aquí apresentados foram colhidos no Itamaratí e devo agradecer ao meu antigo colega Edmundo Luz Pinto o ter-me apresentado ao Consul Soares de Pina, este ao Consul Sergio Affonso da Costa, encarregado do Arquivo Histórico e este ao Consul Waldemar Araujo, os quais, com mais acentuada gentileza, tudo me facilitaram para as pesquizas. — *Braz do Amaral*.

"Au nom de la Très Sainte et Individuelle Trinité. Son Altesse Royale le Prince Régent du Royaune de Portugal et de celui du Brésil et sa Magesté l'Empereur de

Toutes les Russies, animés du désir de réunir ses efforts pour garantir la tranquilité de l'Europe contre toutes les atteintes dont elle pouvait être menacée dans les circonstances présentes. Et Son Altesse Royale le Prince Régent du Royaume de Portugal et de celui du Brésil ayant resolu pour cet effet et en conséquence de l'invitation qui lui a eté faite par leurs Magestés l'Empereur de Toutes les Russies, l'Empereur de l'Autriche, le Roi du Royaume Uni de la Grande Bretagne et Irlande et sa Magesté le Roi de Prusse, d'accéder au traité d'alliance conclue le 15 mars dernier ont nomée pour régler tout ce qui peut avoir rapport à cet object, S. A. R. le Prince Régent du Royaume de Portugal et de celui du Brésil le Sieur D. Pierre Sousa Holstein, Conte de Palmella, de son Conseil, Commandeur de l'Ordre de Christ, Capitaine de la Compagnie Allemande de Gardes du Corps. Grand Cordon de l'Ordre de Charles II d'Hespagne, et Premier Plénipotentiaire de S. A. R. au Congrès de Vienne, au Sieur Antonio de Saldanha da Gama, de son Conceil et de celui des Finances, son Envoyée Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire auprès de Sa Magesté l'Empereur de de Toutes les Russies, Commandeur de l'Ordre de Saint d'Avis, premier Ecuyer de Son Altesse Royale la Princesse du Brésil, et Second Plénipotentiaire au Congrès de Vienne, et le Sieur Joaquim Lobo da Silveira, de son Conseil, Commandeur de l'Ordre de Christ, et Troisième Plénipotentiaire de Son Altesse Royale au Congrès de Vienne, et Sa Magesté l'Empereur de Toutes les Russies, le Sieur André, Conde de Kaussoumoffsky, de son Conseil Privé actuel, Chevalier des Ordres de Saint André et de Saint Alexandre Newsky, Grand Croix de celui de Saint Wladomir de la première classe, et le Sieur Charles Robert, Conte de Nesselrode, de son Conseil Privé actuel, Secrétaire d'État, Chevalier de l'Ordre de Saint Alexandre Newski, Grand Croix de Saint Wladomir de la deuxième classe, Chevalier d'Ordre Suprême de l'Annonciade, Grand Croix de l'Ordre de Leopold, de l'Autriche, de l'Aigle Rouge de la Prusse, de l'Étoile Polaire, de Sonde et de l'Aigle d'Or de Wurtemberg, après avoir échangées leurs pleins pouvoirs et trouvées en bon estyle et due forme, sont convenues des articles suivants:

Article Premier. Son Altesse Royale le Prince Régent du Royaume de Portugal et de celui du Brésil accède a toutes les estipulations du Traité de Vienne du 25 Mars 1815, tel qu'il se trouve inseré ci près, sauf les modifications arretées d'un commun accord par l'article troisième de la présente convention.

Au nom de La Très Sainte et Individuelle Trinité.

Son Altesse Imperiale l'Empereur de Toutes les Russies, Son Altesse Royale l'Empereur de l'Autriche et Roi de Hongrie et de Bohême ayant pris en consideration les suites que l'invasion en France de Napoléon Bonaparte et la situation actuelle de ce royaume peut avoir pour la sureté de l'Europe, ont résolu d'un commun accord avec Sa Magesté le Roi du Royaume Unide le Grande Bretagne et d'Irlande et Sa Magesté le Roi de Prusse, d'appliquer à cette circonstance imperieuse les principes consacrés par le traité de Chaumont.

En conséquence ils ont convenu de renouveller par un traité sollennement signé séparément par chacune des quatre Puissances avec chacune des autres trois l'engagement de préserver contre toute atteinte à l'ordre des choses si heureusement rétablies en Europe, déterminer les moyens les plus efficaces de mettre cet engagement en exécution, ainsi que de lui donner dans les circonstances presentes toute l'extension qu'elle réelement doit avoir.

A cet effet Sa Magesté l'Empereur de Toutes les Russies a nommé pour discuter et conclure et signer les conditions au présent traité avec Sa Magesté l'Empereur de l'Autriche le Sieur Charles Robert, Conte de Nesselrode et Son Altesse Impériale et Royale Apostolique le Sieur Clément Wenceslas Lothaire, Prince de Metternick, Newenburg Oschausen et le Sieur, Baron Philip de Newenberg, les dits Plenipotentiaires, après avoir échangés leurs pleins pouvoirs, trouvés en due forme et estyle, etc.

Les Hautes Parties Contractantes ci dessus nomées s'engagent solennellement à réunir les moyens de leurs États respectifs pour maintenir dans toute leur intégrité les conditions du Traité de Paix conclu à Paris de 18-29 Mai 1814, ainsi que les estipulations arretées et signées au Congrès de Vienne dans le but de completer les dispositions de ce traité, de les garantir contre toute atteinte, et particulièrement contre tous les desseins de Napoléon Bonaparte.

À cet effet elles s'engagent à diriger leurs efforts contre lui et contre tous ceux qui seraient déjà raliés à sa faction, ou se réunissent dans la suite, afin de le forcer à desister de ses projects et de la mettre hors de état de troubler à l'avenir la tranquillité de l'Europe et la Paix générale sous la protection de la quelle les droits, la liberté et l'indépendence des nations veneaient d'etre placées et assurées.

Article Second.

Quoiq'un but aussi grand et aussi bienfaisant ne permette pas qu'en mesure les moyens et les mesures destinées pour l'atteindre et que les Hauts Parties Contractantes soient résolues a y consacrer tout ceux dont d'après leurs situations respectives elles peuvent disposer.

Elles sont neamoins convenues de tenir constanment en campagne cent et cinquante mille hommes au complet, y compris pour le moins la proportion d'une dixième da cavallerie et une proportion en artilherie, sans compter les garnisons et de les empoyer activement, et de concert, contre l'ennemi commun.

Article Troisième:

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent à ne pas poser les armes que d'un commun accord et avant que l'object de la guerre designée dans l'article premier du présent traité a eté atteint et tant que Bonaparte ne sera pas mis absolument hors de la possibilité d'exciter des troubles et de renouveller ses tentatives pour s'emparer du l'ouvoir Suprême en France.

Article Quatrième:

Le present traité étant principalement appliquée aux circonstances présentes, les estipulations du traité de Chaumont et spécialement celles contenues dans l'article sixième auront de nouveau toute leur force et viguer, aussitôt que le but actuel aura eté atteint.

Article Cinquième:

Tout ce qui est relatif au commandement des armées, comme aux subsistences, sera reglé par une convention particulière.

Les Hautes Parties Contractantes auront la faculté de acrediter respectivement auprès des généraux commandants de leurs armées des officiers qui auront la liberté de correspondre avec leurs governements, pour les informer des evénements militaires et de tout ce qui est relatif aux opérations des armées.

Article Septième:

Les engagements stipulés par le présent traité auront pour but le maintien de la paix générale que les Hautes Parties contractantes conviennent d'entre elles d'inviter toutes les Puissances de l'Europe à acceder.

Le présent traité étant uniquement dirigé dans le but de soutenir la France ou tout autre pays envahi contre les entreprises de Bonaparte et de ses adherents, sa Magesté très Chretienne sera specialement invité à y donner son adhesion et à faire connaître dans les cas où elle devait requérir les forces stipulées dans l'article second, quels secours, les circonstances que lui permetron d'apporter à l'object du présent traité.

Le présent traité sera ratifié et les ratifications en seront echangées en deux mois ou plutot faire se peut. En foi de quoi les plenipotentiaires respectifs l'ont signé et y apposés leurs cachets de ses armes. Fait à Vienne le 15 à 25 Avril, l'an de Grâce de 1815.

- L. S. Le Conte de Kaussoumoffsky.
- L. S. Le Conte de Nesselrode.
- L. S. Le Prince de Metternick.
- L. S. Le Baron di Wissenbourg.

Article Second:

En conséquence de cette accession Sa Magesté l'Empereur de Toutes les Russies s'engage à considérer comme également obligatoires envers Son Altese Royale le Prince Régent du Royaume de Portugal et de celui du Brésil toutes les stipulations du traité, inserées ci-dessus qui par là deviennent et completement reciproques entre les puissances qui prennent part à la présente.

Le secours qui Son Altesse Royale le Prince Régent de Royaume de Portugal et de celui du Brésil s'engage à fournir, conformement au traité du 25 Mars sera de trente mille hommes dont pour le moins trois mille de cavallerie et vingt sept mille de infanterie, sans compter les garnisons et avec une juste proportion d'artilherie, et de munitions.

Article Quatrième:

Le présent traité sera ratifié et les ratifications seront echangées le plutôt que faire se peut.

* En foi de quoi les plenipotentiaires respectifs l'ont signés et y apposés le cachet de leurs armes. Fait à Vienne le 8 à 28 Avril de l'an de Grâce de 1815.

- L. S. Le Conte de Palmella.
- L. S. Le Conte de Kassoumoffsky.
- L. S. Le Conte de Nesselrode.
- L. S. Antonio de Saldanha da Gama.
- L. S. Joaquim Lobo da Silveira.

Article Addicional et Secret:

L'article premier du traité du 25 Mars mille huit cent quinze contient l'engagement de maintenir en toutes circonstances l'integrité et les stipulations du traité de Paris du 30 Mai 1814. Il est convenu que l'on exceptue cet engagement les modifications que de commun accord entre le Portugal et la France pourront être apportées à l'article dixième du dit traité de Paris.

Le présent article additionel et secret aura la même force et valeur que s'il etait inseré, mot à mot, au traité de ce jour.

En foi de quoi les plénipotentiaires respectifs l'ont signés et opposée de cachet de leurs armes. Fait à Vienne le 8 à 28 Avril de l'an de Grâce de 1815.

- L. S. Le Conte Palmella.
- L. S. Le Conte de Kassoumoffsky.
- L. S. Le Conte de Nesselrode.
- L. S. Antonio de Saldanha da Gama.
- L. S. Joaquim Lobo da Silveira.

Carta de lei de 6 de Dezembro de 1815.

"Eleva o Estado do Brasil á graduação e categoria de Reino.

D. João, por graça de Deus, Principe Regente de Portugal e dos Algarves, etc.

Faço saber aos que a presente carta de lei virem que tendo constantemente em meu real animo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados que a Providencia divina confiou ao meu soberano regimem; e dando ao mesmo tempo a importancia devida á vastidão e localidade dos meus dominios da America, á copia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que elles em si contêm; e outro-sim reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fieis vassalos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus reinos de Portugal e dos Algarves e os meus dominios do

Brasil, erguidos esses áquella graduação e categoria política que pelos sobreditos predicados lhes deve competir e na qual os ditos meus dominios já foram considerados pelos Plenipotenciarios das Potencias que formaram o Congresso de Vienna, assim no tratado de alliança concluido aos oito de abril do corrente anno, como no tratado final do mesmo Congresso, sou portanto servido e me apraz ordenar o seguinte:

I — Que desde a publicação desta carta de lei o Estado do Brasil seja elevado á dignidade, proeminencia e categoria de denominação de reino do Brasil.

II — Que os meus reinos de Portugal, Brasil e Algarves forme d'ora em diante um só e unico reino debaixo do título de reino de Portugal, Brasil e Algarves.

III — Que nos titulos inherentes á coroa de Portugal e de que até agora hei feito uso se substitua em todos os diplomas, cartas de leis, alvará, provisões e actos publicos o novo título: — Principe Regente do reino unido de Portugal e do Brasil e Algarves, daquem e dalem mar, em Africa, Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio da Etiopia, Arabia, Persia, e da India, etc.

A esta se cumprirá como nella se contem. Pelo que mando a uma e outra Mesa do Dezembargo do paço, da Consciencia e Ordens, Presidente do meu Real Erario, Regedores das Casas de Supplicação, Conselhos da Minha Real Fazenda e mais Tribunaes do Reino Unido, Governadores das Relações do Porto, Bahia e Maranhão, Governadores e Capitães Generaes e mais Governadores do Brasil e dos meus Dominios Ultramarinos; e a todos os Ministros e mais pessoas a que pertencer o conhecimento e execução desta carta de lei que a cumpram, guardem e façam inteiramente cumprir e guardar, como nella se contem, não obstante quaesquer leis, alvarás, regimentos e decretos ou ordens em contrario, porque á todos e todas hei por derrogadas para este

effeito somente, como se dellas fizesse expressa e individual menção, ficando aliás sempre em vigor.

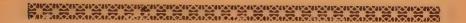
E ao Doutor Tomaz Antonio de Villa Nova Portugal, do meu conselho, Dezembargador e Chanceler mór deste reino do Brasil, mando que a faça publicar na Chancellaria que della se remettam copias a todos os Tribunaes, cabeças de comarca do reino de Portugal; remettendo-se tambem as referidas copias ás estações competentes, registrando-se em todos os lugares onde se costumam registrar semelhantes cartas e guardando-se o original do Real Archivo, onde se guardam as minhas leis, alvarás, regimentos, cartas e ordens deste reino do Brasil.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 16 de dezembro de 1815.

Carta de lei pela qual Vossa Alteza Real ha por bem elevar este Estado do Brasil á categoria de Reino e unil-o aos seus reinos de Portugal e dos Algaves, de maneira que formem um só corpo politico debaixo do titulo de Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, tudo na forma acima declarada.

Para Vossa Alteza ver.

Manoel Rodrigues Gameiro Perroa.



SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.681), EM 14 DE AGOSTO DE 1940 — CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO CONSELHEIRO BALTHAZAR DA SILVA LISBOA

PRESIDÊNCIA DO SR. EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: Srs. José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Augusto Tavares de Lyra, Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, Virgilio Corrêa Filho, Rodolfo Garcia, Affonso d'Escragnolle Taunay, João da Costa Ferreira, Braz Hermenegildo do Amaral, Liberato Bittencourt, Claudio Ganns, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Candido Mariano da Silva Rondon, Herbert Canabarro Reichardt, Ataulfo de Paiva, José Wanderley de Araujo Pinho e Emilio Fernandes de Sousa Docca.

O SR. FLEIUSS (secretário perpétuo) leu a ata da sessão anterior, a qual foi, sem discussão, unanimemente aprovada. Leu depois das Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco as relativas à data da sessão, justificou, em seguida, a ausência dos srs. Radler de Aquino e Alexandre Sommier.

O Sr. Presidente José Carlos de Macedo Soares declarou que na presente sessão especial o ilustre consócio, Sr. João da Costa Ferreira, trataria da personalidade do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, autor dos *Anais do Rio de Janeiro* e cujo centenário de falecimento ocorria nesta data.

O SR. João da Costa Ferreira realizou, logo depois, a seguinte conferência:





BALTHAZAR DA SILVA LISBOA

(CONFERÊNCIA DO SÓCIO EFETIVO DR. JOÃO DA COSTA FERREIRA)

Quando recebí o convite do nosso ilustre Presidente, para realizar uma conferência por ocasião do centenário da morte de Balthazar da Silva Lisboa, confesso que hesitei se devia ou não aceitar a incumbência. E hesitei, por três razões que me pareciam de suma importância para o caso. Primeira, porque, não sendo historiador, e, ainda menos, biógrafo, que é, afinal, uma feição especializada da historiografia, não me sentia, por isso, com as qualidades indispensaveis a realizações da natureza daquela para que era solicitada a minha colaboração. Segunda, porque, tendo me dedicado ao exercício ininterrupto da profissão de engenheiro, vivia inteiramente absorvido pelos deveres do cargo técnico que ocupava, sem o tempo disponivel para cuidar de assunto estranho à profissão. Verdade é, entretanto, que, desde o começo dos meus estudos aplicados às coisas da cidade, percebi escapar-me, inteiramente, uma face importante do objetivo de minhas preocupações de caracter técnico: quero referir-me ao conhecimento geral e particular da história da nossa cidade, e de seu desenvolvimento urbano. Como realizar, portanto, o estudo necessário a esse conhecimento, quem tinha sua vida absorvida pelas atividades teóricas e práticas da profissão? Uma circunstância feliz, para a qual não me cansarei jamais de bendizer a oportunidade, permitiu entregarme, com solicitude, ao exame e estudo de centenas de documentos rela-

tivos ao passado da nossa cidade. Foi, então, que entrei em camaradagem espiritual com Balthazar da Silva Lisboa, através os seus Anais do Rio de Janeiro. Esse fato, porem, não autorizava o engenheiro a considerar-se capaz de, neste momento, traçar, com segurança, o perfil biográfico evocativo do autor dos Anais do Rio de Janeiro. Finalmente, a terceira razão era que muito pouco conhecia eu da vida literária, social, administrativa e política de Balthazar Lisboa, alem dos seus conhecidos Anais. Esse operoso brasileiro vivera quase oitenta anos, de 1761 a 1840. Nesse decurso, consumaram-se fatos de alta relevância para a formação histórica de nossa pátria: desde a elevação do Brasil a Vice-Reino até à maioridade. Ora, destacar desse complexo histórico, a vida de um homem que, se não participou de todos os acontecimentos políticos e sociais do seu tempo, viveu, pelo menos, na época de suas grandes realizações, sob o influxo das consequências intelectuais, morais e práticas desses fatos, agindo na órbita administrativa, exercendo atividades: literária, educativa e política, - exigiria um esforço especial de pesquisa documentária, obrigando-me a interromper, por algum tempo, o trabalho que ora empreendo sobre a evolução da cidade, em seu duplo aspecto: cívico e urbano.

Sócio efetivo deste Instituto, obriguei-me, porem na medida de minhas forças, a obedecer às formalidades da honrosa investidura. Não devia, por conseguinte, forrar-me às dificuldades do encargo, embora tivesse de aparentar que sou historiador ou biógrafo. Daí, a presente recordação das atividades públicas de Balthazar Lisboa, e do ambiente em que elas se processaram, colhida de documentos originais existentes neste Instituto, na Biblioteca Nacional, na Prefeitura do Distrito Federal, no Arquivo Nacional e nas indicações de vários autores que publicaram referências à vida e à obra desse operoso brasileiro.

Aproveito a oportunidade, para agradecer aos ilustres consócios Dr. Max Fleiuss, Dr. Rodolfo Garcia, Dr. Vilhena de Moraes, a nímia bondade com que suportaram as minhas importunações.

Uma surpresa resultou das investigações a que procedí nos arquivos aludidos: a da grande cópia de manuscritos relativos aos trabalhos de Balthazar Lisboa sobre vários assuntos, sendo que muitos desses escritos do próprio punho do autor. Havia, portanto, aí, uma farta messe, de onde colher os melhores frutos para uma narração. circunstanciada, da vida e da obra do autor dos Anais do Rio de Janeiro, e dos acontecimentos do seu tempo. Não vou, entretanto, utilizar-me de inúmeros fatos interessantes da época, e de muitos incidentes da vida agitada, na mocidade, e recolhida, na velhice, do operoso escritor e homem público. A exposição completa desses fatos exigiria proporções de alentado volume diante do material histórico recolhido, para a elucidação dos acontecimentos em que Balthazar Lisboa foi autor, colaborador, ou simplesmente espectador: partidário ou antagonista. Resumindo esse cabedal histórico, escolho, apenas, nesta recordação, os episódios mais característicos da vida e da obra de Balthazar Lisboa.

Mas, para discorrer, com segurança, sobre a vida de um homem, já considerado elemento histórico, projetado num passado longínquo, fora dos laços afetivos imediatos com as gerações do presente — como é o caso de que tratamos — será preciso, naturalmente, levar em conta certas particularidades de ordem psicológica que definam, senão com precisão ao menos com clareza, o homem, e o que a vida e as circunstâncias permitiram que ele realizasse, no conflito diário das idéias, dos sentimentos, dos interesses e das ambições.

"Em Biografia — explica André Maurois — devemos reconhecer que um homem não é um bloco de virtudes ou de vícios; que não se trata de estabelecer sobre ele um julgamento moral; e que, principalmente, esse homem não permanece o mesmo desde a mocidade até à velhice... Convem, alem disso — observa o referido escritor — que o biógrafo não se arvore, por demais, em historiador. Os objetivos são diferentes: a história deve ser nesse caso, o que é, para o pintor de retratos, o fundo sobre o qual coloca o seu modelo... Creio — vol. 175 — 5203-940

acrescenta ainda — que a verdade sobre um homem deveria, antes do mais, conter tudo o que forma a sua grandeza, mas, acredito tambem, que não se deveria desprezar o que constitue a sua fraqueza, porquanto a verdadeira grandeza é frequentemente resultante de pequenas misérias dominadas".

Essas indicações, e outras não menos exatas e interessantes do autor dos Aspectos da Biografia merecem especial atenção de quem se proponha estudar a vida de um homem, considerado como elemento histórico.

De um modo geral a vida de Balthazar da Silva Lisboa pode ser considerada sob quatro aspectos diversos, compreendendo quatro períodos de atividades diferentes, sob a influência, desde a mocidade à velhice, da evolução das idéias, dos sentimentos, dos costumes, no tempo e no espaço. De 1761 a 1786, — por conseguinte 25 anos — o período de educação, de instrução, de preparação para a vida; de 1786 a 1796 — sejam 10 anos — a iniciação na vida pública, como Juiz de Fora do Rio de Janeiro; de 1796 a 1816 — durante 20 anos — como Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, e, logo depois, Juiz Conservador das Matas dessa Comarca; de 1816 a 1840 — no decurso, portanto, de 24 anos, até o seu falecimento — exercendo atividades várias: fazendeiro, advogado, historiador, professor, conselheiro de Estado, secretário da Nunciatura, Juiz de Paz, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

* * *

No primeiro período — infância, adolescência e mocidade — começa educando-se e instruindo-se na Baía, onde nascera a 6 de janeiro de 1761, e, aos 14 anos, é enviado, às pressas, para Lisbôa, afim de livrar-se às contingências de um recrutamento militar. Dirigindo-se, depois, para Coimbra, onde se achava o irmão mais velho José — o futuro Visconde de Cairú — completa, sob sua direção, os preparatórios necessários à matrícula na Universidade. Segue, aí, o curso jurídico, frequentando, tambem, as aulas de Geometria, de

Grego e de Física experimental com o Professor Dolabella, as de Química e História Natural com Domingos Vandéli. Foi premiado duas vezes, formando-se, afinal, em 1782, com 21 anos de idade. Adquirira, então, a estima do Bispo (brasileiro de origem) D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho, Reitor e Reformador da Universidade, a expensas do qual completou os estudos, e a quem deveu ser apresentado e recomendado ao poderoso Ministro Martinho de Mello e Castro, sendo encarregado, por ele, de examinar jazidas de carvão e de chumbo, em Portugal, das quais apresentou memórias aprovadas por esse Ministro. Gozando da confiança desses poderosos protetores foi nomeado Juiz de Fora do Rio de Janeiro em 1786, por conseguinte, com 25 anos de idade.

Aí está, em resumo, o primeiro período da vida de Balthazar Lisboa. Muita coisa interessante haveria a acrescentar, se a exiguidade do tempo o permitisse a esta recordação. Devo, entretanto, lembrar que Balthazar esteve em Lisboa e Coimbra, ao tempo de D. José I e do Marquês de Pombal; de D. Maria I e o Ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos Martinho de Mello e Castro, companheiro do Marquês, e de quem se dizia: era o único homem que não poupava críticas mordazes à orientação do governo do Marquês de Pombal. Ora, esse ambiente devia ter influido poderosamente no espírito do jovem jurista, de modo a determinar convicções políticas e administrativas baseadas em regime de concentração de autoridade em mãos hábeis e fortes, para maior benefício e melhor resultado prático no governo dos povos.

Nesse pressuposto, que resulta dos acontecimentos e do ambiente da época, o jovem Dr. Balthazar da Silva Lisboa embarcou para o Rio de Janeiro, afim de iniciar sua vida pública no Brasil.

Pode-se imaginar, de quanto viria ele imbuido de conhecimentos científicos, de importância social, por haver privado com grandes figuras da Metrópole, dentre as quais o chefe do governo ultramarino. O instinto de inovação, atributo peculiar à mocidade, — a que tão belamente se refere Augusto Comte, quando mostra sua opo-

sição espontânea, mas indispensavel e permanente, para o progresso social, ao instinto de conservação social da velhice — devia desenvolver no pensamento do jovem Dr. Balthazar — doublé de jurista e de naturalista — um tumulto de idéias reformadoras do mundo colonial, fortemente estimulado, talvez, pela importância social que atribuia à sua personalidade, por sentir-se amparado de tão forte protetor.

* * *

Apresentando-se, em outubro de 1786, ao Vice-Rei Luiz de Vasconcellos, — iniciando, portanto, conforme este resumo evocativo, o segundo período de sua vida — foi, então, encarregado em obediência á ordem régia e à carta de recomendação que trouxera do Ministro, do estudo naturalístico da Serra dos Orgãos. Quer dizer: iniciava as suas atividades no Rio de Janeiro — segundo a expressão da época — por uma viagem filosófica à Serra dos Orgãos. Nas mesmas condições e na mesma ocasião, em que o sábio brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, por incumbência, tambem, de Martinho de Mello e Castro, realizava-as idênticas, no Pará e no Rio Negro, a que depois denominou: Diário de uma viagem filosófica ao Rio Negro, e Observações filosóficas no Pará.

Seis meses demorou-se o Dr. Balthazar nos seus estudos de botânica, zoologia e mineralogia da Serra dos Orgãos, colhendo espécimes vários que devia remeter para Lisboa com as *Memórias* correspondentes, até que, a 16 de abril de 1787, tomava posse do cargo de Juiz de Fora. Escrevendo ao Ministro, um mês depois, comunicavalhe a posse, e expandia-se entusiasmado: "não é necessário sair para longe desta Capital — dizia ele — para encontrar imensas preciosidades: ela, em si mesma, contem belíssimos cristais, oiro, cobalto, e algum azougue amalgamado com chumbo; aportam nestas praias, muito belas pérolas cuja cultura não hei de desprezar; aquí descobrí a Spigélia, a Nóz muscada e a Goma copal. De tudo — concluia — tenho apresentado amostras ao meu sábio Vice-Rei, para remeter a V. Ex.".

Se do convívio com a natureza do Rio de Janeiro, resultara esse êxtase admirativo; do contato com os homens, naquela sociedade colonial, proveiu-lhe funda desilusão. Era natural: a pouca idade para o trato com os que dependiam de sua autoridade; a falta de experiência da administração pública; unidas à ambição, muito compreensivel, de ocupar cargos de maior importância, e de melhor remuneração, concorreram, talvez, para determinar no seu espírito um estado de contínua irritação, em virtude de dificuldades que se antepunham ao seu desejo de reformar aquela sociedade colonial.

Queixara-se, então, ao Vice-Rei: do grande descuido com que se comportaram os seus antecessores; do estado de desordem que havia na cidade; dos excessos dos eclesiásticos; da condescendência de alguns ministros. Luiz de Vasconcellos recomendou-lhe, entretanto, que olhasse para o seu dever, e não para o exemplo dos antecessores.

Daí, a correspondência com Martinho de Mello e Castro, a quem se dirigia, sempre, com expressões por demais repassadas de humildade, contando os abusos dos eclesiásticos; narrando o muito luxo, a prostituição e a ociosidade sem limites que havia na cidade; contra o que nada podia fazer, porquanto, zombando de sua autoridade, ouvidores e magistrados criavam um mau nome para o ministro inferior que era ele.

Como Juiz de Fora, o jovem Dr. Balthazar presidia, tambem o Senado da Câmara. Era, por deveres do cargo, uma espécie de Prefeito da Cidade. Ocupava, igualmente, o Juizo da Provedoria de Defuntos e Ausentes e chegara a exercer, interinamente, a Ouvidoria da Comarca e o Juizo de Orfãos.

Para esclarecimento de suas atividades no cargo de Presidente do Senado da Câmara, haveria oportunidade, agora, de descrever a situação da nossa cidade, nesse período de seu desenvolvimento urbano. O exame particularizado dessa situação material, nos levaria, entretanto, a discorrer longamente sobre a evolução de suas formas urbanas, resultante das condições do meio, na ação e reação mútuas pe-

culiares ao território e à população do Rio de Janeiro, e, por conseguinte, sobre suas características antropogeográficas. Resumo essa situação, consignando, apenas, que o Marquês de Lavradio e seu sucessor Luiz de Vasconcellos já haviam realizado melhoramentos de certa importância, e que a área urbana atingira, então, o Campo de Sant'Anna, os alagadiços da chácara de Pedro Dias para alem da atual rua do Lavradio, com tendência a expandir-se cada vez mais. Apesar dos parcos recursos de que dispunha o Senado da Câmara, Balthazar Lisboa cuidou de alguma coisa, por exemplo: da abertura de uma larga rua que, partindo do Campo de Sant'Anna fosse ter a Mataporcos e a São Cristovão. Havia, assim, uma tarefa grandiosa a empreender; mas, por circunstâncias, longas tambem de enumerar, Balthazar Lisboa viu-se cercado de inimigos e desafetos, a ponto de moverem contra ele a autoridade do Vice-Rei.

Narrando os fatos ao seu protetor, — dizia ele — "eu não peço a V. Ex. que S. M. me deixe de castigar se sou criminoso, mas que não seja sucumbido por um vice-rei que me persegue... e, como lhe merecí desatenções, descomposturas, e mil ultrages feitos à minha houra e à reputação que sirvo a S. M. não dando para isso o mais pequeno motivo, e desejando perder-me, faz com que os ministros me insultem". Nesse grave desacordo entre a autoridade geral e a autoridade regional falhava, assim, a convergência de esforços em benefício da Cidade.

Posteriormente, queixando-se ainda, comunicava, entretanto, ao Ministro Martinho de Mello e Castro: "que tomara a resolução de fazer a história da descoberta desta Capital e de todos os seus governadores, e o mais memoravel deles, até o atual Vice-Rei, acompanhando o governo de cada um, o estado da terra, do seu comércio e agricultura, e, juntamente, a história eclesiástica, desde o seu primeiro administrador até o atual Bispo, para ter a honra de oferecer a S. Ex.".

Com essa resolução, que datava de janeiro de 1790, demonstrava Balthazar Lisboa mais uma feição da sua habitual operosidade, da sua constante aplicação às coisas da inteligência, da nova orientação que dava aos seus estudos, cuidando, agora, de questões históricas, devido, certamente, à grande quantidade de documentos originais que examinaria no arquivo da cidade, em virtude de obrigações do cargo, e dos quais teria extraido cópias e anotações para os seus referidos trabalhos históricos, apesar das contrariedades que lhe causavam os inimigos que adquirira e de que se queixava.

Ao terminar o governo de Luiz de Vasconcellos, relatava, esse Vice-Rei, ao seu sucessor o estado da terra, e emitia sobre a Câmara e o seu presidente, a seguinte opinião: "... mas ordinariamente (como presentemente acontece) olhando ao mesmo tempo para o seu presidente, que tendo outras instruções, e devendo ter outras vistas mais apuradas, apenas segue os negócios de puro chavão, em que muitas vezes tropeça por ignorante, e quase sempre por altivo e absoluto, nem procuram, nem se empenham em adiantar os seus conhecimentos, para deles tirarem alguma utilidade em benefício do Estado e dos povos".

Interpreto esses qualificativos: ignorante, altivo e absoluto, como querendo exprimir: a falta de experiência; a exaltação do moço que se atribuia importância social, em virtude da proteção do Ministro; o desejo de corrigir, com impetuosidade, os desvios do meio colonial. Do contrário, teria de levar em conta, tambem, a opinião que se formara, então na cidade, a respeito desse Vice-Rei. Um espirituoso missivista da época dizia dele ao Ministro Martinho de Mello e Castro, o seguinte: "... sucedeu ao Marquês de Lavradio, o vigilante Vasconcellos, descobridor de novos modos de enriquecer, em cuja arte foi excelente naturalista, mas constante nas suas determinações, em cujo tempo se entreu a encher o porto de bandeiras inglesas com o título de embarcações de pesca, a elaborar o contrabando que até

hoje continua, extraindo, em troco do que trazem, o pau Brasil, ouro em pó, e o mais que faz conta".

Seja como for, Balthazar Lisboa, ao que parece, perdera já aquela espécie de encantamento com que vira, a princípio, as coisas do Rio de Janeiro, porque, numa carta ao seu protetor, enviava-lhe: "... um caixotinho verde das conchas que há nas praias desta cidade e seu recôncavo que é tudo quanto aquí droduz". Se as conchas eram, agora, tudo quanto essas praias produziam, onde estavam, então, as pérolas que nelas aportavam, e de cuja cultura se encarregaria? Como se vê, as circunstâncias eram cruéis: haviam transformado as pérolas da fantasia, em conchas de realidade...

Com a posse do Conde de Rezende, substituindo Luiz de Vasconcellos a 9 de junho de 1790, agravou-se, extraordinariamente, a situação para Balthazar Lisboa. O Conde não era comunicativo. Caracter sombrio, taciturno, nada favoravel aos Brasileiros nas suas determinações; via por toda parte, sentimentos de revolta, de liberdade, de independência. Creio que eram justificados esses receios. O espírito de brasilidade irrompia, de fato, por toda parte, na colônia.

Aconteceu que, pouco mais de um mês depois de sua posse, a 20 de julho, pelas duas horas da madrugada, lavrava o incêndio pelas casas do Telles, em frente ao palácio dos Governadores, onde se achava instalado o Senado da Câmara, na atual praça 15 de Novembro, de que existe, ainda, o remanescente Arco do Telles, passagem dessa praça para a atual travessa do Comércio. Provindo da loja, onde existia um belchior, o fogo consumiu todo o arquivo de preciosos documentos e objetos da Câmara, escapando, apenas, algum códices que se achavam na casa do escrivão.

Esse acidente tornou ainda mais valiosos os apontamentos e transcrições de que dispunha Balthazar Lisboa para organizar com precisão, clareza e originalidade a História da nossa Cidade. Ninguem melhor do que ele estaria, portanto, aparelhado para a realização da obra que resolvera empreender.

Algum tempo depois, a alçada especial enviada de Lisboa para julgamento dos reus da conjuração mineira, condenava Tiradentes à forca. Presidia a alçada o chanceler desembargador Sebastião Xavier de Vasconcellos Coutinho, que escrevera, no ano anterior, a Martinho de Mello e Castro, participando que: "... parecia-lhe poder assegurar que ao povo desta cidade se não tinha comunicado o contágio da Conjuração de Minas, porem seria prudente que S. M. usasse das cautelas e providências mais próprias para que nos empregos que podem ter influência nos povos haja pessoas de inteira fidelidade; porque geralmente o caracter dos Brasileiros é terem oposição aos vassalos de S. M. europeus, porque se persuadem que os nacionais do País teem mais talentos, e são mais dignos de governarem, e que os europeus lhe levam as riquezas que são devidas aos filhos deste continente, e que eles desejam insaciavelmente para sustentar o luxo e a vaidade que entre eles é sem limite".

Condenado Tiradentes, Balthazar Lisboa, como presidente da Câmara, baixou edital convidando o povo a festejar o acontecimento, sob as penas da lei, pondo luminárias durante três dias: "... por ter esta cidade, capital da América, a ventura de haver escapado de se contaminar de máximas sediciosas que procurou derramar Joaquim José da Silva Xavier". A 21 de abril de 1792 — segundo Joaquim Norberto — Balthazar e outros ministros acompanharam o cortejo, ao lado da carreta que conduzia o réu para a forca, armada no campo da Polé, montados em soberbos e bem arreiados cavalos. Esse espetáculo devia ter sido, naturalmente, um estimulante prodigioso para despertar, ainda mais, nos corações dos nacionais do País — a que se refere Vasconcellos Coutinho — o sentimento de brasilidade.

Pouco depois, irrompia, entre Balthazar e o Vice-Rei, uma luta, a princípio desassombrada, violenta, e, por fim, insidiosa e dissimulada. Foram inúmeros os episódios dessa luta, que tornou muito agitada a vida do Juiz de Fora do Rio de Janeiro. Destaco dentre eles, apenas, os mais importantes.

O Vice-Rei impedira, em cumprimento a ordens régias, que a Câmara desse, por aforamento, terrenos da marinha da cidade, e permitisse, aí, edificações que prejudicassem as praias. No entanto, autorizava, algum tempo depois, à Provedoria de Fazenda, a construir um alpendre a beiramar. Balthazar, reunindo a Câmara, apresentou-se no local embargando a obra. O Conde de Rezende, considerando ofendida a sua autoridade de Vice-Rei pelo ato, que qualificou de despótico, de Balthazar Lisboa, mandou prender os vereadores e oficiais da Câmara, comunicando para a Metrópole o incivil e indecoroso atentado, achando que merecia exemplaríssimo castigo o insultante arbítrio do Juiz de Fora.

Balthazar descobrira, entretanto, que um ajudante de ordens do Vice-Rei desviava a farinha destinada à alimentação do povo, afim de remetê-la para Pernambuco, onde era vendida por preço muito elevado. Seguiu para os armazens de depósito, mandou distribuí-la pela população, prendeu os mestres das embarcações que carregavam a farinha destinada a Pernambuco, tirando uma devassa do caso, afim de iniciar o processo criminal. O Conde de Rezende mandou intimá-lo a entregar a devassa. Balthazar entregou-a, tirando uma cópia que remeteu para Lisboa. Quando a comunicação do Vice-Rei chegou à Metrópole, foi o caso julgado, sendo removido para o Sul o ajudante de ordens do Conde. Ao que parece, desta vez triunfara o Juiz de Fora.

Em revide, o Vice-Rei nomeou um desembargador desafeto de Balthazar, para examinar o cartório da Provedoria de Defuntos e Ausentes, comunicando, depois, para o Tribunal da Mesa de Conciência, as graves irregularidades encontradas na escrituração. Defendendo-se, Balthazar declarou, mais tarde, que essa escrituração fora encontrada em dia, não só quanto aos bens dos ausentes como no que se referia aos dinheiros que se achavam a seu cargo.

Surge, afinal, o caso de uma carta anônima, assinada "um amigo infalivel" que propunha a Balthazar Lisboa — o assassinato do Conde, a posse imediata do governo pela Câmara, e a proclamação da liberdade da pátria, segundo os princípios da revolução francesa".

Balthazar morava, então, num sobradinho da rua do Ouvidor, onde havia uma loja ou tenda de negócio no pavimento térreo. Na manhã de 10 de janeiro de 1793, achava-se na sala de jantar, tomando chá, e conversando com o boticário Antonio Ribeiro de Paiva e o seu agregado Antonio José Lopes, quando ouviu, pelas nove horas, a voz do seu amigo, o negociante Jeronimo Teixeira Lobo, que lhe trazia um maço de cartas chegadas, na véspera à noite, pelo navio Pedra. Passando à sala da frente, começou a ler a correspondência enquanto o amigo, na janela, olhava para a rua. Dentre essas cartas surgiu a missiva anônima, cuja leitura o perturbou, apressando-se em remetê-la ao chanceler Vasconcellos Coutinho, explicando como a recebera. Sabedor do caso, o Conde de Rezende nomeou imediatamente a mesma comissão julgadora do processo da Inconfidência, de que era presidente o aludido chanceler, afim de proceder a rigorosa devassa sobre a origem da referida carta anônima. Foram presos todos os indivíduos por mãos dos quais passara a aludida carta, e o Juiz de Fora sofreu, em sua própria casa, uma demorada busca em seus papéis, afim de verificar se eram da mesma qualidade do da carta, e do que se vendia na loja do prédio.

Não vou esmiuçar aquí as peripécias desta irritante questão. Cedo a narração ao chanceler Vasconcellos Coutinho, quando, em abril de 1793, escrevia a Martinho de Mello e Castro atribuindo a autoria da carta anônima ao próprio Juiz de Fora, com o intuito de se benquistar com o Conde Vice-Rei, pois sabia que iam ser dirigidas para a Metrópole várias representações contra ele. O chanceler manifestava, então, ao Ministro a sua opinião, pela seguinte forma: "O Juiz de Fora desta cidade, Balthazar da Silva Lisboa, é natural da cidade da Baía, tem talento superabun-

dante para conceber e produzir as idéias que se encontram na dita carta, o seu gênio é pouco inclinado ao sossego, tendo-se implicado em disputas, algumas delas desnecessárias, não só com alguns ministros desta Relação, mas até com os Vice-Reis, tanto o atual como o seu antecessor e tem toda a animosidade para por em prática as lembranças que lhe ocorrerem se lhe parecer que lhe podem ser uteis. Que o dito Juiz de Fora — acrescentava — quisesse tirar da apresentação da dita carta, o partido de se benquistar com o Vice-Rei, notei eu quando o dito Ministro entrou na minha presença a falar ao mesmo Vice-Rei na ocasião em que lhe dei parte deste negócio, porque tentou menos de expor as circunstâncias dele, do que de querer justificar-se das queixas que entendia dele formava o Vice-Rei, persistindo neste empenho, de modo que foi necessário que o Vice-Rei lhe dissesse que nem ia à sua presença para tratar daquelas matérias, nem era aquela ocasião destinada a falar nelas".

Afigura-se-me, que o Conde ficara profundamente impressionado com a tal idéia do assassinato; e, embora atribuisse tambem a autoria da carta anônima a Balthazar pelas mesmas razões do chanceler, contudo não descansou, enquanto não conseguiu o afastamento do Juiz de Fora para longe do Rio de Janeiro.

Formado o processo, e remetida a devassa para Lisboa com os documentos e inquirições, declara muito mais tarde Balthazar: que o povo do Rio de Janeiro enviara, tambem, para a Metrópole, uma representação a seu favor com muitas assinaturas elogiando o seu procedimento; e que o Tribunal Ultramarino, de que era presidente o próprio pai do Conde de Rezende, julgou a acusação como efeito de ressentimentos privados, rejeitando-a.

Contudo, em carta de março de 1794, declarava Balthazar ao seu protetor: "... que havia um ano que vivia em boa harmonia com o Excelentíssimo Vice-rei que já conhecia melhor a sua conduta; comunicando, tambem, que estava concluindo o segundo volume da sua História do Rio de Janeiro; rogando, por fim, sua nomeação para

Secretário do Governo do Vice-Reinado, porquanto quem ocupava esse cargo era de avançada idade, nada fazia, e desejava aposentar-se".

A verdade, porem, era que a discordância continuava, cada vez mais acirrada entre ambos. A esse tempo, o Conde expedia cartas para Lisboa, acusando severamente o Juiz de Fora, e pedindo sua remoção do Rio de Janeiro.

Em 1795 falecia Martinho de Mello e Castro. Algum tempo depois, Balthazar Lisboa era substituido no cargo de Juiz de Fora por José Bernardo de Castro, pretendendo, entretanto, continuar a residir nesta Cidade. Opôs-se o Vice-rei, terminantemente, a essa resolução. Suas cartas de fevereiro e março de 1796 ao Ministro Luiz Pinto de Souza, substituto de Martinho de Mello e Castro, insistem em graves e exageradas acusações contra Balthazar Lisboa, sentindo-se na violência das suas invetivas, o terror do Conde pela presença do seu contendor na Cidade.

Por fim, mandou intimar Balthazar a retirar-se do Rio de Janeiro no prazo de três dias, fazendo-o embarcar para Lisboa — diz ele em carta ao Ministro — no dia 13 de julho de 1796, no navio que — por ironia da sorte — chamava-se *Invencivel*.

O Conde de Rezende sentiria com isso, profundo alívio aos seus temores diários; mas a população desta cidade votou-lhe, então, por várias razões, uma grande antipatia, apesar dos melhoramentos urbanos que realizara. Rezam as crônicas que, por sua vez, o povo sentiu-se grandemente aliviado quando ele deixou o governo. Daí o sucesso com que lhe festejaram a despedida, repetindo, em desafogo à alma popular, o seguinte curioso soneto, transcrito por Moreira de Azevedo, e da lavra de um ator em voga:

Parabens que se vai Dom Marisápula, Esse herdeiro da casa Rezendécula, A quem a fama ao som da negra técula Canta as ações, que prende em torta escápula. Creio irá demandar a corte Nápula, Onde dos dotes seus bem mostra a récula, Pois um herói de seculórum sécula E' justo admire a mesma cúria Pápula.

Nasceu para reger povo Meótico, Porem lançando a sorte o marfim cúbico, Deste mal nos livrou Astro Beótico.

Fora bem que o gozasse o império Núbico, Porque, quem nos regeu por modo gótico, Só na Nigrícia deve andar em público.

Findara, assim, em meados de 1796 — conforme esta nossa evocação — o segundo período da vida de Balthazar Lisboa. Período agitado, de atividades mais negativas do que propriamente construtivas. Na administração da cidade muito pouco conseguiu realizar alem de um pequeno código de posturas de setembro de 1795. Teve, porem, a oportunidade excepcional de compulsar documentos originais de grande relevância para a história da nossa Cidade. Levava, portanto, valiosos subsídios para a realização da obra começada, se as circunstâncias permitissem terminar o que havia idealizado.

* * *

Quando voltou de Lisboa para a Baía, nomeado Ouvidor da Comarca dos Ilhéus com a inspeção do corte das matas dessa Comarca, ia começar — o terceiro período de sua vida, segundo o esquema biográfico desta recordação. Tinha, então, trinta e seis anos de idade, prenúncio de madureza, de ponderação, de experiência no trato com os homens, de intuição realista das coisas e das circunstâncias. De fato é, ao nosso ver, o período mais interessante de sua vida pública, de suas preocupações de ordem intelectual, pelas múltiplas atividades que desenvolveu: abrindo estradas; percorrendo o sertão; inspecionando o corte das matas; observando minuciosamente a região em seus aspectos naturais, geográficos, econômicos, étnicos, administrativos e políticos.

Manifesta-se, então, com exuberância, o seu pendor para a descrição da flora, da fauna. dos produtos minerais, das populações indígenas e alienígenas, das condições hidrográficas, dos usos e costumes ca região. Como Ouvidor da Comarca, sua atuação foi, talvez, menos importante do que como inspetor das matas, porque a questão, aí, da mais alta importância para a época, consistia, justamente, na repressão à derrubada, pelo fogo e pelo ferro, dos troncos seculares que os sesmeiros abatiam e destruiam afim de alimpar o terreno para povoar de casas, e para plantar a mandioca. Ora, Balthazar Lisboa, com a sua já conhecida tendência autoritária nas coisas da administração, quis por um pouco de ordem na desordem com que se devastavam as matas, com que se procediam aos cortes, na ignorância da estrutura e da vida das árvores, do aproveitamento racional das madeiras, do transporte e expedição dos paus de lei. Sua atuação no caso teve, para logo, a reação e os embaraços criados pelo Padre Joaquim Francisco Malta, que era uma espécie de chefete na região. Afastados, porem, esses embaraços, Balthazar Lisboa propôs a organização de um regimento para o corte das Matas, que foi aprovado pelo Principe Regente, sendo elogiado pelo trabalho apresentado, e criado o Juizo de Conservação das Matas dos Ilhéus, ou Conservatoria das Matas, independente da Ouvidoria, para o qual foi nomeado com um conto de réis de vencimentos anuais. Esse regimento acha-se transcrito, por extenso, nos seus Anais. As câmaras Camamú, Maraú e dos Ilhéus, tecendo elogios à atuação de Balthazar Lisboa, solicitaram do governo que ele voltasse ao exercício cumulativo dos dois cargos.

Datam dessa época os seus seguintes trabalhos: Memória Topográfica e Econômica da Comarca dos Ilhéus, com a descrição das vilas dessa Comarca; Princípios de Física Vegetal para servirem de preliminar ao estudo dos Cortes das Madeiras, a que, às vezes, denominava, tambem, Física dos Bosques dos Ilhéus; Descrição das Arvores de Construção por seus caracteres botânicos; Memória dos trabalhos necessários para a abertura de uma estrada pela Costa, entre a Vila de Valença e o Rio Doce, com um mapa explicativo; Memória sobre a viagem na diligência a que, por ordem do Conde da Ponte, procedeu para a abertura de uma estrada para o Rio de Janeiro...

Desses trabalhos, a *Memoria sobre a Comarca dos Ilhéus*, foi, ao que parece, o único publicado, com duas variantes: a da Academia das Ciências de Lisboa, e a dos Anais da Biblioteca do Rio de Janeiro, de que existe um extrato manuscrito no arquivo deste Instituto.

Contou-me o ilustre consócio Dr. Afranio Peixoto que viu na Biblioteca Municipal de Braga, a qual teve por legado os papéis do Conde da Barca, um códice de Balthazar da Silva Lisboa, sobre Plantas e Espécies da Capitania dos Ilhéus, magnifico pelas informações e gravuras aguareladas do mais alto valor. Será, talvez, um dos trabalhos citados, com as referidas ilustrações no texto. Em carta dirigida ao Cônego Januario da Cunha Barbosa a 12 de fevereiro do 1840—original existente no arquivo deste Instituto—Balthazar alude a esse trabalho, dizendo que solicitara sua restituição para ser corrigido e copiadas as estampas, afim de ser, por ele, publicado, mas que essa solicitação nunca fora atendida.

Balthazar Lisboa tinha por hábito, depois de escrever seus trabalhos, remodelá-los, ampliando-os mais tarde, dando-lhes, às vezes, novas organização e redação, procurando melhorá-los, até conseguir a forma definitiva e completa de seu agrado. De seus Anais — por exemplo — existem dois códices na Biblioteca Nacional, diferentes um de outro, e dos que foram publicados em 1834. Infelizmente, esses trabalhos não foram, na sua maior parte, dados à publicidade. São, porem, tão numerosas as observações contidas nos seus manuscritos, tão interessantes os seus julgamentos, tão curiosas as indicações, que passo a dar, resumidamente, uma ligeira idéia das suas opiniões e anotações.

Privando - por exemplo - como Corregedor, com as diferentes câmaras das vilas da Comarca, ele que fora quase Prefeito do Rio de Janeiro nas condições já referidas, emite sobre elas a seguinte curiosa opinião: "... as câmaras — diz elle — não são assás instrumentos eficazes, das quais se devam servir os Magistrados para civilizar os Povos, instruindo-os e introduzindo-lhes meios para se fazerem ricos e afortunados, porque elas são compostas de homens pela maior parte da mesma educação, sem conhecimentos e sem virtuosos estímulos do Bem Público; são elevados e altivos sobre a grandeza dos seus nascimentos, e exercitando ao mesmo tempo ofícios que são efeitos de sua última miséria; daquí vem a inobservância dos Provimentos que lhes deixei na primeira correição; ainda aqueles que teem vantajosos meios e fundos para subsistir, ainda que apareçam em público cobertos de galões e os pés de grossas chapas de fivelas de ouro, e armados de espadim, igualmente de ouro, mobilia que constitue toda a sua riqueza externa; no interior das suas casas vivem quase nús, em fraldas de camisa, sem terem uma cama em que repousem, e da mesma maneira suas mulheres e filhas, que se não pode para as mesmas olhar muitas vezes pela indecência com que aparecem; estes são os ricos, os quais uma vez que os seus escravos, a quem não sustentam nem vestem, lhes trazem o marisco, o peixe, e algumas hervas, e da roça a mandioca, provendo para o fornecimento de sua dispensa a carne do sertão, não invejam aos mais ricos e poderosos do mundo, muito principalmente se conseguem bastões de Capitãesmores, e menores, que só em Cairú se contam cinco Capitães-mores entre agregados e efetivos; então por tal maneira se enfatuam, que ficam orgulhosos e desobedientes, vivendo em contínua intriga de umas com outras famílias, suscitada pelas mesmas distinções aos Postos, faltando aos deveres de Cidadãos e de Pais de família".

Aludindo ao serviço dos índios já domesticados, observa ele:

"... os Índios são comumente empregados nos cortes de madeiras do Jequié. E' para admirar o extremo valor e destreza com que vol. 175 -- 5203-940

trepados nas Falcas de Vinhático e de Cedro, descem as cachoeiras, sem cair, desviando com uma vara, aquelas do encontro das pedras e por arriscados saltos, pelo prêmio de duas patacas que os negociantes daquelas madeiras lhes pagam pela descida delas. Vivem como os demais Índios nas diversas vilas e aldeias: bêbados e vagabundos; dissipam, em poucas horas, o trabalho de muitos meses que estiveram nos cortes dos bosques, entregando nas tabernas tudo quanto receberam de seus amos. Não seria paradoxo — sugere — a união dos casamentos dos Índios com as negras e negros para o que há uma irresistivel atração; a prole que nasce é vigorosa e sadia e unicamente capaz de sofrer os ardores do Urente Astro que tão de perto toca o nosso hemisfério; esta mesma geração se transformaria em outro povo que, pelo trabalho e inteligência, nos futuros tempos, serão membros uteis da Sociedade".

Nas longas caminhadas pelo sertão, admirando a natureza virgem, examinando os usos e costumes das populações que se aglomeravam em pontos distantes pela terra dentro, à beira dos grandes rios, ou à sombra da floresta espessa, Balthazar Lisboa anota, com grande interesse, as diversas maneiras de tratamento das endemias regionais, consequentes à luta do homem contra as forças bravias da natureza. E' toda uma terapêutica empírica de ervas, de cozimentos, de emplastros, e, às vezes, de rezas para sarar mais depressa. São curiosas e pitorescas as suas indicações a respeito: "... nas sezões e febres intermitentes - diz ele - saudaveis amargos das cascas de várias árvores: cavaco de grem, quina de Camamú, ipecacuanha, batatinha de purga e galapa, que tomam desfeitas em água ou aguardente para descarregar as primeiras vias do humor da bilis degenerada. Vi, cheio de espanto — descreve ele — evitarem o ferro do cirurgião em postemas, saindo estas pela cutis, com folhas da herva chamada casadinho, ajuntando-lhe a outra chamada Maria Preta e juntamente as conhecidas por fedegoso, malmequeres, enxerto de passarinho, vassoura moida, mastruço, tudo bem pisado com um bolo de Carimá seco, e posto em cima da postema, amparado por cima com uma folha de Capeba, cobrindo tudo isso um pano de linho. E para que as mesmas postemas se resolvam com discrição, usam de óleos rosados; de macela, endro, ruda, com enxúndia de galinha, de pato, banha de porco, cebo de carneiro, tutano de vaca, malvas cozidas, açafrão, gemas de ovo, farinha de cevada, herva babosa assada e pisada, caroço de algodão, alfavaca pisada com mel de abelhas feito emplastro, mandioca puba pisada com açafrão, folhas de pariroba pisadas e quentes postas nas postemas".

Em seguida, especifica os tratamentos por beberagens, unguentos, rezas, aplicações tópicas, nos inúmeros males que afligiam aquelas populações, vítimas do arsenal agressivo da natureza virgem, atacando, insidiosamente, o pioneiro devassador de seus mistérios, de seus segredos.

Mas, diante das formas virentes da região, Balthazar Lisboa parece que adquire o senso de cientista, alma de artista, na descrição dos aspectos mutaveis da floresta, de acordo com a evolução vegetativa de cada exemplar descrito. Seus Princípios de Física Vegetal ou de Física dos Bosques são um repositório de particularidades morfológicas e fisiológicas das espécies vegetais da região. Alem da classificação botânica das plantas que estuda, faz uma descrição minuciosa e sumamente interesante do desenvolvimento que apresentam, em diferentes épocas do ano — o caule, a folha, a flor, o fruto — na sucessão natural peculiar a cada um desses atributos da espécie.

"Começa — descreve ele — a despir a árvore do Óleo no mês de julho, e aparece de novo vestida em agosto a outubro, coberta de flores, entregando o seu fruto em dezembro. A Sapucaia, nos meses de julho e agosto descobre a sua nudez, floresce em setembro e outubro, mas só em fevereiro a abril se inclinam os seus ramos a oferecer-nos os seus frutos. O Pau d'Arco larga a sua folhagem em agosto e setembro, e então retoma seus brilhantes vestidos adornados de belas

flores desde novembro, entregando-nos o seu fruto para fevereiro e março. Larga a sua folhagem o Pau Roxo, e cobre a sua nudez de flores pelo tronco e haste, por aquela mesma época, e seus frutos entrega na silíqua de janeiro a fevereiro". E, assim, vai delineando os aspectos florais, a exuberância das frondes e dos frutos: do Angelim, da Sucupira, do Jataí, da Oiticica, do Tapinhoã, do Oití, do Jataipeba, do Pequí — enfim dos exemplares gigantes das matas dos Ilhéus.

Quando, muito mais tarde, refunde os seus trabalhos anteriores, e dá forma definitiva à "Descrição das Árvores de Construção por seus caracteres botânicos" — dedica, então, a personagens eminentes do Brasil, a amigos, a parentes, e, até, a estrangeiros notaveis, a descrição que faz de cada espécie vegetal, declarando por que a dedica, e as razões por que homenageia às pessoas a quem se refere.

Não se alheou, entretanto, dos estudos de zoologia, descrevendo e classificando os animais, os pássaros, os peixes, as tartarugas de rio e do mar. Ocupa-se, tambem, da descrição geográfica, topográfica, hidrográfica da região dos Ilhéus, com minúcias de observação surpreendentes. Promove a cultura da Canela, do Café, do Cacau, da Pimenta, procedendo à criação do gado especialmente destinado ao arraste das madeiras. Procura utilizar-se das cascas do Pau Roxo, do Pequí, e da Arariba, para a confecção de tintas roxas e cor de rosa.

Contudo, continua, inexoravel, o desacordo com os homens, no exercício de suas funções públicas. Em carta dirigida a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1802, queixa-se, amargamente, do Ouvidor da Comarca que viera substituí-lo, dizendo que: "... se até então tive que lutar com embaraços, estes aumentaram com a chegada desse ministro; pois que sem embargo de o mandar buscar nas minhas cavalgaduras; de o ir esperar ao caminho, e conduzí-lo ao meu Quartel hospedando-o oito dias com a urbanidade e decência, que minhas possibilidades sofriam; levá-lo para Cairú depois da sua posse, sem

remuneração de tudo isto, o que aconteceu foi tratar-me com tanto desprezo, que nem a visita de cumprimento me pagou senão depois de oito meses, vindo a ela de botas e esporas, não me respondendo aos ofícios a bem do serviço... ordenando aos juizes que não me obedecessem... dizendo aos condutores da madeira que não sabia que coisa era Conservatoria, e com mofas insultando nas suas companhias a minha pessoa e cargo..." Termina, solicitando exoneração do serviço, e a licença para retirar-se com sua família para o reino.

O ministro ordenou, então, ao governador que prestasse ao Dr. Conservador das Matas o auxílio necessário, caso ele não tivesse delinquido, sentindo que o seu regresso para Lisboa (como constava de uma carta que recebera) não viesse a ser fatal àquele estabelecimento. Nessas circunstâncias, o Príncipe Regente ordenava, tambem, que informasse com o seu parecer sobre esse importante assunto, e sobre o comportamento do referido Conservador. Sinal evidente de que haveria já, na Metrópole, acusações enviadas pelos inimigos e desafetos de Balthazar Lisboa.

De suas peregrinações pelas matas, atravessando rios e brejos, construindo passagens provisórias, abrindo caminhos que facilitassem as comunicações, adquiriu moléstias graves, infeccionado pelo paludismo, abatido por forte intoxicação hepática. Partiu, licenciado para Lisboa, onde seguiu o tratamento necessário, aproveitando a oportunidade para conferenciar com os Ministros sobre coisas do Brasil. Volta aos Ilhéus, reassumindo o seu cargo, posteriormente reunido à Ouvidoria da Comarca.

Achava-se na Baía em 1808, quando aí aportou o navio que conduzia o Príncipe Regente, fugido à invasão napoleônica em Portugal. Sabe-se a influência exercida pelo irmão José da Silva Lisboa, na resolução da abertura dos portos do Brasil às nações amigas. Balthazar Lisboa dirige, então, em nome do Comércio da Baía, uma súplica ao Príncipe para que fosse transferida para São Salvador a

capital do Vice-Reino, descrevendo as inúmeras vantagens que resultariam dessa resolução em virtude da situação geográfica da Cidade.

Descobrira-se, havia mais de vinte anos, uma pedra extraordinária que se supunha conter ouro e prata. Sabendo dos seus conhecimentos metalúrgicos, o Conde da Ponte encarregou Balthazar de examiná-la. Ele informou que se tratava de uma massa de ferro nativo, puro, flexivel, maleavel ao fogo pela forja, de forma oval, de comprimento de nove palmos, seis na maior largura e três na maior altura, e tão pesada que seis juntas de bois a puderam levar, apenas, a quarenta passos de distância. Era o célebre meteórito de Bendegó, que se acha, hoje, recolhido ao Museu Nacional. O Conde dos Arcos incumbiu-o, tambem, do exame de uma jazida de carvão de pedra, descoberta a quatro léguas ao norte da Baía, no rio Cotegipe. Achou que era formado de camadas, umas horizontais, outras inclinadas e paralelas com as das pedras que o cercavam, extraindo pedaços daquele mineral que se assimilavam a vegetais petrificados, com nós e contestura linhosa.

Por fim, na recidiva de seus antigos padecimentos, conseguiu a aposentadoria do serviço público, recolhendo-se a uma fazenda que adquiriu no Rio das Contas, onde aproveita a serenidade de espírito para dedicar-se à coordenação dos numerosos documentos que possuia, afim de continuar a *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Escreve, tambem, uma interessante Memória sobre a Província da Baía.

Em 1816 recebe o título de Conselheiro. Três anos depois, alegando que: "... recresciam as enfermidades de que continuava a padecer, vendo tocar o termo de seus dias, com a mais pungente dor e aperto do coração (indício quase certo de sua pouca existência) solicitava de S. Majestade concedesse a sua mulher, filha de Lisboa, Dona Joanna Evangelista de Souza, aquela porção do ordenado que se dignara atribuir-lhe pela aposentadoria, afim de privá-la da pobreza

e miséria, e pudesse viver honestamente depois de sua morte". Foi concedida metade do ordenado, no caso de seu falecimento.

Aproximava-se, então, dos sessenta anos, quando em 1820, a rajada revolucionária pela conquista de liberdades públicas contra o absolutismo impôs em Portugal o juramento à constituição proclamada pelas Cortes. Balthazar Lisboa foi acusado pela Câmara de Valença, de negar-se a esse juramento, por adepto fervoroso do absolutismo. Preso, na sua fazenda, e conduzido para a Baía, deixaram-no, entretanto, em liberdade, em virtude do seu profundo abatimento físico. Não obstante jurou a carta constitucional sob declaração de que ela não faria a felicidade da nação.

Com a proclamação da Independência, apesar de haver dirigido felicitações a José Bonifacio, de ter assinado a ata da Vila de Maraú, seus desafetos conseguiram ainda — diz ele mais tarde — que as Câmaras de Cachoeira, do Rio das Contas, e de Valença, representassem contra ele, como oposto à causa da Independência. Daí sua deliberação de, com grandes sacrifícios, voltar para o Rio de Janeiro, onde teve, segundo seu depoimento, o desgosto de não ser admitido a falar a José Bonifacio e ao Imperador. Desvaneceram-se, porem, essas acusações, acrescenta, quando foram recebidos os periódicos da Baía, verificando-se que havia lá grande irritação contra ele, pela enérgica proclamação que fizera aos baianos, exortando-os a expelir as tropas lusitanas que ocupavam a cidade.

De fato, a 20 de março de 1823, o "Diário do Governo" publicava a ordem do Imperador, assinada por José Bonifacio, autorizando a Junta Diretora da Tipografia Nacional a imprimir a memória do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa: Riqueza do Brasil em Madeiras de Construção e Carpintaria dedicada a Pedro I. Nessa publicação veem especificadas as aplicações úteis de 309 qualidades de madeiras do Brasil, destinadas principalmente à construção naval, e assinaladas por seus nomes vulgares, em ordem alfabética. Um mês depois, oferecia ainda ao Imperador, vinte pranchões anuais,

por espaço de seis anos, destinados à Marinha Nacional, os quais deviam ser levados para o Arsenal da Baía, quando ela se libertasse do jugo que a oprimia.

* * *

A esta altura, iniciara-se já — segundo esta recordação — o quarto e último período da vida de Balthazar Lisboa. Residindo, agora no Rio de Janeiro, de onde fora expulso pelo Conde de Rezende; ocupando o irmão, o Visconde de Cairú, situação eminente na política e nas letras, inicia Balthazar Lisboa sua vida de advogado na Corte. Fujo à intenção de aludir a inúmeros episódios interessantes desse período, para não alongar, em demasia, esta recordação. Pareceria, agora, que, aposentado no serviço público, em consequência do seu estado de saude, Balthazar entraria, definitivamente, no otium cum dignitate. Bem o contrário dessa suposição, vai ele exercer, ainda, várias atividades, que demonstrarão a fibra resistente do velho baiano.

Em 1828 funda-se a Academia de São Paulo. Foram nomeados: Arouche Rendon, para diretor; Avellar Brotero e Balthazar Lisboa, lentes do Curso Jurídico. Este, para a cadeira de Direito Eclesiástico.

Nas suas Tradições e Reminiscências da Academia de São Paulo, Almeida Nogueira conta curiosos episódios da época, relativos a Balthazar Lisboa; suas indecisões, suas fraquezas, seus temores nas lutas com Avelar Brotero. Este era jovem (tinha trinta anos) irrequieto, agressivo, inteligente e culto; Balthazar Lisboa, apesar de sua grande cultura, tornara-se, pela idade e o sofrimento, tímido, vacilante, retraido. Dentro em pouco, inimizados, trocam-se doestos, arrazoando autos de uma pendência judicial. Mas a violência de Brotero atinge tambem a Rendon, que resolve pedir demissão do cargo ao Ministro, afim — diz ele — "... de não ir às mãos desse estrangeiro (Brotero era português), ou de desamparar o posto que S. M. Imperial fora servido conferir-lhe. Ambos eram dolorosos, e esperava da honra e da integridade de S. Ex. que o salvaria desse embaraço".

Quanto a Balthazar Lisboa, abatido e adoentado, sofreu as consequências da combatividade de Brotero, a ponto — diz Arouche Rendon em ofício ao Ministro, narrando fatos — "... de perturbar-se sempre que via o contendor. Vindo à minha casa ante-ontem e conservando sobre as matérias decididas na congregação, achei-o hóspede em quase tudo, e teve a singeleza de me dizer que se viu tão perturbado que nem se lembrava do que disse e assinou".

Regeu, entretanto, durante o ano de 1829, a sua cadeira de direito celesiástico, produzindo, em fins do anterior a oração a Pedro I, no dia do seu aniversário natalício; e a Fala de abertura do seu curso — nas quais se mostra absolutista, contrário aos princípios democráticos da revolução francesa.

Almeida Nogueira transcreve um documento interessante da época: a carta de um dos primeiros e dos mais distintos alunos do curso jurídico de São Paulo, o estudante Antonio de Azevedo Marques, a seu irmão, em Santos: "Brotero — diz ele — é um homem esquentado, inconsiderado, rápido como um relâmpago em tudo o que diz ou faz, sem exceção da mínima ação que pratica. Deu-lhe a mania para liberal exaltado, ou furioso se quiserem; pouco ou nada religioso. Considerando estas qualidades no último extremo, e colocando-se, portanto, o Brotero como primeiro anel de uma cadeia, o extremo oposto, ou o último anel dessa cadeia, há de ser, por força, Balthazar e por isso não o descreverei..."

Balthazar Lisboa era, entretanto, um homem de grande cultura para o seu tempo, mau grado disposições congênitas do seu temperamento, que lhe proporcionavam dissabores, no contato com homens à altura de seu valor e da sua condição social. A incompatibilidade de gênios entre os dois professores, levou-o a pedir demissão do lugar de lente da Academia de São Paulo.

Voltando para o Rio, não descansou, no entanto, o operoso brasileiro. Foi eleito Juiz de Paz da freguezia de São José; exerceu,

por algum tempo, o cargo de Secretário da Nunciatura, quando sob a direção do delegado apostólico Domingos Fabrini.

Acompanhando, espiritualmente, as grandes transformações políticas da época, escreveu as *Observações sobre a Lei da Re*gência Permanente nas quais se manifesta, como sempre, convencido da necessidade da concentração da autoridade, na direção do governo, pleiteando a supremacia do poder executivo sobre os demais poderes constitucionais, afim de evitar a anarquia e a revolução.

Por ocasião do Ato Adicional, redigiu um projeto de Lei para as Câmaras Municipais, que apresentou à Assembléia Geral Legislativa, acompanhado de reflexões sobre a alçada, o objetivo, e a finalidade das Câmaras. Nesse projeto há um artigo interessante, o de n. 48 que estabelece o seguinte: "A Câmara proporá ao Governo mandar vir da Europa engenheiros teóricos e práticos de Hidráulica, levantamento de estradas, calçadas e pontes, com a obrigação de ensinar aos nossos cidadãos aquelas ciências, o que devem segurar os seus agentes nos contratos categóricos e seguros que convencionarem".

Nas reflexões que acompanham esse projeto, a de n. 24 é uma reminiscência longínqua do seu tempo de Juiz de Fora no Rio de Janeiro. Escuso dizer que há, nela, uma acusação póstuma ao Conde de Rezende. A sequência do tempo não havia esbatido, ainda, na memória do velho, a recordação do ânimo vingativo do Conde.

Em 1834-35 colige os seus documentos sobre a história da nossa cidade, e publica, então, os sete volumes dos seus Anais do Rio de Janeiro, nos quais insere, por vezes, curiosas observações e reflexões surgidas no decurso de sua dilatada existência. Dentre estas, surpreendo a seguinte condenação, pelo Balthazar ancião, das atitudes do Balthazar jovem: "... não fazendo a natureza nada de salto, mas gradualmente — dis ele à página 269 do 5.º volume — foi contrário à sua sabedoria a nossa política de chamar moços imberbes, apenas formados na Universidade, para presidirem a cabeças bran-

cas veneraveis de cidadãos da Municipalidade, com tão grande jurisdição e ingerência em negócios os mais importantes; quando cheios de fantasias não são versados nos conhecimentos das leis e polícia municipal, sem os quais a administração pública não pode ser bem dirigida, reclamando todavia suma prudência e moderação para levar os cidadãos à felicidade a que aspiram na prática da virtude. "A experiência da vida, pelo instinto de conservação social, condenava assim a inexperiência de outrora, agitada pelo instinto de inovação peculiar à juventude...

Em 1835, falecia o Visconde de Cairú. Seu filho, Bento da Silva Lisboa, Barão de Cairú, recolheu, então, à sua casa o velho tio Balthazar da Silva Lisboa, viuvo, doente, sem descendência direta, alquebrado no seu antigo vigor físico, mas sempre espiritualmente trabalhador e produtivo.

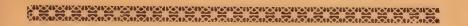
Em 1838 funda-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo Balthazar Lisboa aí acolhido, por seu renome de historiador, entre os primeiros sócios honorários da nova Instituição.

De 1838 a 1840, o operoso escritor mantem com o Instituto ativa correspondência, acompanhada da remessa de vários trabalhos históricos, sendo que alguns, especialmente elaborados para serem incluidos na Revista Trimensal. Suas cartas originais conservam-se, carinhosamente, no precioso arquivo desta casa, e, na última delas, redigida pouco mais de três meses antes de sua morte — tinha, então, setenta e nove anos — enviava ao Instituto o 2.º capítulo da Apontamentos para a História Eclesiástica declarando que "em breve enviaria o 3.º, de maior extensão, esperando da benevolência da magna sociedade desculpe a imperfeição do seu trabalho, que corrigido por mão mais habil, possa servir à instrução pública".

A 14 de agosto de 1840 — há, por conseguinte, cem anos — faleceu, sendo sepultado na igreja dos religiosos carmelitas, orando à beira da campa, em nome do Instituto Histórico, o sócio, Major Pedro de Alcantara Belegarde.

Termina aquí esta singela evovação, resumidamente descritiva, sem nenhum julgamento crítico da vida e da obra de Balthazar da Silva Lisboa, comemorando, apenas, o centenário de sua morte.

Como ressonância da existência do velho lutador, presidindo a uma das sessões desta casa, Pedro II incumbiu o Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiros Filho, de examinar os escritos do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa que o Instituto Histórico possuia, afim de dizer qual deles se devia primeiro aproveitar na integra. O parecer de Malheiros Filho, julgando, somente, três dos mais importantes trabalhos de Balthazar Lisboa, foi apresentado ao Imperador, em abril de 1853, e guarda-se, cuidadosamente, entre os cimélios desta nossa gloriosa e mais que centenária Instituição. (Aplausos calorosos.)



BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTOS

- (1) Bento da Silva Lisboa. Biografia de Balthazar da Silva Lisboa. R. I. H. Tomo 2, 1840, pág. 384. "A biografia que passo a ler declara Bento da Silvo Lisboa é quase toda composta pelo falecido Conselheiro".
- (2) Pedro de Alcantara Belegarde. Elogio Histórico de Balthazar da Silva Lisboa. R. I. H. Tomo 2, 1840, pág. 590.
- (3) Joaquim Manuel de Macedo. Biografia de Balthazar da Silva Lisboa. Ano Biográfico Brasileiro, 1876, pág. 21.
- (4) * * * * Biografia de Balthazar da Silva Lisboa. Dicionário Bibliográfico de Brasileiros Célebres nas Letras, Artes, Política, Filantropia, Guerra, Diplomacia, Indústrias, Ciências e Caridade. Compilado por * * * *. Laemmert, editor. Rio de Janeiro, 1871.
- (5) Sacramento Blake. Biografia de Balthazar da Silva Lisboa. Dicionário Bibliográfico Brasileiro, 1883, vol. 1.º, pág. 376.
- (6) J. M. P. de Vasconcelos. Biografia de Balthazar da Silva Lisboa. Seleta Brasiliense, ou Notícias, Descobertas, Observações, Fatos e Curiosidades em relação aos Homens, à História e Coisas do Brasil. Rio de Janeiro. Laemmert, editor, 1868.
- (7) Balthazar da Silva Lisboa. Carta de 15 de maio de 1787, ao Ministro Martinho de Melo e Castro. Correspondência de Várias Autoridades. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 223.

- (8) Idem. Carta de 2 de abril de 1787, ao referido Ministro. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 226.
- (9) Idem. Carta de 1 de janeiro de 1788, ao referido Ministro. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 228.
- (10) Luiz de Vasconcelos. Ofício de 7 de janeiro de 1788, remetendo para Lisboa a planta Spigélia, preparada por Balthazar Lisboa. Correspondência dos Vice-Reis: A. N. Livro 8, pág. 1.
- (11) Balthazar da Silva Lisboa. Carta de 11 de agosto de 1789, ao Ministro Martinho de Melo e Castro. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 237.
- (12) Idem. Carta de 16 de janeiro de 1790, ao referido Ministro. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 239.
- (13) Idem. Carta de 22 de fevereiro de 1790, ao referido Ministro. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 240.
- (14) Luiz de Vasconcelos e Souza. Relatório instrutivo e circunstanciado entregue ao seu sucessor, o Conde de Rezende, a 4 de junho de 1790. R. I. H. Tomo 4, 1842, pág. 3.
- (15) Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho. Carta de 30 de maio de 1791, ao Ministro Martinho de Melo e Castro, sobre a devassa a que se procedeu em Minas por ordem do Visconde de Barbacena. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 245.
- (16) Conde de Rezende. Carta de 22 de junho de 1792 ao Ministro Martinho de Melo e Castro, contra Balthazar da Silva Lisboa, sobre a questão das farinhas. A. N. Correspondência dos Vice-Reis. Livro 10, pág. 105.
- (17) Idem. Carta de 22 de novembro de 1792, remetendo documentos ao Tribunal da Mesa de Conciência sobre irregularidades praticadas por Balthazar da Silva Lisboa, na qualidade de provedor de Defuntos e Ausentes. A. N. Cor. dos Vice-Reis. Livro 10, pág. 250.

- (18) Idem. Carta de 25 de novembro de 1792 ao Ministro Martinho de Melo e Castro, contra Balthazar da Silva Lisboa, sobre o embargo de uma obra na marinha da Cidade, feita pela Inspeção Real da Fazenda. Cor. dos Vice-Reis. A. N. Livro 4, pág. 74 v.
- (19) Idem. Carta de 26 de novembro de 1792 ao referido Ministro, contra Balthazar da Silva Lisboa, por haver procedido à devassa dos atravessadores da farinha, afim de conhecer das que se tomavam para os armazens reais. Cor. dos Vice-Reis. A. N. Livro 10, pág. 385.
- (20) Balthazar da Silva Lisboa. Carta de 22 de dezembro de 1792 a Martinho de Melo e Castro. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 254.
- (21) Schastião Xavier de Vasconcelos Coutinho. Carta de 1 de abril de 1793 a Martinho de Melo e Castro, sobre a devassa da carta anônima atribuida a Balthazar da Silva Lisboa. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.º, pág. 255.
- (22) Balthazar da Silva Lisboa. Carta de 10 de abril de 1793 a Martinho de Melo e Castro. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 264.
- (23) Amador Patricio da Maia. Carta de 15 de fevereiro de 1794 a Martinho de Melo e Castro, sobre os Vice-Reis. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 268.
- (24) Balthazar da Silva Lisboa. Carta de 20 de março de 1794 a Martinho de Melo e Castro. Cor. de Várias Aut. R. I. H. Tomo 65, parte 1.ª, pág. 273.
- (25) Conde de Rezende. Carta de 3 de maio de 1794 a Martinho de Melo e Castro, informando sobre a carta anônima atribuida a Balthazar da Silva Lisboa. Cor. dos Vice-Reis. A. N. Livro 11, pág. 185. Reproduzida na R. I. H. Tomo 32, 1869, pág. 285.
- (26) Idem. Carta de 23 de março de 1794 ao Conselho Ultramarino, informando sobre a reclamação de Balthazar da Silva Lis-

- boa, a respeito da Serventia de Juiz da Alfândega. R. A. D. F. Vol. 4, pág. 473.
- (27) Balthazar da Silva Lisboa. Edital de Posturas de 22 de agosto de 1795, publicado a 5 de setembro de 1795. R. A. D. F. Vol. 2, pág. 326.
- (28) Idem. Ordem do Dr. Juiz Presidente do Senado da Câmara, sobre arruações. 10 de setembro de 1790. R. A. D. F. Vol. 2, pág. 427.
- (29) Conde de Rezende. Carta de 14 de fevereiro de 1796 ao Ministro Luiz Pinto de Souza, participando o procedimento irregular de Balthazar da Silva Lisboa. A. N. Cor. dos Vice-reis. Livro 13, pág. 3. Cópia existente no A. I. H. G. B. Mass. 1845. Lata 109.
- (30) Idem. Carta de 10 de março de 1796, comunicando ter representado à Câmara do Rio de Janeiro sobre a necessidade da abertura de uma travessa entre as ruas do Lavradio e de São Lourenço (hoje dos Inválidos). A. N. Livro 5, pág. 28.
- (31) Idem. Carta de 13 de março de 1796 ao Ministro Luiz Pinto de Souza, comunicando os motivos por que ordenara a Balthazar da Silva Lisboa que se retirasse da cidade. A. N. Cor. dos Vice-Reis. Livro 13, pág. 5. Cópia existente no A. I. H. G. B. Mss. 1876. Lata 110.
- (32) Idem. Carta de 13 de julho de 1796, comunicando que se transportava no navio *Invencivel* e por ordem sua, o Juiz de Fora desta Cidade, Balthazar da Silva Lisboa. A. N. Cor. dos Vice-Reis. Livro 5, pág. 55.
- (33) Vários Registos do Senado da Câmara, 1787-1821, com a seguinte declaração inicial: "Este livro hade servir para segundo a ordem dos tempos, dia, mez e anno systematicamente se ponhão as Leis emanadas por decretos, alvarás e ordens positivas de S. Mag.*. Vai numerado e rubricado por mim com a rubrica Dr. Silva

- de que uso neste lugar. Rio, 27 de mayo de 1787. Dr. Balthazar da Silva Lisboa". A. D. F. Códice n. 83.
- (34) Registo de Cartas do Senado da Câmara, 1788-1808, com a seguinte declaração inicial: "Ha de servir este livro para nele registarem as cartas do Senado da Câmara, vai numerado e rubricado por mim com a rubrica Dr. Silva de que uso neste lugar. Rio, 22 de junho de 1788. Dr. Balthazar da Silva Lisboa". A. D. F. Códice n. 2.727.
- (35) Conde de Rezende. Registo da Carta de 25 de agosto de 1795 ao Senado da Câmara, sobre os desmanchos e atrazos que tem sofrido a Câmara. A. D. F. Códice n. 2.727, pág. 35.
- (36) Idem. Registo do Ofício de 20 de fevereiro de 1796 ao Senado da Câmara sobre a abertura de uma travessa entre as ruas do Lavradio e de São Lourenço (atual Inválidos), ordenando a remessa dos autos de embargo que obteve o Desembargador José Martins da Costa. A. D. F. Códice n. 2.727, pág. 40.
- (37) Balthazar da Silva Lisboa, como Ouvidor da Comarca. Registo da carta de 2 de março de 1790 ao Senado da Câmara, sobre a abertura de huma larga rua que partindo do Campo de Sant'Ana vá ter a Mataporcos e São Cristovão. A. D. F. Extrato do Registo de Cartas, 1788-1808. Códice n. 6, pág. 19 v.
- 38) Idem, como Ouvidor da Comarca. Registo da precatória de 25 de maio de 1790, ao Senado da Câmara, afim de entregar ao escrivão da Ouvidoria, que passará recibo, os livros de registos de ordens régias e vereanças, e o tombo dos Bens do Conselho, e o de resgate da Cidade e Colônias, afim de examiná-los. A. D. F. Extrato do Registo de Cartas de 1788-1808. Códice n. 6, pág. 20.
- (39) Conde de Rezende. Carta de 28 de setembro de 1795 ao Senado da Câmara, convidando-a, por ordem real, a vir à sua presença, deixando alguns membros que possam fazer as suas vezes.

- A. D. F. Extrato do Registo de Cartas de 1788-1808. Códice. n. 6.
- (40) José Corrêa Rangel de Bulhões, ajudante de engenheiro. Informação e planta, de 5 de março de 1796, sobre a abertura e prolongamento da antiga rua da Barreira, entre as ruas do Lavradio e a dos Inválidos, e os óbices criados a essa abertura pelo Desembargador José Martins da Costa, favorecido por seu amigo, Balthazar da Silva Lisboa. Mello Moraes Crônica Geral e Minuciosa do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1879, pág. 170.
- (41) Joaquim Norberto de Souza e Silva. História da Conjuração Mineira, pág. 414. A transcrição do edital da Câmara, por extenso, acha-se na nota 2 da pág. 417.
- (42) Documentos relativos a Balthazar da Silva Lisboa, existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar, inventariados por Eduardo de Castro e Almeida para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

 Ofício de D. Fernando José de Portugal, 30 de abril de 1798, para D. Rodrigo de Souza Coutinho, remetendo para o Gabinete de História Natural pássaros e diversos animais da Capitania do Rio de Janeiro, que lhe tinha oferecido o Ouvidor da Comarca dos Ilhéus: Balthazar da Silva Lisboa. Inventrio, vol. IV, pág. 25, doc. 18.260.
- (43) Idem. Ofício do Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Souza Coutinho Cairú, 15 de outubro de 1798 referindo-se ao corte das madeiras no Cairú e à necessidade de criar uma nova vila; transcrevendo um trecho desse ofício. Inv. vol. IV, pág. 41, doc. 18.418.
- (44) Idem. Ofício de D. Fernando José de Portugal 4 de outubro de 1798 para Balthazar da Silva Lisboa, Ouvidor e Juiz Conservador das Matas da Comarca dos Ilhéus, sobre contro das madeiras e a conservação das matas do Cairú. Inv. vol. IV, pág. 41, doc. 18.419.

- (45) Regimento do corte das madeiras das matas e criação do Juizo da Conservação das Matas dos Ilhéus, posto em execução pela Carta régia de 12 de julho de 1789. Inv. Vol. IV, pág. 92, doc. 19.080.
- (46) Ofício de D. Fernando José de Portugal 25 de janeiro de 1799 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, apresentando considerações sobre o corte das matas e o Regimento elaborado. Inv. Vol. IV, pág. 92, doc. 19.079.
- (47) Informação de Balthazar da Silva Lisboa sobre a Comarca dos Ilhéus, sua origem, sua agricultura, comércio, população e preciosas matas, em ofício datado de Cairú a 20 de março de 1799, a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Inv. Vol. IV, págs. 102 a 117. doc. 19.209.
- (48) Ofício de D. Fernando José de Portugal 23 de abril de 1799 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre vários incidentes que se deram na elaboração do Regimento dos Cortes das Madeiras. Inv. Vol. IV, pág. 140, doc. 19.363.
- (49) Ofício do Governador da Baía, D. Fernando José de Portugal 25 de setembro de 1799 a D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre os louvores dirigidos ao Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa, pelos serviços prestados no corte das madeiras de construção, e o procedimento judicial contra o padre Joaquim Francisco Malta, que pretendera contrariar as suas ordens. Inv. Vol. IV, pág. 153, doc. 19.483:
- (50) Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal 12 de novembro de 1799 a D. Rodrigo de Souza Coutinho, acusando a recepção da carta régia de 11 de julho desse ano, que desacumulou de lugar de Ouvidor da Comarca dos Ilhéus as funções de Juiz Conservador das Matas, cujo lugar ficaria exercendo o Dr. Balthazar da Silva I boa, com o ordenado anual de um conto de réis. Inv. Vol. IV, pág. 162, doc. 19.545.

- (51) Representação dirigida à Rainha pela Câmara de Camamú 18 de maio de 1799, pedindo que o Ouvidor da Comarca, Balthazar da Silva Lisboa, continuasse a acumular as funções de Juiz Conservador das Matas, referindo os valiosos serviços que prestara no desempenho dos dois cargos. Inv. Vol. IV, pág. 177, doc. 19.705.
- (52) Representação dirigida à Rainha pela Câmara de Marahú 18 de maio de 1799 consignando os relevantes serviços prestados pelo Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa, pedindo sua conservação no desempenho dos dois cargos. Inv. Vol. IV, pá. 177, doc. 19.706.
- (53) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Cairú, 4 de setembro de 1799 a D. Rodrigo de Souza Coutinho, participando não ter recebido os impressos para instrução dos agricultores, que lhe haviam sido remetidos de Lisboa. Inv. Vol. IV, pág. 178, doc. 19.719.
- (54) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Cairú, 2 de setembro de 1799 a D. Rodrigo de Souza Coutinho, referindo-se à ereção da Vila de Nova Valença, e participando que aí fixaria sua residência oficial para melhor fiscalização do corte das madeiras. Inv. Vol. IV, pág. 178, doc. 19.720.
- (55) Auto mandado lavrar a 10 de julho de 1799, pelo Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca dos Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa, erigindo em vila de Nova Valença a antiga povoação de Una. Inv. Vol. IV, pág. 179, doc. 19.721.
- (56) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Baía, 7 de agosto de 1799 dara D. Rodrigo de Souza Coutinho, tratando do corte das madeiras, e das intrigas do pedre Joaquim Francisco Malta. Inv. Vol. IV, pág. 179, doc, 19.722.
- (57) Auto de injúrias a que procedeu o Ouvidor, Provedor e Juiz Conservador das Matas, Balthazar da Silva Lisboa, contra o

padre Joaquim Francisco Malta, na vila de Camamú, a 17 de junho de 1799. Inv. Vol. IV, pág. 179, doc. 19.723.

- (58) Auto sumário a que procedeu o Ouvidor da Comarca dos Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa, em Camamú. a 10 de junho de 1799, contra os maus procedimentos do padre Joaquim Francisco Malta. Inv. Vol. IV, pág. 179, doc. 19.724.
- (59) Oficios trocados entre Balthazar da Silva Lisboa e o Governador e Capitão-General da Baía, em várias datas, sobre o corte das madeiras. Inv. Vol. IV, pág. 179, doc. 19.725.
- (60) Ofício do Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa Cairú, 22 de agosto de 1799 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a pesca e criação de tartarugas, e a descoberta do ambar gris na praia do Tacaré. Inv. Vol. IV, pág. 179, doc. 19.726.
- (61) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Baía, 26 de novembro de 1799 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, referindo-se aos seus estudos botânicos. Inv. Vol. IV, pág. 183, doc. 19.755.
- (62) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Baía, 21 de janeiro de 1799 referindo-se ao corte das madeiras, à conservação das matas e à falta de recursos em que viviam as populações da Comarca. Inv. Vol. IV, pág. 231, doc. 20.425.
- (63) Representação da Câmara dos Ilhéus 25 de maio de 1799 pedindo a conservação do Ouvidor da Comarca, Balthazar da Silva Lisboa, acumulando as funções de Ouvidor e de Comissário das Matas. Inv. Vol. IV, pág. 232, doc. 20.433.
- (64) Ofícios de 2 e 4 de setembro de 1799, do Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa para D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre as matas e o corte das madeiras. Inv. Vol. IV, pág. 232, doc. 20.434-35.
- (65) Ofício do Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa Nova Valença, 28 de novembro de 1799 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre cortes e vendas das madeiras, e os tombos das matas

- a que procedeu na Comarca dos Ilhéus. Inv. Vol. IV, pág. 232, doc. 20.436, com os seguintes documentos:
- (66) Mapa dos taboados de vinhático, suas dimensões, preços antigos e atuais, e direitos que se devem pagar no embarque, doc. 20.437.
- (67) Mapa dos taboados e putumujos, suas dimensões, preços por que presentemente se vendem e dantes se vendiam, e direitos que devem pagar nos portos de embarque, doc. 20.438.
- (68) Mapa de mastreações, madeiras de construção e de machado, piaçabas, estopas e cascas de mangue que se costuma exportar desta Comarca dos Ilhéus para a cidade da Baía, com seus preços ordinários, exportações que tem e direitos que devem pagar no embarque, doc. 20.439.`
- (69) Mapa dos taboados ordinários das qualidades nele constantes, os preços por que se compram na terra, a exportação que tem desta Comarca dos Ilhéus, e os direitos que devem pagar no embarque por dúzia, para poderem ir para a Baía ou seus recôncavos, doc. 20.440.
- (70) Mapa da madeira de construção que tem ido para o Real Arsenal da Baía, desde janeiro a novembro de 1799, doc. 20.441.
- (71) Memória sobre os cortes das madeiras da Comarca dos Ilhéus, pelo Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa, dirigida a D. Rodrigo de Souza Coutinho, doc. 20.442.
- (72) Representação do administrador das matas Gabriel Pinto de Pinho, dirigida de Itapecerica, 11 de agosto de 1798, ao Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa, sobre o transporte das madeiras e os preços dos fretes, doc. 20.443.
- (73) Tabela dos preços dos fretes das madeiras, acordados entre os condutores do corte de Mapendipe, doc. 20.444.
- (74) Declaração dos condutores das madeiras de Sarapuí e Taperoá, sobre os preços dos fretes, doc. 20.445.

- (75) Oficio do Juiz Ordinário e Presidente da Câmara do Camamú, para o Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa, de 22 de setembro de 1799, sobre os lavradores e plantações de mandioca do termo daquela vila, doc. 20.446.
- (76) Auto de declarações prestadas pelos lavradores do termo de Camamú 22 de setembro de 1799 perante a respectiva Câmara, sobre as suas plantações de mandioca, doc. 20.447.
- (77) Mapa das quantidades de farinha de mandioca que os diversos lavradores do Camamú remeteram para a cidade da Baía no ano de 1799, doc. 20.448.
- (78) Informação da Câmara de Valença sobre as declarações dos lavradores acerca das plantações de mandioca 15 de novembro de 1799, doc. 20.449.
- (79) Auto do Tombo das terras e matas de Mapendipe, pertencentes à Comarca dos Ilhéus, doc. 20.450.
- (80) Tombo das terras pertencentes à Real Fazenda, desde o rio Aquí até Canavieiras 22 de novembro de 1798, doc. 20.451.
- (81) Auto do Tombo das terras situadas nas duas margens do rio Taipe 24 de maio de 1799, doc. 20.452.
- (82) Termo de declarações dos lavradores do Camurugí, termo da vila dos Ilhéus Cairú, 28 de outubro de 1799, doc. 20.453.
- (83) Termo de declarações do lavrador Francisco Xavier de Araujo, do Taperoá, sobre as plantações de mandioca Cairú, 27 de outubro de 1799, doc. 20.454.
- (84) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 2 de março de 1800 comunicando a D. Rodrigo de Souza Coutinho ter descoberto uma espécie de *Quina*, desde o braço do termo do Camamú até o rio das Contas. Inv. Vol. IV, pág. 235, doc. 20.458.
- (85) Carta régia de instruções ao Capitão-General Francisco da Cunha Menezes sucessor de D. Fernando José de Portugal ordenando que sobre as matas consultasse a Balthazar da Silva Lisboa. Inv. Vol. IV, pág. 235, doc. 20.459.

- (86) Carta particular de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 20 de maio de 1800 pedindo a D. Rodrigo de Souza Coutinho que se interessasse pelo deferimento de um seu pedido. Inv. Vol. IV, pág. 243, doc. 20.448.
- (87) Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal, para D. Rodrigo de Souza Coutinho Baía, 12 de maio de 1800 no qual se refere à descoberta de uma árvore na Comarca dos Ilhéus, que se supusera ser a *Quina*, mas que os boticários mais peritos afirmavam não ser. Inv. Vol. IV, pág. 246, doc. 20.517, com os dois seguintes documentos:
- (88) Descrição da árvore descoberta nas matas da Comarca dos Ilhéus, muito semelhantes à da *Quina*, doc. 20.518.
- (89) Aquarelas (duas) em que se representam nas suas cores naturais: os ramos, as folhas, flores e frutos da árvore a que se referem os documentos anteriores, doc. 20.519-20.
- (90) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 25 de junho de 1800 a D. Rodrigo de Souza Coutinho, agradecendo os louvores que lhe foram dirigidos em reconhecimento do dedicado zelo e inteligente desempenho dos seus serviços. Inv. Vol. IV, pág. 267. doc. 20.739.
- (91) Atestado do Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa Camamú, 16 de novembro de 1799 afirmando o zelo e préstimo do sargento-mor Domingos Alvares Branco Moniz Barreto, governador do presídio de São Paulo do Morro. Inv. Vol. IV. pág. 269, doc. 20.760.
- (92) Portaria do Juiz Conservador Balthazar da Silva Lisboa Valença, 4 de junho de 1800 dirigida ao Comandante do presídio de São Paulo do Morro, sobre o serviço do corte das madeiras. Inv. Vol. IV, pág. 269, doc. 20.761.
- (93) Ofício do Juiz Conservador Balthazar da Silva Lisboa Baía, 24 de junho de 1800 a D. Rodrigo de Souza Coutinho, em

que se defende das acusações caluniosas do padre Joaquim Francisco Malta. Inv. Vol. IV, pág. 273, doc. 20.791.

- (94) Ofício de D. Fernando José de Portugal Baía, 23 de agosto de 1800 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, participando ter comunicado ao Ouvidor Balthazar da Silva Lisboa, conservador das matas reais, que podia continuar a residir na casa que antecedentemente habitava. Inv. Vol. IV, pág. 276, doc. 20.819.
- (95) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 12 de setembro de 1800 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, dando informações sobre o corte das madeiras. Inv. Vol. IV, pág. 280, doc. 20.860.
- (96) Ofício do Governador do presídio do Morro Domingos Alvares Branco Moniz Barreto 2 de setembro de 1800 para Balthazar da Silva Lisboa, referindo-se ao estabelecimento de pastagens necessárias para a alimentação dos bois precisos para os arrastos da madeira. Inv. Vol. IV. pág. 280, doc. 20.861.
- (97) Regimento da Conservação das Matas e do Corte das madeiras. Projeto elaborado pelo Juiz Conservador Balthazar da Silva Lisboa. Inv. Vol. IV. pág. 280, doc. 20.862.
- (98) Ofício de Domingos Alvares Branco Moniz Barreto 17 de setembro de 1800 para D. Rodrigo de Souza Coutinho. participando ter mandado oferecer a Balthazar da Silva Lisboa os terrenos que possuia nas margens do rio Jacaré, para os aproveitar em pastagens para os gados. Inv. Vol. IV, pág. 280, doc. 20.863.
- (99) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 5 de setembro de 1800 para Domingos Alvares Branco Moniz Barreto, no qual lhe agradece a oferta a que se refere o antecedente. Inv. Vol. IV, pág. 280, doc. 20.864.
- (100) Ofício de D. Fernando José de Portugal Baía, 18 de novembro de 1800 para D. Rodrigo de Souza Coutinho, informando sobre as queixas do padre Joaquim Francisco Malta, contra

- o Ouvidor dos Ilhéus Balthazar da Silva Lisboa e o seu escrivão João Afonso Liberato. Inv. Vol. IV. pág. 287, doc. 20.940.
- (101) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 12 de janeiro de 1802 para o governo interino da Baía, informando que nada conseguira das sementeiras da *Teca*, a que procedera com o maior cuidado e interesse. Inv. Vol. IV, pág. 471, doc. 23.567.
- (102) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 16 de fevereiro de 1802 no qual informa sobre a cultura do *Morus Popyrifero* e o resultado das experiências a que procedera. Inv. Vol. IV. pág. 474, doc. 23.604.
- (103) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Baía, 25 de abril de 1802 para o Visconde de Anadia, informando-o sobre os embaraços oficiais opostos ao gozo da licença que pedira, para tratar, no Reino, de sua saude. Inv. Vol. IV, pág. 478, doc. 23.658.
- (104) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 27 de junho de 1802 para o Visconde de Anadia, no qual se refere aos seus serviços, e à remessa da Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. Inv. Vol. V. pág. 1, doc. 24.002.
- (105) Balthazar da Silva Lisboa, Memória sobre a Comarca dos Ilhéus. Inv. Vol. V, págs. 1 a 22. doc. 24.003.
- (106) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Valença, 20 de abril de 1804 para o Visconde de Anadia, no qual se refere aos cortes das madeiras, aos serviços que tinha prestado e ao desejo de regressar ao Reino. Inv. Vol. V, pág. 145, doc. 25.964.
- (107) Ofício do Juiz Conservador das Matas dos Ilhéus, Balthazar da Silva Lishoa Baía, 3 de abril de 1804 achando que se devia suspender o corte das madeiras, por não haver já onde resguardá-las, nem navios bastantes para as transportar. Inv. Vol. V, pág. 146, doc. 25.982.
- (108) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa Baía, 25 de maio de 1804 informando sobre as acusações apresentadas contra o

escrivão da Ouvidoria: José Coelho Rolim de Wandeck. Inv. Vol. V, pág. 152, doc. 26.011.

- (109) Atestados de doença do Desembargador Balthazar da Silva Lisboa, Juiz Conservador das Matas dos Ilhéus, passados pelos médicos: José Avelino Barbosa, na Baía, a 19 de novembro de 1804, e José Antonio da Costa Ferreira, na Baía, a 23 de novembro de 1804. Inv. Vol. V, pág. 227, docs. 27.071-72.
- (110) Ofício do Governador Francisco da Cunha Menezes Baía, 25 de janeiro de 1805 para o Visconde de Anadia, participando ter concedido licença ao Desembargador Balthazar da Silva Lisboa para ir ao Reino fazer uso das águas das Caldas da Rainha. Inv. Vol. V, pág. 227, doc. 27.070.
- (111) Atestado do Conservador das Matas dos Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa, sobre os bons serviços prestados pelo Capitãomor Antonio Marques Brandão, passado em Valença a 11 de fevereiro de 1803. Inv. Vol. V, pág. 290, doc. 27.346.
- (112) Certidão do discurso de despedida proferido pelo Corregedor da Comarca dos Ilhéus, Balthazar da Silva Lisboa, na última sessão do Senado da Câmara a que presidiu. Inv. Vol. V, pág. 290, doc. 27.347.
- (113) Carta particular de Domingos Alvares Branco Moniz Barreto Baía, 18 de julho de 1805 para o Visconde de Anadia, em que lhe pede para ser ouvido, no caso de o *ex conservador* das Matas, Balthazar da Silva Lisboa, apresentar superiormente qualquer queixa a seu respeito. Inv. Vol. V, pág. 292, doc. 27.369.
- (114) Carta de Balthazar da Silva Lisboa Baía, 20 de fevereiro de 1806 para o Visconde de Anadia, participando sua próxima partida para a Comarca dos Ilhéus. Inv. Vol. V, pág. 382, doc. 28.753.
- (115) Ofício do Juiz Conservador das Matas, Balthazar da Silva Lisboa — Valença, 2 de agosto de 1806 — para o Visconde

- de Anadia, sobre o corte das madeiras. Inv. Vol. V, pág. 388, doc. 28.853.
- (116) Ofício de Balthazar da Silva Lisboa 20 de outubro de 1806 sobre a remessa de madeiras para o Arsenal Real de Lisboa, acompanhado de uma relação das madeiras carregadas a bordo da charrua *Principe da Beira*. Inv. Vol. V, pág. 392, doc. 28.909.
- (117) Atestado do Juiz Conservador das Reais Matas, Balthazar da Silva Lisboa Valença, 12 de janeiro de 1805 sobre os serviços de Gonçalo Gomes Correia, que pedia isenção do pagamento de foro de uma sesmaria de que obtivera carta de confirmação. Inv. Vol. V, pág. 406, doc. 29.116.
- (118) Ofício do Conservador das Matas, Balthazar da Silva Lisboa Valença, 15 de junho de 1807 sobre a remessa de cascas do pau roxo, pau pequí e arariba, de que se podiam fazer tintas roxas e cor de rosa, por meio de trituração. Inv. Vol. V, pág. 464, doc. 29.938.
- (119) Ofício do Conde da Ponte Baía, 10 de julho de 1807 para o Juiz Conservador das Matas, Balthazar da Silva Lisboa, no qual o louva por ter promovido a cultura das caneleiras, do café, cacau e pimenteiras da Asia, e a criação de gados para arrastar as madeiras. Inv. Vol. V, pág. 465, doc. 29.950.
- (120) Ofício do Juiz Conservador das Matas, Balthazar da Silva Lisboa Valença, 26 de julho de 1807 para o Visconde de Anadia, sobre a maneira como tem desempenhado o seu cargo e fomentado a exportação das madeiras. Acompanhado da relação das madeiras remetidas para o Arsenal Real de Lisboa, desde outubro de 1806 a julho de 1807. Inv. Vol. V, pág. 465, docs. 29.949-51.
- (121) Balthazar da Silva Lisboa. Memória sobre a Província da Baía, sua descoberta, povoação primária e seu governo, desde o seu primeiro Governador Thomé de Souza. A. I. H. Mss. n. 362, Lata 17.

- (122) Idem. Comarca dos Ilhéus, notícia extrato da informação do Ouvidor da Comarca, Balthazar da Silva Lisboa, em 18 de dezembro de 1813. A. I. H. Mss. n. 362, Lata 17.
- (123) Idem. Ofício de 31 de janeiro de 1810, sobre os estragos feitos pelos Botucudos, e noções sobre os terrenos por eles infestados. A. I. H. Mss. n. 1.828, Lata 109.
- (124) Idem. Petição para troca do cargo com o Desembargador Antonio José de Miranda. Ambos assinam essa petição. A. I. H. Mss. n. 17.372, Lata 355. "Balthazar havia sido despachado Desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação, continuando no exercício de Juiz Conservador das Matas da Comarca dos Ilhéus, e porque o suplicante se achava havia onze anos nesse serviço, desejava que permitisse V. A. que ele exercesse o seu lugar na Casa de Suplicação, visto que o Desembargador Antonio José de Miranda não duvidava trocar com o suplicante o exercício daquele Tribunal, em que foi promovido por V. A., por isso que da troca daquele não resulta prejuizo de terceiro, por ter aquele Ministro, como o suplicante, a mesma antiguidade na Relação do Porto, de serviço a V. A., por ser notoriamente habil, em cuja circunstância, prostrado ante o Trono, pede se digne aprovar a troca de exercício pedida."
- (125) Idem. Carta de 20 de janeiro de 1839 ao Instituto Histórico. A. I. H. Mss. n. 2.679, Lata 140.
- (126) Idem. Carta de 12 de maio de 1839 ao Instituto Histórico. A. I. H. Mss. n. 2.705, Lata 148.
- (127) Idem. Carta de 9 de junho de 1839 ao Instituto Histórico. A. I. H. Mss. n. 2.791, Lata 140.
- (128) Idem. Carta de 8 de julho de 1839 ao Cônego Januario da Cunha Barbosa. A. I. H. Mss. n. 2.698, Lata 140.
- (129) Idem. Carta de 28 de julho de 1839 ao Cônego Januario da Cunha Barbosa. A. I. H. Mss. n. 2.793, Lata 140.
- (130) Idem. Carta de 24 de agosto de 1839 ao Cônego Januario da Cunha Barbosa. A. I. H. Mss. n. 2.795, Lata 140.

- (131) Idem. Carta de 4 de outubro de 1839 ao Cônego Januario da Cunha Barbosa. A. I. H. Mss. n. 2.798, Lata 140.
- (132) Idem. Carta de 18 de outubro de 1839 ao Cônego Januario da Cunha Barbosa, oferecendo ao Instituto conchas das praias desta cidade e de São João da Barra. A. I. H. Mss. n. 2.770, Lata 140.
- (133) Idem. Carta de 29 de outubro de 1839 ao Cônego Januario da Cunha Barbosa. A. I. H. Mss. n. 2.800, Lata 140.
- (134) Idem. Carta de 12 de fevereiro de 1840 ao Cônego Januario da Cunha Barbosa. A. I. H. Mss. n. 2.834, Lata 141.
- (135) Idem. Carta de 22 de abril de 1840 ao Cônego Januario da Cunha Barbosa, enviando ao Instituto Histórico o 2.º Capítulo dos Apontamentos da História Eclesiástica. A. I. H. Mss. n. 2.911, Lata 141.
- (136) Idem. Apontamentos para a História Eclesiástica do Rio de Janeiro, desde a fundação da cidade até o presente tempo. A. I. H. Mss. n. 19, Lata 2.
- (137) Idem. Oração recitada na Aula do Curso Jurídico, no Convento de São Francisco da Imperial Cidade de São Paulo, por ocasião do aniversário de Sua Magestade Imperial o Senhor D. Pedro I. Rio de Janeiro. Tipografia Imperial e Nacional, 1828.
- (138) Idem. Observações sobre a Lei da Regência Permanente. A. I. H. Mss. n. 784, Lata 41 (10 folhas).
- (139) Carta Régia de 11 de janeiro de 1799, nomeando Balthazar da Silva Lisboa para Conservador das Matas da Comarca dos Ilhéus. A. I. H. Mss. n. 220, Lata 10.
- (140) Agostinho Marques Perdigão Malheiros Filho. Exame dos escritos de Balthazar da Silva Lisboa, existentes no Instituto Histórico e Geográfico, por ordem do Imperador, 1853. A. I. H. Mss. n. 939, Lata 48 (25 folhas).
- (141) Almeida Nogueira. A Academia de São Paulo, Tradições e Reminiscências. 4.ª série. São Paulo, 1908, pág. 26.

- (142) Spencer Vampré. Memórias para a História da Academia de São Paulo. Livraria Acadêmica. São Paulo, 1924.
- (143) Haroldo Paranhos. História do Romantismo no Brasil. 1500-1830. Edições Cultura Brasileira S. A., São Paulo, pág. 398.
- (144) Cônego Januario da Cunha Barbosa. Secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico. Relatório: "... e o nosso decano da literatura brasileira, o veneravel sócio honorário Balthazar da Silva Lisboa, cujas forças em tão avançada idade parece que se renovaram à noticia da fundação do nosso Instituto, e o animaram a enriquecê-lo com muitos e preciosos escritos que nos tem enviado e continua a enviar. Recebemos deste incansavel literato um Bosquejo Histórico da Literatura Portuguesa, que serve de introdução a um corpo biográfico dos mais distintos Brasileiros, e de muitos Varões Célebres por seus serviços ao Brasil; e um pequeno e interessante volume de estampas coloridas, representando os uniformes militares do Rio de Janeiro em 1782. Recebemos uma extensa memória sobre a Fundação da Cidade da Baía, e seus diversos acontecimentos, como princípio de desenvolvimento de um dos programas do nosso Instituto. Recebemos, enfim, deste honrado sócio uma coleção de conchas rarissimas, e arranjadas com suma delicadeza." R. I. H. Tomo I (2.ª edição), 1839, pág. 277.
- (145) Balthazar da Silva Lisboa. Anais do Rio de Janeiro, manuscrito, encadernado, 533 páginas. B.N. I-3-1 n. 19. N. 5.524 do Cat. da Exp.
- (146) Idem. Anais do Rio de Janeiro até 1663, manuscrito antigo, inédito, encadernado. B. N. I-4-2-n. 3. N. 5.524 do Cat. da Exp.
- (147) Idem. Anais do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade, com a História Civil e Eclesiástica, até a chegada del-rei D. João VI, alem de notícias topográficas, geológicas e botânicas. 7 volumes. Rio de Janeiro, na

Tip. imp. e const. de Seignot-Plancher & C.*. Rua do Ouvidor n. 95. 1834-1835.

- (148) Idem. Memória sobre a Comarca dos Ilhéus, remetida a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Domínios Ultramarinos. Manuscrito, encadernado, redação diferente da enviada, mais tarde, ao Visconde de Anadia (vide ns. 104 e 105). Cairú, 2 de março de 1799. B. N. I-4-2-n. 47. N. 51.900 do Cat. da Exp.
- (149) Idem. Memória Topográfica e Econômica da Comarca dos Ilhéus, publicada nas Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa. Tomo IX, 1825, págs. 87 a 269 (original diferente dos de ns. 105, 148 e 150).
- (150) Idem. Memória da Comarca dos Ilhéus, publicada nos Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 37, 1915 (original idêntico ao de n. 105).
- (151) Registo de Providências expedidas para o Brasil. 1796-1800. Coleção cronológica e analítica em que se compreendem todas as providências que se expediam ao Vice-rei do Estado do Brasil, por ordem do Príncipe Regente, desde 14 de setembro de 1790 até 20 de maio de 1800. Manuscrito encadernado. B. N. I-3-3-n. 60.
- (152) Balthazar da Silva Lisboa. Discurso Histórico e Político sobre os progressos e estado da Filosofia Natural Portuguesa, pelo Dr. Balthazar da Silva Lisboa, graduado na Faculdade de Leis, e Opositor aos Lugares de Letras. Manuscrito encadernado, ótima letra. B. N. I-5-1-n. 33.
- (153) Idem. Memória do Desembargador Balthazar da Silva Lisboa, sobre a sua viagem na diligência a que por ordem deste Governo procedeu, da abertura da estrada para o Rio de Janeiro, cujo original foi remetido pelo Secretário d'Estado dos Negócios do Brasil. Valença, 28 de agosto de 1808. Ilmo. e Exmo. Sr. Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania da Baía. Manuscrito. B. N. I-8-2-n. 20.

- (154) Idem. Memória dos trabalhos necessários para a abertura de uma estrada pela costa, entre a vila de Valença da Baía, e o Rio Doce, apresentada a Sua Alteza Real o Príncipe Regente em 1808, pelo Desembargador Balthazar da Silva Lisboa. É acompanhada de um mapa, o qual se acha descrito em seu lugar. (O mapa não se acha junto; refere Sacramento Blake que está no Arquivo Militar.) Manuscrito, ótima letra. B. N. I-31-18-26. N. 522 do Cat. da Exp.
- (155) Idem. Princípios de Física Vegetal para servir de preliminar ao estudo dos cortes das madeiras. Manuscrito. B. N. I-32-12-23. N. 11.787 do Cat. da Exp.
- (156) Carta de Balthazar da Silva Lisboa, Juiz Conservador das Matas, a D. Rodrigo de Souza Coutinho, remetendo a Memória sobre os Cortes das Madeiras Valença, 28 de junho de 1802. Manuscrito. Acompanha a portaria original de D. Rodrigo de Souza Coutinho a Francisco da Cunha e Menezes, ordenando providências a respeito da carta acima. B. N. I-31-30-80. N. 6.366 do Cat. da Exp.
- (157) Balthazar da Silva Lisboa. Sobre as cautelas convenientes estribadas em princípios agrônomos dos Cortes das Árvores. Manuscrito, incompleto, Cap. 3.º, boa letra. B. N. I-32-12-22. N. 11.786 do Cat. da Exp.
- (158) Idem. Memória sobre as Matas da Comarca dos Ilhéus, Cortes de Madeiras estabelecidos em diversos lugares, principalmente no Cairú, ordens que a esse fim se tem expedido da Corte, estabelecimento de uma nova Conservatoria para a conservação das mesmas matas, e regulamento dos referidos cortes, e o estado atual desta dependência até o 1.º de agosto de 1803. Manuscrito (dois documentos, 43 folhas). B. N. I-31-30-27. N. 6.373 do Cat. da Exp.
- (159) Idem. Descrição das Arvores de Construção pelos seus Caracteres Botânicos. Manuscrito (até à página 59 a letra não é de Vol. 175 5203-940

Balthazar; dessa página em diante § 28, é do punho do autor). B. N. I-31-12-21. N. 11.784 do Cat. da Exp.

- (160) Petição do Desembargador Conselheiro aposentado Balthazar da Silva Lisboa, solicitando para sua mulher D. Joanna Evangelista de Sousa, uma pensão em caso de sua morte. Manuscrito (dois documentos). Foi concedida metade do ordenado pela resolução de Sua Majestade, de 24 de abril de 1819, assinada pelo Conde dos Arcos, e dirigida a Thomaz Antonio de Villanova Portugal B. N. n. 26. C29-26.
- (161) Concessão de carta do Título de Conselho, ao Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, a 13 de novembro de 1816. Foi passada a carta a 18 de novembro de 1816. Manuscrito. B. N. C927-8.
- (162) Quina do Brasil oferecida ao Ilmo. e Exmo. Sr. D. Fernando José de Portugal, Governador e Capitão-General da Baía, pelo Dr. Balthazar da Silva Lisboa, Juiz Conservador das Matas dos Ilhéus, e em testemunho do seu reconhecimento, achada nas Matas da mesma Comarca em o ano de 1800. Manuscrito. B. N. I-32-12-19. N. 11.769 do Cat. da Exp.
- (163) Balthazar da Silva Lisboa. Notícia científica da existência e condições do ferro encontrado no riacho Bendeijó, cabeceira do rio Cachoeira; e do carvão de pedra da mina descoberta em 1813.
- (164) Idem. Fala do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, lente da 2.ª cadeira do 2.º ano do Curso Jurídico da Cidade de São Paulo, na abertura de sua aula em 3 de março de 1829. Rio de Janeiro. Na Tipografia Imperial e Nacional. 1829. B. N. IV-320-4-5m 15. Cadeira de Direito Público Eclesiástico.
- (165) Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva. Memórias Históricas e Políticas da Província da Baía, anotadas pelo Dr. Braz do Amaral. Baía, 1931. Vol. III, págs. 231-232, nota 27 do Dr. Braz do Amaral, transcrevendo, em parte, a súplica que se mandou da Cidade da Baía, pedindo que fosse transferida para a Baía a sede

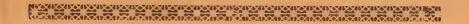
da Corte estabelecida no Rio de Janeiro, sendo Comissário o Dr. Balthazar da Silva Lisboa.

- (166) Varnhagen, História do Brasil, 3.ª edição, 5.º vol., página 105, nota (7) de Rodolfo Garcia.
- (167) Francisco Moraes, conservador da Sala Brasil. Estudantes da Universidade de Coimbra, nascidos no Brasil. Anotação sobre Balthazar da Silva Lisboa, de 1776 a 1782. B. N.
- (168) Luiz dos Santos Vilhena. Cartas de Vilhena. Notícias Soteropolitanas e Brasílicas, anotadas pelo Professor Braz do Amaral. Baía, 1922, 2.º vol. Notícia sobre Balthazar da Silva Lisboa, vol. II, pág. 341, 1802.
- (169) Autos de exame e averiguação sobre o autor de uma carta anônima escrita ao Juiz de Fora desta Cidade: Balthazar da Silva Lisboa. B. N. Manuscritos.
- (170) Idem. Carta de Balthazar da Silva Lisboa ao Chanceler Conselheiro, remetendo a carta.
 - (171) Idem. Carta anônima recebida por Balthazar Lisboa.
- (172) Idem. Certificado passado por Balthazar Lisboa da forma por que recebera a carta.
 - (173) Idem. Auto de perguntas a Jeronymo Teixeira Lobo.
 - (174) Idem. Auto de perguntas ao Capitão do navio Pedra.
- (175) Idem. Auto de perguntas a Caetano Alberto de Moraes, embarcadiço.
- (176) Idem. Auto de perguntas a Antonio Lucas, marujo do navio Pedra.
- (177) Idem. Auto de perguntas a Amaro Velho da Silva, negociante; e ao Capitão do navio *Luzitana*: Ferreira dos Santos.
- (178) Idem. Auto de perguntas a Antonio Ribeiro de Paiva (boticário); e Antonio José Lopes (agregado da casa do Dr. Balthazar Lisboa); ao cabelereiro Jeronymo José Machado, vindo de Lisboa e familiar da casa do Dr. Balthazar Lisboa,

- (179) Diário do Governo de 20 de março de 1823. Ordem de S. M. o Imperador, assinada por José Bonifacio, mandando que se imprimisse na Tipografia Nacional a memória do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, oferecida a Pedro I. (Esta indicação foi-me gentilmente comunicada pelo Dr. Rodolfo Garcia.)
- (180) Balthazar da Silva Lisboa. Riqueza do Brasil em Madeiras de Construção e Carpintaria, oferecida a S. Majestade Imperial. Rio de Janeiro. Tipografia Nacional, 1823. B. N. III-96-6-4.
- (181) Diário do Governo de 18 de abril de 1823. Oferta do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, para o serviço da Marinha Nacional e Imperial, de 20 pranchões anuais, por espaço de seis anos, os quais deverão ser levados ao Arsenal de Marinha da Cidade da Baía, quando ela se libertar do jugo que ora a oprime. S. Majestade aceitou a oferta. Luiz da Cunha Moreira. (Esta indicação foi-me gentilmente comunicada pelo Dr. Rodolfo Garcia.)
- (182) José Carlos de Carvalho. Meteórito de Bendegó. Histórico, tentativas feitas para a sua remoção do Sertão da Província da Baía, para o Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1928. (Não alude ao relatório de Balthazar Lisboa. Compare-se o exame dos elementos que constituem a massa meteórica, com a descrição de Balthazar Lisboa.)
- (183) Balthazar da Silva Lisboa. Projeto de lei para as Câmaras Municipais, apresentado à Assembléia Geral Legislativa. Ofício de Balthazar Lisboa ao Presidente e Vereadores da Câmara 14 de junho de 1834 remetendo uma cópia do projeto, acompanhado de reflexões sobre a Lei das Muincipalidades, afim de figurar no Arquivo da Câmara. A. D. F. Códice 2.717. 1834.
- (184) Jornal do Comércio n. 219 de quinta-feira, 20 de agosto de 1840, noticiando o falecimento do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, a 14 desse mês, e o seu funeral no dia 16, na Igreja dos Religiosos Carmelitas.

- (185) Pedro de Alcantara Belegarde. Discurso por ocasião de ser dado à sepultura o corpo do Conselheiro Balthazar da Silva Lisboa. R. I. H. Vol. II (2.* edição), pág. 409.
- (186) Balthazar da Silva Lisboa. Extrato dos Anais do Rio de Janeiro. R. I. H. Vol. IV, págs. 248 e 318.
- (187) Idem. Recordação memoravel das pessoas ilustres que serviram à glória deste país, até à época de 1710. R. I. H. Vol. V, pág. 420.
- (188) Felisbelo Freire. História da Cidade do Rio de Janeiro. Vol. II. 1700-1808, págs. 834 a 841.
- (189) Fortunato de Almeida, História de Portugal, Tomo IV. 1580-1816, pág. 433.
- (190) Almanaques da Cidade do Rio de Janeiro para os anos de 1792 e 1794, atribuidos ao primeiro tenente de Bombeiros do Regimento de Artilharia, Antonio Duarte Nunes, com explicação de Rodolfo Garcia. Anais da Biblioteca Nacional. Vol. LIX, 1937, págs. 187 a 353.
- (191) Sylvio Romero. História da Literatura Brasileira. Tomo 1.º, 1500-1830. Rio de Janeiro, Garnier, editor, 1902, págs. 396 a 402.
 - (192) André Maurois. Aspects de la Biographie. Paris, 1928.
- (193) Vieira Fazenda. Referências a Balthazar Lisboa. (Tiradentes, Depoimento dos Velhos.) R. I. H. Vol. 140, pág. 256.
- (194) Idem. "Tiradentes (o Campo da Polé)." R. I. H. Vol. 140, pág. 272.
- (195) Idem. "Tiradentes (Opiniões)." R. I. H. Vol. 140, pág. 285.
- (196) Idem. "Tiradentes (Opiniões)." R. I. H. Vol. 140, pág. 291.
 - (197) Idem. "Ajuda." R. I. H. Vol. 140, pág. 323.
 - (198) Idem. "Antonio de Mariz." R. I. H. Vol. 140, pág. 388.

- (199) Idem. "Orfãos de São Pedro." R. I. H. Vol. 140, páginas 439 e 442.
 - (200) Idem. "Barbonos." R. I. H. Vol. 140, pág. 458.
- (201) Idem. "A Inconfidência Mineira e a Maçonaria." R. I. H. Vol. 147, pág. 113.
- (202) Idem. "O Amigo dos Escravos." R. I. H. Vol. 149, pág. 223.
 - (203) Idem. "Rua do Senado." R. I. H. Vol. 149, pág. 400.
- (204) Balthazar da Silva Lisboa. Notícias biográficas dos mais distintos brasileiros, e de muitos varões célebres por seus serviços ao Brasil. Memória enviada ao Instituto Histórico, escrita em cadernos de papel almasso in 4.º, abrangendo 341 folhas ou 682 páginas. (Este documento não se acha no Arquivo do Instituto Histórico.)
- (205) Varnhagen. História do Brasil. 3º edição. (Vide anotações sobre Balthazar da Silva Lisboa, do autor, e, principalmente, de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.)



O Sr. Presidente Macedo Soares felicitando o Sr. João da Costa Ferreira pelo brilhante trabalho que acabara de ler, declarou que a próxima sessão do Instituto será no dia 25 de setembro, em comemoração do quarto centenário da fundação da Companhia de Jesús, falando o orador oficial do Instituto, Sr. Pedro Calmon.

Levantou-se a sessão às 18 e meia horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.





SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.682), EM 25 DE SETEMBRO DE 1940

PRESIDÊNCIA DO SR. EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Às 17 horas abriu-se a sessão, tendo sido a mesa composta dos Srs. Macedo Soares, Presidente; Dr. Geraldo Mascarenhas da Silva, representante do Sr. Presidente da República; Cardeal D. Sebastião Lenie, Monsenhor Aloisi Masella, Núncio Apostólico, e Dr. Max Fleiuss, Secretário Perpétuo.

Compareceram os sócios Srs. José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Claudio Ganns, José Wanderley de Araujo Pinho, Braz Hermenegildo do Amaral, Ernesto de Souza Campos, Alfredo Ferreira Lage, Raul Tavares, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Manuel Tavares Cavalcanti, Jeronymo de Avelar Figueira de Mello, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Oswaldo Aranha, Virgilio Corrêa Filho, Raul Regis de Oliveira, Alfredo Valladão, Elmano Cardim, Martinho Nobre de Mello, Rodrigo Octavio Filho, Alexandre Emilio Sommier, Affonso d'Escragnolle Taunay, Emilio Fernandes de Souza Docca e Levi Carneiro.

O SR. Presidente Macedo Soares, justificando a convocação da sessão especial, comemorativa do Quarto centenário da companhia de Jesús, deu a palavra ao Sr. Pedro Calmon, orador oficial do Instituto.





QUARTO CENTENÁRIO DA COMPANHIA DE JESÚS

O SR. Pedro Calmon começou a sua conferência, dizendo que o jesuita foi o primeiro professor do Brasil, o missionário que consumiu dois séculos na sua catequese, colonizador espiritual, operário da construção nacional entre as forças que organizaram igualmente a sociedade, a cultura, a economia e a temperança cristã ao tempo de Nobrega, Anchieta, Vieira.

Trouxeram-nos a cruz; tambem a cartilha; a literatura a par do catecismo, que transformou em colono o bugre; a planta, que, transformou a paisagem americana; a ordem social das "reduções", a paz geométrica e mansa das aldeias onde um padre só, de fisionomia severa ou angélica, disciplina a tribus inteiras. Religião, trabalho, alfabeto, atividade, ciência, teatro, latim, governo, civilização.

No Instituto Histórico, ao celebrar o IV Centenário da Companhia, sobreleva o aspecto mais "brasileiro" da ação que exerceu ela na fundação da nacionalidade: o jesuita fixador de soberania; a expansão territorial e a unidade do país em função de sua "conquista"; o grande legado dos irmãos de Loyola ao Brasil — nas "bandeiras", místicas (efetivas e desbravadoras "bandeiras") que lhe arredondaram a área cósmica, fazendo-o imenso e homogêneo. A geografia das "missões" é, sem dúvida, a da colonização portuguesa no primeiro século da nossa História. Mas no segundo e no terceiro século, a geografia das "missões" ultrapassou os limites da ocupação e até da

ambição portuguesa — dilatando o território num incomparavel esforço de domínio e império. Surgiram juntos — numa coincidência que lhes predeterminou a evolução — o Brasil e a Companhia. Dom João II foi o príncipe que melhor a compreendeu; e São Roque, de Lisboa, a sua primeira casa estrangeira.

Em 1549, criando-se o governo geral, isto é, o Brasil-Estado, vieram alicerçá-lo, na Baía, com as pedras de uma fortaleza e as taipas de uma igreja: Thomé de Souza e Manuel da Nobrega. A cidade brotou assim: um baluarte e um altar. Associavam-se a coroa e Loyola para estruturar o Brasil; e não perderam tempo. O Colégio da Baía — "alma mater" — serviu de coração a um vasto sistema circulatório: a rede da catequese, lançada para a divina pescá.

Formou simultaneamente a nação. Os Colégios estenderam-se ao longo do litoral, enraizando-se nas povoações humildes, que enchiam de vida: Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente, Pernambuco, Paraiba, Rio Grande do Norte. Mas o jesuita acompanhou o povoamento enquanto convinha consolidá-lo. A ele se antecipou em Sergipe, em Iperoig, no Rio de Janeiro, em São Paulo e na costa do Ceará, cujas areias doiradas de sol não impediram a larga jornada de Ibiacaba, do Maranhão, do "mundo verde", que seria o sonho e a política de Vieira.

O Brasil litorâneo, agrícola, luso-afro-brasílico das várzeas onde se moia a cana de açucar — não foi descoberto, porem, doutrinado pelo jesuita. Aí ensinou, nos seus claustros, as "humanidades". Mas a transição, do ciclo agrícola para o pastoril do altiplano, com a subida da Serra do Mar, é a suprema aventura "missionária" de Nobrega: deu ao Brasil uma nova dimensão. Deu-lhe os sertões. Havia a fachada; e uma lavoura praeira. O padre descortinou a selva para dominá-la com a magia de sua palavra. Fundando o Colégio de Piratininga, Nobrega e Anchieta violaram a "linha de Tordesilhas": inutilizaram-na. Acharam o "interior", desvendaram o mistério do planalto central; perceberam a influência do Tieté sobre a marcha do

cristianismo no deslocamento das populações; e começaram a recortar no mapa do continente o perfil de uma Pátria. É verdade que a delimitação meridional do Brasil se concluiu ao sabor das investidas do "bandeirante", que abrasou as reduções castelhanas de Guairá, do Paraná, de Mato Grosso e do Paraguai. O fenômeno é distinto no norte. O jesuita criou São Paulo e não logrou conter o impeto sertanejo dos mamelucos de sua vila predileta. No norte foram eles os "bandeirantes": pacíficos e habeis conquistadores da terra de ninguem. Começou, em 1607, pelo Ceará. Os padres Pinto e Figueira exploraram a costa de "cariris", cobiçada pelos franceses: foram os esculcas de Portugal para a expansão, que não tardou. As armas de Jeronymo de Albuquerque retomaram o Maranhão. As de Castello Branco fundaram o Pará. Sobrevieram os holandeses. As povoações de São Luiz, do Forte, Natal, foram reduzidas a escombros. Em 1652 os jesuitas resolveram encarregar-se da catequese no Maranhão e no Pará. Com a expulsão dos flamengos — em 1654 — voltaram a Pernambuco e às capitanias adjacentes.

Não se cingiram aos Colégios de beira-mar. Sairam ao devassamento da bacia amazônica. Os portugueses eram em pequeno número; e os índios não lhes perdoavam os conflitos anteriores. Os padres conseguiram congraçá-los. Remontaram o rio até encontrar as aldeias de missionários espanhóis, provindos das cidades andinas. Entraram o Tocantins, estabeleceram aldeias ao longo do Madeira, estabeleceram-se no rio Negro, mesmo no Solimões, perto da boca do Javarí, extremo da colônia. A ilha de Johannes, ou Marajó, continuaria selvagem sem o padre Vieira, que atraiu a si os ferozes nhengaibas. A pacificação da zona entre o Pará e o Ceará dependeu dos jesuitas. Os tapuias de Ibiacava tinham sido aliados dos holandeses e prometiam unir-se ao primeiro invasor que aparecesse: foram tambem apaziguados por Vieira. Sem os padres o Rio Grande e o Ceará, devastados pelos "janduis" e "icós", não seriam, logo ao começar do século XVIII, as capitanias pastorís valorizadas pela preservação do "ca-

boclo" nativo, agremiado e convertido à sombra da cruz do Aquiraz ou de Piranhas.

Teme-se, em 1680, o europeu das Guianas, que rondava o cabo Norte ou navegava os afluentes do Orenoco. Para obstar-lhe a invasão o rei de Portugal não manda exércitos. Envia sacerdotes. O Império e a Fé ampliam-se como no século XVI: o jesuita português é um soldado leal e afoito dessa causa integral. J. Lucio de Azevedo notou que, desde o mapa que, segundo Betendorf, o padre Vieira tinha no colégio do Pará, até o de Samuel Fritz, publicado em 1707, em Quito, os jesuitas foram os únicos cartógrafos do Amazonas. Betendorf explorou-o, por ordem de Vieira, até a jurisdição caste-Ihana. A conquista da região entre a Guiana e o Rio Negro tinha sido prevista em 1680, conforme instruções do mesmo padre: "Quanto a outras Missões... a primeira que se deve fazer, como sua Alteza deseja, pelo que importa à conservação do Estado, é a do Cabo Norte, passando a outra banda do rio das Amazonas", chamada ainda — dos Tucujús. Assim se fez. Quando, na era de Pombal, o missionário teve de abandonar as suas aldeias, a fronteira não podia ser discutida. O Tratado de 1750 incorporara ao Brasil os territórios que lhe deram, sertanistas ao sul, sacerdotes e catecúmenos ao norte. Brasil-brasileiro na zona tórrida; sem o sacrifício do índio, sem a destruição das raças aborígenes, aproveitando-lhes sangue e espírito para a elaboração de um povo capaz de sobreexistir nos climas ásperos, na floresta monstruosa, nos "igarapés" paludosos, no "inferno verde", na imensidão que assombra e repele os forasteiros — e que ele guarda, defende e aumenta!

O retrato do jesuita está na Carta do Brasil. Na sua configuração. No seu desenho físico. A história desses limites, que o Sr. José Carlos de Macedo Soares evocou com verdade e fulgor, num livro excelente — é a biografia da catequese.

O Sr. Pedro Calmon terminou o seu brilhante discurso, lembrando a gratidão nacional, que devemos aos heróicos missionários,

cujo verbo sagrado fez o milagre da unidade brasileira. Mestres nos seus Colégios, sábios, obreiros, santos, foram tambem demarcadores. Os bandeirantes traçaram com a espada os limites do sul; traçaram eles com a cruz os do norte do Brasil. Possa a sua memória alertar e fortalecer a confiança patriótica que nos permite a compreensão do seu milagre e o culto do seu nacionalismo!

Respondeu ao Sr. Pedro Calmon o Padre Arlindo Vieira.

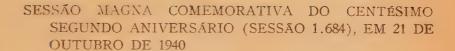
Por último, o Sr. Max Fleiuss anunciou o próximo aparecimento de uma obra, devida ao Sr. Dr. José Mariz de Moraes, sobre o padre Manoel da Nobrega. Propôs em seguida um voto de congratulações com os sócios do Instituto, que fizeram parte da comissão brasileira nos Centenários de Portugal, e outro pelo êxito do IX Congresso de Geografia, realizado em Santa Catarina, para o qual o consócio Sr. Dr. Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores, cedeu vários exemplares de mapas importantíssimos do Itamaratí.

Por fim, pediu ainda o Sr. Max Fleiuss, que o Instituto registasse com prazer a presença do consócio correspondente, Sr. Raul Regis de Oliveira, que representou o Instituto em vários Congressos de História, na Europa.

Levantou-se a sessão às 19 horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.





PRESIDÊNCIA DO SR. EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

As 17 horas abriu-se a sessão, com a presença do Sr. General Francisco José Pinto, representante do Sr. Presidente da República, e a dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lyra, Max Fleiuss, Claudio Ganns, Francisco Radler de Aquino, Leão Teixeira Filho, Braz do Amaral, Alfredo Ferreira Lage, Virgilio Corrêa Filho, Christovam Leite de Castro, Lucas Boiteux, Liberato Bittencourt, Ernesto de Souza Campos, Dom Aquino Corrêa, Raul Tavares, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Nelson de Senna, Hermenegildo Rodrigues de Barros, Raul Régis de Oliveira, Pedro Calmon, Ioão de Oliveira Sá Camello Lampreia, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Alfredo Nascimento Silva, Francisco José Pinto, Augusto Tasso Fragoso, Jonathas Serrano, Roberto Simonsen, Luiz Felippe Vieira Souto, Leopoldo Antonio Feijo Bittencourt, Bernardino José de Souza, Manuel Tavares Cavalcanti, José Wanderley de Araujo Pinho, Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, Alexandre Emilio Sommier, Caio de Mello Franco.

A mesa foi composta dos Srs. José Carlos de Macedo Soares, General Francisco José Pinto, Monsenhor Aloisi Masella, Núncio vol. 175 — 5203-940 Apostólico, Dom Aquino Corrêa, Cuesta Merello, Embaixador da Espanha, Max Fleiuss e Pedro Calmon

O Sr. Presidente Macedo Soares, ao abrir a sessão, disse:

Minhas senhoras. Meus senhores — Iniciamos hoje a comemoração do centésimo segundo aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, inaugurando no belo jardim da praça da República um monumento, erguido para consagrar a memória do operoso Ministro da Guerra e nosso ilustre consócio, o Sr. João Pandiá Calogeras.

A iniciativa em nosso sodalício e a feliz realização de tão merecidas homenagens, devemo-las ao entranhado patriotismo e à ação sempre moça do nosso eminente Secretário Perpétuo o Sr. Max Fleiuss.

É esse o quinto monumento erigido nesta capital, em sítios públicos, por diligência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Há oitenta e seis anos passados Joaquim Norberto de Souza e Silva propunha, em sessão do Instituto Histórico, que se construisse na cidade do Rio de Janeiro um monumento em lembrança do fundador do Império. Uma comissão, presidida pelo nosso consócio Sr. Conselheiro Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso da Camara, encarregou o escultor João Maximiano Mafra de preparar a maquete de um monumento equestre de Dom Pedro I. Em julho de 1856 vem ao Brasil o artista francês Louis Rochet, que se encarregou da fundição do projeto mencionado. No dia 30 de março de 1862 foi solenemente inaugurado na Praça da Constituição, antiga do Rocio, e hoje Praça Tiradentes, o monumento do primeiro imperador do Brasil. Discursaram no ato o Conselheiro Eusebio de Queiroz e o Conselheiro Nabuco, que, dirigindo-se ao imperador Dom Pedro II, disse: "Certo, Senhor, essa estátua não significa a apoteose de uma época política e transitória, que varia com os interesses que sobreveem e se sucedem; não é a reação ou a contra-revolução; não é a glorificação de um reinado, cujo julgamento pertence à história sem a palpitação das paixões do momento; essa estátua é a memória dos grandes fatos nacionais — a Independência e a Constituição — fatos em os quais o fundador do Império se associa com o Império que ele fundou, em os quais se confundem a glória da Nação com a glória do Chefe que a dirigia; é a expressão do reconhecimento a par da glória nacional que o inspira; é o orgulho do patriotismo, é a justiça de um povo livre e civilizado, que jamais esquece os serviços prestados".

O segundo monumento erigido nesta cidade por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi a estátua do Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva.

Na sessão de 14 de junho de 1861 foi aprovada uma proposta para que fosse constituida uma comissão de nove membros, escolhidos entre os sócios do Instituto Histórico, para cuidar da elevação, a expensas do povo, por meio de subscrições populares, uma estátua ao mais ilustre dos três ilustres Andradas. Aos 7 de setembro de 1872 foi o monumento ao Patriarca inaugurado no largo de São Francisco de Paula, em frente à rua do Ouvidor. O presidente da comissão executiva da estátua de José Bonifacio, o Sr. Visconde de Bom Retiro, na sessão de 9 de dezembro de 1872, informava ao Instituto Histórico que todas as despesas foram pontualmente pagas com as importâncias arrecadadas nas subscrições populares, e agradecia de público a colaboração solícita e patriótica de Joaquim Norberto. Pronunciou o discurso oficial o Sr. Joaquim Manoel de Macedo, orador oficial do Instituto Histórico.

A estátua de Dom Pedro II, na Quinta da Boa Vista, foi tambem de iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. No dia de sua inauguração coube ao inolvidavel Conde de Affonso Celso, como Presidente do nosso sodalício, entregá-la ao governador da cidade. Em seu formoso discurso disse Affonso Celso:

"Não se trata do grandioso monumento que a justiça, a admiração e o reconhecimento nacionais devem à memória

de Dom Pedro II, o Magnânimo. Pende de já adiantada votação do Congresso Federal o projeto relativo a esse que, cumpre, seja erigido numa das mais nobres e frequentadas praças da metrópole brasileira. O que ora se desvenda, conquanto condigno pelo seu primor artístico, é bastante modesto, se considerarmos a individualidade eminente que pretendeu perpetuar. A sua colocação neste recanto, afastada do público urbano, visitada por não muitos passeantes, tem explicação e justificativa. Talvez o houvesse preferido o próprio Dom Pedro II, tão simples, tão desinteressado, tão desprendido das pompas e vaidades, tão propenso ao estudo, à serenidade, à ponderação".

Inaugurando o monumento, o Prefeito do Distrito Federal, Sr. Alaor Prata, declarou:

"Dom Pedro II era, antes de mais nada, um republicano, a quem a fatalidade do nascimento reservara o árduo dever de cingir uma coroa imperial. E tudo nele parece confirmá-lo, desde o comprovado desapego às pompas da realeza, em virtude do qual a sua vida sempre se destacou naquela formosa auréola de simplicidade empolgante, até a preocupação incansavel do bem público, o interesse minucioso pelas coisas da política e da administração, o carinho entusiástico pelas letras, pelas artes, pelas ciências, e sobrepairando a tudo, naturais, espontâneas, sinceras, sem cálculos de mando nem ambições de poderio, as demonstrações do mais profundo amor à Pátria extremecida".

O quarto monumento construido na cidade do Rio de Janeiro por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi a herma a Varnhagen. Devemo-la à incansavel dedicação do nosso eminente consócio Sr. Max Fleiuss. No dia 17 de fevereiro de 1937 foi lan-

çada a pedra fundamental do monumento ao Visconde de Porto Seguro. Pronunciou o discurso oficial, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o seu preclaro Presidente, Sr. Conde de Affonso Celso, que assim falou:

"Na primeira glorificação pública a Varnhagen, manda a justiça que se mencionem nomes ligados aos dele — os dos anotadores da edição completa da História Geral — Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia, sem esquecer os seus principais apologistas, membros do Instituto: Barão do Rio Branco, Oliveira Lima, Basilio de Magalhães, Max Fleiuss. Colocando a efígie de Varnhagen num dos mais lindos e notórios sítios centrais da metrópole magnífica, quer o Instituto dar-lhe significação simbólica: sugerir ao povo a idéia de que a investigação concienciosa do passado pátrio — lição profícua para o presente, incutidora de auspiciosa confiança no porvir — basta a tornar benemérito da mesma História, imortalizado quem a isso se consagre, como Varnhagen".

A inauguração do monumento a Varnhagen deu-se por ocasião das solenidades comemorativas do primeiro centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O orador oficial foi o presidente, então em exercício, o ilustre Sr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, que, referindo-se ao Visconde de Porto Seguro, disse:

"Homem de letras, etnógrafo, diplomata, economista, interessou-se acima de tudo pela História do Brasil. Amigo da verdade, revolveu arquivos nacionais e estrangeiros, em busca de fontes históricas dignas de fé, coligiu e interpretou antigos documentos com paciência beneditina de investigador insaciavel, percorreu regiões que foram teatro de notaveis acontecimentos de nossa história, para inteirar-se deles e melhor penetrar-lhes o sentido".

Na manhã de hoje foi inaugurada a herma do saudoso Calógeras, É o quinto monumento que a cidade do Rio de Janeiro deve ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na presente sessão usarão da palavra o nosso eminente Secretário Perpétuo, o Sr. Max Fleiuss, para ler o Relatório anual, e o consagrado orador, Sr. Pedro Calmon, nosso apreciado orador oficial, para fazer o necrológio dos sócios falecidos no correr do ano, os saudosos Srs. Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança e General José Maria Moreira Guimarães.

Tem a palavra o Sr. Max Fleiuss.

Cessados os aplausos ao Sr. Presidente Macedo Soares, o Sr. Max Fleiuss procedeu à leitura do relatório das atividades do Instituto.



RELATÓRIO APRESENTADO PELO SECRETÁRIO PERPÉTUO

Mais uma vez tenho, mercê de Deus, a grata fortuna de apresentar o relatório anual dos sucessos ocorridos nesta associação, cujo prestígio aumenta paralelamente com o interesse que todos nutrimos em bem servir à Pátria e aos estudiosos.

Sessões — Depois da sessão magna de 21 de outubro de 1939, houve as seguintes sessões:

Em 13 de novembro, centenário do natalício do Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza, uma sessão especial, realizando o nosso eminente primeiro vice-presidente, Sr. Ministro Augusto Tavares de Lyra, uma conferência sobre aquele grande estadista do Império.

Em 27 de novembro, data centenária do nascimento de Francisco Rangel Pestana, houve outra sessão especial, fazendo o Sr. Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt um apreciado estudo sobre a personalidade daquele notavel propagandista da República e jornalista.

Na mesma sessão o Sr. Ciro Napanga Aguero fez entrega solene dos títulos de sócios correspondentes da Sociedade de Geografia de Lima, aos Srs. José Carlos de Macedo Soares, Manuel Cicero. Max Fleiuss, Pedro Calmon, Affonso d'Escragnolle Taunay, General Candido Rondon, Delgado de Carvalho, General Alipio Di Primio, Coronel Renato Barbosa e Dr. Fernando Raja Gabaglia.

O diploma do Sr. Macedo Soares foi entregue pelo ilustre Embaixador do Perú, Sr. Jorge Prado, tendo o nosso presidente, e o Dr. Pedro Calmon agradecido tal distinção.

Em 15 de dezembro efetuou-se a assembleia geral ordinária para eleição da diretoria e das comissões permanentes.

O Sr. Elmano Cardim propôs, com aplausos, a adesão do Instituto ao IX Congresso de Geografia, a realizar-se em Santa Catarina em setembro de 1940.

Deliberou-se tambem que uma comissão de sócios visitasse o insigne segundo vice-presidente, Ministro Rodrigo Octavio, e registou-se um voto de agradecimentos ao Dr. Manuel Cicero, como presidente que foi do Instituto, de 11 de junho de 1933 a 20 de abril de 1939.

Na mesma assembléia foram eleitos sócios honorários os Srs. Oswaldo Aranha, Claudio Ganns e Frei Pedro Sinzig.

Em 8 de janeiro deste ano realizou-se a sessão especial para posse da diretoria e das comissões permanentes, havendo falado os Srs. Max Fleiuss, José Carlos de Macedo Soares e Pedro Calmon. O Sr. Presidente da República fez-se representar pelo digno sub-chefe de seu gabinete militar, Comandante Octavio Figueiredo de Medeiros.

Em 15 de abril, a primeira sessão ordinária do ano, tendo sido aprovadas as contas relativas ao ano de 1939, tendo sido relator o Sr. Ministro Rodrigo Octavio.

O Sr. Presidente Macedo Soares comunicou o falecimento do consócio benemérito General José Maria Moreira Guimarães, que pertenceu ao Instituto desde 6 de agosto de 1921.

Em seguida o Sr. Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz fez uma erudita conferência sobre o cinquentenário da União-Americana.

Em 31 de maio, a segunda ordinária, tendo sido lidos os pareceres, opinando pela elevação do sócio efetivo, Sr. Almirante Raul Tavares, a benemérito, transferindo, nos termos do deliberado na assembléia geral de 15 de dezembro, o sócio honorário, Dr. Claudio Ganns para

efetivo, e favoravel à indicação dos Drs. Manuel Augusto Pirajá da Silva e Christovam Leite de Castro para honorários.

Na mesma sessão propús um voto de congratulações, aprovado unanimemente, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pelo quarto aniversário de tão util instituição, e o Sr. Claudio Ganns ofereceu uma moção, tambem unanimemente aprovada, sobre a vinda para o Brasil do arquivo imperial, existente no Castelo d'Eu.

Em seguida Frei Pedro Sinzig fez a sua tão interessante conferência sobre o Folk-lore na música brasileira, com o concurso do Coro dos Apiacás, dirigido pela Sra. Villa-Lobos.

Em 26 de junho, uma assembléia geral extraordinária, bem como a terceira sessão ordinária.

Na assembléia, geral o Sr. Presidente Macedo Soares participou que o Sr. Dr. Joaquim de Souza Leão, por iniciativa de seu filho, Sr. Joaquim de Souza Leão, conselheiro de Embaixada do Brasil em Londres e digno sócio do Instituto, conseguira, destinados a esta associação, muitos documentos do arquivo do historiador inglês Roberto Southey.

Foram, em seguida, aprovados os pareceres relativos aos Srs. Raul Tavares, Claudio Ganns, Pirajá da Silva e Leite de Castro.

Logo depois, na sessão ordinária, o Sr. Pedro Calmon realizou uma notavel conferência sobre o Folk-lore na História do Brasil.

A 3 de julho uma sessão extraordinária, na qual o Dr. Levi Carneiro saudou brilhantemente o Sr. Dr. Riva Aguero, que fez uma preleção sobre a História do Perú.

Falou tambem o Sr. Canabarro Reichardt sobre a data centenária do nascimento do Marechal Teixeira Junior, merecendo muitos aplausos.

A 23 do mesmo mês de julho, data centenária da Maioridade, uma sessão especial, com assistência do Sr. Dr. Geraldo Mascarenhas da Silva, representante do Sr. Presidente da República; fazendo o Sr.

Claudio Ganns uma brilhante conferência sobre a Maioridade de Dom Pedro II.

A 7 de agosto, uma sessão especial para a posse do Sr. Oswaldo Aranha, saudado pelo Sr. Pedro Calmon, pronunciando o nosso chanceler uma alocução de todos muito aplaudida, bem como as palavras do nosso querido orador oficial.

Falou depois o Sr. Braz do Amaral, lendo documentos sobre a participação do Brasil no Congresso de Vienna em 1815.

A 14 de agosto, outra sessão especial em que o Sr. João da Costa Ferreira fez uma interessante conferência sobre o Conselheiro Balthasar da Silva Lisboa, autor dos *Anais do Rio de Janeiro*.

A 25 de setembro, ainda uma sessão especial, em comemoração do quarto centenário da fundação da Companhia de Jesús, falando os Srs. Presidente Macedo Soares e Pedro Calmon, ambos grandemente aplaudidos.

Nesta mesma ocasião tive ensejo de propor um voto de congratulações pelo êxito do IX Congresso de Geografia.

A todas as sessões presidiu o Embaixador Macedo Soares, menos a de 23 de julho, que o foi pelo nosso 1.º vice-presidente, Tavares de Lyra.

Conferências — Alem das conferências proferidas nas sessões, houve uma, na sala Varnhagen, pelo Sr. Alexandre Braghine, sobre o território do Brasil, berço de uma cultura prehistórica.

Quadro social — Perdeu o Instituto, no último ano, dois sócios: um benemérito e outro honorário, que foram os Srs. General José Maria Moreira Guimarães e Príncipe Dom Pedro de Orleans Bragança.

Com a elevação do Sr. Raul Tavares a benemérito, a transferência do Sr. Claudio Ganns para a classe dos efetivos, a eleição dos Srs. Oswaldo Aranha, Frei Pedro Sinzig, Pirajá da Silva e Christovam Leite de Castro para honorários, ficaram completamente preenchidos os quadros sociais, que se compõem de cinco sócios grandes

beneméritos, 15 beneméritos, 40 efetivos, 40 correspondentes e 50 honorários.

E convem lembrar a terminante disposição dos Estatutos de que em caso algum poderá ser aumentado o número de sócios.

Revista e publicações — Foram publicados os volumes 171, 172 e 173 da Revista, num total de 2.032 páginas. Dentro de alguns dias aparecerá o volume 174, ficando, assim, completamente em dia a nossa Revista, cujo primeiro número data de 1839.

Alem disso, foram dados a lume dois boletins sobre o Dia Panamericano, pelo Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz, e Dom Pedro II, de Max Fleiuss, achando-se pronto o que traz a biografia do padre Manuel da Nobrega pelo Dr. José Maria de Moraes.

Mauá — Segundo as deliberações do nosso presidente, o Instituto comemorou condignamente o cinquentenário do falecimento de Irineu Evangelista de Souza, depois Barão e Visconde de Mauá, o qual fez parte desta associação.

No dia 21 de outubro, pela manhã, houve uma romaria ao túmulo daquele grande brasileiro. No mesmo dia, depois da sessão magna, a conferência do Sr. Rodrigo Octavio Filho, seguida de duas outras, feitas sobre o mesmo assunto, em 23 e 26 de outubro, pelos Srs. Gustavo Barroso e Alcindo Sodré, todas acolhidas com aplausos.

Alem disso, realizou-se uma exposição de documentos, e objetos, quadros e retratos de Mauá, havendo o Clube de Engenharia gentilmente cedido, para esse fim, o busto do eminente patrício.

Mais airida, o nosso benemérito Presidente Embaixador José Carlos de Macedo Soares solicitou de todos os Institutos históricos do Brasil, que prestassem igual demonstração de apreço.

E a veneranda filha de Mauá, Dona Irene de Souza Ribeiro, alem de um quadro a óleo, fez oferta ao Instituto de valiosa correspondência de seu pai com o seu sogro.

Conde de Affonso Celso — Continuando no culto de saudade e de gratidão ao nosso inclito Presidente perpétuo, Conde de Affonso

Celso, o Instituto fez celebrar a 11 de julho, segundo aniversário do falecimento do nosso amadíssimo amigo, uma missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, à praia de Botafogo, tendo solicitado do eminente Sr. Núncio Apostólico, Monsenhor Aloisi Masella, que a oficiasse, assentindo S. Ex. Revd. ao nosso pedido, e tendo sido a cerimônia grandemente concorrida.

IMPERATRIZ LEOPOLDINA

Desde 1926 estabeleceu o Instituto a romaria anual ao Convento de Santo Antônio, a 7 de setembro, em homenagem à nossa primeira Imperatriz.

A esse preito de reverência e justiça se associa sempre a Senhora Darcy Vargas, digníssima esposa do Sr. Presidente da República.

CALÓGERAS

Sob os auspícios do nosso presidente deliberou o Instituto aprovar uma proposta minha de ser erguida uma herma a João Pandiá Calógeras, alcançando tambem desde logo os aplausos do Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra e do Dr. Henrique Dodsworth, Prefeito do Distrito Federal, sendo que o prestimoso e ilustre consócio Dr. Roberto Simonsen ofereceu tambem seu indispensavel concurso.

O Sr. General Dutra teve a gentileza de, em minha companhia, ir à casa do professor Correia Lima, a quem se deve o trabalho artístico, acompanhando-nos igualmente a Sra. Adriana Janacopulus, sobrinha de Calógeras e notavel artista.

Tiveram os visitantes palavras de franco elogio à obra de Correia Lima.

O pedestal foi executado segundo os planos do Coronel Miranda Leal e Major Raul de Albuquerque. Hoje, pela manhã, realizou-se a inauguração, em frente ao Quartel General, com a prestigiosa presença de generais e de todas as corporações do Exército.

Por designação do Presidente Macedo Soares proferí algumas palavras justificando a homenagem.

REPRESENTAÇÃO DOS CENTENÁRIOS DE PORTUGAL

Nosso presidente, convidado com o maior empenho para as grandes solenidades em Portugal, nomeou uma comissão de sócios para representá-lo, e ao Instituto, composta do Sr. General Francisco José Pinto, Dr. Gustavo Barroso, Comandante Carlos da Silveira Carneiro, Ministro Caio de Melo Franco e Dr. Edmundo da Luz Pinto.

movimento das diversas secções do instituto histórico de 1 de outubro de 1939 a 30 de setembro de 1940

BIBLIOTECA

Obras oferecidas, 900; revistas nacionais e estrangeiras recebidas, 1.041; catálogos de bibliotecas nacionais e estrangeiras recebidos, 72; jornais recebidos, 175; obras adquiridas, 28; encadernações e reencadernações, 22.

ARQUIVO

Documentos consultados, 587; documentos oferecidos, 51.

MAPOTECA

Mapas consultados, 295 e mapas oferecidos, 9.

MUSEU HISTÓRICO

Visitantes, 353 e objetos oferecidos, 2.

SALA PÚBLICA DE LEITURA :

- Consultas, 3.618.

SECRETARIA

Ofícios, cartas e telegramas recebidos, 2.610 e ofícios, cartas e telegramas expedidos, 3.263.

OFERTAS

Recebeu o Instituto várias e valiosas ofertas, sobrelevando as do Sr. Dr. Getulio Vargas, Presidente da República, e Presidente Honorário do Instituto, General Alexandre Leal, Dr. Aureliano Leite, Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, Eugênio Egas e Viuva Amaro Cavalcanti.

CATALOGAÇÃO

Prosseguiram os serviços da nova catalogação, reiniciada por ordem do nosso Presidente.

O PRÉDIO

Mais uma vez devo lembrar a extrema necessidade que temos de um prédio, no qual possam ficar perfeitamente instalados a nossa biblioteca, de mais de noventa mil volumes, o nosso vultoso arquivo, a mapoteca, o gabinete de estampas, o museu criado por Varnhagen em 1851, o salão de sessões, a sala de leitura pública, a de conferência, a secretaria, o gabinete do presidente e do secretário.

Projeta-se a construção do Palácio da Cultura, no qual terá sua sede definitiva o Instituto.

É, porem, indispensavel que as acomodações sejam amplas, atendendo ao desenvolvimento, sempre crescente da nossa associação.

O PRESIDENTE MACEDO SOARES

Cumpro um dever de justiça assinalando neste relatório o muito que já devemos à ação do atual presidente. Não tem ele poupado esforços.

Às expensas suas foram restaurados vários quadros que estavam prestes a ficar inutilizados, e dotados todos os serviços de nova aparelhagem.

A presença constante do nosso supremo chefe, seus conselhos, sempre prodigalizados com imperturbavel cavalheirismo, tudo aponta a figura de José Carlos de Macedo Soares como um dos maiores diretores que tem tido esta casa.

OS IMPERADORES

Representando o Instituto na inauguração do mausoléu dos Imperadores na Catedral de Petrópolis, tive ensejo de proferir uma alocução no momento em que sairam os corpos do antigo palácio imperial naquela cidade.

NO ITAMARATÍ

Coube-me representar o Instituto na cerimônia realizada no Palácio Itamaratí, comemorando o cinquentenário da fundação da União Panamericana e, como era de meu dever, pronunciei algumas palavras, afirmando a completa solidariedade do Instituto.

E falando no Palácio Itamaratí, cumpre lembrar o artigo do Sr. Virgílio Corrêa Filho notando as afinidades entre o Instituto e a grande Casa de Rio Branco.

O INSTITUTO PARANAENSE

Uma comisssão desse Instituto, que tem à sua frente o historiador Romário Martins, prestou ao nosso presidente significativa homenagem.

Tenho concluido o meu relatório.

Dele se verifica que o Instituto continuou a cumprir inalteravelmente a sua gloriosa missão".



DISCURSO DO SR. PEDRO CALMON

(ORADOR DO INSTITUTO)

Há 102 anos (quantas nações não invejariam a idade da nossa provecta associação!) o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma oficina, uma academia e um colégio a serviço da Pátria. Colégio de historiadores, academia de tradicionalismo e oficina ou colmeia da Verdade, que devolve ao passado a sua categoria e os seus direitos. Sem as sinalefas do desânimo. Sem as férias do ceticismo que costumam destramar a teia das instituições desinteressadas, nos climas intelectuais de imigração. Sem desvios ociosos e sem apostasias. Abriu em 1838 as portas modestas a um grupo de patriotas que vinham cancados — da divina tarefa da construção e da independência do país; e nunca mais as fechou aos homens de boa vontade. Não se incorporou a uma concepção de Estado: identificou-se com o Brasil. Não se comprometeu com o futuro: restringiu-se aos tempos icios. Não deitou âncoras no presente, pois flutua na crista das ondas em viagem que não há de parar: quiseram os seus fundadores que fosse a conciência histórica do Brasil, a seguí-lo na perene evolução. Casa das gerações, o seu nome é tribunal da memória. Começou no período da Regência o seu paciente trabalho de arrancar duma bi-biiografia omissa e dos arquivos esparsos a tradição nacional -- como uma política educativa, um argumento de união, uma força indissoluvel: o mais grave empenho de uma cultura, que é a definição da alma Vol. 175 - 5203-940

coletiva. Depois, o Instituto se tornou o laboratório das pesquisas metódicas, o templo dos rituais cívicos, o seminário das tertúlias instrutivas, a assembléia de doutos entre cujos deveres rigorosamente cumpridos está — antecipação da posteridade! — a comemoração dos seus mortos.

Temos o dever estatutário de lembrá-los no dia aniversário da instituição. É a sábia advertência dos nossos maiores. Não pensaram em tarjar de luto uma cerimônia festiva: preocuparam-se, isto sim, em endereçá-la ao culto das grandes vidas no respeito consagrado aos companheiros extintos. Porque os institutos vitalicios, ou que se ajustam a um propósito transcedente que desdenha os ritmos da vida, porque o seu plano é a eternidade de um povo — concebem a morte como uma classificação de valores. Este, o nosso caso. E invariavelmente obedecida desde o início — a nossa obrigação. Deveras a intimidade das sombras ilustres — quatro séculos de história! - habitua-nos a imortalizá-las: é a inconciente ressurreição que às vezes, enfaticamente, chamamos glória. Corresponde a um preito de justiça: e é a lei da nossa sociedade. Recebe-nos com um elogio, que é a sua acolhida, na justificação do convite. Despede-nos com um necrológio, que é o seu julgamento, na emoção da partida — em rigor — nos quadros da casa — a promoção, de sócios a patronos, por que sobrexistam, na sua definitiva função de nomes tutelares!

Em 1939 — circunstância sem precedentes — não houve mortos para essa homenagem.

Afonso Celso e Ramiz Galvão tinham-nos deixado há pouco. Perduravam os ecos das palavras de mágoa e panegírico que foram a oblata do Instituto ao seu presidente inolvidavel e ao seu orador eminente. O Embaixador José Carlos de Macedo Soares foi feliz, no primeiro ano de sua frutuosa presidência. Cercado da simpatia e do apreço dos seus confrades deu-lhe a eficiência de um programa exuberante. Completou-o a singular mercê de não haver necrológios em

1939. Em 1940, porem, com o intervalo de um mês - mal começara o ano - perdemos dois consócios dos mais estimados e assíduos. Dom Pedro de Orleans e Bragança, em janeiro; o General Moreira Guimarães, em fevereiro. O primeiro, chefe da Casa que reinou outrora nesta terra, e em tudo príncipe; o segundo, militar e homem de pensamento cujos préstimos se vincularam por 20 anos nos anais desta casa. Aparentemente opunham-se pela origeni, pelo oficio e pelo destino. O General era republicano. O príncipe - a quem lho indagasse poderia responder como José II da Austria: "Perdão... o meu dever é ser monarquista". Em 1889 eram as antíteses sentimentais do Brasil: de um lado o alferes-aluno, a abalar com os seus braços de Sansão juvenil as colunas da monarquia; do outro o pequeno herdeiro do trono sem compreender ainda porque lho derrubavam. Com o advento da República, Moreira Guimarães ganhou os galões de 1.º tenente; e o seu futuro consócio do Instituto mudou de colégio ... Deixou as aulas do Barão de Ramiz no Palácio Isabel para cursar o seu liceu burguês em Cannes, junto do Mediterrâneo azul, visivelmente embaraçado pela substituição dos mestres e pela novidade dos métodos... Mas correu o tempo que tudo destroi ou tudo aproxima: e o general, que fora alferes-aluno, e o Príncipe Dom Pedro, que fora sucessor da coroa, se encontraram cordialmente nesta sala, sentaram-se lado a lado nessas cadeiras, tiveram a mútua compreensão dos cabelos brancos, das ilusões passadas, dos valores eternos. e se equipararam — concidadãos fraternizando na imparcialidade do patriotismo! - no amor lúcido, insuperavel e severo do seu país.

O ÚLTIMO PRÍNCIPE DO GRÃO PARÁ

O último príncipe do Grão Pará nasceu e morreu em Petrópolis. Foi o primogênito de um casal feliz; mas o herdeiro tardio de um trono efêmero. Se o Brasil continuasse monárquico teria sido Dom Pedro III — sucessor de Isabel Primeira, pela graça de Deus e unâ-

nime aclamação dos povos, imperatriz... Estudava as suas humanidades quando a coroa resvalou da fronte branca do avô para o fundo de um saco de viagem: conhecemo-lo melhor, e ele a si mesmo, como Dom Pedro de Orleans Bragança.

Aos reis históricos foi uso atribuir apelidos que antecipavam o juizo da posteridade: o Prudente, o Venturoso, o Cru, o Sábio... A este príncipe de boa razão daremos justamente o cognome de Silencioso. Tem uma alta dignidade o adjetivo: resume-lhe a biografia, perfuma-a de mistério, engrandece-a, sobretudo a esmalta do estoicismo próprio de sua raça. Ninguem, como esse amavel Dom Pedro, valorizou com uma graça tão sutil, com um espírito tão discreto e um patriotismo tão singelo o seu maravilhoso silêncio. Sem as antecipações do "presuntivo", sem as impaciências do pretendente, sem as revoltas do exilado, sem a saudade do esplendor, sem a acrimônia ou o pessimismo de sua condição — frio sobrevivente dum naufrágio histórico, que se acostumou a falar dele, e dos náufragos. como de velha notícia de fatos e gente perdidos em tempo remoto... Ao contrário de Dom Luiz, seu irmão, que perseguia a miragem da ação e da glória — não pensou em sobrepor-se aos acontecimentos. Não conservou a fidelidade da Princesa Izabel às emoções e às decepções do passado. Não reconheceu a necessidade de uma fronteira que dividisse cronologicamente o Brasil a exigir passaporte, bagagem e roupas de inverno para o trânsito, entre um e outro período — o que lá ficara, com loireiros à beira do caminho gemendo sobre túmulos insignes — e o que continua, no fecundo ruido das gerações que se sucedem... foi simples na sua psicologia sem surpresas torturantes, na inteireza do seu caracter esculpido segundo os melhores modelos da grei, na honradez medular de sua alma tranquila. Quis ser, como o bisavô Luiz Felippe, o melhor pai de família da Europa. Saiu aos Orleans no culto das virtudes domésticas que, junto a uma devoção cavalheiresca da Pátria, constitue o traço distintivo da dinastia - e a sua originalidade. Bem se associavam nele, entretanto, na moderação, no sentimento de ordem, na paz interior, na visão caima e realista do mundo, se conservou Bragança na vocação de remúncia, na Fé e na memória — na anedótica memória dos avós portugueses.

Roubaram-lhe o berço a "Severa musa da Política, de quem se não sabe o nome", de que falou Herédia, os zelo; da ciência e as efusões duma família exemplar.

A primeira esqueceu-o cedo, e ele a ela. Os ciumes dos sábios acenderam-se em torno das preferências da princesa, que escolhera, para seu médico, o notavel Dr. Depaul, largamente impopular neste país onde havia numerosos doutores de igual merecimento. Agarra-ra-se D. Izabel à superstição daquele nome. Não se importou com o barulho dos jornais, a esposarem a causa dos médicos brasileiros contra a ingerência — e a arrogância — do francês. Deixou que lhe comentassem livremente a teimosia. Autoritária, como uma Bourbon de Nápoles, bateu o pé, exigiu e venceu.

Em 17 de outubro de 1875 a Casa Imperial refloria nas esperanças dum sucessor que poderia firmar-lhe enfim as raizes inseguras no chão americano.

Não poude ser assim: e quem menos se doeu disto foi o principe.

A natureza parece tê-lo destinado à magistratura do bom senso, qualidade principesca sem dúvida, mas nos pacíficos reinados que Platão idealizou — dos "filósofos"...

É do seu aio o Barão de Ramiz a observação inicial (de 1882) sobre a divergência de caracter entre os dois irmãos.

Tinha Dom Pedro a suavidade sentimental dos meninos que não se afizeram aos exercícios violentos, à prematura independência e à rebeldia; enquanto Dom Luiz era voluntarioso, zangado e sagaz como um futuro herói. Concorria decerto para essa dissemelhança o defeito físico (a atrofia dum braço, que Guilherme II disfarçava com tanta

astúcia) que, de pequenino, o apartara dos jogos e reboliços próprios da idade, e por fim lhe valeu um tratamento elétrico que durou vários anos, enfadonho e inutil. Não há melhor escola de educação da vontade do que o sofrimento, que impõe resignação, da renúncia quotidiana às miudas alegrias da vida, do retraimento forçado, que habitua ao sossego e à simplicidade. Fez-se bom estudante. Fiscalizado pelo avô, que amiude lhe tomava contas de sua aritmética e de sua análise lógica, aprendeu corretamente os preparatórios que lhe ensinou Ramiz. Interrompeu-os em 1889: mas para os continuar em França, no ambiente pobre e discreto do exilio que lhe completou a formação da personalidade. As máguas do banimento juntaram-selhe à melancolia da infância: mas aí a pureza do exemplo lhe servia de lição definitiva. Professou-lha o Imperador, mais forte que o infortúnio; e foi lição que pelo resto da existência calada e religiosa lhe deu a princesa, na sua casa singela de Boulogne-sur-Seine ou, mais tarde, no imenso castelo d'Eu ...

Dom Pedro II não desdenhou ou maldisse o seu país, quando o vento glacial da Europa — em janeiro — lhe fustigou as barbas brancas, mais brancas no seu luto de viuvo e na sua palidez de diabético. Recebeu o desterro como uma provação e pediu, acolá, que não lhe perguntassem mais nada. Foi sobrehumano na sua obstinação de lábios selados — para que a sua situação não despertasse a piedade estrangeira. Procurou os poetas, fugindo aos políticos. Meteu-se na Academia de Ciências, traduziu e discutiu astronomia antes que lhe falassem dele próprio, e da Imperatriz que — esta sim! — deixara regiamente acomodada, no seu esquife verde, entre os sarcófagos dos antepassados, em São Vicente de Fora. Deixara-a para tentar ainda um passeio pelo Instituto de França, onde Pasteur e Rénan — que logo volveria a encontrá-la, na mesma cripta monástica onde Dom João VI e Dom Pedro I, lado a lado, dormiam nos seus cofres vermelhos de veludo e franjas doiro... O Bispo Dom Vital, processado e preso — quando reinava ele — por única defesa respondera com vigor: "Jesus autem tacebat". Uma vez foi a mitra, outra a coroa. Dom Pedro II tambem se calou.

Fez votos pela felicidade, pelo progresso do Brasil. Previu-lhe as realizações do porvir. Desejou-lhe a paz interna, a conservação de sua maciça integridade, a sua evolução desimpedida... Desmanchou em anelos patrióticos a amargura do seu ocaso—e só teve palavras de tolerância quando ao redor dele crepitaram as centelhas da contrarevolução— que não autorizou, não encorajou e não nutriu na placidez do seu desengano.

Fez o Príncipe Dom Pedro estudos militares na Áustria. Desligou-se do exército de Francisco José no posto de capitão. Viajou extensamente o mundo — à maneira dos tios-avós, do pai e do Príncipe Dom Luiz, cuja mania de excursões aventurosas tinha um tanto de derivativo — como outrora a caçada fora um derivativo do torneio, e o torneio um derivativo da batalha. Nessa ânsia de novidade, de movimento e de ação (por que a vida não lhes corresse sem surpresas no ostracismo hereditário), cada um desses Orleans imitou um personagem de Julio Verne. Gabou-se o Conde d'Eu em 1897 de ter dado a volta ao globo com a velocidade do calmo Sr. Philleas Fogg. Dom Luiz enfiou pela África a espiar a guerra dos boers e atravessou a Ásia, da Índia à Rússia, com o seu capacete de cortiça como um arqueólogo loiro atrás duma relíquia fugitiva. Dom Pedro varou aqueles remotos paises com igual curiosidade estética. Subiu as escarpas do Himalaia e arejou os pulmões nos topos do Tibet entre as multidões religiosas que rosnavam o seu ódio ao peregrino. Adoeceu gravemente nesses "tetos do universo" — e pode-se dizer que se ressentiu, pelo resto da existência, da infecção palúdica que por pouco não o matou no caminho aberto por Marco Polo. De regresso à França relegou as preocupações políticas em proveito do irmão mais moço e casou - em 14 de novembro de 1908 - com a Princesa Elisabeth, Condessa de Dobszembsky e Dorzenicz, cujo velho escudo ilustrava o Senado húngaro. Essa aliança, que assegurou à casa de

Bragança e Orleans a sua brilhante continuidade — juntou ainda uma vez à tradição austríaca a descendência de Dom João V. Deu-lhe a ventura caseira em que se refletiu a vida serena e metódica do castelo d'Eu: faltava-lhe apenas o repatriamento para ser de todo feliz.

Não tardou a lei que revogou o exílio da família imperial. Antecipou-a de 20 anos o Instituto Histórico, elegendo seu sócio honorário o Principe Dom Pedro - em 6 de abril de 1900. Presidia-o o Conselheiro Correia, antigo Ministro de Estrangeiros e senador da coroa. Foi o primeiro signatário da proposta, que levou os nomes do Marquês de Paranaguá, Raffard, Visconde Rodrigues de Oliveira, Moreira de Azevedo, José Américo dos Santos, Luiz Alves da Silva Porto, André Werneck, Zeferino Cândido, Melo Rego, Castro Carreira — seja a unanimidade dos sócios presentes. Em 1920 o Presidente Epitácio Pessoa teve a patriótica iniciativa de satisfazer aos sentimentos nacionais autorizando a volta de Dom Pedro II e de Teresa Cristina, nos seus ataudes de S. Vicente de Fora, a bordo do couraçado "S. Paulo", em meio a cerimônias memoraveis de justiça pública que se revestiram, no Rio de Janeiro e em Petrópolis, da imponência e da unção das apoteoses. "Os que fizeram a República federativa não teem reivindicações contra as cinzas do velho Imperador, cujas virtudes eram maiores do que os seus defeitos" — declarou Rui Barbosa na Liga de Defesa Nacional em 15 de dezembro de 1920. E numa frase em que havia 30 anos de meditação: "Na própria galeria republicana há portanto um lugar, e grande, para Dom Pedro II". Foi o ensejo do regresso do Conde d'Eu — a tempo de rever a terra dos seus amores juvenis - e do seu primogênito. Max Fleiuss pode contar-nos a emoção de ambos entrando nesta casa, onde a mutação dos regimes não fizera esquecer os serviços, que não se olvidam sem desfalque do patrimônio moral da Pátria, e as sombras inofensivas e distantes. Sentiram-se bem entre os quadros desbotados de outrora, as lembranças dum tempo longe e a respeitavel compreensão dum grupo de homens de estudo que não discutem a Nação nos seus fundamentos, a História nas suas verdades e o Brasil imperecivel na sua independência e na sua unidade.

Trouxe-nos Dom Pedro um mimo valioso em 1925 — que era bem a mensagem póstuma do Imperador pela mão do seu neto ao Instituto que tanto amara: trouxe-nos o exemplar dos "Lusíadas" duas vezes histórico — pela assinatura do poeta e pela predileção do soberano.

O livro, de fato, impresso em 1572 (segunda edição do poema, jóia bibliográfica de alto preço), conserva no frontespício o aviso em letra trêmula: "Luiz de Camões seo dono". Em 1845 o Frade João de S. Boaventura Cardoso mandou-o ao Imperador, que o fez apreciar por José Feliciano de Castilho, razão da notoriedade do cimélio e do interesse universal que despertou. Dom Pedro II costumava mostrá-lo aos visitantes de sua rica biblioteca de S. Christovão chamando a atenção deles para a egrégia garatuja: — Querem ver a letra de Camões? - Na manhã de 16 de novembro, a fazer depressa a bagagem do desterro, não pensou nos brilhantes da coroa e no seu magro tesouro de rei sem fortuna; escreveu um nervoso bilhete a reclamar os seus Lusiadas. Abraçou-se ao livro como um talisman: sentindo-o melhor, talvez, agora que a sua letra tremia como a do poeta e — quem sabe? — teria de andar com ele, como ele andara com o seu escravo Jáo, pela rua da amargura e do silêncio, na velhice sem pousada...

> Porque essas honras vas, esse ouro puro Verdadeiro valor não dão à gente: Melhor é merecê-los sem os ter Que possuí-los sem os merecer.

Ou dai na paz as leis iguais, constantes, Que aos grandes não deem o dos pequenos... No seu mausoléu de Petrópolis D. Pedro II descança a cabeça de neve num travesseiro cheio de terra do Brasil. Na livraria do Instituto Histórico a sua memória repousa sobre o mais caro exemplar dos Lusiadas que se conhece: "Luiz de Camões seo dono"!

Em 1935 instalou-se o príncipe definitivamente na sua casa solarenga de Petrópolis. Viajou amplamente pelo Brasil. correu-lhe o litoral, como um turista; mediu-lhe as distâncias pelas zonas rurais, detendo-se nas velhas fazendas onde o acolhiam --e aos príncipes seus filhos — com respeitosa e efusiva hospitalidade; e se afundou nos sertões como um caçador ou um "bandeirante" em busca da nossa linha de fronteiras. Comprometeu evidentemente nessas belas jornadas a saude: mas nunca se julgou doente. Preocupava-o, no seu palácio da serra, o piedoso dever de fiscalizar a construção do jazigo dos avós: teve o consolo de assistir — em 5 de dezembro último — a cerimônia religiosa e cívica que, com um atraso de quase meio século, marcou o momento reparador em que os restos dos nossos antigos imperantes se agazalharam para sempre no chão de Petrópolis. Dever que de herança lhe transmitira a Princeza Isabel; e que mãe e filho cumpriram como ajudados pela Divina Providência que lhes deu alento para sobreviver à sua grande tarefa.

Há uma coincidência nisto — que singularmente aproxima as duas vidas. Até 1910 a "Redentora" não quisera ouvir falar na trasladação dos corpos de S. Vicente de Fora. Mas, ao rebentar a revolução portuguesa, se tomara de um sobressalto indefinivel. Temeu pelo sagrado depósito; alvoroçou-se em aflições penosas; e confiou aos seus amigos do Brasil (João Alfredo, Ouro Preto), o desejo mais ardente de sua velhice: restituir à Pátria as cinzas que lhe pertenciam. Viu-as partir afinal — para a reconquista do trono que as ambições precárias do mundo não bafejam nem assaltam; a glória suave de sua realeza de amor e saudade confinada num tumulto... Pouco depois os seus olhos se fecharam

brandamente e morreu confortada pela sentença unânime dos seus concidadãos que a encomendaram à justiça de Deus, cingindo-lhe a fronte com a coroa de redentora dos escravos... Tambem Dom Pedro apareceu a derradeira vez em público, com as suas insígnias, o colar da Rosa, a banda azul do Cruzeiro, as condecorações que lhe enfeitaram o berço de sucessor da monarquia na infância longínqua - para associar-se ao Estado e à Igreja no ato memoravel do sepultamento daqueles augustos despojos. Com a sua família — embaixador do passado acreditado no presente — visivelmente comovido, a carregar, com um esforço quase físico, a cruz dos tempos que em forma de memória e de dor a gente velha vai arrastando por seu caminho longo — representava, entre os coloridos vitrais da catedral de Petrópolis, as gerações extintas, a sua afeição lírica pela nossa terra, a sua fidelidade ao Brasil, e o seu destino contraditório... Faleceu inesperadamente em 29 de janeiro de 1940. Completara a sua missão.

A primeira solene homenagem de ordem intelectual prestada ao último príncipe do Grão Pará foi a do Instituto Histórico de Petrópolis, pela palavra do seu ilustre presidente Leão Teixeira Filho, em 19 de março. Recordou-lhe a profissão de fé escrita no testamento feito há 18 anos: "Sempre me considerei bom brasileiro, dedicando ao Brasil o mais entranhado afeto, e recomendo a meus filhos que nunca esquecam que, honrando o sangue de seus gloriosos e augustos avós, jamais pratiquem ato algum que possa, de qualquer forma, ser lesivo ao Brasil!" E encareceu-lhe os dois episódios de sua vida que o vincularam merecidamente às letras nacionais. Aos 12 anos redigia Dom Pedro com o mestre Ramiz Galvão o Correio Imperial; jornalzinho irreverente, porque abolicionista, em que a sua mão infantil traçou um protesto ingênuo contra a escravidão, a rotina e a vergonha social das instituições condenadas... Essa literatura de crianca — ad usum Delphini — endereçava-se ao coração materno, bastante indulgente para entendê-la; foi exatamente esse cândido coração de mulher que assumiu, em 13 de maio de 88, o governo absoluto das conciências do Império desvencilhado do grilhão negreiro... E organizou (com Alberto Rangel) o catálogo dos manuscritos do castelo d'Eu, recentemente publicados em dois tomos pela Biblioteca Nacional — oferecendo ao estudo de seus compatriotas esse soberbo acervo de verdade documental.

Diz-se que Benjamin Franklin foi à Prússia sondar a generosidade de Frederico o Grande para a causa dos americanos. — E que farieis desse auxílio? — perguntou o monarca. — "Empregá-lo-ei para conquistar a liberdade, que é o privilégio natural dos homens" — Frederico meditou um instante e recusou: — "Nada feito. meu caro senhor; porque sou rei e filho de rei, e não devo ser eu quem desacredite a profissão"...

Nos papéis guardados naquela mansão plurissecular não acharemos as regras do poder caprichoso. — "A primeira lei dum soberano é obedecer a todas as leis. Todos os reis teem dois soberanos de quem depende: Deus e a lei" - definiu uma vez Henrique IV, cujas virtudes guerreiras, com o nariz aquilino e a barba quixotesca, os Orleans tanto imitaram. Dom Pedro II — o menos belicoso dos imperantes — praticou esse preceito; e no seu copioso cartulário juntou o material consideravel de sua própria justificação. Não distinguiremos, nessa montanha de autógrafos, o que é do rei e o que se refere ao Brasil: aí está em fragmentos, como nas pedras dum mosáico, o painel integral — e ainda desmontado — do ·nosso século XIX. Oxalá o repatriemos tambem — segundo os desígnios do Príncipe Dom Pedro e os desejos de seu filho, o Príncipe Dom Pedro Gastão, vergôntea estimavel da mesma árvore privilegiada, e herdeiro do patronímico e dos compromissos cívicos de quatro gerações de principes brasileiros.

Sobrinho neto do Duque d'Aumale, gostava Dom Pedro de Bragança e Orleans repetir-lhe a exclamação exultando quando o

Marechal de Alger defrontou Bazin no mais dramático dos tribunais militares. Tudo estava perdido... "Não restava mais nada — alegou o homem de pouca fé". — "Sim, restava a França!" — A cartilha do seu patriotismo insistia nesses exemplos. Não esqueceu o Brasil — servindo-o com a fidelidade profunda e intacta do pai que comandou em Peribebue, da mãe que libertou os cativos, do avô que reinou meio século, do bisavô que fundou o Império e do trisavô que o fez possivel, atravessando o Atlântico com os pergaminhos da tradição portuguesa. Não será esquecido dos brasileiros!

GENERAL MOREIRA GUIMARÃES

O General José Maria Moreira Guimarães pertencia ao nosso grêmio desde 6 de agosto de 1921. Então sócio efetivo, foi elevado a benemérito em 14 de abril de 1939. Faleceu nesta Capital em 10 de fevereiro de 1940 — aos 75 anos de idade, rodeado de estima pública, que é prêmio das vidas virtuosas que se resumem afinal num exaustivo serviço da sociedade e do país. Balisam-lhe a carreira algumas datas elucidativas. Nascido em Laranjeiras, província de Sergipe, em 4 de novembro de 1864 (filho de Rufino Alves da Cruz Guimarães e D. Ignacia Maria d'Assumpção Moreira Guimarães), em 1882 matriculou-se na Escola Militar e, após curso distinto, saiu alferes-aluno em 19 de janeiro de 89. A geração escolar de que foi um dos expoentes, a campanha republicana que o empolgou, a cultura filosófica, que desde os bancos acadêmicos o recrutou para as fileiras dos discípulos diletos de Benjamin Constant, deram-lhe à carreira das armas na adolescência o sentido apostolar, a vocação de sacrifício e o timbre heróico peculiares à fé irredutivel. Ligou à idéia do regime novo o destino e a espada. Dedicou os seus precoces cuidados políticos à sorte das instituições acalentadas nos páteos colegiais, pelas esperanças dos moços positivistas que aspiravam para a Pátria e para o mundo a ordem

geométrica inspirada pelas ciências num reinado severo — único reinado que admitiam! — do cálculo matemático e da doce sociologia. Recebeu o primeiro galão como um encargo - da sua luta, e um juramento - da sua lealdade a reforma que havia de vir. Teve dois comandos que exerceram sobre o seu temperamento de soldadoestudante uma influência decisiva: em 89, o comando de Benjamin, seu professor de mística social; em 93, o comando de Floriano, seu mestre de energia militar. Entre o aprendizado e a ação, ou seja, entre as confidências de cátedra e o trovejar da artilharia a sua juventude completou o ciclo das experiências em que se perfaz o carater: a sua juventude e... a República. Brigou por ela como um leão; mas com a fiel intransigência dos que põem a sua crença acima do seu interesse. A definitiva expressão de grandeza daquela mocidade armada está no seu estoicismo. Possuia o gênio da Revolução como bandeira do seu regimento, clarim de sua marcha, guarita de sua vigília e reduto de sua resistência inabalavel; a inquietação e a glória dos seus pensamentos cívicos. Moreira Guimarães orgulhava-se deles e gostava que os comentássemos. Esse venerando general continuou espiritualmente alferes-aluno de 89. abraçado à sombra do seu velho professor de doutrina numa encruzilhada da história brasileira.

Uma vez, em Viena, com vários reis à volta da mesa, Napoleão falou acidentalmente do seu tempo de sub-tenente em Brienne. Percebeu que havia pressa em mudar-se de assunto, como se tal lembrança afligisse ao Imperador, e aos colegas estrangeiros. Sorriu, temperou a garganta e renovou a frase: — Quando tive a honra de ser sub-tenente em Brienne... — Moreira Guimarães — como tantos dos discípulos de Benjamin — repetiria alegremente a reminiscência: — Quando tive a honra de ser alferes na Praia Vermelha... Fora-lhe o período do sonho, envolto em majestosos projetos que se afinavam com os artigos de Ruy Barbosa no Diário

de Noticias e os editoriais de Quintino no País; cada um dos rapazes da nossa Escola de Guerra era como o Marquês de Lafayette de regresso à França após a independência americana. Um devoto dos "direitos do homem"; um revolucionário inebriado de filosofia... A Carlos III de Espanha propusera alguem que nomeasse governador de Jamaica a Lafayette, sem emprego na sua terra depois daquela campanha triunfante. O sensato Bourbon dissuadiu-o: — Se o nomeio, o Sr. Lafayette me proclamará a República na ilha... — O idealismo platônico inventou outra ilha; a da Utopia. Os Ulysses das teorias inconsequentes rumam de ordinário para esse porto abstrato. Os moços "spenceristas" de 89 perderam cedo a superstição das idéias vagas; foi quando a voz de Floriano os convocou para a grande prova, 1.º tenente por serviços relevantes prestados à implantação da República, já em 4 de novembro de 91 era Capitão Moreira Guimarães.

Destacava-se na sua classe pelo insaciavel apetite intelectual; bacharel em ciências físicas e naturais, engenheiro militar, profundo filósofo e bom artilheiro, queria estudar medicina como um complemento de sua instrução científica; de fato, chegou até o 5.º ano do curso médico, do qual desistiu para não se desprender do Exército.

Mas o momento era de definições lancinantes. Os homens deviam oferecer o penhor de sangue às convicções; e dilacerada em dois partidos a nacionalidade podia desintegrar-se, na sua crise mais áspera e funesta. Coube-lhe um lugar de vanguarda, com os canhões legalistas assestados em Niterói para a defesa da outra margem da baía. Era da têmpera dos soldados que não deixam tombar o estandarte, que não desertam o seu posto, que imaginam todas as eventualidades, exceto a derrota, confiaram-lhe um parque de artilharia; e Niterói não foi tomada.

Essa página sangrenta de guerra civil deixou-lhe nalma um ressaibo de melancolia que não ocultava; fora-lhe honrosa, mas triste, e a sua filosofia pedia compreensão e tolerância. Cresceu na

reputação dos contemporâneos e alcançou dos seus chefes a justiça que lhe deviam; fez, paralelamente, o seu nome respeitavel de homem de letras. Qualidades assim eminentes recomendaram-no à função de adido militar junto ao exército japonês na guerra com a Rússia.

A viagem, a permanência no Japão, o seu trato com o General Nogui e o estado maior nipônico deixaram no seu espírito um vestígio que se não apagou mais. A sua tez morena de nordestino aclimara-o facilmente no Japão; e a sua alma inteiriça de militar se apropriara das normas do "Bushido", código de atitudes do "Samurai", em cuja severidade cavalheiresca pensava descobrir o segredo do idealismo oriental. Maravilhou o exemplo dum Império que vestia a fatiota européia sobre a armadura escamosa dos guerreiros medievais sem desfigurar, na sua transformação, a alma popular. Acompanhou através da planície mandehú aquelas tropas sóbrias de soldados sólidos e bronzeados que se lançavam à morte com um ar inspirado de quem bate à porta do céu; e julgava haver decifrado o enigma dos seus êxitos — na religião do dever que os disciplinava na paz — para a luta — e os animava no combate — para a imortalidade...

Sim, para a imortalidade.

E' a sublimação do patriotismo, a linguagem que o traduz ao japonês do General Nogui, do Almirante Togo. O sobrenatural dá-lhe o divino endereço que teem os sentimentos superiores ao homeme à vida, por isso religiosos, tradicionais e implacaveis. Assim fora a missão do chefe na poesia dos Salmos — pois disse David: "Vós, meu Deus, adextrastes as minhas mãos para o combate e os meus dedos para o manejo da espada". A ordem desce dos cimos da Pátria e da História; shintoista ou católica, chama-se fé. Em santo lating repetiríamos: Et haec est victoria quae vincit mundum, fides nostra. Citou-o Bossuet no elogio fúnebre do grande Condé, para sobrepor à coragem a virtude, condição dos heróis cristãos, explicação dos ressurgimentos nacionais ou de surpreendentes energias que o

ocasionam, atitude de multidões e de guerreiros que Moreira Guimarães esclarecia com muitos gabos da cortezia nipônica. Chegou a falar japonês. Se lhe sobrasse tempo estudaria as coisas do arquipélago como Wenceslau de Moraes; mas a tirania dos seus horários, numa carreira militar eficiente, não lhe permitiu exilar-se num ambiente de cultura. Limitou-se a dois livros, que se leem com proveito: "No Extremo Oriente" e a "Guerra Russo-Japonesa".

Foi o técnico de "Assuntos Militares" e "Noções de Artilharia". Curioso insaciavel dos problemas da razão especulativa. Apaixonado da ciência pura, pregoeiro de instrução espiritualista, ardente advogado dos.interesses do Brasil — sobretudo na Sociedade de Geografia, que nos últimos anos presidiu, com zelo pontual e magnífico. No Instituto Histórico, na Sociedade de Geografia, na Sociedade Brasileira de Filosofia o General Moreira Guimarães desenvolveu uma atividade construtiva sem ênfase e sem impertinência. Assim participou dos vários Congressos promovidos pelo nosso Instituto. Em 1914, quando apresentou importante memória sobre a "Organização da Força Militar" (título que lhe grangeou uma cadeira efetiva nesta casa), em 1922, em 1931 e 1938.

Calmo, sorridente, conciliador, revestido da forte serenidade dos sábios, tinha o cuidado de tratar as idéias, os homens e os fatos com a complacência de quem expõe cifras... De sua erudição matemática extraiu a melhor das filosofias; a da benignidade.

Vinha do Rocha, seu modesto retiro de general reformado, impecavel no "frack" azul e paternal no sorriso prazenteiro a distribuir as suas palavras uteis e os seus conselhos oportunos. Lembrava-nos esses sargentos lendários, que após prolixas aventuras ainda ensinam recrutas, e junto da lareira, contam histórias edificantes... Educou outras gerações — o veterano benfazejo; ensinou-lhes o amor dos símbolos e das abstrações que enobrecem a vida; deu-lhes um contínuo exemplo de sobranceria e humanidade; e honrou o Brasil, com a veemência de sua bravura adolescente,

a tenacidade de seus estudos profissionais, o desinteresse de sua cultura e a irrepreensivel honestidade do seu espírito, 50 anos, sem desfalecimentos e sem deserções. Jubilou-o a morte — com o direito ao repouso que adquirem as almas perfeitas. Moreira Guimarães teve a exímia perfeição de sua fé. Queria morrer com a cortez simplicidade dum "samurai" em harmonia com o seu "Bushido". Deus fez-lhe a vontade. Acabou como vivera; iluminado pela doce lâmpada de sua filosofia...

* * *

E' o clarão da imortalidade — a candeia da boa Memória acesa em honra dos que "se foram da lei da morte libertando". Servindo ao Brasil no louvor de seus filhos invulgares, no culto dele mesmo através de suas tradições e na sua glória — projeção autêntica do seu passado. Que seja para o Brasil, pois, o nosso pensamento mais alto, num voto de irrestrita solidariedade com os seus destinos, penhor de confiança, protesto de amor, razão de ser do nosso trabalho quotidiano na oficina onde forjamos há 102 anos os instrumentos de sua cultura histórica. (Palmas.)

Encerrou-se a sessão às 19 1/2 horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário. ANEXOS



HOMENAGEM A CALÓGERAS

No jardim da Praça da República, em frente ao Quartel General, realizou-se ontem a cerimônia de inauguração da herma do Dr. João Pandiá Calógeras, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a aprovação dos Srs. Ministro da Guerra, Prefeito do Distrito Federal e com o concurso do Dr. Roberto Simonsen.

As 9 horas e meia da manhã, presentes o Comandante Isaac Cunha, representante do Sr. Presidente, Coronel José Agostinho dos Santos, Chefe do Gabinete e representante do Sr. Ministro da Guerra, Cônego Olympio de Mello, Generais Deschamps Cavalcanti, José Pessoa, Rondon, Pedro Cavalcanti, Valentim Benício da Silva, representante de todas as corporações do Exército, Embaixador Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico, Dr. Roberto Simonsen e vários sócios do Instituto Histórico, entre eles o Dr. Wanderley Pinho, Leão Teixeira Filho, Alexandre Sommier, Braz do Amaral, Radler de Aquino, Souza Campos, Lucas Boiteux, Sra. Adrianna Janacopolus e Família.

O Sr. Macedo Soares deu a palavra ao Sr. Max Fleiuss, secretário perpétuo do Instituto, que proferiu a seguinte alocução:

"A 12 de setembro do ano passado, dirigindo-se em ofício ao Sr. Ministro da Guerra comunicava-lhe o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a aprovação unânime, em sessão de 6 de setembro do inesmo ano, da proposta minha, para o levantamento desta herma, em homenagem a um dos nossos mais notaveis vultos de homens públicos e de erudição dos últimos tempos — o Dr. João Pandiá Calógeras, de quem perfeitamente disse Ramiz Galvão: "Contrapondo-se às sombras do túmulo, o clarão da Posteridade ilumina-lhe a memória".

A personalidade desse egrégio patrício recebe neste ato a mais alta consagração póstuma, oficial e pública que, de fato bem merecia.

Acolheu o Sr. Ministro da Guerra, de melhor grado essa sugestão oferecida pelo Instituto Histórico, vindo associar-se com o glorioso Exército Nacional a esta homenagem.

Cabe-me, ainda, em gesto agradecido, ressaltar o apoio franco que patrocinou esta realização cívica, recebido do, Sr. Prefeito Federal, Dr. Henrique Dodsworth, bem assim ao Sr. Dr. Roberto Simonsen, nosso distintíssimo consócio, que se prontificou a custear as despesas deste monumento, encarregando-se do seu embasamento o Ministério da Guerra segundo os planos dos Srs. Coronel de Engenheiros Miranda Leal e Major Raul de Albuquerque.

Faz-se credor, outrossim, da nossa admiração, o trabalho do Professor José Octavio Correia Lima, autor da estátua do grande símbolo de nossa Marinha que é o Almirante Barroso, e dileto discípulo de Rodolpho Bernardelli.

A excelência dessa obra darte se revelou desde o esboço em barro, e foi logo reconhecida pelo General Eurico Dutra, como pela consagrada artista Adrianna Janacopolus, sobrinha de Calógeras, quando, em minha companhia, o apreciaram, por ocasião de nossa visita à casa de Correia Lima.

João Pandiá Calógeras foi um grande amigo do Exército e um grande brasileiro.

Nascido nesta Capital a 19 de junho de 1870, na antigarua D. Luiza, hoje Senador Candido Mendes, faleceu em Petrópolis em 21 de abril de 1934.

Filho de Michel Calógeras e de D. Julia Balbi Calógeras, cra neto do professor e diplomata de renome — seu homônimo.

Educado pelos avós e professores alemães, prestava, aos 14 anos. com brilhantismo no Ginásio Pedro II, todos os exames preparatórios. Aos 20 anos formava-se, na Escola de Minas de Ouro Preto, alcançando o prêmio de viagem à Europa — e no ano seguinte desposava a Sra. Elisa Guimarães, filha do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Dr. Joaquim Caetano da Silva Guimarães e irmã de um dos primeiros vultos do romance brasileiro — Bernardo Guimarães.

Desde 1891, quando engenheiro do Estado de Minas, iniciou a sua colaboração científica no jornalismo brasileiro. E daí por diante — Calógeras tudo foi, pode-se dizer — em todas as faces de sua atividade intensiva, na política, nas letras, na administração, nas ciências, na diplomacia, nas finanças — tudo para o maior bem, e mais alto renome de nossa Pátria.

Historiador, sociólogo, engenheiro, geólogo, industrial mineralogista, educador, parlamentar, diplomata e estadista.

Esta herma glorifica, portanto, sob o mais justo título, a memória desse homem de Estado que foi sucessivamente ministro da Agricultura, da Fazenda, e da Guerra; celebra, em conjunto, o diplomata de relevo das Conferências Panamericanas, da Missão a Buenos Aires, da Embaixada de Versailles e da Missão Comercial à Inglaterra; regista a figura do Parlamentar que, por 17 anos, foi deputado federal, por Minas Gerais, constituinte em 1934; recorda o perfil do Consultor da Secretaria da Agricultura em Minas e o Presidente da Sociedade Brasileira dos Engenheiros; assinala o pedagogista que presidiu ao Conselho do Mackenzie College;

e revive o industrial que dirigiu a Companhia Nacional de Artefactos de Cobre e a Mineração do Manganez do Bananal.

Em todos os setores que serviram de objetivo à sua capacidade de trabalho, como homem de ação e de gabinete — avulta a fecundidade pasmosa de sua obra: monografias, relatórios, ensaios, memória, artigos de imprensa, correspondências, críticas, pareceres, discursos, conferências, obras de ciência.

Calógeras legou-nos, entre os seus trabalhos científicos magistrais, As minas do Brasil e a sua legislação, cujo capítulo sobre Pedras Preciosas foi reproduzido em The Mining Warld de Chicago; e La Politique Monétaire.

Seu mérito foi sempre reconhecido por seus contemporâneos e patrícios, do que vem ser a mais segura prova a presente homenagem nacional.

Morto, Calógeras se grandifica e revivesce, cada vez mais, no bronze desta herma e no coração de quantos partilharam do seu convívio.

Calógeras tudo nos merece pelo bem que fez ao Brasil, como homem público.

Desde 1905, datou o nosso conhecimento pessoal, quando dirigia eu a revista $S\acute{e}culo~XX$ e lhe solicitei que escrevesse um artigo sobre o sábio Peter Wilhelm Lund.

Nossas relações pessoais se reafirmaram com a sua subsequente entrada para o Instituto Histórico Brasileiro, que é, por excelência, a Casa do Passado Nacional.

A proposta de admissão de Calógeras ao Instituto foi apresentada naquele mesmo ano e subscrita por mim, Henrique Raffard, Capistrano de Abreu, Rocha Pombo, Arthur Guimarães, Eduardo Marques Peixoto e Leopoldo de Bulhões.

O relator do parecer que foi o inclito Visconde de Ouro Preto, analisando a sua credencial — As minas do Brasil e sua legislação a qualificou como — "trabalho de fôlego e de subido mérito,

constituindo minucioso inquérito, sobre todos os pontos a cujo respeito as novas leis devem estabelecer regras que atendam às exigências econômicas do sub-solo".

Em seu discurso de posse a 2 de outubro de 1905 — Calógeras assim se refere à secular instituição fundada em 21 de outubro de 1838:

"Austero, relembrando os velhos claustros onde se conserva a cultura histórica, sereno, fora do borborinho da cidade, paredes forradas de preciosas joias literárias, onde se ostenta uma longa e gloriosa crônica de sacrifícios pela defesa de uma nacionalidade; cimélios e inéditos onde o mesmo pó é o das gerações que passaram lutando por esse ideal; tudo enfim neste retiro de paz e de intelectualidade tão alto produz a emoção religiosa, fonte da criação mental, e através os tempos eloquentemente demonstra a noção conciente do Brasil uno em todas as suas manifestações sociais."

Referindo-se à figura de Dom Pedro II, como Presidente de Honra, e, Protetor do Instituto Histórico, à sua cadeira vaga desde 7 de novembro de 1889, disse que "a sua sombra amiga e tutelar ainda parecia alí presidir aos labores do Instituto".

A atividade de Calógeras, por quasi 30 anos no Instituto Histórico, reflete-se em suas conferências sobre Capistrano de Abreu, frei Vital de Oliveira. General Osorio, nos pareceres que redigiu, na presidência de secção de História Econômica, no 1.º Congresso de História Nacional de 1914, promovida pelo mesmo Instituto.

Superando a tudo destaca-se, porem, a sua contribuição para a biografia de Dom Pedro II, intitulada — A Política Exterior do Império.

Sob o ponto de vista espiritual, Calógeras é o autor da sublime Oração ao Cristo do Corcovado, onde melhor se afirma a beleza de sua conversão cristã.

João Pandiá Calógeras foi um complexo raro de qualidades naturais e de energia fecunda no trabalho.

O monumento, que a gratidão dos pósteros vem aquí erguer-lhe, resume, de conjunto, o fulgor do seu talento e as qualidades da sua energia de capacidade do trabalho, como uma das mais vivas expressões ao homem de ação e de governo.

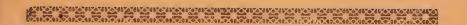
Ainda ontem, dizia-me Tobias Monteiro: "Calógeras morreu de tanto trabalhar".

O Brasil, que sempre exulta na glória dos seus filhos mais queridos e maiores, aquí representado pelo escol de suas classes mais abnegadas no serviço e amor da Pátria, perpetua nesta herma o mais belo exemplo de incentivo patriótico para as gerações que passam.

A João Pandiá Calógeras tributamos, com o Brasil inteiro, neste momento toda a gratidão de seus compatriotas, pelo valor de seus feitos e de suas obras.

E o Instituto Histórico mais uma vez soube cumprir o seu dever e, guiado por José Carlos de Macedo Soares, permanecerá nessa norma de conduta, mantida há 102 anos"... (Palmas.)

Ao finalizar o discurso do Dr. Max Fleiuss, o Presidente Macedo Soares convidou o representante do Sr. Presidente da República a descerrar a herma, o que ocorreu com grandes aplausos.



ARTIGO EDITORIAL DO "JORNAL DO COMÉRCIO" DE 22 DE OUTUBRO DE 1940

Decorreu ontem o centésimo segundo aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vetusta instituição tão significativa, quer pelo fato de ser a mais antiga entre as atualmente existentes no país, quer pela sua expressão histórica, quer pelo seu corpo social, em todos os tempos, no qual avultam nomes da maior projeção, quer pela atividade que exerceu promovendo a publicação e provocando o aparecimento de obras dos nossos mais notaveis escritores como Varnhagen, Alencar Araripe, Calógeras, João Mendes de Almeida, Pedro Lessa, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e outros.

Ao entrar para o seu quadro social, Joaquim Nabuco afirmou que havia, entre outros motivos que o levaram a pertencer àquela agremiação, a crise que atravessava a nossa história, ameaçada de mutilação definitiva. Uma influência política intercorrente pretendia reduzí-la à glorificação de três nomes, traindo-se pois na parcialidade com que designava os vultos do nosso passado. Isto ele dizia em 1896. Em 1897 já se festejava um centenário de Anchieta, dando assim amplitude à verdade histórica e fazendo reaparecer vultos que esquecidos seriam a mutilação do nosso passado. Foi, pois, a história fielmente narrada, esquecidas as lutas políticas, os interesses partidários, que refloriu na velha casa de historiadores.

O constante elogio que se ouve no Instituto provem do realce dado aos méritos dos homens que em vida estiveram à mercê da adversidade, e ao alcance da inimizade dos detratores. Alí se tem, pois, feito a justiça da história na voz da posteridade. Em que pese esse espírito de justiça, o gênio jamais encontrou peias naquele ambiente austero e é ainda o autor de *Um Estadista do Império* que, ao elogiar certa vez sócios do Instituto, não se poupou de compor um quadro amplo, apresentando a mais surpreendente variedade de estilo em que escreveu a História do Brasil.

Com mais de um século de vida a organizar congressos, coligir documentos, pesquisar arquivos, publicar correspondências, reunir jornais, revistas, publicações, tomar a iniciativa para a comemoração dos que escreveram a história do país, premiar e incentivar o cultivo e divulgação das nossas tradições, tirando do olvido os que construiram a nacionalidade, o Instituto prossegue, sob a atual presidência do Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a contribuir para os estudos históricos nos diversos aspectos que eles tenham tomado e a manter a sua grande projeção social.

E' assim que, prosseguindo na publicação da sua Revista, acaba de pô-la em dia com o centésimo septuagésimo terceiro tomo. Secundando a orientação que Capistrano de Abreu inspirou aos cultores da História, para perlustrarem os escritos dos viajantes que percorreram o Brasil de outrora, acaba de lançar a tradução da Viagem pelo Brasil de Spix e Martius: e, divulgando as grandes obras como fez há tempos com a História do Brasil, de Handelmann, inclue nesse volume 173.º da sua Revista a História da Independência, de Varnhagen.

O Sr. Max Fleiuss, colaborando no sentido de divulgar as fontes da história pública, sob o título de *Pedro II*, o mais importante documento político que se possa citar acerca do grande monarca, isto é, a anotação que o Imperador lançou à guiza de resposta, no livro que o Conselheiro Tito Franco escreveu sob o título de *O Con-*

sclheiro Francisco José Furtado, para criticar e comentar a política do Império. Ao lado da Circular de Theophilo Ottoni, comentada por Basilio Magalhães, o secretário perpétuo do Instituto Histórico contribuiu para a publicação dos grandes documentos da história política brasileira.

O centenário do Instituto, ocorrido há dois anos, veio revelar de público o apreço e acatamento que, principalmente na América, se tem por uma instituição talvez coeva das mais antigas do continente. Para ele se volta a atenção geral, e nele vem refletir o espírito de concórdia e fraternização dos povos americanos, afim de que um nome de projeção internacional esteja à sua frente a exercer-lhe a presidência, aproximando os povos, pelo intercâmbio intelectual, pelo estudo profundo da civilização criada na harmonia e colaboração dos que habitam o continente. O Embaixador Macedo Soares tem sabido dar significação ao dia da América, celebrado no Instituto Histórico. Levou à tribuna dessa casa os representantes dos mais significativos meios intelectuais organizados no país, para que confirmassem celebração tão auspiciosa, justificando-a sob todos os aspectos da civilização americana.

O Instituto, sob a sua orientação, iniciou um fichário que facilitará informações amplas acerca das coleções do seu precioso acervo. Com a intenção de tornar o corpo de funcionários em cooperadores da formação dos conhecimentos históricos, podendo adiantar informações, ao público que frequenta essa casa, o Embaixador Macedo Soares se tem interessado na elaboração de amplos índices, que abranjam as revistas publicadas no Brasil, afim de que a variedade de assuntos nelas versados não lhes dificulte a consulta.

Empenhado em um programa de colaboração com os demais centros culturais, o presidente Macedo Soares cogita tambem do que possa interessar particularmente à fundação que preside, e nesse sentido intercedeu junto ao Governo do Sr. Dr. Getulio Vargas, em fase de tão ampla e inegavel reorganização geral que abrange

todos os institutos científicos e literários do Brasil, para que facilite ao Instituto Histórico instalação condígna aos fins a que se destina.

E', pois, em contínuo desenvolvimento que o Instituto Histórico passa o seu centésimo segundo aniversário, para assinalar-se como uma das expressões mais significativas da vida cultural brasileira.

SESSÃO ESPECIAL (SESSÃO 1.684) EM 30 DE OUTUBRO

DE 1940, COMEMORATIVA DO CENTÉSIMO NATALÍCIO DO CONSELHEIRO FRANCISCO DE CARVALHO

PRESIDÊNCIA DO SR. EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

SOARES BRANDÃO.

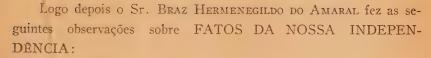
Ás 17 horas abriu-se a sessão com a presença dos seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Max Fleiuss, Francisco José de Oliveira Vianna, Virgilio Corrêa Filho, José Wanderley de Araujo Pinho, Augusto Tasso Fragoso, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Braz Hermenegildo do Amaral, Alfredo Ferreira Lage, Raul Régis de Oliveira, Buenaventura Caviglia Filho, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Manoel Tavares Cavalcanti, Ataulpho Napoles de Paiva, Claudio Ganns, Jeronymo Avelar Figueira de Mello, Rodolfpho Garcia, Emilio Fernandes de Souza Docca e Alexandre Emilio Sommier.

O Sr. Presidențe Macedo Soares convidou para a mesa os Srs. Ataulpho de Paiva e Dom Lourenço Zeller, Arquiabade de São Bento.

O SR. PRESIDENTE, depois de declarar aberta a sessão, pediu ao consócio Sr. José Wanderley de Araujo Pinho, que conduzisse a veneranda senhora Baronesa de Pinto Lima, uma das mais distintas senhoras de nossa sociedade, para ocupar lugar especial no recinto, o que foi feito sob uma salva de palmas.

O Sr. Presidente convidou ainda a ocuparem lugar no recinto os Srs. Dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, Dr. João Soares Brandão, Embaixador Mauricio Nabuco, Dr. Humberto Gotuzzo, Dr. Luiz Felipe de Souza Leão e Dr. Joaquim de Souza Leão e respectivas famílias.

Em seguida, o sócio correspondente Buenaventura Caviglia hijo fez uma saudação ao Instituto e aos seus membros.



"Tenho notado sintomas de falta de conhecimentos acerca da nossa vida brasileira até em pessoas de cultura e grande inteligência, o que é para lamentar no vulgo, quanto mais em capacidades.

Causas diversas devem estar influindo para esse fato, sendo o mais importante, segundo penso, os livros que feitos para fins de comércio se espalham por este país como compêndios que são aceitos nos colégios e servem para leitura da mocidade que vai assim haurindo elementos de instrução que estão longe de constituir uma base util para o cidadão.

Ora, porque certos acontecimentos de importância se passaram aquí ou alí, mas não na capital, ou partes próximas, não devem ser escondidos, tanto mais quanto se percebe que tal omissão propositada chega até a prejudicar a dignidade do povo brasileiro.

Por outro lado, tenho ouvido de estudantes a declaração de ser a história nacional insípida e carecente de fatos importantes, capazes de suscitar emoções, sempre tão caras e simpáticas ao espírito da juventude.

Parece que será mais acertado referir aos moços brasileiros tudo que pode honrar o Brasil e não amesquinhar-lhe a narração da vida por se haverem passado acontecimentos notaveis, de modo que não agrada a uma espécie de convencionalismo já estabelecido.

Omitem-se fatos nobres da história nacional para exagerar a importância de outros que são qualiicados como heróicos, quando, na realidade, não merecem tão pomposo qualificativo.

Deste ensino digno de revisão sai algumas vezes comprometido o brio nacional, havendo esquecimento de passagens inatacaveis de nossa vida, de qualquer modo que sejam consideradas e realmente capazes de honrar a nação estendendo-se sob este vocábulo o povo brasileiro, a sua marinha e o seu exército.

Pelo menosprezo ligado às coisas que não custam esforço, se faz, em geral, pouco caso dos que chegam a gozar vantagens e proventos, sem empregar grande trabalho, como aos que enriquecem por heranças.

Já tem sido até acentuado que o nosso país não fez sacrifícios para obter a sua Independência, pelo que não pode ser igualado aos outros povos de origem latina que lutaram para se libertar da dominação espanhola, o que é, inegavelmente, deprimente para nós.

Felizmente, porem, não foi assim.

A nossa Independência custou muitos sacrifícios e foi realizada, não somente com frases, como contam os livros em geral admitidos para os alunos, mas tambem com o ferro, com o fogo e com o sangue, assim como severos sofrimentos, não sendo inferiores aos dos povos que mais dignos o forem da sua autonomia política.

As restrições que se tem feito aos acontecimentos perante a juventude brasileira, é que a tem reduzido, de modo que até brasileiros dizem diante de estrangeiros que a nossa Independência não é comparavel, por esse lado, ao que eles alcançaram.

Cita-se como episódio trágico das dissenções civís da Itália a morte de Ugolino, de fome, numa torre, o que, já me disse um estudante, ser um lance emocionante, como na história nacional não há.

Durante a guerra da Independência do Brasil, no Pará, em 21 de agosto de 1823, 253 presos políticos foram encerrados no porão do brigue *Diligente*, sofreram durante toda uma noite horriveis tor-

mentos e 249 deles foram encontrados mortos, asfixiados, quando se abriram as escotilhas sinistras.

Não é 100 vezes mais emocionante do que a morte de Ugolino?

Pois no Brasil muita gente não sabe disto, tanto que os estudantes acham a história nacional destituida de lances emocionantes.

E o que se deu no Piauí?

E o que aconteceu no Maranhão, onde, só no combate de Genipapo, ficaram no campo 260 a 300 mortos?

Quando o príncipe Dom Pedro, regente do reino Unido de Portugal e Brasil, depois de haver prometido em carta a seu pai, o Rei Dom João VI, resistir com a guarnição portuguesa, mantendo o governo do qual era representante, e pessoa de confiança, declarando-se fiel e honrado, se afastou deste propósito e se manifestou pela separação, o General Madeira de Melo, que comandava na Baía, entendeu ser isso uma felonia e recusou submeter-se a ele.

Este homem foi nosso inimigo, não era um tático e muito menos uma inteligência política, mas forçoso é reconhecer que era um soldado que sabia guardar a fé jurada.

Não pode haver melhor prova disto do que o depoimento que sobre ele fez o Sr. Vasconcelos de Drumond, quanto à missão reservada de que o incumbiu Sr. José Bonifacio.

Quando as vilas do Recôncavo se sublevaram, unindo-se ao nascente império, sob a orientação de Santo Amaro, Antonio Duarte de Araujo Gondim, o general mandou atacá-las e em primeiro lugar a da Cachoeira e não foi bem sucedido, alastrando-se a revolução que obrigou cada um dos dois governos a empregar um exército e uma frota.

Os portugueses receberam reforços e atacaram a ilha de Itaparica, sendo repelidos, apesar de serem as suas forças compostas de veteranos da guerra peninsular, que haviam combatido sob as ordens de William Beresford e de Artur Welesley, duque de Welington. Os independentes tambem receberam reforços que partiram do Rio de Janeiro, sob o comando do General Pedro Labatut, numa esquadrilha comandada pelo chefe De Lamare e ainda outros do Norte, especialmente Pernambuco, o que elevou o seu exército a 12.000 homens.

As tropas portuguesas constavam de 8.000 a 9.000 soldados aguerridos.

O governo imperial contraiu um empréstimo, chamou oficiais estrangeiros para a marinha, e aparelhou uma armada cujo comando confiou a Lord Cochrane, pelo que naquelas águas manobravam e combateram cerca de 5.000 marinheiros.

Na anotação que fiz às *Memórias Históricas e Políticas da Baía*, de Acioli, 4.º volume, se encontram os nomes dos navios, tanto da esquadra imperial como da portuguesa, os das canhoneiras dos independentes, com as suas equipagens e poder de artilharia.

O nosso nobre consócio Lucas Boiteux, no seu livro Tática das Campanhas Navais Nacionais, confirma tudo o que estou dizendo.

Ainda nestes particulares não ficamos mal, abaixo do estrangeiro, pois os historiadores americanos referem que Washington nunca teve na Guerra da Independência dos Estados Unidos mais de 20.000 homens às suas ordens.

Quando Cochrane chegou à Baía, deu, em 4 de maio de 1823, um combate à esquadra portuguesa, à Leste da Ponte de Santo Antonio, em frente à Barra, no qual tentou cortar em duas a frota inimiga, repetindo a manobra de Nelson em Trafalgar, mas não conseguiu o seu intento pela resistência dos portugueses, especialmente do navio *Princesa Real*, que tambem ficou quasi desarvorado pelo fogo da capitânea brasileira.

Cochrane se retirou da ação, sendo esta a primeira vez que a bandeira brasileira cobriu o fumo de uma batalha naval, coisa que todos os brasileiros deviam saber e que muito poucos sabem, porque os livros que servem nos colégios ocultam.

As partes oficiais não deixam dúvidas a respeito e o próprio almirante refere na sua *Narrativa*, atribuindo o insucesso à má qualidade das suas equipagens, a não ter sido seguido pelos outros navios do seu comando, etc.

Cochrane teve a audácia de entrar no porto da Baía em uma noite escura, com o fito de incendiar a frota portuguesa, por meio de brulotes, não o podendo realizar por haver sido pressentida a sua nau de linha, a *Pedro Primeiro* e vasar muito a maré.

Por que não se referem coisas desta ordem?

Faço por isso um apelo ao Governo para que nos compêndios de história nacional sejam referidos os fatos próprios para nos dignificar e não apenas citados, algumas vezes mal, sem relevo, nem elevação.

Vieram instruções de Lisboa para sair a esquadra portuguesa, bloquear o Rio de Janeiro, conduzir para a Baía a Divisão de Dom Alvaro da Costa, que estava em Montevidéu, e com ela reconquistar o Recôncavo para recomeçar a campanha, o que se não fez por não dispor a armada de abastecimentos para tão longo cruzeiro.

Cochrane, após o seu insucesso de 4 de maio, porem, se postou na ilha de Tinharé, de onde interceptava todos os víveres que se dirigiam para a cidade.

Vendo-se cercado numa península, cuja base estava ocupada por um exército superior ao seu, entrincherado nela, o General Madeira de Melo avançou para romper o cerco e lançou as colunas de ataque da sua infantaria ao assalto das colinas de Pirajá e foi derrotado, pelo que recuou, mas deixando as estradas alagadas de sangue.

Estes fatos não se referem, ou são contados muito por alto, ao passo que se faz esforço em classificar de gloriosos outros que não teem direito a grandes louvoures, encarando as coisas sob o ponto de vista moral.

A parte do General Madeira, tirada por certidão do Arquivo Militar Português e transcrita na anotação citada, prova, de modo pe-

remptório, que a Independência do Brasil não se fez somente com frases que custam pouco, nem festas de rua, e sim com valor e sangue, pelo que o nosso país pode figurar ao lado dos de origem latina da América, no que diz com a dignidade e o sacrifício.

Obrigado a sustentar uma guarnição numerosa e faltando cada dia mais os mantimentos, o General Madeira tomou a resolução cruel de fazer sair as bocas inuteis.

Sabe-se o que isto quer dizer para o martírio de uma população.

Mais de 9.000 pessoas tiveram de deixar imediatamente a cidade esfaimada, mas se algumas destas contavam com certos recursos no Recôncavo, onde tambem era espantosa a falta de víveres, muitos milhares de desgraçados, velhos, mulheres, crianças, famintos, sedentos, arrastando-se pelas beiras dos caminhos e pelos matos, morreram de fome e de toda a sorte de misérias, entre os dois exércitos, cujos homens a brutalidade da guerra tornava ferozes e deshumanos.

Só depois disto, reconhecendo que a resistência tinha os tendões cortados, foi que o General Madeira evacuou a cidade.

O Coronel Lima e Silva comandava então as tropas imperiais.

O sítio tinha durado um ano inteiro!

Tudo foi facil no Rio de Janeiro e em São Paulo porque foi o governo quem levou a efeito a mudança, servindo-se da máquina administrativa montada, polícia, funcionários, força pública, magistratura, tesouro, mas isso não se deu nas partes do Brasil, em que houve luta e sacrifícios que se não devem ocultar, porque a dignidade do povo brasileiro exige que a narração da sua vida passada seja exata, pois o que engrandece não são as coisas amaneiradas e inexplicaveis por interesses.

Preferir entre acontecimentos, nalguns dos quais dois partidos se enfrentam, lutam, sai um vencedor e o contrário vencido, deixando ambos as estradas alagadas do sangue dos que combateram com valor e honra, para exalçar somente um outro em que o man-

datário de um regime, encarregado de mantê-lo, o substituiu pelo império do qual foi o primeiro soberano, não parece justo, se é que, em verdade, se pretende formar um povo de homens capazes de distinguir a retidão do que não corresponde aos princípios fundamentais dela.

Pelo exposto se vê que a mocidade tem muito que aprender e se comover com os acontecimentos da história nacional, que não é insípida, senão pelo medo de a referir com veracidade, o que, entretanto, se torna indispensavel, desprezando interesses de localidades, narrações feitas em certas ocasiões, nas quais era lisonjear dizer que tudo se fizera por uma personalidade, etc., motivos que são inferiores ao que é util, tanto mais que todo o esforço empregado em dar uma coisa como gloriosa ou heróica não conseçue galvanizá-la como tal, conforme claramente se percebe pelo juizo que estrangeiros e brasileiros mesmo estão a demonstrar sobre fatos do maior destaque da nossa existência.

E, em matéria de ensino, se deve apresentar à mocidade as coisas nobres como elas são, separando os casos em que interesses e circunstâncias divergentes predominam, para salientar o que é realmente digno de ser admirado e imitado. (*Palmas*.)

O sr. Leão Teixeira Filho, da tribuna, realizou a seguinte conferência sobre a data centenária do natalicio do Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão:





CENTENARIO NATALÍCIO

DO CONSELHEIRO

FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO

CONFERÊNCIA REALIZADA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRA-SILEIRO, EM 30 DE OUTUBRO DE 1940, PELO SÓCIO EFETIVO HEN-RIQUE CARNEIRO LEÃO TEIXEIRA FILHO.

A História do Segundo Reinado, para ser fiel e bem refletir os panoramas, não pode nem deve ser apenas estudada nas biografias dos vultos excepcionais.

Os relatos, que assim se escrevessem, em verdade seriam belos e grandiosos; mas fugiriam à realidade, emprestariam às perspectivas coloridos e dimensões, que essas somente tiveram em tais ou quais circuustâncias, na cumiada dos grandes acontecimentos e não na generalidade de seus aspectos e flutuações.

Os chamados *Gigantes do Império*, aqueles cujos predomínios e atuações marcaram épocas e nortearam rumos aos destinos do país, formando a diminuta galeria de seus *grandes capitães*, jamais teriam conseguido seus objetivos e realizações se não se apoiassem nos esteios que lhes inspiravam confiança e lhes permitiram exercitar o mando.

A História, portanto, não pode nem deve deixar de lado aqueles que os tenham ajudado eficientemente, e que, constituindo a maioria, — a padronização dos homens de envergadura normal — tambem hajam, por um complexo de qualidades e serviços apreciaveis, galgado posições de relevo, em as quais firmaram conceito público e bem serviram ao Brasil.

De resto, um Segundo Reinado, onde se destacasse a figura empolgante do Imperador, e no qual somente se vislumbrassem estadistas ao molde dum Marquês de Paraná ou dum Visconde do Rio Branco, do feitio dum Zacarias ou dum Barão de Cotegipe, das qualidades dum Marquês de Olinda ou das dos Viscondes de Uruguai e de Itaboraí, e guerreiros da fama de Caxias e Osório, Tamandaré e Barroso, esquecendo tantoutros, civís ou militares, aos quais a Pátria tambem tanto deve, seria uma tela realmente maravilhosa, de fortes efeitos e impressionantes movimentos. Seria o quadro em que se perpetuaria, com as melhores intenções, a omissão ou inverdade histórica.

Nele não se veriam aqueles outros que implantaram a ordem nas provincias, pelejaram nos ardores das hostes partidárias, combateram nos campos e baixios do Prata, forjaram as indústrias e corporificaram as grandes realizações materiais, ministraram o ensino nas escolas e academias, sustentaram a fé, doutrinaram na imprensa e nas tribunas, e que, em absoluto, não foram os soldados desconhecidos da unidade nacional, título supremo da monarquia brasileira. O quadro que os esquecesse seria injusto e imperfeito: simbolizaria a ingratidão nacional.

Guarda fiel das tradições brasileiras, de longa data vem procurando o Instituto Histórico render homenagens à memória de quantos tenham porfiado pela grandeza da Pátria. E assim, aproveitando datas que recordem fatos e episódios relevantes, ou relembrem vultos veneraveis, numerosas e frequentes comemorações tem promovido esta benemérita instituição, nelas coligindo, — pacifica scientiae occupatio — trabalhos valiosos, que bem atestam sua obra cultural e deveras patriótica, em 102 anos de laboriosa e profícua existência, e melhor lhe teem propiciado completar e corrigir a verdadeira História Brasileira.

* * *

Há um seculo, exatamente a 31 de outubro de 1840, nascia em Pernambuco, no Engenho Santana de Jaboatão, Francisco de Carvalho Soares Brandão, filho legítimo e primogênito dentre os oito que haveriam de alegrar a vida conjugal de Francisco Pedro Soares Brandão e Dona Maria Rita Gonçalves da Rocha.

A família possuia tradição política, que remontava principalmente aos sucessos subsequentes à proclamação da Independência.

Descendia o menino do mesmo tronco donde proviera Manuel de Carvalho Pais de Andrade, de vez que sua avó-paterna era irmãgemea deste famoso procer da Confederação do Equador. E bons fados lhe propiciariam manter a nomeada de sua gente, atraindo-o tambem à carreira política, que lhe correria facil e bem depressa o conduziria às alturas do Senado Imperial, onde tomaria assento na bancada pernambucana, à qual não lograra pertencer o mencionado tio-avô, eleito pela Paraiba e alfim nomeado pelos Regentes em 1834.

Educado ao modo das casas solarengas da Província, à sombra da parentela exigente e aos cuidados dum sacerdote preceptor, no próprio Engenho recebeu Soares Brandão a instrução primária, e bem assim a mór parte da secundária, ministrando-lhe as disciplinas o Padre Pedro da Silva Brandão, que não era seu parente, e antes tivera o mesmo encargo em relação ao vindouro Conselheiro João Alfredo. Mais tarde, ao escrever suas memórias, inda hoje inéditas, João Alfredo assim descreveria o aludido padre-mestre: -- "Sacerdote de porte grave em público, respeitado e estimadíssimo por suas virtudes e maneiras delicadas; sério, mas sempre bom e paciente durante as lições, acabadas estas era simplesmente o mais idoso dos discípulos: corria, pulava, armava arapucas para apanhar passarinhos, fazia carros para atrelar gatos indoceis, tinha sempre uma graça de que todos riam; era, enfim, o companheiro mais querido nos brinquedos, nos passeios e nas palestras. E assim, por amor, conseguia muito mais do que por meio de castigos corporais, então em voga nas escolas públicas e particulares dos mais antigos e afamados professores do lugar" (1).

Mas este Padre-mestre, com feições de tabaréu envernizado, tocador de viola e cantador de modinhas, em dois pontos haveria de
fracassar, quanto aos seus ensinamentos e propósitos. Não achou
jeito de ensinar música a João Alfredo, que até o fim da vida
não distinguiria as peças e composições, por mais que as ouvisse, e
somente conheceria, consoante sua confissão, o antigo hino brasileiro... (2). Do mesmo modo, não obstante sua ojeriza e declarado
empenho para que os educandos abominassem a política, não lhes
conseguiria vencer os pendores e entusiasmos, que ambos já manifestavam na idade juvenil, e que, ao depois, bem cedo os arrastaria ao
torvelinho das escaramuças partidárias e às proeminências das po-

sições. Dando-se por vencido, vaticinou o Padre-mestre, num e noutro caso: — aqueles meninos seriam gente... (3)

Dos oito para os dez anos a infância de Soares Brandão transcorreu em tempos agitados, quando as agruras da *Praieira* devastavam engenhos e ensanguentavam a província. E a lembrança de tais acontecimentos, de permeio aos quais aprenderia a conhecer a lealdade e o cavalheirismo de seu pai para com os adversários (4), fixando-se em suas recordações, sobremodo influiria em sua formação, prevenindo-o, contra o desvario das paixões, tornando-o moderado, tolerante, e mesmo generoso, precocemente sisudo, visceralmente avesso a bravatas e arreganhos demagógicos.

Nos primórdios de 1856, já falecido o tio-avô, Senador Pais de Andrade (5), foi o jovem Soares Brandão mandado para o Recife, então assolado pela epidemia de cólera morbus. Alí terminou os preparatórios, sem que uma só vez experimentasse os rigores do novo preceptor, Dr. José Lourenço Meira de Vasconcelos, em cujas aulas de latim as silabadas se contavam e se corrigiam ao estalar da palmatória... (6). A cargo deste mestre tambem andara João Alfredo, que jamais olvidaria seu "preceptorado grave e austero", recordando-lhe nas citadas páginas a fama de "grande latinista, versado em todos os preparatórios, homem fabricado de energia, honra, trabalho e larga beneficência", apontando-o qual «primoroso preceptor, sólido, metódico, pertinazmente exigente do que pudesse dar ao discípulo, de quem se fazia amar, sem que o dispensasse na inflexivel disciplina da casa e das aulas" (7). Das mãos deste professor passou Soares Brandão ao curso acadêmico, matriculando-se aos 16 anos na Faculdade do Recife.

Data desse tempo seu conhecimento com José Bonifacio, o moço, que justamente iniciava o professorado jurídico e pouco depois obtinha transferência para São Paulo; esta relação ser-lhe-ia preciosa, valendo-lhe, no futuro, sua indicação para a presidência paulista. Ao cursar o 1.º ano, realizou-se o concurso em que Machado Portela obteve o lugar de substituto, a cuja cátedra ascenderia de vez em 1861, ano em que Soares Brandão sairia formado, sem cuidar que o haveria de ter por companheiro na lista tríplice de sua eleição e escolha senatorial (8).

Em 1859, época em que Soares Brandão findava o 3.º ano, viajando pelo Norte, tal como o fazia na Corte, timbrou o Imperador em assistir a exames nos cinco anos da Faculdade do Recife. Rezam as crônicas que os examinados bem se houveram, alcançando aprovações plenas, excetuando-se apenas um modesto e coitado terceiro-anista, que por demais se intimidou com a presença do monarca, e tão mal se saiu, que lhe deu o dissabor de assistir memoravel reprovação. O nome deste moço, deste modo desastradamente assinalado perante o Imperador, não figura nas relações dos vindouros bacharéis... (9). O insucesso levou-o, provavelmente, a desistir de ser alguma coisa no reinado ou professorado do senhor D. Pedro II...

Bom estudante, rapaz inteligente e ajuizado, ao atingir a maioridade, em 1861, recebeu Soares Brandão o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Formaram-se, então, no Recife, 65 bacharéis, quase todos nortistas, dos quais 29 eram pernambucanos, 11 cearenses, 5 paraibanos, 5 maranhenses, 5 baianos, 3 do Piauí, 3 das Alagoas, e apenas 4 do Sul, oriundos das terras fluminenses (10). E' que em São Paulo ainda não passara a cadeira de direito civil à regência do ríspido e intransigente Justino... Mais tarde, quando tal acontecesse, acorreriam ao Recife numerosos sulistas, que prudente e estrategicamente trocariam o clima agreste do Tieté pelas brisas mais suaves do Capibaribe... De resto, andara em crise a Faculdade nortista, que muito se ressentira da ausência do respectivo diretor, Visconde de Camaragibe. E chegara, mesmo, à completa desordem, consoante proclamou J. B. Calógeras em relatório dessa quadra. Volvendo ao cargo, e deixando de politicar em coisas da Faculdade, o Visconde, pela ação catalítica de sua autoridade e prestígio, em curto lapso reconduziria a Academia recifense ao florescimento que lhe marcou o período áureo (11).

A turma de 1861, embora não tenha sido das mais luzidas, ainda assim produziu homens de valor, alguns dos quais grangearam conceito, bem serviram ao país e de certo modo se distinguiram em variados setores da vida pública. Entre esses podem, por exemplo, ser citados: — Jesuino Augusto Lopes de Miranda, pernambucano, o qual consagrou-se ao magistério e se tornou conhecido como educador; Alcebíades Dracon de Albuquerque Lima, cearense, juiz de direito em Macau, desembargador em Goiaz; Graciliano de Paula Batista, pernambucano, que iniciou carreira como promotor público no Ceará, tomou parte em vários concursos na Faculdade do Recife, onde afinal conseguiu o lugar de substituto em 1872 e o de catedrático em 1881;

Antonio Caetano Seve Navarro, natural de Pernambuco, autor do conhecido livro "Prática do Processo Civil, comparado com o processo criminal", obra editada no Rio de Janeiro em 1867 e na cidade de Pelotas em 1881; José Joaquim Tavares Belfort, maranhense, bacharel em letras pelo Colégio de Pedro II, deputado geral em diversas legislaturas, jornalista e orador fluente, famoso por sua memória prodigiosa, autor de diversos trabalhos, lente da Faculdade a partir de 1871. Mas, o melhor estudante da turma, o único dentre os colegas ao qual a Congregação conferiu a classificação de ótimo aproveitamento, foi Augusto Olímpio Gomes de Castro, maranhense deveras estudioso e inteligente, formado entretanto aos 25 anos, e fadado a confirmar a fama em longo e brilhante tirocínio parlamentar, que se prolongaria de 1867 até 1889, presidente do Piauí e do Maranhão nas situações conservadoras de 1868 a 1873, e que, recusando por três vezes subir aos conselhos da Coroa, haveria de aderir à República, honrando o Senado Federal (12). Boa e semelhante carreira tambem haveria de percorrer Francisco de Carvalho Soares Brandão, formado aos 21 anos, e cuja aplicação, no curso acadêmico, jamais deixaria de relembrar o colega anteriormente citado. Logo nos primeiros passos da vida pública firmaria reputação na Assembléia Provincial de Pernambuco, na magistratura, na advocacia e no iornalismo do Recife. Deputado geral na legislatura de 1878-81, presidiu as províncias de Alagoas, Rio Grande do Sul e São Paulo. prestando relevantes servicos ao Partido Liberal. Passando ao grande cenário da Corte, foi o único, dentre seus companheiros de formatura. a sentar-se no Conselho de Ministros e no Senado do Império, jamais abdicando de suas convições monarquistas. E não deixa de ser algo paradoxal o desfecho dessas duas carreiras: — o liberal, mantendo-se arraigado às crenças monárquicas; o conservador, abraçando o credo republicano...

* * *

Em 1861, ainda quinto-anista, alimentara Soares Brandão o desejo de candidatar-se à Assembléia Provincial de Pernambuco. Nesse sentido procurara aproximar-se dos Sousa Leão e de Sá e Albuquerque, os quais ainda se mantinham mais ou menos *guabirús*, isto é, ainda formavam na ala dos conservadores, daqueles mais propensos ao progresso. O liberalismo, propriamente assim chamado, de muito amortecera no país, maximé em Pernambuco, onde perecera Nunes Machado e se dera o esmagamento dos praieiros. Ao demais, viera logo após o bálsamo da Conciliação, que atraira gregos e troianos, e em cujo arrefecimento das paixões os valores partidários se haviam baralhado, confundindo fronteiras e campanários. Era a época da transição política, à qual tambem se amoldara o Marquês de Olinda, não obstante suas restrições ao Ministério Paraná...

Já soprava, no entanto, o vendaval das novas idéias e conveniências, com o qual tremularia a bandeira dos ligueiros ou progressistas. O gabinete Caxias-Paranhos já não continha o barco governamental, que baloiçava às primeiras rajadas da ventania e estremecia aos baques da marola, e que, de chofre, haveria de sossobrar assim o Senador Nabuco proferisse o anátema do utis possidetis, toque de reunir em que se amalgamariam os Progressistas (13).

Bem acolhido por Sá e Albuquerque e pelos Sousa-Leão, que logo lhe dispensaram estima e o tomaram por correligionário prestimoso, Soares Brandão achegou-se àqueles políticos, prestando-lhes serviços na imprensa e na advocacia, destarte alicerçando credenciais para as futuras aspirações de seu encarreiramento. E, assim, acompanhou-os no movimento evolucionista, que aos poucos se foi acentuando, e que os levou ao liberalismo renascente, do qual Domingos de Sousa Leão (barão de Vila Bela em 1866) em verdade desde logo se tornou chefe incontrastavel em Pernambuco.

Foi sob o patrocínio deste chefe prestigioso, e leal a toda prova, que Soares Brandão ingressou na Assembléia Provincial pernambucana, na qual estreou na 15.ª Legislatura, reelegendo-se nas duas subsequentes (14). Coube-lhe, aí, suceder a Luiz Filipe de Sousa Leão, que desde a 10.ª Legislatura tivera assento naquela corporação, e que, havendo então passado à Câmara dos Deputados, aos poucos se tornara lugar-tenente do próprio Vila Bela, auxiliando-o no mando partidário, a cuja direção o destino o chamaria nas memoraveis jornadas do futuro (15).

No decurso desse aprendizado político Soares Brandão tomara parte na fundação do Instituto Arqueológico de Pernambuco, em cujo seio distinguiu-se e ocupou o cargo de orador (16). E, escrevendo para a imprensa do Partido, grangeou a confiança dos maiorais de sua grei, que a ele passaram a recorrer quando os horizontes se enfarruscavam ou os assuntos demandavam tato e firmeza. Desse ti-

rocínio jornalístico lhe adviria, ao depois, participação mais ativa nas colunas do orgão liberal «A Província», a cujo quadro de redatores viria a pertencer.

A conta em que o tinham na terra natal, e que bem acentua o estado de sua formação aos 26 anos, já foi há tempos referida por Max Fleiuss, em páginas concernentes à Coleção Olinda (17). Antônio Coelho de Sá e Albuquerque desejando, certa vez, inculcar um bom presidente para o Rio Grande do Norte, escreveu de Pernambuco, indicando ao Marquês de Olinda "o nome de um moço, que reputava de muito mérito". E a seguir, acrescentarà: "E' o bacharel Francisco de Carvalho Soares Brandão, filho desta província, inteligente, ilustrado, honesto e de um juizo e tino pouco comuns nos moços de sua idade. — E' advogado e deputado provincial. Fala e escreve bem" (17).

Mas nada dissera ao recomendado, que somente ao depois, ao receber do velho marquês as mais carinhosas deferências, viria saber da credencial em apreco. Então, vindo ao Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1866. Sá e Albuquerque se fizera acompanhar por Soares Brandão, desejoso de apresentá-lo pessoalmente ao presidente do Conselho. Ao chegarem à Guanabara deu-se, entretanto, a queda do Marquês de Olinda, operando-se a ascenção de Zacarias no famoso 3 de agosto, para o qual, a 27 de outubro, entraria o próprio Sá e Albuquerque, na pasta dos Negócios Estrangeiros. Soares Brandão foi, então, aproveitado no gabinete desse ministro, que em breve lhe arranjou a presidência de Santa Catarina. Abriam-se-lhe, destarte, quando mal beirava 27 anos, as portas da carreira política (18). Mas o jovem beneficiado, saudoso do Recife, onde ficaria a Dulcinéia de suas esperanças, peremptoriamente declinou da honraria, preferindo ser aproveitado na vaga, que justamente se dera, do modesto lugar de Juiz de Orfãos no termo do Recife (19). Razões sentimentais, ou quiçá exageros de modéstia, faziam-no desprezar a chance, que a fortuna lhe oferecia e só lhe havia de voltar ao fim de onze anos.

Satisfeito em seu capricho, foi Soares Brandão despachado a 6 de Fevereiro de 1867, para servir por quatro anos, findos os quais, em pleno domínio dos *conservadores*, obteria, a 21 de dezembro de 1870, ser renomeado para outro quadriênio, no decurso do qual solicitaria sua demissão, deixando a magistratura em 1872, ano em que volveu à advocacia.

Vem ao caso referir o movimento intelectual que, àquele tempo, empolgava a vida social no Recife.

O surto literário, que desde 1848 irrompera no Rio de Janeiro, onde Mont'alverne, com suas «expressões de fogo», atraía a mocidade estudiosa às memoraveis ovações do Arquicpiscopal Ensaio Filosófico, alastrara-se em São Paulo, tão depressa chegara à Paulicéia o estudante Jerônimo José Teixeira Júnior, credenciado pelo sacro orador para promover, alí, a fundação de uma sociedade congênere, que outra não seria senão o legendário Ensaio Filosófico Paulistano— "ninho de vindouros estadistas", em cujas tertúlias terçariam os primeiros embates Paulino, Teixeira Júnior, Andrade Figueira, Ferreira Viana, Lafayette e tantos mais (20).

O intercâmbio que se seguiu entre as duas Faculdades jurídicas, com o constante vai-vem dos estudantes duma para outra academia; em curto tempo levou ao Recife o mesmo gosto pelas belas letras, que alí encontravam, entre primorosas inteligências, ambiente propício ao mais fulgurante esplendor, assinalado principalmente na bela quadra de 1865 a 1870.

Voltando à capital pernambucana para exercer suas atividades na magistratura, Soares Brandão recolhia-se a um meio adequado ao seu estado espiritual, que bem se espelha nas poesias que então escreveu e jamais publicou. Nesses versos, alguns dos quais datados de 1862, encontram-se os reflexos e aromas do seu sentimentalismo de homem puritano e retraido, e bem assim as etapas vagarosas do seu namoro, pacientemente cultivado em cinco anos, qual Jacó a esperar Raquel, serrana bela... (21).

Era o tempo em que ainda permanecia no Recife Frei Joaquim do Espírito Santo, "notavel orador sagrado, filósofo ilustre e primoroso poeta". Temporada inesquecivel em a qual este frade — "moço, simpático e mesmo bonito, — "finamente educado e de reputada e inatacavel virtude monástica", alí exercitava, na flor dos trinta anos, notória e benéfica influência social, frequentando salões e residências, "onde todos lhe beijavam a mão e lhe tributavam respeito, amizade e admiração" (22).

Era a época em que a Veneza Brasileira refulgia em sua idade de ouro, abrilhantada pelas alegrias e comícios acadêmicos, onde se faziam ouvir Fagundes Varela, Guimarães Júnior, Tobias Burreto, Santa Helena Magno, Almeida Cunha, Castro Alves, Franklin Távora e mais outros dessa "constelação de poetas e homens de letras que fariam o orgulho de uma geração"; quadra felicíssima em que porfiavam, nos bancos da Faculdade, Rui Barbosa, Mac Dowell, Coelho Rodrigues, Anfilóquio, José Higino, Joaquim Nabuco, Silva Paranhos Júnior (o futuro Barão do Rio Branco), João Barbalho, Luiz Viana, José Mariano e tantos mais que se elevariam no Império ou teriam nomeada na República; período grandioso, acentuadamente literário, quando a vida social aclarava-se no Recife com os sucessos daquela mocidade, em cujo seio havia teatrólogos que faziam representar seus dramalhões, como Franklin Távora e Guimarães Júnior, e poetas de verdade, que cantavam os feitos das armas no Paraguai ou se duelavam por amores duvidosos, quais Tobias e Castro Alves ao esgrimirem seus versos por Adelaide Amaral e Eugênia Câmara... (23).

Belos e ditosos tempos, quando os moços ainda se descobriam, reverentes, ao verem passar os vultos doutras eras, como o vigário Venâncio de Resende, que em 1834 votara pelo exílio de Pedro I, ou como o Conde da Boa Vista, legítimo grão-senhor do Recife, ou tantoutras figuras notaveis como os Camaragibes, Suassunas, Pirapamas, Vila Bela, Rego Barros ou mais chefes de renome e popularidade, quais Urbano e Epaminondas; quando os senhores de engenho apareciam em suas carruagens bem tiradas, ostentando seus brazões e lanternas de prata, como o Barão de Morenos, que hospedara o Imperador, e, bem vestidos, impertigados, lá se iam aos solavancos pelas ruas mal calçadas da cidade; quando nos teatros, em noites de ópera, as grandes damas exibiam suas jóias e modas de França, e as donzelas ainda ruborizavam se algun binóculo as fitasse com insistência... (24).

E conta o cronista dantanho, em cujas páginas se coligiram muitas destas achegas, quanta atração despertavam os oradores que então se sucediam nas tribunas forenses ou nos púlpitos sagrados. Naquelas brilhava Gusmão Lobo, arrebatando moços e velhos, que não lhe regateavam aplausos aos libelos da promotoria nem tampouco ao estudante Joaquim Nabuco, que fazia sua estréia estrepitosa tentanto defender um escravo que matara o carcereiro para fugir à prisão. Nas igrejas "disputavam os louros da eloquência o Padre João Capistrano, tão ilustre nas letras canônicas como nas leigas; o Padre Lino, ex-carmelita, um tanto gongórico, mas ouvido sempre com

grance interesse; Monsenhor Pinto de Campos, deputado geral, autor da famosa *Jerusalem*, orador de grandes vôos; e Frei Joaquim do Espírito Santo, "erudito, filósofo e poeta", e que "sempre reunia entre seus ouvintes a mocidade acadêmica e os homens de letras" (25).

"De fisionomia simpática, e mesmo insinuante", "de voz sonora e vibrante", "orador de gesticulação moderada, mas expressiva", não era Frei Joaquim, no dizer do cronista em apreço, um pregador de grandes efeitos, desses a quem se procurasse para as grandes festividades. Era antes um orador afetivo, devotado ao culto da Virgem Santíssima, à qual entoava hinos em que "se elevava aos páramos do misticismo e da poesia, sempre doce, inspirado e sentimental" (26).

Bem de perto o conheceu Soares Brandão, a cujo estado dalma não foi indiferente o erudito frade-poeta. Tambem ele, franciscano, conhecera uma jovem distintíssima, cujos encantos, predicados e virtudes ele mesmo admirara e enaltecera, consagrando-lhe versos do mais fino sentimentalismo e esmerilhado lavor, versos em que a descrevera qual

"Painel doirado pelas mãos de Deus.

"Tu que és a prova dos milagres seus" (27).

Ode que ela guardaria e havia de conservar entre relíquias de família, de permeio às cartas com que, ao depois, durante anos sucessivos, jamais se olvidaria o carinhoso franciscano de lhe testemunhar, nas datas de seu natalício, os mais reiterados protestos de sua fidelíssima amizade, elevado encantamento e respeitosa admiração (28).

Aos 14 de setembro de 1867, depois de esperar cinco anos pela sua pernambucana bela, que na Europa residira e aprimorara a educação, com o favor de Deus e as bençãos do próprio Frei Joaquim do Espírito Santo, Francisco de Carvalho Soares Brandão desposava Dona Maria Ana Pais Barreto (29), — moça de fidalga origem, virtuosa e inteligente, caprichosa formosura de prendas mil:

"Painel doirado pelas mãos de Deus. Tu que és a prova dos milagres seus..." E unia-se, assim, a uma estirpe de nobres tradições, orde os nomes do Marquês do Recife e do Senador Francisco Xavier Pais Barreto continuavam a ser venerados, em meio à qual ainda vivia aquele "belo perfil de fidalgo, coberto de cãs e dos melhores títulos à gratidão pública", o Conde da Boa Vista, tão estimado na província quão acatado no Império.

Muito mais, entretanto, do que a importância que de certo modo lhe adviria de tão ilustre parentela, o casamento haveria de dar a Soares Brandão aquilo que ele mais prezaria em toda a sua existência — os trinta anos de sua vida conjugal, perfeita e felicissima (30).

* * *

Ao contrair matrimônio, em 1867, a bem dizer ainda não conseguira Soares Brandão realizar suas aspirações políticas. Seu emprego, como Juiz de Orfãos no Recife, se dantes lhe havia servido, em verdade ficara aguem das possibilidades com que ele sonhara desde os bancos acadêmicos. Mas a reviravolta política, implantando desde o ano anterior o predomínio dos Conservadores, anuviava-lhe os horizontes, aparando-lhe as asas de seus desejos ou ambições. Impunhalhe, portanto, o bom senso, continuar na magistratura, tanto mais quanto ainda não findara o período para o qual fora nomeado. E assim procedeu, portando-se com tal retidão e isenção de ânimo, que ao fim teve renovada a investidura em 1870, ao tempo em que, no gabinete São Vicente, o seu conterrâneo João Alfredo, feliz e satisfeito, sobraçava duas pastas de ministro (31). Em breve, porem, compreendeu Soares Brandão quão longo haveria de ser o predomínio conservador, de vez que o Visconde do Rio Branco, à frente do novo ministério, passo a passo mais se agigantava no conceito público. deixando boquiabertos os liberais, que não escondiam seu espanto e suas emoções ante a impavidez e a invulgar capacidade daquele superhomem, que timbrava, cada vez mais, em realizar e esgotar todas as reformas e idéias preconizadas pelos próprios adversários.

Fiel ao seu partido, espírito retilíneo, Soares Brandão viu claro; e assim, resoluto, deu de ombros com o ramerrão do emprego, deixando-o em 1872 para aventurar-se corajosamente ao ganha-pão da advocacia, que não lhe havia de faltar e não mais desprezaria.

Mas a política, com suas teias e seduções, não obstante o travo de suas surpresas, é cachaça que se não prova sem tomar-se o vício, cachaça da qual não se apartam facilmente quantos a tenham sorvido alguma vez...

Soares Brandão não poderia fugir à regra. E menos ainda alhearse ao meio, à sua roda de amigos íntimos, que tanto lhe queriam e jamais se conformariam com a sua ausência ou inadmissivel defecção. Nem era de seu feitio ou inteireza abandonar amizades, maximé na hora adversa, quando os amigos já não dispunham das regalias do poder. Em tais condições, acompanhou-os de corpo e alma, dispensandolhes no ostracismo a mesma dedicação com que sempre os havia auxiliado.

Mais do que nunca achegou-se ao Barão de Vila Bela e a Luiz Filipe, que em perfeita comunhão de vistas procuravam arregimentar as forças, reanimando-as e disciplinando-as para as próximas refregas eleitorais.

O desaparecimento do Marquês de Olinda, verificado em 1870, tornara indiscutivel, no campo liberal de Pernambuco, a supremacia de Vila Bela, cujo prestígio, ramificando-se em outras províncias do Norte, era assaz notório e mais se acentuava à proporção que o tempo transcorria e lhe retemperava as energias. Por isso, ao cairem em desgraça os Conservadores, nos primórdios de 1878, o velho Sinimbú desde logo o atraiu para o ministério, em cujo seio, não obstante ser nortista, o presidente do Conselho, "o Barão de Vila-Bela era o representante dos interesses do norte do Império", conforme haveria de proclamar à Câmara, em alto brado, a voz possante e autorizada de seu colega Silveira Martins (32).

Vale dizer, portanto, que afinal chegara, para Soares Brandão e seus comprovincianos liberais, a hora certa da grande ascenção.

A Soares Brandão, principalmente, a roda da fortuna haveria de bafejar, conduzindo-o em rodopio, em menos de seis anos, às sucessivas presidências de Alagoas, Rio Grande do Sul e São Paulo, e bem assim à Câmara dos deputados, ao Senado vitalício e aos Conselhos da Coroa, posições que lhe couberam e lhe exigiram grande atividade no interregno de 1878 aos meados de 1884.

Pouco interessa, aos estudos desta natureza, averiguar quanto hajam feito ou deixado de fazer os homens nessas ou naquelas investiduras, seguindo-lhes pari passu as trajetórias no enfadonho recheio de seus relatórios e discurseiras. O que importa é a fixação de suas expressões morais, a projeção ortogonal de seus caracteres, consoante o juizo dos coetâneos mais idôneos, entre os quais hajam vivido e operado. O que se requer, e se deve ter em vista, é o retrato moral onde os homens se apresentem no tempo e no espaço, mediante traços e cores em que se distingam os panoramas de suas épocas e dalgum modo se vislumbrem as fronteiras de suas biografias.

Foi pela mão de honroso patronato que Soares Brandão entrou no grande cenário imperial. O velho Sinimbú nem seguer o conhecia pessoalmente quando lhe confiou a presidência de Alagoas, para a qual o despachou a 9 de fevereiro de 1878. Fiou-se, tão somente, no endosso do Barão de Vila-Bela. E assim procedeu, desejoso de dar à sua terra natal, que ele mesmo representava no Senado e tantos cuidados lhe merecia, um presidente que lhe afiancavam possuir as necessárias qualidades e merecimentos. E tudo lho confessou em carta sobremodo expressiva e maneirosa, destarte encarecendo-lhe a incumbência e incentivando-lhe o amor-próprio, tal qual haveria de fazer nas demais missivas com que, ao depois, qual mestre a ensinar discípulo, tão frequente quão elegantemente o distinguiria (33). Dessa correspondência, que não se pode ler sem admirar-se a feitura britânica do velho Sinimbú, ressalta, a cada passo, quão bem se houve Soares Brandão na governança alagoana, onde permaneceu até Novembro de 1878, e em cujo exercício, honrando a palavra de seu fiador, bem depressa captou a confiança e a definitiva estima do mencionado estadista (34). Este, ao chamá-lo para o Rio, agradecia-lhe os serviços prestados, e, realçando sua conduta, dizia-lhe textualmente:

"Ficando assim terminada esta primeira parte de sua carreira administrativa, só me resta manifestar a V. Ex. todo o louvor pelo zelo, circunspecção e inteligência com que se houve V. Ex. no governo dessa província, tendo plenamente correspondido às vistas e pensamentos do Governo Imperial".

E logo a seguir reforçava os agradecimentos governamentais, acrescentando-lhes sua gratidão pessoal:

"Por minha parte, como filho dessa Provincia, não posso deixar de agradecer-lhe os benefícios que a essa terra prestou com seu governo justo e moderado" (35).

Com estas palavras Cansanção de Sinimbú confirmava, com inteiro conhecimento de causa, a afirmação com que, já onze anos antes, Sá e Albuquerque recomendara Soares Brandão ao Marquês de Olinda.

Foi com tal cartaz, com essa credencial do próprio presidente do Conselho, que Soares Brandão se apresentou na Corte, ao apagar das luzes de 1878, para tomar assento na Câmara dos Deputados. Sua eleição, por Pernambuco, tambem se operara à sombra do prestígio do Barão de Vila-Bela. O grande chefe ficara fiel a todos os compromissos, sobrepondo-se às rivalidades de campanário, onde muitos correligionários se insurgiram contra a indicação dos novatos. Ao senador Nabuco, que então acabara de falecer, prometera o barão incluir na chapa, e eleger deputado, o jovem Joaquim Nabuco. E a manutenção do compromisso, que então se tornara sagrado, trouxera-lhe a luta, a indisciplina partidária, a divisão de suas forças em duas facções: a dos Leões e as dos Cachorros, aqueles representando o poderio dos Sousa-Leão e estes assim apupados como filhotes dos primeiros. Mas o Barão de Vila-Bela era deveras um lutador, um carater forte e inquebrantavel. Às facilidades de um acordo ou cambalacho, que logo lhe propuseram após a morte do velho Nabuco, preferiu todas as consequências e asperezas de um pleito encarnicado. E venceu (36).

Soares Brandão e Joaquim Nabuco foram, assim, eleitos, conseguindo os dois últimos lugares entre os diplomados. Mas rasparam um grande susto. Em 10 de dezembro o plenário da Câmara, aceitando o parecer da comissão de poderes, apenas proclamara os onze deputados mais votados em Pernambuco, classificados na seguinte ordem: Barão de Vila-Bela, Luiz Filipe de Sousa-Leão, Antônio Epaminondas de Melo, Antônio José da Costa Ribeiro, Antônio Alves de Sousa Carvalho, José Mariano Carneiro da Cunha, Manuel Buarque de Macedo, Pedro da Cunha Beltrão, Antônio Manuel de Siqueira Cavalcante, Joaquim Tavares de Melo Barreto e Inocêncio

Seráfico de Assis Carvalho, postergando para ulterior decisão o reconhecimento daqueles a quem tocassem as duas restantes cadeiras da bancada. No cozimento do processo o objetivo visado pela dissidência era Nabuco, contra cujo reconhecimento chegaram os seus desafetos a apresentar emenda ao parecer finalmente submetido ao plenário às vésperas do Natal. Contra Soares Brandão nada se fez, mas seus temores não terão sido pequenos, pois só a 10 de janeiro se viu reconhecido e proclamado deputado, cabendo-lhe o penúltimo lugar com 738 votos, e o último a Joaquim Nabuco, que depois de todas as expurgações entrou com 647 votos (37).

Na Câmara, onde também estreavam Rui Barbosa e Afonso Pena, e se contavam valores do porte de Saldanha Marinho. Afonso Celso (Ouro Preto), Pedro Luiz, Lafayette, Martinho Campos. Teófilo Otoni, Silveira Martins e tantos mais, Soares Brandão não teve destacada atuação. Mas tambem não fez figura triste. Orador discreto. arredio à tribuna, nela estreou em 6 de marco de 1879, registando es Anais o movimento de atenção com que foi recebido e bem assim os calorosos aplausos e muitos cumprimentos angariados ao findar. Produziu, então, um bom discurso, vasado em fraseado escorreito e elegante, que se pode ler com agrado e se percebe haver sido bem preparado e meditado, manifestando suas opiniões acerca da reforma judiciária, que Lafavette, ministro da justica, preconizara em relatório. Outro discurso, que tambem merece ser citado, foi o que proferiu em 3 de Julho do mesmo ano, pois nele deixou patente quão versado era em história política, citando de contínuo, com muita propriedade, argumentos e conceitos de Stuart Mill, Galos e Laboulaye. E' porem, nos debates de 8 de junho de 1880, que de novo o levaram à tribuna, que se podem medir suas qualidades e recursos parlamentares. Falando longamente sobre as lutas por que passara sua provincia, viu-se a todo instante aparteado e contraditado por José Mariano, orador veemente e de fortes recursos. E resistiu-lhe com denodo, revelando energias que se escondiam em sua costumeira modéstia.

Outros gestos e atitudes se poderiam invocar para ajuizar-se de sua conduta partidária na legislatura em apreço. Nesse sentido, é bem de examinar-se sua atitude em princípios de 1879. Ao manifestar-se a divergência ministerial, concernente ao casamento dos acatólicos, em razão da qual Vila-Bela e Silveira Martins se retiraram do

gabinete, Soares Brandão, apartando-se dalguns companheiros de bancada, não hesitou em estadear sua solidariedade ao barão (38). As boas graças do poder governamental, antepôs suas convições e seus deveres de fidelidade para com o chefe que o elegera. Em tal procedimento não há como desconhecer sua independência perante os poderosos e sua lealdade ante os deveres da gratidão. Era e sempre se conservaria o amigo certo na hora incerta.

Mas, ainda nesse ano, o destino lhe reservara uma dolorosa surpresa. Em fins de 1879 morria, no Rio de Janeiro, o Barão de Vila-Bela. E desaparecia sem ter realizado o sonho de representar sua província no Senado.

Foi em tal conjuntura que Luiz Filipe de Sousa Leão ascendeu à chefia partidária, cujas falanges continuavam cindidas. Logo depois, em princípios de 1880, novamente enlutava-se Pernambuco, registando-se o passamento do Visconde de Suassuna. Em tais condições, a vacância de sua cadeira senatorial iria servir, desde logo, para pôr à prova o valimento eleitoral do novo chefe dos Leões. Este, fazendo-se candidato ao Senado, bem sabia quão renhida haveria de ser a pugna, em a qual teria de enfrentar o Partido Conservador e a dissidência liberal dos "Cachorros". Mas Luiz Filipe não recua. Aceita a batalha e dela sai vencedor, cabeceando a lista tríplice com mais de 300 votos sobre o chefe dissidente, Epaminondas de Melo, seu antigo companheiro de lutas e então adversário de prestígio perante a massa popular. E logo a seguir, em agosto de 1880, o Imperador, usando de suas prerrogativas constitucionais, confirma-lhe o triunfo, escolhendo-o senador (39).

Soares Brandão não foi dos que somente aceitaram o novo chefe na hora da vitória. Formou ao lado de Luiz Filipe, participando de seus tormentos e amarguras, quando a jornada era mais áspera e os prognósticos se afiguravam sombrios. E deixando seus comodismos, fez-se ouvir na Câmara, no aludido discurso político, enfrentando, em defesa de seu amigo e chefe, as investidas da facção contrária, o "jus esperneandi" dos dissidentes (40).

Já anteriormente, em começos de 1880, a 28 de março, o gabinete Sinimbú havia passado o governo ao ministério Saraiva, incumbido de promover a reforma eleitoral em que tropeçara seu antecessor. Ao "Solitário de Pojuca" coubera o encargo de reproduzir a tarefa hercúlea do Marquês de Paraná na lei dos círculos incumbindo-se,

qual aquele, em promover nova regeneração do sistema eleitoral, fazendo passar a lei da eleição direta e presidindo-lhe o primeiro pleito como «pedra de toque de sua honra e lealdade política» (41). Para alcançar esse desiderato, tão depressa foi promulgada a lei de 9 de janeiro de 1881, procurou Saraiva reajustar seus delegados em certas províncias, nomeando presidentes que se recomendassem pela circunspecção e inteireza moral. Assim, entre outros, despachou o vindouro Marquês de Paranaguá para a Baía, Martinho Campos para o Rio de Janeiro, João Florentino Meira de Vasconcelos para Minas Gerais, Abreu e Silva para São Paulo, Sancho de Barros Pimentel para o Paraná e Pedro Leão Veloso para o Ceará, cabendo a Soares Brandão a presidência do Rio Grande do Sul (42), para a qual foi nomeado em 26 de fevereiro de 1881 e onde se manteve até 14 de Janeiro de 1882.

Com respeito a essa nova investidura, é de notar-se o tato de Saraiva em relação ao Rio Grande do Sul. Homem cauteloso, habituado a pousar com segurança, ao escolher Soares Brandão teve em vista designar quem, sendo inteiramente alheio ao ambiente gaucho, já houvesse dado provas de particularíssimo bom senso, moderação e firmeza de carater, e ainda por cima, pelo sim e pelo não, reunisse a tais predicados a circunstância de inspirar confiança a Silveira Martins, que alí dava cartas ao partido, e com o qual, muito provavelmente, não quereria brincadeiras... Silveira Martins era homem de boa memória, e sobre estimar Soares Brandão, bem devia recordar-se de sua atitude em 1879, quando votara contra o *Partido* e permanecera ao lado de Vila Bela e de Gaspar.

Dizem os fatos, e bem atestam os documentos, haver Soares Brandão dado cabal desempenho ao espinhoso encargo de presidir nos pampas o primeiro ensaio da eleição direta. E os dois melhores juizes, no tocante a este principal objetivo de sua missão — o presidente do Conselho e o Ministro da Justiça — não lhe regatearam encômios. Com efeito, ao tomar conhecimento do pleito gaucho, mandou-lhe Saraiva o seguinte telegrama:

— «Inteirado de quanto me tem V. Ex. comunicado, respeito da eleição a que se procedeu no dia 31 de Outubro. E' meu dever felicitar V. Ex. pelo modo digno e honroso com que procedeu nessa província, o que deu em resultado a leal execução da lei de 9 de Janeiro do corrente ano" (43).

E o outro Ministro, o Senador Dantas, ao escrever-lhe em seguida ao pleito, assim se expressava:

— "A sua administração vai sendo e continuará a ser aquilo que cu sempre contava que fosse: — justa, moderada e leal ao pensamento que nos caracteriza no governo. Muito bem!" (44).

Mas não foi somente naqueles termos telegráficos que o presidente do Conselho manifestou seu contentamento. Logo após, escrevendo a Soares Brandão, dizia-lhe Saraiva:

— "Já lhe declarei por telegrama achar-se o ministério satisfeitíssimo pelo modo por que V. Ex. procedeu nessa província.

"Pela lcitura dos jornais dissidentes e oposicionistas reconheço com prazer que foi V. Ex. leal e conciencioso executor de nosso programa".

E, lamentando que nem todos os presidentes de província tão bem se houvessem conduzido, acrescentava o missivista:

— Infelizmente em outras Províncias o partido liberal não tem homens de critério que o guiem no pleito eleitoral, e atribuem sua derrota ao nosso programa, quando a devem pelo predomínio dos interesses pessoais sobre os do partido".

Era o que tinha acontecido em Pernambuco, onde os Conservadores haviam triunfado, elegendo, em pleno domínio liberal, a maioria da deputação. Sentindo que Soares Brandão alí tivesse sido prejudicado, Saraiva dava-lhe um conselho que bem atesta a integridade moral do Nestor dos Liberais:

— «Em sua Província deram-lhe um círculo em que a vitória não era segura e cometeram assim um erro que mais tarde deplorarão.

Daí a necessidade que tiveram de contrariar a lei e o decreto do Governo — tomando a junta a si a apreciação da legalidade de votos, para lhe darem um diploma que não é regular.

"Foi por isso que o Dantas, de acordo comigo disse-lhe que não deve accitar (?) esse diploma e se conservar na Presidência até que a Câmara decida a questão".

E assim teve que proceder Soares Brandão que nenhum resultado alcançou defendendo o diploma. A verdade eleitoral privava de

sua cadeira, na bancada pernambucana, aquele que fora seu estrênuo baluarte no Rio Grande do Sul! (44a).

Incumbido de formar ministério, em substituição ao de Saraiva, em princípios de 1882, Martinho Campos segurou imediatamente esse homem, do qual todos bendiziam e elogiavam, inclusive José Bonifácio, a quem fora consultar quanto à escolha de um bom presidente para São Paulo. Sem hesitar, respondeu-lhe o Andrada, lembrando o nome de Soares Brandão, que ele conhecera jovem no Recife, e justamente tanto agradara ao Gaspar no Rio Grande do Sul.

Constituido o gabinete em 21 de janeiro de 1882, já aos 18 de fevereiro estava Soares Brandão nomeado presidente de São Paulo, onde entretanto somente tomou posse a 10 de abril e governou ate 4 do mesmo mês de 1883.

A esse tempo já fruia Soares Brandão das boas graças do Imperador, que já se ia habituando a ver nele um possivel segundo Saraiva, com o qual, em verdade, tinha parecenças acentuadas no tato e na ponderação. O próprio Martinho Campos, quando presidente do Conselho, lhe revelara sua cotação perante o monarca, dizendo-lhe, duma feita: "Sr. Soares Brandão, não sei o que o senhor fez no Rio Grande do Sul, que sempre que trato de nomear presidentes, o Imperador lembra-me logo o seu nome" (45).

E Joaquim Nabuco, narrando a conversa, acrescenta: — «O que ele fizera, é muito simples dizer: fizera-se conhecer». E explicando que aquela presidencia "fora a pedra de toque do seu quilate político, das suas qualidades essenciais", Nabuco as expõe, mencionando-as nesta ordem: "a lealdade ao partido, dentro, porem da lei, da equidade, da autoridade moral do munus publicum que exercesse; a afabilidade, indulgência, condescendência natural de homem do mundo até o limite de sua responsabilidade, da compreensão do seu mandato; a dignidade de maneiras, a cortezia que não diferençava posições, simples, igual, espontânea em todas as circunstâncias; a reserva, o critério, o sangue frio, o sentimento apurado da honra, a dedicação aos amigos, a sinceridade na palavra e no silêncio; a prudência, o ânimo conciliador, o espírito arbitral, do juiz que ficou sendo ainda depois de despir a toga (46).

Tal era a conta em que o tinham aos 41 anos, quando presidia São Paulo e se dava em Pernambuco o falecimento do Barão de Pirapama, senador por aquela província nortista desde 1850. Continuavam divididos os liberais pernambucanos, em debates acirrados e às vezes insultuosos, que então se publicavam em "A Democracia", orgão da facção dos "Cachorros", e se respondiam pelo "Jornal do Recife" ou pelo "Diário de Pernambuco", em cujas colunas os "Leões" tambem mostravam suas garras afiadas...

Em tais circunstâncias era dificil, senão impossivel, congregar o Partido para a escolha do sucessor do velho Pirapama. O senador Luiz Filipe, vitorioso na jornada de 1880, via-se, assim, na contingência de sustentar nova batalha eleitoral, que de vez demonstrasse seu prestígio e tornasse indiscutivel sua chefia partidária. Côncio do seu dever, levou para as urnas o nome de seu particularíssimo amigo Soares Brandão, a quem o Imperador conferira o título de Conselheiro, e fê-lo figurar ao lado do Dr. Costa Ribeiro, seu competidor correligionário no pleito antecedente (47). Bem sabiam, em Pernambuco, que o Barão de Vila Bela, ao referir-se à bancada da província no Senado, sempre dissera: primeiro eu, segundo Luiz Filipe, terceiro Soares Brandão (48).

Mas os dissidentes não estiveram pelos autos, nem tampouco davam ouvidos a vozes de alem túmulo... Homem combativo, dispondo de grande prestígio na massa popular, novamente candidatou-se Epaminondas de Melo. E conta-se que ao lhe avisarem das provaveis preferências do Imperador, quanto ao nome de Soares Brandão, respondia impetuoso: "Pois hei de disputar a eleição; serei candidato ao Senado, ainda que tenha de entrar em lista tríplice com o Conde d'Eu e o Duque de Saxe!" (49).

Soares Brandão, considerando-se candidato de sua facção, deliberadamente entendeu confiar-lhe a sua sorte. E ficou em São Paulo, quieto e sossegado, certo de que Luiz Filipe não lhe faltaria, como nunca lhe faltara. E o embate se travou, áspero e apaixonado, ficando a lista tríplice assim constituida: — 1.º, Antônio Epaminondas de Melo, com 4.222 votos; 2.º, Manuel do Nascimento Portela (conservador), com 4.213 votos; e 3.º, Francisco de Carvalho Soares Brandão, com 4.146 votos.

Estava alcançado o grande desiderato, a entrada na lista triplice. Restava agora o pronunciamento do Imperador. E este, conforme fora previsto, escolheu, em 29 de outubro de 1882, o menos votado, aquele que ainda ia completar 42 anos, dando-lhe assim a mais invejavel posição vitalícia.

Ao participar a Soares Brandão o triunfo alcançado, fazendo justiça a seu carater, dizia-lhe o Senador Luiz Filipe: — "Qual deve ter sido o seu contentamento e o de Maroca, imagino bem, porque já me achei em condições iguais às em que V. se encontrou. Mais uma vez meus sinceros e intimos parabens. Poucos acontecimentos poderei ver ainda em minha vida que me deem prazer semelhante. Gratidão não me deve V., porque estou certo de que faria por mim, trocados os papéis, os mesmos serviços que a V. prestei" (50).

A 22 de maio de 1883 prestava juramento e tomava assento na bancada pernambucana do Senado Imperial Francisco de Carvalho Soares Brandão, derradeiro senador que Pernambuco elegeria no regime monárquico. Sua cadeira tivera como primeiro ocupante, em 1826, o magistrado Antônio José Duarte Araujo Gondim, o qual seria levado pela morte nove dias depois de nomeado; em seguida pertencera sucessivamente a outros três magistrados: Manuel Caetano de Almeida Albuquerque, nomeado em 1828 e falecido em 1844; Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, escolhido em maio de 1845 e falecido em dezembro do mesmo ano; e o Barão de Pirapana (Manuel Inácio Cavalcante de Lacerda), que a ocupara de 1850 a 1882.

Mas ainda não terminara o movimento ascensional de sua carreira.

Três dias após a sua posse no Senado, subia o ministério Lafayette. E a pasta dos Negócios Estrangeiros era entregue ao Senador Soares Brandão, que assim subia aos Conselhos da Coroa, como Ministro e Secretário de Estado, ocupando, por feliz coincidência, a cadeira em que outrora se sentara Vila Bela.

Ser ministro do Senhor Dom Pedro II, num gabinete presidido pela nomeada cultural de Lafayette Rodrigues Pereira, sem incorrer no desagrado ou experimentar as mordacidades do sarcástico presidente do Conselho, era incontestavelmente uma honra, mas talvez não fosse das mais agradaveis ou suaves prebendas... Mas Soares Brandão jamais estivera em seu famoso caderninho d'algibeira, que tanto amedrontava certos deputados, principalmente aqueles a quem o irônico ministro mimosamente comparasse ao "Companheiro do leão da fábula"...; nem tampouco receara fazer-lhe apreciações ao relatório da Justiça, quando em 1879 transitara pela Câmara dos

Depusados. Talvez por isso mesmo, e tambem porque ele lhe conhecesse o carater, fruiu de sua simpatia e confiança, dele recebendo a incumbência de responder, no Senado, em certos casos, às arguições por vezes feitas ao ministério.

Foi com a autoridade de ministro dos Negócios Estrangeiros que o Senador Soares Brandão fez sua estréia na câmara vitalícia, onde, entretanto, sempre conservaria seus hábitos e maneiras, esquivando-se de saliências ou pruridos exibicionistas. Ao tempo de seu ministério, isto é, de 24 de maio de 1883 a 6 de junho de 1884, somente dez vezes tomou a atenção do Senado, falando sobre processos crimes julgados pelo Supremo Tribunal de Justiça, sobre negócios do Rio Grande do Sul e São Paulo, províncias donde fora presidente, e tambem acerca do Piauí e da eleição do ministro da Guerra no Ceará. afora as vezes em que se ocupou do orçamento de sua pasta. Nos anos seguintes, até a proclamação da República, jamais descurou de seus deveres senatoriais, discursando com sobriedade e severa compostura sobre assuntos políticos de sua provincia, participando das discussões orçamentárias relativas a diversos ministérios, aposentadorias de magistrados, tarifas ferroviárias, etc. Em maio de 1885, dando mostra de sua independência partidária, verberou, da tribuna, as arruaças à porta da Câmará dos Deputados (52).

No Senado, em curto tempo estabeleceu cordial contacto com os próceres de ambos partidos, estreitando amizades entre Conservadores e Liberais, fazendo com que os velhos lhe perdoassem a mocidade. Privou, alí, das boas graças de Cotegipe, João Alfredo, Cruzeiro, Paulino, Ouro Preto, Dantas, Lafayette, Silveira Martins e outros de renome, sentando-se, ao fim do Império, bem próximo ao seu amigo Luiz Filipe, na primeira fila do oitavado em que tambem se sentavam o Marquês de Paranaguá, o Visconde de S. Luiz do Maranhão e o Barão da Estância, por traz dos quais ficavam Dantas, Cândido de Oliveira, Franco de Sá, Silveira Martins, Leão Veloso, e seu amigo Saraiva, o Nestor dos liberais.

Em 1889 ao operar-se a ascenção do Visconde de Ouro Preto, quis esse estadista dar um título nobiliárquico ao Conselheiro Soares Brandão, não tendo este, entretanto, anuido à planejada honraria (53). E' que não lhe sorriam tais distinções, que não afinavam com a sua modéstia e destoavam do seu feitio. De resto, não aceitou nenhuma das condecorações nacionais, somente possuindo as seguintes, de

ordens estrangeiras: Comunidade de Cristo, de Portugal; Grã-cruz da Águia Branca, da Russia; de Leopoldo I, da Bélgica; e de Simão Bolivar, da Venezuela. E' que essas lhe advinham de sua passagem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, datando portanto de uma situação em que seria deselegante desprezá-las. E o Conselheiro Soares Brandão era um homem educado, não as poderia recusar. A condecoração da Bélgica prende-se à convenção consular firmada entre o Brasil e aquele reino, promulgada em decreto por ele referendado.

Mas o Visconde de Ouro Preto, tendo-o em alta conta, fê-lo entrar, como pessoa da confiança do governo Imperial, na Diretoria do Banco Nacional, incumbido de realizar a conversibilidade metálica do papel moeda circulante. Nessa nova investidura o Conselheiro Soares Brandão teve por companheiros os seguintes diretores: Conde de Figueiredo, presidente; Visconde de Guaí, vice-presidente; Barão de Salgado Zenha, Pedro Gracie, Luiz Rodrigues de Oliveira, William Holman, Edward Hardman e Manuel Gonçalves Duarte. Aludindo a tal investidura, diria o Conde de Afonso Celso: — "Escusa acrescentar que o Conselheiro Soares Brandão desempenhou alí as suas funções da irrepreensivel maneira habitual" (54). Mas o advente da República logrou os planos do Visconde de Ouro Preto, e o câmbio, que o novo regime encontrara acima da paridade, foi-se por aí afora, em constante e tristíssima decadência... (!)

Em 1886, atendendo aos seus sentimentos e convicções monárquicas, aceitou o Conselheiro Soares Brandão, quando a onda republicana já se fazia sentir, a distinção honorífica de Veador de S.M. a Imperatriz. Mas pediu, e sempre obteve, que não o fizessem servir no Paço, maximé em dias de gala. Entretanto, ao proclamar-se a República, tão depressa lhe chegou a notícia, ele aprestou-se e exclamou para a mulher: "chegou a hora de envergar a farda e a lupanga, e correr para o Paço." E para lá se dirigiu, no cumprimento de um dever, numa atitude em que ressumbrava a nobreza de seus sentimentos (55).

O Conselheiro Soares Brandão não aderiu ao novo regime. Fiel à Monarquia, deu por findas suas atividades políticas, recolheu-se com dignidade, quando apenas contava 49 anos, à vida privada. E assim permaneceu, até morrer, procurando o sustento em seu labor de advogado probo e conceituado (56).

Eis aí, em traços amplos, os principais contornos que relembram a personalidade do Conselheiro Soares Brandão, desde o seu nascimento até a queda do Império, e que, ainda assim, de algum modo hão de espelhar o ambiente em que ele viveu e tão invejavel reputação adquiriu.

* * *

No início da República passou o Conselheiro Soares Brandão a residir na rua Marquês de Olinda, em casa contígua e de meia parede com a do Conselheiro João Alfredo, tendo por vizinho, na outra banda, seu carinhoso amigo Joaquim Nabuco.

Sua residência, que sempre foi procuradíssima pelos pernambucanos mais luzidos, tornou-se, então, o ponto preferido onde os três vizinhos mais amiudadamente se reuniam, para as palestras que se mantinham por longas horas, ao redor de sua mesa, à moda brasileira. na própria sala de jantar. E essas reuniões, a que tantas vezes compareciam figurões do regime decaido, não se tornaram um reduto de conspiradores; eram antes tertúlias saudosistas, onde todos evocavam o passado glorioso, relembravam o velho Imperador e lhe veneravam a memória augusta. Entre os frequentadores da casa, alem do Conselheiro João Alfredo e de Joaquim Nabuco, eram assíduos os antigos senadores do Império Luiz Filipe, Silveira Martins, Pereira da Silva e Franco de Sá; tambem apareciam, a miude, visitantes de certa intimidade, tais Sancho de Barros Pimentel, Oliveira Lima, A. de Siqueira, Adolfo de Barros e seus irmãos, o Dr. Luciano Sarmento, o juiz Baeta Neves, o ministro Pedro Beltrão, o Barão de Paranapiacaba, André Cavalcante, ou outros mais cerimoniosos como o velho Marquês de Paranaguá ou o Visconde de Ouro Preto (57).

Nas conversas o Conselheiro Soares Brandão, sempre afavel e maneiroso, acatava as opiniões alheias, mostrando-se, nesse ponto, muito mais bondoso e tolerante do que sua mulher, dona Maroca, que não cedia um palmo em questões tocantes ao seu monarquismo saudosista (58). E ela ouvia e discutia, animava as palestras, prendendo todos com a viveza de seu espírito, com os encantos que nem a velhice lhe tiraria, com carinhos e guloseimas de sua arte, com suas atenções e delicadezas de perfeita dona de casa e grande dama no sentido mais nobilitante da palavra.

A hondade e a afabilidade foram traços marcantes em Soares Brandão. Em qualquer roda era o mesmo homem, distinto, maneiroso, "avesso a tudo quanto fosse espetaculosidade". Oliveira Lima, que bem de perto o conheceu, depois de aludir a tantas minudências do seu feitio e carater, recorda a finura de seu espírito, falando de "seu talento que brilhava no campo do direito, no da história e no da ciência da administração, sem desdenhar a literatura de imaginação." E diz: "Eça de Queiroz, que tantos admiradores contava no Brasil, não tinha um cultor mais fervoroso do que Soares Brandão, o qual podia repetir de cor páginas do mestre da ironia". "Ninguem pozava mais de uma boa anedota, de um dito de espírito", afirma o mesmo historiador, que assim lhe descreve o físico, e completa o retrato moral: "Seu tipo era varonil, ao mesmo tempo que a expressão era suave. A barba muito cerrada, quando encaneceu, passando de um preto de azeviche a um branco de neve, ajuntava uma nota de maior respeito à sua fisionomia calma, atraente, respirando simpatia, sem os exageros convencionais que hoje é tão costume por-se no trato para o tornar mais fino, e que apenas servem para diminuir-lhe a sinceridade e a distinção. Nem as suas sobrancelhas demasiado espessas conseguiam emprestar severidade a um rosto que, no olhar como no sorriso, projetava amenidade. Pelo mais feliz dos consórcios. a dignidade, tanto de maneiras como de pensar, que era nele um culto, não prejudicava aquela amenidade, que era incomparavel. Ambos esses predicados eram, por assim dizer, inseparaveis de sua personalidade. Soares Brandão quanto a eles não variava: era sempre o mesmo em todas as ocasiões, recebendo diplomatas ou pretendentes no seu gabinete de ministro, dando consultas forenses no seu escritório de advocacia, discursando na tribuna do Senado ou presidindo sua mesa hospitaleira (59).

Outros depoimentos, e alguns deveras interessantes, se poderiam tambem invocar para ajuizar-se de sua fisionomia social. E' desta ordem um expressivo episódio, ocorrido num salão do Rio de Janeiro. Gentilissima dama, possuindo lindo album de autógrafos, obtivera, em 1.º de dezembro de 1888, o seguinte, de autoria de Silveira Martins:

"As mulheres devem ser amadas en general, como diz a canção espanhola, mas sem preferência, que é a escravidão. Como evitá-la?

— Fechando os olhos para não ver; tapando os ouvidos para não

ouvir; e fugindo... Haverá homem capaz de tal heroismo? Não creio" (60).

Passando-o, dias depois, às mãos de Soares Brandão, o senador pernambucano, assim exarava, em 7 de dezembro de 88, sua opinião tocante ao belo sexo:

"A posição para que a civilização contemporânea quer preparar a mulher, pode ser a mais conveniente e prática, desde que se reduza o desenvolvimento de todos os seres vivos, nesse mundo, à sua luta pela existência. Com certeza, porem, não é esta posição a mais conforme ao verdadeiro ideal da missão da mulher, que é uma missão de sacrifício e de poesia. O recato, a modéstia, a fraqueza e a doçura são característicos da mulher.

"Será o maior dos desconsolos para esta vida ver-se masculinizar a posição da mulher. Educá-las para fora do lar, prepará-las para disputar com o sexo forte as posições sociais e entrar, em pé de igualdade, no mundo dos negócios, pode ser a imposição do espírito do tempo; mas eu penso que contra ele todos os homens devem lutar para obter, ao menos, alguma transação para sua felicidade e tambem da mulher.

"A instituição legal do divórcio é consequência lógica desse espírito, de seu ideal sobre a educação e a missão da mulher" (61).

Bem certo é que as donas dagora não estarão de acordo com tais idéias... Mas Soares Brandão traduzia o pensamento de sua época, isto é, do tempo em que as mulheres timbravam em ser mulheres. E falava a linguagem de quem via o presente e pressentia o futuro... E doutro modo não poderia pensar quem sempre fora amado e em sua própria casa possuia um tesouro feminino, o anjo tutelar de sua vida.

No aconchego desse lar, carinhoso e acolhedor, após trinta anos de perfeita e felicíssima vida matrimonial, ao aproximar-se dos 59 anos, morreu, no Rio de Janeiro, em 1.º de setembro de 1899, o Conselheiro e Senador do Império Francisco de Carvalho Soares Brandão.

Morreu, mas não cessou de ser feliz. Sua casa continuou a ser um templo de amizade, onde a sua memória revivia em cada canto.

A saudade de Joaquim Nabuco e a admiração de Oliveira Lima uniram-no para sempre, em seus belos e inimitaveis panegíricos, à lembrança daquela que, para ele, esposo fidelíssimo, sempre fora:

"Painel doirado pelas mãos de Deus tu que és a prova dos milagres seus".

E sobre seu túmulo, em S. João Batista, gravaram-se, ditadas pelo sentimentalismo de Nabuco, as seguintes palavras:

"Sua vida foi uma extensa, constante, suave e inflexivel trajetória pelos radiantes e imaculados espaços do amor, do desprendimento e do dever; o mundo moral não ofereceu, no seu tempo, um espetáculo mais digno de Deus" — (59).

E o biógrafo do seu centenário natalício, ao fixar os traços de sua expressão moral, fazendo-lhe justiça, proclama reverente: — Ecce Homo! (Palmas).



NOTAS E INDICAÇÕES

- (1, 2 e 3) V. memórias do Conselheiro João Alfredo, que em breve serão publicadas.
- (4) Depoimento oral do Dr. F. C. Soares Brandão, que muita vez ouviu seu pai narrar episódios da *Praieira* e sempre aludia ao procedimento paterno.
 - (5) Falecido em 1855.
- (6) Depoimento do próprio Conselheiro Soares Brandão, que se orgulhava de nunca haver levado um bolo.
 - (7) V. memórias cit.
- (8, 9, 10, 11 e 12) V. Clovis Bevilaqua Hist. da Fac. de Direito do Recife Vol. I.
 - (13) V. Joaquim Nabuco "Um Estadista do Império", vol. I.
- (14) V. Neto Campelo "História Parlamentar de Pernambuco".
- (15) V. H. C. Leão Teixeira F.º "O Cons.º Luiz Filipe de Sousa Leão" (Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 166).
- (16) V. Eugênio Egas "Galeria dos Presidentes de São Paulo".
- (17) V. Max Fleiuss art. "Jornal do Comércio" em 16 de junho de 1929.
- (18 e 19) Depoimentos de seu citado filho, em perfeito acordo com a cronologia da mencionada mudança política.

- (20) V. H. C. Leão Teixeira F.º "Centenário natalício do Visconde do Cruzeiro" e Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 164.
- (21) Documentos pertencentes ao Dr. F. C. Soares Brandão, gentilmente mostrados ao autor, e nos quais bem se notam os pendores literários do poeta enamorado.
- (22, 23, 25, 26 e 27) Curiosíssima noticia publicada no Jornal do Comércio sob as iniciais "Dr. M. L.", a propósito do falecimento de Frei Joaquim do Espírito Santo, guardada carinhosamente pela dama em apreço, de permeio às cartas do citado franciscano. (Informa o Sr. Max Fleiuss serem aquelas iniciais as do dr. Miguel Lúcio de Albuquerque Melo.)
- (24) Idem, e tambem in Oliveira Lima, art. cit. nas notas 29 e 58.
- (28) Cartas verdadeiramente admiraveis, ora em poder de seu filho Dr. F. C. Soares Brandão, bem dignas de serem publicadas para estudo e melhor conhecimento da personalidade de Frei Joaquim do Espírito Santo, que ao depois se transferiu para a Baía, onde faleceu em princípios do século XX.
- (29) V. Oliveira Lima "Uma Senhora", art. publicado em 1917, veja-se, abaixo, a nota 58.
- (30) Depoimento unânime de quantos tiveram relações com o casal, corroborado por Joaquim Nabuco e Oliveira Lima em seus conhecidos escritos sobre o Conselheiro Soares Brandão e sua distintíssima consorte.
- (31) Como é sabido, após o incidente entre o ministro da Justiça, Barão de Três Barras (vindouro V. de Jaguarí) e Teixeira Júnior, Ministro da Agricultura, este retirou-se do ministério, sendo substituido pelo seu colega ministro do Império, João Alfredo. Sobre este incidente, mencionado por Tobias Monteiro in Pesquisas e Depoimentos, ver os trabalhos do autor, respeitantes ao centenário natalício de seu avô, Visconde do Cruzeiro, acima citados.
- (32) Anais da Câmara dos Deputados sessão de 11 de janeiro de 1879.
- (33, 34 e 35) Dessas cartas, algumas já foram publicadas. V. Eugênio Egas, ob. cit. págs. 558 a 560.

- (36) A este respeito ver o próprio depoimento de Joaquim Nabuco em "Minha Formação" (pág. 204), e bem assim o de sua biógrafa, dona Carolina Nabuco, na "Vida de Joaquim Nabuco", e a conferência do autor acerca do Conselheiro Luiz Filipe de Sousa Leão. (Rev. I. H. Geog. Brasileiro, vol. 166).
- (37) Anais da Câmara sessões de 10 e 24 de dezembro de 1878, e 10 de janeiro de 1879.
- (38) O Barão de Vila Bela ordenara à bancada pernambucana que esta acompanhasse as ordens do *Partido Liberal*, de vez que a questão era doutrinária. Assim, não houve defecção dos referidos deputados, mas sim um gesto expressivo de Soares Brandão, desobedecendo ao próprio Barão, com o qual timbrou em ser solidário.
- (39) V. conf. cit., do próprio autor, Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, vol. n. 166.
 - (40) Sessão da Câmara, em 8 de junho de 1880.
- (41) A expressão e a comparação à tarefa do Marquês de Paraná são de Joaquim Nabuco. "Um Estadista do Império", pág. 395, vol. I, 1.ª edição).
- (42) V. Javarí "Organizações e Programas Ministeriais", no tocante aos presidentes da província.
- (43 e 44) Arquivo do Conselheiro Soares Brandão A respeito de sua situação no Rio Grande do Sul, disse Eugênio Egas, na ob. cit., pág. 558: "Quando presidente do Rio Grande do Sul, o Conselheiro Soares Brandão procedeu tão bem e revelou tais qualidades de político e administrador, que se tornou candidato permanente do Imperador para presidente das províncias, que fossem importantes ou se encontrassem em situação melindrosa. Dizia-se ainda que o Imperador viu em Soares Brandão uma personalidade capaz de substituir ao Conselheiro Saraiva. E hoje é sabido que a grande preponderância do Conselheiro José Antônio Saraiva no ânimo do Imperador era principalmente devido ao fato de imperante e ministro, ou conselheiro pensarem do mesmo modo sobre os máximos problemas da vida nacional".
- (44-a) A bancada pernambucana ficou assim constituida, com os resultados da *eleição direta*, para a 18.ª legislatura: *Conservadores*: Manuel do Nascimento Machado Portela, Manuel da Trindade Pereti, Francisco do Rego Barros de Lacerda, Henrique Marques de Ho-

landa Cavalcante, Inácio Joaquim de Sousa Leão, Barão de Araçagí, José Bernardo Galvão Alcoforado Jor. e Antônio Gonçalves Ferreira, (oito). Liberais: José Mariano Carneiro da Cunha, Joaquim Tavares de Melo Barreto, Ulisses Machado Pereira Viana, Francisco Seráfico de Assiz Carvalho, Antônio Manuel de Siqueira Cavalcanti, (cinco). (Javarí — Ob. cit.)

(45 e 46) Artigo de Joaquim Nabuco, publicado em "A Noticia" no Rio, em 2 de maio de 1899, em o qual ele, substituindo, a seu pedido, o escritor que então fazia a "Galeria dos Ministros do Exterior (1822-1898)", incumbiu-se de fazer a apreciação do Conselheiro Soares Brandão, que ao tempo ainda vivia. O referido artigo foi reproduzido por Eugênio Egas, pág. 563, ob. cit.

- (47, 49 e 50) V. conf. cit., do autor, acerca do Conselheiro Luiz Filipe.
- (48) Depoimento ouvido de seu pai pelo Dr. F. C. Soares Brandão.
- (51) Com a sua entrada para o Senado a bancada pernambucana, composta de seis senadores, ficou assim constituida, em ordem de antiguidade: Visconde do Bom Conselho (José Bento da Cunha Figueiredo) conselheiro de estado, nomeado em 1869. Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti, magistrado aposentado, idem em 1871. Francisco do Rego Barros Barreto, engenheiro, nomeado em 1871. João Alfredo Correia de Oliveira, posteriormente conselheiro de estado, senador desde 1871. Luiz Filipe de Sousa Leão, proprietário, nomeado em 1880. Francisco de Carvalho Soares Brandão, advogado, nomeação acima referida, em 1882. E assim se conservou a bancada até a queda do Império.
 - (52) Senado do Império, sessão de 1 de maio de 1885.
- (53 e 54) Depoimento do Conde de Afonso Celso em carta dirigida especialmente com esse objetivo de esclarecer as relações entre o Visconde de Ouro Preto e o Conselheiro Soares Brandão. (Carta datada de 23 de janeiro de 1933),
 - (55) Depoimento da família.
 - (56) Oliveira Lima art. cit.
- (57) Nomes dentre os principais, em relação fornecida por sua família.

- (58) Depoimento de Oliveira Lima, que escreveu a respeito de D. Maria Ana Pais Barreto Soares Brandão o admiravel artigo intitulado "Uma Senhora" publicado, após a sua morte, no "Estado de São Paulo", em 9 de agosto de 1917.
 - (59) Oliveira Lima art. cit.
- (60 e 61) Contribuição fornecida por Francisco Marques dos Santos.
 - (62) Eugênio Egas ob. cit., pág. 562.





pessoas, as seguintes:

Na assistência, que foi numerosíssima, notavam-se, entre outras

<u>¹⁸CHCH DAY, WOLDONG WOLDONG</u>

Almirante Barros Barreto, Maria Elmira de Góis Calmon Viana. Elmira Góis Calmon Viana, Maria da Gloria Góis Calmon Viana, Leonor de Beaurepaire M. de Aragão, Beatriz de Aragão Bulção, Dr. Taciano Acioli Monteiro, Guilherme Estelita, Agenor Augusto Alves Marques, Manuel Xavier Pais Barreto, José Augusto de Farias, Cláudio da Costa Ribeiro, João Soares Brandão, senhora e filha; Henrique Leão Teixeira Neto, Adeidato de Andrade Botelho, Gastão Neves, Cornélio Marcondes da Luz, João Pedro C. Vieira, Luiz Filipe de Sousa Leão, senhora e filhas; Muniz de Aragão, João Pais Barreto, Nicoláu Teixeira Júnior, Samuel Gracie, Eduardo Ramos, Aldo Soares Brandão, D. Lourenco Zeller O. S. B.; D. Leopoldo Holdewied O. S. B.; José Duarte Gonçalves Costa, Teodoro Magalhães Castro, Hermínia Pinto Guimarães, Ana Emílio Carneiro Monteiro, Cândida Teixeira, Carlos Edmundo Amálio da Silva. Paulo Lopes e senhora, Francisco do Rego Macedo e senhora, Alzira Macedo Retenuba, Cândido Muniz Barreto, Francisco de L. Lessa, J. de Sousa Leão, Francisco de Barros Ramos, Antônio José Fernandes Júnior, por si e representando o Dr. Raul Fernandes; Germano Soares Brandão, Hannibal Porto, D. Francisco de Assiz Ohamacht O.S.B., Mário Valadares, Paulo Valadares, Bento de Barros Pimentel, Leopoldina de Maya Monteiro, por si e sua mãe; Luiz Loureiro e senhora, Américo Jacobina Lacombe, Ulisses Celestino Góis, Neto Campelo, Mauro Campelo, Raul Azevedo, Paulo Cesar de Azevedo, José Armando Luiz de Azevedo, Haroldo Valadão,

Dom Bento Monteiro dos Santos O.S.B., F. da R. Barros Barreto filho, Humberto Gotuzzo, Maurício Nabuco, Oscar G. Santana, João Saraiva de Morais, João Luciano Soares Brandão, M. Calmon Viana, Hormínio de Abreu, Sá Filho, Maria Luiza da Mota Cunha Freire, Francisco de Siqueira e família, João M. de Carvalho Mourão e Carlos Luz.

Levantou-se a sessão às 19 horas.

Virgilio Corrêa Filho, 2.º Secretário.

CADASTRO SOCIAL

EM

DEZEMBRO DE 1940



CADASTRO SOCIAL EM DEZEMBRO DE 1940

DIRETORIA

Presidente — Émbaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares. Secretário perpétuo — Dr. Max Fleiuss.

2.º Secretário — Dr. Virgilio Corrêa Filho.

Orador - Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt.

Tesoureiro — Capitão de Mar e Guerra Francisco Radler de Aguino.

VICE-PRESIDENTES

- 1." Vice-Presidente Ministro Dr. Augusto Tavares de Lyra.
- 2.º Vice-Presidente Ministro Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.
- 3.º Vice-Presidente Dr. Alfredo Nascimento Silva.



COMISSÕES PERMANENTES

HISTÓRIA

Max Fleiuss.
Basilio de Magalhães.
Souza Docca.
Canabarro Reichardt.
Feijó Bittencourt.

FUNDOS E ORÇAMENTOS

Rodrigo Octavio.
Raul Tavares.
Alfredo Lage.
Oliveira Vianna.
Mattoso Maia Forte.

GEOGRAFIA

Radler de Aquino. Carlos da Silveira Carneiro. Leão Teixeira Filho. Alexandre Sommier. Lucas Boiteux.

ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA

Roquette Pinto.
Afranio Peixoto.
Vol. 175 — 5203-840

Rodolpho Garcia. Virgilio Corrêa Filho. José Luiz Baptista.

BIBLIOGRAFIA

Liberato Bittencourt.
Bernardino de Souza.
Vieira Ferreira.
Gustavo Barroso.
Rodrigo Octavio Filho.

ESTATUTOS

Afranio de Mello Franco. Costa Ferreira. Wanderley Pinho. Pedro Calmon. Edmundo da Luz Pinto.

ADMISSÃO DE SÓCIOS

Alfredo Nascimento. Augusto Tavares de Lyra. Braz do Amaral. Alfredo Valladão. Levi Carneoro.



PRESIDENTES HONORÁRIOS

NOMES E DATAS DA ENTRADA NO INSTITUTO - RESIDÊNCIAS

- 1 Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, 15 de Dezembro de
 1915 Itajubá (Minas);
- 2 Dr. Epitacio da Silva Pessôa, 11 de Outubro de 1919 —
 Rua Voluntários da Pátria n. 25 Rio de Janeiro;
- 3 Dr. Arthur da Silva Bernardes, 15 de Dezembro de 1923 —
 Rua Valparaiso, n. 40, Rio de Janeiro;
- 4 Dr. Washington Luiz Pereira de Souza, 18 de Julho de 1927
 Weylin Hotel 54, New York, Estados Unidos da América do Norte.
- 5 Dr. Getulio Dornelles Vargas, 9 de Janeiro de 1934 Palácio Guanabara — Rio de Janeiro;
- 6 General Augustin P. Justo, 9 de Janeiro de 1934 Av. de Mayo, 1261 Buenos Aires.

SÓCIOS GRANDES BENEMÉRITOS (5)

- Dr. Max Fleiuss, 3 de Agosto de 1900 Rua Itapirú
 n. 391 Rio de Janeiro;
- 2 Ministro Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de Outubro de 1900 Rua das Palmeiras n. 38, Botafogo Rio de Janeiro.
- 3 Dr. Epitacio da Silva Pessôa, 29 de Março de 1901 Rua Voluntários da Pátria n. 25 — Rio de Janeiro;

- 4 Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva, 21 de Julho de 1905 — Rua das Palmeiras n. 54, Botafogo — Rio de Janeiro;
- 5 Ministro Dr. Augusto Tavares de Lyra, 16 de Setembro de 1907 — Rua Voluntários da Pátria n. 435 — Rio de Janeiro;
 - Nota Para ser elevado a sócio grande benemérito é indispensavel que o sócio benemérito tenha, no mínimo, 20 anos de serviços ao Instituto, e que a proposta alcance 21 assinaturas (Artigos 4.º e 8.º dos Estatutos).
 - Só a Assembleia Geral poderá resolver quanto à elevação dos sócios grandes beneméritos e beneméritos.

SÓCIOS BENEMÉRITOS (15)

- 1 Dr. Alfredo Nascimento Silva, 12 de Dezembro de 1890 Rua São Clemente n. 413 Rio de Janeiro;
- Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de Dezembro de 1899 Rua Marquês de Abrantes n. 126 Rio de Janeiro;
- 3 Dr. Clovis Bevilaqua, 15 de Outubro de 1905 Rua Barão de Mesquita n. 572 - Rio de Janeiro;
- 4 Embaixador Dr. Ramon J. Carcano, 1 de Agosto de 1910 Calle Montevidéo, 1.597 Buenos Aires.
- Dr. Braz Hermenegildo do Amaral, 22 de Junho de 1911
 Cidade do Salvador (Baía) Provisoriamente: Rua Venâncio Flores n. 53, Leblon Rio de Janeiro;
- 6 Capitão de Mar e Guerra Francisco Radler de Aquino, 26 de Agosto de 1933 Rua Raul Pompéia, n. 133, Copacabana Rio de Janeiro;
- 7 Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 2 de Setembro de 1911 Rua Nestor Pestana n. 48, São Paulo;
- 8 Ministro Dr. Alfredo Valladão, 19 de Julho de 1912 Regina-Hotel, Rua Ferreira Viana n. 29 — Rio de Janeiro;
- 9 Almirante Raul Tavares, 23 de Agosto de 1912 Rua Visconde de Carandaí n. 23 — Rio de Janeiro;

- 10 Professor Basilio de Magalhães, 27 de Agosto de 1914 Rua Paulino Fernandes n. 27 — Rio de Janeiro;
- 11 Comandante Carlos da Silveira Carneiro, 6 de Agosto de
 1921 Rua Jangadeiros n. 121, Copacabana Rio de
 Janeiro;
- 12 Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, 6 de Agosto de 1921, Praia do Flamengo n. 278 — Rio de Janeiro;
- 13 General Emilio Fernandes de Souza Docca, 6 de Agosto de 1921 Rua Ministro Viveiros de Castro n. 122 Copacabana;
- 14 Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, 10 de Julho de 1926 Cuiabá, Estado de Mato Grosso;
- 15 Dom Ricardo Levene, 1 de Outubro de 1928 Melo, 2.134 — Buenos Aires.
 - Nota Para ser sócio benemérito é preciso que o sócio efetivo ou correspondente tenha 10 anos de serviços ao Instituto. A proposta deve reunir 12 assinaturas. (Art. 4.º e 8.º dos Estatutos).

SÓCIOS EFETIVOS (40)

- 1 Dr. Nelson Coelho de Senna, 23 de Agosto de 1901 Provisoriamente: Belo Horizonte — Minas Gerais;
- 2 Embaixador Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de Julho de 1911 — Rua Voluntários da Pátria n. 450 — Rio de Janeiro;
- 3 Embaixador Dr. Afranio de Mello Franco, 27 de Maio de 1912 — Avenida Copacabana n. 1.424 — Rio de Janeiro;
- 4 General Dr. Liberato Bittencourt, 27 de Maio de 1912 Rua São Francisco Xavier n. 866 — Rio de Janeiro;
- 5 Dr. Edgard Roquette Pinto, 4 de Agosto de 1913 Rua da Carioca n. 45-3.º - Rio de Janeiro;
- 6 Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de Setembro de 1913 — Rua Voluntários da Pátria, n. 448 — Rio de Janeiro;

- 7 Capitão de Mar e Guerra Thiers Fleming, 10 de Julho de 1918 — Praia do Russell n. 52 — Rio de Janeiro;
- 8 Dr. Jonathas Serrano, 24 de Maio de 1919 Rua Pires de Almeida n. 15, ap. 40, Laranjeiras - Rio de Janeiro;
- 9 Dr. Afranio Peixoto, 16 de Julho de 1919 Rua Paissandú n. 149 - Rio de Janeiro;
- 10 Ministro Dr. Bernardino José de Souza, 6 de Agosto de 1921 — Rua Cândido Gaffrée n. 196 — Rio de Janeiro;
- 11 Comandante Eugenio Teixeira de Castro, 6 de Agosto de 1921 — Rua Pereira da Silva n. 98 — Rio de Janeiro;
- 12 Dr. Eugenio Vilhena de Moraes, 6 de Agosto de 1921 Vila N. S. Montenegro, Itaipava Estado do Rio;
- 13 Dr. Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, 6 de Agosto de 1921 — Rua Dias da Rocha n. 46, Copacabana — Rio de Janeiro;
- 14 Dr. Alfredo Ferreira Lage, 20 de Julho de 1923 Rua Cândido Mendes n. 58, Glória — Rio de Janeiro;
- 15 Ministro Dr. Francisco José de Óliveira Vianna, 19 de Julho de 1924 Alameda São Boaventura n. 41, Niterói Estado do Rio;
- 16 Dr. Alexandre Emilio Sommier, 22 de Agosto de 1931 Rua Prudente de Morais n. 287, Ipanema — Rio de Janeiro;
- 17 Tenente-Coronel Antonio Leoncio Pereira Ferraz, 22 de Agosto de 1931 — Rua Japerí n. 32-A, ap. 1, Rio Comprido — Rio de Janeiro;
- 18 Desembargador Dr. Fernando Luiz Vieira Ferreira, 22 de Agosto de 1931 — Rua Moreira Cesar n. 66 — Niterói;
- 19 Dr. Gustavo Barroso, 22 de Agosto de 1931 Rua Sá Ferreira n. 123, Copacabana — Rio de Janeiro;
- 20 Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 22 de Agosto de 1931 Rua 1.º de Março, 109 Petrópolis;
- 21 Dr. João da Costa Ferreira, 22 de Agosto de 1931 Rua Dona Ana n. 62, Botafogo — Rio de Janeiro;

- 22 Ministro José Mattoso Maia Forte, 22 de Agosto de 1931
 Rua José Bonifácio n. 39, Niterói;
- 23 Dr. José Wanderley de Araujo Pinho, 22 de Agosto de 1931 — Avenida Pasteur n. 415, Praia Vermelha — Rio de Janeiro;
- 24 Dr. Levi Fernandes Carneiro, 22 de Agosto de 1931 Rua Gustavo Sampaio n. 92, Leme Rio de Janeiro;
- 25 Capitão de Mar e Guerra Lucas Alexandre Boiteux, 22 de Agosto de 1931 Rua Delgado de Carvalho n. 30 Rio de Janeiro;
- 26 Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva, 22 de Agosto de 1931 Rua Conde de Bonfim n. 167 Rio de Janeiro;
- 27 Dr. Luiz Felipe Vieira Souto, 22 de Agosto de 1931 Rua Voluntários da Pátria n. 69 Rio de Janeiro;
- 28 Dr. Manuel Tavares Cavalcanti, 22 de Agosto de 1931 Rua Osório de Almeida n. 7, Urca Rio de Janeiro;
- 29 Ministro Dr. Octavio Tarquinio de Souza, 22 de Agosto de 1931 — Rua Inglês de Sousa n. 66, Gávea — Rio de Janeiro;
- 30 Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, 22 de Agosto de 1931 Rua Santa Clara n. 415, Copacabana Rio de Janeiro;
- 31 Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes Filho, 22 de Agosto de 1931 — Rua São Clemente n. 421 — Rio de Janeiro;
- 32 Dr. Virgilio Corrêa Filho, 22 de Agosto de 1931 Praça André Rebouças n. 17 (Mariz e Barros) — Rio de Janeiro
- 33 Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, 22 de Agosto de 1931 — Rua da Assunção n. 77, Botafogo — Rio de Janeiro;
- 34 Dr. Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães, 22 de Dezembro de 1931 Ladeira do Ascurra n. 76 (Cosme-Velho) Rio de Janeiro;
- 35 Ministro Dr. Caio de Mello Franco, 30 de Julho de 1934
 Rua Anita Garibaldi n. 22, Copacabana Rio de Janeiro;

- 36 Dr. Herbert Canabarro Reichardt, 12 de Maio de 1937 Rua das Laranjeiras n. 29 Rio de Janeiro;
- 37 Dr. Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, 12 de Maio de 1937 - Rua Otávio Correia, 84, Urca - Rio de Janeiro;
- 38 Dr. Edmundo da Luiz Pinto, 31 de Maio de 1939 Rua Ribeiro de Almeida n. 36, Laranjeiras - Rio de Janeiro;
- 39 Dr. José Luiz Baptista, 31 de Maio de 1939 Rua Xavier da Silveira n. 81, Copacabana — Rio de Janeiro;
- 40 Dr. Claudio Ganns, 15 de Dezembro de 1939 Avenida Beira-Mar n. 226 (Edificio Beira-Mar, apart. 31) — Rio de Janeiro.
 - Nota Para ser sócio efetivo é preciso residir no Rio de Janeiro e ter apresentado trabalho sobre história, geografia, etnografia ou arqueologia, inédito ou estampado (Art. 5.º dos Estatutos).

SÓCIOS CORRESPONDENTES (40)

- 1 Professor José Feliciano de Oliveira. 19 de Fevereiro de 1904 París;
- 2 Dr. Dom José Salgado, 10 de Outubro de 1911 Calle Rincon 438, 1.º piso — Montevidéu;
- 3 Dr. Washington Luis Pereira de Souza, 4 de Maio de 1912 — Weylin Hotel 54, New-York, Estados Unidos da América do Norte;
- 4 Dr. Alberto Rangel, 6 de Junho de 1912 París;
- 5 Ministro Dr. Helio Lobo, 6 de Julho de 1912 Consulado do Brasil Genebra;
- 6 Dr. Eugenio de Andrada Egas, 28 de Junho de 1913 Rua Bela Cintra n. 801 São Paulo;
- 7 Dr. Fidelino de Figueiredo, 28 de Julho de 1913 São Paulo;
- 8 Ministro Dr. Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, 31 de Maio de 1917 Provisoriamente: Praia do Russell n. 174 Rio de Janeiro;

- 9 Dr. Mario Carneiro do Rego Mello, 31 de Maio de 1917 - Recife;
- 10 Dr. Clemente Gaspar Maria Brandenburger, 15 de Outubro de 1919 — N. S. da Conceição do Rio Bonito (Vassouras) — Estado do Rio;
- 11 Embaixador Dr. Raul Régis de Oliveira, 20 de Julho de 1926 Hotel Gloria Rio de Janeiro;
- 12 Ministro Dr. Sylvio Rangel de Castro, 13 de Setembro de 1930 — Legação do Brasil em Havana;
- 13 Embaixador Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, 22 de Agosto de 1931 Via de Vila Emiliani n. 9, Parioli, Roma:
- 14 Dr. Djalma Forjaz, 22 de Agosto de 1931 Rua Rodrigo Cláudio n. 225 São Paulo;
- 15 Dr. Estevão de Mendonça, 22 de Agosto de 1931 Cuiabá Estado de Mato Grosso;
- 16 Embaixador Dr. Hildebrando Accioly, 22 de Agosto de
 1931 Embaixada do Brasil no Vaticano, Roma;
- 17 Professor Dr. Lucio José dos Santos, 22 de Agosto de
 1931 Belo Horizonte Estado de Minas Gerais;
- 18 Luis Enrique Azarola Gil, 30 de Julho de 1934 Frederico Lacroze n. 2.100 Buenos Aires;
- 19 Dr. Argeu de Segadas Machado Guimarães, 30 de Julho de 1934 Embaixada do Brasil em Madrid;
- 20 Dr. Luis da Camara Cascudo, 30 de Julho de 1934 Natal, Rio Grande do Norte;
- 21 Dr. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, 15 de Dezembro de 1934 Rua Carlos Sampaio n. 118 São Paulo;
- 22 Dr. Joaquim de Souza Leão Filho, 15 de Dezembro de 1934 — Embaixada do Brasil em Londres;
- 23 Dr. Antonio Augusto Mendes Corrêa, 15 de Dezembro de 1934 Rua do Moreira n. 263 Porto;
- 24 Professor Armando de Mattos, 15 de Dezembro de 1934
 São João da Foz do Douro Portugal;

- 25 Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho, 15 de Dezembro de 1934 — Rua Esperança n. 164 — Lisboa;
- 26 Monsenhor Federico Lunardi, 28 de Maio de 1935 Honduras — América Central;
- 27 Enrique da Gandia, 4 de Dezembro de 1936 Calle Charcas, 3440 — Buenos Aires;
- 28 Dr. Alvaro de Salles Oliveira, 4 de Dezembro de 1936 Rua Quintino Bocaiuva n. 54, 4.º pav. São Paulo;
- 29 Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis, 4 de Dezembro de 1936 Avenida São Jerônimo n. 791, Belem - Pará;
- 30 Desembargador José de Mesquita, 12 de Maio de 1937 Cuiabá, Estado de Mato Grosso;
- 31 Dr. Buenaventura Caviglia (hijo), 13 de Abril de 1938 Calle Paraguai n. 1.291 Montevidéu;
- 32 Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, 13 de Abril de 1938 Rua das Amoreiras n. 83, 3.º, Lisboa;
- 33 Dom Henrique Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo), 13 de Abril de 1938 — Vila Nova de Gaia — Portugal;
- 34 Dr. Alcindo Sodré, 31 de Maio de 1939 Rua Sá Earp n. 99 — Petrópolis;
- 35 Dr. Cecilio Báez, 31 de Maio de 1939 Universidade Nacional do Paraguai — Assunção;
- 36 Dr. Domingo Amunategui Solar, 31 de Maio de 1939 Santiago, Chile;
- 37 Desembargador Jorge Hurley, 31 de Maio de 1939, Belem Pará:
- 38 Dr. Luiz Norton de Mattos, 31 de Maio de 1939 Ministério dos Estrangeiros, Lisboa;
- 39 Dr. Roberto Simonsen, 31 de Maio de 1939 Rua Boa Vista n. 15 (1.º and.) - São Paulo;
- 40 Padre Serafim Leite, S. J., 31 de Maio de 1939 Rua Maestro Antonio Taborda n. 14 - Lisboa.
 - Nota Para ser sócio correspondente é preciso preencher as mesmas condições de sócio efetivo menos a residência (Art. 6.º dos Estatutos).

SÓCIOS HONORÁRIOS (50)

- 1 Dr. Cincinato Cesar da Silva Braga, 25 de Agosto de 1895
 Rua das Laranjeiras n. 83 Rio de Janeiro;
- 2 Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, 15 de Maio de 1898 — Rua Paissandú n. 38, ap. 82 — Rio de Janeiro;
- 3 Embaixador José Manuel Cardoso de Oliveira, 22 de Maio de 1903 — Rua General Dionísio n. 64 — Rio de Janeiro;
- 4 Dr. Eduardo Marques Peixoto, 23 de Outubro de 1903 Rua Marquês de Olinda n. 90 (1.º), ap. 13 Rio de Janeiro;
- 5 Dr. José Joaquim Seabra, 28 de Abril de 1905 Rua Dois de Dezembro n. 124 — Rio de Janeiro;
- 6 Dr. Dom Daniel Garcia Acevedo, 3 de Dezembro de 1906 Montevidéu (Uruguai).
- 7 Dr. Norival Soares de Freitas, 5 de Outubro de 1908 Rua do Rosário n. 106 Rio de Janeiro;
- 8 Henry R. Lang, 22 de Junho de 1911 New-York, Estados Unidos da América do Norte;
- 9 Dr. Luiz Gastão de Escragnolle Doria, 4 de Maio de 1912 — Rua Delgado de Carvalho n. 79 — Rio de Janeiro;
- 10 Ministro Ataulpho Napoles de Paiva, 6 de Junho de 1912
 Rua Valparaiso n. 36 Rio de Janeiro;
- 11 Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de Junho de 1912 -Rua D. Ana Neri n. 242-A - Rio de Janeiro;
- 12 Dr. Dom Lucas Ayarragaray, 23 de Maio de 1914 Buenos Aires, República Argentina;
- 13 Dr. Alberto Lamêgo, 28 de Julho de 1914 Rua 7 de Setembro n. 122 — Campos — Estado do Rio de Janeiro;
- 14 Ministro Dr. Annibal Velloso Rebello, 12 de Outubro de 1915 — Rua Cândido Gaffrée n. 122, Urca — Rio de Janeiro;

- 15 Professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho, 6 de Agosto de 1921 Rua Siqueira Campos n. 7, Copacabana Rio de Janeiro;
- 16 Dr. Othelo de Souza Reis, 6 de Agosto de 1921 Rua Maria Amália n. 66, Muda da Tijuca — Rio de Janeiro;
- 17 Ministro Dr. Dom Diego Carbonell, 20 de Julho de 1923 Caracas, Venezuela;
- 18 Dr. Dom Pedro Dulanto, 18 de Julho de 1927 Lima, República do Perú;
- 19 Embaixador Dr. Luiz Martins de Sousa Dantas, 29 de Junho de 1928 — Embaixada do Brasil, Vichy — (França):
- 20 Cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, 1 de Outubro de 1928 Palácio São Joaquim, Glória Rio de Janeiro:
- 21 Professor Paul Rivet, 13 de Setembro de 1930, Rua Buffon n. 61 - París:
- 22 Professor Percy Alvin Martin, 13 de Setembro de 1930
 Stanford-University Califórnia, Estados Unidos da América do Norte;
- 23 Padre Paul Coulet, S. J., 22 de Junho de 1931 París;
- 24 Dr. Joaquim Bensaúde, 22 de Agosto de 1931 Boulevard Flandrin n. 56 París;
- 25 Ministro Hubert Knipping, 22 de Agosto de 1931 Waldhausen Linzerstrasse 3, Hannover Alemanha;
- 26 Dr. José de Alcantara Machado de Oliveira, 22 de Agosto de 1931 São Paulo:
- 27 Dr. Mario de Souza Ferreira, 22 de Agosto de 1931 Rua Senador Furtado n. 97, casa VII, Rio de Janeiro;
- 28 Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, 27 de Outubro de 1934 Patriarcado de Lisboa;
- 29 Embaixador Dr. Julio A. Roca, 27 de Agosto de 1937 Buenos Aires:
- 30 Dr. Elmano Cardim, 15 de Dezembro de 1937 Avenida Pasteur n. 405 - Rio de Janeiro;

- 31 Dr. Rodolfo Rivarola, 15 de Dezembro de 1937 Coronel Diaz n. 2.211 Buenos Aires.
- 32 General de Divisão Francisco José Pinto, 13 de Abril de 1938 — Rua do Catete n. 179 — Rio de Janeiro;
- 33 Embaixador Martinho Nobre de Mello, 19 de Outubro de 1938 — Rua São Clemente n. 424 — Rio de Janeiro;
- 34 General de Divisão Augusto Tasso Fragoso, 14 de Abril de 1939 — Rua Daví Campista n. 67 — Rio de Janeiro;
- 35 General de Divisão Candido Mariano da Silva Rondon, 14 de Abril de 1939 — Avenida Atlântica n. 720 — Rio de Janeiro;
- 36 Professor Clarence Henry Haring, 14 de Abril de 1939
 Universidade de Cambridge, Mass. Estados Unidos da América do Norte;
- 37 Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros, 14 de Abril de 1939 — Rua Hermenegildo de Barros n. 158 — Rio de Janeiro;
- 38 Dr. José Honorio Silgueira, 14 de Abril de 1939 Bdo. de Irigoyen n. 112 (2.º piso) Buenos Aires;
- 39 Dr. Julio Dantas, 14 de Abril de 1939 Rua Castilho n. 30 (2.°) — Lisboa;
- 40 Professor Nels Andrew Nelson Cleven, 14 de Abril de 1939 — Universidade de Pittsburgh, Pensilvânia — Estados Unidos da América do Norte;
- 41 Dr. Tobias do Rego Monteiro, 14 de Abril de 1939 Rua Bela Vista — Petrópolis;
- 42 Dr. Ernesto Leme, 21 de Agosto de 1939 Praça da Sé n. 50 (5.º andar) — São Paulo;
- 43 Dr. Ernesto de Souza Campos, 21 de Agosto de 1939 — Rua Bela Cintra n. 1.768, São Paulo — Provisoriamente: no Rio de Janeiro — Rua Fernando Mendes n. 7, ap. 112 — Copacabana;
- 44 Dr. Leo Stanton Rowe, 21 de Agosto de 1939 Washington D. C. Estados Unidos da América do Norte;

- 45 Dr. Luis Phelipp Guedalla, 21 de Agosto de 1939 Londres;
- 46 Dr. Waldo Gifford Leland, 21 de Agosto de 1939 Washington, D. C., Estados Unidos da América do Norte;
- 47 Embaixador Dr. Oswaldo Aranha, 15 de Dezembro de 1939 Ladeira do Ascurra n. 186 Rio de Janeiro;
- 48 Frei Pedro Sinzig (O.F.M.), 15 de Dezembro de 1939 — Convento de Santo Antônio — Rio de Janeiro;
- 49 Dr. Christovam Leite de Castro, 26 de Junho de 1940 Lopes Quintas 183, Jardim Botânico Rio de Janeiro:
- 50 Dr. Manoel Augusto Pirajá da Silva, 26 de Junho de 1940 Alameda Itú, 911 São Paulo.
 - Nota Sócio honorário só poderá ser quem tenha alta representação social ou revelado competência especial em história, geografia, etnografia ou arqueologia (Art. 7.º dos Estatutos).

RELAÇÃO CRONOLÓGICA

Nomes e datas da entrada no Instituto

- 1 Alfredo Nascimento Silva, 12 de Dezembro de 1890, benemérito, e 3.º vice-presidente;
- 2 Cincinato Cezar da Silva Braga, 25 de Agosto de 1895, honorário;
- 3 João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, 15 de Maio de 1898, honorário;
- 4 Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de Dezembro de 1899, benemérito;
- 5 Max Fleiuss, 3 de Agosto de 1900, grande benemérito e secretário perpétuo;
- 6 Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de Outubro de 1900, grande benemérito e 2.º vice-presidente:
- 7 Epitacio da Silva Pessôa, 29 de Março de 1901, grande benemérito e presidente honorário;

- 8 Nelson Coelho de Senna, 23 de Agosto de 1901, efetivo;
- 9 José Manuel Cardoso de Oliveira, 22 de Maio de 1903, honorário;
- 10 Eduardo Marques Peixoto, 23 de Outubro de 1903, honorário;
- 11 José Feliciano de Oliveira, 19 de Fevereiro de 1905, cor respondente;
- 12 José Joaquim Seabra, 28 de Abril de 1905, honorário;
- 13 Manoel Cicero Peregrino da Silva, 21 de Julho de 1905, grande benemérito;
- 14 Clovis Bevilaqua, 15 de Outubro de 1906, benemérito;
- 15 Daniel Garcia Acevedo, 3 de Dezembro de 1906, honorário;
- 16 Augusto Tavares de Lyra, 16 de Setembro de 1907, grande benemérito e 1.º vice-presidente;
- 17 Norival Soares de Freitas, 5 de Outubro de 1908, honorário;
- 18 Ramon J. Carcano, 1 de Agosto de 1910, benemérito;
- 19 Braz Hermenegildo do Amaral, 22 de Junho de 1911, benemérito;
- 20 Henry R. Lang, 22 de Junho de 1911, honorário;
- 21 José Bonifácio de Andrada e Silva, 15 de Julho de 1911, efetivo:
- 22 Francisco Radler de Aquino, 26 de Agosto de 1911, benemérito e tesoureiro;
- 23 Affonso d'Escragnolle Taunay, 2 de Setembro de 1911, benemérito;
- 24 José Salgado, 10 de Outubro de 1911, correspondente;
- 25 Luiz Gastão de Escragnolle Doria, 4 de Maio de 1912, honorário:
- 26 Washington Luis Pereira de Souza, 4 de Maio de 1912, correspondente e presidente honorário;
- 27 Afranio de Mello Franco, 27 de Maio de 1912, efetivo;

- 28 Liberato Bittencourt, 27 de Maio de 1912, efetivo.
- 29 Alberto Rangel, 6 de Junho de 1912, correspondente;
- 30 -- Ataulpho Napoles de Paiva, 6 de Junho de 1912, honorário;
- 31 Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de Junho de 1912, honorário;
- 32 Helio Lobo, 6 de Julho de 1912, correspondente;
- 33 Alfredo Valladão, 19 de Julho de 1912, benemérito:
- 34 Raul Tavares, 23 de Agosto de 1912, benemérito;
- 35 Eugenio de Andrada Egas, 28 de Julho de 1913, correspondente;
- 36 Fidelino de Figueiredo, 28 de Julho de 1913, correspondente:
- 37 Edgard Roquette Pinto, 4 de Agosto de 1913, efetivo;
- 38 Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de Setembro de 1913, efetivo:
- 39 Lucas Ayarragaray, 23 de Moio de 1914, honorário;
- 40 Alberto Lamêgo, 28 de Julho de 1914, honorário;
- 41 Basilio de Magalhães, 27 de Agosto de 1914, benemérito:
- 42 Annibal Velloso Rebelo, 12 de Outubro de 1915, honorário;
- 43 Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, 31 de Maio de 1917, correspondente;
- 44 Mario Carneiro do Rego Mello, 31 de Maio de 1917, correspondente;
- 45 Thiers Fleming, 10 de Julho de 1918, efetivo;
- 46 Jonathas Serrano, 24 de Maio de 1919, efetivo;
- 47 Afranio Peixoto, 16 de Julho de 1919, efetivo;
- 48 Clemente Gaspar Maria Brandenburger, 15 de Outubro de 1919, correspondente;
- 49 Bernardino José de Souza, 6 de Agosto de 1921, efetivo;
- 50 Carlos Miguel Delgado de Carvalho, 6 de Agosto de 1921, honorário

- 51 Carlos da Silveira Carneiro, 6 de Agosto de 1921, benemérito:
- 52 Emilio Fernandes de Souza Docca, 6 de Agosto de 1921, benemérito:
- 53 Eugenio Teixeira de Castro, 6 de Agosto de 1921, efetivo;
- 54 Eugenio Vilhena de Moraes, 6 de Agosto de 1921, efetivo:
- 55 José Carlos de Macedo Soares, 6 de Agosto de 1921, benemérito e presidente;
- 56 Othelo de Souza Reis, 6 de Agosto de 1921, honorário;
- 57 Rodolfo Augusto de Amorim Garcia, 6 de Agosto de 1921, efetivo:
- 58 Alfredo Ferreira Lage, 20 de Julho de 1923, efetivo;
- 59 Diego Carbonell, 20 de Julho de 1923, honorário;
- 60 Francisco José de Oliveira Vianna, 19 de Julho de 1924, efetivo;
- 61 Dom Francisco de Aquino Corrêa, 10 de Julho de 1926, benemérito:
- 62 Raul Regis de Oliveira, 29 de Julho de 1926, correspondente:
- 63 Pedro Dulanto, 18 de Julho de 1927, honorário;
- 64 Luiz Martins de Souza Dantas, 29 de Junho de 1928, honorário:
- 65 Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, 1 de Outubro de 1928, honorário;
- 66 Ricardo Levene, 1 de Outubro de 1928, benemérito;
- 67 Raul Rivet, 13 de Setembro de 1930, honorário;
- 68 Percy Alvin Martin, 13 de Setembro de 1930, honorário;
- 69 Sylvio Rangel de Castro, 13 de Setembro de 1930, correspondente;
- 70 Paul Coulet, 22 de Agosto de 1931, honorário;
- 71 Joaquim Bensaúde, 22 de Agosto de 1931, honorário; .
- 72 Alexandre Emilio Sommier, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 73 Antonio Leoncio Pereira Ferraz, 22 de Agosto de 1931, efetivo:

- 74 Carlos Magalhães de Azeredo, 22 de Agosto de 1931, correspondente;
- 75 Djalma Forjaz, 22 de Agosto de 1931, correspondente,
- 76 Estevão de Mendonça, 22 dé Agosto de 1931, correspondente;
- 77 Fernando Luiz Vieira Ferreira, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 78 Gustavo Barroso, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 79 Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 22 de Agosto de 1931, efetivo:
- 80 Hildebrando Accioly, 22 de Agosto de 1931, correspondente:
- 81 Hubert Knipping, 22 de Agosto de 1931, honorário;
- 82 João da Costa Ferreira, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 83 José de Alcantara Machado de Oliveira, 22 de Agosto de 1931, honorário;
- 84 José Mattoso Maia Forte, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 85 José Wanderley de Araujo Pinho, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 86 Levi Fernandes Carneiro, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 87 Lucas Alexandre Boiteux, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 88 Lucio José dos Santos, 22 de Agosto de 1931, correspondente;
- 89 Luiz Antonio Vieira da Silva, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 90 Luiz Felippe Vieira Souto, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 91 Manuel Tavares Cavalcanti, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 92 Mario de Souza Ferreira, 22 de Agosto de 1931, honorário;
- 93 Octavio Tarquinio de Souza, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 94 Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 95 Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes Filho, 22 de Agosto de 1931, efetivo;

- 96 Virgilio Corrêa Filho, 22 de Agosto de 1931, efetivo;
- 97 Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, 22 de Dezembro de 1931, efetivo;
- 98 Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães, 22 de Dezembro de 1931, efetivo;
- 99 Argeu de Segadas Machado Guimarães, 30 de Julho de 1934, correspondente;
- 100 Caio de Mello Franco, 30 de Julho de 1934, efetivo:
- 101 Luis da Camara Cascudo, 30 de Julho de 1934, correspondente;
- 102 Luis Henrique Azarola Gil, 30 de Julho de 1934, correspondente;
- 103 Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, 27 de Outubro de 1934, honorário;
- 104 Antonio Augusto Mendes Corrêa, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;
- 105 Armando de Mattos, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;
- 106 Carlos Viegas Gago Coutinho, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;
- 107 Joaquim de Souza Leão Filho, 15 de Dezembro de 1934. correspondente;
- 108 Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;
- 109 Federico Lunardi, 28 de Maio de 1935, correspondente:
- 110 Alvaro de Salles Oliveira, 4 de Dezembro de 1936, correspondente;
- 111 Arthur Cezar Ferreira Reis, 4 de Dezembro de 1936, correspondente;
- 112 Enrique de Gandia, 4 de Dezembro de 1936, correspondente;
- 113 Herbert Canabarro Reichardt, 12 de Maio de 1937, efetivo;
- 114 José de Mesquita, 12 de Maio de 1937, correspondente;

115 – Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, 12 de Maio de 1937. efetivo;

- 116 Julio A. Roca, 27 de Agosto de 1937, honorário;
- 117 Elmano Cardim, 15 de Dezembro de 1937, honorário;
- 118 Rodolfo Rivarola, 15 de Dezembro de 1937, honorário;
- 119 Buenaventura Caviglia (hijo), 13 de Abril de 1938, correspondente;
- 120 Francisco José Pinto, 13 de Abril de 1938, honorário;
- 121 Henrique de Campos Ferreira Lima, 13 de Abril de 1938, correspondente;
- 122 Henrique Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo), 13 de Abril de 1938, correspondente;
- 123 Martinho Nobre de Mello, 19 de Outubro de 1938, honorário;
- 124 Augusto Tasso Fragoso, 14 de Abril de 1939, honorário;
- 125 Candido Mariano da Silva Rondon, 14 de Abril de 1939, honorário;
- 126 Clarence Henry Haring, 14 de Abril de 1939, honorário;
- 127 Hermenegildo Rodrigues de Barros, 14 de Abril de 1939, honorário:
- 128 José Honorio Silgueira, 14 de Abril de 1939, honorário;
- 129 Julio Dantas, 14 de Abril de 1939, honorário;
- 130 Nels Andrew Nelson Cleven, 14 de Abril de 1939, honorário;
- 131 Tobias do Rego Monteiro, 14 de Abril de 1939, honorário;
- 132 Alcindo Sodré, 31 de Maio de 1939, correspondente;
- 133 Cecilio Báez, 31 de Maio de 1939, correspondente;
- 134 Domingo Amunategui Solar, 31 de Maio de 1939, correspondente;
- 135 Edmundo da Luz Pinto, 31 de Maio de 1939, efetivo;
- 136 Jorge Hurley, 31 de Maio de 1939, correspondente;
- 137 José Luiz Baptista, 31 de Maio de 1939, efetivo:

- 138 Luiz Norton de Mattos, 31 de Maio de 1939, correspondente;
- 139 Roberto Simonsen, 31 de Maio de 1939, correspondente;
- 140 Serafim Leite, 31 de Maio de 1939, correspondente;
- 141 Ernesto Leme, 21 de Agosto de 1939, honorário;
- 142 Ernesto de Souza Campos, 21 de Agosto de 1939, honorário;
- 143 Leo Stanton Rowe, 21 de Agosto de 1939, honorário;
- 144 Luiz Philipp Guedalla, 21 de Agosto de 1939, honorário;
- 145 Waldo Gifford Leland, 21 de Agosto de 1939, honorário;
- 146 Claudio Ganns, 15 de Dezembro de 1939, esetivo:
- 147 Oswaldo Aranha, 15 de Dezembro de 1939, honorário;
- 148 Pedro Sinzig, 15 de Dezembro de 1939, honorário;
- 149 Christovam Leite de Castro, 26 de Junho de 1940, honorário;
- 150 Manoel Augusto Pirajá da Silva, 26 de Junho de 1940, honorário.

ORDEM ALFABÉTICA

ACCIOLY (Hildebrando), correspondente;

ACEVEDO (Daniel Garcia), honorário;

AMARAL (Braz Hermenegildo do), benemérito;

ANDRADA (Antonio Carlos Ribeiro de), efetivo;

ANDRADA (José Bonifacio de Andrada e Silva), efetivo;

AQUINO (Francisco Radler de), benemérito, tesoureiro;

AQUINO CORRÊA (Dom Francisco de), benemérito;

ARANHA (Oswaldo), honorário;

ARAUJO PINHO (José Wanderley de), efetivo;

AYARRAGARAY (Lucas), honorário;

AZAROLA GIL (Luis Enrique), correspondente;

AZEREDO (Carlos Magalhães de), correspondente;

AZEVEDO (Vicente de Paulo Vicente de), correspondente;

BAEZ (Cecilio), correspondente;

BAPTISTA (José Luiz) efetivo:

BARBOSA LIMA SOBRINHO (Alexandre José), efetivo;

BARROS (Hermenegildo Rodrigues de), honorário;

BARROSO (Gustavo), efetivo;

BENSAÚDE (Joaquim), honorário;

BEVILAQUA (Clovis), benemérito;

BITTENCOURT (Leopoldo Antonio Feijó), efetivo:

BITTENCOURT (Liberato), efetivo;

BOITEUX (Lucas Alexandre), efetivo;

BRAGA (Cincinato Cezar da Silva), honorário;

BRANDENBURGER (Clemente Gaspar Maria), correspondente:

CALMON (Pedro Calmon Moniz de Bittencourt), efetivo, orador;

CAMARA CASCUDO (Luis da), correspondente;

CARBONELL (Diego), honorário;

CARCANO (Ramon J.), benemérito;

CARDIM (Elmano), honorário;

CARNEIRO (Carlos da Silveira), benemérito;

CARNEIRO (Levi Fernandes), efetivo;

CARVALHO (Carlos Miguel Delgado de), honorário:

CARVALHO (Miguel Joaquim Ribeiro de), benemérito;

CASTRO (Christovam Leite de), honorário;

CASTRO (Eugenio Teixeira de), efetivo;

CASTRO (Sylvio Rangel de), correspondente:

CAVIGLIA (hijo), (Buenaventura), correspondente;

CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves), honorário;

CERNACHE (Henrique Pereira de), (Conde de Campo Bello), correspondente;

CICERO (Manoel Cicero Peregrino da Silva), grande benemérito;

CLEVEN (Nels Andrew Nelson), honorário;

CORRÊA (Antonio Augusto Mendes), correspondente;

CORRÊA FILHO (Virgilio), efetivo, 2.º secretário;

COULET (Padre Paul), honorário:

COUTINHO (Carlos Viegas Gago), correspondente;

DANTAS (Júlio), honorário;

DORIA (Luiz Gastão de Escragnolle), honorário;

DULANTO (Pedro), honorário;

EGAS (Eugenio de Andrada), corespondente:

FERRAZ (Antonio Leoncio Pereira), efetivo;

FERREIRA (João da Costa), efetivo;

FERREIRA (Mario de Souza), honorário;

FIGUEIRA DE MELLO (Jeronymo de Avellar), correspondente;

FIGUEIREDO (Fidelino de), correspondente;

FLEIUSS (Max), grande benemérito, secretário perpétuo:

FLEMING (Thiers), efetivo;

FORJAZ (Djalma), correspondente;

FRAGOSO (Augusto Tasso), honorário;

FREITAS (Norival Soares de), honorário:

GANDIA (Enrique de), correspondente;

GANNS (Claudio), efetivo;

GARCIA (Rodolpho Augusto de Amorim), efetivo;

GUEDALLA (Luiz Philipp), honorário;

GUIMARÃES (Argeu de Segadas Machado), correspondente;

HARING (Clarence Henry), honorário;

HURLEY (Jorge), correspondente;

KNIPPING (Hubert), honorário;

LAGE (Alfredo Ferreira), efetivo;

LAMEGO (Alberto), honorário;

LAMPREIA (João de Oliveira Sá Camelo), honorário;

LANG (Henry R.), honorário;

LANGGAARD MENEZES (Rodrigo Octavio de), grande benemérito e 2.º vice-presidente;

LANGGAARD MENEZES FILHO (Rodrigo Octavio de), efe-

LEAO TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro), efetivo:

LEITE (Padre Serafim), correspondente;

LELAND (Waldo Gifford), honorário;

LEME (Ernesto), honorário;

LEME (Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra), honorário;

LEVENE (Ricardo), benemérito;

LIMA (Henrique de Campos Ferreira), correspondente;

LOBO (Helio), correspondente;

LUNARDI (Monsenhor Federico), correspondente;

LYRA (Augusto Tavares de), grande benemérito e 1.º vice-presidente; MACEDO SOARES (José Carlos de), benemérito e presidente; MAGALHÃES (Basilio de), benemérito: MAGALHÃES (Fernando Augusto Ribeiro de), efetivo: MAIA FORTE (José Mattoso), efetivo: MARTIN (Percy Alvin), honorário; MATTOS (Armando de) correspondente; MATTOS (Luis Norton de), correspondente: MELLO (Martinho Nobre de), honorário: MELLO FRANCO (Afranio de), efetivo; MELLO FRANCO (Cajo de), efetivo: MENDONÇA (Estevão de), correspondente, MESQUITA (José de), correspondente; MONTEIRO (Tobias do Rego), honorário; MORAES (Eugenio Vilhena de), efetivo: NASCIMENTO SILVA (Alfredo), benemérito e 3.º vice-presidente: OLIVEIRA (Alvaro de Salles), correspondente: OLIVEIRA (José de Alcantara Machado de), honorário. OLIVEIRA (José Feliciano de), correspondente: OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de), honorário; OLIVEIRA (Raul Régis de), correspondente: OLIVEIRA VIANNA (Francisco José de), efetivo: PAIVA (Ataulpho Napoles de), honorário: PEIXOTO (Afranio), efetivo: PEIXOTO (Eduardo Marques), honorário: PEREIRA DE SOUZA (Washington Luis), correspondente: PESSOA (Epitacio da Silva) grande benemérito, PINTO (Edmundo da Luz), efetivo: PINTO (Francisco José), honorário. RANGEL (Alberto), correspondente; REBELLO (Annibal Velloso), honorário: REGO MELLO (Mario Carneiro do), correspondente; REICHARDT (Herbert Canabarro), efetivo: REIS (Arthur Cezar Ferreira), correspondente; REIS (Othelo de Souza), honorário: RIVAROLA (Rodolfo), honorário:

RIVET (Paul), honorário:

ROCA (Julio A.), honorário;

RONDON (Candido Mariano da Silva), honorário;

ROQUETTE PINTO (Edgard), efetivo;

ROWE (Leo Stanton), honorário;

SALGADO (José), correspondente;

SANTOS (Francisco Agenor de Noronha), honorário;

SANTOS (Lucio José dos), correspondente;

SEABRA (José Joaquim), honorário;

SENNA (Nelson Coelho de), efetivo;

SERRANO (Jonathas), efetivo;

SILGUEIRA (José Honorio), honorário;

SILVA (Manoel Pirajá da), honorário;

SIMONSEN (Roberto), correspondente;

SINZIG (Frei Pedro), honorário;

SODRÉ (Alcindo), correspondente;

SOLAR (Domingo Amunategui), correspondente;

SOMMIER (Alexandre Emilio), efetivo;

SOUSA DANTAS (Luiz Martins de), honorário;

SOUZA (Bernardino José de), efetivo;

SOUZA (Octavio Tarquinio de), efetivo;

SOUZA CAMPOS (Ernesto de), honorário;

SOUZA DOCCA (Emilio Fernandes de), benemérito;

SOUZA LEÃO FILHO (Joaquim de), correspondente;

TAUNAY (Affonso d'Escragnolle), benemérito;

TAVARES (Raul), benemérito;

TAVARES CAVALCANTI (Manuel), efetivo;

VALLADÃO (Alfredo), benemérito;

VIEIRA FERREIRA (Fernando Luiz), efetivo;

VIEIRA DA SILVA (Luiz Antonio), efetivo;

VIEIRA SOUTO (Luiz Felippe), efetivo.

Sócios falecidos:

ORLEANS e BRAGANÇA (D. Pedro - Príncipe), honorário, em 29 de Janeiro de 1940.

MOREIRA GUIMARÃES (General José Maria), benemérito, em 10 de fevereiro de 1940.

Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 31 de Dezembro de 1940.



ESTATUTOS

Aprovados pela Assembléia Geral de 6 de agosto de 1921 (modificados pela Assentbléia Geral de 6 de março de 1926)





TITULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DO INSTITUTO, SUA SEDE E FIM SOCIAL

- Art. 1.º O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado a 21 de outubro de 1838 nesta cidade do Rio de Janeiro, onde tem sua sede social e domicílio jurídico, é uma associação civil, científica, de duração ilimitada e regida pelos presentes estatutos, assim como, subsidiariamente, pelo Código Civil e demais leis em vigor.
- Art. 2.º Tem por fim proceder a estudos c investigações concernentes à História, Geografia, Etnografia e Arqueologia, principalmente do Brasil.
 - Art. 3.º Para a realização do aludido fim, o Instituto:
- 1.º Coligirá, conservará e classificará documentos, livros, cartas geográficas e outros objetos que lhe possam fornecer elementos de informações e devam constituir um arquivo, uma biblioteca, um museu histórico e uma mapoteca.
- 2.º Receberá em depósito os manuscritos e documentos, que terceiros entreguem para serem abertos, lidos e divulgados em épocas determinadas.
- 3.º Publicará, anualmente, em dois volumes distintos, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que aparece desde 1839; um deles inserirá trabalhos e documentos relativos ao Brasil, e outro, alem de tais matérias, as atas das sessões e a lista dos sócios

existentes com as suas diversas categorias e respectivas datas de admissão.

4.º Estabelecerá correspondência com as sociedades congêneres, nacionais e estrangeiras.

TITULO II

Da organização do Instituto

CAPÍTULO I

DOS SÓCIOS, SUA ADMISSÃO, SEUS DIREITOS E DEVERES

- Art. 4.º () Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro compor-se-á das seguintes classes de sócios:
 - I) Sócios grandes beneméritos, em número de cinco.
 - II) Sócios beneméritos, em número de quinze.
 - III) Sócios honorários, em número de cinquenta.
 - IV) Sócios efetivos, em número de quafenta.
 - V) Sócios correspondentes, em número de quarenta.
 - § 1.º A classe dos efetivos e a dos correspondentes poderão compreender maior número de sócios, no caso previsto no art. 6.º, parágrafo único.
 - § 2.º O número de sócios grandes beneméritos, beneméritos, efetivos e correspondentes em caso algum poderá ser aumentado.
 - Art. 5.º Para ser admitido como sócio efetivo, deverá o candidato preencher os seguintes requisitos:
 - 1.º Residir na cidade do Rio de Janeiro.
 - 2.º Apresentar diretamente, ou por intermédio de algum sócio, trabalho próprio sobre História, Geografia, Etnografia ou Arqueologia, ainda inédito ou já estampado, que prove a capacidade do referido candidato.
 - § 1.º A proposta de admissão será feita por escrito e conterá o nome e sobrenomes do candiato, sua naturalidade, profissão, e a menção de trabalhos e títulos de recomendação social, científica ou literária.

- § 2.º A aludida proposta, assinada por três ou mais sócios, para ser aceita, deverá vir acompanhada do trabalho ou obra, a que se refere o n. 2.º, com oferecimento do seu autor ao Instituto.
- § 3.º Apresentada a proposta, a Diretoria, julgando-a em termos de aceitação, a remeterá, por intermédio de seu presidente, à Comissão de História ou de Geografia ou de Etnografia e Arqueologia, conforme a natureza do trabalho ou trabalhos oferecidos pelo candidato, devendo a comissão submeter à Diretoria, em tempo oportuno, o seu respectivo parecer.
- § 4.º Discutido em sessão do Instituto, e aprovado, será o aludido parecer enviado à Comissão de Admissão de Sócios, para dizer sobre a idoneidade do candidato e conveniência de sua admissão.
- § 5.º O parecer da Comissão de Admissão de Sócios será discutido em sessão do Instituto e submetido à votação por escrutínio secreto, na sessão seguinte, considerando-se aceito o candidato se aparecer maioria de esferas brancas, e, nesse caso, o presidente proclama-lo-á sócio efetivo do Instituto.
- § 6.º Se, porem, a maioria for de esferas pretas, o presidente declarará rejeitada a proposta de admissão.
- Art. 6.º Para ser, sócio correspondente, deverá o candidato cumprir as condições prescritas no art. 5.º, menos quanto a da residência, feita a proposta da mesma forma que para sócio efetivo, e observado idêntico processo.

Parágrafo único. O sócio correspondente, que tem os mesmos direitos do efetivo, passará para esta classe, independentemente de vaga, desde que fixe residência na cidade do Rio de Janeiro; o efetivo, que estabeleça residência fora da mesma cidade, será transferido para a dos correspondentes.

Art. 7.º Sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, de Geografia, de Etnografia ou Arqueologia.

Parágrafo único. A proposta para sócio honorário, assinada, pelo menos, por doze sócios, será apresentada à diretoria e pelo presidente remetida à Comissão de Admissão de Sócios, cujo parecer será discutido em uma sessão do Instituto, e votado em escrutínio secreto, na sessão seguinte; o candidato será eleito e proclamado pelo

presidente — sócio honorário do Instituto, se a maioria for de esferas brancas; no caso contrário, declarar-se-á rejeitada a proposta.

- Art. 8.º A classe dos beneméritos será constituida somente por sócios efetivos ou correspondentes, que houverem prestado serviços notaveis ao Instituto ou exercido cargos na Diretoria por mais de dez anos consecutivos.
- § 1.º Os sócios grandes beneméritos serão tirados da classe dos beneméritos, que tiverem, no mínimo, vinte anos de serviço na diretoria ou nas comissões permanentes.
- § 2.º A proposta para sócios grandes beneméritos ou beneméritos deverá conter pelo menos a assinatura de doze sócios, e, apresentada à Diretoria, será pelo presidente remetida à Comissão de Admissão de Sócios, cujo parecer será discutido e votado em assembléia geral, sendo proclamados eleitos para qualquer das aludidas classes, de acordo com as respectivas propostas, os que obtiverem a maioria absoluta de votos dos sócios presentes.
- Art. 9.º Quando algum sócio honorário, efetivo ou correspondente, tiver de tomar posse, enviará a cópia do discurso de recepção, acompanhada de apontamentos autobiográficos e de esclarecimentos convenientes à apreciação da individualidade do mesmo recipiendário, que serão entregues ao presidente do Instituto, o qual verificando achar-se em ordem o discurso, marcará a sessão para a cerimônia da posse, dentro nos 30 dias seguintes à data da referida entrega.
- § 1.º No discurso, o recipiendário, se for brasileiro, deverá desenvolver assunto sobre matéria de História, Geografia ou Etnografia do Brasil, e, sendo de nacionalidade estrangeira, dissertará sobre essas mesmas matérias, relativas, porem, ao país a que pertencer.
- § 2.º Contendo, porventura, o discurso opiniões suscetiveis de perturbar a serenidade dos trabalhos do Instituto, o presidente deverá submetê-lo à consideração da Diretoria e de acordo com o resolvido na respectiva reunião, ou o devolverá ao recipiendário, convidando-o a fazer as alterações indispensaveis, sem o que não se efetuará a posse, ou, julgando estar nos devidos termos, designará a sessão em que se realize a posse como fica determinado no princípio do art. 9.º.

§ 3.º Na ocasião da posse, o recipiendário prestará o seguinte compromisso:

"Prometo promover, quanto em mim couber, o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e observar fielmente os seus Estatutos".

Em seguida o presidente declarará empossado o novo sócio.

- § 4.º Realizada a posse, o presidente dará a palavra ao recipiendário, que lerá o seu discurso de recepção, respondendo-lhe o orador do Instituto.
- § 5.º Os discursos do recipiendário e do orador serão inseridos na ata.
- § 6.º O sócio não poderá tomar posse, nem como tal ser inscrito no livro competente, enquanto não pagar as contribuições a que estiver obrigado, de acordo com o art. 11 dos Estatutos.
- § 7.º O sócio que for transferido de uma para outra classe (art. 6.º, parágrafo único), somente poderá tomar posse e ser inscrito na categoria competente, mostrando estar quite com os cofres do Instituto (arts. 11 a 13), e nessas condições terá direito desde esta data à Revista, de conformidade com o art. 14.
- § 8.º Ao sócio correspondente, que não puder vir ao Rio de Janeiro, será facultado tomar posse, dirigindo um ofício ao presidente do Instituto, no qual afirme assumir o compromisso do § 3.º deste artigo, satisfazendo às exigências do art. 11 e enviando um trabalho original, absolutamente inédito, sobre algum ponto de História. Geografia ou Etnografia, trabalho este que será apreciado por uma comissão especial nomeada pelo presidente do Instituto. Só depois do juizo dessa comissão, que será submetido ao veredictum do Instituto, o presidente declarará empossado o mesmo sócio correspondente.
- Art. 10. Aos sócios de todas as classes expedir-se-á diploma, assinado pelo presidente, 1.º secretário e tesoureiro.
- Art. 11. O sócio efetivo ou correspondente de nacionalidade brasileira pagará, de uma só vez, a quantia de 100\$ como jóia de

admissão, a de 50\$ pelo diploma, e a de 5\$ — prestação adiantada do primeiro mês, contribuição que poderá ser satisfeita pelo período que o sócio preferir.

Parágrafo único. Ficam isentos das contribuições acima indicadas, menos quanto à do diploma, os sócios honorários e os correspondentes estrangeiros.

- Art. 12. Todos os sócios, salvo os mencionados no parágrafo único do art. 11 e os remidos, estão obrigados à contribuição mensal de 5\$ paga até o dia 10 do mês seguinte.
- Art. 13. E' facultada aos sócios a remissão das prestações mensais, fixadas no art. 12, mediante o pagamento de 300\$, alem das relativas à jóia de admissão e ao diploma, estabelecidos no art. 11.

Parágrafo único. A remissão somente se poderá efetuar depois de solverem os sócios as contribuições anteriormente vencidas.

- Art. 14. Os sócios que satisfizerem às contribuições indicadas no art. 11 terão direito a receber um exemplar da Revista do Instituto, a partir do ano da sua admissão, pagando, porem, o registo do Correio.
- Art. 15. O sócio, que for devedor, de prestações de suas contribuições estatutárias (art. 11) por um ano perderá o direito a receber a Revista do Instituto.
- Art. 16. O sócio que, por espaço de dois anos, não pagar as suas contribuições (arts. 11 e 12) será considerado como renunciante à sua qualidade de sócio, independentemente de qualquer aviso ou comunicação, e eliminado da lista geral dos sócios.
- Art. 17. O sócio, residente na República, que, dentro do prazo de três meses da data da sua eleição, não satisfizer às contribuições estatutárias (art. 11), bem como o sócio, que, residindo em país estrangeiro, não responder dentro de seis meses ao ofício do secretário, comunicando a investidura, serão, tambem, considerados como renunciantes ao título de sócio.
- Art. 18. Nenhum sócio poderá negar-se, sem motivo plausivel, ao desempenho dos cargos e comissões para que tenha sido eleito, ou dos trabalhos de que o Instituto o incumbir.
- Art. 19. Os sócios terão, como distintivo, além do uniforme estabelecido pelo decreto imperial de 2 de março de 1860, uma roseta

azul celeste para ser usada nas reuniões e solenidades sociais, ou quando representarem o Instituto.

Art. 20. Os sócios não respondem direta ou subsidiariamente pelos atos praticados pela Diretoria em nome do Instituto.

CAPÍTULO II

DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA E DAS COMISSÕES PERMANENTES E

DAS SUAS ATRIBUIÇÕES

SECÇÃO I

Das cleições da Diretoria e das Comissões Permanentes

- Art. 21. A administração de todos os negócios do Instituto compete a uma diretoria, composta de cinco membros a saber: presidente, 1.º secretário, 2.º secretário, orador e tesoureiro.
- Art. 22. Haverá, tambem, três vice-presidentes, que, na respectiva ordem da sua eleição, assumirão a presidência no caso de vaga ou de notório impedimento do presidente efetivo, ou quando este passar por escrito o exercício do cargo.

Parágrafo único. Fora destes casos, os vice-presidentes, na referida ordem, dirigirão apenas os trabalhos nas sessões e assembléias gerais e que deixar de comparecer o presidente do Instituto.

- Art. 23. As Comissões Permanentes, compostas de cinco membros, cada uma, serão as seguintes:
 - a) Comissão de Fundos e Orçamento;
 - b) Comissão de Estatutos;
 - c) Comissão de História;
 - d) Comissão de Geografia;
 - e) Comissão de Etnografia e Arqueologia;
 - f) Comissão de Bibliografia;
 - g) Comissão de Admissão de Sócios.

Art. 24. O mandato da Diretoria e das Comissões Permanentes será bienal, sendo permitida a reeleição dos membros da Diretoria, bem como os das Comissões Permanentes.

Parágrafo único. A eleição para esses cargos recairá somente em sócios efetivos, beneméritos e grandes beneméritos, residentes na cidade do Rio de Janeiro, podendo os membros da Diretoria, exceto o presidente, fazer tambem parte de qualquer das comissões.

Art. 25. Com antecedência de 15 dias, pelo menos, será convocada a assembléia geral para 15 de dezembro, ou, sendo esse dia impedido, para o primeiro dia util seguinte, do ano em que terminar o referido prazo bienal, afim de eleger a Diretoria e as Comissões Permanentes.

Parágrafo único. A posse dos que tiverem sido eleitos para a Diretoria e Comissões Permanentes realizar-se-á no dia 7 de janeiro do ano seguinte.

- Art. 26. A eleição será feita por escrutínio secreto, observandose as seguintes prescrições:
- § 1.º Cada sócio votará em duas cédulas: uma cédula contendo os nomes do presidente, dos vice-presidentes, do 1.º secretário, do 2.º secretário, do orador e do tesoureiro, excetuados os cargos que tiverem efetividade perpétua, e outra cédula contendo os nomes dos membros das diversas Comissões Permanentes.
- § 2.º A apuração será feita separadamente e, somente depois de proclamados os membros da Diretoria, serão apurados os votos para as Comissões.
- § 3.º Tão somente para o cargo de presidente se requer maioria absoluta de votos; e, no caso de empate, correrá segundo escrutínio, e se este não for decisivo, a sorte desempatará a eleição.
- Art. 27. Eleita a Diretoria, o Instituto comunica-lo-á ao Governo Federal, por ofício assinado pelo presidente ou pelo 1.º secretário.
- Art. 28.º As vagas ocorrentes durante o biênio na Diretoria e nas Comissões Permanentes serão preenchidas pela seguinte forma:
- a) a do presidente, por um dos três vice-presidente, como dispõe o art. 22;
- b) a de quaisquer outros membros da Diretoria ou das Comissões Permanentes, por nomeação do presidente, feita em portaria, registáda em livro especial.
- Art. 29. A qualidade excepcional de presidente honorário somente poderá ser conferida, em assembléia geral, aos chefes de Estado

•

ou aos membros do Instituto, seus ex-presidentes efetivos, mediante proposta de três ou mais membros da Diretoria e por sócios, perfazendo, no mínimo, o total de vinte e uma assinaturas.

Parágrafo único. A proposta, assim apresentada, considerar-se-á aprovada, independentemente de eleição, e o presidente do Instituto comunicará a distinção outorgada, enviando ao presidente honorário o respectivo diploma.

SECÇÃO II

Das atribuições da Diretoria

Art. 30. Ao presidente incumbe:

- 1.º Presidir às reuniões da Diretoria e às sessões do Instituto e das assembléias gerais (arts. 47 e 48) e executar as suas respectivas deliberações.
- 2.º Representar o Instituto por si, por um ou mais mandatários seus, em todos os negócios judiciais ou extrajudiciais, tanto ativa como passivamente, fivestido, o presidente, de todos os poderes de livre administração, necessários ao desempenho dos fins sociais, e pela forma determinada nestes estatutos.
- 3.º Nomear os membros da Diretoria e os das Comissões Permanentes, nos termos do art. 28, letra b.
 - 4,º Nomear outras comissões para fins especiais.
- 5.º Designar os relatores das diversas comissões, tanto permanentes, como especiais, dentre os seus respectivos membros, de modo que haja igualdade no serviço.
 - 6.º Encarregar qualquer sócio da feitura de algum trabalho.
- 7.º Nomear, suspender ou exonerar os funcionários do Instituto.
 - 8.º Autorizar todos os pagamentos previstos nestes Estatutos.
- 9.º Providenciar sobre quaisquer negócios do Instituto, dentro dos poderes estatutários, sendo necessário, para a alienação, troca, empenho, ou subrogação dos bens do patrimônio social, autorização da assembléia geral.
- 10. Convocar assembléia geral, sempre que julgar conveniente, ou a requerimento, por escrito, assinado por vinte e um sócios.

- 11. Convocar as sessões ordinárias mensais e as extraordinárias, quando forem necessarias.
- Art. 31. O presidente do Instituto poderá vetar, dentro do prazo de 15 dias, as deliberações tomadas nas sessões ordinárias ou extraordinárias, submetendo os seus vetos à assembléia geral, que será logo convocada, como única autoridade competente para confirmá-los ou negá-los.
- Art. 32. O presidente do Instituto poderá, em virtude de representação do 1.º secretário, alterar a distribuição nos trabalhos administrativos da Secretaria, submetendo a sua resolução à deliberação da assembléia geral, que será para esse fim convocada com a possivel brevidade.
- Art. 33. O 1.º secretário superintenderá todos os serviços do Instituto, competindo-lhe as seguintes atribuições:
- 1. Propor ao presidente a nomeação ou exoneração do bibliotecário e do diretor da *Revista*, cargos estes que poderão tambem ser exercidos por sócios, bem como dos demais funcionários.
- 2. Suspender até 15 dias qualquer desses funcionários, dandolhe substituto interino e participando o ocórrido ao presidente.
- 3. Apresentar até 30 de setembro a proposta do orçamento anual de receita e despesa para o exercício vindouro.
- 4. Fazer inventariar os manuscritos, livros e quaisquer outros objetos, pertencentes ao arquivo, bibliotéca, museu histórico e mapoteca, e mandar imprimir os respectivos catálogos.
- 5. Mandar rever os catálogos de cinco em cinco anos, para serem impressas as alterações.
- 6. Determinar a compra dos objetos necessários ao expediente, de acordo com a respectiva verba orçamentária.
- 7. Providenciar sobre todos os negócios urgentes do Instituto, participando ao presidente as medidas tomadas.
- 8. Mandar organizar, em livro próprio e sob sua imediata fiscalização e responsabilidade, o cadastro de todos os sócios do Instituto, com especificação da data da eleição, posse, transferência de classe e tudo quanto tenha relação com o *status* do sócio.
- 9. Ter a seu cargo a impressão da *Revista*, fornecendo ao diretor desta, para serem publicadas, as atas das sessões e o cadastro social.

- 10. Fazer distribuir a *Revista* aos sócios, nos termos destes Estatutos, e a outras pessoas residentes no Brasil e em país estrangeiro.
- 11. Representar ao presidente sobre a conveniência do não provimento de qualquer dos cargos, conforme aproveitar aos interesses do Instituto.
- Art. 34. O 2.º secretário será o imediato auxiliar e substituto do 1.º secretário, competindo-lhe especialmente as seguintes atribuições:
- 1.º Redigir ou mandar redigir as atas das reuniões da Diretoria, das sessões do Instituto e das assembléias gerais, e fazer expedir os respectivos avisos de convocação.
- 2.º Lavrar em livro próprio o termo de depósito dos manuscritos e documentos, que forem confiados à guarda do Instituto, sendo o dito termo assinado pelo presidente, depositante ou seu procurador bastante, e pelo referido 2.º secretário.

Art. 35. Ao tesoureiro compete:

- 1.º Arrecadar e guardar os fundos do Instituto, depositando em um banco de sua escolha, e aprovação do presidente, as quantias sem aplicação imediata.
- 2.º Satisfazer as despesas competentemente autorizadas, de acordo com as disposições estatutárias, não devendo fazer pagamento algum, quando excedida a respectiva verba orçamentária, sem ordem por escrito do presidente.
- 3.º Escolher, sob sua exclusiva responsabilidade, um cobrador estranho ao pessoal do Instituto e que perceberá pelo trabalho uma comissão fixada pelo presidente.
 - 4.º Prestar contas anuais da aplicação dos fundos a seu cargo.
- Art. 36. As aludidas contas abrangerão a receita e despesa, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, e serão apresentadas ao presidente até 15 de fevereiro do ano seguinte.

Parágrafo único. Examinadas as contas pela Comissão de Fundos e Orçamento, serão remetidas com o respectivo parecer à Diretoria, afim de serem presentes à discussão e votação na primeira sessão ordinária.

- Art, 37. Ao orador compete as seguintes atribuições:
- 1.ª Pronunciar os discursos de recepção dos novos sócios.
- 2.* Fazer o elogio histórico dos sócios falecidos durante o ano.
- 3.ª Falar em nome do Instituțo, quando este se fizer representar em qualquer solenidade.

SECÇÃO III

Das atribuições das Comissões Permanentes

- Art. 38. À Comissão de Fundos e Orçamento compete:
- 1.º Examinar as contas submetidas à sua verificação.
- 2.º Interpor parecer sobre a proposta anual do orçamento da receita e despesa.
 - 3.º Dar parecer quando for consultada pelo presidente.
 - Art. 39. À Comissão de Estatutos compete:
- 1.º Dar parecer sobre emendas, reformas ou aditamentos dos Estatutos ou sobre a interpretação de suas disposições quando oferecerem dúvidas.
- 2.º Estabelecer o processo para a concessão dos prêmios, que o Instituto houver de conferir.
- Art. 40. A cada uma das Comissões de História, Geografia, Etnografia e Arqueologia pertence:

Dar parecer sobre as memórias, documentos e publicações, que o presidente lhes remeter, concernentes às disciplinas de suas respectivas competências.

Parágrafo único. À Comissão de Bibliografia cabe emitir juizo sobre as publicações históricas, geográficas, etnográficas e arqueológicas oferecidas ao Instituto, bem como preparar uma bibliografia das obras de carater histórico, geográfico, etnográfico e arqueológico relativas ao Brasil. Os relatores incumbidos do julgamento das obras, no caso acima indicado, terão o prazo improrrogavel de dois

meses para a execução dos respectivos trabalhos, que serão publicados como — Secção Bibliográfica da Revista do Instituto —, devolvendo, nessa ocasião, os livros que lhes tiverem sido, para o mesmo fim, confiados e dos quais passarão recibo.

- Art. 41. À Comissão de Admissão de Sócios compete:
- 1.º Sindicar sobre a individualidade do candidato, das suas condições de idoneidade e da conveniência da sua admissão;
- 2.º Verificar se as propostas reunem as condições exigidas por estes Estatutos.
- Art. 42. Os pareceres da Comissão de Admissão de Sócios podem ser reservados, tendo o presidente a faculdade de submetê-los à consideração do Instituto em sessão secreta.
- Art. 43. Os relatores das diversas comissões serão designados pelo presidente do Instituto dentre os respectivos membros, de modo que haja igualdade no serviço.
- Art. 44. Os pareceres das comissões serão lidos, quando obtida a maioria de assinaturas. Os membros que não tiverem assinado poderão pedir vista dos referidos pareceres, restituindo-os dentro de 15 dias.
- Art. 45. As votações dos pareceres da Comissão de Admissão de Sócios realizar-se-ão por antiguidade rigorosa, contada da data dos aludidos pareceres.

Parágrafo único. Havendo dois pareceres dessa Comissão, com a mesma data, prevalecerá para a antiguidade a data das respectivas propostas.

SECCÃO IV

Das outras Comissões

Art. 46. Outras comissões para fins especiais poderão ser nomeadas pelo presidente do Instituto, que tambem terá a faculdade de encarregar de algum trabalho os sócios, individualmente, quando assim julgar conveniente.

CAPÍTULO III

SECÇÃO I

Das sessões do Instituto, das assembléias gerais e da ordem dos seus respectivos trabalhos

Art. 47. As sessões do Instituto serão:

- 1 a Ordinárias.
- 2.ª Extraordinárias.
- 3.ª Magnas ou aniversárias.

Art. 48. As sessões das assembléias gerais do Instituto serão:

- 1.º Ordinárias para eleições.
- 2.º Extraordinárias para reforma de Estatutos, para julgamento dos *vetos* do presidente, e resolução de assuntos relevantes que não possam ser tratados nas sessões ordinárias, nem aguardar a época normal das assembléias ordinárias.
- Art. 49. Todas as sessões do Instituto realizar-se-ão no respectivo salão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que não poderá ser, em caso algum, cedido para outras quaisquer reuniões, quando não diretamente promovidas pelo mesmo Instituto.

Parágrafo único. No aludido salão somente poderá haver, como homenagem especialíssima, o retrato do Sr. D. Pedro II, inesquecivel protetor do Instituto.

- Art. 50. As sessões ordinárias efetuar-se-ão mensalmente, durante o dia, ou à noite, a partir do mês de abril até à sessão magna de 21 de outubro.
- Art. 51. Nessas sessões ordinárias serão tratados exclusivamente os assuntos, que, nos termos do art. 2.º, constituem o fim do Instituto, bem como serão discutidos e votados os pareceres das diversas comissões.

Parágrafo único. Na primeira sessão ordinária de cada ano será discutido e votado o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento.

Art. 52. As sessões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, com antecedência de cinco dias, no mínimo, todas as vezes que for urgente deliberar sobre qualquer assunto que seja tambem da competência das sessões ordinárias (art. 51).

Årt. 553. A sessão magna realizar-se-á no dia 21 de outubro de cada ano, para celebrar solenemente o aniversário.

Parágrafo único. Desde o dia da celebração da aludida sessão magna anual ficarão suspensas as sessões até ao mês de abril, exceto as das assembléias gerais em ano de eleição, e as extraordinárias.

- Art. 54. Às assembléias gerais, que serão convocadas pelo presidente com antecedência de quinze dias, pelo menos, compete privativamente:
- 1.º A eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes (artigo 25).
- 2.º A eleição dos sócios beneméritos e grandes beneméritos (art. 8.º e parágrafos).
- 3.º A eleição de presidente honorário (art. 29 e parágrafo único).
 - 4.º A reforma dos Estatutos.
- 5.º A concessão de prêmios, depois de aprovada em sessão ordinária.
- 6.º A alienação, troca, empenho, subrogação ou reforma do patrimônio social (art. 30, fl. 9, e art. 85, § 1.º).
 - 7.º O julgamento dos vetos opostos pelo presidente (art. 31).
- 8.º A dissolução da sociedade e a resolução sobre o destino ulterior do seus bens, quer os necessários ao fim do Instituto (artigo 3.º), quer os que constituem o seu patrimônio social (art. 83).

Parágrafo único. Alem dessas atribuições privativas, caberá tambem às assembléias gerais conhecer e resolver qualquer assunto ou matéria imprevista que, pela sua natureza ou pela repercussão de seus efeitos, escape à alçada das sessões ordinárias do Instituto.

- Art. 55. Em todas as assembléias gerais e sessões do Instituto, o presidente ocupará o centro da mesa, tendo à direita o 1.º e 2.º secretários e à esquerda o orador e o tesoureiro.
- Art. 56. Quando comparecer o Chefe de Estado ser-lhe-á oferecida a presidência, ocupando o presidente do Instituto a cadeira do 1.º secretário, este a do 2.º secretário, o qual se sentará, bem como o orador, à esquerda do Chefe do Estado, indo o tesoureiro para a primeira cadeira no recinto, à direita da mesa.

- Art. 57. Faltando em qualquer das assembléias gerais ou sessões do Instituto o presidente e os vice-presidentes (art. 22, parágrafo único), assumirá a direção dos trabalhos o mais antigo dos sócios.
- Art. 58. Às sessões ordinárias ou extraordinárias poderão assistir quaisquer pessoas decentemente trajadas; devendo, porem, o 1.º secretário proibir o ingresso às pessoas estranhas quando, por qualquer motivo, a sessão deva ser secreta.
- Art. 59. Aberta a sessão do Instituto, lida e submetida à aprovação a ata da sessão antecedente, serão lidas, antes do expediente, das *Efemérides Brasileiras* do Barão do Rio Branco, as relativas à data da sessão, passando-se em seguida à discussão e resolução das matérias sujeitas ao conhecimento do Instituto, nos termos do artigo 51, excetuadas aquelas que forem da exclusiva competência das assembléias gerais ou da Diretoria (arts. 54 e 65).
- § 1.º Para a leitura de trabalhos, o sócio inscrever-se-á ao começar a sessão, dando-lhe o presidente a palavra em ocasião oportuna.
- § 2.º A leitura de qualquer trabalho não excederá de uma hora para cada orador.
- § 3.º Para haver sessão ordinária ou extraordinária é mister a presença do presidente ou a de seus substitutos e a de mais nove sócios no mínimo (Estatutos de 30-4-917).
- Art. 60. Na primeira sessão seguinte ao falecimento de um sócio, lavrar-se-á na ata um voto de pesar, podendo qualquer sócio referir-se ao finado em sucintas palavras de condolência ou louvor.
- Art. 61. Na sessão magna de 21 de outubro (art. 53), pronunciará o presidente o discurso de abertura; o 1.º secretário lerá o relatório com a resenha dos trabalhos anuais, e o orador fará o elogio dos sócios falecidos durante o ano.
- Art. 62. Todos os sócios teem o direito de comparecer às sessões do Instituto, mas somente os sócios efetivos, os correspondentes brasileiros, os beneméritos e grandes beneméritos poderão dar número para constituí-las com o direito de voto.

Parágrafo único. Tratando-se, porem, de assembléias gerais (art. 54), todos os sócios, sem exceção alguma, teem o direito de comparecer, propor, discutir e votar.

Art. 63. Para haver sessão de assembléia geral, é necessário que compareçam, pelo menos, vinte e um sócios.

Parágrafo único. Não comparecendo esse número de sócios na primeira reunião, será convocada outra, que se constituirá e deliberará com doze sócios no mínimo.

Art. 64. As deliberações das sessões do Instituto, bem como das assembléias gerais, serão tomadas pela maioria dos sócios presentes, salvo o dispositivo do art. 25, § 3.º, vigorando no caso de empate a medida nesse artigo consignada.

SECÇÃO II

Das reuniões da Diretoria

- Art. 65. As reuniões da Diretoria, das quais se lavrará ata em livro próprio (art. 34, n. 1), serão efetuadas quando necessárias, e sob a convocação do presidente, competindo-lhes privativamente:
- 1.º A apreciação dos discursos dos recipiendários para o fim indicado no art. 9.º, § 2.º.
- 2.º A abertura, leitura e destino dos manuscritos e documentos, nas épocas designadas pelos terceiros depositantes, que os tiverem entregue à guarda do Instituto.
- 3.º Determinar a espécie de bens em que devam ser convertidas as sobras da receita anual do Instituto para constituir o patrimônio social (art. 85).

CAPÍTULO IV

DA SECRETARIA E SERVIÇOS A SEU CARGO E DOS RESPECTIVOS FUNCIONÁRIOS

- Art. 66. A Secretaria do Instituto tem a seu cargo todo o expediente social, o arquivo, a biblioteca, o museu histórico, a mapoteca, a *Revista* e o depósito de documentos secretos.
 - Art. 67. Os funcionários do Instituto são os seguintes:
 - 1.º O diretor da Revista.
 - 2.º Bibliotecário.

- 3.º Três oficiais da Secretaria.
- 4.º Dois colaboradores.
- 5.º O porteiro e
- 6.º Os contínuos e serventes que forem necessários, atendida a verba votada.
- Art. 68. Todos os funcionários, menos o diretor da *Revista*, teem por obrigação comparecer diariamente, assinando o respectivo ponto, e cumprir as ordens do 1.º secretário, alem das especificadas nestes Estatutos.
- Art. 69. Ao diretor da Revista, nomeado nos termos dos artigos, n. 7, e 33, n. 1, compete:
- 1.º Escolher toda a matéria publicavel, podendo, para isso, requisitar, por escrito, do 1.º secretário, quaisquer manuscritos, de cuja entrega passará recibo, que lhe será restituido, quando os devolver ao mesmo 1.º secretário.
- 2.º Redigir uma súmula dos artigos insertos, fazendo as observações convenientes.
 - 3.º Fazer ou fiscalizar a revisão da Revista.

Art. 70. Ao bibliotecário compete:

- 1.º O serviço de consulta na sala de leitura pública.
- 2.º Comunicar ao 1.º secretário as ocorrências no serviço a seu cargo.
- 3.º Propor a compra de livros e objetos de interesse para o Instituto procurando sempre completar as obras ou coleções existentes.
- 4.º Registar diariamente em livro especial todas as ofertas feitas ao Instituto e agradecê-las.
- Art. 71. Os sócios, bem como quaisquer pessoas que assinarem os boletins de consulta, obrigatórios para todos, terão a faculdade de examinar, unicamente na sala de leitura pública do Instituto, as obras quer impressas, quer manuscritas, e fazer os extratos necessários.
- Art. 72. Não é permitida a saida de livros, mapas, manuscritos e objetos do museu, podendo o diretor da *Revista* retirar, por algum tempo, os manuscritos ou impressos necessários para a publicação na *Revista*.

Parágrafo único. Os relatores da Comissão de Bibliografia poderão retirar os livros oferecidos ao Instituto, para o fim estabelecido no parágrafo único do art. 40, obedecendo às formalidades no mesmo artigo consignadas.

- Art. 73. Os oficiais da Secretaria, alem das incumbências extraordinárias determinadas pelos serviços do Instituto, ficarão obrigatoriamente encarregados:
- um deles da biblioteca do Instituto, procedendo ou mandando proceder, sob sua imediata fiscalização e responsabilidade, à catalogação e arrumação de todos os livros, revistas, folhetos, etc., e atendendo, simultaneamente com o bibliotecário, à consulta na sala pública de leitura;
- outro do arquivo e da mapoteca, atendendo aos pedidos provenientes da sala pública e procedendo ou mandando proceder, sob sua imediata fiscalização e responsabilidade, à catalogação e arrumação dos mapas e dos documentos;
- o terceiro especialmente incumbido do museu histórico, do expediente geral do Instituto, inclusive todo o serviço da tesouraria, fazendo a respectiva escrituração.

Parágrafo único. Os colaboradores serão os imediatos auxiliares e substitutos dos oficiais.

Art. 74. A impressão e a distribuição da *Revista* ficam a cargo do 1.º secretário, nos termos do art. 33, ns. 9 e 10.

Art. 75. Ao porteiro incumbe:

- 1.º Guardar as chaves do edifício para o abrir e fechar diariamente, nas horas marcadas pelo presidente.
 - 2.º Velar pelo asseio da casa.
 - 3.º Cumprir as ordens do 1.º secretário.

Art. 76. Aos contínuos e serventes compete:

- 1.º Encarregarem-se do asseio da casa, de seu material e dos objetos, livros e depósitos, da biblioteca, arquivo, museu histórico, mapotecas, etc.
 - 2.º Auxiliarem o porteiro.
 - 3.º Cumprirem as ordens do 1.º secretário.
- Art. 77. Os vencimentos do pessoal do Instituto serão fixados anualmente, por ocasião da proposta do orçamento.

CAPÍTULO V

DA GUARDA DOS MANUSCRITOS, DOCUMENTOS E MEMÓRIAS

- Art. 78. O Instituto poderá receber sob sua guarda os manuscritos e documentos secretos, que por terceiros lhe forem entregues em depósito para serem publicados pelo Instituto em época determinada.
- Art. 79. Em livro próprio será lavrado pelo 2.º secretário o termo de depósito, assinado pelo presidente, depositante ou seu procurador e pelo dito 2.º secretário.
- Art. 80. Os manuscritos, entregues em depósito temporário, serão previamente numerados e inventariados, segundo seus títulos, com indicação do formato, qualidade do papel do envólucro e outros sinais característicos.

Parágrafo único. Alem do selo e precauções, tomadas pelo autor ou depositante, o presidente mandará selá-los de novo.

- Art. 81. Qualquer memória ou documento, enviado ao Instituto para depósito temporário nos seus cofres, deve ser lacrado e acompanhado de uma carta dirigida ao presidente do Instituto, assinada pelo autor ou pessoa conhecida, com a declaração do tempo em que deve ser aberto e lido.
- Art. 82. Chegado o tempo marcado para a abertura dos manuscritos, documentos ou memórias, o presidente do Instituto convocará uma reunião da Diretoria (art. 65, n. 2), para a abertura dos envólucros selados, e, depois de extraido e verificado o manuscrito, documento ou memória, de acordo com as cartas que os tiverem acompanhado, será aberto e lido em uma ou mais reuniões.
- § 1.º Terminada a leitura da memória, manuscrito ou documento, a Diretoria, antes de dar-lhe conveniente destino, deverá submetê-lo ao juizo da Comissão respectiva, conforme o carater dos aludidos documentos, manuscritos ou memórias.
- § 2.º A divulgação pela imprensa ou por qualquer outro meio de publicidade somente se fará se não incorrer em qualquer responsabilidade legal (arts. 191 e 324 do Código Penal).

CAPÍTULO VI

DOS FUNDOS DO INSTITUTO E SUA APLICAÇÃO

Art. 83. Os fundos da associação procedem:

- 1.º Das jóias de admissão, dos emolumentos, dos diplomas e das contribuições dos sócios.
 - 2.º Do produto das remissões.
 - 3.º Dos donativos feitos ao Instituto.
- 4.º Da receita líquida resultante da venda da *Revista* e das obras avulsas que publicar.
- 5.º Da subvenção concedida pelo Congresso Nacional, nos termos da lei n. 4.492, de 18 de janeiro de 1922.

Parágrafo único. Na galeria do Instituto ou em uma de suas salas poderá ser colocado o retrato de pessoa que fizer importante donativo para aumento do patrimônio social.

Art. 84. Os fundos do Instituto serão aplicados:

- 1.º Ao seu expediente, reparação e conservação dos objetos de sua propriedade ou uso.
 - 2.º Aos vencimentos dos funcionários administrativos.
 - 3.º À impressão dos seus trabalhos e publicações.
- 4.º À compra de livros, manuscritos, mapas e objetos históricos, a depositar no arquivo, biblioteca e museu histórico.
- 5.º Ao pagamento dos prêmios criados pelo Instituto de acordo com o art. 63, n. 3.
- § 1.º O patrimônio social não poderá ser alienado ou onerado no todo, ou em parte, sem autorização da assembléia geral (art. 54, n. 6).
- § 2.º Os rendimentos, porem, dos bens do referido patrimônio serão aplicados às despesas fixadas no orçamento e autorizadas pelo presidente.

CAPÍTULO VII

DOS PRÊMIOS

Art. 85. Ficam criados dois prêmios sob as denominações Prêmio Pedro II e Prêmio Conselheiro Olegário.

- § 1.º O Prêmio Pedro II, em sinal de imperecivel reconhecimento à memória do grande protetor do Instituto, servirá para recompensar a melhor monografia sobre assuntos de que se ocupa o Instituto, e constará de uma medalha de ouro.
- § 2.º O Prêmio Conselheiro Olegário, em atenção aos assíduos e notaveis serviços prestados ao INSTITUTO pelo presidente conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro, será concedido à melhor memória lida em sessão do INSTITUTO, num prazo nunca inferior a cinco anos, e constará de uma medalha de prata.
- Art. 86. Alem desses dois prêmios, o Instituto conferirá outros aos que mais se distinguirem no desempenho dos programas por ele distribuidos ou na execução de trabalhos que, pelo seu merecimento, reconhecido pela respectiva comissão, forem considerados dignos de semelhante distinção.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 87. O Instituto não funcionarà, conservando-se fechadas as portas da sua sede social, no dia 5 de dezembro, aniversário do falecimento do Sr. D. Pedro II, seu inolvidavel protetor.

Art. 88. Os sócios atuais, excedentes dos respectivos quadros, bem como os benfeitores, cuja classe se acha extinta, continuarão a gozar, como até aquí, todas as regalias, e estão sujeitos aos mesmos encargos dos outros sócios.

Art. 89. Por deliberação das assembléias gerais de 9 de março de 1907 e 15 de dezembro de 1915, foram declarados perpétuos o 1.º secretário, o presidente e o orador, srs. Max Fleiuss, Conde de Afonso Celso e Benjamin Franklin Ramiz Galvão, atuais serventuários desses cargos.

Art. 90. Para se realizar a reforma dos presentes Estatutos, cumpre que os membros da Comissão de Estatutos, ou 21 sócios, no mínimo, a reclamem por escrito fundamentadamente.

Parágrafo único. A proposta, devidamente instruida pela comissão respectiva, se promovida pelos 21 sócios, será submetida à assembléia geral, que for convocada para esse fim, e caso seja julgada

objeto de estudo e deliberação, será o assunto definitivamente resolvido em outra assembléia geral, que será convocada sessenta dias após a realização da primeira assembléia.

Art. 91. A Secretaria do Instituto organizará, anualmente, uma lista geral dos sócios, de acordo com as disposições ora consignadas (art. 33, n. 8).

Art. 92. De cada três vagas que ocorrerem entre os sócios beneméritos, efetivos e correspondentes, somente será preenchida uma, até que os algarismos dos respectivos quadros se regularizem consoante o disposto no art. 4.º.

Art. 93. O sócio efetivo que não tomar posse dentro de um ano, após a respectiva eleição, e os que tendo sido eleitos há mais de três anos, até a presente data não o houverem feito, passarão para o quadro de Honorários, bem assim os que deixarem de frequentar o Instituto durante o mesmo prazo, sem motivo justificado.

Parágrafo único. Para o mesmo quadro serão transferidos os sócios correspondentes, que, eleitos há mais de cinco anos, não tenham tomado posse ou não hajam enviado qualquer trabalho para a *Revista* do Instituto, nem feito qualquer oferta para a sua biblioteca, arquivo ou museu histórico.

Art. 94. Os presentes Estatutos entrarão em execução três dias após a sua publicação no *Diário Oficial*, e serão devidamente registados no registo especial das pessoas jurídicas, segundo o Código Civil, e distribuidos em avulso até 30 dias, após sua dita publicação.

Estes estatutos acham-se registados no Registo Especial de Títulos e Documentos (Cartório Alvaro de Teffé), sob o n. 226-030.



INDICE DO VOLUME 175





INDICE DO VOLUME 175

DA REVISTA CORRESPONDENTE AO ANO DE 1940

| | Págs. |
|--|---------|
| ALEXANDRE DE GUSMÃO E O MONROISMO, pelo Sr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes | 5-69 |
| A VIDA DOMÉSTICA DA ÎMPERATRIZ LEOPOLDINA, pelo Dr. Alcides | |
| Bezerra. | 71-106 |
| D. Pedro e D. Thereza, pelo Sr. Fernando Luiz Vieira Ferreira | 107-114 |
| MENTIRAS HISTÓRICAS, pelo Sr. Alberto Lamego | 115-131 |
| UMA OBRA POUCO CONHECIDA DE D. PEDRO II, pelo Sr. Afonso Escra- gnolle Taunay | 133-154 |
| O DESCOBRIMENTO DO BRASIL, por Vicente Yanez Pinzon, pelo Senhor | |
| Clemente Brandenburger | 155-167 |
| A ARTE MILITAR ENTRE OS BOROROS DE OUTRORA, pelo Sr. Manuel Cruz. | 169-182 |
| Dos nomes entre os Bororos, pelo Sr. Manuel Cruz | 183-211 |
| Paulistas na Amazônia e outros ensaios, pelo Sr. Arthur Cesar Ferreira Reis | 213-337 |
| O ALMIRANTE CUSTÓDIO DE MELLO E A REVOLUÇÃO DE 1893, pelo Senhor Alvaro Rodrigues de Vasconcellos | 339-353 |
| | |
| ATAS DE 1940 | |
| Sessão especial de posse da Diretoria em 8 de janeiro e das Comissões Permanentes | 357 |
| Palavras do Sr. Max Fleiuss. | |
| Discurso do Sr. José Carlos de Macedo Soares. | |
| Discurso do Sr. Pedro Calmon. | |

Brasil.

Págs. 369 Primeira sessão ordinária em 15 de abril: Palayras do Presidente comunicando a morte dos consócios D. Pedro de Orleans e Bragança e general José Maria Moreira Guimarães. Aprovação das contas relativas ao ano de 1939. Proposta elevando a Benemérito o sócio efetivo almirante Raul Tayares, e de transferência do sócio honorário Dr. Claudio Ganns para efetivo, nos termos do resolvido pela assembléia de 15 de dezembro de 1939. Propostas relativas aos Srs. Cristovão Leite de Castro e Manuel Augusto Pirajá da Silva para sócios honorários. Conferência do Sr. Antonio Leoncio Pereira Ferraz, sobre o 374-394 Panamericanismo e suas origens..... Segunda sessão ordinária em 31 de maio..... 397 Parecer da comissão de Admissão de sócios relativo aos senhores Claudio Ganns e Raul Tayares. Parecer da comissão de História sobre os trabalhos do Sr. Manuel Augusto Pirajá da Silva. Parecer da comissão de Geografia sobre as obras do Sr. Cristovão Leite de Castro. Proposta do Sr. Max Fleiuss, de congratulações pelo quarto aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Moção do Sr. Claudio Ganns sobre a remoção do arquivo imperial do Castelo d'Eu para o Museu Imperial de Petrópolis. Conferência de Frei Pedro Sinzig, sobre o Folclore na Música Brasileira, acompanhado pelo Coro dos Apiacás, sobre a direção da Sra. Lucilia Guimarães Villa Lobos. Assembléia geral extraordinária e terceira sessão ordinária em 26 de junho..... 403 Na assembléia geral: Comunicação do presidente de haver o Dr. Joaquim de Souza Leão Filho conseguido, para o Instituto, a correspondência de Roberto Southey com Theodor Koster. Pareceres da comissão de admissão de sócios relativos aos Srs. Claudio Ganns, Raul Tavares, Manuel Augusto Pirajá da Silva e Cristovão Leite de Castro, imediatamente aprovados. Na sessão: Conferência do Sr. Pedro Calmon, sobre o Folclore histórico do

| | Search and Section 100 |
|--|------------------------|
| | Págs, |
| Sessão extraordinária em 3 de julho: | |
| Palavras do Sr. Max Fleiuss, participando a oferta do Senhor Aureliano Leite, da <i>História de Gil Braz de Santilhana</i> , traduzida em português por Manuel Maria de Barboza du Bocage, edição de 1798. | |
| Alocução do Sr. Leví Carneiro saudando o Sr. José de la Riva | |
| Aguero. | 409 |
| Resposta do Sr. Riva Aguero | 419 |
| Conferência do Sr. Herbert Canabarro Reichardt, sobre o Marechal Francisco José Teixeira Junior | 439 |
| Sessão especial em 23 de julho: | |
| Conferência do Sr. Claudio Ganns, sobre A Proclamação da Maioridade. | 455 |
| Palavras do Sr. Leão Teixeira, sobre um trecho da conferência do Sr. Claudio Ganns. | |
| Quarta sessão ordinária em 7 de agosto: | 507 |
| Discurso de posse do Sr. Oswaldo Aranha. | |
| Resposta do Sr. Pedro Calmon. | |
| Palestra do Sr. Braz do Amaral, sobre O Brasil no Congresso | |
| de Viena em 1815 | 517 |
| Sessão especial em 14 de agosto: | 541 |
| Conferência do Sr. João da Costa Ferreira, sobre Balthazar da Silva Lisboa. | |
| Sessão especial em 25 de setembro: | 601 |
| Palavras do presidente Macedo Soares sobre o quarto centenário da Companhia de Jesus: | |
| Conferência do Sr. Pedro Calmon sobre o mesmo assunto | 603 |
| Palavras do Sr. Max Fleiuss sobre a obra do Dr. José Mariz de Moraes, relativa ao padre Manuel da Nobrega e voto de congratu- ações pelo êxito do Nono Congresso de Geografia. | |
| Sessão magna comemorativa do centésimo segundo aniversário da Fundação do Instituto: | 609 |
| Alocução do presidente Macedo Soares. | |
| Relatório do secretário perpétuo. | |
| Discurso do Sr. Pedro Calmon, fazendo o necrológio dos sócios, D. Pedro de Orleans e Bragança e general José Maria Moreira Guimarães. | -1-4- |

| | Págs. |
|---|---------|
| Anexos: Homenagem a Calógeras | - 645 |
| Discurso do Sr. Max Fleiuss inaugurando a herma do Dr. Calógeras, promovida pelo Instituto, em frente ao Quartel General. | |
| Artigo do Jornal do Comércio de 22 de outubro | 651 |
| Sessão especial em 30 de outubro comemorativa do centésimo natalício do Conselheiro Soares Brandão: | |
| Palavras do Sr. Braz do Amaral sobre Fatos da Nossa Inde- pendência. | |
| Conferência do Sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho | |
| sobre o Conselheiro Soares Brandão | 665 |
| Cadastro Social | 701-729 |
| Estatutos | 731-755 |